

Caderno de Resumos: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

ARTIGO: 18

TÍTULO: **CIDADE-CÁRCERE: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NOS LIMITES DA LIBERDADE**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A discussão da crise urbana e a consequente luta por um *direito à cidade* são temas de extrema relevância para compreensão da atualidade brasileira. No Brasil, por exemplo, destacam-se as manifestações de junho de 2013 em que demandas relacionadas a reprodução social na cidade formaram agendas compartilhadas entre movimentos sociais populares e a produção acadêmica, em que ambas têm disputado a construção de um "espaço de direitos" no contexto da vida urbana. Outra importante discussão que tangencia este debate refere-se aos movimentos do poder punitivo no Estado Brasileiro. As reflexões sobre as *demandas por ordem* na sociedade urbana se relacionam com a produção e uso do espaço em que problemas como o encarceramento em massa e as disfuncionalidades do cárcere são analisados de forma transversal aos problemas urbanos.

Diante dessa abordagem, busca-se oferecer aproximação teórica entre temas que aparecem com aparente autonomia relativa. Isto é, a partir de um problema muito atual, tentaremos aclarar as relações e fundamentos das crises das cidades e das prisões brasileiras a partir da hipótese de que ambas as dimensões - cárcere e a cidade - estão inseridas no fenômeno urbano. Nosso ponto de partida é perceber as relações que podem ser feitas entre a cidade e o cárcere em vez de tratá-las como esferas independentes. É importante ressaltar que se trata de uma pesquisa iniciante. Neste sentido, inicialmente será realizada revisão bibliográfica sobre temas relacionados a sociologia urbana e a criminologia crítica para, posteriormente, analisar as fontes primárias (como, p. ex., relatórios de visita prisional).

EQUIPE: LUCAS HENRIQUE JUSTINO DE SOUZA, JULIA ÁVILA FRANZONI

ARTIGO: 59

TÍTULO: **AVALIAÇÃO HEURÍSTICA E USABILIDADE EM APLICATIVOS DE CLUBES DE FUTEBOL: UM ESTUDO SOBRE A CULTURA ESPORTIVA NA MÍDIA DIGITAL E SEUS ASPECTOS INFORMACIONAIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A relação entre mídia e esporte vêm se estreitando ao longo dos anos, visto que, o esporte é um grande aliado dos meios de comunicação para a criação de conteúdo. Com a convergência midiática, o futebol começou a ser inserido nos meios digitais, através da criação de sites esportivos, páginas em redes sociais, fóruns, newsgames, aplicativos móveis, entre outros. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é realizar um mapeamento dos aplicativos de clubes de futebol, em âmbito nacional, disponíveis na Loja Google Play e analisar suas usabilidades. Um dos fatores que justificam esse estudo é a escassez de produções científicas que destacam a cultura esportiva na mídia digital e seus aspectos informacionais na Ciência da Informação. O embasamento teórico está pautado nos conceitos de Usabilidade (ABNT, 2002), Affordance (GIBSON, 1979), User Experience (FÉNET; KOSAGOWSKY, 2008), Mídia (NAKAMURA, 2009) e Fontes de Informação (CUNHA, 2001). Metodologicamente, é uma pesquisa exploratória e descritiva, baseada em revisão de literatura e coleta de dados feita pela utilização do instrumento de observação, tendo como foco, a avaliação da interface dos aplicativos "Clube de Regatas do Flamengo", "Sociedade Esportiva Palmeiras", "Cruzeiro Esporte Clube" e "Grêmio Football Porto Alegrense". Como resultado, observa-se que a análise realizada nos aplicativos demonstra variações, no que tange à experiência do usuário. A pesquisa discute os aspectos, listados nas 10 heurísticas de Nielsen (1993), que fazem os aplicativos serem considerados de baixa usabilidade, usabilidade razoável ou alta usabilidade. Conclui-se que a usabilidade dos aplicativos móveis vêm alterando a forma como os torcedores acompanham o futebol, sem deixar de lado as funcionalidades dos meios tradicionais, mas abrindo espaços para novos suportes informacionais.

EQUIPE: BIANCA LOYOLA, DANILLO PESTANA DE FREITAS

ARTIGO: 68

TÍTULO: **ISTISLAH: UMA ANÁLISE DO DIREITO ISLÂMICO EM PAÍSES OCIDENTAIS E O TRANSCONSTITUCIONALISMO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O Islã, atualmente, apresenta-se como um grande tema a ser discutido pelo secularismo. A tensão causada por ele está presente tanto em um ambiente que busca excluí-lo da esfera pública como naquele que tenta regular sua inclusão.

A importância do tema se dá devido ao crescimento exponencial da religião pelo mundo, que tende a ser a maior do planeta em menos de 60 anos. Há hoje, ao redor do globo 1,6 bilhões de pessoas que se designam muçulmanas e estão concentradas principalmente na região da Ásia Pacífico.

Com o processo de globalização e a dificuldade do islamismo em conceber mudanças, são necessários meios para abarcar a jurisdição dos muçulmanos.

A arbitragem islâmica é um fenômeno que vem surgindo nos países europeus desde os anos 2000 visando a resolução de problemas dos religiosos em áreas específicas da vida.

O intuito do trabalho é acompanhar o crescimento da arbitragem islâmica na Inglaterra, já que, em 2008, o país autorizou o uso de tribunais muçulmanos para casos de casamentos, divórcios e heranças, os quais compõem os aspectos mais significativos da *Sharia*. Até 2013, no Reino Unido, já existiam pelo menos oitenta e cinco conselhos ou tribunais de direito islâmico.

Determinados casos exigem respostas adequadas tanto para a ordem jurídica do país quanto para o Direito islâmico. Sendo assim, outro ponto importante é o alinhamento da temática ao transconstitucionalismo. De acordo com Marcelo Neves, transconstitucionalismo pode ser visto como sendo o "entrelaçamento de ordens jurídicas diversas, tanto estatais como transnacionais, internacionais e supranacionais, em torno dos mesmos problemas de natureza constitucional". Para o autor, este também tem de ser subordinado à disposição para ceder diante das perspectivas de outras ordens jurídicas.

No caso concreto, os exemplos de possibilidades do transconstitucionalismo em países ocidentais ao confrontar-se com *Sharia* no âmbito de sua jurisdição territorial serão as câmaras de resolução de conflitos na Inglaterra e o caso *Awad v. Ziriax*, projeto importante na jurisdição americana de emenda à constituição do Estado de Oklahoma, a qual proibiria o juizes do Estado de levarem a *Sharia* em consideração para a resolução de conflitos.

Por fim, serão retratados as preocupações da Inglaterra, a qual adotou a prática, em níveis sociais.

A aceitação da existência da regulação paralela é um dos desafios, mas também possível solução para as lacunas existentes.

EQUIPE: JULIA GARCIA TAVORA MENEGAZ, MARILSON SANTANA

ARTIGO: 90

TÍTULO: A INFIDELIDADE VIRTUAL E A POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO CIVIL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Os avanços tecnológicos vem modificando a sociedade em seus mais diversos setores, inclusive influenciando fortemente em aspectos íntimos da vida privada dos indivíduos. Não se pode negar que o mundo está cada vez mais virtualizado e conectado, sendo certo que com o advento da internet e das demais tecnologias de comunicação os espaços físicos foram reduzidos. Atualmente o contato com o outro está a um clique e, por isso, as relações pessoais já não exigem necessariamente o contato real. É desse modo que surgem as amizades virtuais e até mesmo namoros virtuais, nos quais as pessoas nunca se viram pessoalmente, mas mantêm contato íntimo e muitas vezes diário, formando um forte vínculo afetivo. Nesse contexto de virtualização das relações pessoais, surge a figura da "infidelidade virtual" que é estopim para dissolução de muitos casamentos. Este trabalho, por meio do estudo de doutrina, de decisões judiciais e da experiência estrangeira, tem por objetivos: I) Analisar esse fenômeno social contemporâneo, de maneira a discutir se é ou não uma afronta aos deveres do casamento, previstos no artigo 1.566 do Código Civil; e II) Verificar quais os efeitos da infidelidade virtual no campo da responsabilidade civil, de forma a discutir as situações que podem ensejar reparação por dano moral.

EQUIPE: FLAVIO ALVES MARTINS, NATHALIA MEDINA CORREIA

ARTIGO: 91

TÍTULO: A PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS PAINÉIS DO METRÔ DE SÃO PAULO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A inovação tecnológica altera a maneira como se interage no mundo. A disponibilidade de dispositivos conectados, sensores e recursos de informática cria oportunidades para produzir, captar e processar informações. De fato, tais tecnologias podem significar benefícios ao Estado, às empresas privadas e aos cidadãos, mas representam ameaça à privacidade, ante ao crescente volume de produção e tratamento de dados pessoais. Considerando a repercussão na vida privada, destacam-se tecnologias que realizam reconhecimento facial como, por exemplo, o caso do projeto "Portas Digitais" executado pela concessionária da linha 4 do metrô de São Paulo: em 2018, a empresa, visando categorizar os passageiros para exibir propagandas mais eficientes por meio da identificação da reação deles, valeu-se de um sistema de câmeras instaladas nas portas das plataformas das estações para o reconhecimento facial dos usuários sem o conhecimento desses, enquanto veiculava anúncios publicitários e captava a reação dessas pessoas aos estímulos que lhe eram exibidos. Assim, tendo em vista que a captação de dados biométricos por câmeras pode ocorrer de modo imperceptível àquele tem a imagem captada, e permite sua identificação de maneira muito específica, necessário repensar a tutela da privacidade à luz das demandas do meio digital, em especial das tecnologias que realizam leitura facial. Além disso, verifica-se a necessidade de controlar o uso e tratamento desses dados, para garantir a privacidade dos usuários da rede, o que, em alguma medida, reflete-se nas novas legislações que visam regular o uso e o tratamento dos dados pessoais. Contudo, é preciso analisar se essas leis, que já estão em vigor ou que ainda produzirão efeitos, são suficientes para bloquear a disseminação não autorizada de dados sensíveis de cidadãos, governos e empresas.

EQUIPE: FLAVIO ALVES MARTINS, JULIA TUPINAMBA DE OLIVEIRA

ARTIGO: 92

TÍTULO: O USO DE DADOS DE SEGURADOS NÃO FORNECIDOS PELAS SEGURADORAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O contrato de seguro é, em geral, complexo e abstrato, e gera a obrigação de o segurador pagar prêmio para garantir o interesse legítimo do segurado, contra riscos predeterminados, conforme estabelece o Código Civil. O objeto deste é o risco, que neste caso é assumido pelo segurador. Dentre as obrigações entre as partes, temos a boa-fé dos contratantes, a fim de evitar ilícitos. Parte da doutrina considera que a boa-fé no contrato de seguro é qualificada, tamanha a importância para o estabelecimento da relação.

A revolução tecnológica advinda com a globalização permite um fluxo cada vez mais intenso de informações, incluindo a coleta, a produção e o tratamento de informações. O debate sobre o direito à privacidade não é restrito ao conceito clássico de proteção da esfera privada contra invasões externas, hoje se fala em controle do uso das informações.

Frente ao amplo uso dos dados pessoais na sociedade no período contemporâneo e a ampliação da tecnologia, as seguradoras buscam salvaguardar suas atividades e confirmar o uso de informações verídicas por parte dos segurados através dos dados pessoais encontrados pela rede. Nossos dados pessoais já estão presentes em redes sociais, sites governamentais, e até mesmo no registro do consumo de farmácias. Com essa difusão de dados pessoais, as seguradoras buscam utilizar estes para verificar a veracidade das informações fornecidas pelos segurados.

O presente estudo tem por objeto justamente analisar o uso dos dados pessoais que não são fornecidos por segurados no ato do contrato. Este estudo é uma análise da legislação brasileira - tanto da recém-criada Lei de Proteção de Dados e a Lei do Cadastro Positivo e verificar a possibilidade do uso por parte das seguradoras dos dados pessoais presentes na rede como garantia de um contrato equilibrado entre as partes.

EQUIPE: FLAVIO ALVES MARTINS, LOUISE LEONI ABREU

ARTIGO: 94

TÍTULO: PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS: UMA DISCUSSÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A proposta que se busca desenvolver nesse trabalho é o exercício de reflexão acerca das implicações éticas e para os Direitos Humanos que avanços alcançados nas tecnologias de obtenção e processamento de dados pessoais nos últimos anos carretam, dando destaque para a relação entre quebra de privacidade e cruzamento de dados a partir de algoritmos altamente desenvolvidos, englobando o uso de tecnologias compreendidas no escopo da Internet das Coisas (IoT), bem como os conceitos de big data, profiling, targeting. Parte-se da premissa de que a proteção de dados é peça fundamental para a garantia do direito à privacidade reservado aos cidadãos de um país democrático. A partir da análise de eventos emblemáticos, como o de Cambridge Analytica, e usando como ferramentas a revisão bibliográfica sobre o tema e consulta à legislação específica, busca-se entender a influência que o acesso irrestrito aos dados pessoais dos cidadãos exerce sobre aspectos objetivos da vida humana, política e social. Para que se possa avançar na discussão, no entanto, torna-se necessário elucidar alguns conceitos e

entender como a privacidade corresponde a um direito humano fundamental. Dessa forma, será reservado um espaço para debater a base legal do direito à privacidade, bem como as novas legislações a âmbito nacional e internacional direcionadas especificamente à proteção de dados.

EQUIPE: BRUNA FREIXO DE OLIVEIRA, LEONARDO VALENTE MONTEIRO

ARTIGO: 96

TÍTULO: USO DE OGMs (ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS): CONFRONTANDO OPINIÕES SOB A PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

As pesquisas biotecnológicas possibilitam desenvolver produtos aprimorados e novos como, por exemplo, os organismos geneticamente modificados (OGM), cujo conceito está no Art. 3º, V, da Lei de Biossegurança: o “organismo cujo material genético (DNA/RNA) tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética”. Por vezes o produto final pode não ter sido geneticamente modificado, mas os produtos que o compõem ou, se tratando de um animal, os alimentos que utiliza podem ser OGM; dessa forma havendo o consumo indireto. O uso desses organismos tem destaque atualmente, em especial na produção alimentícia. As alterações genéticas tornam os alimentos mais baratos e nutritivos, entretanto não se sabe ao certo quais os impactos desse consumo direto ou indireto ao meio ambiente e à saúde coletiva. Os OGMs estão presentes na atividade agrícola brasileira, principalmente nas plantações de algodão, milho e soja. Estudos apontam que na safra 2016/17 o índice de uso de espécies geneticamente modificadas foi de 93,4% nas plantações brasileiras, o equivalente a 49,1 milhões de hectares. Não há como ignorar que os produtos geneticamente modificados, mesmo que com seus riscos desconhecidos, chegam aos consumidores em ampla quantidade. Cabe, portanto, ao consumidor escolher se quer ou não adquirir tais produtos. Nesse contexto, o Direito à informação, disciplinado no CDC. A população brasileira desconhece os OGMs e a legislação que fornece a oportunidade de escolha para a aquisição desses produtos, o que provoca a perda de força da lei e até sua finalidade. Assim, a grande questão que permeia o impacto do uso de OGM aos consumidores é análise do risco antes da inserção desses organismos no mercado, uma vez que os efeitos dessa inserção não podem ser previstos na sua totalidade. Esses dados chamam atenção para invisibilidade da biossegurança e da biossegurança no Brasil, o que remonta à necessidade do respeito ao princípio da precaução na avaliação de risco e mitigação dos impactos do uso de OGM na saúde coletiva. Esse princípio poderia ser a base para minimizar esse problema, pois consiste na ideia de que, quando desconhecidos os possíveis riscos de uma atividade ou de um produto, devem ser tomadas, pelo poder público, todas as medidas possíveis para evitar degradação ambiental. Portanto, se faz necessário compreender o fenômeno, analisando o impacto que o uso dos OGMs pode desempenhar nas relações de consumo. Analisar os discursos contra e a favor que perpassa o problema no uso de OGMs pode subsidiar novos olhares e reflexões críticas nos campos jurídico, científico, econômico e social. Nesse contexto contemporâneo situam-se os objetivos do estudo: analisar pesquisas em biotecnologia e no direito quanto ao uso de OGMs sob a ótica do princípio da precaução; discutir a relação OGM e Direito do Consumidor no Brasil por meio de uma revisão integrativa da literatura; e discutir o posicionamento legal e jurisprudencial quanto ao uso de OGM no Brasil

EQUIPE: FLAVIO ALVES MARTINS, BRUNO HENRIQUE CHAVES, PAULA CAMMAROTA VEIGA SILVA, GIOVANNA LOBO RODRIGUES, CAMILLA DE ASSIS GONÇALVES

ARTIGO: 100

TÍTULO: O USO DE SANDBOX E O FUTURO DA REGULAÇÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

As plataformas de FinTech vêm modificando o setor financeiro e a sua forma de oferecer produtos e serviços. Isso pois, a prestação de serviços por meio de mecanismos que não existiam antes ou de produtos completamente novos torna-se alvo de questionamentos a respeito da forma como os órgãos reguladores compreendem esses modelos de negócios. Assim sendo, identifica-se como problema a falta de um marco regulatório para esses tipos de plataformas. A incerteza em torno do marco legal e dos requisitos para as atividades desse setor acaba por se transformar em uma barreira para as empresas. Fato esse que contribui para a assimetria de informações e demonstra a necessidade de regulamentos específicos para esse tipo de atividade empresarial. Levanta-se como hipótese que a criação sandbox regulatórios seria uma alternativa eficiente para os órgãos reguladores atuarem sobre as plataformas de FinTech, visando estabelecer um diálogo mais direto entre o setor e os órgãos reguladores, afim de se entender a natureza dos negócios; e permitir uma transição mais suave para as plataformas e empreendimentos FinTech e suas entidades de controle. Dessa maneira, seria possível identificar rapidamente os aspectos mais complexos da atividade e adotar medidas que maximizassem os benefícios oferecidos pelas empresas em um ambiente protegido e com riscos controlados. Em suma, esses Bancos de Testes Regulatórios permitiriam uma regulamentação por segmentos do setor. O presente trabalho tem como objetivo investigar em que medida seria possível implementar o modelo regulatório de sandbox no Brasil, por meio da análise de quais os efeitos desse tipo regulatório e os possíveis requisitos para a sua implementação no Brasil. A luz da perspectiva regulatória, o presente trabalho se alinha à teoria do Estado administrativo. Guia-se, então, pela corrente doutrinária que entende que as inovações tecnológicas e a demanda digital renovam modelos tradicionais de prestação de serviços públicos e exercício de atividades econômicas, trazendo certa incompreensão sobre a forma e materialização da atuação do Estado. Somado a isso, a visão institucional acerca de diálogos institucionais entre o poder público e privado também constitui o marco teórico do trabalho. Isso pois, o surgimento dessas plataformas desenhou um cenário em que se tem o Estado querendo regular as mesmas e, ao mesmo tempo, a iniciativa privada objetivando investir e expandir o setor. Além disso, utilizar-se-á como metodologia o critério hipotético-dedutivo, abrangendo também o modelo analítico de pesquisa. O marco temporal do trabalho concentra-se no período de criação do sandbox regulatório, sendo este o ano de 2015, até os dias de hoje e o marco espacial centra-se na realidade econômico-institucional do Brasil, assim como nos países que já adotam esse modelo regulatório, como Reino Unido, Singapura e Hong Kong.

EQUIPE: LUIZA CALDEIRA LEITE SILVA, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: 109

TÍTULO: A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS NO CASO DE VAZAMENTO DE DADOS: REFLEXÕES ACERCA DO FATO DE TERCEIRO E DA RESPONSABILIZAÇÃO EX ANTE.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A presente fase da pesquisa aprofunda os estudos acerca do tratamento jurídico dos casos de vazamento de dados pessoais pelas plataformas digitais, cujo exame se iniciou a partir do estudo de caso da plataforma NETSHOES ocorrido no ano de 2018, cujos desdobramentos foram examinados de forma conjunta pelo grupo de pesquisa em tela. As medidas adotadas pelo Ministério Público do Distrito Federal, via Comissão Especial de Dados, realizadas a partir do múnus público da instituição e sem a necessária intervenção do judiciário, operaram de forma quase imediata sobre a situação fática, possibilitando a ciência dos consumidores atingidos e, conseqüentemente, reduzindo a extensão do dano individual de cada usuário cujas informações pessoais e bancárias foram vazadas. Considerada a amplitude dos efeitos decorrentes do vazamento de dados, esta fase da pesquisa tem o condão de aprofundar os estudos acerca de uma aproximação da solução reparatória prevista na responsabilização civil propriamente dita àquela aplicada nos casos de danos coletivos, a exemplo da responsabilização ex ante, utilizada como instrumento de prevenção de danos ao meio ambiente e que leva em consideração a redução dos riscos e a compensação por danos futuros. O diálogo entre o Direito Civil, de cunho eminentemente privado, e os institutos destinados à proteção da tutela coletiva como ferramentas de prevenção e reparação dos atos ilícitos, ou abusivos, em ambiente virtual, propicia uma reformulação de institutos clássicos para conformar as soluções da dogmática tradicional aos chamados novos direitos característicos da contemporaneidade. A base teórica desta

fase da pesquisa tem o condão de oferecer instrumentos para a construção de uma teoria crítica do direito privado e utilizará como marco teórico autores contemporâneos como Antonio Carlos Wolkmer, Christian Courtis e Joaquín Herrera Flores.

EQUIPE: FLAVIO ALVES MARTINS, ANY CAROLINA GARCIA GUEDES, GEORGE SCHINESTZKI LAZZARI, RODRIGO JOSÉ FERREIRA DA CUNHA RAMOS

ARTIGO: 152

TÍTULO: DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Apresenta um trabalho de conclusão de curso que tem como objetivo indicar diretrizes para criação de projetos de Competência em Informação (Colinfo) nas escolas da educação básica. Para tal, identifica na literatura os critérios de planejamento e execução na elaboração de projetos. Indica a utilização das noções de prática informacional. Fundamenta, para a construção do referencial teórico, as noções de pedagogia crítica a partir de Paulo Freire e Andréa Doyle e de competência em informação a partir de Elisabeth Dudziak e da American Library Association. Retrata o contexto e a estrutura do ensino fundamental brasileiro ao observar a educação como direito essencial para cidadania. Os procedimentos metodológicos que configuram esta pesquisa são de caráter exploratório e de abordagem qualitativa com revisão bibliográfica. Tem como resultado a apresentação de diretrizes em competência em informação que visam melhorar o desempenho acadêmico com base nos dados coletados de uma escola estadual no município de Duque de Caxias na avaliação "Prova Brasil", realizada pelo governo. Conclui de modo a ressaltar a presença do (a) bibliotecário (a) como agente educador de modo ativo, tal como a existência de uma ação biblioteconômica que possibilitem práticas informacionais críticas e éticas a partir de ações e projetos de competência em informação nas salas de aula.

EQUIPE: BEATRIZ TOSTES DOS SANTOS, MARIANNA ZATTAR

ARTIGO: 159

TÍTULO: O ACORDO DE BRETTON WOODS E OS DILEMAS DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O artigo examinará o contexto do Acordo de Bretton Woods desde o seu nascimento, os seus 30 anos gloriosos e como essa arquitetura e o modo de produção fordista entraram em crise, até o seu derradeiro fracasso nos anos 1970. De modo a entendermos o que levou ao seu fracasso, analisaremos as medidas econômicas que precederam e sucederam o sistema financeiro internacional, a conjuntura de interdependência comercial entre as nações e faremos uma alusão aos acordos econômicos de Plaza, do Louvre e o Smithsonian. Assim, analisaremos o papel dos principais atores do Sistema Internacional e porque a sustentação dos princípios de Bretton Woods não foi efetiva ao longo dos mencionados acordos. Finalmente, analisaremos as instituições que permanecem, até os dias de hoje, orientando a organização financeira internacional. O objetivo da pesquisa é comparar a literatura e buscar os motivos pelos quais a harmonização de políticas econômicas não foi possível, a despeito de tantos acordos.

EQUIPE: FLÁVIO ALVES COMBAT, MARIAH DAS GRAÇAS NUNES SALES, ANGELICA DA SILVA VARGAS DE SOUSA

ARTIGO: 188

TÍTULO: TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA OCUPACIONAL DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NO PERÍODO 2003/2017

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A economia brasileira passou por mudanças importantes a partir de 2003, com uma fase inicial de crescimento, seguida por desaceleração e forte crise. O mercado de trabalho seguiu os passos da economia, apresentando forte geração de empregos, dos salários e da formalidade. A partir de 2014, entretanto, o ciclo favorável do mercado de trabalho foi encerrado, dando origem à fase atual de desemprego elevado e crescimento da informalidade. Tais dados têm sido bastante estudados pelos especialistas.

Uma importante questão que tem atraído bem menos interesse por parte dos pesquisadores é a estrutura ocupacional do mercado de trabalho. Que tipo de ocupações estão crescendo e quais encontram-se em queda? Tal questão está parcialmente associada aos efeitos da conjuntura econômica, mas também, e principalmente, às mudanças estruturais que vêm ocorrendo no mundo do trabalho em geral.

O principal objetivo da pesquisa é a análise da estrutura ocupacional do mercado de trabalho no Brasil a partir de 2003, procurando identificar as ocupações que se encontram em expansão e aquelas em queda.

Para isso são explorados os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do período. A partir dos dados de ocupações e respectiva estrutura salarial, é desenvolvido um índice que procura ordenar as ocupações segundo sua performance no período estudado, destacando aquelas que estão em posição mais favorável em termos de demanda.

Nesta primeira versão da pesquisa o estudo está voltado para o passado recente. Numa segunda etapa as mudanças na estrutura ocupacional serão analisadas tendo em vista as perspectivas de transformações no futuro próximo.

EQUIPE: FERNANDA BAETA NEVES, LUIZ HERMIDA, BERNARDO ESTEVES WANDERLEY, JOÃO SABOIA

ARTIGO: 209

TÍTULO: ACESSO À ÁGUA E ESGOTO NOS COMPLEXOS DE FAVELAS NO RIO DE JANEIRO: O CASO DO SÃO CARLOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa sobre acesso à água e esgoto nas áreas mais precárias nos Complexos de Favelas do Rio de Janeiro analisa neste estudo o Morro de São Carlos. O objetivo inicial do estudo foi identificar áreas mais precárias no interior do São Carlos, para, em seguida, analisar o quadro da situação de total ausência e/ou precariedade de serviços básicos, examinando suas repercussões nas condições dos lugares, seus domicílios e rotinas dos residentes. No estudo desenvolvido, identificamos como exemplares de áreas mais precárias os casos do Chuveirinho, Mineira-Zinco, Ilha do Rato, e casas como cortiços na rua São Carlos. Tomamos como fundamento teórico básico a infraestrutura não como objeto meramente técnico, tratado como algo estanque aos demais elementos do território, mas por sua dimensão social de articulação da moradia

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

com a cidade, focando na questão da fruição de serviços básicos pelos ocupantes. A metodologia do estudo, através da combinação de visitas exploratórias e entrevistas com os habitantes, além da observação do interior das moradias, assumiu o corte qualitativo como forte característica. Desta forma, foi possível trabalhar as percepções sobre as mudanças nas residências, nos arranjos internos e nas rotinas do cotidiano diante do acesso à rede de água e esgoto. Como resultados, podemos apontar que as áreas examinadas, ainda que contenham com certo nível de abastecimento de água, existem casos em que é preciso acordar de madrugada para sair à busca do líquido, mas a carência mais importante é quanto à ausência de coleta de esgoto sendo despejado em valão a céu aberto com acúmulo de lixo. Na "Mineira"- "Ilha do Rato" não foram encontradas casas sem banheiro, porém algumas próximas ou imediatamente em cima do valão que acumula esgoto desde os pontos mais altos da comunidade e que fica cada vez maior, mais exposto e mais sujo. Há, além disso, um esquema precário de abastecimento de água, próximo ao esgoto e com canos expostos, de forma fácil de ser pisoteado e quebrado. Já nas habitações em cortiço, o estudo foi feito com alguns exemplos das unidades mais precárias encontradas, que possuem, aproximadamente, 10m² sem banheiro ou pia, existindo forte problema de aeração nos cômodos, o mau cheiro é permanente e os quartos só tem aberturas para um corredor interno, o qual apenas possui os buracos da escada como ventilação, tornando o local mal iluminado e insalubre, e em algumas unidades, mesmo sem pia, há fogão. A louça é acumulada e transportada até um tanque comum da área de serviço, tendo apenas um banheiro comum a todos e fica fora da unidade. A área de serviço é compartilhada num espaço que sobra entre as unidades. Em face do quadro analisado, pode-se apontar para a inexistência ou forte constrangimento de fruição de serviços básicos pelos moradores os colocando à margem do mundo urbanizado.

EQUIPE: BEATRIZ MESQUITA ANGELO, MAURO KLEIMAN

ARTIGO: 210

TÍTULO: ACESSO À ÁGUA E ESGOTO NOS COMPLEXOS DE FAVELAS NO RIO DE JANEIRO: OS CASOS DO ALEMÃO E PENHA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa sobre acesso à água e esgoto nas áreas mais precárias nos Complexos de Favelas do Rio de Janeiro tem sua área de abrangência neste estudo os Complexos do Alemão e da Penha. Seu objetivo inicial foi identificar áreas mais precárias no interior destes Complexos para, em seguida, analisar o quadro da situação de total ausência e/ou precariedade de serviços básicos, examinando suas repercussões nas condições dos lugares, suas moradias e rotinas dos moradores. No estudo desenvolvido, identificamos como exemplares de áreas mais precárias os casos da Favelinha da Skol (no Alemão) e Terra Prometida (na Penha). Tomamos como fundamento teórico básico a infraestrutura não como objeto meramente técnico, tratado como algo estanque aos demais elementos do território, mas por sua dimensão social de articulação da moradia com a cidade. A metodologia do estudo teve como característica ser de corte qualitativo, combinando visitas exploratórias, entrevistas com a comunidade e observações do interior das casas. Adjueto a comunidade, trabalhamos as percepções sobre as mudanças em suas residências, nos arranjos internos e nas rotinas do cotidiano diante da questão do acesso a redes de água e esgoto. Também foi apurado a percepção dos moradores através de observações técnicas diretas de campo, e tomada de imagens fotográficas. Como resultado, podemos apontar que essas comunidades se encontram em carência e/ou forte precariedade de acesso à água e esgoto, sendo lugares da pobreza, com parte com aspectos de ruralidade, estando longe de uma mínima urbanização. O cenário encontrado na localidade chamada "Terra Prometida", no Complexo da Penha, é chão de terra, presença de animais como cavalo e galinhas, árvores, casas improvisadas com resto de madeiras e calor extremo. Na localidade Favelinha da Skol, no Complexo do Alemão, encontra-se esgoto a céu aberto, fezes de animais, lixo e destroços de casas que anteriormente foram derrubadas pelas chuvas, no todo ou em parte. Na Favelinha da Skol, as casas que ainda se encontram de pé, são adaptadas para não serem atingidas pelas chuvas, são localizadas em áreas mais altas de forma a tentar impedir alagamentos. Em sua grande maioria, são casas feitas de tijolos, sem qualquer pintura, os cômodos são improvisados, muitas vezes apenas 1 cômodo possui inúmeras funções, cozinha vira também área de lavar roupas, quarto vira área de secar roupas, casas viram comércio onde vende-se balas, biscoitos, picolés, etc, como fonte de renda para as famílias. Já na Terra Prometida, o cenário é de casas feitas de lonas, restos de madeira de armários, telhas e ferro. A maioria tem 1 a 2 cômodos, são extremamente quentes e não possuem local privado além de um pequeno banheiro. Nada separa a sala, da cozinha ou dos quartos, tudo parece um cômodo só. Em face do quadro analisado, pode-se apontar a inexistência ou forte precariedade e improvisação do acesso à água e esgoto nos lugares estudados os colocando à margem do mundo urbanizado.

EQUIPE: JÚLIA DE SOUZA PARESQUE, MAURO KLEIMAN

ARTIGO: 220

TÍTULO: ECONOMIA NAS ESCOLAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O evento de extensão "Economia nas Escolas" tem como objetivo central levar para alunos de Ensino Médio de escolas públicas discussões sobre temas econômicos, apresentando também alguns conceitos básicos para facilitar o entendimento acerca de questões que impactam a vida em sociedade.

O currículo escolar não costuma abordar Economia em sala de aula e o conhecimento se restringe, muitas vezes, aquilo que é vinculado às mídias sociais e aos meios de comunicação em geral, o que pode ser bastante superficial e parcial. Mas um maior entendimento sobre os processos econômicos é importante para se tomar determinadas decisões na vida cotidiana, profissional e política.

Os temas apresentados pelo "Economia nas Escolas" partem de conceitos básicos de economia que ouvimos constantemente na grande mídia (como PIB, inflação, renda etc), mercado de trabalho (emprego/desemprego, salário mínimo etc) e distribuição de renda (desigualdades e políticas públicas).

O evento é formado por três encontros semanais na escola nos quais participantes universitários exploram a interação com os alunos, a partir de dinâmicas e perguntas como estratégia de transmissão de conhecimento. E o evento tem trazido bons resultados tanto para os alunos de Ensino Médio que têm participado e descoberto coisas novas sobre Economia a partir das reflexões e apresentação de dados; como também para os discentes universitários que tem percebido como os não-economistas veem essas questões e quais são os problemas que tem gerado aflição e curiosidade nos jovens da nossa sociedade.

Assim como o projeto surgiu a partir de demanda de discentes de graduação e de pós-graduação, a forma de atuação desses participantes é ativa no evento, tanto na elaboração de conteúdo e material, como são eles os atores nas escolas, estando em contato direto com os alunos de Ensino Médio. Os docentes (coordenador geral e os coordenadores pedagógicos) são os facilitadores didáticos, que orientam os estudos dos discentes e auxiliam para a apresentação nas escolas.

EQUIPE: FERNANDA BAETA NEVES, RENAN RECHUEM, HENRIQUE SCHMIDT, WESLEY DINIZ, ALEXANDRE LAINO FREITAS, JOÃO SBOVIA, VALÉRIA PERO

ARTIGO: 263

TÍTULO: CONSUMO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTEXTO DA PRODUÇÃO AGROALIMENTAR NO ANO DE 2018

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Consumo sustentável no Brasil. Políticas públicas e o contexto agroalimentar no ano de 2018

Este trabalho se refere a uma pesquisa feita no período de 3 à 21 de dezembro, para o projeto Sustainable consumption, middle classes and agro-food ethics in the global south, cujo objetivo era identificar as diferentes formas institucionais envolvidas no consumo sustentável no Brasil com foco nas políticas de governo federal, políticas locais, cobertura da mídia; campanhas e marketing de empresas e varejistas e principais iniciativas da sociedade civil. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura cinza, termo referente a pesquisas não publicadas ou publicadas de forma não comercial.

Em outubro de 2018, o novo presidente brasileiro, Jair Bolsonaro foi eleito, sendo ele de extrema-direita e adepto ao pensamento neoliberal. Bolsonaro ameaçou não obedecer ao Acordo de Paris, deixar a ONU e anunciou a extinção de vários Ministérios, como o Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Cultura e Ministério da Reforma Agrária. O Ministério da Agricultura foi mantido, mas apontando Tereza Cristina como ministra, líder do agronegócio no congresso.

Apesar do corte de R\$ 29,6 bilhões, ocorrido neste ano promovido pelo bloqueio orçamentário em algumas áreas como educação, saúde, cidadania e meio ambiente, programas como o PAA e PNAE, que têm como objetivo promover a segurança alimentar da população por meio da aquisição de produtos da agricultura familiar, continuam, mas com um orçamento consideravelmente reduzido. A agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos que comemos, mas os mais de 4,5 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar ocupam somente 34% das terras cultiváveis, o restante está ocupado com a produção de gado, algodão, milho, soja, cana e outros produtos para exportação (**Pires, 2019**).

Outra medida preocupante tomada pelo governo foi o esvaziamento das funções do Conselho de Segurança Alimentar (Consea), formado por representantes do governo e da sociedade civil para formular diretrizes para o combate à fome e a melhoria da alimentação das pessoas. O Conselho buscava assegurar que políticas públicas que garantissem a segurança alimentar e nutricional, em todas as suas modalidades, continuassem prioritárias e com o seu fim, programas como o PAA, que fortalecem a agricultura familiar e promovem a segurança alimentar, podem continuar sofrendo com cortes e desmantelamentos. A decisão foi tomada no mesmo ano em que o Brasil pode voltar oficialmente ao mapa da fome da Organização das Nações Unidas (**Fuhrmann, 2019**).

Em suma, todas essas mudanças afetam o envolvimento institucional no consumo sustentável no Brasil, principalmente no que se refere às políticas de governo federal, sendo que já no período em que a pesquisa estava sendo realizada, era difícil prever o andamento da mesma para esse ano, já que as políticas vigentes poderiam mudar.

EQUIPE: GEOVANA LOPES PRATS, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

ARTIGO: 295

TÍTULO: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE DESINFORMAÇÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Trata-se dos resultados de um trabalho de conclusão de curso que tem como objetivo apresentar um estudo da prática informacional da produção do conhecimento sobre desinformação. Utiliza como principal justificativa a necessidade de intensificar a visibilidade ao tema e soluções em meio ao cenário da desordem informacional. Para isto, indica um referencial teórico que traça a perspectiva histórica do tema de acordo com Volkoff (2004), Fallis (2015), Zattar (2017), Wardle (2017), Derakhshan (2017) entre outros que se fazem necessários. Utiliza uma metodologia exploratória e descritiva realizada a partir do levantamento bibliográfico nas bases de dados referenciais Web of Science, Scopus, Information Science and Technology Abstracts (ISTA), Library and Information Science Abstracts (LISA), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) para a coleta de dados obtidos em buscas sistematizadas por palavras-chave. Procura identificar possíveis núcleos da temática como também os índices da produção científica a partir da realização da análise de conteúdo dos resultados obtidos na busca. Conclui como este fenômeno está se comportando na atualidade e que é necessário que os estudos indiquem meios de combate eficazes e aplicáveis às situações reais.

EQUIPE: ANA CAROLINA CIATTEI ABAD, MARIANNA ZATTAR

ARTIGO: 304

TÍTULO: AÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NA INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Apresenta um trabalho de conclusão de curso que fez uma revisão de literatura sobre a produção científica do profissional bibliotecário na área da Inteligência competitiva no campo de estudos da Informação. Desta maneira, exhibe um arcabouço teórico sobre o tema Inteligência competitiva tendo por base autores reconhecidos na área, tais como Gomes, Braga e Pereira, propondo uma reflexão sobre as características dinâmicas e complexas da sociedade da informação e o alto valor agregado à informação, que passa a ocupar um lugar estratégico na gestão das organizações. Assinala também as definições referentes ao profissional bibliotecário a partir da legislação atualizada e da literatura da área, tomando como referência as autoras Cunha e Crivellari, entre outros, e documentos relativos à implementação do curso no Brasil. Estabelece o emprego do método científico exploratório, como modelo de pesquisa utiliza o levantamento bibliográfico e aplica uma análise primeiramente quantitativa e posteriormente qualitativa dos dados. O campo de pesquisa é composto pelas bases de dados referenciais Library and Information Science Abstracts (LISA) e Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), delimitando as publicações à área da Ciência da Informação em esfera nacional e internacional, determina os critérios para fixação da população e amostra e, por fim, das técnicas de coleta e análise dos dados que compõem a pesquisa, submetendo ainda toda a amostra à pesquisa nas plataformas Lattes e Sucupira. Expõe como resultado o panorama da produção científica da área desenvolvida por bacharéis em Biblioteconomia, apresentando a trajetória dessa produção ao longo dos anos, bem como a dispersão dos artigos por periódicos e região de publicação, identifica os autores que mais publicaram sobre a temática, analisa a classificação Qualis-Periódicos dos artigos e elabora a representação temática dos mesmos. Conclui, a partir do conjunto de dados recuperados e estruturados, que o bibliotecário tem significativa participação na produção científica da área de Inteligência competitiva e que esse interesse foi manifestado logo que a temática se consolidou como matéria do conhecimento científico, apresentando considerável acentuação na última década.

EQUIPE: ELIDÁRIA APARECIDA ALVES DA ROCHA, MARIANNA ZATTAR

ARTIGO: 344

TÍTULO: MAGIA ALÉM DO TEMPO E DAS PALAVRAS: A MEMÓRIA ORAL EM AS CRÔNICAS DE NÁRNIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A série de livros inglesa As Crônicas de Nárnia conta-se a história de uma terra mágica de mesmo nome desde sua criação até seu fim em sete histórias, dos mais variados protagonistas. Após a leitura feita no conjunto da obra, entende-se que Nárnia é um reino mágico em que sua entrada é permitida exclusivamente quando Nárnia precisa de auxílio. E somente é possível e permitida a saída quando a mesma compreende que ao ajudá-la, obteve-se conhecimento e evolução pessoal. A obra subverte qualquer perspectiva de relação temporal entre os mundos. Dentre os diversos personagens que transitam pelas histórias, a pesquisa focará somente na figura do professor Kirke e das histórias das quais

ele participa, pois cabe ao personagem transmitir, oralmente, as memórias de Nárnia no nosso mundo, por meio da narrativa. Entende-se, nesta perspectiva, que a narrativa é um importante vetor na complexa construção das identidades e compartilhamento de experiências, através da memória. A pesquisa tem caráter exploratório, de natureza qualitativa, mesclando a fundamentação teórica dos conceitos utilizados com a obra, tanto nas versões bibliográfica quanto cinematográfica. A fundamentação teórica está ancorada nos trabalhos de Halbwachs (2006), Bergson (2006), Lechner (2009) e Candau (2005, 2018). Para a Ciência da Informação, o trabalho procura evidenciar a importância da memória oral, sua persistência e suas flutuações quando transmitida a outros indivíduos.

EQUIPE: ANTONIO JOSE BARBOSA OLIVEIRA, MARLENE VASCONCELOS MORAES DE OLIVEIRA, BEATRIZ MARQUES DE SOUZA RIOS

ARTIGO: 372

TÍTULO: **ANÁLISE DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DOS ESTUDANTES INGRESSANTES PELA AÇÃO AFIRMATIVA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA FACC/UFRJ: DESAFIOS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A implementação das Ações Afirmativas (AA) na UFRJ além de tardia, se comparada a outras universidades públicas que implantaram suas políticas no início dos anos 2000, não ocorreu sem resistências. Estas ações, também conhecidas como políticas de reconhecimento ou de discriminação positiva se distinguem, sobretudo pelo seu caráter específico, ou seja, são ações voltadas para grupos que vivem em condições históricas de subalternidade, como os negros, mulheres, portadores de deficiência, homossexuais, dentre outros (SALVADOR; HERINGER; OLIVEIRA, 2014). No ano de 2011, a universidade, por meio do seu Conselho Universitário, optou pela reserva de vagas para alunos oriundos apenas de escolas públicas estaduais que ingressassem pelas vagas disponibilizadas através do ENEM. No ano de 2012, a UFRJ decidiu utilizar exclusivamente o sistema ENEM/SISU para ingresso nos cursos de graduação, destinado 30% das vagas oferecidas em cada curso para reserva de vagas, aliando ao critério escola pública (já adotado no ano anterior), critério de renda, definindo o valor de um salário mínimo per capita familiar como limite desse critério. Em 2013, considerando a necessidade de aplicar o estabelecido na Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 ("Lei de Cotas"), o Conselho Universitário definiu o percentual de vagas em 30% e 50%, respectivamente, para o ingresso nos anos de 2013 e 2014, para os candidatos oriundos de escola pública, mantendo o critério de renda ao estabelecido na referida Lei. Esta pesquisa consiste na obtenção de dados empíricos para análise das condições de permanência e da trajetória acadêmica dos alunos ingressantes pela AA nos cursos da FACC. Objetiva-se evidenciar, num primeiro momento, a situação de matrícula dos alunos ingressantes em 2014 nos referidos cursos. Pretende-se: a) observar se a matrícula continua ativa ao final de 2018/2, no mesmo curso de ingresso; b) verificar se os ingressantes nas diversas modalidades de AA continuam com matrícula ativa em 2018/2, mas em curso diferente daquele em que ingressaram; c) identificar (quantitativamente) os casos de trancamento ou abandono; d) verificar se os alunos ingressantes descritos "a" e "b" (desde que a mudança seja para os cursos do CCJE) estão com trajetória acadêmica compatível com a média dos estudantes do curso. Os dados servirão para o acompanhamento dos estudantes ingressantes pela AA, oferecendo parâmetros para a aferição dos impactos decorrentes da Lei de cotas. O referencial teórico está ancorado em Bourdieu (1998) e Coulon (2008).

EQUIPE: ANA LUCIA RAMOS DA SILVA, ANTONIO JOSE BARBOSA OLIVEIRA, ELIANE RIBEIRO PEREIRA

ARTIGO: 415

TÍTULO: **REALOCANDO DESEMPREGADOS NAS PRISÕES**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O objetivo do presente artigo é analisar os impactos da grande crise econômica da década de 1970 nos métodos de "gestão da miséria" perpetrados pelos Estados capitalistas, especialmente o avanço deliberado de políticas de encarceramento e repressão à assim chamada "criminalidade", supostamente em expansão. Apreendendo a produção de teóricos marxistas do Estado, produzida desde os clássicos Marx e Engels passando por Nico Poulantzas e Joachim Hirsch, compreendemos que o Estado capitalista é um produto da sociedade burguesa (portanto, interno a ela) engendrado por suas próprias contradições e que lhe serve como amortecedor destas, impedindo-as de dissolver a própria sociedade que as contém. Sob esta ótica buscamos compreender como a reestruturação produtiva operada mundialmente, a nova divisão internacional do trabalho, o avanço do capital financeiro e do neoliberalismo produziram um reordenamento nos métodos de controle da miséria (fruto das contradições citadas acima) empregados por este Estado, contribuindo para a consolidação daquilo que Loïc Wacquant categorizou como "Estado Penal", uma forma do Estado capitalista que aposta cada vez mais na punição à parcela mais miserável da classe trabalhadora, implantando um cenário de verdadeira guerra aos pobres.

EQUIPE: FLÁVIO ALVES COMBAT, FABIANO FERREIRA

ARTIGO: 423

TÍTULO: **ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE GESTÃO DE DADOS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO NA BASE DE DADOS REFERENCIAIS DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (BRAPCI)**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

As pesquisas científicas possibilitam a produção de novos conhecimentos que são registrados por meio dos textos científicos. A análise dessa produção científica é objeto de estudo de vários profissionais, inclusive bibliotecários e cientistas da informação. Nesse contexto, a bibliometria é uma ferramenta bastante utilizada, pois permite medir os índices de produção científica. A partir de sua aplicação é possível realizar uma avaliação tanto quantitativa quanto qualitativa do conhecimento. Assim, o presente trabalho visa analisar a produção científica sobre gestão de dados a partir da análise de indicadores bibliométricos utilizando a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). A gestão de dados é um tema atual para a área de Biblioteconomia em vista da evolução da ciência de dados, sendo bastante importante a identificação de tais produções na área. Para desenvolvimento desta pesquisa fez-se uso de uma metodologia com foco nas pesquisas bibliográficas e documental para realizar análises quantitativas e qualitativas dos resultados, tomando como campo de observação a temática da gestão de dados na BRAPCI. O resultado esperado é contribuir significativamente com a produção científica para a biblioteconomia na evolução desse assunto que propõe um novo campo de atuação profissional.

EQUIPE: MARIANA FERNANDEZ DOS REIS, DELANA OLIVEIRA, CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE

ARTIGO: 425

TÍTULO: **BENCHMARKING: UM OLHAR PARA AS MELHORES PRÁTICAS DE EMPRESAS JUNIORES EM BIBLIOTECONOMIA.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

A Empresa Júnior é desenvolvida por iniciativa de alunos que buscam se aprimorar e aplicar na prática os conhecimentos obtidos na graduação. É uma associação sem fins lucrativos que gera soluções para diferentes áreas de atuação. Os alunos que participam dessa iniciativa podem desenvolver seus aspectos comportamentais e técnicos que são bastante importantes para seu desempenho nas organizações. Além disso, essa experiência pode ser um diferencial no mercado de trabalho que é altamente competitivo. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo a identificação das empresas juniores em biblioteconomia. A ideia inicial é realizar um benchmarking dessas empresas para analisar as melhores práticas, identificando a história, a estrutura e as atividades propostas. Para isso, a metodologia a ser utilizada envolve uma pesquisa de campo, de forma quantitativa e qualitativa, e bibliográfica. Esta pesquisa surgiu da necessidade de estimular a atuação prática do estudante sob a perspectiva empreendedora, possibilitando a aproximação dos futuros profissionais com as empresas. Espera-se que as informações obtidas contribuam para a implantação de uma Empresa Júnior no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

EQUIPE: MARIANA FERNANDEZ DOS REIS, DELANA OLIVEIRA, CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE

ARTIGO: 457

TÍTULO: ACORDO MARCO GLOBAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA: UMA ANÁLISE DO ACORDO ENTRE A INDUSTRIALL E A ENEL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Acordos Marco Globais (AMG) ou Internacionais (AMI) são acordos entre uma ou mais corporações transnacionais e uma ou mais entidades sindicais globais que estabelecem marcos para as relações industriais/ empresarias para toda a corporação e, às vezes, de toda a cadeia produtiva.

Adotaremos o método sócio-jurídico crítico na abordagem do tema e analisaremos o AMG firmado entre a IndustriALL e a Enel em 2013, observando-se sua existência, validade e eficácia e a possibilidade de internacionalização de direitos humanos e laborais.

A IndustriALL é uma federação que representa 50 milhões de trabalhadores em 140 países e luta por melhores condições de trabalho e direitos sindicais em todo o mundo. Os Acordos Marco Globais têm sido uma forma de buscar efetivar e globalizar direitos humanos e laborais.

Neste trabalho, utilizamos a classificação da autora María Vidal para fins de classificação do acordo analisado: (1) os "simples acordos de direitos", que seriam aqueles que apenas abordam os direitos fundamentais de trabalho estabelecidos pela OIT; (2) os que "se aproximam de um acordo coletivo", incluindo aqueles que vão além da mera reprodução de direitos fundamentais e estabelecem outros direitos e obrigações a serem respeitados.

O objetivo do presente trabalho é analisar o AMG firmado entre essa federação e Enel, observando seus limites e a possibilidade de ser um recurso do poder de organizações de trabalhadores em conquistar direitos sociais e buscar reduzir o *dumping* social (prática reiterada pela empresa do descumprimento dos direitos trabalhistas e da dignidade humana do trabalhador, visando a obter redução significativa dos custos de produção, resultando em concorrência desleal) no mercado globalizado, e estudar questões referentes a existência, validade e eficácia de tal acordo.

Assim, nossa hipótese é que esses acordos têm potencial para serem importantes meios de conquista de direitos trabalhistas e de resistência a "remercadorização" do trabalho.

EQUIPE: ANA BEATRIZ BUENO DE JESUS, GIULIA VALENTE DE CUNHA, LUDMILA COELHO DE SOUZA BARROS, PAOLA BRUNO RISCAROLLI, VANESSA MAGALHÃES TOCANTINS, DANIELE GUEIROS, ANA LUÍSA DE SOUZA CORREIA DE MELO PALMISCIANO, BRUNA DA PENHA DE MENDONÇA COELHO

ARTIGO: 502

TÍTULO: CONSTRUÇÕES BIAGRÁFICAS E PRODUÇÃO DA VERDADE: COMENDO IMAGETICAMENTE CULPADOS E VÍTIMAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O objetivo dessa pesquisa é compreender como os recursos visuais são apropriados, ou mobilizados, para construção de imagens dos sujeitos que ocupam o lugar de réus ou criminosos e vítimas nas construções das biografias e, conseqüentemente, no processo de realização da elaboração da verdade judicial e midiática. O imagético possui papel central na produção das biografias judiciais e midiáticas que, por sua vez, estão inseridas como parte de conjuntos de práticas na produção da verdade feita por cada uma dessas instituições. Isso significa dizer que as biografias, com suas formas visuais, permeiam o processo de produção da verdade na medida que a construção biográfica é prática constante dessas entidades, que as constroem a partir de seus referenciais e objetivos institucionais. Assim, parte da elaboração da verdade dos acontecimentos dá-se na formação da imagem visual dos envolvidos. O interesse midiático é da ordem da espetacularização e o judiciário do embate ritual judicial.

Com isso, na presente pesquisa, buscamos entender quais mobilizações imagéticas podem ser feitas nesse contexto, como os recursos visuais são apropriados e quais montagens imagético-discursivas (Pastori) são feitas para serem acopladas às biografias. Trata das montagens imagético-biográficas em meio ao processo de produção da verdade judiciária e de produção da verdade midiática. E nesse sentido que proponho dois tipos diferenciados de formação dessas biografias. Uma primeira seria a construção biográfica realizada nas instâncias judiciais, a fim de constituir o perfil dos envolvidos diretamente no caso e (des)legitimar suas ações a partir do entendimento de que são. Já as biografias midiáticas estariam comprometidas em construir vítimas e criminosos, em palco de espetáculo, para seu produto rentável final. Proponho também que as construções biográficas produzem enquadramentos, na perspectiva de Judith Butler.

Tendo como perspectiva o olhar etnográfico, a metodologia abrange: entrevistas com profissionais do direito e da Imprensa, levantamento e análise do material produzido pela Imprensa e pelo Judiciário.

EQUIPE: MARINA CABADA POLYDORO, MARCELO DE MEDEIROS REIS FILHO DE MEDEIROS REIS FILHO, LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA

ARTIGO: 510

TÍTULO: A CONSTRUÇÃO DA REPUTAÇÃO INDIVIDUAL NAS CORTES LATINO-AMERICANAS E NO STF: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A construção da figura do que pode chamar-se de "super juiz" é uma constante nos ordenamentos jurídicos. Podemos mencionar nessa linha a adoção de nomes, por parte das cortes, dos magistrados que mais se destacam (positiva ou negativamente) em determinados períodos: a "Corte Marshall", nos Estados Unidos ou, em solo brasileiro, com o que alguns doutrinadores chamaram de "Corte Gilmar Mendes". A doutrina brasileira também tem chamado o fenômeno de "Ministocracia" (ARGÜELHES, RIBEIRO, 2018), atualizando a noção de "Supremocracia"

(VIEIRA, 2008) na relação do Supremo Tribunal Federal com os demais poderes.

Segundo nosso entendimento, e com base na obra de Nuno Garoupa e Tom Ginsburg (2015), a construção de *personas* públicas pelos ministros seria fruto da construção de uma *reputação judicial* frente a suas audiências. Nosso cálculo é de que o acúmulo de reputação individual poderia fazer com que o integrante do Poder Judiciário alcançasse maior prestígio nos estratos sociais levando-o, normalmente, a carreira política (seja no Poder Executivo ou no Poder Legislativo) ou a acumulação do que Pierre Bourdieu chamou de “capital político”, fazendo com que este possa agir de forma antidemocrática e, ainda assim, disponha do que popularmente é chamado de “crédito na casa”.

Nesse sentido, é possível tecer, por meio do método comparativo, correlações entre as Cortes Latino-Americanas no que tange à problemática exposta, já que o chamado Novo Constitucionalismo Latino-Americano traça o roteiro de atuação de tais atores, como a ampliação de competências de julgamento ou a ratificação da teoria dos *checks and balances*, com o objetivo de controle mútuo.

A pesquisa será realizada por meio de análise qualitativa e comparativa, recorrendo-se de bibliografia especializada e artigos científicos os quais versam sobre a temática em análise. Isso significa que a pergunta de partida dos autores é: como um membro do Poder Judiciário, na América Latina, pode construir a sua reputação individual e auferir benefícios políticos desse agir estratégico?

Cumprir informar que os autores não buscam o esgotamento do tema, já que o mesmo é construído diariamente por meio de veículos de mídia (no caso brasileiro, a TV Justiça) ou de votos emblemáticos, fazendo uso de jogos de palavras, opiniões pessoais ou político-partidárias, o que apresentar-se como uma ameaça aos valores previstos na Carta Maior. Assim, buscamos investigar como o fenômeno se constrói no Brasil e em outros países do Eixo-Sul.

EQUIPE: JOSÉ RIBAS VIEIRA, FERNANDA LAGE ALVES DANTAS, KARINA DENARI GOMES DE MATTOS, VITOR JORGE GONÇALVES VASCONCELOS

ARTIGO: **600**

TÍTULO: **COMUNS URBANOS E SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO. ALTERNATIVAS DE GOVERNANÇA? UMA REVISÃO DE LITERATURA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Nos últimos dez anos, em concomitância com a mais recente das crises do capitalismo contemporâneo, a discussão sobre bens comuns tem tomado espaço no debate acadêmico, gerando novas vertentes, como a dos comuns urbanos (Tonucci Filho Costa, 2017). A abordagem comunitária deixa entrever formas alternativas de modelos econômicos ou, pelo menos, formas alternativas de abordar o modelo capitalista. A associação entre comuns e urbanos é relevante devido à preeminência das cidades como modelo de assentamento humano desta fase histórica e como laboratório de governança dos bens e dos serviços públicos. A expansão do debate, junto à necessidade de aprimorar respostas científicas concretas como alternativas ao capitalismo neoliberal, tornam a revisão bibliográfica do tema valiosa. Esta pesquisa aborda este objetivo de forma específica, focando sobre uma determinada categoria de bens comuns urbanos (BCU), os serviços de saneamento básico. Em que medida os serviços de saneamento básico, em áreas urbanas, têm sido enxergados e gerenciados como BCU? Até hoje, quanto tem sido escrito sobre este tema e como, ao nível conceitual, a questão tem sido articulada? O trabalho tem adotado uma abordagem metodológica empírica e qualitativa. Por não ter acesso a plataformas fechadas como o Scopus, optamos por basear a busca em duas opções abertas: Google Acadêmico e o SciELO. Identificamos uma sequência de palavras-chave: “Urban Commons; Common-pool resources; Urban sanitation; Sanitation Governance; Water Supply; Municipal Waste Management”, que no SciELO também foram colocadas em português e espanhol. Uma lista de critérios, para poder operar uma primeira seleção dos artigos, foi montada. A saber: 1- presença das palavras-chaves e das três principais dimensões conceituais (Comuns, urbano, saneamento). 2- Publicação entre 1969 e 2019. 3- Formato de artigo científico publicado em revista. Assim foram selecionados 25 artigos em cima de um universo de 2601 publicações encontradas com as palavras-chaves. Aplicando a técnica bola de neve às referências dos artigos previamente selecionados, acrescentamos mais 16 artigos. A análise dos resultados tem levado entre outras conclusões às seguintes: a maioria das contribuições sobre BCU se concentram entre 2011 e 2017; o papel e as potencialidades dos BCU são enxergadas de forma diferente pelos autores e não faltam perspectivas críticas; a questão do saneamento é representada quase exclusivamente pelo serviço de água e esgoto, o que provavelmente se dá por conta da gestão de resíduos sólidos não ser um típico common-pool resource; o uso de conceitos alternativos, próximos ao de bens comuns, cria barreiras conceituais que deveriam ser superadas para fortalecer a capacidade de impacto das pesquisas. Assim a literatura sobre ação coletiva e a dos comuns urbanos deveriam dialogar mais entre si.

EQUIPE: MARIA CLARA FERRERI PAULA SILVA, ANTONELLA MAIELLO

ARTIGO: **629**

TÍTULO: **COMO GOOGLE E SAMSUNG CONSIDERAM A ECONOMIA CIRCULAR NA OBSOLESCÊNCIA DE SEUS DISPOSITIVOS CAUSADAS PELAS ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARE ?**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A economia circular (EC) é um tema que vem ganhando bastante visibilidade por parte de organizações e governos por conta da sua proposta de desperdício zero e métodos que trazem consequências positivas nos três pilares da sustentabilidade – econômico, ambiental e social. Este trabalho visa avaliar de forma preliminar o seguinte aspecto: o rápido avanço tecnológico representado pelas atualizações de software em dispositivos eletrônicos, tais como smartphones e computadores, é um fator que dificulta a transição para economia circular, tendo em vista que esses procedimentos aceleram sua obsolescência? Samsung e Google são objeto do trabalho. A pesquisa busca realizar um levantamento de como era o tratamento do lixo eletrônico de tais empresas no passado e analisar o atual comportamento das mesmas diante das propostas da EC, incluindo as adaptações necessárias em seus modelos de operação ao se depararem com os desafios da EC. A pesquisa é qualitativa, onde são apresentados estudos de caso de ambas empresas, complementada por uma análise comparativa entre as duas, tendo como fonte dados secundários das próprias organizações pesquisadas e artigos científicos publicados em periódicos internacionalmente reconhecidos.

EQUIPE: MIRIANE PINHEIRO, ELAINE MARIA TAVARES RODRIGUES, GUSTAVO CATTELAN NOBRE

ARTIGO: **640**

TÍTULO: **O CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO GOVERNAMENTAL: ATORES POLÍTICOS E SUAS PRÁTICAS NO BRASIL HODIERNO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente estudo tem como objetivo geral compreender o impacto da participação de atores políticos como forma de controle social na gestão governamental brasileira hodierna. Com o intuito de alcançar esse fim, o trabalho evidenciará noções e divergências acerca dos conceitos de participação e controle social; mapeará múltiplas formas de exercício de participação e controle social na gestão governamental brasileira; e identificará, com base no referencial teórico constituído, as características e práticas das organizações sociais que possibilitem um controle social mais efetivo. Pautando-se nos conceitos de Habermas, Danner (2015) explicita que os atores políticos da sociedade civil - os movimentos sociais, as iniciativas cidadãs e os grupos culturais - dinamizam e estimulam uma esfera pública visando o bem comum, a qual contraria aspectos hegemônicos da estrutura administrativa-partidária e de interesses comerciais. Compreendidos de forma ampla, os

movimentos sociais possuem seu legado baseado nas transformações culturais que proporcionam à população em defesa da democracia e de práticas democráticas, e propiciam aos cidadãos um papel de autonomia capaz de afetar a esfera pública (CASTELLS, 2017). Para tanto, o trabalho se caracteriza como de natureza qualitativa, visto que foca na compreensão das relações entre os agentes envolvidos nos estudos empíricos das organizações sociais que serão observadas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Quanto ao instrumento de coleta de dados, também se pode classificar a pesquisa como documental, pois a origem das fontes observadas está para além da literatura do tema e também abarca materiais como documentos jornalísticos, reportagens investigativas e documentários que exemplifiquem intervenções na gestão governamental. Em relação ao objetivo, como se pretende explicar o porquê das coisas e compreender a ocorrência dos fenômenos em questão, opta-se pelo estudo explicativo (GIL, 2008). Ao segmentar os casos analisados, por fim, o trabalho pretende propor práticas efetivas que potencializem o exercício do controle social pela sociedade civil.

EQUIPE: FELIPE TINOCO, RICARDO HENRY DIAS ROHM

ARTIGO: 651

TÍTULO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA REDE NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO BAMBÚ - REDEBAMBU/BR: UM COMPARATIVO ENTRE A PLATAFORMA LATTES E O PORTAL CAPES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A partir da década de 1970 cientistas e estudiosos começaram a explorar materiais locais não convencionais de baixo custo energético, como fibras vegetais e bambu, a fim de substituir materiais industrializados, altamente poluentes e de alto consumo de energia em sua produção. Embora seja técnica e cientificamente comprovado que os materiais e tecnologias não convencionais apresentam vantagens significativas em relação aos materiais convencionais industrializados, os mesmos não têm sido utilizados em grande escala. Dessa forma, por meio da Chamada MCTIC/AÇÃO TRANSVERSAL/CNPq no. 66/2013, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) criou a RedeBambu/BR no âmbito da PNMCB – Política Nacional de Incentivo ao Manejo e Plantio do Bambu, com o intuito de apoiar projetos de pesquisa que tratem do tema. No âmbito de Projeto de pesquisa com auxílio da FAPERJ intitulado “Modelo para Avaliação das Ações de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Bambu - RedeBambu/BR”, o presente estudo tem como objetivo geral efetuar buscas no contexto da produção científica desenvolvida pelos proponentes indicados no resultado da Chamada 66/2013, sobre a temática *bambu*, indicando as contribuições da biblioteconomia, por meio de análises bibliométricas e redes sociais. A metodologia adotada é de estudo exploratório envolvendo a consulta à literatura especializada e a documentos de diversos órgãos concernidos pela RedeBambu/BR recuperados através do Lattes/CNPq dos proponentes e do Portal Capes. Indica como resultado do estudo a efetiva produção científica na Rede, bem como um comparativo entre os dados recuperados nas duas bases utilizadas, evidenciando a importância de tomar conhecimento da finalidade de cada uma antes de se realizar uma pesquisa. Dentre as recomendações apontadas neste estudo, destacam-se: o bom uso da bibliometria; uma maior consideração das necessidades de informações dos usuários dos projetos e programas; a criação e a manutenção de uma base de dados de natureza pública verificáveis, controláveis e pertinentes e; uma maior aproximação das células de planejamento e avaliação aos centros de decisão.

EQUIPE: PIERRE OHAYON, SARA LOPES CORRÊA

ARTIGO: 659

TÍTULO: LIBERDADE SINDICAL E ENQUADRAMENTO: DESAFIOS NO CENÁRIO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PERMANENTE E REFORMA TRABALHISTA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O mundo do trabalho vivencia profundos processos de reestruturação produtiva permanente (Antunes, 2018), em um cenário pós-fordista. Das mudanças na organização produtiva com a descentralização de setores empresariais pela terceirização, a partir do Toyotismo, expande-se a triangulação entre empresas, inclusive com introdução de tecnologias disruptivas e da *uberização* (Slee, 2017). Acrescentam-se a este panorama as mudanças realizadas no âmbito da reforma trabalhista brasileira, em especial pelas Leis nº 13.429 e 13.467/2017. Este cenário desafia questões fundamentais para o direito do trabalho brasileiro, cuja importância é renovada: enquadramento sindical, definição da norma aplicável aos trabalhadores, atuação dos sindicatos, liberdade sindical etc. A Liberdade Sindical é princípio das normas internacionais do trabalho, acolhido com mitigações na Constituição. Não obstante a autonomia e o enquadramento espontâneo previstos na Constituição, subsiste – dentre outros problemas – o conceito de enquadramento, fixado em um paradigma fordista, e portanto, desatualizado em relação a novos modelos produtivos e consequentes alterações no mundo do trabalho. Com base no estudo das mudanças históricas e da necessária atualização da forma de organização sindical, a pesquisa fomenta a reflexão acerca dos problemas decorrentes do enquadramento legal a partir do critério da atividade preponderante do empregador. Frente a isso, surgem diversos questionamentos, dentre os quais, como se sindicaliza o terceirizado que exerce atividade-fim na empresa tomadora de serviços? Como enquadrar o trabalhador intermitente, com seus diversos empregadores? Como é realizada a organização coletiva dos trabalhadores que exercem suas funções por intermédio de plataformas? Sem pretensão de responder a tais questões, a pesquisa examina o contexto histórico em que foram delineados os critérios para a classificação de categoria profissional, bem como o momento atual e trabalha a representação dos sindicatos atualmente registrados para análise do quadro brasileiro. O objetivo deste trabalho, amparado nas discussões da disciplina *Direito Coletivo do Trabalho* e no âmbito do projeto “Mapeamento de Sentidos e Impactos da Reforma Trabalhista” é problematizar os desafios atuais à sindicalização, em razão da permanência de conceitos arcaicos de enquadramento, no cenário de flexibilização das relações laborais, em articulação com a Liberdade Sindical. Trata-se de estudo no campo do direito coletivo, com ênfase na compreensão da historicidade dos institutos de categoria profissional e enquadramento sindical, estruturados a partir do corporativismo (Silva, 2014), em confronto com as diretrizes constitucionais e internacionais de liberdade e autonomia sindical. Com suporte bibliográfico sobre sindicalismo e direito coletivo, organização produtiva e reforma trabalhista, utiliza-se de levantamento legislativo, jurisprudencial e documental para examinar o contexto brasileiro contemporâneo.

EQUIPE: MAYSA SANTOS DE ANDRADE, SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA

ARTIGO: 695

TÍTULO: DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DE ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO? UMA ANÁLISE DA TEORIA POR TRÁS DO NAMA E DOS INTERESSES BRASILEIROS NA NEGOCIAÇÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A teoria neoclássica, baseada nos conceitos de vantagens comparativas, defende na economia mundial acordos de liberalização econômica como o caminho para o desenvolvimento. Nesse contexto, acordos como o NAMA (Acesso aos Mercados Não-Agrícolas) são apresentados pelos países centrais na OMC como a chave para o desenvolvimento dos países periféricos. Todavia, o que se observa na realidade é a agenda liberalizante sendo pressionada aos países em desenvolvimento enquanto não se observa a contrapartida dos países desenvolvidos na redução de subsídios agrícolas. E tais liberalizações significam muitas vezes o abandono do desenvolvimento da indústria nacional e aumento das desvantagens dos países periféricos. O presente trabalho pretende demonstrar críticas ao caminho neoliberal para o desenvolvimento dos países periféricos. E, através de estudos de impacto do NAMA, demonstrar que o caminho para o desenvolvimento econômico brasileiro através da liberalização do comércio proposta pelo acordo pode gerar desvantagens para o Brasil. Além de cercear o pouco espaço que nos resta para implementação de políticas econômicas em prol do desenvolvimento industrial e da mudança da nossa estrutura produtiva e inserção na divisão internacional do trabalho.

EQUIPE: KALLY REGINA GARBELINE OLIVIERA, MARGARITA OLIVERA

ARTIGO: 711

TÍTULO: CONCORRÊNCIA BANCÁRIA DURANTE A GUERRA AOS JUROS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Em 2012, o governo Dilma iniciou uma política conhecida como Guerra aos Juros, que se tratava da redução dos juros dos bancos públicos por ordem da presidência para pressionar a redução dos juros dos bancos privados. Isto ocorreu após a queda da SELIC em 2011 aparentemente não surtir o efeito desejado nos preços dos juros bancários. Nossas perguntas são 1) Esta política obteve sucesso na redução dos juros praticados pelos bancos privados? 2) Caso sim, esta queda dos juros foi resultado da mudança nos bancos públicos ou da queda da SELIC? Nossa metodologia parte de um modelo de oligopólio de Bertrand para explicar a relação entre preços dos bancos. Os segmentos de crédito bancário estudados são: para pessoa jurídica, conta garantida e desconto de duplicatas, e para pessoa física, cheque especial e aquisição de veículos; usando dados mensais do Banco Central do Brasil. O modelo empírico avalia se o comportamento dos preços dos mais importantes bancos em cada segmento de crédito estudado previsto por determinantes de juros seguiu a mudança dos juros de forma unilateral dos bancos públicos. Foi observado que os bancos públicos e privados internacionais seguiram à imposição de queda nas taxas de juros nos bancos do governo federal, enquanto os bancos privados nacionais não responderam.

EQUIPE: ALESSANDRA BASTOS, EDUARDO PONTUAL RIBEIRO

ARTIGO: 746

TÍTULO: LIDERANÇA TRANSFORMADORA E O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Em um cenário no qual o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) alcança um público cada vez maior, é fundamental que se entenda o potencial destas ferramentas para a prática do ativismo, e que se compreenda quais estratégias se tornam possíveis a partir de seu emprego (TUFEKCI, 2017). Na tentativa de ressignificar a horizontalidade dos movimentos sociais contemporâneos propostos por Castells (2017), é preciso entender não só o papel das organizações ativistas, mas também a necessidade de lideranças transformadoras (ROHM; CABRAL, 2003). Assim, esta pesquisa visa responder à seguinte pergunta: **de que formas a liderança de um movimento social pode empregar as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para alcançar os objetivos de seu movimento?** Para tanto, é preciso: 1. explicitar os conceitos de liderança transformadora e movimentos datativistas; 2. analisar o papel da liderança transformadora dentro de um movimento datativista, considerando sua importância, os riscos a que pessoas ou seus grupos estão expostos e considerando as novas estruturas hierárquicas dos movimentos sociais; 3. elencar os benefícios e os perigos da facilidade de uso das novas tecnologias; e, 4. explicitar as estratégias da liderança transformadora frente aos novos movimentos sociais, sinalizando seu impacto no engajamento dos indivíduos. Por descrever um fenômeno baseado em relações sociais e compreendido a partir de análises não-métricas, a pesquisa terá natureza qualitativa. Será explicativa, visando retratar a ação da liderança transformadora ativista dentro dos movimentos sociais contemporâneos que empregam as TIC, e aplicada, pois busca, por meio da produção do conhecimento, auxiliar os indivíduos a intervirem na realidade. Em relação à coleta dos dados, será realizado um levantamento bibliográfico para revisão de literatura científica acerca do tema, além de uma pesquisa documental para levantar exemplos de ação do uso das TIC por estas lideranças. Desta forma, espere-se, com a pesquisa, identificar as competências necessárias para que a liderança transformadora datativista possa elaborar estratégias utilizando-se das TIC.

EQUIPE: SOFIA XAVIER, SARA HUMMEL, RICARDO HENRY DIAS ROHM

ARTIGO: 772

TÍTULO: POLÍTICAS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO: O CASO DO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O Estado do Rio de Janeiro (ERJ) concomitantemente a um processo de desindustrialização ocorrido a partir de 1995, progressivamente se especializou na produção de bens intermediários, com ênfase na extração de petróleo e gás. Este quadro reforça a necessidade de políticas de apoio ao empreendedorismo, uma vez que a produção de bens intermediários é pouco intensiva em mão de obra e o processo de desindustrialização atinge a geração de empregos qualificados e de maior renda. Este trabalho se insere num projeto de pesquisa cujo objetivo é, numa primeira etapa, mapear as políticas de apoio ao empreendedorismo existentes no Estado do Rio de Janeiro. Numa segunda etapa, identificar os principais atores envolvidos no desenho de cada política, o seu contexto de formulação e as relações entre empreendedores e instituições. Numa terceira etapa, identificar qual abordagem (ortodoxa ou evolucionária) fundamenta o desenho destas políticas. O projeto pretende assim contribuir para uma reflexão crítica sobre as políticas públicas de apoio ao empreendedorismo no Estado do Rio de Janeiro.

Este trabalho apresentará os resultados da primeira etapa, ou seja, uma análise das políticas de apoio ao empreendedorismo existentes no ERJ. A metodologia consiste em localizar artigos científicos revisados por pares, além de teses e dissertações sobre os seguintes temas: economia fluminense, políticas de apoio ao empreendedorismo, relação entre empreendedores e instituições. Na introdução do trabalho será apresentada uma síntese dos artigos encontrados sobre a relação do empreendedorismo com o crescimento e com o desemprego; na segunda seção, serão apresentados os conceitos de empreendedorismo e os objetivos da política; na terceira seção serão identificadas as principais políticas de apoio ao empreendedorismo no ERJ nos últimos cinco anos. Por fim, será feita uma análise destas políticas com base na literatura encontrada. A partir da leitura dos artigos já feita, observa-se que as políticas de empreendedorismo no Brasil são identificadas com políticas de geração de emprego, inclusão social e de inovação. O resultado esperado deste trabalho é identificar no ERJ quais são tipos de políticas de empreendedorismo e os atores envolvidos.

EQUIPE: ELISAMA SILVA DE ALMEIDA, RENATA LÈBRE LA ROVERE, GUILHERME DE SANTOS

ARTIGO: 782

TÍTULO: A DOENÇA HOLANDESA NA VENEZUELA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O objetivo desta pesquisa é identificar os fatores internos e externos que influenciaram a economia e a política venezuelana em relação à perpetuação de sua dependência do petróleo, assim como a percepção de que este recurso pode ser um instrumento para o desenvolvimento soberano do país. Partindo da análise de Celso Furtado sobre a economia venezuelana dos anos 1930 a 1980, e o que identificou como subdesenvolvimento com abundância de divisas, a pesquisa desenvolve uma análise histórica, política e econômica, acerca dos entraves que geram como resultado uma economia e um Estado dependente do petróleo. O resultado esperado é mostrar que a estrutura produtiva

nacional é resultado tanto de um projeto de Estado - compreendendo o regime macroeconômico, cambial e fiscal - mas também da percepção de elites venezuelanas e de pressões externas de Empresas Transnacionais e Estados quanto ao aproveitamento de recursos naturais. Conclui-se que a presença de petróleo abundante gera uma doença holandesa, uma mentalidade rentista e incita disputas internas e internacionais, com a qual os governos venezuelanos têm falhado em superar através de utilização dos recursos das exportações de petróleo, pois não conseguem semear a industrialização e o desenvolvimento.

EQUIPE: JULIA AZEREDO, RAPHAEL PADULA

ARTIGO: 787

TÍTULO: CRISE ECONÔMICA FLUMINENSE E EFEITOS SOBRE A DESOCUPAÇÃO.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Em diferentes períodos da história brasileira, o mercado de trabalho foi impactado pelas mudanças nos cenários político e econômico do país. Recentemente, após a crise de 2008, com a instalação de operações judiciais envolvendo a Petrobrás e o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, a dinâmica política e econômica nacional e, especificamente, no Estado no Rio de Janeiro foram afetadas e trouxeram impactos sobre o aumento do desemprego.

Por outro lado, outras questões mais estruturais também são importantes. Há décadas, a dinâmica econômica do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro, em particular, está baseada em um modelo econômico liderado por uma lógica exportadora de *commodities* agrícolas e minerais. No caso do Rio de Janeiro, diante das fortes oscilações negativas nos preços do barril do petróleo, a partir de 2014, a arrecadação de receitas públicas, tais como *royalties* e participações especiais, entrou em colapso nos últimos anos. O Estado e municípios do Rio de Janeiro, dependentes desta compensação, ficaram sem capacidade de ofertar serviços públicos básicos e de estimular a criação de novos postos de trabalho. Do mesmo modo, foram bastante negativos os efeitos sobre as atividades econômicas e o emprego no setor privado ligados à indústria extrativa e a serviços de apoio, sobretudo na região Norte Fluminense. No caso da Região Metropolitana, além desses fatores, o encerramento do ciclo de megaeventos esportivos também teve efeitos sobre a atividade econômica e o emprego.

O objetivo geral desta pesquisa é examinar os efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho em termos da evolução das taxas de desocupação, bem como analisar o perfil dos desocupados do Estado do Rio de Janeiro, entre 2012 e 2018.

Será feita uma revisão bibliográfica sobre os determinantes da crise econômica fluminense recente. Com relação aos impactos desta recessão sobre o desemprego no mercado de trabalho, no Estado do Rio de Janeiro, serão elaborados e analisados gráficos e tabelas, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por fim, com base nos cálculos das taxas de ocupação e desocupação, espera-se obter elementos para a discussão da evolução da desocupação diante da crise econômica fluminense, no período de 2012 a 2018. Por outro lado, a partir da elaboração dos perfis dos desocupados (faixa etária, gênero, nível educacional e distribuição espacial - Região Metropolitana do Rio de Janeiro e demais localidades do Estado do Rio de Janeiro), espera-se compreender quais são os segmentos mais afetados pela crise.

EQUIPE: MARIA FERNANDA FONTENELE AZEVEDO, HIPOLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA, DEBORAH WERNER

ARTIGO: 814

TÍTULO: CONSIDERAÇÕES SOBRE ESPECIALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA DAS CIDADES COMO FONTE DO DINAMISMO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA CAPITAIS BRASILEIRAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O debate acerca de especialização ou diversificação produtiva há tempos tem tomado espaço na literatura econômica, especialmente de vertente heterodoxa, associando-se o estudo de crescimento econômico, natural das ciências econômicas, com parâmetros característicos do que são estudados pelos geógrafos. Do ponto de vista da produção empírica, é cada vez mais comum o tratamento do território e localização como um fator determinante para o crescimento econômico de uma determinada região, assim como a caracterização dos fatores que o condicionam. Pontua-se que tanto a especialização produtiva local quanto uma possível diversificação são fortemente influenciadas pela presença de externalidades que levam ao surgimento de inovações e, consequentemente, ao dinamismo econômico. As externalidades de especialização operam particularmente quando a estrutura produtiva de uma determinada região é fortemente especializada em uma determinada indústria ou segmento. O presente trabalho discutiu as abordagens da Geografia Econômica no referente aos conceitos de especialização e diversificação produtiva. Em seguida, analisou-se a especialização e diversificação produtiva em seis capitais brasileiras sendo uma de cada região geográfica do país, além da capital federal. Estas cidades foram escolhidas pelo fato de serem metrópoles que caracterizam o formato geral de desenvolvimento da respectiva região. Para isso, foram analisados através de dois cortes temporais dos anos de 2010 e 2014, a produção bruta destas cidades, assim como o número de estabelecimentos nos setores agropecuário, industrial e de serviços - que compõe o Valor Adicionado Bruto do município - de modo que se possa verificar um eventual fenômeno de especialização/diversificação setorial, assim como o impacto desta no crescimento da respectiva cidade. O trabalho conclui sobre as inúmeras diferenças das seis aglomerações pesquisadas. A localização no mapa do país, assim como seu status de capital regional ou nacional influem diretamente na especialização desta cidade e da região, assim como no seu crescimento. Apesar de estas cidades possuírem performances específicas, é a partir da análise destes fatores que se permite a construção de políticas públicas para o desenvolvimento regional. Os casos em que as cidades de uma região se especializam para o atendimento das cidades do seu entorno, assim como a garantia de uma infraestrutura logística que a proporcione aparenta ser um bom exemplo de promoção do crescimento regional, garantindo assim a diversidade da região como um todo, especialmente por garantir acesso a diferentes mercados e consumidores com diferentes gostos e necessidades.

EQUIPE: LUCAS THIXBAI FREITAS FRAGA, RENATA LÈBRE LA ROVERE

ARTIGO: 850

TÍTULO: AÇÕES DE MARKETING DIGITAL NA BIBLIOTECA DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFRJ: UMA REFLEXÃO SOBRE AS MÍDIAS SOCIAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Esta pesquisa tem por finalidade refletir as ações de marketing como estratégia para promover a Biblioteca do Colégio de Aplicação UFRJ (CAp/UFRJ) inseridas no projeto "Dinamizando a leitura na biblioteca do Colégio de Aplicação". Este consiste em incentivar à formação de leitores e difundir o acervo literário por meio de atividades de mediação da leitura e uso de recursos tecnológicos e midiáticos. Este trabalho aborda os conceitos de marketing digital e mídias sociais com ênfase em biblioteca escolar. Segundo a IFLA (2005, p. 20) "A biblioteca escolar deve ter uma política de marketing e promoção, formalizada por escrito, que especifique objetivos e estratégias". No que se refere às mídias sociais, para Calil Junior (2013, p. 1060) são ferramentas que "facilitam a colaboração e a comunicação entre usuários, estimulam a participação e a criação de conteúdos, e possibilitam o surgimento e a disseminação das redes sociais na internet". Desta maneira, é relevante destacar as mídias sociais como canais de marketing para divulgar as ações da biblioteca do CAp/UFRJ e aproximar os alunos deste espaço.

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

Aponta a utilização dos recursos tecnológicos, tais como *Canvas* e *Power Point* que auxiliam na elaboração dos materiais de divulgação da biblioteca: folder, boletim informativo, boletim de novas aquisições, dentre outros. Esta pesquisa também recorre ao uso das mídias sociais de maneira consciente, com o compromisso de compartilhar conteúdos fidedignos, visando à veracidade dos fatos para agregar valor ao conhecimento dos alunos e suprir suas necessidades informacionais, de forma a contribuir no desenvolvimento de competências na busca e uso da informação. A metodologia consiste no levantamento de dados através da pesquisa documental sobre os conceitos de marketing digital e mídias sociais na biblioteca escolar. Está fundamentada no método estatístico que segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 108) abrange o uso de termos quantitativos e a manipulação estatística para “comprovar as relações entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado”. Esta proposta se apoia na experiência desenvolvida na Biblioteca do CAP/UFRJ no tocante ao uso do *Facebook* e *Instagram*. Foi realizado um recorte de fevereiro à abril de 2019 que mostra a atuação da biblioteca por meio de comentários, curtidas e mensagens. As informações compartilhadas sobre educação, cultura, comportamento e literatura possibilitam uma maior participação de responsáveis, professores e comunidade externa. As ações de mediação da leitura realizadas na biblioteca e compartilhadas nas redes sociais oferecem uma maior articulação entre os alunos.

EQUIPE: MYLENE PAULA, TATYANNE CHRISTINA GONÇALVES FERREIRA VALDEZ

ARTIGO: 859

TÍTULO: BIBLIOTECA ESCOLAR E AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este trabalho faz uma reflexão sobre a importância da biblioteca escolar no desenvolvimento das competências socioemocionais dos seus estudantes. A Biblioteca do CAP/UFRJ realiza atividades que têm como objetivo despertar o gosto pela leitura, de modo a permitir a formação de um sujeito crítico, que não apenas decodifica, mas interpreta e recria as histórias por meio de suas experiências. Deste modo, esta pesquisa estabelece como ponto de partida algumas competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2019), em especial as que se referem ao conhecimento; pensamento crítico, científico e criativo; repertório cultural; comunicação; autoconhecimento e autocuidado e empatia. Para a BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos, habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais, atitudes e valores para resolver demandas da vida cotidiana. O objetivo deste estudo é mostrar como a biblioteca escolar, por meio de suas atividades de mediação de leitura, promove, estimula e desenvolve as competências socioemocionais, capazes de transformar (afetar) de forma espontânea as emoções vivenciadas pelos alunos. Castrillon (2014) destaca que o espaço de uma biblioteca escolar deve ser criado para promover práticas socializadas de leitura, entendendo que a mesma só terá sentido se ela for aberta à comunidade e que esta se sinta afetada pelo acesso à informação e emancipação dos atores envolvidos no processo. Montessori (1964 apud VALE, 2009) acrescenta a importância de se preparar o ambiente, pois os alunos respondem em função do meio que os circundam, podendo ter relevantes efeitos no seu desenvolvimento intelectual, social e emocional. Gasque (2013) sugere que os bibliotecários devem desenvolver não somente competências técnicas e gerenciais, como também sociais e psicopedagógicas para atuar no ambiente educacional, podendo assim ser capazes de compreender o processo de ensino-aprendizagem na formação de leitores. O presente trabalho pretende descrever as atividades realizadas com as turmas do 2º ao 5º anos do ensino fundamental I, evidenciando a importância da biblioteca escolar no desenvolvimento das competências socioemocionais dos seus estudantes. A metodologia aplicada foi a de pesquisa-ação. Thiollent (1988 apud VERGARA, 2012) define este método centrado em problemáticas que afetam o coletivo e onde todos os sujeitos que fazem parte dessa dinâmica participam dos processos de intervenção, dando aos educandos autonomia e liberdade de criação. Espera-se que a biblioteca do CAP/UFRJ se configure como um espaço de expressão e desenvolvimento das habilidades socioemocionais, contribuindo para formação de leitores e colaborando para o crescimento da autonomia desses alunos, não somente no âmbito individual, mas sobretudo nas suas trocas e diálogos com o coletivo.

EQUIPE: CRISTINA VIANA SMITH, ANA LUCIA FERREIRA GONÇALVES

ARTIGO: 997

TÍTULO: INTRODUÇÃO À LINGUAGEM CORPORAL E SUAS MANIFESTAÇÕES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Apresenta uma pesquisa em desenvolvimento que tem como objetivo estudar a manifestação corporal como fonte de informação. A relação existente entre as emoções e suas respectivas influências e manifestações resultam na linguagem corporal, um conjunto de comportamentos que muitas vezes são expressados de forma inconsciente e que compõem uma grande parcela das relações interpessoais. Esta pesquisa visa também informar as vantagens de possuir a competência em identificar, entender e analisar as emoções, para perceber a relação entre o que sente e como expressa, possibilitando um melhor aproveitamento das relações interpessoais através do entendimento da linguagem corporal. Para isso, utiliza-se de definições de termos específicos que estruturam a área para facilitar sua compreensão, e estudos sobre linguagem não-verbal e emoções, de acordo com o pesquisador referência Paul Ekman. Utiliza a técnica de questionário para coleta de dados e metodologia exploratória de abordagem quantitativa, assim como buscas realizadas na base de dados Paul Ekman Group e no Atlas das Emoções (Dalai Lama, Paul Ekman e Eve Ekman). Apresenta como principal resultado esperado uma mudança na percepção desta área, uma vez que costuma ser vista de uma forma equivocada pela pouca discussão, evidenciando uma necessidade de estudo de suas causas, manifestações e influências para a compreensão mais adequada. Sendo assim, conclui-se que trabalhos como este proporcionam uma competência informacional no que diz respeito ao melhor entendimento desta área e na eficiência do seu uso.

EQUIPE: FELIPE DA SILVA TORRES, MARIANNA ZATTAR

ARTIGO: 1009

TÍTULO: ANÁLISE DA ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA GERADA POR UMA POSSÍVEL LEGALIZAÇÃO DA CANNABIS NO BRASIL COM BASE NO PROCESSO OCORRIDO NO URUGUAI

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A planta *cannabis sativa*, mais comumente conhecida como maconha, é consumida mundialmente para fins recreativo, médico e científico (SANJURJO; p. 1). Ela tem como princípio ativo a substância química tetrahidrocanabinol (THC) principal causadora de efeitos como a hilaridade, calma e sensação de bem-estar, algumas das razões pelas quais a maconha é procurada (CEBRID; p. 2).

Apenas no Brasil, cerca de 2,7 milhões de pessoas consumiram *cannabis* em 2015, segundo Luciana Teixeira, da Câmara dos Deputados, que menciona a estatística em seu artigo Impacto Econômico da Legalização das Drogas no Brasil. Analisando o número de usuários de maconha, a tributação brasileira sobre a venda do cigarro e a política adotada no Uruguai com a legalização da mesma, viu-se a possibilidade de abertura de um novo mercado no Brasil com a venda da *cannabis* para o uso recreativo.

Portanto, a partir dessa análise, o objetivo deste artigo é apurar uma estimativa da receita de vendas que poderia ser arrecadada caso a legalização da maconha ocorresse no Brasil. Acompanhando os cálculos, foram mencionados no artigo os diversos gastos que o governo tem com a criminalização das drogas, que apesar de não poderem ter sido filtrados apenas para os casos da maconha, são importantes para se ter uma noção do quanto de capital público poderia ser salvo.

Foi utilizado o método da pesquisa bibliográfica para embasar o presente artigo, pelo qual foram coletados artigos acadêmicos e científicos e web sites, que forneceram os dados utilizados nos cálculos e as demais informações explicitadas ao longo do artigo. Além disso, foi usada a

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

técnica da pesquisa exploratória para estudar os valores estimados com a hipotética arrecadação tributária caso ocorresse a legalização no Brasil. Por ter um caráter quantitativo, o presente estudo não pesou em sua conclusão as questões sociais, como problemas de violência e saúde, pois essas são muito subjetivas e incertas para serem levadas em consideração nos cálculos.

De forma sucinta, informa-se que os dois resultados obtidos nessa pesquisa foram: a arrecadação tributária com a venda da maconha para uso recreativo – R\$ 5.991,6 milhões – e o somatório dos três principais gastos com a criminalização das drogas (sistema prisional, repressão policial e jurídico-processuais) – R\$ 3.989,9 milhões, ambos medidos por ano.

Por fim, considerando única e exclusivamente os resultados dessa pesquisa, concluiu-se que em um cenário de crise, como o que o Brasil se encontra hoje, a receita com a venda da *cannabis* teria um grande impacto positivo sobre os cofres públicos. Ademais, apesar de não se saber de quanto a redução seria, pode-se afirmar que os gastos com a criminalização teriam uma considerável queda.

Então fica o questionamento: seria a legalização da maconha a origem de um novo mercado na economia brasileira?

EQUIPE: LAURA MARIA FERREIRA BARBOSA, ANDRÉ BUFONI

ARTIGO: 1017

TÍTULO: IMPLICAÇÕES DA FORMA DE GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO PARA AS DESIGUALDADES NO ACESSO À ÁGUA NO SISTEMA IMUNANA-LARANJAL NO LESTE FLUMINENSE, RJ

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster

RESUMO:

A análise de aspectos sociais e econômicos dos serviços de saneamento é de suma importância para o entendimento da dinâmica que cerca o conjunto de serviços determinados pela Lei 11.445/2007 – isto é, o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos. Para além de determinações iniciais, o artigo 48 da referida lei, onde são definidas as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico, engloba uma concepção marcante e essencial em um contexto de desigualdade social e de busca pela universalização do serviço: *a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico*. Esse regulamento se assemelha à perspectiva de Heller (2018), de que é necessário pensar o saneamento a partir da perspectiva daqueles que não tem recurso e possuem acesso precário à água. Pensar em prover saneamento à população que está a margem é levar em consideração três aspectos citados pelo autor que são: a promoção da saúde, os direitos humanos e a justiça ambiental. O último se traduz na ideia de que os recursos ambientais não são igualmente distribuídos, bem como os impactos do desenvolvimento urbano e industrial, que também são sentidos de forma desigual. Portanto, as desigualdades de poder, renda e classe social também se refletem na dificuldade de acesso à água, esgotamento sanitário, entre outros conflitos espaciais.

Entende-se que isso se aplica ao Sistema Imunana-Laranjal e, em especial, às cidades de Niterói e São Gonçalo que, apesar de serem vizinhas e dependerem do mesmo sistema, estão submetidas a uma desigualdade de acesso em sua coleta, abastecimento e distribuição de água (Freire, 2015; Gouveia, 2017).

O objetivo principal do presente trabalho é compreender e avançar no conhecimento da dinâmica de distribuição de água em um sistema metropolitano e, em especial, como um grande sistema de abastecimento, como o Imunana-Laranjal, que atende vários municípios, é afetado pela privatização dos serviços em um deles, no caso Niterói. Busca-se estudar não apenas o impacto da privatização para Niterói, mas, principalmente, o impacto no entorno, considerando que este já é considerado um ambiente marginalizado. A pesquisa tem caráter qualitativo a partir do estudo de caso do Sistema Imunana-Laranjal e se utilizará de trabalhos publicados e análise documental - incluindo, entre as fontes de dados, por exemplo, os Planos Municipais de Saneamento. Entrevistas com gestores públicos no Leste Fluminense também fazem parte da metodologia e proposta do trabalho. Entre os resultados esperados, estão (i) a observação dos impactos da privatização dos serviços em Niterói para o restante do sistema; (ii) uma maior clareza sobre o déficit do sistema que abastece as duas localidades; e, por fim, (iii) o avanço no entendimento dos determinantes da desigualdade no acesso à água.

EQUIPE: ANA JULIA OLIVEIRA DA SILVA PACHECO, ELOYSE DIAS, SUYÁ QUINTSLR

ARTIGO: 1086

TÍTULO: SAMBA & RESISTENCIA: O SAMBA COMO FERRAMENTA DA ARTE POLÍTICA PARA EMANCIPAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Apresentação de Vídeo

RESUMO:

O samba agoniza mas não morre, alguém sempre lhe socorre, antes do suspiro derradeiro". Pode a arte ressignificar e ser ferramenta política de emancipação dos direitos humanos? A apreciação desse questionamento, que entrelaça forma e conteúdo, será feita a partir do debate da reinvenção dos direitos humanos sob viés dos indivíduos subalternizados ou marginalizados do paradigma jurídico hegemônico (formalista e monista, no que diz respeito às suas fontes), em diálogo com a teoria de Joaquim Herrera Flores. No desenvolvimento deste estudo, aposta-se no samba como ferramenta artística emancipatória capaz de legitimar e garantir os direitos humanos no Estado Democrático Brasileiro. A partir de um prisma sociojurídico, irá se trabalhar o samba como instrumento que conclama emancipação, inclusão e ressignificação dos direitos humanos para populações das rodas, dos xirês e dos pagodes da vida na democracia brasileira. A princípio, vamos destacar o quilombo da serrinha, como núcleo formador de ações públicas deliberativas, polo de direito de (re)existência de samba, conclamando o poder simbólico calango do morro na busca incessante e sincopada por mais direitos aos marginais na formação e na participação cidadã. Por fim, vamos pautar o samba como fundamento e fato político importante para construção de identidades, sob perspectiva afro-brasileira, de novos sujeitos democráticos. Essas experiências insurgentes serão reunidas, em forma de arte do samba, como pontos de dialógico da arte para (re)fundar politicamente a expansão de direitos humanos na democracia brasileira.

EQUIPE: JEFERSON ARAUJO, JULIA ÁVILA FRANZONI

ARTIGO: 1106

TÍTULO: MAPEANDO O MINISTÉRIO DA DEFESA I: O PERFIL DOS MINISTROS DA DEFESA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente projeto de iniciação científica insere-se no projeto "Observatório do Ministério da Defesa" vinculado ao Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que ainda se encontra em desenvolvimento, de caráter descritivo e exploratório que tem como objetivos analisar a trajetória do Ministério da Defesa desde a sua criação e acompanhar seu funcionamento no presente. A presente pesquisa concentra esforços no estudo da trajetória dos ministros da Defesa, buscando traçar o perfil dos profissionais que exerceram esta função durante os processos de criação e institucionalização do ministério para auxiliar na compreensão do padrão de relações civis-militares no Brasil contemporâneo.

Para estudar o caso do Ministério da Defesa será utilizado o *process tracing* que permite a articulação de diferentes fatores causais na análise de fenômenos sociais complexos e historicamente delimitados. Essa tipologia de estudo de caso permite a investigação dos mecanismos causais "em ação". Com isso, nota-se que o *process tracing* difere de outros métodos de estudos de caso em razão do tipo de inferências que

podem ser feitas a partir da existência, ou não, de mecanismos causais no caso estudado, que levam a um determinado resultado. Quanto aos procedimentos técnicos, serão coletadas fontes bibliográficas e documentais.

EQUIPE: ADRIANA MARQUES, GLAYCE KEROLIN RODRIGUES MAXIMIANO

ARTIGO: 1113

TÍTULO: POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTRIBUIÇÕES DO CAMPO PARA A ANÁLISE DE POLÍTICA DE DEFESA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Minicurso (Atividade complementar: 13h às 14h30 ou final de semana)

RESUMO:

O minicurso terá como objetivo oferecer instrumentos teórico-metodológicos do campo das políticas públicas para a análise de política de defesa. De modo análogo ao ocorrido na área de Ciência Política, destacadamente na subárea de Análise de Política Externa, a proposta surge a partir da reflexão crítica acerca da hegemonia das correntes teóricas do campo das relações internacionais, em especial daquelas ligadas ao paradigma realista. Entende-se que tais correntes, por tratarem o ator estatal como agente unitário e monolítico, atribuindo excessiva ênfase a fatores externos no processo de elaboração das políticas de defesa, não oferecem recursos suficientes para se compreender de maneira acurada as características e desafios da política de defesa nos tempos atuais. À vista disso, espera-se que, ao aproximar o estudante dos instrumentais teóricos e metodológicos do campo de Políticas Públicas, o presente minicurso conceda insumos para a análise de temas ligados à política de defesa em seus trabalhos finais e monografias.

EQUIPE: ADRIANA MARQUES, LUÃ BRAGA

ARTIGO: 1123

TÍTULO: MAPEANDO O MINISTÉRIO DA DEFESA III: A POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DE CARGOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A presente proposta insere-se no projeto “Observatório do Ministério da Defesa” vinculado ao Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que ainda está em sua fase inicial, de caráter descritivo e exploratório que tem como objetivomapear a política de ocupação de cargos no Ministério de Defesa. Para estudar o caso do Ministério da Defesa será utilizado o *process tracing* que permite a articulação de diferentes fatores causais na análise de fenômenos sociais complexos e historicamente delimitados. Essa tipologia de estudo de caso permite a investigação dos mecanismos causais “em ação”. Com isso, nota-se que o *process tracing* difere de outros métodos de estudos de caso em razão do tipo de inferências que podem ser feitas a partir da existência, ou não, de mecanismos causais no caso estudado, que levam a um determinado resultado. Quanto aos procedimentos técnicos, serão coletadas fontes bibliográficas e documentais.

Na primeira etapa da pesquisa está sendo dada uma especial atenção à identificação dos cargos que foram ocupados por civis e militares das três forças no ministério e quais foram os critérios utilizados para a alocação destes recursos humanos.

EQUIPE: ADRIANA MARQUES, HELENA ARAUJO PINHEIRO

ARTIGO: 1140

TÍTULO: VEGANISMO PERIFÉRICO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O veganismo é o modo de vida que busca excluir, na medida do possível, a exploração e a crueldade contra os animais para qualquer que seja o propósito. Nos últimos anos, o estilo de vida vegano teve um crescimento considerável em diversos países, incluindo o Brasil. Podemos observar o aumento de notícias, restaurantes e marcas que trazem o selo *cruelty free* ou vegano. Buscando responder posicionamentos comuns da população de que este é um estilo de vida caro, essa pesquisa pretende investigar como essa tendência ocorre com consumidores das Zonas Norte e Oeste, assim como da Baixada Fluminense, consideradas áreas periféricas da cidade do Rio de Janeiro. As competências do consumidor serão analisadas a fim de entender quais as principais facilidades e dificuldades encontradas ao aderir o estilo e, também, compreender como consumidores mantêm uma dieta vegana, investigando seus padrões de consumo, as competências e as estratégias utilizadas na manutenção dessa dieta. O método de netnografia (KOZINETS, 2010) em mídias sociais, especificamente o Instagram, será usado a fim de delimitar o perfil do consumidor vegano e entender como esse grupo de consumidores se apresenta ao público geral, por meio da análise dos discursos utilizados e das prioridades de suas postagens. Para compreender a elaboração da dieta vegana, as facilidades e dificuldades, serão realizadas entrevistas em profundidade (MCCRACKEN, 1988) e a observação do processo de cozinhar. Os participantes serão selecionados por meio das mídias sociais, como Instagram e Facebook, considerando o local de residência e a renda média familiar. Espera-se entender a viabilidade do veganismo para populações que até recentemente não eram vistas como público-alvo do estilo de vida vegano; compreender se os gostos são alterados e como e quais processos ocorrem na construção dessa nova prática; assimilar as estratégias adotadas para a construção de novas relações alimentares devido a exclusão dos alimentos de origem animal, introdução de novos alimentos, incorporação de novos hábitos; as competências e conhecimentos desenvolvidos, seja ao iniciar o processo de cozinhar ou o desenvolvimento de habilidades nesse processo.

EQUIPE: BEATRIZ BARROS DE AZEVEDO, ROBERTA DIAS CAMPOS

ARTIGO: 1198

TÍTULO: MULHERES E O CONSUMO DA PÍLULA ANTICONCEPCIONAL: UM ESTUDO DO COMPORTAMENTO ATIVISTA NAS REDES SOCIAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Em 1950 foi colocado à venda o primeiro medicamento que tinha por objetivo amenizar distúrbios da menstruação, como efeito descrito na bula de suspender a fertilidade por determinado período de tempo. O remédio então se torna muito popular. Na década de 1960, a pílula é vendida como anticoncepcional - transformando a visão de muitas mulheres em relação aos seus corpos, o que dá início ao movimento de liberdade sexual da mulher. Porém, quase completando uma década desde sua legalização como método contraceptivo, o uso da pílula passa a ser questionado, uma vez que existem relatos sobre diferentes complicações originadas do consumo da pílula. As redes sociais abrem espaço para debates e críticas sobre a questão da saúde versus segurança do medicamento. Uma geração de mulheres que antes eram desestimuladas a conversarem com seus médicos de forma a assumirem mais controle sobre sua saúde, agora debate o tema e compartilham informações em diferentes espaços sociais. A imagem da pílula como libertadora passa a ser amplamente questionada. Esse estudo se insere

na perspectiva da pesquisa transformativa do consumo (TCR-Transformative Consumer Research - MICK, 2006; Davis) e investiga: 1) questionamentos e motivações para o abandono ou não uso de pílula anticoncepcional que são narrados nas mídias sociais e 2) faz um levantamento dos métodos contraceptivos alternativos à pílula mais defendidos nas redes sociais. Essa é a primeira etapa de um estudo mais amplo onde foram analisadas informações levantadas no facebook, páginas no instagram e vídeos no Youtube. O estudo se apoia na literatura de anticonsumo (SUARES; CHAUVEL; CASOTTI, 2012) que investiga quando grupos escolhem de forma ativa não consumir mais serviços ou produtos. Foram feitas análises de narrativas selecionadas e os achados iniciais indicam papéis ativistas das mulheres na defesa da saúde de seus corpos e contra o uso da pílula. O ativismo busca influenciar outras mulheres a abandonar o uso de pílulas anticoncepcionais quando denunciam os malefícios para a saúde desse medicamento e a falta de informações sobre os efeitos colaterais e alternativas de métodos contraceptivos por parte dos médicos ginecologistas.

EQUIPE: LUZIA MARIA PEREIRA ROCHA, LETICIA MOREIRA CASOTTI

ARTIGO: 1241

TÍTULO: MUDANÇA ESTRUTURAL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA E DO SEU PADRÃO DE COMÉRCIO NO PERÍODO 2004 A 2018.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este resumo tem como proposta verificar de que maneira a indústria brasileira evoluiu entre 2004-2018 levando em consideração a sua estrutura produtiva interna e seu padrão de comércio. Este trabalho está inserido no contexto de elaboração do Boletim de Indústria e Comércio Exterior (BIC) do Grupo de Indústria e Competitividade do IE/UFRJ.

O processo de mudança estrutural será aqui entendido e analisado a partir da definição de quatro grandes grupos industriais que, por sua vez, estão relacionados com os diferentes padrões de concorrência da indústria brasileira. O primeiro grupo é o referente às Commodities Agroindustriais (CA). Ele compreende as atividades industriais que beneficiam os recursos naturais, seja em um processamento parcial ou total. Exemplos de setores são os produtos alimentícios, fumo, madeira, celulose e seus derivados, etc. O segundo grupo é o de Commodities Industriais (CI) e reúne os setores que elaboram produtos homogêneos de grande tonelagem geralmente intensivos em recursos energéticos como, por exemplo, a extração mineral e a indústria petrolífera. O terceiro grupo agrega as atividades de maior conteúdo tecnológico e, portanto, com maior potencial inovador e dotado, em geral, de mão-de-obra mais qualificada. No caso do Brasil, inclui-se atividades como a indústria eletrônica e eletroeletrônica, de telecomunicações e de bens de capital. O quarto e último grupo é o chamado de Indústria Tradicional (IT) que, por sua vez, é composto por setores mais intensivos em mão-de-obra, os chamados "bens-salários". Congrega atividades como fabricação de bebidas, vestuário, calçados e móveis.

Inicialmente a indústria será analisada de forma agregada, sendo possível examinar o seu crescimento e importância ao longo dos anos estudados. Posteriormente, ela será examinada levando em consideração a sua composição de acordo com os grupos industriais em questão. A análise baseia-se em diversos indicadores econômicos construídos a partir das informações do sistema de comércio exterior do MDIC (SisCOMEX) e nos dados de produção industrial fornecidos pela Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE.

Os resultados observados sugerem um processo de rigidez estrutural entendido como a dificuldade da indústria em (i) promover mudanças no seu tecido produtivo e, paralelamente, (ii) ascender a setores de maior intensidade tecnológica. Sob o ponto de vista interno, a produção no início do período estudado era relativamente diversificada se tornando cada vez mais especializada nos grupos CA e CI. Já quanto ao padrão de comércio industrial brasileiro, a tendência de especialização em setores intensivos em recursos naturais e energéticos observada desde antes na pauta exportadora, passa a ganhar ainda mais força nos anos recentes. Em relação às importações, elas se tornaram ainda mais dependentes dos setores intensivos em tecnologia.

EQUIPE: RENAN RECHUEM, MARTA CASTILHO

ARTIGO: 1245

TÍTULO: AS POLÍTICAS DE APOIO A INOVAÇÃO NAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: O CASO BRASILEIRO.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Ao longo dos anos, a atividade inovativa tornou-se um pilar importante para o desenvolvimento econômico, como observado em diferentes trabalhos de pesquisa desenvolvidos por teóricos neoschumpeterianos. Em países desenvolvidos e em desenvolvimento, a política de apoio a inovação tem ganhado espaço em suas agendas econômicas. Essas destacam a proliferação de programas focalizados em empresas de pequeno e médio porte.

O Brasil é marcado pela heterogeneidade, seja territorial ou cultural ou econômica. Esta se reproduz no segmento das Micro, Pequenas e Médias empresas (MPMEs). O objetivo desta pesquisa consiste em elaborar um panorama evolutivo das principais políticas de apoio à inovação destinadas às MPMEs desenvolvidas nos últimos anos no Brasil e de seus impactos. A análise empírica se baseia nos dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec), 2003, 2005, 2008, 2011 e 2014, realizada pelo IBGE. Também busca-se analisar os principais programas e atividades, procurando identificar o porte de empresa a que se destinam, os objetivos principais e os custos envolvidos. Assim, espera-se construir um panorama evolutivo no qual seja possível contrapor os programas de apoio à inovação destinados às MPMEs com os dados da Pintec, buscando evidências de sucesso e insucesso.

EQUIPE: LARISSA VASCONCELOS DE ALMEIDA, MARCELO GERSON DE MATOS, ISRAEL SANCHES MARCELLINO

ARTIGO: 1308

TÍTULO: REGULAÇÃO DO MARKETING NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A indústria farmacêutica é caracterizada por ser um importante *locus* de interseção entre interesses privados e econômicos, por parte das empresas, e o interesse coletivo, por parte da sociedade. Em se tratando de uma área que diz respeito a um tema tão caro como a saúde, é imperativa a importância do estudo das especificidades da oferta e demanda de medicamentos, com vias a melhor entender a dinâmica do mercado e o ambiente regulatório.

Nesse sentido, o objetivo deste projeto é a análise da regulação existente a respeito do *marketing* na indústria farmacêutica de forma geral, porém considerando a diferenciação existente entre o *marketing* direto, relativo aos medicamentos cuja venda não necessita de receita (não-ético), e o *marketing* médico, utilizado nos casos em que a compra do medicamento depende da prescrição (ético).

Para investigar as questões levantadas acima, propõe-se uma revisão da literatura relativa ao tema, além da busca de documentos e notícias, para primeiramente realizar uma caracterização da indústria farmacêutica, apontando os aspectos econômicos que conferem à demanda um

comportamento específico, tornando necessária a regulamentação dessas atividades. Em segundo lugar, será feito um exame a respeito da legislação existente para o *marketing* desse setor. Por último, pretende-se identificar as principais considerações e críticas a respeito das regulações existentes.

Os resultados esperados são a obtenção de um panorama das principais regulações do *marketing* da indústria farmacêutica, e das problemáticas a elas associadas.

EQUIPE: LARISSA DOS SANTOS CHAGAS, JULIA PARANHOS

ARTIGO: 1346

TÍTULO: SEGURANÇA PÚBLICA EM ADMINISTRAÇÃO: UMA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa tem como objetivo analisar a produção acadêmica sobre o tema segurança pública em periódicos nacionais da área de administração, nos últimos 25 anos. O tema se faz importante porque, conforme lembrou Soares (2001), existe pouco investimento intelectual na área de Segurança Pública, mesmo sendo um foco no debate político e pouco se tem conseguido avançar em termos de mudanças da realidade da sociedade brasileira.

Também é essencial nos atentarmos a forma como o tema é tratado. Hoje no Brasil, temos um debate polarizado, em relação à segurança pública: de um lado os conservadores, que defendem o endurecimento das ações policiais; de outro, setores de esquerda, que defendem o enfoque no social e veem na polícia um instrumento de repressão (Cerqueira e Lobão, 2004).

Como metodologia, é uma pesquisa bibliométrica, em periódicos nacionais da área de administração, classificados como B2, B1, A2 ou A1. A busca foi realizada na base de dados da Capes, com base nas palavras-chave "segurança pública", "policiais", "segurança". Foram selecionados os artigos que continham as palavras de busca no título, subtítulo ou palavras-chave.

Como resultados preliminares, foram encontrados vinte e dois artigos em periódicos de administração nacionais nos últimos 25 anos. Isso vai ao encontro com o que disse Soares (2001) acerca da baixa produção acadêmica sobre o tema. Isso se faz ainda mais visível na área de administração. Dos vinte e dois artigos encontrados, apenas cinco são anteriores ao ano de 2010, o que demonstra um crescimento das pesquisas sobre o tema, na área de administração. Como próximos passos desta pesquisa, pretende-se analisar os artigos em termos metodológicos, as principais temáticas debatidas, a distribuição geográfica das pesquisas e os principais autores pesquisando sobre o tema.

EQUIPE: ALICE LESSA, MARCELO UCHOA, VANESSA BRULON

ARTIGO: 1365

TÍTULO: MANIFESTAÇÃO DA IDENTIDADE GAY EM AMBIENTES NOTURNOS DE SERVIÇOS NO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O objetivo desta pesquisa é estudar de quais formas as identidades gays se manifestam em homens jovens-adultos quando eles consomem (nos) ambientes noturnos do Rio de Janeiro. "Identidades" no plural, pois elas existem em processo contínuo de construção, fluidez e em concomitância com outras identidades dentro do mesmo indivíduo (Pereira, Ayrosa, Ojima, 2006), ou seja, ser gay é uma identidade que muda de acordo com cada fase da vida, cada indivíduo e o que mais ele é além de gay.

Esta pesquisa se insere na área de conhecimento da *Consumer Culture Theory* (CCT), que foca nas dimensões socioculturais do consumo, o que inclui atribuição de simbolismos, interpretações de significado, tribalizações, representações e outros elementos identitários. Segundo França (2010), os ambientes de serviços, tal como bens de consumo, podem ser estudados para além do seu valor *per se*, isto é, lhes são atribuídos valores simbólicos que podem ser consumidos juntamente com a experiência que o lugar proporciona. Outrossim, os bens consumidos nos lugares, sejam eles originários daquele espaço ou trazidos para serem consumidos lá, carregam simbolismos e subjetividades que produzem aproximações e afastamentos dentro dos consumidores.

Para atender ao objetivo do estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa, com uso de entrevistas em profundidade. Elas seguiram um roteiro semiestruturado, foram presenciais, gravadas e, depois, transcritas. Foram entrevistados 14 homossexuais, entre 20 e 30 anos, moradores da cidade do Rio de Janeiro. As informações foram analisadas utilizando-se a técnica de análise de conteúdo. Esta técnica foi escolhida pois permite a sistematização e o acesso a um conteúdo, permitindo a inferência de conhecimentos relacionados ao contexto social que foram produzidas e ao comportamento humano (Bardin, 1995).

Como resultado, constatou-se que os indivíduos pesquisados procuram ambientes de serviços exclusivamente gays e/ou claramente *gay-friendly* para buscar proteção, (re)construção de sensação de pertencimento, socialização com semelhantes, ausência de julgamento heteronormativo e liberdade para serem eles mesmos. Além disso, pode-se constatar diferentes formas de lidar com simbolismos identitários de acordo com diferentes fases da vida e diferentes lugares. Assim, contribui-se para a área da CCT ao analisar as nuances de comportamento social e como ambientes de consumo podem contribuir para a construção de identidades

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. 70.ed. Lisboa : Persona, 1995

FRANÇA, Isadora Lins. Consumindo Lugares, Consumindo nos Lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Campinas, 2010. 289. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2010

PEREIRA, Bill; AYROSA, Eduardo André Teixeira; OJIMA, Sayuri. Consumo entre gays: compreendendo o consumo da identidade homossexual através do consumo. CADERNOS EBAPE.BR, v.4, n. 2, p. 1-16, Jun, 2006

EQUIPE: JOSÉ AUGUSTO MANSUR MORAES, DANIELA FERREIRA

ARTIGO: 1376

TÍTULO: ABERTA, IRREVERENTE E DO BEM: UMA INVESTIGAÇÃO DOS DISCURSOS SLOW FASHION A PARTIR DO CASO DOBRA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O slow fashion é um movimento onde busca-se a desaceleração da moda no sentido de repensar práticas e não diminuir a velocidade da produção em si, criando um novo paradigma de consumo - onde prioriza-se a sustentabilidade, durabilidade e a ética (Fletcher 2010). O consumo do slow fashion está relacionado com o maior acesso à informação ocasionado pelas redes sociais; trazendo à tona a ideia de Sproles

(1978) que o consumo é induzido pela informação. Além disso, Dilys (2009) ressalta que o consumo de slow fashion está relacionado à transparência no processo de produção; portanto, neste contexto, as trocas de informações tem um caráter particularmente relevante nas relações entre a marca e os seus consumidores.

A presente pesquisa em desenvolvimento investiga as interações de uma marca brasileira de slow fashion – a Dobra, com seus consumidores, a partir das interações da marca com os consumidores no Instagram. Fundada em 2016 com a ideia de vender carteiras de Tyvek, material com textura e a aparência similar ao papel, a Dobra comercializa camisas com bolsos intercambiáveis e tênis, ambos feitos do mesmo material. A empresa ganhou destaque por propor uma lógica de negócios que pretende ser socialmente e ambientalmente limpa, uma postura sintetizada no seu slogan atual: “aberta, irreverente e do bem”. Apesar de ser uma nova e pequena empresa, a Dobra acumula nas redes sociais cerca de 130 mil seguidores.

O principal objetivo deste trabalho é analisar as informações oferecidas pela empresa aos seus consumidores e como estes consumidores reagem, elaboram e co-criam tais informações. Nesse sentido, busca-se inventariar os discursos e significados apresentados pelos participantes dessa rede nas hashtags relacionadas à Dobra.

O método a ser utilizado é o de netnografia (Kozinets, 2015), que transpõe para o ambiente da internet os procedimentos etnográficos, como a imersão de natureza qualitativa por um período mais longo no ambiente e grupo a ser investigado. No contexto digital, a presente pesquisa se focará nas interações em torno de duas principais hashtags utilizadas pela marca, a #QueroDobra e #CulturaDobra. A primeira é normalmente utilizada para estabelecer uma interação dos consumidores com a marca e a segunda mais utilizada pela Dobra para compilar postagens direcionadas a ideais da marca. As hashtags serão observadas do período de abril a setembro de 2019 e serão avaliadas nas postagens as fotos, textos e comentários – que constituem as trocas de informação e os discursos em torno da marca. O processo de análise preliminar, baseado na codificação e na interpretação hermenêutica do material, aponta para a relevância da transparência no discurso da empresa. Os resultados esperados pretendem categorizar, criando uma tipologia a respeito dos discursos em torno da marca.

EQUIPE: LUCAS MULIM, MARIBEL CARVALHO SUAREZ

ARTIGO: 1396

TÍTULO: ASSISTIR E IMAGINAR TAMBÉM É CLASSIFICAR

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Na Sociedade do Conhecimento a transmissão da informação através da ação comunicativa é fundamental. No curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a disciplina de Representação Temática fornece conteúdos básicos para a formação dos alunos, uma vez que ensina os fundamentos teóricos da classificação e os alicerces da organização e representação do conhecimento, possuindo a seguinte meta: a construção de vocabulários estruturados que tem como objetivo a recuperação da informação precisa e útil. A organização do conhecimento é a ciência que ordena, estrutura e sistematiza unidades de conhecimento (conceitos) de acordo com suas características em classes de conceitos, organizadas em assuntos básicos e compostos designadas de linguagens documentárias e que se apresentam como mapas conceituais gerais ou especializados. Nesta pesquisa embrionária o objetivo é discorrer sobre a construção e a importância dos mapas conceituais para a recuperação da informação. Para análise teórica escolheu-se como metodologia a revisão bibliográfica, tendo como os principais autores Shiyali R. Ranganathan, Joseph D. Novak e Paul Otlet. O mapa conceitual criado por Joseph D. Novak tem como finalidade ser uma ferramenta para organizar e representar conhecimento hierarquicamente e é um instrumento preciso para o ensino pedagógico na área da educação. As relações hierárquicas e coordenadas são aprofundadas na teoria dinâmica de Ranganathan denominadas de cadeia e renque, que são relações essenciais para qualquer categorização de um campo de conhecimento. Como campo empírico elegeram-se a série médica de ficção, da American Broadcasting Company (ABC) “Greys Anatomy” que conta a história de Meredith Grey e seus amigos que inicialmente são internos do fictício hospital Seattle Grace, mostrando a vida pessoal e as dificuldades que passam no trabalho. O sucesso das séries televisivas tem aumentado o interesse acadêmico por esse fenômeno. Essa linguagem que se apresenta nas séries vem do cinema e da própria televisão que é um canal amplo de difusão da informação e um campo multidisciplinar que pretende-se aprofundar. Paul Otlet em sua teoria sobre documentos insere o filme e outros documentos audiovisuais, ressaltando que todo documento deve ser considerado por três ordens: os elementos materiais, gráficos e intelectuais. São esses elementos que estão sendo desenvolvidos teoricamente no mapa conceitual.

EQUIPE: LARISSA SILVA COSTA, BEATRIZ MARQUES DE SOUZA RIOS, ANA SENNA

ARTIGO: 1403

TÍTULO: IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DA PRODUÇÃO DE SOJA NA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O modelo de desenvolvimento econômico baseado em recursos naturais tem sido objeto de grande debate nos estudos sobre a economia brasileira nas últimas décadas, por conta de seu forte impacto no fluxo crescente de investimentos junto à acentuação da concentração de renda em uma mesma localidade, segundo Frischtak e Belluzzo (2014). Tal cenário se dá, principalmente, naqueles países que possuem abundância de recursos e, no entanto, não possuem políticas públicas eficazes para a transformação de suas economias, fazendo com que este desenvolvimento impacte positivamente apenas sobre uma pequena parcela do corpo social. Acerca desse tema, alguns estudos vêm destacando que o aumento da participação de produtos primários (commodities) na pauta de exportação brasileira vem produzindo impactos significativos no desenvolvimento regional brasileiro (Siqueira, 2015). Entre os determinantes mais importantes para isso está o crescimento da produção de soja, especialmente nas novas fronteiras agrícolas, majoritariamente localizadas no Centro-Oeste do país e na região Matopiba (acrônimo que designa uma área que engloba os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Nesse sentido, esta pesquisa de iniciação científica tem como principal objetivo a análise dos impactos socioeconômicos e ambientais da produção de soja na Amazônia Legal, tendo em vista sua importância na problemática regional e ambiental do Brasil. Serão prioritariamente examinados os Estados pertencentes tanto à nova fronteira da soja denominada Matopiba quanto à região da Amazônia Legal, sendo eles Maranhão e Tocantins, durante o período de 1990 até 2019. Para tal análise, serão elaborados gráficos e tabelas com dados de exportação disponibilizados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de produção de soja, do PIB, emprego e população, disponibilizados pelo IBGE e estatísticas sobre o desmatamento, disponibilizadas pelo Ministério do Meio Ambiente. De modo complementar, também serão consultadas outras fontes relevantes como, por exemplo, a Embrapa, o Ibama, além de artigos e teses acadêmicas que discutam o tema evidenciado. Assim, espera-se com esta pesquisa compreender as consequências causadas pelas atividades primário-exportadoras no território, meio-ambiente e desenvolvimento regional da Amazônia Brasileira.

EQUIPE: CLARICE DA ROCHA SABATINI, HIPOLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA, DEBORAH WERNER

ARTIGO: 1417

TÍTULO: VISITA GUIADA AO MUSEU DA REPÚBLICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: VISITA GUIADA (Atividade complementar: 13h às 14h30 ou final de semana)

RESUMO:

O Palácio do Catete foi sede da Presidência da República de 1909 até JK (1960), por outro lado, nesse ano de 2019 é o momento que nossa República completa 130 anos. Nesse sentido, como desdobramento das atividades da disciplina História da Administração Pública no Brasil,

apresentamos a nossa proposta de realização de visita guiada ao Museu da República. Nossa atividade também está ligada ao nosso projeto de extensão intitulado: A República na Educação.

Entendemos que a Universidade Pública deve proporcionar um caminho para a consolidação de uma sociedade republicana e democrática com responsabilidade social. Sendo assim, nossa proposta tem por finalidade aproximar a Universidade Pública da Comunidade, visando romper as barreiras encontradas no processo de ensino-aprendizagem do significado da Vida Pública. Para alcançar tal objetivo iremos atuar dialogicamente aproximando o corpo discente da UFRJ das Escolas Públicas dos Municípios, do Estado do Rio de Janeiro e das Federais (Colégio Pedro II, os Institutos Federais - IFRJ e IFF), realizando cursos de iniciação que visam oferecer aulas de apoio ao aprendizado nas disciplinas dos currículos das redes municipais, estadual e federais do significado do Público. Na oportunidade, o corpo discente da UFRJ contemplam ação reflexiva dialógica sobre a prática pública sobre a compreensão e percepção no ensino fundamental e médio do significado da Vida Pública, podendo constituir-se num momento decisivo para a formação cidadã destes. Neste sentido, a reflexão, não é somente um simples processo de formação, mas, sobretudo de mudança de postura para com o ensino-aprendizagem em cidadania, e seus desdobramentos vão muito além dos muros das instituições educacionais podendo e devendo se espalhar para toda a sociedade.

Portanto, o objetivo de nossa visita guiada é o de aproximar os discentes, capacitá-los sobre as informações necessárias a respeito de um equipamento que é o símbolo de nossa República. Como também, pretendemos abrir para as comunidades escolares das escolas parceiras de nosso projeto e todas as demais que desejarem se agregar. Entendemos que assim, teremos a oportunidade de mostrar para a sociedade a importância da compreensão da República e do espaço público que é comum à nós brasileiros. Nosso objetivo principal é republicanizar e democratizar o conhecimento e estabelecer pontes entre a educação pública de qualidade e a sociedade em geral.

Pretendemos oferecer prévias inscrições para um quantitativo de 20 até 30 pessoas, incluindo os discentes e a comunidade escolar. A visita seria realizada no dia 26 de outubro, sábado, das 10h até 13h.

EQUIPE: RENATA BASTOS DA SILVA, ANA CLARA PELLUSO, ANA FLÁVIA MERLIM DIAS, SALVINO BARBOSA, RICARDO MARINHO, RAMON DA CONCEIÇÃO FAGUNDES, FERNANDA ANVERSI UCHOA

ARTIGO: 1451

TÍTULO: O PAPEL DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO SETOR MANUFATUREIRO NA POLÍTICA DE INOVAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O trabalho visa a descrever as Políticas de Inovação dos Estados Unidos da América para a Manufatura Avançada, tendo como referência o Advanced Manufacturing Program (AMP), lançado em 2012, com foco nas aplicações atuais para as Pequenas e Médias Empresas do setor manufatureiro; destacando o seu papel, importância e o nível de comprometimento da política com essas empresas e a sua relevância na reconstrução do "Industrial Commons".

Esse trabalho busca prover uma base para uma análise que avalie a presença dos fatores relevantes para a inovação baseados na literatura de Sistemas Nacionais de Inovação desenvolvida por Lundvall e Freeman. Também pretende promover uma base para comparação entre as práticas de outros países, como a China, Coréia, Japão e Alemanha, considerando também as iniciativas de escopo da União Europeia. O objetivo é de tentar estabelecer referências em boas práticas internacionais que levem em conta não somente as políticas diretas de fomento, como também o ambiente de políticas e a situação econômica e social em que se inserem as Pequenas e Médias Empresas do setor manufatureiro.

Pretende-se realizar uma análise histórica principalmente através de marcos legais e documentos oficiais que norteiam a política norte-americana, além da utilização de dados e estatísticas que auxiliem na compreensão dos problemas a serem enfrentados e das possíveis trajetórias que se desdobram dessa política. A partir dessas informações, será utilizado o instrumento analítico desenvolvido por Mezzadra (2018) que procura estabelecer graus de sistematicidade existentes nas políticas de inovação nacionais. Levando em consideração o grande grau de coordenação existente no país-objeto, espera-se que ao aplicar o instrumento analítico citado o resultado seja um alto grau de sistematicidade, o que indicaria uma grande vantagem para o desenvolvimento do segmento de pequenas e médias empresas manufatureiras, podendo ser posto à prova a partir da posterior comparação com outros países.

A pesquisa se insere no escopo de um estudo de avaliação das experiências recentes de políticas de apoio à inovação em MPEs no Brasil e de construção de propostas para seu aprimoramento à luz de experiências internacionais.

EQUIPE: PEDRO ROCHA, JOSÉ EDUARDO CASSIOLATO, MARCELO GERSON DE MATOS, ISRAEL SANCHES MARCELLINO

ARTIGO: 1452

TÍTULO: NARRATIVAS E MEMÓRIAS: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA E O PROCESSO DE AUTORRECONHECIMENTO DO QUILOMBO DO GROTÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Introdução: O presente trabalho é resultado das atividades realizadas no Programa de Extensão "Saberes e Ocupações Tradicionais" do Departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ atuante com diversas ações locais na comunidade tradicional do Quilombo do Grotão, um lugar de resistências e valorização dos saberes tradicionais do povo negro, com quase 100 anos de existência. Reconhecido pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2016, esse território se envolve em ocupações ligadas a uso da terra, alimentação, músicas, danças e religiosidades. Pela primeira vez, em 2017, o Quilombo do Grotão foi contemplado no edital municipal de fomento aos Pontos de Cultura, realizando oficinas de ervas medicinais, confecção de sabonetes, de percussão, capoeira e artesanato. Assim, passou a fazer uso das políticas públicas enquanto garantia de direitos e sustentabilidade e suas ocupações tradicionais. Este contexto evidenciou as relações entre as políticas públicas e a tradição na construção da identidade quilombola, articulando narrativas e memórias como estratégia de desenvolvimento local e direito à cidade. **Objetivo:** Visamos compreender as atividades de apoio da extensão universitária na participação do auto reconhecimento do Quilombo do Grotão, bem como a articulação das narrativas e memórias tradicionais, para a garantia de direitos de permanência na terra, a partir de ações de promoção e fortalecimento do patrimônio identitário. **Métodos:** Trata-se de um relato de experiência que identifica e analisa as estratégias criadas pelo Programa de Extensão junto ao moradores e apoiadores do Quilombo do Grotão, localizado na região oceânica da cidade de Niterói, entre os anos de 2015 e 2019. Foram coletados documentos sobre o seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, participação de reuniões com lideranças e apoiadores de Instituições Culturais e Agrárias, como a Secretaria da Cultura da Cidade de Niterói, INCRA, Universidades e Movimentos Sociais. E também, uma contextualização atualizada das políticas de demarcação de terras. **Resultados:** O auto reconhecimento foi um marco importante para o desenvolvimento desta comunidade tradicional. O processo jurídico no qual as comunidades tradicionais são submetidas para o seu reconhecimento como território tradicional desvela as tensões que correm na atual gestão política brasileira, nas formas de acoplamento identitário e perda de direitos conquistados com muitas lutas ao longo de suas histórias de constituição. **Considerações finais:** Destaca-se a importância do apoio da extensão universitária em facilitar e criar estratégias na participação do reconhecimento do Quilombo do Grotão para que seu reconhecimento como um território tradicional seja valorizado. A criação e ressignificação das ocupações cotidianas enquanto produções culturais compartilháveis com a cidade, permitem que as identidades, as tradições e as memórias se tornem elementos fundamentais para os processos de autorreconhecimento e titulação de terra.

EQUIPE: VITOR ROCHA MARTINS JORGE, RICARDO DE OLIVEIRA, SAMIRA LIMA DA COSTA, RICARDO LOPES CORREIA, RENATA FARIA

ARTIGO: 1506

TÍTULO: **O SRI LANKA E O PROJETO DE PODER CHINÊS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A presente pesquisa aborda a expansão do investimento chinês no Sri Lanka no contexto recente de reconfiguração das relações comerciais e militares na geopolítica do Oceano Índico. Mais especificamente, a pesquisa objetiva analisar os impactos produzidos por um maior envolvimento chinês na economia do Sri Lanka a partir dos anos 2000 até o presente. Para tanto, a pesquisa divide-se em três etapas: 1) na primeira, busca-se discutir o papel do Sri Lanka na nova rede de relações militares e comerciais desenvolvida pela China no Oceano Índico. A tese da chamada "String of Pearls" pressupõe que a China tenha como projeto a expansão de sua presença naval a partir da construção de uma infraestrutura marítima em zonas estratégicas que contornam as margens do Oceano Índico; 2) a segunda parte trata do incremento das relações comerciais e diplomáticas entre China e Sri Lanka a partir dos anos 2000. Neste caso, será feito um levantamento do histórico de empréstimos e investimentos chineses, com destaque para a construção do porto de Hambantota; 3) a terceira parte trata das relações entre China e Sri Lanka a partir do debate sobre a "armadilha da dívida". Esta ocorreria quando um Estado, num contexto de relações bilaterais, busca expandir o crédito a outro país ao ponto deste não conseguir honrar com suas dívidas. Como resultado, o país credor seria capaz de extrair daquele concessões políticas ou econômicas.

EQUIPE: ALINE MENDES DA SILVA, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO, EDUARDO CRESPO

ARTIGO: 1547

TÍTULO: **ORIENTALISMO E CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS NO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O país que chamamos hoje de Israel é uma pequena faixa territorial, de aproximadamente 20.700km² me uma população de 7.400.000 de habitantes; faz fronteira com o Egito ao Sul, Jordânia ao leste, Líbano ao norte e possui uma pequena fronteira com a Síria a nordeste. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com a criação do Estado de Israel, esse território e seu povo sofrem com a ingerência ocidental (e judaico-cristã) em contexto de guerra civil, especialmente no território da Faixa de Gaza. Esse conflito possui intervenção direta de Israel e indireta de países como Estados Unidos. O objetivo desse trabalho é analisar o discurso e a construção das narrativas da guerra que assola o país.

Para tanto, parte-se da concepção de Orientalismo, de Edward Said, na perspectiva de uma superioridade relativa frente ao Outro (nesse contexto, traça-se o paralelo mundo judaico-cristão vs mundo árabe) para explicar os conflitos nesse território.

O recorte temporal será entre 2018 e 2019, e a amostra territorial será principalmente a Faixa de Gaza, e, de forma geral, o território chamado de Israel. As fontes de análise serão as notícias publicadas pelos centros de mídia dos maiores atores e aliados envolvidos no conflito (Press TV, The Jerusalem Post) e de outras perspectivas de agentes indretos (Al Jazeera, Russia Today e The New York Times)

Espera-se com esse trabalho verificar as diferenças de discurso entre duas fontes localizadas (geograficamente e politicamente) em dois polos praticamente opostos, para tentar compreender as perspectivas da guerra a partir dos imaginários Ocidental e Oriental.

EQUIPE: INGRID MARRA, MAURICIO METRI

ARTIGO: 1656

TÍTULO: **NEGÓCIO COM IMPACTO SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A FEIRA PRETA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este estudo se propõe a analisar a Feira Preta, uma iniciativa criada em 2002 por Adriana Barbosa, uma empresária paulistana que promove o afroempreendedorismo e celebra a cultura negra. Adriana Barbosa percebeu que o mercado era protagonizado por empreendedores brancos e por isso, idealizou uma alternativa para desenvolver oportunidades para empreendedores negros. Esta iniciativa se tornou um evento que, até a sua 17ª Edição, levou mais de 140 mil visitantes e mais de 700 expositores a participarem, segundo informações do site do evento.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar como a Feira Preta se relaciona com a teoria estudada sobre negócios com impacto social. Para isso, como objetivo específico se propõe a investigar se as características elencadas sobre a empresa estabelecem relação de semelhança ou de divergência com a teoria utilizada como referencial teórico.

A análise é feita a partir dos conceitos de responsabilidade social empresarial dado pelo Instituto Ethos e negócios com impacto social, segundo Petrini, Scherer e Back (2016). Para a produção do artigo foi elaborada uma pesquisa descritiva qualitativa com coleta de dados feita por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Além do conteúdo pesquisado, também foram utilizados para o referencial teórico os materiais disponibilizados para as aulas da disciplina de Tópicos Especiais em Negócios ministradas pela professora Rita Afonso na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O artigo conclui que, de acordo com as pesquisas documental e bibliográfica e teoria analisada, a Feira se enquadra como um negócio de impacto social. Apresentando aspectos de agente de transformação e promovendo, então, representatividade e giro de capital dentro da comunidade negra, pois consumidores negros compram de produtores negros, se tornando referência dentro da comunidade.

EQUIPE: IZABEL LIMA DA SILVEIRA, THAÍS LEOTÉRIO DA SILVA, LUCAS LAMY RODRIGUES, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

ARTIGO: 1698

TÍTULO: **O SUBDESENVOLVIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO EM CELSO FURTADO E NA TEORIA DA DEPENDÊNCIA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O **objeto** de nossa pesquisa é a construção das nações latino-americanas (caracterizadas pela sua histórica dependência no sistema mundial), grande desafio na era da mundialização do capital, e o seu subdesenvolvimento, nas visões de Celso Furtado (CF) e da Teoria da Dependência (TD). **Os objetivos são:** analisar através do pensamento de Celso Furtado (CF) e da Teoria da Dependência (TD) o processo de subdesenvolvimento e a dificuldade no processo de construção das nações da América Latina, além de captar suas aproximações teóricas e seus desdobramentos acerca desse tema. **Hipótese de trabalho:** a partir dos anos 1970 existe uma aproximação teórica entre CF e a TD sobre o panorama da América Latina no que diz respeito à sua industrialização, à continuidade do subdesenvolvimento e da dependência, além da crescente dificuldade do processo de construção das nações na região. Na **metodologia de análise** utilizamos o materialismo histórico-dialético e a sociologia do conhecimento para auxiliar na localização do quadro econômico, social e político do período nas obras de CF e da TD. **Desenvolvimento até o presente e perspectivas:** inicialmente estudamos a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim a fim de compreender o contexto em que é elaborado o pensamento. O autor busca compreender as razões e motivações da construção do

conhecimento, que é sempre feita coletivamente. Nesse processo, o cientista, antes de tudo, é um indivíduo que pode vir dos mais diferentes estratos sociais, mas que, com seus pares, forma um grupo denominado por Mannheim de *intelligentsia*, pois possui a característica comum de elaborar análises distanciadas parcialmente de todos os estratos da sociedade (inclusive daqueles dos quais os intelectuais vieram). Dentro da sociologia do conhecimento, o autor também utiliza o método dos diferentes estilos de pensamento, isto é, analisa distintas abordagens e acontecimentos que produzem distintos modos de pensamento, formando as intenções básicas dos processos sociais, e como exemplo, evidencia o conservadorismo alemão no século XIX. Após o estudo do método da sociologia do conhecimento, partiremos para o estudo do método de análise do materialismo histórico-dialético de Karl Marx. A partir do estudo da metodologia de análise adotada, pesquisaremos as obras de Celso Furtado e da Teoria da Dependência.

EQUIPE: WILSON VIEIRA, JOÃO PEDRO MERCES DE OLIVEIRA

ARTIGO: 1699

TÍTULO: KAIZEN: GESTÃO DE MELHORIAS CONTÍNUAS PARA DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS TRANSFORMADORAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O desígnio principal deste trabalho é desenvolver um processo de Kaizen voltado às especificidades da formação de lideranças transformadoras, apurando a capacidade de adaptação desta ferramenta de gestão originalmente japonesa a qualquer setor ou instituição (IMAI, 1986; BERNDTSSON; HANSSON, 2000; BRUNET; NEW, 2003; VIVAN; ORTIZ; PALIARI, 2016). No presente estudo, busca-se priorizar a reflexão sobre um dos aspectos que mais se mostra desafiador para a implementação do KAIZEN, que é a formação e o desenvolvimento de lideranças transformadoras por meio de uma filosofia de gestão de melhorias contínuas no desenvolvimento de competências essenciais. Isto em razão de seu sucesso em inovação e sustentabilidade financeira estar atrelado a atuação de indivíduos capazes de promover participação, integração, autodeterminação e desenvolvimento dos envolvidos (LIKER; MEIER, 2007; PRATA; GIROLETTI, 2017), tal como Rohm (2019) qualifica os líderes transformadores. Portanto, segundo contribuições metodológicas de Silva, Menezes (2005) e Oliveira (2011), trata-se de uma pesquisa mista, classificada como exploratória, que busca elaborar e interpretar um sistema de estratégias Kaizen para o desenvolvimento de lideranças transformadoras concomitantemente com a utilização de dados quantitativos que viabilizem as ferramentas necessárias para sua aplicação, tornando seus procedimentos mais explícitos. Ainda assim, o estudo recorre a técnicas de pesquisa bibliográfica e documental para coleta de dados. Bibliográfica por utilizar materiais já publicados pela sociedade acadêmica para identificar e analisar as relações conceituais e as estratégias Kaizen com o Sistema de Produção Toyota (*lean manufacturing*), relacionando tais estratégias com os diferentes tipos de liderança e, especialmente, com o desenvolvimento da liderança transformadora. Documental por descrever a evolução do Kaizen pelos setores nos quais opera, mapear as ferramentas de identificação, priorização e realização de melhorias contínuas nestes setores e verificar os desafios, oportunidades e necessidades de sua aplicação no setor de desenvolvimento humano a partir de materiais que não receberam tratamento analítico. Todavia, espera-se que esta análise produza as bases conceituais e critérios de análise que possibilitem a aplicação do Kaizen em um modelo de gestão real brasileiro que se dedique a formação de lideranças transformadoras, mediante um estudo de caso a ser realizado em um trabalho de pesquisa posterior.

EQUIPE: ANDREZA DE LIMA GONÇALVES, RICARDO HENRY DIAS ROHM

ARTIGO: 1743

TÍTULO: O NOVO HEARTLAND E A REPAGINAÇÃO DO GRANDE JOGO NO ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO: A POLÍTICA EXTERNA DO CAZAQUISTÃO ENTRE A RÚSSIA E A CHINA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Desde sua fundação em 1991, o Cazaquistão tem buscado definir sua política externa pelo equilíbrio entre os interesses expressos nas agendas russa e estadunidense para a Ásia central. Entretanto, a progressiva presença chinesa na economia cazaque, somada à integração deste país a diferentes organizações regionais de âmbito securitário e econômico gradativamente redimensionam o papel do Cazaquistão na geopolítica da Eurásia. Assim, o presente trabalho objetiva analisar a política externa do Cazaquistão com destaque para a relação triangular desenvolvida entre o governo cazaque, a Rússia e a China. O texto trabalha com a hipótese de que a expansão do interesse chinês pelos recursos naturais do Cazaquistão nas últimas duas décadas permitiu ao governo de Nursultan Nazarbayev contrabalançar a influência de Estados Unidos e, principalmente, da Rússia com a adoção de uma política externa orientada simultaneamente para a redefinição dos parceiros comerciais estratégicos e a construção de uma liderança cazaque no espaço pós-soviético da Ásia central.

EQUIPE: GABRIEL GONÇALVES RIBEIRO, EDUARDO CRESPO, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO

ARTIGO: 1772

TÍTULO: CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO TERCEIRO SETOR: PROBLEMÁTICAS E PERSPECTIVAS NUM MODELO DE MERCANTILIZAÇÃO DO SOCIAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho, sendo a parte inicial de uma pesquisa mais ampla, se propõe a analisar (i) a trajetória histórica da captação de recursos no Terceiro Setor; (ii) identificar e problematizar os desafios constantemente encarados por este setor num modelo que reforça em suas entrelinhas a transformação de pautas sociais em agendas mercantilizadas; e (iii) investigar as novas tendências de fontes de recursos, dadas as próprias transformações que a sociedade tem experimentado ao longo do tempo. Importante sublinhar que este estudo é desenvolvido pelo Laboratório de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (LARES), e que é vinculado ao Instituto de Economia e ao Pontão Economia Viva (todos parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro). As metodologias utilizadas foram as entrevistas com gestores de diferentes Pontos de Cultura da cidade do Rio de Janeiro seguindo um questionário que já foi aplicado no ano de 2015, e que foi retomado em 2018 para diagnosticar quais os possíveis avanços e/ou retrocessos vivenciados, e também revisões de literatura sobre temas elementares do Terceiro Setor. Finalmente, e tendo em vista o que foi diagnosticado neste primeiro momento da pesquisa, propor-se-ão alternativas que buscarão acrescentar às políticas existentes uma melhor efetividade de seu funcionamento, a partir das próprias contribuições daqueles que vivem o Terceiro Setor em seu cotidiano profissional, voluntário e/ou acadêmico. Por outro lado, é foco nosso discutir como a própria burocracia se coloca como um dos principais desafios que merecem uma atenção especial nas discussões sobre o tema em questão. Por fim, mas não menos importante, reafirmamos a necessidade de discutir o Terceiro Setor em si longe de discursos fabricados que buscam mais desmontar o Estado em nome de interesses muito particulares.

EQUIPE: JONATHAN GUEDES DA SILVA RICARDO, DALIA MAIMON SCHIRAY, MIRIAM MAIA CAVALCANTE, MAURICIO VASCONCELLOS

ARTIGO: 1795

TÍTULO: A OPINIÃO PÚBLICA NA ERA DIGITAL: CONSTRUÇÕES, FINALIDADES E IMPACTOS NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A opinião pública carrega consigo valor simbólico e fundamental para o corpo social, uma vez que possui poder suficiente para influenciar os rumos sociais e políticos da sociedade, o que prova sua relevância e centralidade na perpetuação da democracia. Ao mobilizar o agente coletivo, ela fundamenta revoluções, movimentos sociais, e apoia ou contrapõe-se a regimes políticos (MATEUS, 2008). O modo de construção da opinião pública sofre mudanças na medida em que a sociedade passa por modificações em si mesma (CHAMPAGNE, 1996). Com a era digital, a esfera da visibilidade se tornou a maior mediadora entre o campo político e a sociedade civil, implicando em diversas transformações, como a maior participação online, as ações governamentais para participação política na esfera digital e as conversações políticas cotidianas (BALDISSERA, 2012). Não obstante, alguns pontos críticos da formação da opinião pública permanecem com a mesma estrutura. Da mesma maneira que, baseando-se na teoria crítica habermasiana, Oliveira, Cançado e Pereira (2010) explicitam que a opinião pública do século XVIII era formada a partir de agentes privados da esfera pública burguesa que buscavam sua autonomia frente aos agentes hegemônicos de poder à época, a opinião pública hodierna ainda é fortemente influenciada por uma esfera privada que possui finalidades específicas (MATEUS, 2008). O objetivo geral do presente trabalho é compreender como a opinião pública construída na era digital influencia na democracia contemporânea. Para isso, buscar-se-á, de forma específica, analisar a trajetória da opinião pública e suas construções e desconstruções até a era digital; entender a quais finalidades a opinião pública na era digital atende; e identificar quais têm sido os impactos das transformações da opinião pública na democracia contemporânea. A pesquisa, por tratar-se de compreender os acontecimentos que concernem ao tema deste trabalho através de uma análise mais profunda, possuirá natureza qualitativa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), sendo caracterizada como explicativa por se propor a entender e analisar as mudanças no processo de construção da opinião pública na era digital e seus impactos na democracia (GIL, 2008). No que tange ao instrumento de coleta de dados, além da pesquisa bibliográfica, em que será realizado um levantamento de referências teóricas a respeito da opinião pública e da era digital, o trabalho se classifica também como documental, pois serão analisados materiais diversos, como reportagens jornalísticas e redes sociais de formadores de opinião. Netnografia foi a estratégia escolhida para analisar diferentes casos de eleições mundiais, tendo por intuito conhecer em maior profundidade as características do processo de construção da opinião pública na era digital (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

EQUIPE: DEBORAH CUSTODIO LIMA, RICARDO HENRY DIAS ROHM, DANIELLE DINIZ

ARTIGO: **1831**

TÍTULO: **A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS TRANSFORMADORAS NA UNIVERSIDADE**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A necessidade por transformação social, em busca do desenvolvimento do país, urge pela formação de novas lideranças que sejam capazes de agir de forma ética, íntegra e sustentável perante a sociedade e ao planeta. Para Ribeiro e Magalhães (2014), a universidade, em seu pleno exercício, age como *locus* irradiador de valores cidadãos, visando a promoção social, a sustentabilidade ou o desenvolvimento econômico. Não obstante, a missão da UFRJ de trabalhar o “patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora” (PDI, 2016) deixa nítido seu papel na sociedade e se relaciona com a busca pela formação de Lideranças Transformadoras, que segundo Burns (1978) pressupõe uma relação na qual líder e liderado se elevam mutuamente às escalas mais altas de consciência, moralidade e motivação, satisfazendo necessidades como autoconhecimento e auto-realização. Já para Brown e Posner (2001) e Bass e Riggio (2006), a liderança transformadora está no cerne do aprendizado ao se entrelaçar com o conceito de mudança, do tipo que transmuta drasticamente a visão que o indivíduo tem sobre si e o mundo em que vive. Isto posto, objetiva-se com esta pesquisa apresentar um modelo propositivo, alinhado às diretrizes do Núcleo Docente Estruturante, de boas práticas pedagógicas para o desenvolvimento de competências de lideranças em cursos de graduação da UFRJ. A partir das competências de liderança transformadora definidas pelos autores e apresentadas na 9ª SIAC da UFRJ, em 2018, busca-se identificar nas ementas acadêmicas de três cursos de graduação da UFRJ as disciplinas que as contemple para que, em seguida, realize-se uma validação com alunos destes cursos em vias de identificar quais são as disciplinas que contribuem para a formação de lideranças transformadoras, como também quais as suas práticas pedagógicas. Realizar-se-á, ademais, um *benchmarking* (CAMP, 1998) com duas instituições de ensino superior que foquem na formação de lideranças na graduação, identificando as práticas pedagógicas realizadas por estas. Adotou-se abordagem mista, buscando a compreensão de um fenômeno da realidade por meio da coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos, combinado diferentes procedimentos e instrumentos (CRESWELL; CLARK, 2013). O presente estudo se caracteriza como pesquisa descritiva (TRIVINOS, 1987), por buscar descrever fenômenos da realidade, e pesquisa de campo (FONSECA, 2002), por realizar coleta de dados junto a pessoas. Realizou-se pesquisa bibliográfica, análise documental (CRESWELL, 2010) e análise do conteúdo, com a criação de categorias *a posteriori* (FRANCO, 2003). A técnica de coleta de dados aplicada na etapa quantitativa foi um *survey* de corte-transversal (SAMPIERI et al, 1991). Espera com esta pesquisa propor incrementos para que a disciplinas de cursos da UFRJ contribuam, por meio de práticas pedagógicas, para o desenvolvimento de lideranças que possam transformar a sociedade.

EQUIPE: JOSÉ OTÁVIO ALCÂNTARA LUCAS MARTINS, FELIPE TINOCO, RICARDO HENRY DIAS ROHM

ARTIGO: **1832**

TÍTULO: **SÚMULA 394 STF: OS INTÉRPRETES AUTÊNTICOS DA CONSTITUIÇÃO E A TEORIA DOS DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O ato de revisar legislações, atos executivos ou decisões administrativas por parte dos tribunais (*judicial review*) é um problema que tem sido enfrentado pelas teorias política e constitucional. Remonta-se ao embate entre Federalistas e Anti-Federalistas presente na promulgação da Constituição dos Estados Unidos, bem como ao marco institucional do caso *Marbury v. Madison* (1803). Duas são as questões que devem ser enfrentadas ao se discorrer sobre tal prática, quais sejam, se o poder judiciário apresenta um lapso de legitimidade democrática e se o ato de revisão de leis por parte do judiciário é ou não benéfico à harmonia institucional. A prática da revisão judicial é tratada pela Constituição da República Federativa do Brasil de forma direta (arts. 102; 105, III; 125 CRFB/88) e indireta (art. 2º CRFB/88). É com vista aos dispositivos constitucionais que se acredita que a teoria dos diálogos institucionais é a mais adequada ao desenho institucional (*institutional design*) brasileiro. Os diálogos entre instituições, conforme à teoria ora mencionada, deve corresponder a um equilíbrio próprio de acordo com a capacidade institucional (*institutional capacities*) de cada uma delas e, outrossim, com os princípios da separação e divisão dos poderes mediante o uso de *checks and balances*; tornando cada uma das instituições responsáveis (*accountable*) perante as demais. O argumento de que essa teoria é a que mais se adequa ao modelo constitucional e ao desenho institucional brasileiro, contudo, é normativa, não descritiva. A questão que surge, portanto, é se de fato a prática dialógica entre os poderes - aqui se limitando à separação clássica dos três poderes, não avaliando a atuação de instituições como o Ministérios Públicos, Agências Reguladoras, Tribunais de Contas, dentre outras - é não apenas benéfica ao desenho institucional, mas também praticada por eles. Com o intuito de verificar a hipótese frente ao problema exposto, optou-se por fazer uso da leitura de bibliografia atual e relevante sobre o tema, da própria carta constitucional e da análise qualitativa de duas ADIs bem como do Inquérito 687-4 (22/11/2001), o qual cancelou a Súmula 394 STF. No que diz respeito ao caso aqui tratado, um ano depois de cancelada a Súmula, é promulgada a Lei 10.628 que acrescentava dois parágrafos ao artigo 84 do CPP/41, um deles com o mesmo texto da elaboração sumular. A lei fora levada à Suprema Corte por força de ADI (2797-4) a qual manteve o entendimento primevo. O caso trazido, embora não atual, é relevante do ponto de vista argumentativo sobre a relação entre o STF e o Congresso Nacional, principalmente no que diz respeito à interpretação autêntica da Constituição, uma suposta última palavra e o diálogo entre Corte jurídica e Poder político por meio de revisão legislativa. Discussões desses e correlatos temas são feitos semanalmente no grupo de pesquisa ao qual pertence o autor.

EQUIPE: FREDERICO AUGUSTO AUAD DE GOMES FILHO, CARLOS BOLONHA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE

ARTIGO: 1876

TÍTULO: **PREVALÊNCIA DA FORMA SOBRE A SUBSTÂNCIA: O CRITÉRIO DA CIÊNCIA OBJETIVA NOS CASOS NUCLEAR ARMS RACE**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**
RESUMO:

No dia 5 de outubro de 2016, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) proferiu seu Julgamento sobre as Objeções Preliminares do caso *Obligations concerning Negotiations relating to Cessation of the Nuclear Arms Race and to Nuclear Disarmament, ou Nuclear Arms Race case*. O caso envolve as Ilhas Marshall contra o Reino Unido, Paquistão e Índia. As Ilhas denunciaram o não cumprimento das obrigações impostas pelo Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e pelo Direito Costumeiro Internacional e, portanto, a falta de comprometimento com o desarmamento nuclear. Neste julgamento, acatou-se a primeira objeção do Reino Unido, afastando a incidência da jurisdição da Corte em sede liminar. Ao julgar-se incompetente, a Corte reestruturou o critério para definir a existência de uma disputa, criando o critério de ciência objetiva, exigindo que a parte ré esteja ciente ou não possa não estar, previamente ao ingresso com a ação perante a Corte. O critério foi alvo de repercussão, levando o caso à notoriedade no meio acadêmico e jurídico, pois consiste em um *revirement de jurisprudence* diametralmente oposto à posição adotada pela Corte desde de sua predecessora, a Corte Permanente de Justiça Internacional – prevalecendo forma sobre substância. O presente trabalho visa analisar os possíveis efeitos do critério de ciência objetiva, desenvolvido a partir do germe plantado pela primeira objeção do Reino Unido. Para tal, utilizou-se o método indutivo, com técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Este trabalho integra o Projeto de Pesquisa “Disputas Multilaterais e Obrigações *Erga Omnes* na Corte Internacional de Justiça (CIJ)”.

EQUIPE: PAULINA BOECHAT, PAULO EMÍLIO VAUTHIER BORGES DE MACEDO

ARTIGO: 1903

TÍTULO: **DEFESA E SEGURANÇA CIBERNÉTICA: COMO PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL LIDAM COM ESSE FENÔMENO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**
RESUMO:

Não há como negar o crescimento e aprimoramento de tecnologias que presenciamos hoje: celulares, tablets, computadores mais velozes e com grande capacidade de armazenamento, plataformas que contêm milhões de usuários, aplicativos e redes sociais conectando pessoas do mundo todo em um único espaço, denominado virtual, o qual atualmente é intitulado espaço cibernético. Sobre esse fato recai a pergunta do século: estamos realmente preparados para enfrentar as ameaças do espaço cibernético? Somos capazes de assegurar a defesa das informações que circulam e dos sistemas que utilizamos vinculados à Internet? No relatório publicado em 2016 pela OEA, juntamente com o BID (Banco Internacional de Desenvolvimento) e a Universidade de Oxford (BID, 2016), o presidente do BID, Luis Alberto Moreno, menciona que a maioria dos países sul-americanos não estão, de fato, preparados para enfrentar os crimes cibernéticos, pois ainda há países que não possuem nenhuma estratégia de segurança cibernética ou planos de proteção ou não contam com um centro de comando e controle de segurança e defesa cibernética. Diante do cenário de revolução do espaço de comunicação e serviços e o crescimento da rede de conexão entre governos e indivíduos o presente trabalho lança um olhar sobre os Estados sul-americanos buscando observar como lidam com esse tema, as ameaças que enfrentam, bem como quais ações de prevenção, segurança e defesa que vem sendo feitas no espaço cibernético afim de mitigar incidentes e combater possíveis guerras cibernéticas.

EQUIPE: ADRIANA MARQUES, ANA PAULA FERNANDES

ARTIGO: 1907

TÍTULO: **COLABORAÇÃO PREMIADA NA OPERAÇÃO LAVA-JATO: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**
RESUMO:

É possível verificar que o Direito vem sendo usado como um sucedâneo de guerras ou de batalhas políticas (KITTRIE, 2016), o chamado Lawfare, expressão cunhada por Charles Dunlap (2001). Dois testes aplicados para identificar se uma ação jurídica pode ser qualificada como Lawfare político: (1) o autor (seja uma pessoa ou um grupo político) da ação deve usar o Direito para criar os mesmos ou similares efeitos àqueles tradicionalmente buscados pela ações políticas e (2) a motivação do autor da ação ou de pessoas ou grupos políticos que utilizam a ação deve ser enfraquecer ou destruir um adversário político contra o qual o Lawfare está sendo manejado.

Na prática do Lawfare Político, vários são os instrumentos utilizados para alcançar seus objetivos, entre eles: a jurisdicionalização de discussões outrora essencialmente reservadas ao campo político, a instaurações de perseguições criminais para alcançar objetivos políticos e divulgações de perseguições criminais com a afetação de imagens pessoais para alcançar objetivos políticos.

Luigi Ferrajoli (2014), no livro “Direito e Razão: teoria do garantismo penal”, marco teórico da pesquisa, jamais usou a expressão “lawfare” ou fez qualquer referência a estudos sobre esse tema, mas é possível identificar aquilo que ele chama de subsistema penal de exceção como o instrumento de Lawfare político caracterizado como “instauração de perseguições criminais para alcançar objetivos políticos”.

Nas lições de Ferrajoli (2014), é possível identificar o processo penal de emergência com o que foi por ele chamado de maxiprocessos, cujas características são: (1) cobertura midiática massiva; (2) o gigantismo processual; (3) a confusão processual; (4) a mutação substancial do modelo clássico de legalidade penal; (5) o incremento da utilização dos meios investigação ou obtenção de prova.

Como a Operação Lava Jato é apontada pelo Ministério Público Federal como a maior investigação de corrupção que o Brasil já teve, ao mesmo tempo em que é apontada pela oposição ao atual governo como uma estratégia de perseguição política, a presente pesquisa pretende responder ao seguinte problema: a Operação Lava Jato vem sendo utilizada com seletividade política? Secundariamente: os acordos de colaboração premiada vêm sendo celebrado de forma diversa conforme a filiação política do investigado e do colaborador?

A hipótese com a qual se trabalha é de que a Operação Lava Jato é um maxiprocessos e vem sendo utilizada para alcançar objetivos políticos.

A resposta à questão vem se desenvolvendo metodologicamente em três etapas: (1) pesquisa teórica sobre a colaboração premiada, tal como prevista na Lei 12.850/2013; (2) coleta de todos os termos de colaboração premiada celebrados na Operação Lava Jato no âmbito de Curitiba, Rio de Janeiro e Supremo Tribunal Federal; (3) análise quantitativa e qualitativa dos termos de colaboração premiada.

A pesquisa encontra-se na segunda etapa.

EQUIPE: OLGA MARTINS, ANTONIO EDUARDO RAMIRES SANTORO, NATÁLIA LUCERO FRIAS TAVARES, STEFANIE DE SOUZA RIBEIRO DE ARAUJO, VICTOR ABI RIHAN AVILA, GIANLUCCA PAPA, PAULO BARBOSA

ARTIGO: 1912

TÍTULO: **ANÁLISE TEMÁTICA DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DO CURSO DE BIBLIOTECOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO FACC/UFRJ: 2010-2012**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A presente pesquisa insere-se no âmbito da segunda etapa do projeto de pesquisa intitulado “Estudo do perfil de Egressos do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)”. Seu objetivo é analisar a produção de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) apresentados pelos alunos concluintes do curso, no período de 2010 a 2019, visando a detectar, nessa etapa, temas mais recorrentes, de modo a verificar se os conhecimentos e as habilidades almejadas no currículo do CBG estão sendo refletidas nos trabalhos de conclusão de curso e assim oferecer subsídios para o Núcleo Docente Estruturante (NDE) na reformulação Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso, em andamento. O CBG iniciou sua primeira turma em agosto de 2006; deste modo, os TCC dos primeiros concluintes datam de 2010, daí a seleção desse ano para o início do estudo. A pesquisa se caracteriza como exploratória e quantitativa e será realizada no Repositório Institucional Pantheon (RIP) da UFRJ, de livre acesso, que tem como finalidade garantir o registro e a disseminação da produção científica, cultural, artística, técnica e tecnológica da instituição, por meio da coleta, preservação e divulgação da produção acadêmica digital de professores, pesquisadores, funcionários técnicos-administrativos e alunos de graduação e pós-graduação em todas as áreas do conhecimento. O Sistema de Informação e Bibliotecas (SiBI/UFRJ) é o responsável pelos processos de coleta da produção científica, geração de metadados e inserção dos documentos no RIP. Os procedimentos metodológicos obedecerão as seguintes etapas: (i) Levantamento de literatura nacional sobre o tema central do projeto com o objetivo de ampliar e atualizar a base teórica da pesquisa; (ii) Busca no *Pantheon* dos TCC referentes ao período de 2010 a 2012, nesse primeiro momento; (iii) Identificação e coleta de palavras-chave de cada TCC com vistas a inseri-las no software RankWords, contador de frequência de palavras, de modo a detectar os assuntos mais recorrentes; (iv) produzir quadros e gráficos que possibilitem a discussão dos resultados. Os resultados preliminares mostram que no período da análise estão depositados no Pantheon 62 trabalhos. Espera-se com essa pesquisa dar maior visibilidade ao CBG, bem como oferecer subsídios que contribuam com o NDE do curso.

EQUIPE: LARISSA SILVA COSTA, BEATRIZ MARQUES DE SOUZA RIOS, MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS, NYSIA SÁ

ARTIGO: **1927**

TÍTULO: **A GUERRA POR ENERGIA NO MAR CÁSPIO: INTERESSES REGIONAIS E EXTRARREGIONAIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A crescente demanda mundial por recursos energéticos tem estimulado a busca pela diversificação de fontes e rotas de gás natural e petróleo. Desde 1991, com a dissolução da União Soviética, os interesses de potências regionais e extrarregionais se voltaram ao Mar Cáspio, terceira maior reserva de hidrocarbonetos do mundo. No entanto, o status de indefinição do corpo d'água, que varia entre mar, para alguns, e lago, para outros, e permanece sem políticas de compartilhamento para suas águas profundas, cria um foco de tensão entre seus Estados costeiros: Rússia, Irã, Cazaquistão, Azerbaijão e Turcomenistão. Além da incerteza quanto à legislação, que exacerba a disputa regional pela construção de rotas de escoamento, a interferência de interesses estrangeiros, nomeadamente os da China, dos Estados Unidos e da União Europeia, moldam os conflitos recentes no Cáucaso e na Ásia Central. Este trabalho tem o **objetivo** de analisar, de forma geral, as disputas legais e militares travadas entre os cinco Estados costeiros pelo domínio dos recursos do Mar Cáspio, respondendo à seguinte **pergunta de pesquisa**: qual a influência dos interesses internacionais sobre a exploração energética do Cáspio? Apresenta-se a **hipótese** de que, ao figurar como uma das maiores reservas mundiais de petróleo e gás natural, o Mar Cáspio deixa de ser apenas uma problemática regional e se torna um dos principais tabuleiros da guerra internacional por energia. Parte-se de uma análise qualitativa de **fontes primárias**, como os documentos oficiais das negociações de exploração dos recursos do Cáspio, ocorridas entre 1991 e 2018 e disponibilizadas pelos ministérios das relações exteriores de Moscou, Teerã, Nursultán, Baku e Asgabate; além da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (*United Nations Convention on the Law of the Sea*, UNCLOS) e dos relatórios fornecidos pela Agência Internacional de Energia (*International Energy Agency*, IEA) a respeito dos projetos de gasodutos e oleodutos desenvolvidos na região. Serão examinadas, além disso, **fontes secundárias**, como artigos científicos e noticiosos produzidos pela imprensa especializada. O uso do **método histórico**, por sua vez, permitirá um mapeamento cronológico da competição interestatal por energia na região do Cáspio. Os dados coletados serão analisados à luz da geopolítica da guerra por recursos naturais, tendo como **referencial teórico** a obra de Philippe Le Billon (2005).

EQUIPE: ANNE EVELIN OLIVEIRA SILVA, GABRIELA LIMA DE CARVALHO, LETÍCIA FIGUEIREDO FERREIRA, LEONARDO VALENTE MONTEIRO

ARTIGO: **1950**

TÍTULO: **MAPEANDO O MINISTÉRIO DA DEFESA II: O DESENHO INSTITUCIONAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A presente proposta de pôster de iniciação científica insere-se no projeto “Observatório do Ministério da Defesa” vinculado ao Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que ainda está em sua intermediária, de caráter descritivo e exploratório que tem como objetivo analisar a trajetória do Ministério da Defesa desde a sua criação e acompanhar seu funcionamento no presente. Para estudar o caso do Ministério da Defesa está sendo utilizado o process tracing que permite a articulação de diferentes fatores causais na análise de fenômenos sociais complexos e historicamente delimitados. Essa tipologia de estudo de caso permite a investigação dos mecanismos causais “em ação”. Com isso, nota-se que o process tracing difere de outros métodos de estudos de caso em razão do tipo de inferências que podem ser feitas a partir da existência, ou não, de mecanismos causais no caso estudado, que levam a um determinado resultado. Quanto aos procedimentos técnicos, serão coletadas fontes bibliográficas e documentais. Este projeto de iniciação científica em particular concentrará seus esforços no estudo do desenho institucional do Ministério da Defesa, verificando quais foram as mudanças ocorridas no organograma da pasta e as estruturas que foram criadas e extintas ao longo do tempo. O projeto também procura identificar quais foram as principais ações desenvolvidas pelas secretarias vinculadas a essa pasta.

EQUIPE: ADRIANA MARQUES, PATRICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA, KLEBER ALONSO

ARTIGO: **1964**

TÍTULO: **A DOLARIZAÇÃO DO EQUADOR COMO LIMITADOR PARA A MUDANÇA ESTRUTURAL E MELHOR INSERÇÃO INTERNACIONAL DO PAÍS: UM ESTUDO DE CASO DOS GOVERNOS DE RAFAEL CORREA 2007-2017.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **e-Pôster**

RESUMO:

O Equador encontra-se dolarizado desde o ano de 2000. Assim, o Equador de certa forma está de mãos atadas para poder impulsionar seu desenvolvimento de maneira autônoma, pois perdeu a sua capacidade de fazer política monetária e cambial, está sujeito à imperativa

obtenção de divisas para geração de liquidez no sistema econômico nacional (SEN), fazendo com que sua restrição externa se torne interna e a sua soberania entregue em bandeja de ouro. No entanto, em 2007 Rafael Correa chega à presidência com um forte discurso pósneoliberal criticando a dolarização e com metas de impulsionar o desenvolvimento transformando a matriz produtiva para superar a sua condição de primário exportador e periférica no Sistema Internacional (SI). Assim, essa investigação de mestrado tem como objetivo identificar em que medida a dolarização do Equador obstaculiza a concretização da mudança da sua matriz produtiva proposta ao longo dos três governos do presidente Rafael Correa (2007-2017). A metodologia de estudo é qualitativa, com uma abordagem teórica histórico estruturalista cepalina, a través de levantamento bibliográfico e de dados socioeconômicos do BCE, CEPAL, Banco Mundial etc. A hipótese é de que o Equador pós em prática a estratégia de industrialização por substituição de importações (ISI), mas que esse processo conforme ia avançando demandou de uma alta quantidade de divisas que junto com impactos de crises internacionais não foi possível obter, o que foi barrando o processo, além de não contar com a vontade política das elites nacionais para as quais é mais fácil importar. Assim, os resultados preliminares são, a dolarização intensificou os impactos das crises internacionais, como em 2008 quando seu PIB caiu de 6% a 0,4% em 2009, conseguindo se reerguer em 2011 chegando a um 7,9%. Mas, com a queda dos preços do Petróleo em 2014 volta a cair de 3,8% a 0,1% em 2015, o que o levou cada vez mais a um alto endividamento externo atingindo mais de 40% do seu PIB em 2017, não somente para levar a cabo investimento público se não também para se defender das crises internacionais e gerar a liquidez na sua economia, pois seus níveis de reserva internacional em 2015 chegaram a cobrir somente 33% dos depósitos nacionais. Além disso, no final dos governos de Correa o petróleo representa o 30% do PIB e as commodities tradicionais 48%, sendo que os produtos manufaturados somente aumentaram sua participação de 19% em 2000 a 21% em 2017. Assim, as considerações preliminares identificam que a matriz produtiva não mudou em boa medida influenciada por alguns limitantes próprios da dolarização como: a alta dependência de petróleo, commodities e financiamento externo como forma de obtenção de divisas para gerar liquidez interna e recursos para o investimento público, intensificando-se assim sua vulnerabilidade no SI. Esses são tanto objetivos como resultados que se encontram em construção e análise entre mestranda e orientador.

EQUIPE: MISHELL GEOCONDA PAVÓN ABALCO, MAURICIO METRI

ARTIGO: 1968

TÍTULO: OPERAÇÕES ESTRUTURADAS DE 2014 A 2019: UMA ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O objetivo da pesquisa é mapear as Operações Estruturadas, nos últimos cinco anos (2014 até 2019), e onde elas têm atuado, a fim de tentar analisar resultados e perceber mudanças estruturais nas ações. Por operações estruturadas pode-se entender operações que contam com a participação de atores de segurança, como forças armadas, polícia federal, polícias estaduais, receita federal, que acontecem nas fronteiras brasileiras, dentre elas podemos citar: Operação Ágata, Sentinelas e Fronteira. As bases para essas ações abrangem a perspectiva teórica-conceitual de cooperação interagência e de interoperabilidade, contudo nossa perspectiva é um pouco mais ampla. Apresentamos o conceito de Operações Estruturadas compreendidas como operações em que não apenas há cooperação e interoperabilidade, mas também uma tendência evolutiva a cada vez que forem empregadas, ou seja, operação anterior permite coleta de informações e geração de conhecimento para inovações na seguinte, isso se deve a criação de canais de comunicação para a fluidez de informações entre atores participantes gerando de certo modo confiança. Percebemos ainda uma mudança tanto no planejamento quanto no *modus operandi* das atividades, principalmente a partir de 2017, quando surge uma nova concepção, que não deixa de lado o foco nos delitos, mas que altera a gestão. As operações passaram a ocorrer de forma mais sistêmica e permanente durante o ano inteiro, em pontos focais (reconhecidos como importantes nas operações anteriores), por curtos períodos e em toda faixa de fronteira, tanto terrestre quanto molhada. No entanto, ocorrer o ano inteiro não significa que ocorrerá todos os dias, só que podem acontecer a qualquer momento (efeito surpresa) (Figueiredo, S.M, 2017). Outro ponto alterado ao longo do tempo, é o valor dado a cooperação entre agências empregadas nas operações (esferas municipal, federal e nacional), percebeu-se ser esse um fator diretamente relacionado ao sucesso das ações.

Pontuamos que o acesso aos dados *opensource* em relação ao contingente, local de cada ação, apreensões e prisões tem precisão relativa por conta do sigilo, assim, propomos uma análise mais qualitativa para observar tendências usando como fonte relatórios e matérias em sites de notícias.

A análise proposta tem a função de auxiliar o governo brasileiro e órgãos de segurança na melhoria dos resultados do combate às atividades ilícitas. Ressaltamos que apesar dos investimentos e do conhecimento gerado ao longo dos anos, há constantes adaptações desses crimes transfronteiriços para manter o fluxo ilegal. No que se refere aos produtos apreendidos, apesar de uma clara desproporção entre apreensão de drogas e armas, há uma tendência a diversificação com apreensão de cigarros, carros e até mesmo madeira ilegal (região amazônica). Observamos ainda um aumento da quantidade de produtos ilícitos apreendidos nas Operações, sinalizando uma tendência de maior compreensão por parte do Estado da logística do crime organizado.

EQUIPE: DANIELE DIONISIO DA SILVA, ANA CAROLINA FRAGA MOLINA SANTOS, LUCAS RODRIGUES SOARES

ARTIGO: 1976

TÍTULO: A MANUTENÇÃO DE MULHERES TRANS EM PRESÍDIOS MASCULINOS: UM CASO EXEMPLAR DE TRANSFOBIA JUDICIÁRIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O problema central da investigação é relativo aos efeitos decorrentes de decisões judiciais que mantém mulheres trans em presídios masculinos, considerando o recente debate jurisprudencial sobre a questão penitenciária brasileira e o reconhecimento e a garantia dos direitos aos LGBT's. A partir deste recorte, são analisados julgados nacionais objetivando identificar o que foi denominado como transfobia judiciária. A partir da análise específica de um processo de execução penal no qual foi realizado pedido de transferência de uma presa trans para uma unidade prisional feminina, procurou-se (primeiro) identificar os argumentos da decisão para justificar a negativa do direito; e (segundo) apontar alternativas possíveis para reduzir as violências enfrentadas cotidianamente pelas presas trans nos cárceres brasileiros. A hipótese que orienta a investigação é a de que o discurso jurídico tradicional (dogmática jurídica) se sustenta em profundas bases de preconceito sexual e de gênero, o que permite identificar uma dimensão judiciária de lgbtfobia nas decisões dos Tribunais. A lgbtfobia judiciária é uma espécie de lgbtfobia institucional ou burocrática, perceptível em decisões que negam direitos fundamentais ou reduzem sua eficácia ao mínimo, a partir de uma interpretação heteronormativa do direito. As teorias de base que orientam o trabalho são a criminologia crítica queer (dimensão empírica) e o garantismo jurídico-penal (dimensão normativa). Consideramos que a atividade jurídica, para além de aplicar normas a casos concretos, estrutura e mantém um sistema de diferenciação de comportamentos e sujeitos com base no gênero e na sexualidade, sobretudo no sistema penitenciário brasileiro. Essa estrutura generificada agrava a situação de violação de direitos e prejudica a efetivação dos direitos já tipificados na legislação já que os operadores jurídicos fazem uma leitura heteronormativa dos dispositivos legais, sem considerar as identidades de gênero dos sujeitos privados de liberdade, que se pressupõe serem homens e heterossexuais. A metodologia do presente trabalho consiste em revisão bibliográfica de pesquisas realizadas em unidades brasileiras com alas específicas para LGBT's, elencando os relatos de violência institucional motivados pelas condições de gênero e sexualidade dos sujeitos encarcerados. Passada essa etapa, analisaremos a repercussão de tais circunstâncias em estudo de caso de um pedido de transferência de uma mulher trans para unidade prisional feminina que foi julgado pelo STJ.

EQUIPE: LARISSA FREIRE DE OLIVEIRA BARBOSA, IANA GONÇALVES SOARES, SALO DE CARVALHO, MARIANA DE ASSIS BRASIL E WEIGERT

ARTIGO: **1986**

TÍTULO: **ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL SOBRE INDEXAÇÃO DE IMAGENS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A Organização do Conhecimento é uma disciplina responsável por elaborar teorias, sistemas e atividades que facilitam a representação da informação e, consequentemente, a sua disseminação. Desse modo, objetiva-se analisar a produção das regiões sul e sudeste do Brasil, de modo a mapear a produção científica dessas regiões que discorre a respeito da indexação de imagens. Para o alcance dos objetivos, a metodologia empregada foi a exploratória e bibliográfica. O campo de estudo foram as universidades federais que compõem as regiões sul e sudeste do Brasil, mais especificamente as que possuem os cursos de graduação em Biblioteconomia e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Nesse contexto, serão investigadas um total de 7 instituições. Não foi realizado recorte temporal, visto que as informações encontradas são relativamente novas. Os dados foram coletados nos repositórios e bibliotecas digitais dessas universidades. Espera-se que com o desenvolvimento do estudo seja possível ressaltar a importância das imagens como fontes de informação e demonstrar que a indexação de imagens necessita de uma análise diferenciada, sobretudo, devido à subjetividade das imagens.

EQUIPE: ALINE FERREIRA DO NASCIMENTO GUIMARÃES GUIMARÃES, ISABELA DE MELO FRANCO, CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE

ARTIGO: **1996**

TÍTULO: **UMA GERAÇÃO DE NÃO FILÓSOFOS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A apresentação se baseia em reflexões que tem por ponto de partida a consideração da situação hipotética de "uma geração de não filósofos", o que deve ser interpretado aqui como uma geração em que o estudo da filosofia, mais especificamente Filosofia do Direito, não encontra mais lugar de atenção. Há uma série de problemas decorrentes desse cenário, seja no que se refere ao papel do advogado como do tomador de decisão. A primeira parte do trabalho se dedica a fornecer, preventivamente, um conhecido contra argumento para aqueles que tentam justificar o descompromisso do Direito com reflexões maiores com base no Positivismo Jurídico. O motivo pelo qual se opta aqui por tratar da questão é levando em consideração que em que pese o fato de em muito já ter sido esgotado o assunto por uma série de filósofos, a corrente jusfilosófica ainda hoje vem carregada negativamente. Assim, há de se considerar que grande parte da carga negativa com a qual vem o Positivismo Jurídico acompanhado pode decorrer do fato da questão ser esgotada de filósofos para filósofos, mas não para os "dogmáticos". Consideração essa que, levada em conta, torna interessante reforçar o argumento da incompatibilidade do Positivismo Jurídico com a avaliação em termos de prática jurídica, ainda que num senso de "desencargo de consciência". O objetivo, portanto, não é se debruçar numa grande discussão sobre a desconstrução do "espantalho" do Positivismo, mas sim de imediato rebater qualquer contraparte desavisada que tente desvalorizar a importância da Filosofia do Direito na prática jurídica com base numa corrente da própria Filosofia do Direito, que seria o Positivismo Jurídico. Já o segundo momento da apresentação se dedica a demonstrar a importância de estudar Filosofia do Direito não somente pela crença de que um estudioso do Direito deve ser alguém que não se limite a mero conhecimento da lei, mas também pela importância e vantagens que o estudo da Filosofia do Direito apresenta para a formação de tomadores de decisão muito mais racionalizados. Para mostrar tais vantagens tomou-se por metodologia uma análise de julgados desprovidos de compromissos filosóficos e julgados aderentes a esses compromissos racionalmente desenvolvidos através da Filosofia do Direito. Dessa forma, analisou-se, para fins de recorte, especificamente, a utilidade que tem as reflexões de um campo específico da Filosofia do Direito que é o da Epistemologia Jurídica no que se refere a decisão sobre fatos num processo. Assim, finalmente, identificando a importância de estratégias de resolução de conflito como Regras de Presunção, Regras de Ônus da Prova e Standares de Prova, bem como a importância do conhecimento dos compromissos anexos reiteradamente construídos filosoficamente e que permitem a aplicação das mesmas de forma mais eficaz. Isso para provar a importância que tais reflexões filosóficas tem para uma prática jurídica mais racionalmente fundada, estratégica, inteligente e bem executada.

EQUIPE: MICHAEL GUEDES, PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA

ARTIGO: **2007**

TÍTULO: **"TRABALHAR PARA UM FUTURO MELHOR" EM TEMPOS DE REFORMA TRABALHISTA: REFLEXÕES CRÍTICAS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Em 2019, por ocasião das comemorações de seus 100 anos, a Organização Internacional do Trabalho - OIT divulgou o documento intitulado "*Work for a Brighter Future*" Trabalhar para um futuro melhor, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho, a partir de uma série de diálogos nacionais e internacionais. Referido estudo contém prognósticos e acena com recomendações da OIT sobre a necessidade de assegurar a dignidade do trabalhador, valorizar a formação profissional ao longo da vida das pessoas e fortalecer as instituições do trabalho, para assegurar um futuro melhor para as pessoas, diante das profundas transformações produtivas, tecnológicas e institucionais vivenciadas no mundo do trabalho.

Na contramão destes objetivos, em 2019 completam-se dois anos de vigência da Lei 13467/2017, conhecida como Lei da Reforma Trabalhista brasileira, com o aprofundamento do processo de precarização do trabalho, enfraquecimento das instituições laborais e das garantias profissionais e aumento da desigualdade, no bojo das políticas de austeridade (BLYTH, 2017) e de reestruturações produtivas permanentes. Em um cenário de incertezas e inseguranças, o realismo de diagnósticos sobre um presente que se caracteriza pelo privilégio da servidão (ANTUNES, 2018) entra em tensão com as leituras que valorizam a ideia de futuro melhor pela via do trabalho. Neste intercruzamento, encontram-se as proposições deste estudo, realizado no âmbito do grupo Configurações Institucionais e Relações de Trabalho - CIRT - no projeto sobre mapeamento dos sentidos da reforma trabalhista, que tem como objetivo o cotejo da reforma trabalhista com o estudo sobre o futuro do trabalho realizado no âmbito da OIT. O trabalho problematiza a questão e busca evidenciar que a Reforma Trabalhista está em dissonância com as diretrizes traçadas em busca de como trabalhar para assegurar um futuro melhor. A pesquisa se utiliza das técnicas de revisão bibliográfica, levantamento da legislação brasileira e análise documental.

EQUIPE: MARIA LUIZA DA SILVA PACHECO, SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA

ARTIGO: **2017**

TÍTULO: **BIBLIOTECÁRIO: UMA ANÁLISE DAS COMPETÊNCIAS E LOCAIS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Diante das diversas mudanças advindas da sociedade e da tecnologia, muitos profissionais precisaram se adaptar às recentes demandas do mercado. Nesse sentido, o bibliotecário, como profissional da informação, necessita se adequar à esta nova realidade, buscando sempre aprimorar seus conhecimentos, habilidades e atitudes. Assim, objetiva-se mostrar, por intermédio de uma pesquisa bibliográfica, as múltiplas competências do bibliotecário na atualidade, apresentando as competências necessárias para seu desempenho no âmbito organizacional, bem como seus possíveis locais de atuação, como exemplo, em bibliotecas (públicas, universitárias, escolares, especializadas, digitais, comunitárias

etc.), em editoras, na docência, na normalização de trabalhos científicos, em escritórios jurídicos, em consultorias, dentre outras. O estudo proposto pretende evidenciar os inúmeros espaços para inserção no mercado de trabalho, auxiliando os estudantes, recém-graduados e, até mesmo, profissionais da área de Biblioteconomia que buscam recolocação profissional. Espera-se que com o desenvolvimento desse estudo seja possível identificar as competências essenciais, salientando a flexibilidade e versatilidade desse profissional.

EQUIPE: ISABELA DE MELO FRANCO, DELANA OLIVEIRA

ARTIGO: 2021

TÍTULO: A CONTRIBUIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING PARA A BIBLIOTECA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Com as mudanças decorrentes da sociedade contemporânea, o oferecimento de produtos e serviços necessitou passar por adaptações de modo a facilitar e melhorar o diálogo entre a empresa/instituição com seus clientes. O marketing, sendo um conjunto de estratégias voltadas para atender às necessidades dos clientes, mostra-se como uma ferramenta essencial para qualquer unidade de informação. Nesse contexto, o bibliotecário, como agente da informação, deve procurar constantemente inovar em seus produtos e serviços, visando satisfazer os desejos de seus usuários. Assim, a partir da aplicação de estratégias de marketing é possível obter resultados significativos, pois além de agregar positivamente a rotina de trabalho, sua aplicação permite o aperfeiçoamento das habilidades de comunicação da organização, de forma a se conectar mais satisfatoriamente com seus clientes. Desta maneira, objetiva-se com este estudo exibir, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a contribuição do marketing para a biblioteca, apresentando exemplos de instituições que obtiveram sucesso ao utilizarem estratégias de marketing, além de destacar as diversas vantagens de sua aplicabilidade nos espaços de atuação do bibliotecário. Espera-se com o desenvolvimento desta pesquisa ressaltar a importância do marketing para auxiliar na compreensão e satisfação das exigências de seus clientes, bem como dar visibilidade aos produtos e serviços oferecidos nas bibliotecas.

EQUIPE: ISABELA DE MELO FRANCO, DELANA OLIVEIRA

ARTIGO: 2032

TÍTULO: DO OCIDENTE AO ORIENTE: UMA ANÁLISE DA EXPANSÃO DA ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO DE XANGAI DIANTE DA FIGURA HEGEMÔNICA DA OTAN E DO JOGO DE PODER INTERNACIONAL.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O objetivo deste artigo é analisar, em conjunto, a expansão da Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e o contrapeso estabelecido à hegemonia estadunidense refletida na figura da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Pretende-se, dessa forma, evidenciar o impacto internacional da jovem organização asiática. Para isso, dois pilares serão utilizados: uma comparação da construção política e estratégica das duas organizações - estudo de suas origens e objetivos, países membros, gastos militares e atuações no sistema internacional -, e uma análise mais aprofundada do cenário interno da OCX buscando um maior detalhamento de seus antagonismos que fazem com que a instituição tenha determinada enfoque orientado, por exemplo, pelo Espírito de Xangai. A metodologia utilizada terá como base uma análise quantitativa de dados divulgado pelo Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) e pela PricewaterhouseCoopers (PwC), além de uma revisão bibliográfica guiada pelo conceito gramsciano de hegemonia e o método das totalidades limitadas de Robert Cox.

EQUIPE: DINAI MORAIS, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: 2095

TÍTULO: AVALIAÇÃO DE ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS E DE LOCALIZAÇÃO NA ANÁLISE AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS: A PRÁTICA PERICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O trabalho ora apresentado analisou a atuação do Ministério Público do RJ na função de "custos legis" em avaliação ambiental, através da observação da atuação de seu Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE) em uma amostra de 26 processos de licenciamento ambiental de projetos de grandes empreendimentos, escolhidos aleatoriamente. Objetivou-se a análise da legalidade, notadamente no que concerne ao cumprimento do núcleo duro da etapa de emissão de licença prévia, qual seja: a análise de alternativas tecnológicas e locais nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) à luz da legislação brasileira pertinente. Afinal, a própria assessoria do Congresso Nacional já advertira em publicação interna sobre a mera prática de mise-en-scène que havia se tornado tal importante etapa do processo de licenciamento ambiental no Brasil, quando os EIAs são elaborados após a tomada de decisão sobre a localização, subvertendo-se sua finalidade.

De fato, a pesquisa corroborou a opinião da assessoria técnica do Congresso. Para isso, na análise de mérito, focou-se com especial atenção os critérios de análise definidos na lei, que devem ser no mínimo três. Contudo, foram encontrados equívocos, negligência e imperícia nas análises do GATE que culminaram na emissão de licenças prévias, algumas depois até suspensas pela justiça; outras, alvo de ação judicial que não chegaram a suspendê-las, e até processos em que sequer se manifestou o MPRJ.

Esse quadro tende a levar-nos a crer que a prática de consultores ambientais de grandes empreendedores em tentar burlar a legislação de licenciamento logra êxito na esmagadora maioria dos processos, visto que entre os 26 casos estudados, 24 empreendimentos foram aprovados em desacordo com a legislação, isto é, negligenciando-se a análise de efetivas alternativas.

EQUIPE: GABRIEL SANTOS GONÇALVES, JORGE MARTINS

ARTIGO: 2112

TÍTULO: A TRIBUTAÇÃO SOBRE AS STOCK OPTIONS E A (IN)SEGURANÇA JURÍDICA NO CARF.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Stock Options têm aparecido cada vez com mais frequência no cenário empresarial brasileiro. Importadas dos Estados Unidos, as Stock Options afiguram-se como uma oportunidade que o empregador fornece ao empregado de possuir parte da empresa a partir do cumprimento de metas

previamente estabelecidas. Contudo, no Brasil, há uma grande dúvida sobre sua natureza jurídica: se Stock Options têm ou não forma salarial. Nesta linha, o CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, órgão último de recursos administrativos no âmbito da Receita Federal, degladeia sobre o tema. Uma parte do conselho crê na natureza salarial, incidindo sobre as Stock Options todos os tributos incidentes sobre o salário. Para outra parte do Conselho, as Stock Options têm natureza mercantil, o que afasta sua forma de salário, e, por conseguinte, a incidência tributária. O objeto do presente trabalho é analisar as Stock Options sob a luz da jurisprudência do CARF sobre a matéria, analisando sua segurança jurídica para as sociedades empresárias que queiram optar pelas Stock Options. Como hipótese, traremos uma possível uma solução para a divergência do entendimento do Conselho. A metodologia da pesquisa funda-se na análise jurisprudencial do CARF sobre a matéria.

EQUIPE: CAIO COSTA RIBEIRO, JULIANA MARMELLO DA SILVA, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: 2172

TÍTULO: BARREIRAS À INOVAÇÃO E POLÍTICA ECONÔMICA: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE APOIO À INOVAÇÃO EM PMES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A globalização permite que países subam na cadeia de valor e o aumento de pressões competitivas advindas especialmente das indústrias intensivas em conhecimento. Nesse sentido, o dinamismo da inovação é fator essencial para gerar o crescimento e desenvolvimento de um país e assegurar sua competitividade frente às pressões de economias internacionais. A presente pesquisa chamada “Barreiras à Inovação e Política Econômica: Experiências Internacionais de Apoio à Inovação em PMEs” do Grupo Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (UFRJ) tem como objetivo refletir e discutir orientações de políticas em pequenas e médias empresas (PMEs) adotadas no Brasil, tendo em vista observações de experiências e estratégias internacionais de políticas de inovação. A pesquisa faz parte do mapeamento do Apoio à Inovação em Micro e Pequenas Empresas no Brasil, uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Para a realização do estudo, a RedeSist organizou a base de dados das Instituições a serem consultadas pelo formulário eletrônico PIMPE - Programas de Apoio à Inovação em Micro e Pequenas Empresas para a elaboração do Relatório Anual sobre Políticas e Programas de Apoio à Inovação em Micro e Pequenas Empresas. Paralelamente, para a realização do Relatório Anual, foi feita uma revisão da literatura existente sobre os principais desafios e barreiras à inovação para seu fomento. Atualmente a pesquisa concentra-se no levantamento de textos e documentos oficiais dos países analisados - Estados Unidos, Alemanha, China, Coreia, Japão e União Europeia -, na consulta de estratégias e dados de Instituições ligadas à inovação nos países.

O trabalho busca mostrar, em um primeiro momento, as principais barreiras externas e internas à inovação identificadas nos países analisados. Barreiras financeiras, de recursos humanos e no ambiente externo, por exemplo, podem afetar sistematicamente os diferentes tipos de inovação, com efeitos negativos ainda maiores em PMEs. Dessa forma, faz-se necessário observar as especificidades inerentes às PMEs, como falta de recursos financeiros, recursos humanos e risco elevado, que limitam a inovação nestas empresas. Entretanto, estas empresas possuem alto potencial de desenvolvimento e de indução do crescimento econômico, visto sua participação elevada na geração de empregos nos países analisados; por isso, estratégias relacionadas ao apoio à inovação em PMEs devem ser realizadas pelos países para explorar e sustentar este potencial. Em um segundo momento, a pesquisa se concentrará em analisar as principais estratégias para superar as barreiras à inovação e as tendências de políticas e programas de inovação mais recentes para pequenas e médias empresas internacionalmente. Com a análise das medidas internacionalmente adotadas, espera-se produzir *insights* que permitam discutir e propor políticas para superação de barreiras à inovação específicas à realidade brasileira.

EQUIPE: KENIA BRAGA, MARCELO GERSON DE MATOS

ARTIGO: 2181

TÍTULO: ESTADO E SOLUÇÕES DE CONFLITOS INTERNOS: UMA ANÁLISE DO CASO LIBANÊS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente estudo tem como objetivo a análise da experiência democrática Libanesa e suas interpéries, buscando compreender o entranhamento entre os conflitos armados, as divisões políticas e as composições de poder no Estado em forma de pactos políticos ou constitucionais. A metodologia utilizada será o levantamento e análise bibliográfica de textos sobre conflitos internos, análise constitucional, teoria política, teoria do Estado e história do Levante e do Líbano em específico. O Líbano é usado como objeto de análise por sua condição de pequeno país, marcado pela condição histórica de “zona tampão” entre potências e religiões rivais que gerou grande diversidade étnico-religiosa. No século XX, isso causou uma forte tensão política cujas lideranças buscaram amenizar através de pactos como o Pacto Nacional e o Acordo de Taif que estabeleciam um sistema confessionalista. Como resultado esperado da análise, busca-se obter lições para a solução de conflitos internos com impacto internacional a partir de divisões étnicas, religiosas e ideológicas.

EQUIPE: EDUARDO MORROT COELHO MADUREIRA, FERNANDO LUZ BRANCOLI

ARTIGO: 2222

TÍTULO: O DEBATE SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO: LEITURAS E RELEITURAS TEÓRICAS E APLICAÇÕES PARA O BRASIL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A discussão acerca da extensão dos gastos do governo e os seus reflexos na saúde das finanças públicas tem sido uma pauta central no debate econômico nacional. Na busca por uma síntese sobre o orçamento capaz de harmonizar o ativismo Keynesiano de geração de demanda agregada com o receio legítimo do acúmulo de déficits fiscais, recupera-se a contribuição do Teorema do Orçamento Equilibrado de Haavelmo, exposto em seu célebre artigo “Multiplier Effects of a Balanced Budget.” O economista norueguês contesta a proposição comum de que o efeito expansionista da política fiscal depende de resultados deficitários nas contas do governo, ou mesmo que o seu financiamento resume-se em emissão de moeda ou títulos, demonstrando que ainda que o orçamento mantenha-se equilibrado, ou até mesmo superavitário, a política fiscal pode ser expansionista. Esse trabalho consiste na primeira etapa de uma pesquisa mais ampla, que tem como objetivo principal analisar, além dos desdobramentos conceituais, os resultados empíricos de uma perspectiva de orçamento equilibrado. Desse modo, através da revisão de textos selecionados de Keynes, Haavelmo e Abba Lerner, juntamente com os de intérpretes contemporâneos, buscou-se: em um primeiro momento, recapitular e apontar as divergências entre a releitura de Keynes elaborada no Teorema do Orçamento Equilibrado com aquela realizada pela Teoria das Finanças Funcionais; em um segundo momento, destacar a presença dessas vertentes opostas no debate econômico atual, no esforço de examinar a evolução dessas interpretações em termos teóricos e de políticas macroeconômicas; e, por fim, fazer uma avaliação do cenário econômico nacional recente com um olhar baseado no orçamento equilibrado, gerando provocações analíticas fundamentadas em referências concretas dos impactos dessas interpretações no governo Lula I e Dilma I. Como resultado final da fase inaugural dessa pesquisa, pode-se destacar a confirmação do caráter contemporâneo da construção de Haavelmo em torno da necessidade de uma política fiscal comprometida com a integridade das contas públicas, haja vista que estabelece um diálogo profundo com as demandas do tempo presente. Ademais, aponta-se como considerações preliminares, dos estágios da investigação ainda a serem concluídos, as consequências sociais decorrentes do modelo orçamentário aqui argumentado, sendo elas: crescimento sustentável a longo prazo, capaz de aglutinar criação de renda e combate à pobreza com saúde fiscal. De modo indireto, esse estudo contribui para reavivar questões quanto ao

papel do Estado no desenvolvimento, ao propor afastá-lo de um lugar mínimo ao mesmo tempo em que o distancia de uma dimensão máxima, busca-se um nível necessário de intervenção, que além de viabilizar harmonia na esfera dos negócios, seja capaz de promover coesão social.

EQUIPE: ANTONIO AUGUSTO DA MOTA PATROCÍNIO, JOÃO FELIPPE CURY CURY MARINHO MATHIAS

ARTIGO: 2224

TÍTULO: INOVAÇÕES A SERVIÇO DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL: MAPEAMENTO DE INICIATIVAS DE APOIO À INOVAÇÃO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster

RESUMO:

Esta pesquisa insere-se no esforço de analisar as características do processo de inovação social sob a ótica da inovação em serviços. Em especial, procura-se identificar e mapear iniciativas inovadoras em prol do empreendedorismo e da inovação social. Nos últimos anos, diferentes modelos organizacionais têm surgido como forma de apoio aos empreendedores sociais e à inovação social. Incubadoras, aceleradoras, "hubs" de inovação, redes, coletivos, estas são algumas das iniciativas que têm sido propostas para apoiar empreendedores que têm como foco negócios que buscam enfrentar problemas sociais. Neste trabalho, procuramos mapear estas iniciativas na cidade do Rio de Janeiro, caracterizar os diferentes tipos de modelo de apoio e o recorte dos problemas priorizados nos empreendimentos apoiados. Procuramos identificar as motivações destas iniciativas, seus atores, características das soluções desenvolvidas, modelos organizacionais adotados e o impacto destas iniciativas. A pesquisa contempla iniciativas públicas, privadas e do terceiro setor. Nosso objetivo é demonstrar como a inovação nos modelos de apoio abre espaço para inovações de impacto social ao construir um ecossistema de inovação onde diferentes agentes (WINDRUM et al, 2016) e lógicas de ação (LEAL&VARGAS, 2014) estão em curso.

EQUIPE: EDUARDO RAUPP DE VARGAS, ANNA CLARA MIRANDA MEDEIROS PINTO

ARTIGO: 2229

TÍTULO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO COMPARTILHADA ENTRE ALUNOS E DOCENTES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa, que se encontra em andamento, tem como objetivo principal analisar as contribuições da adoção da gestão compartilhada entre alunos e docentes do curso de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro no planejamento e desenvolvimento de ações de extensão. Cruz (2010) ressalta a importância de uma pedagogia emancipadora e participativa, onde os estudantes possam ocupar espaços de protagonismo, sendo inseridos diretamente na construção das ações que guiam os projetos de extensão. O tradicionalismo verticalizado adotado nas relações entre professores e alunos apenas reprime a participação colaborativa do grupo como um todo. Grande parte dos conflitos e desacordos entre as pessoas provém da incapacidade de manter e criar relações adequadas com o próximo (HERNANDEZ 2013). Acredita-se que, assim, se terá uma gestão cada vez mais democrática e comunicativa, encorajando o aluno a adotar posicionamentos de liderança transformadora. Mauerberg Junior et al. (2014) observam que o sucesso de um projeto de extensão provém diretamente do comprometimento dos alunos e do envolvimento dos professores. Justifica-se este estudo, que conjuga pesquisa e extensão, pela contribuição que pode trazer para a gestão de novos projetos em diferentes espaços universitários, além de valorizar a gestão conjunta entre alunos e docentes, que é posta em prática de forma crítica e emancipadora. O projeto de extensão estudado tem como objetivo auxiliar estudantes de graduação de outras instituições com dificuldades de inserção no mercado de trabalho através da oferta de ações diversas tais como rodas de conversa; orientações para elaboração de currículos; cursos para desenvolver habilidades de informática, de oratória e do idioma inglês, dentre outras ações. A equipe de gestão é formada por sete coordenadores estudantes e sete coordenadores professores, separados em subgrupos cada um com um número diferente de extensionistas. Há uma professora coordenadora geral, cuja função é orientar quanto às decisões estratégicas do projeto. O projeto inclui ainda 36 extensionistas. Cada grupo, com o aluno e professor coordenadores, tem autonomia para decidir a metodologia que será utilizada em suas atividades e opinam livremente. As atividades dos alunos coordenadores não se restringe a questões operacionais tais como a contagem de horas dos extensionistas e a formulação de relatórios, mas também acompanhamento dos extensionistas e auxilia o professor coordenador. Para a pesquisa empírica será utilizado o método qualitativo, com a estratégia de pesquisa-ação (THIOLLENT, 1997), em uma pesquisa descritiva, com emprego de entrevistas semi-estruturadas com a equipe de gestão e os extensionistas, além de pesquisa documental a partir da análise do projeto de extensão. A partir da análise de conteúdo serão criadas categorias que revelam as contribuições da gestão compartilhada para o êxito do projeto e para o desenvolvimento dos envolvidos em sua implementação.

EQUIPE: PEDRO HENRIQUE DE BRAGANCA, HUGO RENATO ARAUJO DOS SANTOS, LARISSA NASCIMENTO DA SILVA BUENO, GABRIELA BORDALO FERREIRA SCHEER, LUCAS ALVES ROCHA, BEATRIZ CAMPOS DE ABREU, GABRIEL SOUZA SANTOS NEMETALA, MARIA DE FATIMA BRUNO DE FARIA

ARTIGO: 2241

TÍTULO: IMPACTOS DO MARCO LEGAL DE INOVAÇÃO NA INOVAÇÃO DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O objetivo principal deste estudo é descrever evidências teóricas e empíricas sobre o impacto dos marcos legais de inovação na inovação no setor público brasileiro a partir de uma pesquisa bibliográfica. O levantamento foi realizado em periódicos científicos nacionais tanto de Administração Pública quanto os específicos de Inovação na área de Administração no portal da CAPES, na opção "Buscar periódico", com emprego das palavras-chave "pública" e "inovação". Para a seleção dos periódicos adotaram-se os critérios de: (1) classificação B2 ou superior no Qualis Capes no último quadriênio (2013-2016); (2) presença da palavra "pública" ou "público" no título dos periódicos de Inovação; (3) presença da palavra "inovação" no título dos periódicos de Administração Pública. Os artigos científicos foram encontrados por meio da busca em cada periódico, seguindo os critérios: (1) nos periódicos de Inovação, pelas palavras-chave "pública" ou "público"; (2) nos periódicos de Administração Pública, por "inovação". Após leitura dos resumos, foi possível identificar ao todo 16 artigos científicos, sendo a Revista de Administração Pública e a Revista de Administração, Sociedade e Inovação as que mais publicaram artigos sobre o tema. Os resultados preliminares evidenciaram cinco categorias de impactos legais sobre inovação, classificadas em benefícios: (1) Relação entre Instituições de Ensino e o Setor Produtivo, que mostra como a inovação deveria não só ser fonte da produção científica, como ser capaz de influenciar o setor produtivo (KRUGLIANSKAS; MATIAS-PEREIRA, 2005; RIBEIRO, ANDRADE, ZAMBALDE, 2005; MAÇANEIRO; CHEROBIM, 2011; OLIVEIRA, 2015); (2) Presença de sistemas de contabilidade de custos e registro de preços, trazendo mais eficiência ao processo de aquisição de bens e contratação de serviços por parte de órgãos públicos, e permitindo o apoio à implementação de novas políticas (RIBEIRO, 2017; MONTEIRO, 2018); e obstáculos: (1) Limites e rigidez do orçamento público, com destaque para a ausência ou má distribuição de recursos monetários (PINHEIRO, 2003; CASTRO, 2016); (2) Problemas administrativos e burocráticos, dificultando a organização do setor e demora exagerada na realização de certos processos (PINHEIROS, 2003; TEIXEIRA; TEIXEIRA; MARTELANC, 2009; FREITAS; DARCOSE, 2014; PEREIRA; SILVA, 2016); (3) Necessidade da manutenção de instrumentos de fiscalização e da existência de instituições reguladoras, visto que os primeiros são ocasionalmente desconsiderados, reforçando a insuficiência do modelo de controle existente, e os segundos permitiriam que o controle ocorresse sem a perda de autonomia (TEIXEIRA; TEIXEIRA; MARTELANC, 2009; MAÇANEIRO; CHEROBIM, 2011; PIRES; TEIXEIRA; HASTENREITER, 2012). As conclusões preliminares apontam que os marcos legais tanto podem impactar positivamente quanto de forma negativa a inovação no setor público.

EQUIPE: ERLISON FREIRE, MARIA DE FATIMA BRUNO DE FARIA, LUIZA BRAGA GOMES

ARTIGO: 2283

TÍTULO: ONEROSIDADE EXCESSIVA E VANTAGEM EXTREMA: A DESCONSIDERAÇÃO DE UM REQUISITO QUE NÃO PODE SER IGNORADA.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente estudo visa analisar um tema atrelado a diversas controvérsias: a onerosidade excessiva. Mais especificamente, o requisito da vantagem extrema para uma das partes.

A onerosidade excessiva está relacionada a um desequilíbrio econômico do contrato por fato superveniente à sua formação e possui tratamento diferenciado, caso seja tratada pelo Código Civil ou pelo Código de Defesa do Consumidor. Uma das diferenças é a exigência pelo primeiro de que um dos polos da relação jurídica tenha auferido vantagem extrema, com a respectiva onerosidade excessiva da outra parte.

Objetiva-se, desse modo, analisar se esse requisito tem sido entendido como necessário pela jurisprudência. O estudo se funda no fato de parte da doutrina entender que esse requisito, não obstante estar presente na lei, não necessita ser demonstrado, causando insegurança jurídica por simplesmente afastar a demonstração de requisito exigido na legislação, gerando críticas por outro setor doutrinário. Nesse contexto, quando se analisa a quantidade de decisões de segunda instância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no período de 2003 a 2019, que apresentam o termo "vantagem extrema" aliado ao termo "onerosidade excessiva", são encontradas apenas 14 decisões. Por outro lado, quando se busca apenas pelo termo "onerosidade excessiva", sem menção à vantagem extrema, a quantidade encontrada é de 4.497 decisões.

Questiona-se, desse modo, a ausência da citação de um dos requisitos da onerosidade excessiva e, por meio do exame analítico de julgados, pretende-se analisar se, quando há citação, há real avaliação de tal requisito e sua relevância.

Outro objetivo da pesquisa é analisar o posicionamento jurisprudencial quanto à aplicação do requisito da vantagem extrema. Ainda, se o julgador entendeu pela desnecessidade do requisito em foco, verificar quais foram os argumentos para tal, bem como os desdobramentos que isso proporciona à segurança jurídica, eis que se trata de requisito legal.

A metodologia será a revisão bibliográfica e análise jurisprudencial. O aluno fará a revisão bibliográfica, a coleta e a análise de dados sob a supervisão do orientador. Espera-se, ao final, verificar se o requisito legal da vantagem extrema tem sido aplicado no âmbito do Tribunal em comento.

EQUIPE: LUANA DE ALCÂNTARA, CÍNTIA MUNIZ DE SOUZA KONDER

ARTIGO: 2309

TÍTULO: AS CRIANÇAS INTERAMERICANAS: OS STANDARDS DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Tem-se notado, em âmbito internacional, uma crescente preocupação pela proteção dos direitos fundamentais de grupos vulneráveis. Para tal, surgiram, ao longo do século XX, diversos sistemas de proteção e órgãos internacionais vinculados ao discurso dos direitos humanos e, dentre eles, o "sistema interamericano". Tratando essencialmente da violação dos direitos humanos por parte de Estados da América Latina, o sistema interamericano, vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), é o aparato jurídico transnacional responsável por trazer o último resquício de esperança àqueles que tiveram seus direitos mais básicos violados, estruturando-se, basicamente, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Os grupos vulneráveis, então, seriam o objeto das ações do sistema de proteção interamericano. Buscando atender as especificidades que cada grupo étnico-social em desvantagem necessita, a CIDH e a Corte IDH têm como objetivo tornar as sociedades latino-americanas mais justas. E é nesse ponto em que entra a importância da manutenção dos *direitos da criança* - garantindo que os Estados-parte cumpram seus deveres em relação à proteção da criança e do adolescente, é possível permitir que, num futuro, as desigualdades de oportunidade diminuam. Para tal, a presente pesquisa busca estabelecer os *standards* de proteção interamericanos quanto a esse grupo, às crianças interamericanas.

Proteger a criança representa proteger o futuro das nações, e, portanto, faz-se necessário o estudo sobre a jurisprudência da Corte Interamericana em casos que envolvam a violação dos direitos da criança, positivados no artigo 19 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) e aprofundados na jurisprudência da Corte Interamericana. Para isso, foram selecionados os casos contenciosos *Villagrán Morales e outros vs. Guatemala* (1999-2001), *Instituto de Reeducação do Menor vs. Paraguai* (2002), *Bulacio vs. Argentina* (2003) e *Atala Rizzo e crianças vs. Chile* (2012), além da *Opiniões Consultivas OC Nº 17* (2002) e *OC Nº 21* (2014), também as medidas provisionais a respeito do Brasil, sobre os assuntos das *crianças e adolescentes privados de liberdade no "Complexo de Tatuapé" da FEBEM* e da *Unidade de Internação Socioeducativa* (UNIS). Acrescenta-se, também, mais cinco casos contenciosos envolvendo o Estado da Guatemala, onde serão analisados sob a perspectiva dos ciclos de caso (LEGALE, 2017), então, buscando os *standards* de proteção, dar-se-ão os exemplos a partir dos casos supracitados, aplicando o conceito de controle de convencionalidade - destrutivo e construtivo.

EQUIPE: DANILO SARDINHA MARCOLINO, SIDDHARTA LEGALE FERREIRA

ARTIGO: 2338

TÍTULO: ATITUDES EM RELAÇÃO A TESTES DE COSMÉTICOS EM ANIMAIS: UM ESTUDO COM CONSUMIDORES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O mercado de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos no Brasil é um dos maiores do mundo. Trata-se de um setor que, apesar de ter amargado retrações nos últimos anos devido à crise econômica e política do país e ao aumento da carga tributária, conseguiu alcançar um faturamento *ex-factory* (líquido de imposto sobre vendas) de 47,5 bilhões de reais em 2017 (ABIHPEC, 2018). Embora seja o segundo setor industrial que mais investe em inovação (ABIHPEC, 2018), a experimentação animal ainda é realizada constantemente para que os produtos finais desse setor sejam aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e comercializados em território nacional. A substituição por testes que não utilizam animais já é possível em alguns casos, porém, não são todas as organizações que fazem essa troca, ignorando resultados de pesquisas recentes (IBOPE INTELIGÊNCIA, 2013; INSTITUTO AKATU, 2013), as quais revelaram que, cada vez mais, os consumidores veem nos testes um causador de dor e sofrimento desnecessários aos animais e levam esse fator em conta na hora de adquirir um produto. Ademais, os testes em animais visando à aprovação de cosméticos já são proibidos em alguns estados brasileiros e um projeto de

lei para que ele seja proibido em todo o território nacional já está pronto para ser discutido na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi de identificar a atitude dos consumidores residentes na cidade do Rio de Janeiro em relação a testes de cosméticos realizados em animais. Para cumprir esse objetivo, foi aplicado um questionário *online* como instrumento empírico de coleta de dados a uma amostra não probabilística, com o tratamento dos dados sendo realizado de forma quantitativa. Baseado nas respostas de 110 participantes, concluiu-se que a maioria dos respondentes se mostrou contra os testes de cosméticos em animais, tendo, assim, uma atitude negativa em relação a eles. Essa tendência foi comprovada especialmente pelo predomínio de respostas favoráveis ao banimento dessa prática em território brasileiro, o incômodo sentido em relação a ela e o rechaço ao uso de qualquer tipo de espécie animal nesse processo. No entanto, não foi possível constatar a manutenção dessa tendência em outros cenários – como em pesquisas médicas ou veterinárias – e a influência da hegemonia de determinados tipos de participantes, como os mais jovens e que possuem ensino superior (completo ou incompleto). Logo, sugere-se, para pesquisas futuras, a seleção de uma amostra estratificada, buscando refletir as proporções encontradas na população da cidade do Rio de Janeiro, e, mais além, pesquisas qualitativas que investiguem mais profundamente as atitudes individuais.

EQUIPE: BEATRIZ SANTOS DO NASCIMENTO, DANIELA FERREIRA

ARTIGO: **2373**

TÍTULO: **A IMPORTÂNCIA DO ACESSO À INFORMAÇÃO NOS AVANÇOS DOS CONHECIMENTOS SOBRE O HIV/AIDS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é mostrar a importância do acesso à informação perante os avanços tecnológicos referentes à área da saúde com enfoque nas mudanças que aconteceram ao se avançar com os estudos relacionados ao HIV/AIDS, salientando as principais características das divergências entre os termos HIV e AIDS. No âmbito da Competência Informacional das sociedades contemporâneas o uso da informação de forma continuada e crítica se mostra fundamental como forma de assegurar as disposições da Declaração de Alexandria sobre Competência Informacional e Aprendizado ao Longo da Vida, assim como para garantir a promoção da Declaração do Milênio e da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. Com os avanços tecnológicos e a necessidade de acompanhamento informacional em requalificação continuada das informações a fim de combater ao HIV/AIDS e auxiliar na remoção das barreiras de acesso para a viabilização de atividades de saúde em domínio público, entre outras áreas. A metodologia aplicada é a revisão bibliográfica, que se iniciou no artigo publicado pela UNAIDS, que revela que os últimos estudos realizados indicam que indivíduos HIV positivo com carga viral indetectável passam a não transmitir o vírus, assim quebrando barreiras e estigmas que se fomentam no meio social, que é relatado e pautado por ações de desconhecimento da síndrome e do vírus. As fontes consultadas são internacionais, que servem como diretrizes para estudos nacionais, analisadas no período de 2019. Ao se analisar os resultados obtidos pela pesquisa se visa a alteração do comportamento com os indivíduos diagnosticados com HIV, uma vez que os paradigmas criados devido a desinformação gera receios de se relacionar com os mesmos, que agora possuem uma garantia pautada cientificamente e constatada que entre milhares de casais sorodiscordantes não houve um único caso de transmissão sexual do HIV.

EQUIPE: LUCIANO GONÇALVES DE SOUZA FILHO, NYSIA SÁ

ARTIGO: **2376**

TÍTULO: **MOBILIDADE SOCIAL E DESIGUALDADE DE GÊNERO: EFEITOS DO ARRANJO FAMILIAR NO MERCADO DE TRABALHO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho tem sido cada vez mais objeto de estudo de pesquisadores nas últimas décadas, na medida em que mulheres têm expandido o seu domínio em diversas áreas socioeconômicas. Dentro dessa linha de análise, o desenvolvimento econômico tem sido apontado como um possível atenuador das disparidades de gênero. Um importante objetivo dos países em desenvolvimento é a mobilidade intergeracional de renda, na medida em que ela indica se há uma estrutura de igualdade de oportunidades suficiente para que o status econômico de um indivíduo não seja determinado pelo seu background familiar.

Diversos estudos têm apontado para a associação entre desigualdade de gênero e mobilidade intergeracional, no sentido de que a transmissão de renda pais-filhas tenderia a ser maior do que a transmissão pais-filhos, indicando que mulheres de famílias pobres teriam menor igualdade de oportunidades do que homens de famílias pobres. Dois mecanismos podem atuar para essa diferença. O primeiro deles é o arranjo familiar (assortative mating), no qual mulheres nascidas em famílias ricas tendem a casar com homens nascidos em famílias ricas. Outro fator influenciador, conseqüente do primeiro, são as respostas dos indivíduos no mercado de trabalho, no qual o arranjo familiar levaria as mulheres a ofertarem menos horas de trabalho, o que acabaria reduzindo suas respectivas rendas do trabalho.

A teoria do assortative mating tem seu embasamento econômico pautado nas preferências e restrições que os indivíduos levam em consideração ao tomar decisões a respeito do casamento. Em relação às restrições, as chances de homogamia conjugal dependeriam tanto do nível de heterogeneidade populacional, determinado pela proporção de potenciais parceiros com nível de escolaridade semelhante como da segregação espacial e institucional causada pela disparidade de renda e educação. No que se refere às preferências, parte dos incentivos individuais para o casamento são determinados pelos retornos educacionais de maneira que, considerando mercados competitivos, candidatos mais atraentes em termos de recursos econômicos selecionam-se primeiro, enquanto que os menos atraentes tem menor poder de escolha. Se esse mecanismo competitivo é igual para ambos os gêneros, então o arranjo conjugal entre indivíduos será determinado pelos seus respectivos status econômico que, por sua vez, dependem do nível de renda e escolaridade.

O presente artigo tem como objetivo estimar a diferença na razão salarial entre homens e mulheres para filhas de famílias ricas e filhas de famílias pobres, considerando o arranjo familiar, isto é, o efeito do assortative mating. O projeto está na fase de revisão de literatura e os próximos passos serão: i) tratamento da base de dados da PNAD de 2014, que possui suplemento sobre mobilidade intergeracional; ii) definição e estimação de indicadores de mobilidade intergeracional, considerando os diferentes arranjos familiares; iii) análise dos resultados.

EQUIPE: ANA LUIZA DA COSTA PESSANHA DE MENDONÇA, VALÉRIA PERO

ARTIGO: **2412**

TÍTULO: **RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE INDUSTRIAL E INOVATIVA DA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA PROPOSIÇÃO DE NOVOS FORMATOS PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL E DE INOVAÇÃO SISTÊMICA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Durante as décadas de 1980 e 1990 não foi implementada no Brasil uma política sistemática de desenvolvimento produtivo e inovativo.

Em 2003 ocorreu uma inflexão na trajetória de investimentos do Estado em produção e inovação no Brasil. A partir desse momento, o Estado se tornou um importante agente no fomento ao desenvolvimento industrial e de inovação, através da implementação de políticas industriais e de inovação voltadas ao desenvolvimento industrial e tecnológico do país.

O objetivo desse projeto é, portanto, a partir do arcabouço teórico do Sistema Nacional de Inovação, fazer uma análise dessas políticas, compreender o papel e o funcionamento das instituições criadas, seu impacto no crescimento econômico, desenvolvimento da indústria e capacidade inovativa do Brasil e, por último, refletir e propor novos eixos de política industrial e de inovação que permitam a retomada do

crescimento econômico e do desenvolvimento do país.

Para isso, o projeto se estruturou em duas etapas: em um primeiro momento, foi realizada uma revisão bibliográfica da literatura sobre inovação, com foco na discussão do conceito de Sistema Nacional de Inovação, análise do papel das políticas implícitas e explícitas de inovação e seus desdobramentos, e na discussão da importância do papel do Estado no estímulo à inovação. Em um segundo momento foram estudadas as políticas industrial e de inovação implementadas no período 2003-2015, buscando destacar os novos instrumentos e instituições criadas. A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), criada em 2013, foi uma das instituições analisadas em detalhes no primeiro ano do projeto.

Espera-se, ao final desta pesquisa, uma análise dos sucessos e das fragilidades da política industrial e de inovação adotadas no período 2003-2015. Em especial, o projeto visa destacar quais foram os principais aspectos que levaram a resultados mais virtuosos em alguns setores em contraposição ao insucesso em outros. A partir desse mapeamento, pretende-se apontar sugestões e novos eixos para a política industrial para enfrentar os desafios do baixo dinamismo industrial e tecnológico.

A metodologia do projeto baseou-se principalmente em pesquisa de dados secundários e, para a análise dos principais resultados da política industrial e de inovação no período de 2003 a 2015, também serão utilizadas as bases de dados do IBGE, principalmente a Pintec e a PIA.

EQUIPE: MAYNARA DA SILVA TANNIS, MARINA HONORIO DE SOUZA SZAPIRO, NINA MEDEIROS DE SÁ

ARTIGO: 2420

TÍTULO: O DRAMA DOS MUÇULMANOS UIGURES EM XINJIANG NA ONU E NA COMUNIDADE INTERNACIONAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster

RESUMO:

O objetivo desse trabalho é analisar a atual situação do povo uighur, muçulmanos de origem turcomena, que vivem no Noroeste da China, em uma região chamada Xinjiang, a forma como esse assunto tem sido abordado na ONU e a reação da comunidade internacional. Além do dia-a-dia dos uigures em Xinjiang, será abordado o aprisionamento desse povo em locais apontados pela China como centros de reeducação e centros de detenções, os quais têm sido considerados pela comunidade internacional como campos de concentração onde os detentos não têm seus direitos respeitados.

Para tanto, começaremos com um breve panorama geral da história do islão na China, passando para um panorama geral dos povos uigures nesse país. Então, será descrito o tratamento que tem sido dado a essa etnia, após o recrudescimento de medidas anti-terroristas adotadas pelo governo chinês e, por fim, será feita a análise da abordagem do tema na ONU e na comunidade internacional, focando no silêncio de países relevantes para a questão que, a partir de uma análise preliminar, presume-se que seja decorrente da dependência econômica e comercial que esses países possuem em relação à China. A metodologia, predominantemente qualitativa, estará ancorada em análises documentais e mídias jornalísticas.

EQUIPE: JÚLIA ELIAS TEODORO SANTOS PEREIRA, LEONARDO VALENTE MONTEIRO

ARTIGO: 2437

TÍTULO: BIBLIOTECA PÚBLICA, AFETIVIDADE, IDENTIDADE E MEMÓRIA: RELAÇÕES TEÓRICAS PRELIMINARES.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Pretende trazer resultados preliminares de pesquisa de trabalho final de curso cujo tema é a Biblioteca Pública e tem como objeto as relações entre as representações memorialísticas, identitárias e de afetividade na Biblioteca Pública. Objetiva caracterizar historicamente a Biblioteca Pública para, então, estabelecer as relações desse espaço entre memória e identidade social e a afetividade. Como metodologia se utiliza de pesquisa bibliográfica, que conta com artigos, livros e anais de evento. Indica na fundamentação teórica a conceituação de Memória e Identidade Social e "lugares de memória" (Halbwachs, 1990; Pollak, 1989; Nora, 1993), o diálogo entre memória e identidade (Pollak, 1992; Hall, 1996, 2003; Rodrigues, 2017) e artigos e tese do Fabrício da Silveira (2010, 2014, 2019) e da Henriette Gomes (2010, 2014, 2017) que dialogam com os temas que perpassam pela nossa pesquisa. As considerações preliminares hipotéticas indicam a Biblioteca Pública como local privilegiado de educação, assim como de mediação e acesso à informação, considerando a sua formação histórica como "lugar de memória" e de acesso à cultura. Tal hipótese também aponta para a Biblioteca Pública como um local de diversidade e conflitos identitários, com fortes relações de afetividade entre os agentes informacionais e a informação.

EQUIPE: ELI LEMOS DE OLIVEIRA, ANDRÉ VIEIRA DE FREITAS ARAUJO

ARTIGO: 2464

TÍTULO: A CONCEITUAÇÃO DE FAMÍLIA: O PL 6583/2013 E A VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A noção de que a família é um conceito em evolução e que acompanha as mudanças da sociedade é o ponto de partida essencial para a pesquisa que está sendo realizada em sede de trabalho monográfico de conclusão de curso. O sistema jurídico brasileiro, atualmente, não apresenta em nenhuma lei a definição expressa da família enquanto instituto jurídico, apesar de considerá-la "base da sociedade", merecedora de tutela constitucional. Disso decorrem discussões acerca do que se enquadra ou não no conceito de família, trazendo consequências práticas para a esfera cível, uma vez que a estrutura organizacional e os vínculos criados entre as pessoas podem se enquadrar ou não em tal conceito. Pretende-se investigar quais os fundamentos para que determinadas relações sociais sejam tuteladas como modalidades de família. Como objetivos específicos, pretende-se analisar o PL 6583/2013, de forma crítica, questionando se ele representaria um retrocesso social e, portanto, seria vedado pelo ordenamento jurídico e, da mesma forma, quanto ao PL 470/2013, perquirindo a respeito de eventuais limites no conceito de família. Por ser necessária uma restrição temporal, o mapeamento será desenvolvido com base nas Constituições Federais da República, nos Códigos Civis de 1916 e 2002 e em eventuais leis esparsas. Além disso, busca-se analisar se a Constituição Federal atual acompanhou a transição existente na história contemporânea da noção de *indivíduo como forma de desenvolvimento da família*, em uma concepção hermética e fechada, para a noção de *família como forma de desenvolvimento do indivíduo*, aspirando atingir os objetivos pessoais de cada integrante. Espera-se com isso contribuir para a efetiva construção de critérios para a definição da família, respeitando-se a historicidade dos conceitos e a legalidade constitucional.

EQUIPE: DAVID IGOR REHFELD, MAICI BARBOZA DOS SANTOS COLOMBO

ARTIGO: 2470

TÍTULO: SEGURANÇA CIBERNÉTICA NA INDÚSTRIA ENERGÉTICA E DE COMBUSTÍVEIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Para a indústria energética e de combustíveis, a revolução tecnológica trouxe novas perspectivas e oportunidades, traduzidas, principalmente, na digitalização das operações. Enquanto o processo de modernização garante uma maior eficiência operacional, aumenta-se a vulnerabilidade dos sistemas e redes, que se tornam alvos de ataques cibernéticos, evidenciando a necessidade de maior segurança digital tanto no setor energético quanto no de combustíveis, de forma a mitigar riscos e prejuízos. Tendo em vista a vulnerabilidade da cibersegurança no setor energético brasileiro, o presente trabalho tem por objetivo analisar a segurança cibernética na indústria de energia e combustíveis no Brasil. Espera-se demonstrar a necessidade de políticas e medidas de cibersegurança para estas indústrias no cenário atual, assim como comprovar sua importância para o desenvolvimento nacional e também os obstáculos com os quais o país se depara traçando uma breve comparação com os demais países do BRICS. Para tanto, esta pesquisa utilizará os dados fornecidos pela Youth Energy Agency do BRICS e os divulgados pelo governo brasileiro. A metodologia basear-se-á na revisão bibliográfica, pautada na leitura crítica e analítica de portais e jornais brasileiros e estrangeiros especializados, como o Brasil Energia e o Energy Journal.

EQUIPE: WESLEY ALAN BARBOSA MARTINS, REBECCA SOUZA BATISTA, ALEXANDER ZHEBIT

ARTIGO: 2519

TÍTULO: PARTICIPAÇÃO DOS CAPITAIS ESTRANGEIROS NOS BANCOS COMERCIAIS CHINESES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Até 1990 a China compensou sua transformação produtiva e consequente aumento das importações através da expansão das exportações. Ao longo desse período há um acúmulo paulatino de reservas internacionais através desse mecanismo e por meio da progressiva entrada de IED. Com a entrada da China na OMC no início desse milênio, expandem-se ainda mais a entrada de reservas internacionais num processo notável e gradual de abertura da economia chinesa, que tem como resultado sistemáticos saldos positivos na conta financeira do BP.

Ainda nesse contexto, há uma crescente entrada de divisas em razão da abertura de capitais de empresas estatais, principalmente dos bancos comerciais. A entrada da China na Organização Mundial do Comércio significou a adoção de diversas práticas de governança difundidas em diversos países no mundo, como a defesa dos direitos de propriedade do mercado financeiro e criação de instituições de regulação características (China Banking Regulatory Commission, por exemplo).

Mesmo diante da reestruturação no setor financeiro, a China mantém uma forte presença estatal, como observado em 2003 com a criação do Central Huijin Investment Company (Huijin), agente estatal de promoção de investimento em outras instituições financeiras estatais através de sua centralização e administração, mantendo também presença majoritária nos bancos comerciais. Além disso, a China introduz investidores estratégicos nos sendo uma medida clara de inserção nos padrões globais de governança corporativa, melhora na expertise bancária e início da construção de alicerces na expansão internacional.

Tendo esse panorama em vista, o objetivo do presente trabalho é descrever os processos de mudança de composição acionária dos bancos comerciais chineses e o papel dos agentes internacionais. Além disso, pretendemos analisar as condições acordadas entre China e OMC quando de sua entrada na organização em 2001, e identificar como essas condições guiam o processo de reestruturação do sistema financeiro chinês. Por fim, será feita uma revisão da literatura, relatórios de bancos e instituições multilaterais (como o World Investment Report) acerca dos impactos da penetração de investimento estrangeiro direto nos bancos comerciais da China.

EQUIPE: ISABELA NOGUEIRA DE MORAIS, CAIQUE ANDRIEWSKI PEREIRA SILVA

ARTIGO: 2542

TÍTULO: MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL: CONEXÕES E CONFLITOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O objetivo dessa pesquisa é realizar um mapeamento das organizações criminosas no Brasil a fim de apresentar tendências de interações visando estabelecer conexões e conflitos por logística de abastecimento e domínio de territórios de varejo. Raramente encontramos artigos em periódicos acadêmicos que falem dessa temática, em contrapartida não é incomum veículos de imprensa divulgarem disputas em todo o Brasil por territórios ou logísticas de distribuição, é comum ainda citarem o comportamento conflitivo dessas organizações em determinadas microrregiões como as favelas (principalmente no sudeste onde estão os grandes grupos criminosos).

Pesquisas iniciais apontam que o mapeamento das facções mais "famosas", presentes em todo território nacional, como o Primeiro Comando Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) e sua distribuição por região brasileira é algo mais simples de se fazer, já conexões destas com facções locais, como por exemplo os Guardiões do Estado (GDE) do Ceará ou Família do Norte do Amazonas é algo mais complexo, principalmente pelas migrações frequentes de uma facção para outra, por isso há necessidade de uma análise mais local para entender que são os líderes e quais as principais atividades criminosas. Esse mapeamento propõe ainda delinear as logísticas ilícitas (rota do tráfico de drogas e armas) que essas facções mais "famosas" construíram no Brasil, entretanto acreditasse ser essa uma tarefa complexa dada a dispersão dos dados e a permanente migrações de rotas para evitar apreensões. Buscaremos estabelecer essas tendências por meio da coleta e análise de reportagens extraídas de jornais, revistas, sites de notícias de circulação nacional e relatórios de agências públicas produzidos de 2014 a 2019. Contudo, quanto menor a facção mais difícil de saber sobre ela, por isso nesses casos tentaremos utilizar reportagens de veículos de comunicação menores e locais, o que pode reduzir a confiabilidade dos dados coletados.

Uma questão importante para esse mapeamento é apresentada por Tavares e Menandro ao analisarem o sistema penitenciário e a vinculação ao CV e PCC. Tanto no Rio como em São Paulo, desencadeou-se um processo de organização da criminalidade em "comandos" ou "facções" a partir do sistema prisional, com o intuito de regular o convívio entre presos e canalizar as demandas à administração penitenciária. Cabe notar que o surgimento do Comando Vermelho iniciou-se em 1975, ao passo que o Primeiro Comando da Capital parece ter sido fundado no ano de 1993. Em ambos os estados, houve um lapso temporal entre o surgimento e sua ampla expansão de dominação da logística de abastecimento e dos territórios de varejo em bairros populares. Hoje essas duas facções estão presentes nos presídios brasileiros, inclusive em presídios de segurança máxima e em estados diferentes dos que atuavam inicialmente. Porém, mesmo atrás das grades, líderes continuam dando ordens nas comunidades e participando da logística criminosa.

EQUIPE: DANIELE DIONISIO DA SILVA, JÚLIA QUIRINO PEREIRA, PABLO MATEUS FERREIRA DE OLIVEIRA

ARTIGO: 2552

TÍTULO: OS FATOS CONSTITUCIONAIS E A TOMADA DE DECISÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

No âmbito da jurisdição constitucional, os fatos e as provas ganham especial importância, notadamente pelo alcance normativo das decisões, dada a força do precedente judicial que é fundado pelas Supremas Cortes. Nesse sentido, faz-se necessária a investigação do tratamento dos fatos que são levados às Cortes Constitucionais, abalizando-se nos estudos recentes de David Faigman, Professor da Universidade da Califórnia em São Francisco que se debruça sobre a interface entre o Direito e a Ciência, no que tange aos fatos constitucionais na tomada de decisão.

O diálogo entre direito e ciência reacende estudos sobre os fatos que, em sentido prospectivo, mostram-se determinantes para a tomada da decisão na esfera constitucional, em especial para a análise da lei em tese. Categorizados como fatos legislativos, estes não podem ser rejeitados no exercício do controle de constitucionalidade, uma vez que a jurisdição constitucional implica na análise da compatibilidade entre o pressuposto de fato da norma infraconstitucional e o pressuposto fático da norma constitucional.

Assim, no caso brasileiro, o Supremo Tribunal Federal não analisa as matérias de fato para verificar o passado, a título de adjudicação do direito, como ocorre nas instâncias de primeiro grau, mas para conhecer a realidade e estabelecer as prognoses para o futuro. Nesse sentido, foi prevista, em lei, a possibilidade de se promover audiência pública em casos de “esclarecimento de matéria e circunstância de fato”, para que a matéria regulada pela norma possa ser conhecida e avaliada.

As audiências públicas são convocadas, com frequência, para que o STF possa julgar sobre matérias que não domina. Isso acontece porque, em alguns casos, o conhecimento de fatos se mostra necessário ao exercício do controle de constitucionalidade, isto é, para que uma norma tenha declarada sua (in)constitucionalidade, não só matérias de direito, mas também de fato sejam apreciadas, uma vez que é preciso, no âmbito da jurisdição constitucional, debruçar-se sobre o pressuposto fático dessa norma. Quanto a isto, pode-se considerar que matéria de fato e matéria de direito não são dissociadas. O conteúdo normativo, extraído da interpretação do texto constitucional, diz respeito aos fatos em tese. Os discursos, jurídico e científico, é que não se confundem.

É sobre os fatos apresentados por especialistas de áreas distantes do direito, que se mostra a pertinência da pesquisa, e é por isso que se passa a enxergar as audiências públicas como um mecanismo do processo constitucional afastado do regramento de outros ramos processuais. A oitiva de especialistas de áreas estranhas ao direito tem sido cada vez mais recorrente para que os Ministros do Supremo Tribunal Federal justifiquem suas decisões em fatos devidamente provados.

EQUIPE: BERNARDO BURLAMAQUI, MARGARIDA CAMARGO

ARTIGO: 2554

TÍTULO: A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS OU MONÓLOGOS SOBREPOSTOS?

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa propõe a análise do direito à liberdade de expressão sob o olhar do Sistema Interamericano, notadamente na interpretação do artigo 13 da CADH. Ademais, superando a materialidade, faz-se necessário o entendimento do reconhecido *corpus iuris* provocado pela jurisdição da Corte IDH, um bloco de convencionalidade que confere aos ordenamentos jurídicos a ela vinculados a obrigação de realizar o controle de convencionalidade. Trata-se de uma pesquisa em fase de desenvolvimento, baseada precipuamente na análise casuística para definir os parâmetros descritos. Assim, utilizar-se-á do método hipotético indutivo, aproveitando-se os casos, sem se olvidar da pesquisa doutrinária.

Deste modo, a análise da jurisprudência compreende três objetivos: (i) compreender os parâmetros interamericanos sobre o tema; (ii) destacar os *standards* constitucionais; e (iii) verificar a sintonia entre ambos os entendimentos.

Serão resumidos todos os casos da Corte IDH para extrair os parâmetros e diretrizes exigidas ao Estado sobre o tema. Após, serão estudados os casos do STF que versem sobre o assunto. Neste âmbito, serão analisadas as citações do STF à Corte IDH.

Pretende-se, ainda, verificar se o diálogo de Cortes resulta numa (i) convergência pelo STF do padrão interamericano; (ii) resistência ou ignorância quanto ao padrão interamericano com rejeição expressa ou tácita; (iii) diálogo com o padrão interamericano de proteção por meio da adaptação do mesmo à realidade brasileira; ou (iv) mero uso retórico ou acrítico. Neste sentido é que se chega ao problema proposto: existe um efetivo diálogo institucional entre a Corte IDH e o STF? De modo oposto, cada corte decide de forma autocrática, não havendo mais do que dois monólogos sobrepostos?

Por fim, vale registrar que a liberdade de expressão constitui um direito humano fundamental de suma importância. Particularmente na América Latina, a atenção deve ser redobrada pela história que viveu, a superação dos recentes governos autoritários e a retomada de governos extremistas ao poder. Em que pese tal superação, é preciso mais do que a proclamação democrática de um governo para superar efetivamente práticas autoritárias. É preciso construir e remodelar as instituições para que elas operem de acordo com novos ideais. O direito à liberdade de expressão relaciona-se diretamente ao almejado aprimoramento da democracia.

EQUIPE: TAYARA CAUSANILHAS, SIDDHARTA LEGALE FERREIRA, CAIO CESAR MORAES GRANDE GUERRA, LUIZA DESCHAMPS CAVALCANTI MOREIRA

ARTIGO: 2564

TÍTULO: ORGANIZAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O CHOQUE CULTURAL APÓS PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o choque cultural após o processo de privatização em organizações de telecomunicação. Compreender as mudanças culturais que incidem sobre as organizações provocadas pelo processo de fusão e aquisição mostra-se como um tema relevante para o campo da administração, uma vez que busca alinhar estudos relativos a valores; ritos organizacionais; as políticas aplicadas, dentre outros fatores, que de uma forma ou outra estão inseridos neste contexto. Diante do exposto, este estudo tem como objetivo principal analisar a mudança cultural aplicada nas organizações de telecomunicação brasileira, que foram privatizadas no Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso em específico, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, enfatizando o campo gerencial e administrativo das empresas no período pré-privatização e pós-privatização. Para dar conta de alcançar o objetivo proposto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica exploratória. Como resultados, observou-se que a privatização tinha como parte de sua missão a introdução de novas empresas no setor, sustentando como pano de fundo a modernização da área uma vez que o modelo unicamente estatal era caro e inacessível a todos os brasileiros. Entretanto, outros pontos também se destacaram para ratificar o procedimento como: a necessidade da agência reguladora estatal em ampliar e melhorar a sua ação diante da padronização na área; a morosidade por parte da mesma em acompanhar as mudanças tecnológicas do setor e assim, evitar a formação de um monopólio por parte de algumas empresas. Notou - se também que no período pós - privatização a qualidade de vida do trabalhador regrediu em áreas como salários; benefícios; horas extras; jornada de trabalho, entre outros, uma vez que houve de pronto uma redução na folha de pagamento acarretando sobre carga aos funcionários que permaneceram com funções que antes não eram feitas por eles. Concomitante, percebeu-se que a literatura acerca da cultura organizacional encontra-se restrita em estudos descritivos, desta forma, sugere-se que sejam realizadas mais pesquisas exploratórias e de campo, afim de identificar com maior clareza o processo de fusão e aquisição e consequentemente, suas implicações sobre o papel exercido pela área de gestão de pessoas e pelos líderes envolvidos no processo. Acredita-se que estas iniciativas de pesquisa possam também gerar estudos que evidenciem como as empresas se comportam e como este processo pode influenciar no clima organizacional e nas novas arquiteturas culturais.

EQUIPE: CLARICE SABBATINI CAPELLA LOPES, ANA D'ARC MAIA PINTO

ARTIGO: 2570

TÍTULO: CONFLITOS INTERÉTNICOS E COMÉRCIO DE DROGAS DENTRO DO SHAN STATE EM MIANMAR

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Durante a segunda metade do século XX, Mianmar se estabeleceu como polo principal da agricultura de papoula. Até 1990, ocupava a primeira posição na produção e exportação de ópio e heroína. A ascensão das drogas só tornou essa magnitude, pois aconteceu em um período em que a história de Mianmar é atravessada por diversos conflitos - principalmente socioeconômicos, étnicos e governamentais. O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar o desenvolvimento do cultivo e do comércio de drogas em Mianmar, desde 1990 até 2015, ano em que ocorreu o *Drug Free ASEAN*. Para isto, o método será pelo estudo de caso do *Shan State*. Primeiro, far-se-á um mapeamento das transformações da economia de drogas no Estado de Wa. Segundo, buscar-se-á identificar as relações entre a produção e os conflitos internos - étnicos e sociais - do Estado de Wa. Por fim, será analisado como as conexões internacionais estão envolvidas no desenvolvimento da economia de drogas neste estado. Para tanto, é importante investigar como deu-se a formação do "Estado de Wa", uma zona autônoma situada na província de Shan. Sendo esta, uma zona que se autogoverna *de facto* sob o domínio do Exército Unido do Estado de Wa, sem que sua existência tenha sido reconhecida pelo Estado de Mianmar. Ao mesmo tempo, o autoproclamado "Estado de Wa" faz parte do "Triângulo Dourado", uma zona transfronteiriça responsável por grande parte da produção mundial de ópio.

EQUIPE: MARINA SOARES CORRÊA, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO, EDUARDO CRESPO

ARTIGO: 2577

TÍTULO: A GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NA CRISE: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DE ITABORAÍ, SÃO GONÇALO E NITERÓI

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O artigo analisa o montante das receitas destinadas à gestão da saúde pública nos municípios de Itaboraí, São Gonçalo e Niterói - sobretudo as receitas provenientes dos repasses da União. Tomando como base o período de 2014 a 2018, conjuntura em que o país mergulhava numa forte crise econômica, identifica o quanto dessas receitas é alocado em despesas com saúde. Em seguida, verifica a estruturação do sistema de saúde pública nos municípios considerados e a interação entre eles. Com isso, procura-se avaliar os impactos do ciclo recessivo na gestão dos equipamentos com os quais os serviços de saúde são ofertados à população. E dessa forma, serão discutidas as interfaces entre desenvolvimento, território e infraestrutura (relacionada à oferta de serviços de saúde). Baseia-se o estudo em uma abordagem metodológica de inspiração histórico-estrutural, recorrendo ao levantamento de informações secundárias e pesquisas relacionadas ao objeto de análise. Assume-se a hipótese de que houve um contingenciamento no repasse dos recursos de transferência interfederativa aos municípios, pelo que se comprometeu a capacidade de gestão do serviço público de saúde.

O autor é bolsista PIBIC no Projeto Infraestrutura, Território e Desenvolvimento, do CNPq, em que realiza atividades relacionadas ao levantamento e interpretação de dados secundários.

EQUIPE: MARCOS VINÍCIUS REZENDE DA SILVA, FÁBIO OLIVEIRA

ARTIGO: 2583

TÍTULO: ESTADO E INFRAESTRUTURA: O PAPEL DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO NOS INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA E SANEAMENTO (2007-2018)

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Os investimentos em infraestrutura impactam na economia nacional de diversas maneiras, contribuindo para a melhoria do bem-estar social e qualidade de vida da população, bem como para o crescimento econômico. Ao proporcionar o desenvolvimento dos setores de infraestrutura, o Estado assume o papel de investidor, financiador e regulador, contribuindo para a ampliação da capacidade produtiva, assim como para a redução das desigualdades sociais e regionais (Hirschman, 1958; Brandão, 2015). No Brasil, os investimentos neste setor têm sido feitos, sobretudo, por intermédio de grandes pacotes de investimento em infraestrutura por parte do governo federal, a exemplo do mais recente, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As mudanças regulatórias da década de 1990, a exemplo da Lei de Concessões (Lei nº 8.987, de 1995) e do Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031, de 1990, revogada pela Lei 9.491, de 1997), buscaram a atração de investimentos privados nestes setores. A lei nº 11.079, de 2004, por sua vez, consolidou as parcerias público-privadas (WERNER, 2019). A pesquisa ora em curso busca compreender de que maneira e sob o domínio de que agentes os investimentos em infraestrutura foram realizados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento.

Em termos metodológicos, sob o método histórico-estrutural e perceptiva multiescalar, parte-se da compreensão teórica do capital fixo do tipo infraestrutura, da revisão bibliográfica e análise de documentos técnicos sobre o setor de infraestrutura no Brasil e do entendimento quanto ao papel do estado. Com base na consolidação dessa análise, elaboram-se um banco de dados a partir das informações fornecidas pelo portal

eletrônico do Programa de Aceleração do Crescimento com o objetivo de identificar: i) tipo de investimento; ii) articulação público-privada; iii) localização; e iv) modalidade de financiamento. Com base nessas informações, intenta-se compreender como este Programa se vincula à consolidação da inserção internacional brasileira, baseada na exportação de *commodities* agrícolas e minerais; e em que medida contribui para reduzir as desigualdades regionais na provisão desses investimentos (logística e saneamento).

EQUIPE: LORENA ALVES NOGUEIRA COSTA, MAYARA SANTOS DA SILVA PINHEIRO, DEBORAH WERNER

ARTIGO: 2595

TÍTULO: A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO BRASILEIRA E A SAÍDA DO BRASIL DO PACTO DE MIGRAÇÃO: REPERCUSSÃO NAS POLÍTICAS INTERNA E EXTERNA DO BRASIL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A nova Lei de Migração brasileira (Lei 13.445/17) é vista como um avanço na política migratória brasileira por se pautar nos princípios fundamentais de direitos humanos, se comparada ao Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80), legislação promulgada durante o período de ditadura civil-militar. Um dos seus principais aspectos é a humanização do estrangeiro, em que este não é mais considerado como ameaça à segurança nacional. Ademais, há uma estabilidade de direitos e deveres para turistas e migrantes, identificando estes últimos como sujeitos de direitos baseado no Direito Internacional dos Direitos Humanos. A mesma reconhece a contribuição histórica e contemporânea dos migrantes para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil ao longo do processo de formação da identidade nacional. Uma das características da lei é ser uma resposta, à luz dos direitos humanos, diante da crescente criminalização da migração como fenômeno social que constrói as sociedades internacionais desde o início da história mundial. Entretanto, no governo Bolsonaro, o Brasil legalizou a sua saída do Pacto Global para a Migração (Pacto), de 2018, que tem com o objetivo de regular os fluxos migratórios e adotado por mais de 160 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU). O presente artigo pretende analisar como a saída do Pacto pode interferir na execução de uma lei interna que é considerada uma das mais avançadas do mundo sobre migração. O trabalho de pesquisa está em desenvolvimento e no que diz respeito à metodologia empregada, propõe-se um estudo comparativo entre a Lei de Migração Brasileira, de 2017, e o Estatuto do Estrangeiro, de 1980, além de analisar as possíveis interações entre a atual Lei de Migração e o Pacto da ONU e possíveis desdobramentos nos fluxos migratórios no Brasil.

EQUIPE: LAIS FERREIRA, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO, LEONARDO VALENTE MONTEIRO

ARTIGO: 2605

TÍTULO: CRIMINALIDADE NO AMBIENTE COSTEIRO - UMA ANÁLISE NECESSÁRIA PARA ENTENDER A VIOLÊNCIA BRASILEIRA.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O século XX representa o período em que migrantes de distintas nacionalidades começaram a chegar ao Brasil pela costa e por ali se estabeleceram. A localização litorânea facilitaria o comércio por vias marítimas e o acesso a bens e recursos naturais e, até hoje, essa região é considerada como área estratégica para a comercialização e estabelecimento de relações políticas com outros estados.

Contudo, a ocupação desordenada da costa gera um fluxo de pessoas que não é acompanhado por políticas públicas que amparem a população em questões econômicas ou trabalhistas, resultando em diferenças sociais que levariam a inserção de pessoas na cadeia logística de atividades ilícitas. Assim sendo, precisa-se considerar que a globalização, como sugerido por Cepik e Borba (2012), acentua esse lado "obscuro" resultante do fluxo de pessoas, comércio, cultura, capital e conhecimento, dando ainda mais possibilidades de ação ao comércio transnacional ilegal. Neste trabalho, propomos analisar como se estabelece a criminalidade no ambiente costeiro, principalmente por meio do narcotráfico e tráfico de armas. As diferenças sociais que resultaram daquela ocupação desordenada, levariam ao aumento das atividades ilícitas, uma vez que moradores se inserem neste contexto por dificuldades econômicas e pelo *status* que crime organizado proporciona.

O trabalho objetiva também analisar a relação entre o crime organizado e a crescente violência em regiões litorâneas, uma vez que essas organizações geram insegurança à população ao disputarem domínio territorial e saídas para o mar, restringem o acesso a serviços públicos. Propõem-se que há a necessidade de se direcionar um olhar do Estado sobre a segurança ou a insegurança nas regiões pobres alocadas na região costeira e como esse elemento geográfico favorece toda a logística de atividades criminosas.

O trabalho pretende avaliar os casos da Costa Verde do Rio e suas montanhas e de Belém e suas palafitas. Propõem-se que nessas duas regiões, ocupações desordenadas da região costeira somadas à ocorrência de atividades ilícitas, que migram com fluidez do ambiente terrestre para o marítimo, levaram a um aumento da violência gerada pela disputa por rotas e/ou logísticas do narcotráfico e tráfico de armas. Também, busca-se entender como esses espaços social e economicamente desfavorecidos são afetados pela violência e coerção, uma vez que, como coloca Cepik e Borba, as organizações criminosas não visam destruir a sociedade, mas aproveitarem-se dela.

A abordagem de análise tenderá a ser mais qualitativa resultante da coleta de dados que demonstrem a relação entre ocupação desordenada - atividades ilícitas por meio de logística intercambiante entre ambiente terrestre e marítimo - violência e coerção. Propõem-se que essa coleta de dados seja feita por meio de análise geográfica das regiões, atuação de facções criminosas em atividades ilícitas e matérias que registrem a violência e a disputa territorial/marítima.

EQUIPE: DANIELE DIONISIO DA SILVA, CARLA DE MELO GONÇALVES

ARTIGO: 2614

TÍTULO: ANÁLISE DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

As crises econômicas verificadas no país nos últimos anos têm afetado não apenas empresas, mas também as instituições públicas. A crise afeta as disponibilidades financeiras dos entes públicos e da prestação de serviços públicos. Uma das estratégias usadas pelos entes públicos para manter investimentos e serviços é contratação de operações de crédito, que gera endividamento para os entes. Entretanto, para que entes municipais e estaduais possam contratar operações de crédito, estes precisam de aval da União. Esta por sua vez, precisa avaliar a capacidade de pagamento dos entes para concessão do aval. Para isso, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio de portaria, desenvolveu uma metodologia para avaliar a capacidade de pagamento dos entes.

Esta pesquisa tem como objetivo principal avaliar a capacidade de pagamento dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a partir das metodologias da STN, previstas nas Portarias nº 306/2012 e nº 501/2017. Tais portarias visam avaliar a capacidade de pagamento por meio de classificação da situação fiscal e econômico-financeira, porém o que difere é que a Portaria nº 501/2017 passa a ter apenas três indicadores de análise: endividamento, poupança corrente e liquidez; excluindo os outros cinco indicadores que constam na Portaria nº 306/2012.

Para viabilizar o cálculo dos indicadores, foram coletados no site Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro os seguintes dados:

dívida consolidada líquida, despesa total com pessoal, despesa com pessoal e encargos, despesas correntes (empenhadas), despesas de investimentos (empenhadas), despesa total (empenhadas e subtotal), outras despesas correntes (empenhadas), juros e encargos da dívida (empenhadas), amortização da dívida, receitas correntes realizadas, receitas de contribuições sociais, receitas tributárias, receitas previdenciárias realizadas, receita corrente líquida e resultado primário dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, nos anos de 2013 até 2017.

Diante da observação dos resultados obtidos por meio da análise da capacidade orçamentária de cada município, com base nas duas portarias mencionadas, será possível destacar se as mudanças da metodologia afetaram na transparência, tornando mais acessível e auxiliando na emissão das informações necessárias aos gestores.

EQUIPE: AGDA AMÉLIA DE JESUS CUNHA,CLAUDIA FERREIRA DA CRUZ,HARRISON OLIVEIRA,ANA BEATRIZ BRANCO

ARTIGO: 2635

TÍTULO: AS OPINIÕES CONSULTIVAS Nº 08/87 E 09/87: OS ESTADOS DE EXCEÇÃO NA PERSPECTIVA CONVENCIONAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho funda-se no estudo e análise das Opiniões Consultivas 08/87 e 09/87 da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), as quais tratam da suspensão de garantias e proteção judiciais, como o *habeas corpus* e o *juicio de amparo* em estados de emergência. Ao tratar de estados de emergência, de acordo com o léxico da Corte IDH, fala-se em momentos de excepcionalidade e discricionariedade do poder público a fim de garantir a segurança do Estado, como o que se foi alegado em experiências de exceção pelas quais países da América Latina passaram ao longo da segunda metade do século XX. Então, as duas Opiniões Consultivas, objeto do estudo, procuram buscar a interrelação entre direitos humanos e estados de emergência ou exceção.

Como arcabouço teórico, interessante foi a análise das duas Opiniões Consultivas a partir do viés dos estados de exceção e autoritarismo no Brasil e na América Latina, tendo como autores principais abordados para análise Gilberto Bercovici e José Ribas Vieira. O último, a partir de suas constatações a respeito do autoritarismo presente desde a raiz da ordem constitucional brasileira e em demais países da América Latina; o primeiro, levando em consideração a dinâmica dos estados de exceção e a supressão da vontade popular, esta constituinte. Afinal, "é fácil perceber, baseado em Schmitt, que a ditadura tradicional fundamentará a concepção jurídica do Estado de Exceção" (VIEIRA, 1988, p. 36), o que significa que podemos extrair a implícita vinculação entre as ditaduras latino-americanas e os objetos pelas quais as Opiniões Consultivas foram solicitadas, e, como posto por Bercovici, "a questão dos poderes de exceção no Estado constitucional diz respeito sempre às escolhas sobre o que deve ser preservado" (2013, p. 38), o que leva a Corte IDH a estabelecer, por meio da sua função consultiva, quais direitos e garantias judiciais devem ser preservados, mesmo em estados de excepcionalidade ou emergência.

A pesquisa, então, iniciou-se com o resumo e análise das Opiniões Consultivas supracitadas, para, em seguida, uma revisitação bibliográfica sobre os estados de exceção ou de emergência, os quais carecem na doutrina constitucional ou de direitos humanos brasileira.

Por fim, em momento próximo ainda não concretizado, a presente pesquisa vai buscar fazer uma análise dos julgamentos contenciosos da Corte IDH, num recorte de ditaduras Peru e Brasil, por conta do extenso material, a fim de ver se as Opiniões Consultivas sobre estados de emergência são remetidas ou não, interessando-se em como se dá a dinâmica decisória da Corte IDH, na prática, quanto a casos originados em ditaduras ou intervenções que violem os direitos humanos de garantias e proteção judiciais pleiteados pelas Opiniões Consultivas, objetos da primeira análise.

EQUIPE: DANILO SARDINHA MARCOLINO,SIDDHARTA LEGALE FERREIRA

ARTIGO: 2637

TÍTULO: TRÁFICO NOS PORTOS: UMA ANÁLISE DE SUAPE E RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O trabalho tem objetivo de analisar apreensões de drogas e armas feitas nos portos do Rio e Suape de 2016 a 2018, em operações realizadas pela Polícia Federal e Receita Federal. A análise a ser apresentada foi feita por alunos de Defesa e Gestão Estratégica Internacional que participam do grupo de Gestão de Segurança e Defesa do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa do IRID. Esta pesquisa é inserida em uma pesquisa mais ampla que vem estudando o crime organizado transnacional e as logísticas por vias marítimas, bem como políticas públicas para combate. A metodologia utilizada é exploratória, com uma abordagem preferencialmente qualitativa baseada em dados coletados digitalmente, extraídos de jornais, revistas, sites de notícias e relatórios de agências públicas.

Pontuamos que vias marítimas e fluviais são importantes para o comércio internacional e não seria diferente em relação aos fluxos de ilícitos (tráficos de armas e drogas) ligadas ao crime organizado nacional, que visa permanente novos meios para despistar operações terrestres realizadas pela PRF. Deste modo, observa-se a existência de transporte de ilícitos por meio da logística portuária inseridos em contêineres. Por meio dessa análise, podemos também mapear logísticas marítimas internacionais ilícitas (crime organizado transnacional) que passam pelo Brasil e utiliza contêineres. A inserção dos ilícitos nos contêineres pode acontecer no navio atracado no porto ou fundeado próximo ao porto.

Na análise focada nos navios fundeados próximo ao porto, há uma peculiar dinâmica criminosa que não é nova, empregada pelo menos desde 2014, segundo relatório *Perspectives on Drugs Cocaine trafficking to Europe*, onde aparece um relato de aproximação de uma lancha a um navio de carga e o posterior içamento de produtos ilícitos (Rip-on e Rip-off) inserido em um carregamento de café que iria do Porto de Santos para Berlim. Essa tática consiste ainda em alterar lacres dos contêineres e inserir o ilícito no meio da carga desse, e fazer um processo similar de descarga antes do porto de destino. Isso requer uma equipe especializada (que conheça de logística portuária) transnacional que requer tecnologia e recursos. Se considerarmos a escalada recente das apreensões da Receita feitas nos portos, ou a construção de operações internacionais da PF com bases no

exterior, percebemos um aumento das operações nos portos por meio de ações integradas entre agências nacionais e/ou internacionais. Essas operações inicialmente feitas pela Receita desenvolveram um spillover de envolvimento e articulação com PF como se fosse uma tendência a construção de operações integradas nos portos, com destaque para Operação Antigoon, Operação Aegir e Operação Brabo. Por fim pontuamos que a logística criminosa transnacional presente nos portos possui alto nível de profissionalismo e dinâmica persistente. Importante destacar que sem a integração entre PF e Receita, as apreensões e prisões continuariam a ser ações muito pontuais.

EQUIPE: DANIELE DIONISIO DA SILVA,LUÍSA GUIMARÃES VAZ,AMAURI MACIEL,JONATAN DE SOUZA RIBEIRO

ARTIGO: 2646

TÍTULO: O IMPACTO DA PROPAGANDA COMPUTACIONAL NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018: AS REDES SOCIAIS COMO NOVOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO POLÍTICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar a manipulação de informação produzida nas redes sociais no período das eleições presidenciais de 2018 e avaliar qual foi o seu impacto na formação da opinião pública.

A dinâmica das redes sociais digitais permite que qualquer pessoa munida de um *smartphone*, *tablet* ou um computador conectados à internet possa agir como um agente produtor, reproduzidor e difusor de conteúdo - seja por meio de textos, memes, vídeos, etc (BENTES, 2015). Um grande avanço que permite uma disputa pelos espaços públicos, no que tange a pluralidade de meios de informação, carrega também consigo algumas contradições. Nas últimas eleições a aplicação de diversos dispositivos de propaganda computacional (WOOLEY & HOWARD, 2018), como, por exemplo, bots, perfis falsos e fake news ilustra bem estas contradições, pois, estes dispositivos foram usados como ferramentas-chave na construção e disseminação de discursos desconexos com a verdade em escala nacional. Tais eventos dão lume a uma discussão mais aprofundada sobre o quanto as novas tecnologias de comunicação e informação, dentre elas as redes sociais, podem construir um novo espaço político dentro da esfera pública; e, de certa forma, servirem como uma ferramenta de manipulação da opinião pública (SARTORI, 98).

Para analisar a influência dos mecanismos de propaganda computacional nas últimas eleições presidenciais, a seguinte pesquisa fará uso de pesquisa bibliográfica pertinente ao tema e das metodologias de análise de redes sociais e etnografia digital no período entre agosto e o fim de outubro de 2018. A etapa de análise de redes sociais consistirá na mineração de dados feita principalmente no *Facebook*, tendo outras redes sociais como coadjuvantes na pesquisa. Esta decisão metodológica deu-se com base no alto número de usuários que a rede social *Facebook* tem. A mineração será feita através do aplicativo *Netvizz* - aplicativo interno do *Facebook* que faz mineração de dados de páginas e grupos abertos, coletando grandes conjuntos de informações destes locais - e a manipulação dos dados minerados pelo *Netvizz* será feita no aplicativo *Gephi*, aplicativo de modelagem de dados. A etapa da etnografia digital será feita por meio da análise de discussões feitas no período eleitoral em fóruns (como o 4chan e reddit, por exemplo) e em grupos fechados do *Facebook*. A pesquisa ainda se encontra em estágio de desenvolvimento, entretanto, nas etapas que já foram executadas, foram encontrados alguns dos principais atores e eventos relacionados às eleições. A próxima etapa da pesquisa será compreender os padrões usados pelos atores na manipulação de informação e elaborar um índice para avaliar os impactos que a manipulação de informação teve na opinião pública.

EQUIPE: NUNO DOS SANTOS FRANCISCO JUNIOR, LALITA KRAUS

ARTIGO: 2662

TÍTULO: DIVERGÊNCIA ENTRE OS CRITÉRIOS DOCTRINÁRIOS E OS JULGADOS REFERENTES A ERRO E DOLO: COMPARAÇÃO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Título: Divergência entre os critérios doutrinários e os julgados referentes a erro e dolo: comparação entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Negócios jurídicos são celebrados todos os dias, da compra do pão francês até a conclusão de um contrato milionário, eles estão presentes no cotidiano da população brasileira. Por conta da falibilidade do ser humano e da imperfeição do nosso mundo, muitos negócios jurídicos acabam tendo vícios, os chamados defeitos do negócio jurídico - que têm como uma de suas espécies o erro. Por conta disso, os indivíduos recorrem ao Poder Judiciário com o intuito de terem esses impasses solucionados. Porém, após uma análise da fundamentação de algumas sentenças, ficou perceptível que há um número considerável de equívocos dos magistrados no que se refere a esse vício de consentimento, principalmente no que se refere a diferenciação deste com o dolo.

De acordo com o relatório "Justiça em Números 2018", divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, a carga de processos dos juízes de primeira instância do estado do Rio de Janeiro foi 161% superior do que a média nacional, e 74% maior que a média dos juizes de São Paulo, que é a segunda maior do país, segundo dados de 2017. Tendo em vista isso, o objetivo é verificar quais diferenças entre o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e o Tribunal de Justiça de São Paulo poderiam influenciar na qualidade das decisões e se essa maior carga de trabalho tem refletido nessa qualidade. Focaremos nas decisões sobre erro e dolo proferidas no trimestre de maio - julho de 2017 nos dois tribunais citados e observar se as sentenças envolvendo anulação de negócios jurídicos por erro estão de acordo com os requisitos legais e da doutrina referenciada em Direito Civil. Se o índice de equívocos mostrar-se menor no TJ-SP talvez seja possível inferir, dentre outras diferenças que serão examinadas, que o número de processos inferior tenha dado condições para um melhor resultado na área, tendo em vista que a análise do erro é um tópico de difícil exame e que demanda tempo, algo mais escasso com o maior número de processos.

Tal pesquisa é relevante justamente pelo fato de os negócios jurídicos permearem a vida dos indivíduos e existirem magistrados que fundamentam de forma divergente dos critérios doutrinários.

A metodologia será a revisão bibliográfica e a análise de dados, notadamente de sentenças coletadas do site do TJ-RJ e TJ-SP no período de maio - julho de 2017. O papel do aluno será de efetuar a revisão bibliográfica, coletar os dados e analisá-los sob a supervisão da Professora orientadora Cintia Muniz de Souza Konder.

EQUIPE: ELIAS SILVA REBELO, CÍNTIA MUNIZ DE SOUZA KONDER

ARTIGO: 2726

TÍTULO: GERENCIAMENTO TRIBUTÁRIO E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO GERENCIAMENTO TRIBUTÁRIO NA PERSISTÊNCIA DO LUCRO PARA O MERCADO BRASILEIRO DE CAPITAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A presente pesquisa busca analisar o efeito do gerenciamento tributário na persistência do lucro nas organizações. O estudo da persistência do lucro é motivado pela suposição que a persistência ou a previsibilidade (comportamento não errático) provém melhor informação (de maior qualidade ou com menor riscos/incertezas) para o processo decisório em um contexto de avaliação patrimonial (estimação dos fluxos de caixa futuros), tornando o lucro mais útil aos investidores. Tal hipótese foi levantada em estudos pioneiros, como os de Koméndi e Lipe (1987) e de Easton e Zmijewski (1989), e mais recentes por Dechow, Ge e Schrand (2010), através da abordagem de Chronbach e Meehl (1955), de que a capacidade de resposta dos investidores aos lucros é provida pela qualidade dos resultados. A prática do gerenciamento tributário, por meio da agressividade tributária, diz respeito à disposição de diminuir a carga fiscal para fins de maximização de resultados. Em um estudo anteriormente realizado para SIAC 2018, analisou-se o impacto da agressividade tributária na qualidade das informações contábeis (relevância da informação contábil) no Brasil. Dando continuidade a essa linha de pesquisa sobre o impacto do gerenciamento tributário na qualidade das informações contábeis, o presente estudo utiliza as mesmas *proxies* de gerenciamento tributário. Será utilizado novamente a ETR (*Effective Tax Rate*) que é a despesa com imposto de renda e contribuição social (IRCSLL) dividida pelo lucro antes do imposto de renda (LAIR) e a BTD (*Book-Tax Differences*) que é a diferença entre o LAIR e o lucro tributável estimado, no seguinte modelo de análise: $L_t = \beta_0 + \beta_1 L_{t-1} + \beta_2 L_{t-1} * BTD_{t-1} + \beta_3 L_{t-1} * ETR_{t-1} + \varepsilon_{t-1}$. Devido ao estudo encontrar-se em andamento, ainda não foi decidido qual tipo de lucro irá ser utilizado e se as variáveis BTD e ETR serão em t ou em t-1. No estudo realizado anteriormente, os resultados mostraram que a agressividade tributária

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

capturada tanto pela BTD quanto pela ETR reduz a capacidade informacional do lucro, prejudicando assim a relevância (qualidade) das informações contábeis para o mercado brasileiro de capitais. Esses resultados motivaram o estudo atual onde se espera encontrar evidências de que a prática do gerenciamento tributário, analisadas nos coeficientes β_2 e β_3 , pode prejudicar a qualidade da informação contábil, alterando a persistência do lucro. Tais hipóteses encontram consonância com os trabalhos de Hanlon (2005) e Blaylock, Shevlin e Wilson (2012) no sentido de que o gerenciamento tributário mais agressivo prejudica a persistência dos lucros. Acredita-se que altos índices de gerenciamento tributário modificarão os lucros, não os permitindo ter previsibilidade, visto que a prática do gerenciamento tributário corresponde a uma alteração dos lucros com a finalidade única de redução dos encargos com imposto sobre o lucro (HANLON, 2005; BLAYLOCK; SHEVLIN; WILSON, 2012).

EQUIPE: MARCELO ALVARO MACEDO, DÉBORA CHARLES DOS SANTOS, GUILHERME OTÁVIO MONTEIRO GUIMARÃES

ARTIGO: 2751

TÍTULO: ANÁLISE DA INTERSEÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL BRASILEIRA COM O HOMONACIONALISMO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este artigo converge com outras três pesquisas do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD) que também se debruçam sobre as questões de gênero, neste em específico analisaremos o termo homonacionalismo, ou seja, o apoio de segmentos marginalizados nos temas favoráveis ao racismo, a xenofobia, ao banimento de indesejáveis e ao imperialismo no contexto das relações internacionais em troca de uma suposta "cidadania LGBTQI+" (PUAR, 2007). Citaremos, como exemplo, os casos da política doméstica americana, israelense e catalã nas últimas décadas, e como e se tal fenômeno vem se manifestando no Brasil, a partir da eleição presidencial brasileira de 2018 e do início do governo bolsonarista.

Buscamos extrair no período recortado a manifestação da apropriação e do processo de securitização das pautas dos direitos sexuais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queer, interssexual (LGBTQI+), ou seja, é a transferência de questões políticas, sociais e econômicas para o âmbito da segurança, tornando-as emergenciais e excepcionais. Tomaremos como objetos de estudo os discursos, planos de governo e as políticas aplicadas nas questões de gênero e sexualidade. Logo o estudo envolveu a realização de análise documental e a problematização em torno dos conceitos de direitos humanos e cidadania, e nos termos como homonormatividade que é o padrão de homossexual socialmente aceito, onde essas pessoas em grande parte são homens cis, brancos, classe média alta e ocidental dentro do padrão heteronormativo que podem comprar sua cidadania e exercer seus direitos com plenitude, e o termo *pinkwashing* que se refere à lavagem da imagem do Estado, vemos um exemplo disto se olharmos para o Estado de Israel e a política *Gay-Friendly*, onde se promove a imagem de progressista quanto aos direitos LGBTQI+ para travestir sua xenofobia contra os palestinos. Outro aspecto a ser destacado é que pelo fato do homonacionalismo estar inserido dentro de uma perspectiva neoliberal capitalista, faz com que os direitos que esse processo queira enaltecer em detrimento de outros seja aplicado apenas para uma parcela dos indivíduos que compõem a comunidade LGBTQI+, uma vez que focam naqueles cuja produtividade venham a manter o sistema capitalista atual.

E por fim desejamos verificar as hipóteses de que no Brasil existe uma manifestação do homonacionalismo que se difere dos demais, estando extremamente ligado ao neoliberalismo e apropriação conveniente da bandeira LGBTQI+ para fins próprios e de que no país temos o *pinkwashing* à brasileira.

EQUIPE: CARLOS OTÁVIO SERRADOR FERREIRA JÚNIOR, MATHEUS RIBEIRO CORREA DE ANDRADE, EMERSON MAIONE DE SOUZA

ARTIGO: 2758

TÍTULO: POLÍTICA DA ANTÁRTICA ATUAL - CONSIDERAÇÕES SOBRE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E PESQUISA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho parte da inserção no Projeto Museu Nacional Vive, desenvolvendo atividades que buscam aproximar o público do Museu Nacional, em especial após o incêndio ocorrido em 2018. Em janeiro de 2019 o Museu Nacional inaugurou sua primeira exposição após o incêndio, intitulada "Quando Nem Tudo Era Gelo - novas descobertas no continente Antártico", em parceria com o Centro Cultural Casa da Moeda e viabilizada através do Projeto Paleoantar, que faz parte do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). A inserção de extensionistas se deu a partir da articulação do projeto com a equipe responsável pela exposição, onde os estudantes participam de ações de visitas mediadas. Assim, buscando relacionar as ações desenvolvidas no Projeto, em especial na exposição citada, com a inserção na graduação do curso de Relações Internacionais da UFRJ, este trabalho se propõe a apresentar considerações sobre a política Antártica e os fatores que levaram à sua configuração atual, fazendo um breve resgate do contexto de assinatura do Tratado da Antártica, em 1959, e buscando compreender a inserção do Brasil neste processo. A Antártica é um caso peculiar dos padrões históricos do sistema político internacional, por, através do Tratado da Antártica, ser um território livre de soberania Estatal, voltado totalmente para pesquisa e conservação, proibindo veementemente o belicismo, exploração e colonização do território. Na construção deste trabalho, realizamos análises de fontes bibliográficas e documentais, além de entrevistas com pesquisadores que atuam/atuarão na Antártica, a partir do contato através da exposição "Quando Nem Tudo Era Gelo". Ainda consideramos relevante trazer considerações iniciais sobre a legislação vigente no Brasil em relação ao desenvolvimento de pesquisas na Antártica, em articulação com os países que integram o Tratado. Com isso, acreditamos que compreender esta dimensão da diplomacia na Antártica pode contribuir com o patrimônio intelectual do país, despertando na academia e na sociedade o interesse de aprofundar os debates sobre esta questão e valorizar as pesquisas realizadas.

EQUIPE: JULIA DA COSTA DE MEDEIROS, VALÉRIA PEREIRA SILVA

ARTIGO: 2765

TÍTULO: FAKE NEWS NO CONTEXTO DAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Dados das campanhas de vacinação realizadas em 2018, e divulgados pelo Ministério da Saúde, comprovam queda nos índices de vacinação contra sarampo, catapora, poliomielite, entre outras doenças, que estavam praticamente erradicadas no Brasil, mas que vêm aumentando os casos ano a ano. O retorno dessas doenças se tornou um problema grave para a saúde pública. Diante desse quadro, diversos estudos estão sendo produzidos a fim de compreender a motivação desta problemática. Grande parte desses estudos revelam uma relação direta entre a queda das taxas de vacinação e o aumento da proliferação das chamadas *fake news*, propagadas por meio de mídias sociais, como Whatsapp e Facebook. Este estudo tem como objetivo analisar o entendimento dos profissionais da saúde em relação as implicações das *fake news* e seu impacto nas rotinas clínicas e laboratoriais, bem como a repercussão disso para a saúde da população. A metodologia constituiu-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, composta por entrevistas estruturadas com profissionais da saúde, por intermédio de visitas a um Centro Municipal de Saúde de cada Região Administrativa da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, serão analisadas as páginas oficiais do Ministério da Saúde nas mídias sociais, com o intuito de verificar as finalidades e as abordagens das notícias voltadas para as campanhas de vacinação. Neste trabalho são apresentados resultados parciais de uma pesquisa em andamento e já é possível inferir que é necessário promover campanhas de conscientização à população para a necessidade de vacinação, bem como capacitar os profissionais de saúde quanto à questão da desinformação, sobretudo, para que estes possam intervir junto à população identificando os fatos verídicos das inverdades.

EQUIPE: ISABELA DE MELO FRANCO, CHARLENE CARVALHO SOARES, MARIA DE FATIMA SOUSA DE OLIVEIRA BARBOSA

ARTIGO: 2770

TÍTULO: **NO LIMITE ENTRE A VIDA E A MORTE: O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA COMO FUNDAMENTO ÉTICO E JURÍDICO DO DIREITO A MORRER SEM SOFRIMENTO DOS PACIENTES TERMINAIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Os avanços tecnológicos dos tempos modernos, cada vez mais dinâmicos, acabam trazendo consigo uma série de novidades para a filosofia, particularmente no campo da ética, e também para o direito. O foco da pesquisa de que se origina este trabalho se insere no âmbito da bioética, uma vez que se refere à possibilidade de o paciente negar tratamentos médicos invasivos ou o prolongamento da vida em um estado que considere indigno. O debate tem como um de seus objetivos entender de que forma o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais podem ser utilizados para humanizar mais essa discussão e garantir uma melhor qualidade de vida aos envolvidos. No estágio atual da pesquisa, estão sendo estudadas obras de autores como Hans Jonas (2006), Stephen Holland (2008), Raúl Villarreal (2014) e Asunción Alvarez Del Río (2014). A partir do levantamento bibliográfico, busca-se cotejar os conceitos envolvidos nesses casos, tais como morte, vida e os diversos tipos de eutanásia possíveis, com princípios e dispositivos do direito, para ampliar a discussão e garantir uma compreensão maior da prática dos procedimentos médicos, incluindo renúncias de tratamentos, em um contexto no qual os direitos dos pacientes seriam necessariamente observados e efetivados. Tais garantias consideram não apenas uma concepção tradicional de manutenção da vida, mas também uma visão mais contemporânea, que prioriza a autonomia e a subjetividade do indivíduo no que tange a sua dignidade. Apresentam-se também posicionamentos diversos acerca do tema, numa tentativa de demonstrar a complexidade daquilo que pode ser caracterizado essencialmente como um dilema. Além disso, questionam-se suposições comumente aceitas de maneira acrítica para fundamentar decisões legislativas, dentre elas a doutrina da santidade da vida, a qual, se abordada em uma análise cautelosa, revela uma série de problemas teóricos, que dificultam sua sustentação, advindos, por exemplo, de seu embate com o biocentrismo e as questões referentes aos direitos dos animais. O mapeamento do debate geral e a identificação desses problemas podem ser considerados como alguns dos resultados parciais da pesquisa. Paralelamente, o sentido e os limites de outras perspectivas nessa discussão também estão sendo levantados. Considerando a complexidade do tema, os resultados do levantamento e leitura da bibliografia representam ainda o início de um percurso de investigação, que há de se aprofundar e acompanhar a dinâmica do debate na própria sociedade civil e na academia.

EQUIPE: JOÃO MARCOS BRASIL RODRIGUES, ANA PAULA BARBOSA-FOHRMANN

ARTIGO: 2779

TÍTULO: **ANÁLISE DO ORÇAMENTO PÚBLICO A PARTIR DO MUSEU NACIONAL: UM ESTUDO DE CASO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho pretende apresentar o orçamento público a partir do Museu Nacional e sua vinculação com a UFRJ. Tendo em vista os limites de acesso, compreensão e manuseio das informações orçamentárias, por parte do público em geral, o trabalho pretende apresentar um breve histórico de como o Museu Nacional está vinculado à universidade, logo integrado ao orçamento público. A necessidade de realizar esse trabalho surgiu durante os trabalhos com o público nas exposições do Museu Nacional, tanto no Centro Cultural Museu Casa da Moeda do Brasil como no Centro Cultural do Banco do Brasil com as atividades relacionadas ao projeto "Museu Nacional Vive". Sendo assim, identificou-se a demanda do público em compreender a formação institucional do Museu Nacional e de que forma está vinculado aos órgãos públicos responsáveis, como a UFRJ e o Ministério da Educação. A partir de tal foco, o objetivo do trabalho é tornar acessível ao público dando publicidade e visibilidade as informações disponibilizadas pelos órgãos responsáveis em sua prestação de contas a sociedade (*accountability*), de forma que se tenha acesso as informações pertinentes, a fim de democratizar o acesso e uso do orçamento público. Assim parte-se da leitura dos relatórios de previsão e execução orçamentária publicados pela UFRJ para então adaptar estes dados e organizá-los para melhor compreensão do público em geral. Portanto, acredita-se que o incentivo no manuseio das informações orçamentárias uma vez que estas são de fundamental importância, junto com sua transparência e divulgação das receitas e despesas da instituição contribuem para a identificação do Museu Nacional como espaço de ciência, ensino, patrimônio e cultura, no âmbito de uma Universidade Federal.

EQUIPE: MARCELA MORAES GOMES, THIAGO PAES WANG, VALÉRIA PEREIRA SILVA, LEANDRO FERNANDES DE JESUS, FERNANDA PIRES SANTOS

ARTIGO: 2782

TÍTULO: **A PERSPECTIVA DA ESTRATÉGIA DE MARKETING DIGITAL DA INFORMAÇÃO NO FACEBOOK DA REVISTA CONHECIMENTO EM AÇÃO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Apresenta uma reflexão a partir das atividades realizadas na rede social *Facebook*, vinculada à Revista Conhecimento em Ação (RCA), do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Faz uma reflexão sobre a atuação deste novo meio digital de comunicação da informação, que passa a representar mais um espaço informacional de interação e estudo o qual, diante da conjuntura da sociedade em rede (Castells, 2008), contribui, principalmente em nossa pesquisa, para a implementação de ações voltadas para o uso estratégico do marketing digital para a divulgação de periódicos científicos, no caso dessa pesquisa a RCA. Baseada em uma abordagem exploratória e empírica, a pesquisa-ação será a metodologia utilizada, pois a pesquisa tem a intenção de intervir no uso estratégico da rede social *Facebook* para alcançar o público real e potencial da RCA. Na sociedade contemporânea as redes sociais tornaram-se importantes espaços de interação e aproximação da comunidade científica e da sociedade como um todo. Nesse contexto, surgem questões relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa, em que destacam-se a otimização de recursos informacionais no ciberespaço, além de estratégias de marketing digital, com a finalidade de contribuir para a utilização das redes sociais, no caso o *Facebook* da RCA, como instrumento para a propagação dos conteúdos disponibilizados na RCA. Esta pesquisa, portanto, tem como resultados esperados a elaboração de diretrizes destinadas à implementação de ações informacionais relacionadas ao marketing digital de informação que possam aumentar a visibilidade e alcance da RCA; o desenvolvimento de habilidades para gestão da informação em novos espaços digitais de comunicação da informação, a exemplo das mídias sociais, como o *Facebook* da RCA; contribuir de forma eficiente e eficaz na prestação de serviços vinculados à RCA, e, inclusive, na captação de usuários e potenciais usuários, cativando e propondo maior interatividade com os mesmos. Conclui-se ressaltando a importância da atuação do profissional da informação nestes novos espaços de interação social, no exercício da sua missão e responsabilidade social na disseminação de informação de qualidade à comunidade que atende.

EQUIPE: EVEN MARIA HOLANDA NERI JORGE, GUSTAVO FREIRE, MARCUS VINÍCIUS DE ALBUQUERQUE GUIMARÃES

ARTIGO: 2789

TÍTULO: **AS AGÊNCIAS REGULADORAS E SUA RELAÇÃO COM A SEPARAÇÃO DE PODERES E COM O PRINCÍPIO DA**

LEGALIDADE

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

As Agências Reguladoras, implantadas no Brasil no decorrer dos anos 1990, surgem enquanto órgãos e entidades dotadas de saber técnico, capacidade normativa e autonomia em relação ao Poder Executivo. Este modelo regulatório, muito embora importado dos americanos, edifica-se, no Brasil, num contexto social e econômico oposto àquele experimentado pelos Estados Unidos quando lá ele prosperou, e com objetivos diferentes dos que pretendia o modelo pioneiro. Ao passo que, no seu país idealizador, elas nasceram para relativizar e conter o capitalismo puramente liberal, ganhando expressividade durante o New Deal, as agências reguladoras, no Brasil, surgem num período de mudanças no sistema de produção, de valorização de conhecimento técnico-especializado, de intensas privatizações e desestatizações, utilizando a sua autonomia em relação ao Poder Executivo como estratégia para atrair o capital privado. Uma vez que o mercado internacional temia que Estados de democracias jovens, como a brasileira, sofressem novamente com governos nacionalistas autoritários, a descentralização das agências representou proteção, contra a volatilidade política, da exploração dos serviços por elas regulados. Enquanto que, durante a implementação do modelo regulatório no ordenamento pátrio, a discussão se concentrava na preservação de sua autonomia, atualmente os desafios são compatibilizar a atividade regulatória com o controle jurídico e político a que as agências estão submetidas. O objetivo da atual pesquisa é analisar se ampla gama de poderes conferidos às agências reguladoras representa uma lesão à separação de poderes, buscando levantar quais são os mecanismos de controle do Legislativo e do Judiciário sobre as referidas autarquias de regime especial, e como essa supervisão se verifica na prática; e ao princípio da legalidade, levando em consideração a tese da deslegalização e suas implicações, além de averiguar se tal tese é ou não compatível com nosso sistema jurídico. Para isso, faz-se uso de bibliografia relevante e atual sobre o tema, bem como de eventuais decisões de tribunais que se mostrem pertinentes à discussão, para que a análise de casos concretos possa verificar a hipótese levantada.

EQUIPE: NATÁLIA OLIVEIRA PERLES DOS SANTOS, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: **2795**

TÍTULO: **FEMINICÍDIO: VIOLÊNCIA LETAL CONTRA A MULHER NO PATRIARCADO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Inserido nos eixos temáticos que abordam as práticas institucionais, o acesso à Justiça e as mulheres em situação de violência, o presente projeto foca em leituras multidisciplinares sobre a interpretação jurídica e social do fenômeno das mortes violentas de mulheres, bem como a análise moral das condutas sociais de mulheres vítimas de feminicídio. No presente projeto, portanto, o foco reside na violência fatal, consumada ou tentada. A Lei 13104, de 9 de março de 2015, inseriu uma qualificadora própria para os casos de feminicídio. O texto legal definiu o feminicídio nos seguintes termos: “*contra a mulher por razões da condição de sexo feminino*”. E, “*considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher*”. É importante analisar como essa tipificação é lida pelos próprios tribunais. Dessa forma, esse projeto tem como objetivo geral obter elementos teóricos e empíricos, a fim de justificar possíveis alterações legislativas e reorganizações nos julgamentos em casos de feminicídio. E como específicos a) Analisar os conceitos de violência contra a mulher, no âmbito doutrinário, jurisprudencial e na percepção dos grupos que trabalham e que julgam, nos juízos competentes para o processamento das violências fatais; b) Averiguar os casos em que havia prévia concessão de medida protetiva; c) Analisar os julgamentos morais das condutas das vítimas de feminicídio que permeiam os debates entre acusação e defesa, bem como as decisões judiciais nos casos selecionados; d) Verificar os casos em que houve (ou não) o reconhecimento da qualificadora ou o motivo de seu afastamento. Como metodologia de pesquisa possui perfil empírico-indutivo e caráter regional: revisão bibliográfica, pesquisa com delimitação espacial da capital do Rio de Janeiro junto aos cartórios dos quatro tribunais do júri e acompanhamento de audiências. Além de uma delimitação espacial e temporal, considerando as atividades dos Tribunais do Júri na Comarca da Capital do Rio de Janeiro e os casos ocorridos após a vigência da Lei 13104/2015, nos anos de 2015 e 2016. Como resultados preliminares foram encontrados 19 processos de feminicídio a partir de consultas às pautas de audiência e de buscas nos cartórios. Dentre os quais 2 réus vieram a óbito durante os processos e não tiveram seus julgamentos concretizados; 4 processos tiveram instauração de incidente de sanidade mental, mas apenas 1 processo já teve imposição de Medida de Segurança de Internação. Todos os casos ocorreram em relações domésticas.

EQUIPE: IANA GONÇALVES SOARES, BRUNA FORTUNATO BARCELOS, CRISTIANE BRANDÃO

ARTIGO: **2796**

TÍTULO: **COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO USO CRÍTICO DE FONTES DE INFORMAÇÃO PARA A PESQUISA E NAS DINÂMICAS INFORMACIONAIS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UM RELATO DE PRÁTICA EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Apresenta as experiências práticas das atividades elaboradas e aplicadas por discentes voluntários (as), inscritos no projeto de extensão universitária “*Competência em Informação no Ensino Médio Integrado em Informática em colégio federal da rede pública da cidade do Rio de Janeiro*”, ocorrido no ano de 2018. Adota a metodologia descritiva e relata o ambiente onde as ações extensionistas foram executadas, traçando um paralelo com as possíveis atuações do (a) bibliotecário (a) neste espaço. Descreve o exercício da prática pedagógica desenvolvida pelos discentes do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), indicando os dispositivos metodológicos utilizados no planejamento, execução e avaliação. Vincula as atividades e seus respectivos assuntos, ao conceito de competência em informação, a partir da definição da Associação Americana de Bibliotecas (ALA), em que uma das missões é desenvolver a análise crítica e ética do acesso à informação nas comunidades de aprendizagem, inclusive no que tange a ciência da organização da informação e do conhecimento. Traz como principal resultado, para a comunidade de estudantes do ensino médio de um colégio da rede pública, a prática da competência em informação como auxílio nos mais diversos âmbitos e campos de atuação, despertando a identificação crítica das demandas informacionais e das fontes de informação, e como resultado para os extensionistas, relata a importância em promover a prática pedagógica das atribuições da Competência em Informação, com a adaptação de treinamento dos conteúdos apresentados por futuros (as) bibliotecários (as) para jovens e adolescentes. Conclui que a Competência em Informação, diante de temas trabalhados, como a ciência e organização do conhecimento, o ambiente e missão das bibliotecas, as fontes de informação e mediação algorítmica da informação, colocou-se como prática instrutiva e educativa, a fim de desenvolver o pensamento crítico para tomada de decisão e o conhecimento de fontes de informação para a pesquisa científica, além de descrever a necessidade da prática instrutiva da Competência em Informação em se tornar conteúdo didático nas escolas brasileiras.

EQUIPE: MARCUS VINÍCIUS DE ALBUQUERQUE GUIMARÃES, ANELI BELONI, MATHEUS GUEDES FERREIRA, TASSIA NOBRE, YURI LOPES COSTA, MARIANNA ZATTAR, NYSIA SÁ, ROBSON SANTOS COSTA

ARTIGO: **2840**

TÍTULO: **CAMPOS DE DETENÇÃO LGBTI NA CHECHÊNIA EM 2017: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS NA LUTA DE DIREITOS LGBTI E O CONTROLE DE CORPOS PELO ESTADO.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **e-Pôster**

RESUMO:

No ano de 2017, o jornal independente russo "Novaya Gazeta" denunciou uma série de violações de direitos humanos em campos de

detenções de homens gays na Chechênia, uma das repúblicas que compõem a Federação Russa, localizada na região do Cáucaso. Essas instalações clandestinas não só prendiam, como torturavam e até matavam a população LGBTI chechena com o aval estatal. Denúncias como essas colocam um holofote sob a luta de direitos LGBTI, seus principais articuladores dentro do Sistema Internacional e, por fim, as formas de controle dos corpos pelo Estado, sob as perspectivas de vida e morte.

O objetivo deste trabalho é fazer um estudo de caso onde será analisada a resposta de alguns atores internacionais e a aplicação de teorias sobre o controle de corpos pelo Estado.

Para tanto, parte-se de estudos de conceitos como "biopolítica" de Foucault (2005), "necropolítica" de Mbembe (2012) e a perspectiva de Butler (2015) sobre "condição precária" e "matriz heterossexual" para analisar o controle de corpos, assim como relatórios e notas oficiais de instituições como o alto comissariado das Nações Unidas, o Parlamento Europeu e organizações não governamentais como "Human Rights Watch" e "International Amnesty".

É esperado verificar as relações entre a dominação e regulamentação de corpos pelo Estado e a atuação de organizações internacionais na luta por direitos LGBTI. Nesse sentido, busca-se verificar as aplicações empíricas das teorias e como foi a resposta do sistema internacional à essa violação de direitos.

EQUIPE: MARCO ANDRÉ TEIXEIRA CARIDADE JUNIOR, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: 2879

TÍTULO: 2019 E A CONTINUIDADE DAS REMOÇÕES: UM ESTUDO DE CASO DE AMEAÇA DE REMOÇÃO DE UMA OCUPAÇÃO POPULAR NA GAMBOA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A partir de 2009, a cidade do Rio de Janeiro começou a ser preparada para os grandes eventos que aconteceriam em anos seguintes (Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo, Jogos Olímpicos e entre outros) que modificaram o cenário carioca. Diante disso, a cidade passou por um processo de higienização da sua paisagem sobre os espaços populares marcado por uma série de remoções que afetaram, de forma negativa, famílias que habitavam nesses espaços em diversos âmbitos da sua vida.

Diante disso, uma grande ideia de resignificação da Zona Portuária deu origem a reformas do Porto Maravilha, que foi um projeto que visava a revitalização da infraestrutura urbana, dos transportes, do meio ambiente e dos patrimônios históricos e cultural da mesma. Para que fosse efetivo, famílias que viviam na região foram afetados com a questão da remoção de habitação.

A Gamboa é um bairro da Zona Central do município do Rio de Janeiro, localiza-se na Zona Portuária. Trata-se de uma região repleta de casarões e sobrados históricos com até 250 anos de idade, inúmeros galpões comerciais de depósitos de materiais, com destaque para algumas grandes empresas. Esse bairro foi alvo de grande foco do projeto Porto Maravilha que, impulsionado pela iniciativa privada, ganhou o museu do Amanhã, uma Vila Olímpica, o Aquário Municipal e a reestruturação dos Armazéns e entre outras obras.

A pesquisa partirá da análise da ameaça de remoção de uma ocupação em um casarão no bairro Gamboa, e entender os agentes governamentais e privados envolvidos e as suas demandas em relação ao espaço proposto de remoção, ir em busca de entender as relações de poder sobre o território ocupado pelos moradores do bairro e quais são as medidas e recursos que as famílias estão recorrendo para combater essas tensões sociais.

EQUIPE: ADRIANO DE CARVALHO MENDES, ADAUTO LUCIO CARDOSO, SAMUEL THOMAS JAENISCH, LUCIANA ALENCAR XIMENES

ARTIGO: 2922

TÍTULO: FUNÇÃO SOCIAL DA CIÊNCIA: UMA LUTA EM VÁRIOS CAMPOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente estudo tem o intuito de analisar o financiamento de pesquisa no Brasil, destacando as áreas, os temas e as questões que orientaram a destinação de verbas para a pesquisa, a partir da redemocratização do país. Com isso, pretendemos compreender o estabelecimento de uma cultura político-governamental desenvolvimentista que tem sido objeto de críticas formuladas pela academia e que geram, também, conflitos éticos e morais baseados em uma política que contrasta uma ciência "útil" a uma outra, supostamente "inútil". O auge desse contraste está claramente colocado pelo atual governo do país de diversas maneiras, dentre as quais destacamos a escolha de um astronauta para a pasta de Ciência e Tecnologia (como se esta identidade fosse garantia de uma boa gestão) e pelos ataques reiterados às humanidades, em particular, e às universidades públicas, de maneira geral, desqualificadas, pelo governo, como sede de "balbúrdias" (onde identidades não hegemônicas e ativismos de várias ordens pululam).

Pretendemos apresentar esse quadro amparado no estudo de um caso emblemático: a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, a partir de 1983, sobre terras quilombolas e os conflitos que envolvem tanto os habitantes do lugar, expropriados, quanto antropólogos envolvidos na produção de laudos para o reconhecimento das terras e dos direitos quilombolas. A luta, que envolve o centro de lançamento de foguetes e pesquisa aeroespacial e o direito à terra de comunidades tradicionais, exprime a imensa desigualdade de forças e representações que conflituam. De um lado, um tipo de ciência que promove o desenvolvimento tecnológico. De outro, culturas tradicionais e atores da academia que visam fazer valer direitos sociais e outras epistemologias.

O "desenvolvimento nacional" deve ter a perspectiva das externalidades que geram para a sociedade. Com isso, avaliar a função social do avanço científico e os conflitos gerados quando direitos fundamentais dos povos não são observados, são os objetivos primeiros dessa pesquisa. As consequências desta cultura geram resultados prejudiciais no campo científico (como produtivismo acadêmico, que sobrecarrega pesquisadores e segrega as áreas do conhecimento) e nos parece ser uma discussão atual, que permeia todo o campo científico e permite reavaliar os financiamentos de pesquisa sob uma nova ótica, não mais baseada no campo dos *resultados* - e unilateralmente *econômicos*.

EQUIPE: GABRIEL DA CONCEIÇÃO GORRESEN CARDOSO, SORAYA SILVEIRA SIMÕES

ARTIGO: 2946

TÍTULO: USUÁRIOS OU TRAFICANTES? A ARGUMENTAÇÃO DOS JUÍZES NA APLICAÇÃO DAS LEIS DE DROGAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A lei 11.343/06 pretendeu implementar uma nova política de drogas para o Brasil propondo diferentes modelos de resposta estatal para os crimes de uso e de tráfico de drogas (Campos 2015, p.26). Quanto ao crime de uso, implementou-se um modelo focado na redução de danos e na conscientização dos vícios, dando fim à pena de prisão, e estabelecendo penas alternativas (art. 28, incisos I a III, Lei 11.343/06). Quanto ao crime de tráfico, deu-se continuidade ao modelo punitivo, recrudescendo a punição (art. 33, Lei 11.343/06). Além disso, a lei estabeleceu critérios para diferenciar estes dois crimes (art. 28, §2º, Lei 11.343/06).

A diferença entre as formas de controle propostas para os dois crimes evidencia a importância da sua distinção e dos critérios que a fundamentam. Além disso, critica-se que os critérios legais não foram estabelecidos de forma objetiva, possibilitando que sua aplicação seja orientada mais pela percepção dos agentes do sistema de justiça criminal sobre determinadas pessoas, do que na avaliação da ação por praticadas por elas (Boiteux et al., 2009, p.37).

Assim, a pergunta que este trabalho visa responder é *como os juízes diferenciam os crimes de uso e de tráfico?* Este trabalho faz parte do projeto "Entre relatos e fatos: a construção da verdade jurídica nas sentenças sobre tráfico de drogas no TJ-RJ". No momento, pretende-se apresentar os resultados da pesquisa empírica das sentenças judiciais.

A análise das sentenças foi realizada a partir da Teoria Fundamentada nos Dados (*grounded theory*), adotando-se, portanto, uma perspectiva qualitativa-indutiva. Foram pesquisadas 294 sentenças do ano de 2015 da região metropolitana do Rio de Janeiro, ano mais recente cujas sentenças tivemos acesso. Ao final, foi possível mapear os argumentos utilizados pelos juízes tanto para condenar por tráfico, quanto para absolver os acusados.

EQUIPE: FELIPE FRANCISCO PEIXOTO AZEREDO, JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER

ARTIGO: **2953**

TÍTULO: **PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA X CONDENAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA - ANÁLISE SOBRE O ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O princípio da presunção de inocência, previsto na Carta Magna brasileira, tem sido muito abordado nas atuais discussões jurídicas, isto porque o Superior Tribunal Federal proferiu, em 2016, um entendimento de que o cumprimento da pena poderá, caso preenchido os requisitos, inicializar a partir de condenação em segunda instância, decisão esta encontrada no HC 126292. O objetivo deste trabalho é compreender se há a hipótese deste parecer ser considerado constitucional frente ao princípio da presunção da inocência, o qual garante em seu texto legal a inculpabilidade do indiciado até que a sentença transite em julgado, e se este cumprimento prévio da pena poderá ser aplicado como regra geral em todos os casos. Além disso, serão analisados, inclusive, outros princípios constitucionais que desenvolvem matérias relacionadas ao conteúdo e também às demais fontes encontradas no direito. Devido à natureza do assunto em questão, os instrumentos disponíveis para o estudo são, em sua maioria, doutrinas jurídicas, legislação brasileira, textos digitais e jurisprudência, sendo, portanto, utilizado o método teórico a fim de explorar todos os meios ora citados e, principalmente, a Constituição Federal de 1988. O Supremo Tribunal Federal, em obra própria sobre o Controle de Constitucionalidade, destacou em sua tese a Supremacia que contém a Constituição Federal perante todo o ordenamento jurídico, evidenciando, por conseguinte, a Teoria da Nulidade adotada pela maior parte dos doutrinadores que, em síntese, equipara a inconstitucionalidade com a nulidade, tornando como consequência a norma inconstitucional desconsiderada como lei, uma vez que se fosse admitida iria então ocasionar a suspensão da Constituição provisoriamente ou até parcialmente. No entanto, alegaram em contraposição que esta teoria não deve ser integralmente aplicada em virtude dos efeitos jurídicos que causaria, caso fosse levada ao "pé da letra", devendo assim ser razoavelmente manuseada. Contudo, conclui-se que o cumprimento da pena, após a condenação em segunda instância, viola não só o princípio da presunção de inocência, mas também o sumário princípio da liberdade e o da não culpabilidade, além de outros princípios penais importantes, logo, este artifício não deve ser considerado uma regra generalizada com aplicação cotidiana, e sim uma exceção a ser utilizada apenas em casos de extrema necessidade em razão de sua natureza inconstitucional.

EQUIPE: VITORIA ROSSI SABO, MARIANA GABRIELA BELINATO, MARCELO NEGRI SOARES

ARTIGO: **2968**

TÍTULO: **REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA: A APLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO NO MUNDO ATUAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Representação Temática: a aplicação da classificação no mundo atual

PALAVRAS-CHAVE: Organização do Conhecimento; Séries televisivas; Mapa Mental.

RESUMO

O objetivo deste estudo é destacar a importância da Representação Temática, disciplina fundamental da Biblioteconomia, que ensina teoria e prática da classificação para a construção de vocabulários controlados em mapas mentais. A finalidade dessa disciplina é a organização do conhecimento e da informação para a recuperação da informação. Um vocabulário controlado de determinada biblioteca deverá ser atualizado, pois alguns termos não atenderiam mais aos usuários que precisam de uma terminologia moderna para que a recuperação da informação tenha precisão e relevância. Sendo assim, para identificar que algo precisa ser atualizado ou diversificado é necessário ter visão e um exemplo de alguém visionário foi Paul Otlet que nos mostrou que, além de livros, audiovisuais, revistas, qualquer tipo de documento pode ser classificado. Otlet criou a Classificação Decimal Universal (CDU), um grande exemplo de linguagem documentária facetada, ideia criada por Shiyali Ranganathan, autor da teoria dinâmica para a classificação de assuntos que usa facetas numa estrutura de relações hierárquicas (cadeias) e coordenadas (renques). A teoria de Ranganathan fundamenta teoricamente este estudo e a metodologia utilizada é a revisão bibliográfica tendo como instrumento para representar um campo temático o mapa mental. Escolhemos como modelo representativo a série *Orange is the new black*. Essa série da Netflix foi inspirada em um livro. Contudo, não se trata de um mero livro de ficção e sim uma autobiografia de Piper Kerman, na qual ela narra a sua experiência em uma prisão feminina, trazendo à tona uma reflexão sobre a natureza humana e um olhar singular sobre a mulher na prisão. As linguagens de documentação podem ser utilizadas em qualquer item e qualquer expressão artística. O avanço da tecnologia impulsionou novos tipos de linguagens documentárias e relações entre conceitos como os tesouros, taxonomias e ontologias. Ainda assim, as relações de gênero/espécie e coordenadas são o alicerce e podem representar qualquer conhecimento, inclusive séries baseadas em livros não ficcionais, tal como propomos neste trabalho.

AUTORA: Karina Ortiz

ORIENTADORA: Ana Senna

EQUIPE: KARINA ORTIZ RODRIGUES, ANA SENNA

ARTIGO: 2998

TÍTULO: JOGOS VIOLENTOS E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE: A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar a proteção jurídica fornecida às crianças e adolescentes que utilizam jogos violentos eletrônicos e virtuais. Como objetivos específicos têm-se o exame dos riscos que os menores sofrem ao ficar expostos aos jogos violentos, à constatação dos direitos e garantias atribuídos às crianças e adolescentes, a inspeção das medidas jurídicas que visam à proteção destas crianças e os órgãos competentes para fiscalizar e desenvolver a proteção dos direitos fundamentais dos menores e concluir com os resultados esperados, sobre a existência ou não da proteção das crianças e adolescentes com vistas aos jogos violentos aos quais são expostos. O método a ser utilizado na pesquisa será o teórico, que consiste na pesquisa bibliográfica e documental de obras doutrinárias, de legislação nacional e internacional pertinente, de jurisprudência e documentos eletrônicos. Preliminarmente, há de se considerar que, atualmente, o estudo que envolve crianças e adolescentes deve ser pautado pela tutela do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988 deu origem ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), criado para desenvolver políticas públicas e detalhar a aplicação normativa do sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente. Outrossim, Huizinga, em seus estudos, caracterizou os jogos como uma atividade voluntária do jogador, simbolizando a sua liberdade, com o objetivo de conduzir o "player" a um mundo virtual, tirando o mesmo da rotina cotidiana e o levando a construir uma vida substituída mais dinâmica. Neste sentido, acerca dos riscos a que são expostas as crianças e adolescentes, estes jogos, ao conduzirem o menor a criar um mundo de ficção paralelo, podem acabar por encobrir uma doença psicológica da criança, fazendo com que a descoberta e o tratamento da eventual patologia demore e as consequências se agravem. Além disso, podem afastar as crianças umas das outras, de modo que iniciem uma substituição das brincadeiras de rua e dos esportes para ficarem conectados a uma rede de internet que possibilite a interação virtual. No mesmo diapasão, alguns doutrinadores afirmam que os jogos violentos podem fazer com que a criança tente reproduzir o comportamento e as atitudes dos seus personagens fictícios, trazendo a tona ao mundo real o anseio por armas e atitudes violentas, tornando as pessoas mais agressivas no convívio social. Desta forma, os jogos violentos, com conteúdo inapropriado, acabam por violar os direitos da criança e do adolescente na internet, como o princípio basilar de todo o ordenamento jurídico brasileiro, a dignidade da pessoa humana. Para prevenir a exposição das crianças a jogos violentos que possam influenciar em seus aspectos psicológicos, o ordenamento jurídico traz, em seu todo, várias leis e decretos que visam à proteção dos menores, que serão expostos no decorrer do trabalho.

EQUIPE: MARIANA GABRIELA BELINATO, VITÓRIA ROSSI SABO, MARCELO NEGRI SOARES

ARTIGO: 3019

TÍTULO: BIBLIOTERAPIA: O USO DAS HQS EM PROCESSOS TERAPÊUTICOS NO ESPAÇO CAPSI CARIM

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este trabalho apresenta um estudo sobre o uso das Histórias em Quadrinhos (HQ) para tratamento biblioterapêutico de adolescentes e jovens portadores de transtornos mentais como autismo, esquizofrenia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) em pacientes do Centro de Atenção Psicossocial Infância-Juvenil (CAPSI) e Centro de Atenção e Reabilitação da Infância e da Mocidade (CARIM). O trabalho (em andamento) é realizado no âmbito do projeto de extensão "Educação, Aprendizagem e Diversidade no espaço CAPSI-CARIM" desenvolvido no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) em parceria com o Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB). A literatura internacional mostra que HQs se configuram como recurso biblioterapêutico para tratamento dos problemas psicológicos dessa comunidade de pessoas. No Brasil, a literatura apresenta uma lacuna no que concerne ao uso das HQs para tratamento terapêutico. Entretanto, no campo da Educação, professores e educadores têm utilizado esse tipo de ferramenta como auxílio nos processos cognitivos que envolvem ensino e aprendizagem. As HQs abordam questões afetivas, de saúde, de raça, de gênero etc, temas recorrentes de pesquisas nas áreas da psicologia e psicopedagogia. Esse estudo tem por objetivo apresentar os benefícios da utilização de HQ como ferramenta biblioterapêutica no tratamento de transtornos mentais em adolescentes e jovens, entre 12 e 18 anos, em situação de vulnerabilidade social e expostos à violência. Visa, também demonstrar que o uso desse recurso contribui para o desenvolvimento de práticas de comunicação não violenta, incentivando mudanças comportamentais. O público-alvo é constituído por pacientes do CAPSI-CARIM, notadamente os pacientes mais resistentes às práticas biblioterapêuticas, com comportamentos mais conturbados. Esses pacientes não são atraídos por livros de histórias convencionais, como a maioria dos que estão nas fases da pré-adolescência e adolescência. A metodologia está composta por revisão bibliográfica, observações *in loco* e intervenções com os pacientes em sessões biblioterapêuticas, juntamente com a equipe de psicólogos e profissionais de outras áreas. Ressalta-se que cada paciente é único em sua demanda e para cada um deles, há um conjunto de práticas biblioterapêuticas nos pacientes. O trabalho encontra-se em andamento.

Referências

Betzalel, N., & Shechtman, Z. The impact of bibliotherapy superheroes on youth who experience parental absence. *School Psychology International*, 38(5), p. 473-490, 2017.

CALDIN, C. F.; BUENO, S. B. A aplicação da biblioterapia em crianças enfermas. *Revista ACB: Biblioteconomia, Florianópolis*. v. 7, n. 1, p.157-169, 2002.

SILVA, A. M. C. Biblioterapia aplicada em contexto de saúde mental: um estudo de caso. 2014. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, 2014.

EQUIPE: CHARLENE CARVALHO SOARES, BIANCA DE LÁIA VICENTINI, ISABELLA OLIVEIRA DE FRANCA, MARIA DE FÁTIMA SOUSA DE OLIVEIRA BARBOSA, DELANA OLIVEIRA, CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE

ARTIGO: 3020

TÍTULO: RELAÇÕES DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CRÍTICA NÃO-HEGEMÔNICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as relações das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) com os aspectos políticos, econômicos e sociais contemporâneos. Com essa finalidade, a análise será baseada na epistemologia do Sul ao apresentar a importância da justiça epistemológica global para a construção da justiça social global (SANTOS, 2007) e levando em consideração que o conhecimento conduz e organiza as práticas sociais (MIKLOS; ARAUJO, 2018). Para isso, o trabalho definirá conceitos que embasem e contextualizem a discussão acerca das TDIC, descrevendo estas à luz da literatura levantada; realizará um levantamento de estudos sobre a distribuição das TDIC no mundo, investigando a relação entre essa distribuição e interesses de atores políticos e econômicos específicos; e, por fim, buscará compreender como as TDIC afetam a democracia. Caracterizado por uma natureza mista, o trabalho fará uso de indicadores quantitativos para fundamentar a distribuição das TDIC nos territórios e se utilizará de métodos qualitativos porque busca compreender como essa distribuição se dá e quais as causas e consequências dela para a sociedade. Além disso, será um trabalho exploratório, já que as relações das TDIC nos âmbitos políticos, econômicos e sociais não são fortemente contempladas pela literatura, e pretende ser explicativo, à medida

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

em que visa compreender e explicar o funcionamento destas tecnologias no mundo contemporâneo. A pesquisa também será bibliográfica, dado que precisará buscar em materiais científicos conceitos e bases teóricas sobre TDIC, território e democracia. Essa busca será realizada em bases disponíveis no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Será, por fim, documental porque além de materiais de publicações jornalísticas que contextualizem as TDIC, será necessário coletar, em materiais científicos que ainda não receberam, necessariamente, tratamento analítico, indicadores quantitativos para fundamentar a distribuição destas nos territórios (GIL, 2008).

EQUIPE: GABRIELA MOREIRA, RICARDO HENRY DIAS ROHM, VITTORIO WOLLNER INFANTE PAPA

ARTIGO: 3022

TÍTULO: A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA O MOVIMENTO LGBT CARIOCA: UM RELATO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO NO PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO ARCO-ÍRIS DE MEMÓRIA E FORMAÇÃO DE CIDADANIA LGBTI DO GRUPO ARCO-ÍRIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este trabalho traz o relato das experiências absorvidas em um serviço voluntário, ao longo do ano de 2019, no projeto de implementação do "Centro Arco-Iris de Memória e Formação de Cidadania LGBTI" do Grupo Arco-Iris. O Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBT, sendo uma ONG (Organização Não Governamental), fundado em 1993, atua no desenvolvimento de projetos na área da cidadania, promoção dos direitos humanos, combate à violência, prevenção a IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis), HIV/Aids (vírus da imunodeficiência humana e síndrome da imunodeficiência adquirida, respectivamente) e outras hepatites virais, e demais questões que visam a melhoria da qualidade de vida da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais, homens trans e pessoas intersexo). Apresenta a história do Grupo Arco-Iris, que completou recentemente seus 25 anos de existência, na luta pelos direitos humanos e da integridade social à população LGBT. Ressalta a importância desta organização no movimento LGBT carioca e na política de tratamento e assistência no âmbito educativo, jurídico, psicológico e da saúde sexual preventiva à população LGBT. O Centro Arco-Iris de Memória e Formação de Cidadania LGBTI conta com um acervo híbrido composto por livros, artigos e revistas periódicas, bandeiras, equipamentos de som, folders, banners, fitas VHS, retratos, documentos administrativos e vinis. Narra as atividades em andamento, realizadas pela equipe do projeto, durante o ano de 2019, como higienização, diagnóstico, planejamento de tratamento técnico e acondicionamento de acervo, bem como planejamento das questões pertinentes à disponibilização e acesso. Adota a metodologia descritiva, e relata o processo de evolução pessoal de um estudante de Biblioteconomia no serviço voluntário em conjunto com a equipe, majoritariamente formada por estudantes de Museologia, e coordenada por profissional museólogo. A interdisciplinaridade da equipe possibilitou o diálogo entre as duas áreas, objetivando proporcionar o tratamento mais adequado aos diferentes tipos de acervo com vistas aos objetivos da organização e com foco no público alvo. Apresenta, além das etapas do projeto de implementação do Centro Arco-Iris de Memória e Formação de Cidadania LGBTI, as dificuldades encontradas no processo. Descreve, por fim, os resultados alcançados no serviço voluntário, além de ressaltar os ganhos obtidos pela presença de estudantes e profissionais de cursos distintos, na troca de experiências sobre as diferentes formas de tratamento da informação nas duas áreas supracitadas. Conclui que o projeto de implementação do Centro de Memória assegurará, para esta comunidade que sofre historicamente pela discriminação e tentativa de invisibilidade social, o apreço à memória e história, trazendo à tona narrativas de identidade, afetividade, pertencimento e empoderamento, além da disponibilização desse acervo, que poderá subsidiar pesquisas na área.

EQUIPE: MARCUS VINÍCIUS DE ALBUQUERQUE GUIMARÃES, ANDRÉA DA SILVA BARBOZA

ARTIGO: 3024

TÍTULO: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO SOB A ÓTICA DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: A QUESTÃO AGRÁRIA (2003 - 2010)

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

No período de 2003 a 2010, devido ao cenário econômico mundial favorável e à ascensão do consumo da China, é possível verificar um aumento da demanda por bens primários, acompanhado pela elevação dos preços destes bens, o que leva o Brasil à uma reprimarização de sua pauta exportadora. Dentre outras consequências, isso levou ao aumento do latifúndio no país, tendo em vista a expansão das empresas do agronegócio nesse período.

Em contrapartida a este cenário, nesse mesmo período fora apresentado, pelo até então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) para que a estrutura agrária do país fosse modificada, de modo que a "Meta 1" deste plano era o assentamento de 400.000 famílias sem terra. O resultado dessa reforma agrária, de acordo com as informações registradas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi que o Brasil estava realizando a maior reforma agrária do mundo através do cumprimento de todas as metas do II PNRA.

No entanto, segundo o professor Ariovaldo Umbelino (2006), ao divulgar a quantidade de assentamentos realizados no período por meio da reforma agrária (*entende-se como reforma agrária os assentamentos decorrentes de ações desapropriadas de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas*), o MDA/INCRA considerou também o reconhecimento de assentamentos antigos, posses e reassentamento de famílias atingidas por barragens, além do que realmente seria reforma agrária. Deste modo, o autor afirma que os dados foram inflacionados, não havendo o II PNRA um impacto tão grande quanto o divulgado.

Exposto isso, o estudo será direcionado sob a perspectiva do desenvolvimento agrário brasileiro, tendo como objetivo analisar o resultado da reprimarização das exportações, no que se refere à dependência econômica do Brasil como país subdesenvolvido e seu reflexo na superexploração da força de trabalho, além de analisar a eficácia das políticas adotadas para redução do latifúndio e distribuição de terra durante o governo Lula.

Neste trabalho utilizaremos como referência teórica a Teoria Marxista da Dependência (TMD), a qual é uma das teorias utilizadas para analisar o desenvolvimento dos países capitalistas subdesenvolvidos, o qual o Brasil está inserido. Já a análise do desenvolvimento econômico agrário brasileiro, e os reflexos para a população agrária, será realizada a partir de fontes de dados disponibilizadas pelo INCRA, IBGE, CPT, CÉPEA, IPEA, Ministério da Agricultura e demais fontes que apresentem o desenvolvimento agrário brasileiro e os resultados da reforma agrária. No que se refere aos resultados do II PNRA apontados pelos órgãos governamentais, esses serão vistos com base na literatura de Ariovaldo Oliveira, Ramos Filho e Bernardo Mançano, os quais diferenciam reforma agrária, reordenação fundiária, regularização fundiária e reassentamentos fundiários.

EQUIPE: RAÍSSA MELLO, ALEXIS NICOLAS SALUDJIAN

ARTIGO: 3027

TÍTULO: AS AÇÕES CÍVICO-SOCIAIS DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL: UM MAPA DAS ATIVIDADES REALIZADAS ENTRE 2011 A 2016

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A participação das Forças Armadas em ações pontuais ligadas à segurança pública colocou em evidência, recentemente, a discussão sobre quais atividades de fato estariam sob sua incumbência. As entidades que outrora eram associadas, por muitos, apenas à defesa nacional frente a inimigos externos, passou então a protagonizar operações com o objetivo de solucionar problemas de ordem interna. O emprego destas em atividades que não relacionadas, diretamente, à defesa, em um contexto restrito do termo, já havia sido questionado outras vezes, tendo em vista sua dedicação à realização de atividades complementares, ou ações subsidiárias, que visam contribuir com o desenvolvimento nacional e a Defesa Civil. As Ações Cívico-Sociais, são um exemplo destas e têm levado, por meio dos militares, serviços de saúde, infraestrutura e educação às áreas com maiores índices de pobreza e exclusão social, bem como à muitos municípios isolados. Devido a relevância de tal contribuição, as ACISO's ganharam representatividade, revelando-se mais do que complementares, e sim indispensáveis para algumas populações, bem como como atividades correlatas à responsabilidade cívico-social.

Dessa forma, o presente excerto de trabalho de conclusão de curso, do tipo quanti-qualitativo descritivo, procura analisar como estão dispostas as ACISO's no território nacional, que ações/atividades foram desenvolvidas entre os anos de 2011 e 2016 e se é possível determinar nessas ações qual o escopo de atuação, os atores envolvidos e a logística empregada. Para isso, está sendo realizado um levantamento de dados e informações por meio de consulta a documentos eletrônicos dos sites oficiais do Ministério da Defesa e de uma das Forças Singulares, além do emprego do mecanismo de buscas eletrônicas pelo navegador de internet, Google Chrome, de forma a possibilitar a triangulação de dados e a confecção de mapas através do MaHub e da linguagem R. Já está sendo possível, como conclusão, inferir a relevância dos dados/informações e mapas construídos, para o decisor de políticas públicas considerando a disponibilidade interativa e a concentração de dados/informações complexas acerca das logísticas de saúde e sociais, quer sejam dos âmbitos civil ou militar.

EQUIPE: ELSHA APARECIDA LOLOBRÍGIDA VIANNA PIO, SANDRA MARIA BECKER TAVARES

ARTIGO: 3033

TÍTULO: PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: "COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E PRÁTICA INFORMACIONAL: UM ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA"

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Apresenta o relato de experiência sobre o processo de elaboração, execução e avaliação no Projeto de Iniciação Científica "Competência em Informação e prática informacional: um estudo do desenvolvimento sustentável e do exercício da cidadania", realizado no Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nos anos de 2018 e 2019, que relaciona-se com as disciplinas de Serviço de Referência, Recursos Informacionais I e II e Competência em Informação. Trata-se de um projeto de iniciação científica universitária de caráter educativo, social, cultural e tecnológico, que teve como objetivo desenvolver pesquisas sobre estudos e ações de competência em informação em práticas informacionais voltados para o desenvolvimento sustentável e o exercício da cidadania. Empreende uma revisão sistemática de literatura em bases de dados científicas nacionais e internacionais referenciais na área de Competência em Informação para coleta de informações, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scientific Electronic Library Online Brasil (SciELO), Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia (PBCIB), Information Science & Technology Abstracts (ISTA), Library & Information Science Abstracts (LISA). Os termos utilizados como principais referenciais teóricos em sua elaboração, considerando o corte temporal de 2017 à 2018, foram competência em informação (ColInfo), prática informacional e Agenda 2030, um plano de ação desenvolvido pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), que indica objetivos e metas universais e transformadoras que visam a erradicação da pobreza e promoção da vida digna para todos. Pretendeu visualizar o desenvolvimento do tema na comunidade discursiva, assim como observar a complexidade nos estudos e ações da competência em informação e da prática informacional. Indica como resultado a predominância de pesquisas desenvolvidas por bibliotecários que atuam em bibliotecas universitárias e que incidem no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 'educação de qualidade', tal como focam na importância da competência em informação no desenvolvimento da educação e na atuação dos bibliotecários como agentes educadores, que devem orientar seus usuários para ações que desenvolvam e estimulem o exercício da cidadania. Evidencia a importância do projeto como aprendizado para além da teoria, com envolvimento e aprofundamento dos conteúdos apresentados nas disciplinas relacionadas e o desenvolvimento coletivo e colaborativo entre discente e docentes envolvidas em sua elaboração.

EQUIPE: LARISSA ALMEIDA, MARIANNA ZATTAR, NYSIA SÁ

ARTIGO: 3041

TÍTULO: A CRISE IDENTITÁRIA DOS ESTADOS UNIDOS E A BUSCA DA RETOMADA DE SUA HEGEMONIA MUNDIAL ANALISADA SOBRE AS LENTES DE SAMUEL HUNTINGTON E BENEDICT ANDERSON

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: e-Pôster

RESUMO:

As crises identitárias afetam, desde o século XX, vários Estados ao redor do globo. Os indivíduos começam a questionar seus princípios e a partir disso passam a redefinir-os de acordo com o que as aproxima e as difere de outros indivíduos. Essas crises variam de forma, substância e intensidade, já que leva em conta a realidade de cada Estado. Entretanto, mesmo sendo diferentes, as crises identitárias possuem pontos em comum, visto que todas eclodem num curto espaço de tempo, podendo até ser definida como um fenômeno global.

Ao analisarmos a política estadunidense, podemos observar que o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tem seguido os passos que Huntington (2004) aponta para a retomada da hegemonia mundial norte-americana. Com políticas conservadoras, Trump tem dificultado a entrada de imigrantes no território norte-americano. O movimento mais evidente destas políticas, é a construção de um muro na fronteira do país com o México. Esse muro representa não somente uma contenção visível da entrada de mexicanos no território dos Estados Unidos, mas também a contenção da expansão do multiculturalismo que a entrada de imigrantes representa.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a política externa americana do governo de Donald Trump, no que tange a entrada de imigrantes no país, focando, principalmente, na ideia do muro na fronteira com o México. A partir de revisão bibliográfica, tendo como destaque o autor estadunidense Samuel Huntington, que será uma das bases teóricas deste trabalho, procura-se analisar o desdobrar da crise identitária nos Estados Unidos.

Segundo Samuel Huntington, os Estados Unidos viram o seu poder hegemônico declinar no século XX. Esse declínio, segundo o autor, se deu devido à perda de identidade nacional do povo estadunidense que foi provocada por alguns fatores, destacando-se a globalização. Huntington (2004) aponta que essa perda do poder hegemônico é resultado de três desdobramentos que globalização promove. São eles: a eclosão dos movimentos sociais de grupos minoritários durante o século XX; a onda migratória que ocorre nas décadas de 1960 e 1970 em que vários latino-americanos e asiáticos migram para os Estados Unidos em busca de uma nova vida; e, por fim, a modernização e ampliação dos meios de comunicação com a qual se relaciona a globalização.

Esse é o cenário em que Huntington aponta que se faz necessário que o Estado adote políticas que retomem os componentes étnicos, raciais, culturais e de credo de sua identidade nacional, que possuem um viés conservador, protecionista e religioso. O autor aponta que é necessário que os Estados Unidos retomem os seus aspectos dos séculos anteriores que os levaram a se tornar uma grande potência mundial.

Contrapondo-se à perspectiva de Huntington (2004), Anderson (1983) entende que a nação é uma "comunidade imaginada", e dessa forma, as nações correspondem a projetos políticos em que a imprensa possui papel decisivo na criação do imaginário popular.

EQUIPE: MARCUS VINICIUS VILANOVA GRALHA, ALLANA CAMPBELL CUNHA PIRES SILVA, MARIA CLARA CARVALHO DE FREITAS, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: 3044

TÍTULO: MEMÓRIAS DO MANGUE: (RE)CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIOESPACIAL DA PROSTITUIÇÃO NO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: e-Pôster

RESUMO:

O presente trabalho busca evidenciar o processo de (re)construção social e histórica da prostituição na Cidade do Rio de Janeiro a partir de documentos e relatos da antiga zona do Mangue, atual Cidade Nova, baseando-se no estudo de referências sociais, morais, simbólicas e afetivas sobre o uso e ocupação do espaço urbano, determinantes para a construção das relações de convívio social, dentro de um universo marcado pela sua inconfundível heterogeneidade de maneiras, modos, realidades e formas pelos quais esta atividade se organiza. Por meio da pesquisa acerca dos principais instrumentos de reformulação urbanística empregados pelas mais variadas investidas do Poder Público sobre a região em destaque – que, como sempre, acabaram resultando na desconstrução de todo um sistema identidades sociais –, pretende-se apresentar, em parceria com o projeto de extensão "Observatório da Prostituição", um breve levantamento historiográfico baseado nos documentos disponibilizados pelo acervo da ONG Davida, este em posse do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, propondo assim um resgate da memória urbana a partir da segregação social promovida por políticas públicas – e seus históricos de controle e repressão, violações de direitos, vulnerabilidade e isolamento espacial de propósitos claros e ou difusos –, o surgimento das "regiões morais" nos domínios públicos urbanos e a trajetória de formação da identidade e da consciência política coletiva do métier. Espera-se, com isso, contribuir, de forma construtiva, na concepção de uma nova reflexão acerca deste assunto, buscando apresentar um olhar diferenciado daquele socialmente difundido pela retórica popular. São reconhecidos grandes desafios frente o desenvolvimento deste trabalho. Todavia, a relevância desta proposta torna-se um importante instrumento para a produção do conhecimento, mas desde que este venha sempre acompanhado pela crítica e, antes, de sua possibilidade.

EQUIPE: LUCAS BERNARDO DIAS, NIVIA DE LIMA PEIXOTO, SORAYA SILVEIRA SIMÕES

ARTIGO: 3058

TÍTULO: EXERCÍCIO DO DISPOSITIVO DE INICIATIVA POPULAR MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A iniciativa popular do processo legislativo é uma inovação trazida pela Constituição Federal de 1988. Não havia previsão desse mecanismo de participação popular nas constituições anteriores. Inaugurou-se aí a possibilidade dos cidadãos deflagrarem o processo legislativo. A partir desse momento, esse mecanismo foi reproduzido em tantos outros dispositivos normativos, como na Constituição do estado do Rio de Janeiro (1989) e na lei orgânica do Município do Rio de Janeiro (1990). A despeito de seu potencial democrático, este mecanismo, em âmbito federal, resultou na aprovação de apenas 4 leis em mais de 30 anos de vigência da Constituição. Além disso, ao longo do processo legislativo, os textos originais desses projetos de lei iniciativa popular foram modificados pelo Congresso Nacional. A hipótese desse trabalho é de que essa mesma lógica de baixa utilização desse instituto se reproduz em âmbito municipal. Este trabalho tem por objetivo fazer o levantamento das leis de iniciativa popular no município do Rio de Janeiro a partir de 1990 e refletir sobre os limites e potencialidades desse instituto democratizador no processo legislativo da cidade. Busca-se apurar quais dificuldades impedem o aprofundamento da democracia e da participação cidadã no município, tais como a exigência de um número excessivo de assinaturas, a desfiguração do texto original apresentado, dentre outros. A metodologia empregada constituiu-se de (i) revisão bibliográfica, sobretudo por meio das contribuições de Leonardo Avritzer sobre participação popular, participação social e efetividade dos espaços participativos e (ii) análise documental por meio de pesquisa no banco de dados da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

EQUIPE: ARTHUR JOSÉ POGGIO HEINE, SAMIR RAMOS ZAIDAN, LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE

ARTIGO: 3059

TÍTULO: AS OBRIGAÇÕES ERGA OMNES NO DIREITO INTERNACIONAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A ideia de obrigações *erga omnes* no Direito Internacional teve um marco importante na Corte Internacional de Justiça (CIJ) em 1970 com o caso *Barcelona Traction, Light and Power Company, Limited* (Bélgica v. Espanha), no qual a Corte estabeleceu seu conceito: "Uma diferença essencial deve ser desenhada entre **obrigações dos Estados frente a comunidade internacional como um todo** e aquelas que se dão *vis-à-vis* outro Estado no campo da proteção diplomática. Pela sua própria natureza a primeira **diz respeito a todos os Estados. Levando em conta a importância dos direitos envolvidos, todos os Estados podem ter um interesse legal em sua proteção; são obrigações erga omnes**". Depara-se uma nova estrutura do direito internacional, a qual não se restringe a matérias bilaterais, mas na qual há relações e normas multilaterais.

Dessa forma, entende-se a maneira significativa que o conceito trazido acima interfere na sociedade internacional. Uma das áreas que traz a tona discussões é a da responsabilidade internacional. Afinal, como se daria a responsabilização do Estado quando acusado por um país que não tenha sido objeto/alvo direto do descumprimento da obrigação? Com vista nisso, a Comissão de Direito Internacional estabeleceu parâmetros que diferenciam o descumprimento de obrigações bilaterais e as de natureza de interesse coletivo, que inclui as obrigações para com a comunidade internacional como um todo. Há debates sobre se a responsabilidade é, de fato, diferenciada.

Assim, as obrigações *erga omnes* no Direito Internacional causam um impacto que precisa ser estudado. Atualmente pode-se ver sua aplicação de formas distintas na jurisprudência internacional e, por isso, este trabalho objetiva analisar aplicações específicas deste conceito em casos reais para delinear como essa espécie de obrigação tem afetado a dinâmica das relações entre Estados na jurisdição internacional.

Para tanto, utilizando como marco teórico autores como Erika De Wet, Christian Dominicé, Jochen Frowein, Carlos Romani, Christian Tams, Christian Tomuschat e Ingo Venzke, parte-se da questão problema "como tem sido utilizado o conceito de obrigações *erga omnes* no direito internacional?" para analisar o objeto deste estudo, que são as obrigações *erga omnes* no direito internacional. A metodologia é indutiva: estão sendo estudados casos da jurisprudência internacional, especialmente a CIJ, e a aplicação pelos Estados; bem como artigos e livros para revisão bibliográfica sobre o assunto, para que se tenha uma boa base teórica e após esse processo sejam tiradas conclusões.

A hipótese é de que obrigações *erga omnes* tem afetado o sistema internacional ao serem aplicadas de diferente formas (e com diferentes consequências) em casos da jurisprudência internacional. O objetivo geral é entender como as obrigações *erga omnes* afetam o direito internacional; e o específico, dentre outros, analisar o uso do conceito de obrigações *erga omnes* casos emblemáticos da jurisprudência internacional.

EQUIPE: MARIANA GOUVEIA DE OLIVEIRA, PAULO EMÍLIO VAUTHIER BORGES DE MACEDO

ARTIGO: 3083

TÍTULO: PESQUISA APLICADA PARA DESENVOLVIMENTO DE REPOSITÓRIO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA) DOS MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O CURSO DE BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

(BIBead)

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A presente pesquisa se insere no Projeto PIBIC intitulado “Pesquisa Aplicada para Desenvolvimento de Repositório de Recursos Educacionais Abertos (REA) dos Materiais Didáticos para o Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na Modalidade a Distância (BibEaD)”, apresentado no âmbito do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG), da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tem como objetivo apresentar resultados preliminares de estudos realizados pelo projeto BibEaD, visando a tomada de decisões quanto ao software e o padrão de metadados a ser utilizado no repositório do projeto. O curso BibEaD é fruto de iniciativas da Universidade Aberta do Brasil (UaB) e o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), que desenvolveram uma proposta pedagógica para a oferta do curso por universidades públicas brasileiras. Para gerenciar o processo de elaboração do material didático das 52 disciplinas, foi selecionado o CBG/FACC/UFRJ, que constituiu uma comissão de gerenciamento para acompanhar este processo. Ao final, os materiais didáticos produzidos serão depositados em repositório de REA, em plataforma livre, considerando os critérios de organização, acesso e recuperação do conteúdo, visando atender alunos e professores da educação superior, bem como a sociedade em geral. A opção por esse tipo de repositório se baseia na Declaração REA de Paris, de 2012, que recomenda o depósito destes materiais gratuitamente, em licenciamento aberto e com vistas à produção e ao compartilhamento destes materiais. Para a implementação do repositório serão utilizados softwares livres, que são programas de computador gratuitos que se caracterizam pela liberdade de uso, de cópia, de modificações e de redistribuições (SILVEIRA, 2004, p.9). Conforme proposto por Vergara (2004), para definição do software e do padrão de metadados a serem adotados na configuração do REA, se fez pesquisa aplicada, de caráter exploratório e análise qualitativa na literatura especializada nacional e internacional da área, com recuperação de oito referências e seguindo os seguintes critérios: artigos publicados nos últimos três anos, a partir de buscas nas bases do Portal de Periódicos Capes, DOAJ, Google Acadêmico, Scielo, OasisBR, OER Knowledge Cloud, usando as palavras-chave: repositórios; recursos educacionais abertos; repositories; open educational resources; ROER; open educational resources repositories; repositories of open educational resources; learning objects repositories. Na pesquisa, percebeu-se que um dos softwares livres mais utilizados no país é o DSpace, pois suporta plataformas para repositórios, incluindo os REA, e os padrões de metadados Dublin Core e Learning Object Metadata (LOM), permitindo que os arquivos sejam facilmente armazenados, acessados e recuperados. Ao fim, serão apresentados dados comparativos entre os padrões Dublin Core e LOM, frutos de estudos empreendidos na literatura pesquisada.

EQUIPE: CATARINA BARRETO MALHEIRO PEREIRA, NYSIA SÁ, NADIR FERREIRA ALVES, MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS, ANA MARIA FERREIRA DE CARVALHO, JOSÉ ANTONIO GAMEIRO SALLES

ARTIGO: **3092**

TÍTULO: **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O CONTRATO ADMINISTRATIVO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UFRJ**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Nos tempos atuais, a gestão pública vem sendo um dos assuntos centrais dos grandes conglomerados midiáticos. Sendo assim, o destino e a empregabilidade dos recursos públicos tem atraído a atenção de estratos das sociedade que antes encontrava-se na alienação. Um dos aspectos que têm estado em voga é a parceria entre empresas privadas e o setor público para atender as demandas sociais.

A administração pública, para licitações e contratos, de todo o país é regida pela Lei nº 8.666 de 1993 e suas alterações. Durante a celebração de um contrato os termos da adesão são fornecidos pela administração pública e acordados de forma a atender ao interesse das partes, mas acima de tudo, atender ao interesse público. Para que isso ocorra é fundamental que haja contínuo acompanhamento das atividades com uma sólida fiscalização através da figura de dois atores fundamentais: o gestor do contrato e o fiscal do contrato. Seus papéis são primordiais, pois, a inobservância de suas funções pode embutir na administração pública a responsabilização subsidiária (BARRAL, 2017).

A partir do debate teórico-metodológico da gestão e fiscalização de Contratos Administrativos busca-se as possíveis implicações da responsabilização do servidor público e as sanções administrativas para a contínua prestação do serviço de alimentação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse foi o tema escolhido, visto que, a alimentação é parte fundamental no processo de aprendizagem humano. Em se tratando de uma universidade faz-se necessário lançar luzes sobre esse conteúdo.

O estudo teórico-metodológico deu-se pela análise bibliográfica e documental do contrato administrativo na disciplina Procedimentos Administrativos da Graduação de Gestão Pública (GPDES/PPUR). Com base nos aspectos convergentes e divergentes levantados pela metodologia da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1986, p.14) busca-se pontuar aspectos contratuais que dialoguem com a realidade vivida pelos estudantes que utilizam os restaurantes universitários. Sendo complementado pelo estudo de campo entre os meses de agosto à dezembro de 2018, em visitas dos pesquisadores como usuários dos Restaurantes Universitários, que proporcionou um olhar prático da questão contratual e a busca por informação, formalização e fiscalização deste contrato.

Contudo, constatou-se a ferramenta de caráter emergencial, que caracteriza esta contratação do público pelo privado, poderia ter sido preservada frente a um diligente planejamento estratégico. Não foram identificadas as figuras dos servidores designados para serem fiscal e gestor do contrato. A ausência destes atores culminou na prestação deficitária do serviço comparado ao serviço fornecido pela empresa anterior. A consequência: queixas referente a qualidade, sabor e higiene, ou seja, a insatisfação do usuário fim. Espera-se que esta apreciação auxilie a instituição a não reincidir na claudicância em questão, visto que, a excelência do seu exercício não pode se conspurcar.

EQUIPE: NATHÁLIA FIGUEIREDO DE AZEVEDO, MICHELE DE SANT’ ANNA DE SOUZA, ADRIANO DE CARVALHO MENDES

ARTIGO: **3111**

TÍTULO: **FEDERALIZAÇÃO DAS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

“Estudo sobre a federalização das graves violações aos direitos humanos”. Visa proceder a análise da federalização das graves violações com vistas à efetiva proteção dos direitos humanos no Brasil, romovendo investigação sobre aspectos relacionados ao instituto. A proposta que ora se apresenta consiste em realizar estudos de natureza doutrinária e empírica sobre a federalização das graves violações aos direitos humanos no Brasil, com análise da jurisprudência e acompanhamento dos casos no STJ, nos quais se discutem dimensões sobre a federalização, bem como levantamento junto os atores estratégicos envolvidos nas questões (entrevistas com questionários semiestruturados), visando, ao final, propor medidas jurídicas concretas que viabilizem a ampliação do acesso à Justiça e a eficácia dos mecanismos de persecução às graves violações de direitos humanos no Brasil.

Objetivos Específicos

- Desenvolver pesquisa sobre exercício da função jurisdicional em matéria de graves violações aos direitos humanos no Brasil.
- Realizar análise e diagnóstico dos problemas de estrutura e de conjuntura do Poder Judiciário para dar resposta aos casos de graves violações aos direitos humanos.
- Proceder ao estudo de caso de natureza qualitativa em matéria de federalização das graves violações aos direitos humanos, apreciando aspectos sobre motivações para acolhimento do pedido de federalização; os argumentos suscitados para impugnação do pedido; a avaliação dos resultados do pleito judicial, bem como analisar nos casos federalizados a concepção de fundo sobre direitos humanos presente nos processos; a

concepção sobre graves violações; a concepção formal (processual) sobre o Incidente de Deslocamento de Competência julgados pelo STJ.

d) Levantar casos de condenação brasileiro nas Cortes Internacionais, procurando diagnosticar motivos que conduziram ao resultado, variáveis pertinentes, votos proferidos, concepção de direitos humanos imbricadas nos casos e correlacionar variáveis com os casos de incidente de deslocamento de competência submetidos ao STJ, a fim de verificar pontos de convergência e divergência nas apreciações e variáveis suscitadas para melhor compreender e buscar equacionar a interface necessária para motivar a federalização.

e) Levantar através de entrevistas a percepção de atores estratégicos do meio jurídico situados no estado do Rio de Janeiro, sobre o instituto da federalização, procurando observar como se dá o mapeamento e a construção da proteção aos direitos humanos no modelo federativo brasileiro.

EQUIPE: VITÓRIA MORAES DE ARAUJO, ILANA ALÓ CARDOSO RIBEIRO, LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE, SOFIA VALLE

ARTIGO: 3136

TÍTULO: CONTROLE DE CORPOS PELO ESTADO: A CONDIÇÃO DE REFUGIADO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL OU IDENTIDADE DE GÊNERO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: e-Pôster

RESUMO:

Pedir refúgio é um direito humano, garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e especificado pela Convenção de 1951, assinada por 145 países. Neste documento, é previsto o refúgio por perseguição aos chamados “grupos específicos”, entre eles os que sofrem perseguição sexual ou por identidade de gênero. A partir do momento em que pessoas sofrem essas perseguições por parte de seu próprio Estado, surge o questionamento acerca do controle estatal sobre os corpos e a tentativa de entender como a identidade sexual e de gênero podem entrar em conflito com os moldes tradicionais de soberania estatal, resultando na produção de refugiados. Para tanto, parte-se de estudos de conceitos como “biopolítica”, de Michel Foucault, “necropolítica”, de Achille Mbembe, e “vida precária” e “matriz heterossexual” de Judith Butler para analisar o controle de corpos pelo Estado, que institui um modelo do que seria a sexualidade normal e exclui o refugiado LGBT. O objetivo deste trabalho, a partir de uma abordagem pós-estruturalista, é explicitar e problematizar as relações de poder entre o controle de corpos pelo Estado, a sexualidade ou identidade de gênero e a condição de refugiado.

EQUIPE: MARCO ANDRÉ TEIXEIRA CARIDADE JUNIOR, MARCUS VINICIUS VILANOVA GRALHA, FLAVIA GUERRA CAVALCANTI

ARTIGO: 3178

TÍTULO: COMBUSTÍVEIS PARA MOTORES A GÁS NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO DE MERCADO E TECNOLOGIAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O Objetivo 7, dos “17 objetivos para transformar nosso mundo,” adotados na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, de 2015, se preocupa em “Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia a todos”. Sabe-se que a diversificação e a criação de um mercado mais eficiente e competitivo acarretariam transformações positivas no desenvolvimento energético do Brasil, como a redução da dependência do diesel para o frete rodoviário. O governo brasileiro tem buscado aperfeiçoar tal lógica por meio de políticas públicas de fomento à utilização do gás, como o estabelecimento da “Lei do Gás,” de 2009, e da iniciativa “Gás para Crescer,” de 2016. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo pesquisar a inserção dos combustíveis para motores a gás na matriz energética brasileira. Pretende-se valer de fontes primárias e secundárias, de natureza qualitativa e quantitativa, para pautar o desenvolvimento do mercado nacional e o quadro geral das tecnologias disponíveis no país, bem como suas potencialidades e desafios para o futuro. Recorrer-se-á ao conceito de trans-regionalismo, a fim de analisar como o BRICS pode servir de plataforma para alavancar a cooperação energética no setor, do ponto de vista de uma ampla rede de relacionamentos – para além daqueles mantidos a nível de Estados –, o que envolve conexões entre regiões mundiais, redes corporativas ou organizações não-governamentais, no intuito do fortalecimento da cooperação entre atores não estatais. A título de resultados preliminares, percebe-se que há iniciativas que visam a implantação de rede de distribuição de gás natural liquefeito, o qual goza de maior eficiência de armazenamento em relação à tecnologia atualmente disponível – do gás natural comprimido. No entanto, há diversos desafios a serem enfrentados, como a inexistência de fábricas nacionais que produzam motores movidos a gás, e os altos custos de importação das peças para conversão dos atualmente produzidos. Além disso, o estabelecimento de gasodutos capazes de levar o combustível a lugares distantes dos grandes centros urbanos do Sudeste depende de demanda prévia que justifique seu investimento, a qual só pode ser provida por meio de política energética mais assertiva. Faz-se preciso discutir de que maneira esse nicho de mercado energético pode atenuar o uso de fontes não renováveis com maiores impactos no meio ambiente, além de como superar os desafios para que se estabeleça com solidez no país, por meio da criação de mercados de gás natural, construções de terminais de regaseificação e gasodutos e, principalmente, a aprovação de um novo marco legal do gás natural e sua regulamentação. O estudo se dá junto ao Projeto BRICS do Grupo de Pesquisa em Política Internacional (GPPI/UFRJ) e é fruto de pesquisa desenvolvida perante a BRICS Youth Energy Agency para o evento Youth Energy Outlook 2019.

EQUIPE: MAURO FILGUEIRAS, ALEXANDER ZHEBIT

ARTIGO: 3193

TÍTULO: A LIBERDADE DE EXPRESSÃO: DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS OU MONÓLOGOS SOBREPOSTOS?

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A presente pesquisa está se desenvolvendo dentro do projeto “**A Liberdade de Expressão: diálogos institucionais ou monólogos sobrepostos?**”, onde a partir da realidade de uma sociedade globalizada busca-se identificar as possíveis trocas entre o STF e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, considerando que o Brasil aceitou a jurisdição desta no final do ano de 1998. Pretende-se, desse modo, explorar o tratamento dado pelo STF à essa relação.

Inicialmente, buscou-se delimitar quais casos seriam analisados a fundo e, para isso, foi utilizado o buscador de jurisprudência do STF (disponibilizado em seu site), onde 122 casos foram identificados até a data de 22/03/2019, dentre esses, somente 10 mencionam em algum ponto do acórdão a Convenção Americana de Direitos Humanos, documento que institui a Corte IDH e elenca extenso rol de Direitos Humanos.

Os primeiros resultados que foram extraídos desse levantamento de casos são:

Dentro deste escopo de 10 casos, há de fato 9, visto que um caso é contra a Grécia no escopo da Corte Europeia de Direitos Humanos, porém, foi indexado como Corte Interamericana dentro da ADI 2566 de 2018.

A primeira menção encontrada data de 2008, ou seja, 10 anos após o aceite da jurisprudência da Corte IDH pelo Brasil.

Somente o acórdão referente ao HC 141949 de 2018, menciona um caso julgado pela Corte IDH, e o RE 511961 de 2009 cita a Opinião consultiva 05/85 da Corte IDH.

Nos 7 demais ou aparece indexada e/ou mencionada como um todo ou com a especificação do art 13 da CADH, que versa sobre a Liberdade

de pensamento e de expressão

A divisão desses 9 casos se dá entre os ministros da seguinte forma: Relatores de um caso que menciona a CADH ou a Corte IDH: Alexandre de Moraes (Relator do equívoco referente à Corte Europeia); Ayres Britto e Rosa Weber. Relator de dois casos: Gilmar Mendes. Relator com mais acórdãos Edson Fachin com 3 casos.

Ainda serão analisados em busca de outros aspectos como: A análise da presença ou não de constância no sentido interpretativo dos artigos da CADH, a possível existência de algum tipo de evolução do uso da CADH pelo STF, tanto quantitativamente quanto qualitativamente e, além disso, resumir-se-á criticamente tais casos, identificando os casos que reconhecem, dialogam ou ignoram a jurisprudência da Corte IDH, percebendo quais são os tratados mais citados e por quais ministros, estudando suas mudanças ao longo do tempo e ressaltando seus principais pontos.

EQUIPE: GIULIA ALVES MAIA, SIDDHARTA LEGALE FERREIRA, TAYARA CAUSANILHAS

ARTIGO: 3194

TÍTULO: AS RELAÇÕES BILATERAIS TURQUIA-CHINA (2016-2019): NOVAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Em 2016, o governo Erdogan frustrou uma tentativa de golpe de Estado alegadamente organizado pelo Movimento Hizmet, cujo líder vive nos Estados Unidos desde os anos 1990. Somado ao apoio estadunidense às milícias curdas no norte da Síria, consideradas uma ameaça nacional pelo governo turco, tal fato criou um foco de tensão com Washington. O relacionamento com a União Europeia (UE), por sua vez, também foi afetado após a tentativa de golpe, devido ao caráter autoritário que o regime do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) assumiu e à reforma constitucional realizada no país, que concentrou poderes na figura de Recep Tayyip Erdogan. Desde então, o mesmo tem sido alvo de acusações de violações de Direitos Humanos e de adoção de medidas antidemocráticas. Por conta disso, o processo de adesão turco à UE, paralisado desde 2016, foi suspenso em 2019, e uma série de sanções econômicas foram impostas à Turquia pela UE e pelos Estados Unidos. Frente ao estreitamento nas relações com essas potências ocidentais, o governo de Erdogan, que já praticava uma política externa independente, voltou-se de vez para o Oriente. Em meio à priorização do relacionamento com países do Oriente Médio e da Ásia observada nos últimos anos, destaca-se o fortalecimento das relações bilaterais entre Turquia e China. Em 2018, Erdogan participou da 10ª Cúpula dos BRICS, na qual propôs a incorporação de Ancara ao grupo. Durante a cimeira, o presidente turco também iniciou conversas com sua contraparte chinesa, o presidente Xi Jinping, sobre a possibilidade de a Turquia receber investimentos chineses no âmbito da Iniciativa do Cinturão e Rota, visto que o país é uma importante ponte entre os projetos de infraestrutura chineses na Ásia Central e na Europa. Assim, procura-se responder a seguinte **pergunta de pesquisa**: quais são os fundamentos da recente aproximação entre Turquia e China? Levanta-se a **hipótese** de que a gradual alienação da UE e dos Estados Unidos em relação à Turquia acarretou o aprofundamento das relações Ancara-Pequim. O **objetivo** do presente trabalho é analisar, entre 2016 e 2019, o descontentamento turco com as potências ocidentais e a nova fase das relações sino-turcas. Adotar-se-á os conceitos de neo-otomanismo e pan-islamismo, conforme formulado por Sochaczewski (2013, 2018) e Bilgin (2015), para entender como a política externa eurasionista do governo Erdogan tem orientado as relações com a China. Realizar-se-á uma análise documental de fonte primárias, como os decretos de sanções do Departamento de Estado dos Estados Unidos e da Comissão Europeia; os relatórios da Comissão Europeia de 2016 e de 2019 sobre a política de alargamento da UE para a Turquia; o pronunciamento de Erdogan na 10ª Cúpula do BRICS; e os comunicados de imprensa dos encontros entre Erdogan e Xi Jinping, disponibilizados pelas chancelarias turca e chinesa. Recorrer-se-á, ainda, a fontes secundárias, como livros, publicações científicas e artigos jornalísticos sobre o tema.

EQUIPE: AMANDA DE LACERDA SOUZA LIMA, LETÍCIA FIGUEIREDO FERREIRA, LEONARDO VALENTE MONTEIRO

ARTIGO: 3197

TÍTULO: DIVINAS MARAVILHOSAS: AS INTÉRPRETES DA MPB E SEU PAPEL NA DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Esta pesquisa apresenta uma parte do trabalho de conclusão de curso desenvolvido pelo autor no curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Sabe-se que desde o início dos tempos e em todas as civilizações que se tem conhecimento, a prática de se ouvir música costuma ser um hábito presente no cotidiano da população. Seja em festejos, seja por motivos religiosos, seja em celebrações, ou até como passatempo. É partindo desse pressuposto que este trabalho se desenvolverá. Baseando-se como recorte o período do Brasil conhecido como "anos de chumbo", que compreende o período de ditadura civil-militar (1964-1985), onde houve diversos atos de repressão, censura, prisões e exílio, este trabalho irá se debruçar sobre essa ações no cenário musical. Cantores serão considerados inimigos públicos e terão que se exilar em outros países, composições serão censuradas, shows musicais vão ter seu repertório observado e até mesmo a fala do cantor no palco poderia ser visto como discurso pró-esquerda, fazendo-se necessária passar por uma análise, sob risco de ser acusado como propaganda anti-governamental. Eis que em meio a esses conflitos, surgem as protagonistas da discussão pretendida com este trabalho: As intérpretes femininas. Em meados da década de 60, vindo a ser mais forte partir da década de 70, a força feminina toma conta da MPB no país. Maria Bethânia, Gal Costa, Elis Regina, Alcione, Simone, Clara Nunes e tantas outras, cada qual dentro do seu nicho e estilo específico, serão responsáveis por moldar um pouco da história do Brasil por meio de seu canto e arte. O que busca se compreender com esse trabalho, entretanto, é não somente a censura da música, mas principalmente quem são os atores que a estão interpretando naquele momento. Sob uma ótica de cerceamento da informação, buscar-se-á saber "Quem são as intérpretes femininas presentes naquele contexto?" e "Como essas mulheres, por meio da sua arte, conseguiram disseminar sua mensagem num ambiente de forte censura?". Para encontrar tal explicação, se utilizará de uma metodologia científica teórica, onde terão como referências bibliográficas autores como Marco Napolitano no campo da MPB, Michael Pollack no campo da memória e identidade e Zuzana Homem de Melo, na área de narrativas e trajetórias, dentre outros. Por ser uma pesquisa que faz parte de um trabalho de conclusão de curso, ainda não possui resultados definidos, mas espera-se compreender o papel dessas mulheres e, sobretudo, evidenciar seus protagonismos num período de forte repressão.

EQUIPE: KEISON MAMUD HONORATO, ANTONIO JOSE BARBOSA OLIVEIRA

ARTIGO: 3201

TÍTULO: A DIVISA LIMÍTROFE DA ESCUSABILIDADE DO ERRO EM UM NEGÓCIO JURÍDICO NA ERA INFORMACIONAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster

RESUMO:

No que tange às ações que resultam da vontade humana, o negócio jurídico figura como uma das ramificações do querer humano. Dessa forma, destaca-se como objeto de estudo a declaração de vontade como elemento específico do negócio jurídico, pois em caso de falta não há a constituição de um negócio jurídico. Assim, as circunstâncias e influências que pairam sobre qualquer negócio jurídico são elementos de exame de um negócio, visto que em caso de vício da vontade configura-se a existência de um defeito no negócio jurídico, possibilitando a invalidação de tal negócio.

Considerando-se, portanto, as implicações que decorrem da declaração de vontade não escorreita ou obscura, o presente trabalho versa sobre os aspectos que incorrem a divisa limítrofe da escusabilidade do erro em um negócio jurídico na era informacional. Nesse sentido, evidencia-se que no negócio jurídico realizado mediante erro incide um estado psíquico decorrente da falsa percepção dos fatos, acarretando uma declaração de vontade desconforme com o que deveria ser, se um dos agentes tivesse conhecimento dos seus verdadeiros pressupostos fáticos.

De acordo com a classificação da doutrina, o erro enquadra-se como um defeito no negócio jurídico expressando um vício de consentimento na realização de um ato. Destacam-se requisitos imprescindíveis para constituição do erro, que, com relação à doutrina clássica e de acordo com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, no exame do erro deve ser observada tanto a substancialidade, que se define como o erro que recai sobre a essência das circunstâncias que ocasionaram o negócio jurídico, como a escusabilidade por parte do declarante, ou seja, refere-se ao erro justificável e desculpável. Utiliza-se nesse caso o critério do *homo medius*, ou seja, de comparar a conduta do indivíduo com a da média de pessoas de normal diligência.

No entanto, qual seria a linha tênue entre a escusabilidade do dito “homem médio” e o erro por negligência, imprudência ou imperícia, visto que vivemos na era da informatividade? A partir de uma perspectiva sociológica, evidencia-se a conjunção de uma série de inovações institucionais, tecnológicas, organizacionais, econômicas, políticas e sociais, que alteram a informação e o conhecimento que passam a desempenhar um papel estratégico e diferenciado no acesso à informação e, conseqüentemente, na valoração da escusabilidade quanto a um erro que pode ser perdoável. Assim, ao final, pretende-se concluir se a chamada “era da informação” tem um papel relevante na escusabilidade do erro.

A metodologia será a revisão bibliográfica e análise jurisprudencial. O aluno fará a revisão bibliográfica, a coleta e a análise de dados sob a supervisão do orientador.

EQUIPE: MILLENA COELHO NASCIMENTO SILVA, CÍNTIA MUNIZ DE SOUZA KONDER

ARTIGO: 3234

TÍTULO: DOCUMENTOS SONOROS MÚSICAIS: A OBRA DO GRUPO MUSICAL KID ABELHA, SUA REPRESENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Os documentos sonoros ou gravações de som são definidos por Ribeiro (2006, p. 6-5) como “registro de vibrações sonoras por meios mecânicos ou elétricos, de maneira a permitir a reprodução de som”. Esses documentos constituem parte do acervo de unidades de informação e hoje, com a utilização desses documentos em plataformas digitais de música e em *downloads* de *sites* diversos, houve um aumento exponencial de produções, dando maior visibilidade para divulgação do trabalho musical. Nesse sentido, há a necessidade de maior aprimoramento na organização desses materiais e a Representação Descritiva ou Catalogação é a disciplina responsável pela organização e registro de documentos em Sistemas de Recuperação da Informação (SRI), visando a sua disponibilização organizada para o público, promovendo seu uso. Para que isso aconteça de forma eficiente e eficaz é necessário que essa representação utilize padrões e protocolos aceitos internacionalmente, tais como, o código de catalogação *Anglo American Cataloging Rules*, segunda edição revista (AACR2r), e o formato *Machine Readable Cataloging* (MARC 21). Assim, a Representação Descritiva propicia o processo de comunicação em unidades de informação, pois permite ao usuário localizar um item por meio de um canal de comunicação – o catálogo ou base de dados, bem como o intercâmbio entre unidades de informação independente de sua localização física. O presente estudo é fruto de pesquisa para o trabalho de conclusão de curso e tem como objetivo contribuir com um modelo de representação descritiva de documentos sonoros musicais em diversos suportes, utilizando como amostra a discografia da banda brasileira de *pop rock* Kid Abelha, identificando os temas mais recorrentes de sua produção musical. Para o embasamento teórico da pesquisa foram utilizados autores das áreas de Organização do Conhecimento e da Informação e da área de Representação Descritiva, acrescidos dos instrumentos utilizados na área como, o código AACR2r e o formato MARC 21. Os procedimentos metodológicos para a consecução dos objetivos do trabalho seguiram as seguintes etapas: (i) levantamento na literatura de Catalogação ou Representação Descritiva sobre as temáticas: catalogação de documentos sonoros musicais, gravação de som e similares para o embasamento teórico do trabalho; (ii) análise de manuais sobre tratamento técnico de documentos sonoros musicais, optando-se pelo manual da ECA/USP; (iii) identificação e seleção de três suportes de informação com a produção musical do grupo Kid Abelha para proceder ao modelo de catalogação: vinil, fita cassete e CD; (iv) indexação de temas dos álbuns de acordo com as décadas em que o grupo atuou: 1980, 1990 e 2000. Os resultados serão apresentados em três grupos: dados quantitativos da produção musical do grupo Kid Abelha, modelo de catalogação de documento sonoro musical em três suportes utilizados pela banda para gravação de sua produção e identificação dos temas das canções por décadas de produção.

EQUIPE: JULIANY FERREIRA LISBOA DA SILVA, MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS

ARTIGO: 3255

TÍTULO: O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NA MODA: REFLEXÕES SOBRE GUARDA-ROUPAS COMPARTILHADOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A indústria de moda, além de ser bastante importante no cenário econômico, é uma das mais poluentes. Essa informação causa uma preocupação muito grande em relação à sustentabilidade dessa indústria. Com isso, surgem diversas oportunidades nesse mercado para manter um consumo mais consciente. Dentre as iniciativas pode-se destacar o guarda-roupa compartilhado, que é o empréstimo de roupas por uma mensalidade fixa, utilizando mecanismos de serviço de referência e estudo de usuário. Assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar um possível perfil de bibliotecário atuante nesse mercado sustentável. Além disso, o estudo apresentará um breve histórico sobre a moda e o seu conceito conectado ao termo

sustentabilidade. Este estudo foi desenvolvido dando continuidade ao trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, e surgiu da necessidade de identificar novos formatos de se pensar a biblioteconomia dentro da moda. Apresenta-se cinco empresas no Brasil e pontua algumas pelo mundo que promovem a sustentabilidade por meio de guarda-roupas compartilhados. Para atingir os objetivos do trabalho foi realizada uma pesquisa com as empresas MagMov e Betrendy. A partir da análise dos dados, foi possível refletir sobre um novo pensamento relacionado ao consumo de roupas e sustentabilidade. Espera-se com o desenvolvimento deste trabalho contribuir com aos estudos sobre moda, sustentabilidade e Bibliotecas de Roupas, como uma fonte inovadora de informação.

EQUIPE: ALEXANDRA BOTELHO CARDOSO DA SILVA, DELANA OLIVEIRA, CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE

ARTIGO: 3260

TÍTULO: **A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE O CONFLITO NO IÊMEN: IMPLICAÇÕES PARA PAZ E SEGURANÇA.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Resumo: Este trabalho tem como foco o conflito no Iêmen e suas repercussões nacionais e internacionais. O trabalho parte da inferência inicial de que há uma construção de diferentes narrativas sobre o conflito no Iêmen, que são contraditórias e competem entre si, moldando a forma como os atores internos e externos se envolvem com o conflito. Desse modo, o objetivo geral é compreender como os atores nacionais, regionais e internacionais estão construindo essas narrativas e as implicações dessas narrativas na implementação de medidas de resolução do conflito. De modo mais específico, espera-se compreender não só como o conflito no Iêmen tem sido construído como um problema de segurança internacional, envolvendo uma série de atores nacionais e regionais, mas também como a Organização das Nações Unidas (ONU) se tem posicionado perante o conflito e suas possibilidades de resolução. A moldura temporal da pesquisa é o período compreendido entre a Primavera Árabe (2011) até a atualidade. Do ponto de vista do seu enquadramento teórico geral, a pesquisa segue uma abordagem pluralista que procura combinar a teoria da securitização da Escola de Copenhague e a agenda de pesquisa dos Estudos da Paz, dentro de uma orientação geral dada pela corrente construtivista das Relações Internacionais. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em um estudo de caso sobre o conflito no Iêmen, e recorre a fontes bibliográficas secundárias, combinada com a consulta a fontes primárias, principalmente resoluções, declarações e relatórios disponíveis nos arquivos *online* da ONU; como métodos principais, a pesquisa adota a análise de discurso e a análise de conteúdo. Este trabalho é resultado da participação dos seus dois autores nas atividades de iniciação científica no âmbito do projeto de pesquisa intitulado "Proxy War e narrativas políticas sobre um conflito invisível: a guerra civil no Iêmen", coordenado pelo Prof. Gilberto Carvalho de Oliveira no Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD).

EQUIPE: GABRIEL FERRAZ, ISABELA XIMENES, GILBERTO CARVALHO OLIVEIRA

ARTIGO: 3268

TÍTULO: **A ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE TUNGTEIYA COMO UM CONTRAPONTO AO PRODUTO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **e-Pôster**

RESUMO:

A presente pesquisa tem por objetivo investigar a partir da perspectiva da divisão sexual do trabalho, tendo por eixo teórico principal os escritos de Kergoat (2007), o modelo de produção da manteiga de Karité no norte da Gana pela associação de mulheres de Tungteiya e seus impactos econômicos para a região. A partir de uma perspectiva teórica que considera as interseções entre gênero, classe e raça (DAVIS, 2016). A presente pesquisa busca estabelecer as relações entre trabalho, gênero e potencial emancipatório. Para tanto, parte-se de um estudo de caso pretendendo analisar o modo em que esse modelo de economia solidária (GEIGER, 2007) vem mudando a realidade desse grupo de mulheres africanas, uma vez que essa força produtiva pode ser vista como uma ferramenta de tentativa de redução da pobreza e desigualdade, incentivando sua autonomia. Como aponta Andrioli (2002), o associativismo, a partir de suas características fundamentais, configura-se uma possibilidade de diminuir as questões relacionadas à marginalização social, em particular no que tange à divisão sexual do trabalho e à precarização das relações de trabalho que atinge, em particular, as mulheres. É esperado verificar como esse modo de produção pode ser a construção de uma resposta ao patriarcado, em uma perspectiva emancipatória, e seu possível enquadramento como um contraponto à dominação e seu impacto na economia local.

EQUIPE: ANA CLARA FOLY BARBOSA, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: 3272

TÍTULO: **IDEOLOGIA DE GÊNERO: VELHAS DENOMINAÇÕES, NOVAS COMUNICAÇÕES**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O objeto da presente pesquisa é o discurso sobre a suposta 'ideologia de gênero' e a sua influência na política. A retórica construída em torno dessa questão nos últimos anos viralizou entre os **setores conservadores**, principalmente entre cristãos e protestantes, parlamentares das bancadas do Bói, Bala e Bíblia. A Igreja Católica desenvolveu uma verdadeira ofensiva intelectual contra os avanços relacionados aos estudos e políticas de gênero (MACHADO, 2017). O termo ideologia é utilizado pelo campo conservador para descaracterizar os estudos sobre gênero (MISKOLCI e CAMPANA, 2017). A **internet**, principalmente as redes sociais ecoaram vozes, que antes estavam adormecidas, gerando o caldo político necessário para o avanço do conservadorismo (PINTO, 2018).

O ponto de partida é o reconhecimento do fato que esse discurso viabilizou ao longo dos anos uma construção hegemônica voltada para gerar um consenso na opinião pública, que se torna necessário para impedir o avanço de políticas públicas relacionadas ao campo da diversidade sexual e de gênero no Brasil. Por isso, o objetivo da pesquisa é analisar o discurso produzido na internet, considerando as tensões acerca do debate de gênero e sexualidade, para determinar os efeitos nas políticas públicas.

A etnografia digital será utilizada como metodologia de pesquisa, possibilitando uma análise profunda acerca do discurso produzido por esses grupos. A etnografia digital analisa os hábitos de um grupo particular de pessoas e interpreta seus significados e ocupações através da observação direta, por um período de tempo. O monitoramento destes grupos permite um olhar mais detalhado a respeito da produção discursiva de gênero, e qual caminho essas discussões têm tomado nas redes e na ruas, possibilitando uma enorme troca de informações. Junto à etnografia foi realizado um levantamento bibliográfico que possibilitou o mapeamento de alguns atores e instituições que contribuíram com a propagação de tais discursos em meio digital. Como movimento 'Escola sem Partido', deputados da bancada evangélica, senadores, governadores e até o atual presidente da república, segundo pesquisas já finalizadas.

A pesquisa revela que o lobby empenhado pelos nova direita brasileira (conservadores, liberais e anti-comunistas), gerou em um curto período de tempo inúmeras polêmicas no cenário nacional que acabaram formulando parte da atual opinião pública acerca do assunto, na maioria das vezes de forma desconfigurada. Além disso, observamos efeitos concretos no campo das políticas públicas, a partir do momento que se observa a força que o discurso tem na propagação de formas simbólicas de violência.

EQUIPE: THIAGO GUAIN TEIXEIRA, LALITA KRAUS

ARTIGO: 3286

TÍTULO: **FEMINISMO NAS REDES SOCIAIS: AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DO COLETIVO NÃO ME KAHLO NO FACEBOOK**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho discute como os movimentos sociais feministas brasileiros constroem e disseminam informação utilizando as redes sociais digitais para ampliar seu espaço de atuação e pautar as questões de gênero na sociedade. O objetivo do estudo é analisar as práticas informacionais e o processo de construção e disseminação da informação publicadas pela página do Coletivo Não me Kahlo no Facebook. A análise se baseia no modelo de ciclo de informação proposto por Araújo (2001) em estudo que analisou as práticas informacionais de organizações não governamentais. O modelo da autora considera os conceitos de recepção, geração, reconceitualização e transferência de

informação como prática de socialização. O Coletivo Não me Kahlo tornou-se uma das páginas mais acessadas após usar as redes sociais digitais como ferramenta na ampliação dos debates feministas. Em 2015, promoveu a campanha “#MeuAmigoSecreto”, que viralizou nas redes e, em 2016, deu continuidade ao debate e lançou o livro “#MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes” (LARA et al., 2016). Utiliza entrevista com as integrantes da atual ONG Não me Kahlo para atingir o objetivo da pesquisa, que consiste em um trabalho de conclusão de curso (TCC) em andamento. Espera entender a forma como a ONG Não me Kahlo, busca, seleciona, usa e dissemina informação para levantar a discussão feminista, além das estratégias informacionais utilizadas como forma de protesto na construção sociocultural da informação, através do ambiente virtual. Considera que o processo de construção e disseminação da informação veiculada virtualmente possui peculiaridades, cujas ações são complementares às ações presenciais.

EQUIPE: PAMELA DA COSTA E SILVA ROZENDO, PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA

ARTIGO: 3297

TÍTULO: NACIONALISMO E ÓPERA: OS TRABALHOS DE RICHARD WAGNER E GIUSEPPE VERDI E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES NACIONAIS NA ALEMANHA E NA ITÁLIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Richard Wagner e Giuseppe Verdi são reconhecidos como dois dos maiores compositores de óperas da história. As características de suas obras marcaram época e tiveram forte impacto no trabalho dos compositores que os sucederam. Para além da cena musical, os dois artistas são contemporâneos de um momento político conturbado na história da Europa: as unificações da Alemanha e da Itália. Suas obras não deixam de refletir esse contexto político em algum aspecto, sendo algumas delas reconhecidas por possuírem um teor nacionalista explícito. Como exemplo encontramos o coro “Va pensiero”, da ópera Nabucco, de Verdi, na qual os escravos hebreus cativos na Babilônia cantam sobre a saudade de sua terra natal, trecho interpretado como uma referência à população italiana que se encontrava em territórios ocupados pela Áustria no momento da estreia da ópera.

O objetivo deste trabalho é investigar a influência que a produção operística desses dois compositores teve na formação das identidades nacionais alemã e italiana e de que forma suas vidas e obras se tornaram importantes para a formação do nacionalismo nesses dois países. Partindo-se da noção de nação como uma “comunidade imaginada”, conforme definição de Anderson (2008) e das perspectivas sobre nações e nacionalismo (HOBBSAWM, 1991), buscar-se-á até que ponto as óperas de Verdi e Wagner influenciaram na criação de um sentimento de pertencimento entre a população que vivia nos territórios que correspondem às atuais Itália e Alemanha. A análise do conteúdo das óperas parte sobretudo da obra de Carolyn Abbate e Roger Parker “Uma história da ópera: os últimos 400 anos”.

A hipótese deste trabalho é que essa forma de arte teve um papel de relevância para a construção das identidades nacionais e do nacionalismo tanto na Alemanha quanto na Itália. Dessa forma, espera-se observar como uma forma de produção cultural específica pode influenciar na criação de uma “comunidade imaginada” e como o discurso nacionalista nesses dois países se utilizou da ópera para fortalecer a ideia de um Estado-nação unificado.

EQUIPE: EDUARDO BRASIL DE MATTOS, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: 3302

TÍTULO: IRÃ: AS SANÇÕES ECONÔMICAS E A GEOPOLÍTICA DAS POTÊNCIAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster

RESUMO:

Em um sistema internacional competitivo, os Estados agem dentro da realidade dos imperativos geográficos lhes são impostos. A posição geográfica de uma nação condiciona seus interesses, ambições, potencialidades e limitações. Como defende José Luís Fiori, a busca por espaço é de característica constante no sistema internacional. O domínio de um espaço guarda relação com os recursos que existem nesse local, pois, os recursos estratégicos são fundamentais para as ambições de qualquer sociedade que busque se projetar como potência. Contudo, a posição geográfica de um determinado território, também será de extrema importância para tais pretensões.

O espaço geográfico onde hoje se encontra a República Islâmica do Irã possui uma importância estratégica no jogo das sociedades mais poderosas do sistema desde muito tempo. Localizado na fronteira entre o Rimland e o Heartland, segundo o pensamento de Spykman, esse espaço será sempre um espaço de disputa entre as grandes potências, a marítima e a terrestre. A projeção de poder e o controle desse espaço estratégico são imperativos nesse jogo das grandes potências. O espectro das capacidades de coerção que uma potência detém vai além da aplicação simples e pura da violência, ou seja, da guerra. Nessa zona de fricção entre a potência marítima, EUA, e, a potência terrestre, Rússia, o conflito será constante. Esse conflito pode ocorrer através da guerra ou através de outras formas de coerção, como as sanções econômicas que os EUA aplicam ao Irã desde 1979.

Em 1979, como resposta à Revolução Islâmica Iraniana, os EUA aplicaram uma série de sanções econômicas contra o Irã. Essas sanções fazem parte da realidade da sociedade iraniana desde então. Os EUA utilizaram essas sanções como mecanismo de coerção sobre um espaço estratégico para seus interesses geopolíticos. Ao longo desse tempo, as sanções econômicas sobre o Irã foram aplicadas de diversas maneiras, assim como, as razões que os EUA alegaram para legitimar essa coerção. Porém, o estado constante de sanção está relacionado a uma realidade geopolítica e geoestratégica em um jogo de potências entre EUA e Rússia e, não por interesses econômicos.

Não obstante aos conceitos das teorias econômicas, as sanções são elementos de coerção que uma sociedade utiliza para enquadrar outra de acordo com seus interesses e com sua grande estratégia. Ao longo da história, as sanções estão presentes em tempos de paz e em tempos de guerra. Deste modo, tais sanções são um elemento político presente no grande jogo das nações. Por isso, o trabalho pretende investigar uma dinâmica diferente para o uso do mecanismo das sanções, ou seja, irá buscar uma análise da aplicação das sanções sobre o Irã por um olhar geopolítico. Não serão analisados os mecanismos que foram usados para a aplicação dessas sanções ao longo dos anos, mas sim, qual o papel dessa estratégia coercitiva no jogo geopolítico das grandes potências na segunda metade do século XX e início do século XXI.

EQUIPE: FERNANDO SILVA AZEVEDO, EDUARDO CRESPO, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO

ARTIGO: 3311

TÍTULO: OS FILHOS SEM PÁTRIA: O LUGAR DO APÁTRIDA NO SISTEMA INTERNACIONAL E O PRIMEIRO RECONHECIMENTO DE APATRIDIA NO BRASIL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: e-Pôster

RESUMO:

Este trabalho a partir de reflexões sobre os direitos dos apátridas, tem por objetivo explicitar e desconstruir uma série de definições normatizadas na sociedade nos tempos atuais. A partir dos conceitos de Estado e seus principais fundamentos que o compõe como: povo, nacionalidade, soberania, território e autoridade detentora de poder comum e coletiva, busca-se ampliar a compreensão desses. A importância da essa discussão se deve à intrínseca relação entre nacionalidade e direitos. Ora, como um ser humano que não possui nenhum vínculo estatal, cujo status se define como de “apatridia”, terá acesso à direitos fundamentais que estão diretamente ligados a nacionalidade? O presente trabalho busca responder a essa questão e suscitar críticas a partir da relevância atribuída ao modelo de Estado-Nação como fio

condutor de direitos. Para tanto, no que concerne ao desenvolvimento teórico, o debate será baseado nas reflexões de autores como Benedict (2007), Haddad (2008) e Arendt (2007), além das perspectivas sobre apatridia apresentadas por Godoy (2011) e Andrade e Fantazzini (2011), os quais possibilitaram a articulação do tema pretendido. Ademais, será feito um estudo de caso com base no primeiro reconhecimento de apatridia no Brasil, realizado em 2018, uma vez que o direito interno de um país, Brasil, será analisado, dando maior especificidade ao estudo. Foi considerado de extrema importância discutir o caso brasileiro devido a seu papel de combate à apatridia no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e em especial no que tange à Nova Lei de Migração, promulgada em 2017 (Lei 13445/2017), que veio para substituir o antigo Estatuto do Estrangeiro, vigente durante a ditadura civil-militar (1964-1985). A nova lei é responsável por trazer uma série de definições antes inexistentes no direito interno (como a de migrante, apátrida, refugiado etc), garantindo, dessa forma, direitos e deveres a esses grupos estrangeiros em situação de vulnerabilidade.

EQUIPE: AMANDA CAZATTI BELISARIO, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: 3315

TÍTULO: AS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO MODELO BRASILEIRO DE FISCALIZAÇÃO AEROPORTUÁRIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O trabalho vem sendo desenvolvido dentro do grupo de pesquisa sobre Migrações e Refúgio coordenado pela Prof.^a Dr.^a Flavia Guerra, e serve como base para a elaboração do meu trabalho de conclusão de curso. Inicialmente, este propõe-se a levantar hipóteses sobre os interesses dos Estados na burocratização das fronteiras, tema explorado por autores como Mark Salter. Segundo este autor, os Estados podem facilitar a entrada daqueles que julgam não ser uma “ameaça” a seu território, ou dificultar caso estes não estejam dentro dos “padrões” esperados.

A pesquisa pretende mostrar ainda como o avanço das práticas e da tecnologia de ponta nas fronteiras aeroportuárias excluem os indivíduos em situações mais vulneráveis e contribuem para a construção de uma determinada ideia de Estado e de segurança nacional.

Este controle de fiscalização aeroportuária vem sendo acompanhado pelo desenvolvimento de instrumentos tecnológicos. Dentre estes, pode-se citar o reconhecimento facial, que faz uma leitura do rosto do indivíduo, possibilitando também a relação com outros dados, o que cria condições para diferentes formas de interpretação.

Para tentar compreender os possíveis objetivos desses instrumentos e as implicações deste fenômeno na vida dos migrantes, refugiados ou até mesmo viajantes que por ali passam, contaremos com a contribuição do sociólogo Didier Bigo, que traz uma reflexão sobre o uso da tecnologia como uma ferramenta de vigilância baseada na dicotomia segurança x insegurança. Estas tecnologias e práticas podem ainda ser interpretadas através do conceito de banóptico (Didier Bigo), no qual alguns indivíduos são excluídos em prol da segurança de outros.

O recorte geográfico do trabalho se concentrará no Brasil, não apenas pela melhor acessibilidade como também pela carência de estudos relacionados à questão da tecnologia de vigilância no país. Portanto, o aeroporto escolhido para o aprofundamento da análise será o Aeroporto Internacional Tom Jobim, no Rio de Janeiro. A metodologia utilizada para desenvolvê-lo teve caráter qualitativo, com uma abordagem não só explicativa como também exploratória. Além de consulta às obras, trabalhos acadêmicos e dados sobre o tema, também foram feitas entrevistas pessoalmente no aeroporto com a Polícia Federal e os agentes do controle de passaporte, a fim de fazer uma análise sobre a forma de abordagem realizada nos limites nacionais, e os critérios utilizados para considerar um indivíduo como risco.

EQUIPE: THAYANE MOREIRA DA ROSA, FLAVIA GUERRA CAVALCANTI

ARTIGO: 3325

TÍTULO: O BRASIL NO HAITI: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA MINUSTAH

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: e-Pôster

RESUMO:

A MINUSTAH, missão de paz no Haiti, durou 13 anos e teve como comandantes de suas forças apenas brasileiros. A intensa participação do Brasil em todo o período consolidou internacionalmente sua figura de mediador de conflitos - com um histórico de mais de 50 operações como essa nas Nações Unidas.

No entanto, como a grande potência da América do Sul e uma das maiores economias da América Latina, vale ressaltar o teor estratégico da participação brasileira na intervenção. Tendo sido iniciada durante o governo Lula, num contexto de forte projeção do Brasil no exterior e redirecionamento da política externa brasileira (AMORIM, 2010; VIGEVANI, 2007), é possível notar políticas de exportação da cultura brasileira que visavam fortalecer a influência do país no Haiti (e, conseqüentemente, no Sul Global). Além disso, contrariando os valores humanitários da ONU, também é possível encontrar diversas críticas à atividade brasileira: do abuso de poder até a militarização excessiva.

Dessa forma, o presente trabalho procura fazer uma análise crítica da presença do Brasil no Haiti (FONTOURA, 1999; SEITENFUS, 2012) durante a atuação da MINUSTAH, com o objetivo de apresentar suas motivações não declaradas e possíveis controvérsias.

EQUIPE: LUCAS MACHADO, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: 3327

TÍTULO: APARATO JURÍDICO-SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO: MARGINALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a situação da população carcerária desde a perspectiva de gênero. Trata-se de um sistema estruturalmente seletivo (CHERNICARO, 2014) onde certas pessoas são estigmatizadas como criminosas, e cuja criminalização se orienta por estereótipos de um controle punitivo direcionado a marginalizados como mulheres ou homens negros, pobres e periféricos. Como primeiros resultados, verificou-se, inicialmente, que o encarceramento feminino incrementa a estigmatização socioeconômica.

Esta é uma pesquisa ainda incipiente, que se iniciou em março deste ano, e a metodologia, compreenderá revisão bibliográfica, análise de dados quantitativos de sistemas oficiais de informações, estatísticas e relatórios emitidos pelo Ministério da Justiça, e também de dados qualitativos, além de interpretação de dispositivos legais para verificar possíveis inconsistências entre o texto e a prática.

Ao se tratar de mulheres encarceradas, em nossas leituras preliminares, foi verificado que elas são submetidas a condições insalubres devido ao déficit de vagas nas penitenciárias (INFOPEN, 2016), e assim passam a ser vítimas de descumprimento da Lei 12.403/11 e das Regras de Bangkok. A este descumprimento legal soma-se a exclusão social, com abusos físicos e sociais que atingem especialmente os corpos femininos. As detentas vivem em condições inadequadas, sendo frequente a denúncia de violação dos direitos básicos, como a saúde. (BOITEUX, 2015).

A maioria dessas mulheres cumprem sua pena em estruturas, - em todos os aspectos preparadas para homens, que desconsideram suas

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

necessidades biológicas, como a menstruação - que faz com que, na falta de produtos higiênicos adequados, seja utilizado até mesmo miolo de pão - além da discriminação pelas visitas íntimas, devido ao tabu com sexualidade feminina. Se uma delas é mãe ou vem a sê-lo, durante o encarceramento, o impacto se intensifica devido ao abandono do companheiro e à privação da convivência com seus filhos, bem como às situações perigosas para sua integridade física e emocional, como realização de parto algemadas ou dentro do camburão e até em presídios. Neste aspecto, é necessário apontar que a maioria das penitenciárias brasileiras não possui cela para gestantes, berçário e creche.

A partir da verificação de dados preliminares, pode-se dizer que o Estado possui um conjunto de instituições carente de políticas públicas voltadas para as mulheres, sem considerar as consequências fisiológicas, sociais e culturais para vidas futuras. A negligência em relação ao gênero no encarceramento aponta para a maior necessidade de atenção ao exercício, pelas mulheres, de exercer seus direitos civis e o poder de cuidado e decisão sobre seus corpos.

EQUIPE: DEBORAH JULIA PEREIRA, MARIA APARECIDA AZEVEDO ABREU

ARTIGO: 3345

TÍTULO: O CINEMA E O CAPITALISMO: UMA ANÁLISE SOBRE O NOVO CINEMA BRASILEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Desde a sua difusão, no início do século passado, o cinema tem se mostrado uma eficiente arma no que diz respeito à propalar ideias na sociedade. Os movimentos cinematográficos, como o Expressionismo alemão ou o Cinema Soviético, por exemplo são fenômenos importantes para se analisar o pensamento intelectual de uma determinada sociedade em um período na história. Não obstante, o movimento Novo Cinema brasileiro, nascido nos anos 1960, deseja revolucionar a técnica cinematográfica, além de tratar das questões sociais da época, como a fome e a desigualdade social.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo expor como o movimento Novo Cinema contribuiu para a discussão e difusão de ideias sobre as formas de exploração das classes proletária e campesina na América Latina, mais precisamente no Brasil. Assim como salientar as revoluções técnicas no campo cinematográfico brasileiro, antes predominantemente influenciado pela cultura estadunidense, com as grandes produções. Assim, pretende-se também questionar até que ponto o movimento cinematográfico alcançou as massas.

A pesquisa será desenvolvida sob a análise do Novo Cinema, através da obra Deus e o Diabo na terra do sol (1964) de Glauber Rocha. À luz da teoria Neogramsciana, proposta por Cox (1983), pretende-se observar como a revolução técnica na produção da obra acompanha o conceito de difusão de ideias pela cultura. A "Estética da Fome" (ROCHA, 1965) será a base, para a problematização das técnicas de reprodução (BENJAMIN, 1975) como meio de difusão da arte entre as massas, e não mais como uma fonte de lucro capitalista somente (ADORNO; HORKHEIMER, 1947).

Os resultados esperados são a demonstração do cinema, mais especificamente do Novo Cinema, como uma instituição da infraestrutura capitalista sendo capaz ou não de ser uma ferramenta contra-hegemônica, que alcança as massas. Portanto, espera-se concluir se há como revolucionar o cinema em suas técnicas e através dele disseminar ideias na sociedade, que vão de encontro aos interesses da grande indústria.

EQUIPE: HARYEL ALVES AZEVEDO DE CARVALHO, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO, MICHELLE CORTES BATISTA BARRA MANSA

ARTIGO: 3349

TÍTULO: UMA ANÁLISE DO SURGIMENTO DOS GRUPOS ARMADOS EM EL SALVADOR: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O objetivo dessa pesquisa é realizar uma análise do discurso de violência presente atualmente em El Salvador, derivado de um cenário de conflito de Guerra Civil no século passado, a fim de apresentar tendências de interações dos índices de violência com o surgimento das gangues urbanas. Ademais, estabelecer conexões entre a violência atual presente no país com as políticas públicas resultantes desse discurso de violência, principalmente as de contenção às gangues. Raramente encontra-se artigos em periódicos acadêmicos que tratem da temática, em contrapartida não é incomum veículos de imprensa divulgarem notícias sobre a atuação das gangues salvadorenhas, relacionando-as ao tráfico na América Central. É comum ainda citarem o comportamento conturbado de membros das gangues e sua atuação em crimes.

Pesquisas iniciais apontam que o fenômeno das gangues, *Maras* e *Pandillas*, no que tange às suas origens, apresenta como determinantes o cenário Pós Guerra Fria e legado de conflitos armados internos dos Estados, além da marginalização, a exclusão social e as migrações. Particularmente, a migração é um fator relevante. Os *Maras*, tanto o *Dieciocho* quanto o grupo *Salvatrucha*, derivam de padrões migratórios específicos: refugiados salvadorenhas que foram para os Estados Unidos no final da década de 80, fundaram gangues visando a inclusão social e retornaram para El Salvador quando a política imigratória norte-americana acentuou-se em meados da década de 90. Como o país estava fragilizado após o fim da guerra civil e mesmo com os acordos de paz em andamento, o estabelecimento das gangues foi facilitado pelo fato do governo pós eleição não ter promovido as reformas rápidas e ter ignorado as questões sociais levantadas pelas negociações de paz.

Diante disso, há a necessidade de uma observação mais local do contexto das negociações de paz para entender a fase inicial do estabelecimento das gangues e quais as principais atividades criminosas que começaram a ser desenvolvidas, além do impacto à população local até os dias atuais (essa investigação é complexa dada a limitação do número de relatos disponíveis). Buscarei estabelecer a pesquisa por meio da coleta e análise de reportagens extraídos de jornais, revistas, sites de notícias, artigos acadêmicos e relatórios de agências públicas produzidos no século XXI.

Uma questão importante apresentada por Jütersonke, Muggah e Rodgers ao analisarem a perpetuação e atuação das gangues em El Salvador é a relação das mesmas como um fator de insegurança mais local do que transnacional, caráter que lhes é atribuído pela mídia e por formuladores de políticas públicas, principalmente quando os relacionam ao cenário do tráfico de drogas. Cabe notar que o governo salvadorenho desenvolveu políticas de repressão, como a Mano Dura e a Mano Estendida, o que aumentou os índices de violência, segregação nos espaços urbanos e precarizou investimentos em saúde e educação.

EQUIPE: JÚLIA BARCELLOS DE SOUZA, DIOGO MONTEIRO DARIO

ARTIGO: 3393

TÍTULO: **PARTICULARIDADES DO MECANISMO DO JUDICIAL REVIEW E O SEU PAPEL NA MANUTENÇÃO DA DEMOCRACIA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Ainda que a legitimidade do Judiciário, um poder não eleito, de praticar o Judicial Review seja questionada algumas vezes, o assunto é ligado a aspectos como a proteção e a efetividade de Direitos Fundamentais e a manutenção da democracia. Ainda que haja debate sobre a legitimidade de tal controle, ambos os que defendem uma maior preponderância da jurisdição constitucional e aqueles que propõem um minimalismo e uma posição de autocontenção da Corte concordam que o Judicial Review representa uma prática contra majoritária e, portanto, tem influência sobre o jogo democrático.

Desde o começo da prática do Judicial Review, ela tem apresentado diversas características que foram capazes de desempenhar um papel importante na história contemporânea democrática. Logo, o objetivo deste trabalho é analisar e apresentar comentários sobre as características principais que a prática do Judicial Review tem apresentado no curso de sua história e apresenta atualmente, utilizando exemplos da história constitucional Brasileira e da Americana. No Brasil, por exemplo, o Judicial Review apresentou mudanças significativas dentro do seu desenvolvimento histórico, tendo sido uma prática mais forte em tempos democráticos do que em ditatoriais, o que mostra bastante sobre a importância deste instituto para a manutenção democrática.

Deve-se concluir que a função do Judicial Review dentro da manutenção de uma democracia deve ser analisada com precaução. Primeiro porque se trata antes de tudo de um órgão com

amplo poder em questões de interpretação de normas constitucionais, gerando

precedentes vinculantes e com grande força argumentativa. Não se pode esquecer que os ministros são nomeados pelo presidente da república. Certa tendência valorativa é estabelecida pelos juízes que compõem a corte e influenciam as decisões desta de um modo geral. Assim, a função de protetora dos direitos fundamentais, tão importante para a democracia, deve ser analisada quanto a essa formação 'política' da corte. Ela deve, defende-se, ser capaz de superar essas divergências e concepções políticas para garantir sua função primordial: a tutela dos direitos fundamentais. Em seguida, defende-se que a corte é em certos casos e deve ser deferente perante as demais instituições quando a matéria é basicamente sobre questões administrativas e políticas. Cabe à corte julgar matéria substancialmente constitucional.

EQUIPE: GUSTAVO PARMA, FREDERICO AUGUSTO AUAD DE GOMES FILHO, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: 3404

TÍTULO: **GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO PARA ANÁLISE DO PERFIL DAS EMPRESAS JUNIORES DA UFRJ**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho visa ampliar a discussão sobre o conceito de Empresa Juniores, utilizando como modelo de estudo, as empresas já existentes na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com estas especificações, buscando analisar suas características e particularidades, compreendendo a relevância deste tema como uma importante ferramenta para uma formação acadêmica de qualidade. Para dar conta desta dinâmica Richardson (2018) define que: "Empresa Júnior é uma associação civil sem fins lucrativos, formada e gerida por alunos de um curso superior". Para obter uma visualização mais concisa sobre tal contexto, um questionário foi encaminhado e aplicado como pesquisa de campo destinada as empresas participantes. Neste formulário, possuía um total de quatorze perguntas (dez abertas e quatro fechadas) elaboradas com o intuito de conhecer o objeto de estudo em questão para exploração das informações obtidas. A metodologia utilizada consiste no levantamento de dados por meio da pesquisa documental acerca dos conceitos de empresas juniores e especificamente de como funcionam essas empresas na Universidade Federal do Rio de Janeiro. "A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias" (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 174). Também está fundamentada no método estatístico que segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 108) significa o uso de termos quantitativos e a manipulação estatística para "comprovar as relações entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado". Diante do quadro apresentado, num total de cinco empresas participaram desta dinâmica, ressaltando a necessidade de maior exploração acerca do tema proposto, principalmente no que tange a área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Esta atividade foi proposta e orientada pela Professora Delana Galdino de Oliveira aos graduandos do 5º período, do campus Cidade Universitária, na disciplina Gestão da Informação e do Conhecimento do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ. Portanto, espera-se que esta produção possa contribuir de maneira significativa para a promoção de uma formação discente continuada e libertadora.

EQUIPE: BRUNO DE JESUS DE MIRANDA, ILEANA SILVA EUGENIO, MARIANA FERNANDEZ DOS REIS, DELANA OLIVEIRA, NATHALIA DE QUEIROZ ELIAS

ARTIGO: 3422

TÍTULO: **MISSÕES DE ESTABILIZAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA O MODELO DE OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este trabalho tem por foco as chamadas missões de estabilização da Organização das Nações Unidas (ONU). Seu objetivo geral é examinar as características principais das missões de estabilização e compreender até que ponto elas representam algum tipo de alteração significativa no modelo de operações de paz da ONU. Mais especificamente, espera-se compreender quais as origens e os principais atores responsáveis pela introdução do conceito de estabilização no vocabulário da ONU, bem como os elementos definidores centrais desse tipo de intervenção e suas implicações dentro do modelo de operações de paz da ONU. A hipótese da pesquisa é que emergência das chamadas missões de estabilização dentro da ONU é um reflexo das intervenções realizadas pelos Estados Unidos e seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para a "estabilização" do Afeganistão e do Iraque no contexto da "guerra contra o terrorismo". Desse modo, a pesquisa procura examinar de que modo as doutrinas de estabilização das potências ocidentais da OTAN podem ter influenciado o processo decisório das operações de estabilização dentro do Conselho de Segurança da ONU, trazendo para o modelo de operações de paz da ONU mandatos mais ofensivos e intrusivos nos processos internos dos estados que são alvos dessas intervenções. Trata-se de uma pesquisa exploratória, que adota uma abordagem qualitativa e recorre à análise documental como método principal de coleta de informações, principalmente de fontes primárias como as doutrinas de estabilidade dos EUA, Reino Unido e França, assim como resoluções, relatórios e transcrições dos discursos realizados nas reuniões do Conselho de Segurança que aprovaram as missões de estabilização no Haiti, na RD Congo, no Mali e na República Centro Africana. Os resultados parciais desta pesquisa apontam para a confirmação da hipótese de que existe um nexo entre as doutrinas de estabilização das potências ocidentais da OTAN e a emergência das missões de estabilização da ONU, introduzindo alterações cruciais que levam a uma flexibilização dos princípios tradicionais do peacekeeping, como o consentimento das partes, a imparcialidade e o uso moderado da força, aumentando, em consequência, a propensão da ONU para o uso robusto da força e a interferência nos assuntos internos dos estados que recebem as intervenções. Este trabalho resulta da participação dos seus quatro autores nas atividades de iniciação científica realizadas no âmbito do projeto intitulado "Peacekeepers em Guerra: O Uso da Força nas Missões de Estabilização da ONU", coordenado pelo Prof. Gilberto Carvalho de Oliveira no Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa e aprovado no PIBIC-2018.

EQUIPE: MARCOS LUIZ DA CUNHA DE SOUZA, GILBERTO CARVALHO OLIVEIRA, RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO, NICOLE MACHADO, MARCOS DO VALE ARAUJO

ARTIGO: 3464

TÍTULO: **COMO FUNCIONA A SOCIEDADE 1**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Com esse trabalho, pretendemos apresentar o curso de extensão “Como funciona a sociedade 1” e a participação dos alunos extensionistas em sua realização. Este tem como seu caráter ser um curso introdutório de Formação Política. Aborda o debate sobre a expropriação da força de trabalho, a exploração dos trabalhadores, a teoria do mais-valor e da mais valia, a divisão da sociedade em classes e suas formas de dominação de classe, por uma inclinação anticapitalista. Sua duração é de aproximadamente dois dias, e teve como sua condutora a professora do Instituto de Economia e Coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA), Maria Malta. Também possui um material bibliográfico específico utilizado como apoio teórico, produtos como o do Núcleo de Educação Popular 13 de maio (NEP); e demonstração de dados secundários quantitativos, retirados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que constam informações do salário anual, mensal e que juntos servem para embasar todo o debate. Outros textos também foram utilizados como “O prefácio à contribuição à crítica da economia política” de Karl Marx e Friedrich Engels e “Histórico do Entendimento” de Jander Ramon. O curso tem como objetivo geral endossar o debate sobre a estrutura e a dinâmica da sociedade capitalista e especificamente: a sua organização social e do Estado; o papel de cada classe social para o seu funcionamento; a estrutura e superestrutura do mercado enquanto atividade nacional e internacional correspondente a um único sistema; as correlações de força e as contradições deste sistema. A sua programação pretende alcançar as particularidades dos níveis de abstração de cada participante presente: elaborado para pessoas que nunca tiveram proximidade com o tema, aborda os processos e categorias que correspondem a alguns movimentos da sociedade por meio de dinâmicas, fazendo com que a leitura da realidade aconteça de forma mais evidente. Prezando pela sua construção coletiva, incentiva a participação dos participantes a todo momento, buscando uma relação de troca de saberes. No “Como funciona a sociedade 1”, a interação dos extensionistas do projeto “Formação de educadores populares” se deu pelo estudo da bibliografia utilizada; um prévio estudo da dinâmica a ser desenvolvida; a organização da infraestrutura que permitiu a sua realização; a divulgação e construção de arte para a mesma; e o convite à movimentos sociais, sindicatos e outros grupos que se interessam pela temática. Por fim, se pode afirmar que as atividades que compreendem este curso, desde a sua preparação até a sua execução, conseguiram corresponder aos objetivos esperados, quando permitiu a curiosidade e a reflexão crítica, necessárias para o início da compreensão da realidade tal como ela é, aos participantes; assim como uma nova experiência de atividade de formação aos extensionistas, os preparando enquanto educadores populares.

EQUIPE: PEDRO BRANDÃO, CAMYLLA NETO SALDANHA DA FONSECA, JULIANE ISABELE GONÇALVES, MARIA MELLO DE MALTA, JUAN BARBOSA

ARTIGO: 3468

TÍTULO: **A QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS DO SETOR PETROLÍFERO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Trata-se de um trabalho em andamento, cujo objetivo é analisar a qualidade das informações contábeis das empresas do setor petrolífero, atualizando as evidências existentes para os dias atuais. Para essa primeira parte, fez-se um levantamento bibliográfico, contemplando um total de 72 artigos internacionais, publicados entre 1976 a 2010 e obtidos em repositórios científicos, tendo por base palavras chaves como: “oil and gas accounting”, “full cost”, “successful efforts”, “value relevance”. Atualmente, tem-se um ambiente normativo que se permite a utilização de modelos contábeis distintos, seguindo-se basicamente os modelos contábeis da capitalização total e dos esforços bem-sucedidos. No primeiro método, as empresas podem ativar todos os gastos associados às atividades de aquisição, exploração e desenvolvimento de propriedades, enquanto que pelo esforços bem-sucedidos, apenas os custos que resultarem em aumento das reservas provadas. A literatura pretérita, buscou responder basicamente questionamentos como: o que leva um gestor a escolher um dos métodos em particular? E, qual o impacto econômico considerando cada um dos métodos? Os estudos evidenciam que a escolha do modelo contábil se baseia em inúmeros fatores, tais como o tamanho da empresa, em que empresas maiores tendem a escolher o método dos esforços bem-sucedidos, enquanto as menores, o da capitalização total. Outro aspecto refere-se à estrutura de capital. As empresas com altas dívidas tendem a evitar padrões contábeis que as causem redução nos lucros ou nos ativos tangíveis líquidos. Assim, empresas que adotam a capitalização total tendem a possuir dívida de longo prazo maior do que as empresas que optam pelo método dos esforços bem-sucedidos. Além disso, o resultado da empresa pela capitalização total tende a ser relativamente maior do que o resultado produzido pelos esforços bem-sucedidos, especialmente se a empresa se encontrar em fase exploratória. As evidências também mostram que investidores enxergam as informações reconhecidas e divulgadas de maneira diferente. Os estudos indicaram que a variável mais importante na escolha dos métodos é a relação entre os poços exploratórios e as receitas, isto é, quanto mais poços exploratórios são perfurados, maior a chance de se escolher a capitalização total. As discussões acerca de qual método contábil melhor captura as transações econômicas duram até hoje, não sendo uma questão resolvida. Para a próxima etapa do estudo, busca-se evidências que possam contribuir para diminuir essas divergências. Para tanto, se trabalhará em uma base de dados obtida da Evaluate Energy, contemplando o período de 2005 a 2018, referente a mais de 130 empresas petrolíferas mundiais. O modelo básico de análise refere-se à função $Valor da Empresa = f(Lucro Líquido por Ação + Patrimônio Líquido + Método de Contabilização + Variáveis de Controle)$, a qual tenta capturar a relevância das informações contábeis, inclusive a escolha do método, para o mercado de ações.

EQUIPE: REBECA DE CERQUEIRA DIONIZIO, ODILANEI MORAIS DOS SANTOS

ARTIGO: 3496

TÍTULO: **O TRÁFICO DE ARMAS NO BRASIL E O PORTO PARAGUAIO DE PARANAGUÁ**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa PIBIC realizada no Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa - LESD/UFRJ, sendo também uma extensão do Projeto do Atlas de Segurança Marítima da Escola de Guerra Naval, cujo objetivo principal é mapear vulnerabilidades do ambiente marítimo brasileiro, a fim de avaliar atividades ilícitas que ocorrem nas águas interiores e zona econômica exclusiva brasileira. Dentre as metas está tentar entender como esses grupos criminosos se aproveitam de estruturas, brechas ou ausências do Estado para manutenção da logística ilícita. Este trabalho a ser apresentado na SIAC é uma parte da pesquisa que pretende mapear a logística de circulação de armas ilícitas no Brasil, e aqui será focada na logística que passa pelos Portos de Paranaguá (diretamente) e de Santos (indiretamente). A pesquisa bibliográfica incluiu o relatório da CPI da tráfico de armas de 2006; matérias de jornais, revistas e sites de notícias; e relatórios das agências de segurança publicados de 2014 a 2019. Antes de 2006, quando veio a público o relatório de investigação de organizações criminosas e tráfico de armas, sabia-se que a fronteira do Paraguai era a principal rota de entrada de armas no Brasil, apesar de a produção de armas no Paraguai ser desprezível. As rotas mais comuns eram terrestres e passavam por cidades como Assunção e outras fronteiriças como Pedro Juan Caballero e Ciudad Del Este, com desembarque no Brasil através da Ponte da Amizade, do Lago de Itaipu e do rio Paraná (áreas onde há parte da logística marítima). Ainda hoje, o Paraguai e a Tríplice Fronteira seguem sendo a principal origem de armas ilegais que entram no Brasil. Verificamos, que a PF promove desde 2014, um rastreamento de armas e munições, por meio de investigação a partir da apreensão contando com informações e parcerias dos estados brasileiros, tentando fazer o caminho contrário da rota, até sua origem nas lojas paraguaias. Com isso, constatou-se que quase todas armas entram no Brasil por via terrestre, entretanto, para fugir da fiscalização há pequenos desvios da rota pelo ambiente marítimo. Em geral, armas de pequeno porte vêm do Paraguai e Argentina (entram pelo Paraná ou Mato Grosso, com destino a SP e RJ) e de avião junto com drogas (vindos da Bolívia e Paraguai em direção a SP e MG). As de grosso calibre, como fuzis e rifles, vêm dos EUA, na modalidade criminosa chamada “via expressa”, onde entram desmontadas em pequenas encomendas (pelo Uruguai). As armas são usadas para proteção do tráfico de drogas, por meio de aluguel, venda ou empréstimo para facções. E os fuzis e rifles são usados também em assaltos a bancos, cargas, valores e resgate de presos. O Paraguai é o principal país de trânsito de armas para Brasil e portanto há nessa logística, uma questão relevante, já apresentada em 2006 pela CPI do tráfico de armas, a gestão portuária do Porto

de Paranaguá pelo Paraguai e é sobre este assunto que a pesquisa a ser apresentada na SIAC deverá se desdobrar.

EQUIPE: DANIELE DIONISIO DA SILVA, MICHELINE TEIXEIRA DE FREITAS SOUSA

ARTIGO: 3500

TÍTULO: A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E A CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE: UMA ANÁLISE DAS CONTROVÉRSIAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster

RESUMO:

Embora o Brasil tenha se comprometido nas esferas doméstica - por meio da Constituição Federal de 1988 e Estatuto do Índio de 1973, e internacional - por meio de tratados internacionais, a assegurar os Direitos Humanos e Direitos Indígenas, suas práticas evidenciam uma tendência contrária a isso. Dessa maneira, o presente trabalho propõe uma análise das controvérsias entre a participação do Brasil no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) e a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM), no Alto Xingu, Pará. Através desse estudo de caso, pretende-se discutir em que medida o Brasil se compromete internacionalmente com os direitos humanos e dos povos indígenas, e na prática comete violações deliberadas desses direitos em prol de políticas desenvolvimentistas. Dentre inúmeros casos emblemáticos, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, pensada para ser a segunda maior obra de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2), tomou maior proporção nas discussões internas e ganhou notoriedade internacional, recebendo a influência de atores globais, regionais e entidades ambientalistas. Na esteira das discussões acerca deste projeto, o Supremo Tribunal Federal aprovou em 2005 sua construção, contrariando o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que dispõe que o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas só pode ser efetivado após consulta a esses povos afetados. Além disso, no mencionado caso, os povos afetados perderiam a capacidade de expressar sua identidade cultural, uma vez que esta depende inerentemente da terra e da natureza. Diferentemente dos povos brancos, os indígenas originários integram culturas que cultuam a natureza como o princípio norteador de seus valores, práticas e crenças. Nesse sentido, o Brasil foi de encontro ao artigo 21 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), que confere aos povos indígenas o direito de usar, usufruir, controlar e proteger suas terras e bens materiais e imateriais; tal prática não condiz com o compromisso firmado no Pacto de São José da Costa Rica de proteger o direito à identidade cultural desses povos.

EQUIPE: RANGEL RODRIGUES DE AMORIM, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO, CAROLINE SIQUEIRA DE SÁ

ARTIGO: 3531

TÍTULO: AUTONOMIA CONTROLADA: O TRABALHO EM PLATAFORMAS DE TRANSPORTE NO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A tecnologia atual, pelo desenvolvimento da Internet e dos instrumentos digitais de pequeno porte, como os chamados “smartphones” e computadores portáteis, permitiu o desenvolvimento de aplicações algorítmicas que permitem a realização de gestão de pessoas à distância para a realização de atividades econômicas em diversas áreas. As empresas que utilizam aplicativos para realizar a atividade econômica de transporte, tanto de pessoas, como de mercadorias, invadiram o mercado brasileiro na segunda metade da década de 2010, colocando em questão o direito e modificando o cenário do mercado de trabalho. Para organizar a multidão, ponto central do próprio negócio de “crowdworking” (Ivanova et al., 2018; Prassl, 2018), as empresas realizam estratégias para controlar os trabalhadores que se diferenciam daquelas realizadas pelas empresas tradicionais (Carelli, 2017; De Stefano, 2018). Quais são os mecanismos de controle exercidos sobre os trabalhadores? O que os mantém na plataforma? Qual o grau de autonomia que resta a esses trabalhadores? Essas são as questões que o estudo pretende responder a partir de pesquisa empírica realizada com trabalhadores de diversas plataformas de transporte de pessoas e mercadorias.

EQUIPE: RODRIGO DE LACERDA CARELLI, GIULIA VALENTE DE CUNHA, MAYSÁ SANTOS DE ANDRADE, MARIA HELENA SILVA LINS, PEDRO ALEXANDRE CRUZ BARROS

ARTIGO: 3534

TÍTULO: PROJETO DE EXTENSÃO: RODAS DE DIÁLOGOS: ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O projeto de extensão tem por objetivo o desenvolvimento de grupos de discussão em escolas da rede pública de ensino na região metropolitana do Rio de Janeiro, acerca das políticas públicas, dos direitos constitucionais e dos bens de consumo coletivo. Os temas são abordados com o intuito de estimular o interesse e o conhecimento dos estudantes sobre a importância do ambiente público e da política para a consolidação da cidadania. As rodas não se restringem aos estudantes, mas buscam promover o diálogo com a comunidade escolar - professores, técnicos e familiares -, a partir de temas da Gestão Pública e do Estado, e mediante o interesse dos mesmos. Os seguintes temas são abordados: Comunicação como Direito Público; Acesso à Educação Pública; Serviços Públicos e Meio Ambiente; Pacto Federativo; Direitos Constitucionais, entre outros, entendidos como imprescindíveis para a formação do cidadão enquanto sujeito político.

A metodologia do projeto consiste em uma primeira abordagem das temáticas pelos extensionistas e professores responsáveis pelo projeto, que, por meio de oficinas na Universidade, discutem os principais elementos que permitem a aproximação aos temas, buscando construí-los de maneira acessível ao público escolar, de diferentes faixas etárias.

Em um segundo momento, nas escolas, as temáticas são propostas ao público escolar em formato de rodas de diálogo. As rodas são conduzidas pelos extensionistas a partir de uma breve apresentação sobre as informações que, refletidas à luz das experiências cotidianas, permitem aproximar as visões dos estudantes e dos extensionistas para a construção coletiva do entendimento sobre os assuntos abordados.

Resalta-se a importância dos extensionistas na dinâmica das rodas, tanto por serem responsáveis pela elaboração do material pedagógico, quanto por serem os interlocutores, o que permite que as temáticas sejam tratadas de maneira informal, porém guardando o rigor intelectual. Dessa maneira acredita-se na construção de pontes entre distintas visões de mundo e experiências, de maneira recíproca e horizontal.

As visitas têm permitido apreender a importância do diálogo entre a Universidade e o público escolar, capazes de romper com o senso comum sobre as questões públicas, compreender as demandas da sociedade sobre os bens coletivos e construir a cidadania a partir de uma perspectiva crítica e emancipatória. Tais aspectos serão tratados a partir das rodas de diálogo realizadas no Colégio Olavo Bilac, localizado no bairro de São Cristóvão, em setembro de 2018; no Colégio Deodoro, localizado no bairro da Glória, em abril de 2019; e no CIEP 386 Guilherme da Silveira Filho, Jardim Bangu, em maio de 2019. Todas os colégios localizam-se na cidade do Rio de Janeiro.

EQUIPE: KATELYN CARVALHO, MARCOS VINÍCIUS REZENDE DA SILVA, LARISSA DA SILVA CARVALHO, DEBORAH JULIA PEREIRA, BEATRIZ SILVA CHRISTOVAO, MARIA CLARA FERRER PAULA SILVA, KATARINA LIMA MEDEIROS, JONATHAN FELIPE PEREIRA, ISABELLE LINS E SILVA GONÇALVES, ANTHONY OLIVEIRA, GABRIEL SANTOS GONÇALVES, DEBORAH WERNER, RENATA BASTOS DA SILVA, LALITA KRAUS, RICARDO MARINH

ARTIGO: 3535

TÍTULO: **ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO BNDES NOS INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURA NA ÁREA DE LOGÍSTICA JUNTO A ENTES FEDERADOS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO: O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado a partir da Lei nº 1.628/52. O BNDE, em um primeiro momento, foi um grande investidor no setor de infraestrutura, sendo uma autarquia federal responsável por formular e executar políticas nacionais de desenvolvimento. Desde sua criação é possível observar a articulação do Banco, que em 1982 tem o termo Social adicionado ao nome, com o Estado, as elites e a acumulação de capital no Brasil. É possível perceber, também, que essa atuação mudou de acordo com o governo em questão, por vezes mais voltada a indústria e ao mercado interno ou, como na década de 1990, ao processo de privatização das estatais. Entretanto, enquanto financiava e geria o processo de privatizações, continuava sendo responsável por projetos de desenvolvimento econômico (VAINER, Carlos; VIEIRA, Flávia, 2017, p. 37). Desse modo, este trabalho visa analisar a atuação do BNDES nos investimentos de infraestrutura, com foco na área de logística, e sua relação com entes federados e o mercado de exportação. Também, visa comparar os investimentos feitos no transporte de passageiros e no de carga, relacionando investimentos direcionados à infraestrutura e a exportação de produtos. A partir da análise de dados dos investimentos em infraestrutura do BNDES, almeja-se reconhecer o perfil socioeconômico, racial e a região do Brasil em que se encontram os indivíduos que têm acesso aos resultados materiais destes investimentos. Ademais, busca-se entender a relação entre países periféricos, ou de capitalismo tardio, e a atuação do Estado, por meio de Bancos Públicos, nessas economias.

Anseia-se alcançar os objetivos explicitados através da análise de dados dos investimentos realizados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social na área de infraestrutura durante os anos de 2002-18, dados estes, recolhidos na plataforma de transparência do BNDES. Através do cruzamento de dados secundários do Censo Demográfico de 2010 do IBGE será feita uma análise socioeconômica, racial e geográfica dos indivíduos que podem disfrutar dos resultados causados pelos investimentos. Além disso, será feita uma análise histórica da criação e operação de Bancos Públicos em economias periféricas e de capitalismo tardio, a influência dos Estados nessas economias e como se dá sua atuação; esta análise será feita por meio de estudos bibliográficos das obras apresentadas na bibliografia. A pesquisa aqui exposta ainda não foi finalizada, dessa maneira, não é possível apresentar resultados concretos ainda. Todavia, através das análises executadas até o momento, é possível levantar hipóteses sobre o tema pesquisado. Estas serão listadas a seguir: 1- há mais investimentos no setor de infraestrutura ligado à logística quando se tratando do transporte de carga para a exportação, em especial exportação de bens primários; 2- o transporte de passageiros e mobilidade urbana recebem menos investimentos que o setor de infraestrutura ligado ao transporte de carga

EQUIPE: MONIQUE ASSUNÇÃO, DEBORAH WERNER

ARTIGO: 3545

TÍTULO: **SISTEMAS DE AQUISIÇÃO DE DEFESA: DINÂMICA E IMPASSES**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A temática das aquisições de defesa vem ganhando destaque nos últimos anos, seja porque a produção de armamentos se tornou mais custosa e complexa, os requisitos militares mais rigorosos e/ou porque os governos demandam hoje maior especialização na gerência do assunto. A compreensão desse campo de estudo não é, contudo, trivial: em geral, as aquisições de defesa perpassam uma infinidade de instâncias decisórias e burocráticas - que diferem de Estado para Estado -, movimentam altas quantias de capital em um mercado alheio às regras do comércio internacional e originam produtos indispensáveis à manutenção da segurança e da soberania nacional. Multifacetada e abrangente, a área das aquisições é claramente complexa e suas informações nem sempre são acessíveis, o que dificulta o entendimento. Dessa forma, o presente trabalho visa identificar os principais impasses e desafios relatados de forma recorrente pelos Estados nacionais no gerenciamento de sistemas de aquisição de defesa, ou seja, sistemas responsáveis por fornecer o ferramental necessário ao cumprimento de missões militares e das atividades do ministério ou departamento de defesa. Busca-se aqui compreender a dinâmica dessas aquisições em sua essência, as motivações originais e as atuais, e os problemas associados (científico-tecnológicos, institucionais, políticos, militares, gerenciais, econômicos, etc.), bem como as noções básicas do que hoje se entende por "sistema de aquisição de defesa". Para tanto, a pesquisa assume caráter qualitativo e utiliza de metodologia primordialmente exploratória, com base em levantamento bibliográfico de fontes primárias e secundárias. Ainda que em estágio inicial, tal trabalho é um importante passo no entendimento das aquisições de defesa de uma forma mais holística frente aos crescentes desafios nacionais e internacionais, e corrobora, sobretudo, ao incremento dos estudos (ainda escassos) na área dentro da academia brasileira. Os resultados encontrados destacam a existência de problemas comuns a sistemas de aquisição de defesa de diferentes Estados, o que, consequentemente, pode resultar no surgimento de soluções também comuns ou capazes de serem adaptadas de um Estado em outro a depender das prerrogativas e necessidades nacionais. Posto isso, espera-se que esse trabalho incentive novas pesquisas na área das aquisições de defesa e contribua ao estabelecimento de novas políticas públicas no Brasil.

EQUIPE: ADRIANA MARQUES, KATHLEEN VIEIRA

ARTIGO: 3568

TÍTULO: **NINJAS FAZEM BICO? UM ESTUDO DE PLATAFORMA DE CROWDSOURCING NO BRASIL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

As tecnologias digitais implementadas na segunda década do Século XXI, possibilitadas pelo avanço da internet móvel e pela disseminação dos aparelhos celulares ditos "smartphones", permitiram que empresas criassem plataformas para a oferta em larga escala de trabalhadores para a prestação de serviços, o que foi denominado "gig economy" (economia do bico), "crowdsourcing" ou "on-demand economy" (economia por demanda) (Aloisi, 2016; Zysman, 2016; Ivanova et al, 2018). Essas plataformas podem organizar trabalhadores para realização de uma determinada atividade econômica, como transportes de pessoas ou de mercadorias (Dubal, 2017; Carelli, Casagrande, Oitaven, 2018), ou podem oferecer múltiplos serviços sem que aparentemente haja a realização pela empresa de uma atividade econômica além da própria intermediação (labor broking ou brokerage) (De Stefano, Aloisi, 2018; Signes, 2017). O presente trabalho pretenderá analisar esse segundo tipo de plataforma com o fim de responder as seguintes questões: qual a atividade econômica realmente realizada por esse tipo de plataforma? Qual o perfil dos trabalhadores que oferecem serviços por seu intermédio? O trabalho realizado é completamente autônomo? Há dependência econômica dos trabalhadores em relação à plataforma? Quais os desafios do Direito na regulação desse tipo de trabalho? Para responder tais perguntas será realizada pesquisa empírica sobre a plataforma "Get Ninjas" (www.getninjas.com.br).

EQUIPE: RODRIGO DE LACERDA CARELLI, LIVIA BENA ALVES, ANGELA BITTENCOURT, BRUNA MIRANDA DE CARVALHO

ARTIGO: 3629

TÍTULO: **A CARREIRA DE OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO E SEUS DESAFIOS NO SÉCULO XXI**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A valorização do capital intelectual tem feito com que as organizações, cada vez mais, invistam nas pessoas, ou seja, nos seus recursos humanos, buscando desenvolvê-los através de um plano de carreira, com o propósito de alcançar seus objetivos institucionais. A presente pesquisa pretende analisar a estrutura do plano de carreira dos Oficiais do Exército Brasileiro, bem como, descrever os seus principais desafios no século XXI. A pesquisa teve por base documentos oficiais, livros, artigos e monografias, sob a ótica qualitativa. O referencial teórico está

fundamentado na Teoria da Burocracia Weberiana, além disso, no que se refere a modernização e profissionalização das Forças Armadas buscou-se a abordagem de Janowitz. Em um ambiente de rápidas mudanças que atualmente cerca as instituições, observa-se que o seu sucesso no mundo moderno depende, cada vez mais, das pessoas, conforme nos relembram Schermerhorn et al (1999, p.86) "Só quando as pessoas tiverem entusiasmo e forem capazes, as organizações poderão atingir alto desempenho. Só quando as pessoas tiverem a sensação de satisfação pessoal em seu trabalho, será possível alto desempenho numa base contínua". Nesse contexto, no século XXI o Exército Brasileiro se reestruturou, tendo em vista o novo cenário da Guerra e as novas demandas da sociedade brasileira, dessa forma, entende-se que o Ministério da Defesa, como uma das instituições integrantes do sistema de defesa do nosso País e sob os impactos da globalização e dos avanços constantes da tecnologia, só conseguirá alcançar seus objetivos e cumprir suas missões se houver um maior investimento no desenvolvimento de seus recursos humanos.

EQUIPE: JOSE ALVES DE LIMA, ADRIANA MARQUES, JACINTHO MAIA NETO

ARTIGO: 3639

TÍTULO: ESTUDO DE COMUNIDADE: BIBLIOTECA CENTRAL DA ELETROBRAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O trabalho em questão foi elaborado como parte avaliativa da disciplina Formação e Desenvolvimento de Coleções do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ. O intuito desta produção é desenvolver um estudo de comunidade relevante, buscando conhecer o perfil da comunidade local e suas demandas. Compreendendo tal contexto Figueiredo (1970) define Estudo de Comunidade como "uma investigação de primeira mão, uma análise e coordenação dos aspectos econômicos, sociais e de outros aspectos interrelacionados de um grupo selecionado." A instituição escolhida para a aplicação deste estudo foi a Biblioteca Central da Eletrobras, uma importante Unidade de Informação especializada na área de energia elétrica. A metodologia adotada para esta produção foi a Pesquisa-Ação que [...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1988, p.14). Para isso foram realizadas entrevistas individuais com cada componente da equipe de gestão da biblioteca, como também a elaboração de um formulário experimental de amostragem prévia sob o método de pesquisa quantitativa, visando aprimorar o conhecimento do perfil de um dos grupos frequentadores da Biblioteca Central, através da aplicação, coleta e tratamento de dados voltado para os estagiários das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. O que se pode constatar é boa parte deste público de estagiários não frequenta ou pouco conhece sobre os produtos e serviços oferecidos pela biblioteca, e é fundamental traçar meios que visem o alcance deste público em potencial. Portanto, espera-se que esta pesquisa sirva como instrumento norteador para um melhor panorama sobre a comunidade investigada para o melhor atendimento de suas necessidades informacionais.

EQUIPE: BRUNO DE JESUS DE MIRANDA, NADIR FERREIRA ALVES

ARTIGO: 3651

TÍTULO: AVALIAÇÃO DO BRT TRANSOESTE: ESTUDO DE CASO DE GUARATIBA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A presente pesquisa pretende analisar a mobilidade por transporte público em Guaratiba e as decisões recentes da gestão pública municipal sobre este serviço, sob a perspectiva do caráter de direito fundamental social atribuído pela Constituição Federal Brasileira (EC n. 90/2015). Esta pesquisa se iniciou em 2018, e no primeiro momento explorou os bairros de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Ao longo do trabalho, percebemos que este último guarda características distintas dos demais, sendo pouco estudado no ramo da mobilidade urbana, pois possui formação urbana recente, e apenas com o advento do Jogos Olímpicos (2016) passou a receber investimentos expressivos em infraestrutura. O bairro está localizado a aproximadamente 50 km da área central do município; devido a essa distância e de não ser área de oferta expressiva de empregos, serviços e equipamentos públicos, o transporte público passa a ser essencial e indispensável para que a população de Guaratiba possa ter acesso à cidade. Ademais, Guaratiba conta com uma população de 110.049 habitantes (IBGE, 2010), e um percentual de trabalhadores ocupados de 5% (IBGE, 2010), registrando um tempo médio de deslocamento casa-trabalho de 61,09 minutos, sendo a terceira maior média do município, ficando atrás apenas de Sepetiba e Paciência (IBGE, 2010). Então, o transporte, notadamente o público, cumpre função social vital, uma vez que o maior ou menor acesso aos meios de transporte pode tornar-se determinante à própria emancipação social e o bem-estar daqueles segmentos que não possuem meios próprios de locomoção (COSTA, Ruan; ALVES, Cândice, 2017). Logo, a pesquisa analisa a gestão pública a nível municipal em relação à implementação do serviço de BRT na região, tal como os desdobramentos dessa política, para avaliar as ações e decisões tomadas a nível municipal e como estas vêm a afetar a população. Para isso são estudadas as pactuações entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - PCRJ e o Consórcio Operacional BRT, para verificar se o mesmo se dá de forma a beneficiar a população ou não. Além disso, estão sendo ponderados os efeitos da implementação do BRT através do tratamento de dados recolhidos na PCRJ, sobre a operação de transporte entre os anos de 2011 e 2018. Com isso, pretende-se demonstrar e avaliar as ineficiências, ganhos e potencialidades do sistema de transporte público para os moradores de Guaratiba, observando se o acesso à cidade é garantido pelo mesmo.

EQUIPE: ANA LUIZA NASCIMENTO MAIA, LIARA JÚLIA LIMA DE MARIA, ROSANGELA MARINA LUFT

ARTIGO: 3654

TÍTULO: INOVAÇÃO ABERTA E AS INTERAÇÕES NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A inovação aberta, assim como definida por Chesbrough *et al.* (2006), apresenta um novo paradigma da indústria mundial, que visa o compartilhamento de custos e riscos de projetos. Logo, as empresas buscam parceiros que possam agregar e contribuir em diferentes etapas do processo de desenvolvimento de novos produtos e processos. Além disso, reforça-se a importância de absorver as informações que estão distribuídas entre os demais atores do sistema de inovação. Na indústria farmacêutica, os projetos de desenvolvimento de novos produtos são longos e dispendiosos. Assim, de acordo com a literatura pesquisada sobre inovação aberta, apresenta-se um cenário oportuno para a formação de arranjos cooperativos, a fim de diminuir os custos e compartilhar os riscos.

A primeira etapa deste trabalho foi mapear as principais fontes de inovação aberta da indústria farmacêutica brasileira, ou seja, onde as empresas estão buscando informações para inovar, e os arranjos cooperativos que se formam para desenvolver inovações. Este mapeamento foi realizado a partir de revisão bibliográfica acerca dos temas inovação aberta, interações e desenvolvimento de inovação da indústria farmacêutica, e dados secundários. Para identificar como estes arranjos vêm se apresentando no Brasil, foram utilizadas as edições da PINTEC, Pesquisa de inovação realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2008, 2011 e 2014 na Classificação Nacional das Atividades Econômicas versão 2.0 (CNAE 21 - fabricação de produtos farmacêuticos e farmoquímicos). Para traçar o panorama dos arranjos cooperativos na indústria farmacêutica mundial, foram utilizados os dados secundários coletados na *Community Innovation Survey* (CIS), pela Eurostat, na edição 2014, na *Statistical Classification of Economic Activities in the European Community* (NACE C21 - *Manufacture of basic pharmaceutical products and pharmaceutical preparations*) e elaborada uma reorganização dos arranjos apresentados pela CIS, para que fosse possível fazer correspondência com os arranjos apresentados na PINTEC. Desta forma, é possível identificar os principais arranjos cooperativos na indústria farmacêutica mundial e na brasileira, e posteriormente levantar questões sobre possíveis características da indústria farmacêutica brasileira que a tornam mais propensa a determinados arranjos.

EQUIPE: CAROLINE SOARES NASCIMENTO DA SILVA, JULIA PARANHOS

ARTIGO: 3678

TÍTULO: IMPACTO DAS SUBVENÇÕES DA FINEP SOBRE A INTENSIDADE TECNOLÓGICA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

As políticas de inovação têm ganhado cada vez mais a atenção de acadêmicos e "policy makers" do mundo inteiro, devido à capacidade da inovação de gerar efeitos positivos sobre crescimento, progresso técnico e bem-estar.

No Brasil, um importante marco na formulação de políticas de inovação foi a Lei 10.973/2004 (Lei da Inovação) que, entre outras novidades, permitiu o estabelecimento de subvenção econômica à atividade inovadora, o que teve como resposta imediata da FINEP a abertura de editais para essa nova modalidade de incentivo.

O objetivo desse trabalho será o de estimar, por meio do método de "diferenças em diferenças", o efeito das subvenções econômicas da FINEP sobre a intensidade tecnológica das empresas (mensurada pelo número de empregados da empresa no setor técnico-científico) entre 2007 e 2015 e, para isso, utilizará os microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), agregados por empresa, e os registros administrativos da FINEP, que explicitam o período, o valor e a empresa proponente dos projetos de subvenção econômica à inovação.

Embora não sejam abundantes os estudos que testem os resultados das políticas de inovação sobre a intensidade tecnológica das empresas no Brasil, ABDI (2013) encontrou, utilizando regressões com Mínimos Quadrados Ordinários Pooled (com correção para autocorrelação e heteroscedasticidade), impacto positivo sobre as subvenções da FINEP sobre o número de trabalhadores ocupados na área científico-técnica. Rocha (2018) indica que haja uma relação positiva entre as subvenções da FINEP e tanto a probabilidade de determinada empresa realizar gastos em P&D quanto à intensidade desses gastos. Desse modo, os resultados esperados são de efeitos positivos de subvenções da FINEP sobre o pessoal ocupado em P&D nas empresas brasileiras.

EQUIPE: FÁBIO MOREIRA ALVES ESPERANÇA, CARLOS FREDERICO ROCHA LEÃO

ARTIGO: 3684

TÍTULO: A REDE SOCIOTECNICA DE DIFUSÃO NO JULGAMENTO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Pergunta: quais atores pertencem à rede de comunicação da mídia no julgamento do ex-presidente Lula?

O presente projeto de iniciação científica se insere na linha de pesquisa **Política e técnica e espaço** coordenado pela Prof Tamara Egler, tem por objetivo examinar e representar as redes midiáticas envolvidas na difusão do julgamento do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Tem por ponto de partida considerar dois campos associados aos processos de comunicação, a saber: progressistas (Brasil de Fato, El País, Brasil 247 etc.) e conservadores (O Globo, Veja, The NY Times etc.). (EGLER & BARBOSA, 2018).

Do ponto de vista metodológico, será feita uma mineração dos dados contidos em páginas de jornal de ambas as esferas, progressistas e conservadoras, no Facebook. Será utilizado o programa Netvizz e, a partir dele, identificar e representar os diferentes atores que participam da rede. Tais atores serão analisados e representados através da organização em rede, que será representada pelo *software* Gephi. Para a análise do discurso está sendo desenvolvido um banco de dados de artigos de jornais online com a conjuntura política desde o golpe até a atualidade.

Podemos perceber que existem duas redes a vital e a virtual, para tanto forma desenvolvidas duas metodologias:

Rede vital

- Identificação dos atores que participam das redes;
- Análise dos processos que produzem os fatos;
- Mapeamento das relações discursivas entre os atores, para identificar as interações entre os mesmos;
- Documentação em tabela de fragmentos do discurso para representar as relações entre atores e suas práticas;
- Representação gráfica da rede por atores e funções, mediante a utilização do programa Gephi.

Rede virtual

1. Reconhecer as práticas da ação política e identificar a rede sociotécnica.
2. Identificar e delimitar os atores pertencentes às redes progressistas e conservadoras por meio das curtidas nas páginas do Facebook.
3. Verificar quais atores participam da rede de curtidas das páginas em uma linha cronológica, a ser: um mês anterior, durante e um mês após o julgamento.
4. Representação gráfica da rede por atores e funções, mediante a utilização do programa Gephi

A tecnologia da informação segue avançando e mudando o relacionamento entre as pessoas, formando um novo mundo. Nesse novo ambiente globalizado as pessoas não apenas consomem informação através de leituras de páginas nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram..), assistindo à TV ou ouvindo rádio, mas também produzem informação ao escrever em blogs, ao fazer um comentário ou postar uma foto numa rede social etc., que se caracteriza, enfim, em novas formas de comunicação. (FARIA; 2010). Diante as novas possibilidades de tecnologia da informação, os atores formam redes cada vez mais extensas e a mesma tecnologia que ajuda a criá-las, possibilita analisá-las.

EQUIPE: RAFAEL BARBOSA SIMÕES, TAMARA TANIA COHEN EGLER

ARTIGO: 3702

TÍTULO: POLÍTICA "DON'T ASK, DON'T TALK" E SUAS TRAJETÓRIAS NOS GOVERNOS DE CLINTON A TRUMP

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente artigo pretende analisar, comparar e entender como a política "don't ask, don't tell" (na tradução livre: "não pergunte, não fale") foi implementada, os seus contextos e analisar brevemente a história das políticas de gênero nas forças armadas americanas, por meio de

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

artigos, matérias, documentos oficiais e nas leis americanas. Recapitulando a história que antecede a criação de tal política, cronologia histórica e como foi implementada no governo Clinton, além de discorrer a sua trajetória nos governos posteriores e buscar e entender se atualmente estamos vendo uma variação de seu conservadorismo disfarçado no mandato do atual presidente Donald Trump, por exemplo se quando ele propõe políticas de banimento dos transexuais das Forças Armadas norte-americanas, não é um retorno da política “*don't ask, don't tell*”. Vamos apresentar e articular os conceitos explícitos e implícitos que tal política fomenta como o papel social, destacando o quão prejudicial ele é para igualdade ou equidade dos gêneros. Partimos da análise de que gênero é uma visão sociológica e a partir disso se tem papéis sociais do que é “ser mulher” e do que é “ser homem” e quais práticas terão na sociedade. Ainda nessa definição existem diversos conceitos como masculinidade, feminilidade, masculinidade hegemônica e feminilidade passiva.

Queremos saber como era a progressão de carreira dos membros da comunidade LGBTI antes dessa política, após sua queda na gestão de Obama e nos dias atuais com o então presidente Donald Trump. Analisamos a relação entre a masculinidade e no quanto ela possui influência nessas questões políticas aqui abordadas, buscando compreender o papel do homem na sociedade. Dentro da visão hegemônica, sujeitos masculinos teriam mais aptidão para estabelecer e manter a segurança, um papel não só atribuído a força física, mas às associações culturais e sociais, reforçando o ethos militar, ou seja, grupo de comportamentos institucionalizados nas academias militares.

EQUIPE: ISABELLA AKEMI MAIANI OKUNO, LUCAS GABRIEL REGO MUNIZ, TAUANE ALVES GOMES DE AZEVEDO, EMERSON MAIONE DE SOUZA

ARTIGO: 3711

TÍTULO: **REFUGIADOS AMBIENTAIS, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SOCIEDADE DE RISCO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Desde tempos imemoriais seres humanos migram. As razões são as mais diversas, percorrendo fatores tais como guerras, miséria, crises econômicas, instabilidades políticas, dentro outros. Fatores ambientais e climáticos também estiveram de certa forma sempre associados aos fluxos migratórios. É o que se conclui quando se analisa casos de deslocamentos humanos provocados por eventos desastrosos e catastróficos como terremotos, tsunamis, secas e inundações sempre foram verdadeiros gatilhos para o trânsito humano. Contudo, à medida que o desenvolvimento industrial e as flagrantes violações à natureza vêm progredindo, crescem também os chamados fatores de risco na sociedade contemporânea. As mudanças climáticas projetam consequências físicas na vida dos mais diversos povos ao redor do planeta, sendo compreendidas por diversos autores como uma catástrofe natural de longo prazo. Como resultado, vislumbramos uma crescente no número de pessoas deslocadas de seus territórios de origem por razões ambientais motivadas ou não pelo homem. É então que surge o novo paradigma jurídico: como classificar os que se deslocam por questões ambientais dentro da dicotomia migrante-refugiado? Muitos autores vêm trabalhando nessa hipótese a partir da perspectiva do refúgio, justificando suas alegações com base no inquestionável fato de que quem se desloca por razões ambientais tem sua vida em risco no local de origem. Logo, esses indivíduos seriam análogos aos perseguidos políticos e vítimas de conflitos armados, devendo incorrer nas respectivas regras do Direito Internacional. Devemos então pensar em uma classificação de refugiados, que se deslocam não por questões originariamente políticas, sociais e econômicas, mas primariamente ambientais – muitas das quais, ainda assim, motivadas pelo homem – que se convertem naquelas. Neste afã, o presente trabalho se propõe a trabalhar em tal perspectiva, utilizando-se de um método hipotético-dedutivo e de revisão bibliográfica, com fins de, através da exaustiva leitura de textos legais, doutrinários e documentais, esgotar ao máximo as possibilidades relativas ao tema.

EQUIPE: BRUNA FERNANDES, CAIO MENEZES GRAÇA, SIDNEY GUERRA, CAIO CESAR MORAES GRANDE GUERRA, LAYS SERPA, LUCAS DE ALMEIDA, MATHEUS CÉSAR PEREIRA FUMAUX, TAYARA CAUSANILHAS

ARTIGO: 3739

TÍTULO: **ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO RIO DE JANEIRO: DISCUTINDO EXPERIÊNCIAS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A Lei nº 11.888/2008 assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. No entanto, a legislação ainda é pouco aplicada no país e quase nula no Rio de Janeiro. Para estimular ações nesta área, todos os CAU/UF vêm dedicando 2% de seu orçamento para apoiar a prática da assistência técnica, tendo como objetivo a universalização do acesso aos serviços de Arquitetura e Urbanismo.

Analisando o Estado do Rio de Janeiro, foi encontrado o Projeto Arquiteto de Família, da ONG - Soluções Urbanas em Niterói, exemplo de assessoria técnica nacional criado em 2002 que promove reformas habitacionais e utilizam plataformas de financiamento, como microcrédito coletivo e feira de trocas, para viabilizar a execução de suas obras. Por outro lado, o que se encontra na Cidade do Rio de Janeiro é a atuação de agentes privados externos, como o escritório popular Inova Urbis que de 2014 até 2018 promoveu mais de 300 projetos de melhorias habitacionais na Rocinha, com o patrocínio da loja de materiais de construção Leroy Merlin. Assim como a Inova Urbis, existem outros escritórios populares que funcionam como empresas privadas autônomas e se apresentam da mesma forma.

A atuação desses agentes interfere diretamente na forma como as populações locais enxergam e entendem o serviço de arquitetura, já que na maioria dos casos o papel do arquiteto é pouco conhecido ou entendido como muito distante do alcance dos moradores de favelas. Essas empresas mostram que muitas vezes é possível viver com qualidade através de obras de melhorias habitacionais, sem necessariamente haver realocação das famílias, diferentemente da atuação das políticas públicas relacionadas a habitação social no país que focam na produção de novas moradias.

O objetivo da pesquisa é, portanto, discutir a atuação dos agentes do segundo e do terceiro setor atuantes no campo de melhorias habitacionais em favelas consolidadas. Para tal, serão analisados dois casos: a empresa Inova Urbis e a ONG - Soluções Urbanas. A análise será norteada pelo questionamento sobre o alinhamento da atuação destas entidades com a prática da assistência técnica, observando ainda qual a extensão dos benefícios alcançados com suas intervenções e quais os impactos para a melhoria das condições de moradia das famílias atendidas. Para a realização desta pesquisa serão realizadas análises dos projetos desenvolvidos pela empresa Inova Urbis e pela ONG - Soluções Urbanas, entrevistas com técnicos e com membros das famílias atendidas, e diagnósticos das condições de moradia nas favelas onde atuam estas entidades.

Com os resultados dessas discussões espera-se avançar na discussão sobre a assistência técnica como parte integrante do direito à moradia; fortalecer o debate acerca do papel social do arquiteto; e estimular a aproximação dos profissionais e estudantes com esta temática.

EQUIPE: ARIANE BELTRÃO ROCHA, ADAUTO LUCIO CARDOSO, LUCIANA ALENCAR XIMENES, SAMUEL THOMAS JAENISCH

ARTIGO: 3763

TÍTULO: **A POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS EFEITOS SOCIAIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O Programa Bolsa Família tem como objetivo garantir que famílias brasileiras pobres tenham acesso à uma quantia, transferida diretamente

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

pelo Governo Federal, no valor de cento e setenta reais. O programa foi criado em 2004 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, unindo programas já em execução como o Bolsa Escola, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde, Bolsa Alimentação, Programa Auxílio-Gás e o Cadastro Único do Governo Federal.

As principais associações são com programas outros do governo relacionados à saúde e a educação básica (REGO, 2015). Isto porque, para continuar a receber a assistência, é necessário que o cadastro seja regularizado junto da assistência social do município com certa regularidade, as crianças em idade escolar apresente certo grau de frequência (TAVARES, 2016) e Os bebês, gestantes e lactantes sejam acompanhados pelo serviço público de saúde.

Em pesquisa já consolidada, foi possível ver que há impactos positivos de curto prazo. Na economia, pelo estudo do Ipea, na medida em que é repassado R\$ 1,00 as famílias, gera ao PIB R\$1,78. Além disso, segundo dados da PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), houve menor evasão escolar em 19,6% e 6% a mais de progressão escola, quando se compara alunos que recebem o programa daqueles que não.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo examinar os efeitos dos processos econômicos sobre a dimensão social da existência a partir da política econômica do governo federal chamada Programa Bolsa Família. Isto porque, à medida que o programa prevê uma política de controle de frequência escolar, exigindo um total de 85% para o ensino fundamental e 75% para ensino médio (CAIXA, 2018) para que o benefício seja mantido, políticas econômicas podem ser analisadas sob a perspectiva da vida social.

Aqui, portanto, trata-se de examinar os efeitos dos processos econômicos sobre a dimensão social da existência, acreditando que uma visão interdisciplinar da problemática é imprescindível para a construção do objeto.

Para tal, a metodologia aplicada nesse trabalho foi inicialmente delimitar o objeto empírico acerca do Programa Bolsa Família. Nesse primeiro momento já foi possível identificar quais atores participam dessa ação coletiva, quais os processos da ação e os fatos gerados. A revisão da literatura nos dá o arcabouço teórico para que possamos, de maneira mais fácil, manusear e entender o objeto. Para estudar o presente, usamos matérias de jornais e revistas que mostram como é a vida cotidiana.

EQUIPE: PEDRO PAULO GONÇALVES NETO, TAMARA TANIA COHEN EGLER

ARTIGO: 3781

TÍTULO: REDE DE IMPULSÃO DO GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A linha de pesquisa Política, técnica e espaço atualmente em desenvolvimento no Laboratório Espaço tem como objetivo a busca, análise e representação das redes de relações no golpe contra a democracia no Brasil, para revelar os vínculos entre diversos atores políticos, financeiros e midiáticos. O presente projeto tem por objeto empírico a rede de impulsão financeira (EGLER, 2018) a candidatas ao legislativo, examinando as doações de empresários para financiamento de campanhas de deputados nas eleições 2018, para tanto, os dados iniciais utilizados para a pesquisa são os oficiais fornecidos pelo TSE, sobre os investidores e receptores de recursos financeiros.

A metodologia observa duas redes uma no espaço vital e a outra no espaço virtual. A rede vital é representada utilizando uma adaptação, feita no Laboratório Espaço, da análise do Corpus, desenvolvida para aplicação linguística (SARDINHA, 2004), para a aplicação sociológica, é buscado o número de ocorrência de palavras nas notícias e o contexto na qual as mesmas estão inseridas, fazendo a identificação dos atores que geram discursos, possibilitando a documentação em tabelas, a partir do programa computacional Gephi alcançamos a representação gráfica de redes de relações (EGLER, 2018). A rede virtual é feita com base nos dados obtidos por um software no Facebook chamado Netvizz, que obtém as relações entre páginas nesta rede social.

A hipótese espera comprovar as *homologias estruturais* (BOURDIEU, 1979) entre as redes do impeachment da presidenta Dilma e a condenação do presidente Lula quando podemos observar a presença dos mesmos atores políticos financiando esses fatos, possibilitando a implementação de seus interesses particulares sobre os interesses coletivos (EGLER, 2018).

EQUIPE: THIAGO COSTA PEREIRA, TAMARA TANIA COHEN EGLER

ARTIGO: 3788

TÍTULO: COMO ELABORAR UM ROTEIRO DE MATERIAL AUDIOVISUAL PARA CIÊNCIAS HUMANAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Minicurso (Atividade complementar: 13h às 14h30 ou final de semana)

RESUMO:

A proposta desse minicurso é apresentar as técnicas mais utilizadas para produção de roteiros de material audiovisual para Ciências Humanas a fim de subsidiar a elaboração de podcasts, reportagens e documentários a serem inseridos em projetos de extensão universitários. No mundo de hoje, as recentes evoluções tecnológicas de amplo acesso, como celulares e câmeras de vídeo para computadores, tornaram muito mais simples a elaboração de material audiovisual e sua difusão em redes sociais e portais de segmentação por temáticas acadêmicas, como defesa nacional, segurança internacional, direitos humanos e questões globais; iniciativas que de certo modo ampliam a capacidade de divulgação do conhecimento científico produzido no ambiente universitário. Elaborar um roteiro é uma tarefa que deve ser planejada, pois exige criatividade, dedicação e persistência para que ideias amadureçam, mas também é uma tarefa que depende do resultado da própria coleta de material para o produto audiovisual. Acreditando que a criatividade dos autores pode ser alimentada pelo domínio de técnicas apropriadas capazes de direcionar o olhar sobre a realidade, e que essa capacidade também pode ser acrescida de pesquisas de teórico-conceituais adequadas a produção de material audiovisual, pontua-se que poderemos assim elaborar um roteiro pedagogicamente mais adequado a temáticas mais complexas, próprias dos estudos relacionais e multidisciplinares, como exemplo citamos: um podcast sobre o que são direitos; um documentário sobre migrações modernas: causas e consequências; ou mesmo uma reportagem sobre criminalidade costeira e a geografia da cidade do Rio. Dentre as técnicas a serem apresentadas citamos: *brainstorm* e roteiro de ideias, argumento, *story line*, perfil dos personagens, povo-fala. O participante do curso deverá trazer celular com capacidade de fazer vídeos curtos.

EQUIPE: DANIELE DIONISIO DA SILVA, BERNARDO SARMENTO PEREIRA, GABRIELA PAULUCCI DA HORA VIANA

ARTIGO: 3792

TÍTULO: RELAÇÕES DE PODER NA REFORMA AGRÁRIA: AS LUTAS POR DIREITOS DO MST NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Uma das lutas centrais por direito no Brasil envolve a questão da reforma agrária. Pelas dimensões continentais do país, a criticada formação latifundiária, e as questionadas terras improdutivas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se notabilizou desde a metade final do século XX pela luta por essa reforma que até hoje não aconteceu. Colocando-se como defensor da democratização da propriedade de terra, o MST busca, através das ocupações, demonstrar sua forma de resistência contra o sistema atual de distribuição de terras, que

segundo o movimento é injusto.

A presente pesquisa tem por objeto a descrição e análise das demandas e estratégias de luta pela reforma agrária do MST. O foco da descrição encontra-se centrado nas ocupações realizadas pelo movimento durante os últimos anos no estado do Rio de Janeiro, e sua relação de poder com o governo. Neste sentido, a pesquisa se insere na perspectiva de uma Sociologia do Direito e utiliza, com marco teórico, a análise do poder em Michel Foucault.

A metodologia está centrada no levantamento e análise das ocupações sob uma perspectiva de luta por direitos.

EQUIPE: THAMIRES CHAVES, LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA

ARTIGO: 3807

TÍTULO: A (NÃO) INCIDÊNCIA DE ICMS E ISS SOBRE O SOFTWARE AS A SERVICE - COMPUTAÇÃO EM NUVEM

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho traz uma análise acerca do atual cenário de conflito das hipóteses de incidência do ICMS e ISS sobre a tecnologia do *Software as a Service* (SaaS), modalidade da tecnologia da computação em nuvem. A importância da pesquisa reside na recente discussão entre Estados e Municípios, representada pela edição do Convênio ICMS nº 106/2017 pelo CONFAZ; da Resposta à Consulta Tributária nº 15.093/2017 e da Decisão Normativa nº 04/2017 pelo Estado de São Paulo; e do Parecer Normativo nº 1/2017, pelo Município de São Paulo; pelos quais cada ente federativo atrai para si a competência tributária para tributação do software disponibilizado pela nuvem, mediante ICMS pelos Estados e ISS pelos Municípios. Para isso, o trabalho será dividido em quatro capítulos. O primeiro deles diz respeito aos conceitos introdutórios que indicam o panorama geral, como a noção do que é *cloud computing*, suas modalidades, o tratamento jurídico do *software* e a natureza jurídica da contratação do *Software as a Service*. Após, no segundo capítulo, passar-se-á à verificação da subsunção do SaaS à hipótese de incidência do ICMS. Em seguida, no terceiro capítulo, será verificada a incidência de ISS, sobretudo após a edição da Lei Complementar nº 157/2016. Por fim, no capítulo final, serão sintetizadas as conclusões obtidas nos capítulos anteriores, resultando em parecer sobre qual imposto se aplica à hipótese.

EQUIPE: RODRIGO DA SILVA MACHADO, BRUNO MAURÍCIO MACEDO CURI

ARTIGO: 3808

TÍTULO: POLITIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO: A REDE DOS JUÍZES NA ATUAL CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA E A CRISE DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O vigente trabalho de pesquisa tem como objeto de estudo a rede dos juízes na atual conjuntura política brasileira, manifesta na politização do judiciário. O objetivo é identificar a articulação entre os atores do judiciário e os atores políticos e investigar de que forma a politização do judiciário pode interferir na legitimidade das decisões democráticas.

Tal objeto de estudo é instruído pelo campo teórico que abrange a presente temática escolhida, nas suas diversas perspectivas, que nos ajuda na compreensão e construção crítica sobre o tema estudado. O presente projeto de pesquisa é produto da linha de pesquisa Política, técnica e espaço orientada pela professora Tamara Tania Cohen Egler, da pesquisa no laboratório LabEspaço.

O presente projeto de pesquisa tem por objetivo revelar o papel e atuação do judiciário contemporâneo no julgamento e condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Judiciário. Sabemos como o judiciário tem por responsabilidade defender os direitos civis, e salvaguardar a sua violação, o seu efetivo cumprimento. Analisou-se na presente pesquisa a existência da politização do judiciário por meio de transferências de competências, frente às frequentes emissões de opiniões sobre os assuntos referentes à vida política nacional por parte de ministros e juízes. Tendo competências políticas captadas pelos magistrados (EGLER, 2017).

A hipótese está associada a uma percepção em que a maioria dos magistrados, quando são chamados a julgarem determinadas situações estão ignorando a existência da legitimidade constitucional conferida, passando a não mais exercer subsidiariamente a função de fiscalizadores das decisões dos outros poderes, mas sim, em realidade, estão passando a exercê-las de forma prioritária, o que vem a ser uma distorção no exercício de suas atribuições, dado que os mesmos carecem de qualquer tipo de legitimidade para efetuarem este tipo de juízo.

A metodologia desenvolvida no LabEspaço para análise do objeto se faz por meio de:

Rede vital

Formação do banco de dados;

Identificação dos atores que participam das redes;

Análise dos processos que produzem os fatos;

Mapeamento das relações discursivas entre os atores, para identificar as interações entre os mesmos;

Documentação em tabela de fragmentos do discurso para representar as relações entre atores e suas práticas;

Representação gráfica da rede por atores e funções, mediante a utilização do programa GEPHI;

Rede virtual

Reconhecer as práticas da ação política e identificar a rede sociotécnica;

Identificar e delimitar os atores pertencentes às redes progressistas e conservadoras por meio das curtidas nas páginas do Facebook;

Verificar quais atores participam da rede de curtidas das páginas em uma linha cronológica, a ser: um mês anterior, durante e um mês após o julgamento;

Representação gráfica da rede por atores e funções, mediante a utilização do programa GEPHI;

EQUIPE: GABRIELA MEDEIROS, TAMARA TANIA COHEN EGLER

ARTIGO: **3830**

TÍTULO: **O MEIO É A MENSAGEM: A IMPORTÂNCIA DA LEITURA DE LIVROS IMPRESSOS NA ERA DIGITAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Objetiva demonstrar a importância da leitura de livros impressos na era digital, mostrando que o meio no qual as informações estão consignadas tem efeitos neurofisiológicos nos seus usuários, ensejando nestes características boas ou nefastas, que seriam os efeitos não previstos dos meios ou tecnologias intelectuais. No caso do livro impresso, as características que este enseja em seus usuários são altamente desejáveis, ao contrário daquelas ensinadas pela internet e pelos dispositivos eletrônicos por meio dos quais ela pode ser acessada. Busca demonstrar que, para que consigamos ler livros impressos e auferir de todos os seus benefícios, é preciso que adotemos um estilo de vida mais offline, dado não ser possível conciliar a mente altamente digital com a "ética" do livro impresso, que exige um outro tipo de mente, mais focado e reflexivo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, em livros e em artigos em português e em inglês que tratam dos efeitos neurofisiológicos das tecnologias intelectuais, principalmente o livro impresso e a internet, da importância da leitura e da caracterização da era digital e de seus efeitos sobre os indivíduos. Espera-se conseguir demonstrar que "o meio é a mensagem", na expressão de Marshall McLuhan, e o que se ganha com a leitura de livros impressos e o que se perde com uma vida digital marcada pelo uso intensivo das redes e mídias sociais e da internet.

EQUIPE: MICHELE MAXIMIANA VIEIRA, MARIA IRENE DA FONSECA E SÁ

ARTIGO: **3864**

TÍTULO: **REFÚGIO, GÊNERO E SISTEMA E INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DE GÊNERO SOBRE ESTUDOS MIGRATÓRIOS E MECANISMOS DE ACOPLADA DO ESTADO RECEPTOR**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente projeto de pesquisa pretende estudar o fenômeno migratório a partir da perspectiva de gênero, considerando o papel das mulheres na sociedade e no sistema internacional. É certo que, em decorrência da existência de um sistema internacional dividido em estados soberanos, o refugiado se encontra em um paradoxo: constitui um indivíduo que não possui condições de permanecer em seu Estado de origem, mas que também não é considerado um cidadão do Estado receptor (Haddad, 2008). Essa falta de pertencimento do refugiado ao estado receptor, principalmente como um protagonista político, pode se tornar ainda mais evidente quando o recorte de gênero entra em perspectiva.

A mulher refugiada também caracteriza uma quebra no padrão tradicionalista e patriarcal das estruturas do sistema quando se desloca entre Estados. Sob concepções já determinadas da divisão entre os sexos (alto/baixo, forte/fraco), a fixidade da mulher, que espera no lar, enquanto o homem desbrava um novo território, parece natural e inevitável (Bourdieu, 1998). Por essa razão, a atribuição de "refugiado" é dada a homens na maioria das vezes, sendo que as mulheres que se deslocam são consideradas como "dependentes". Além disso, ainda não há uma uniformidade acerca da aceitação de perseguição de gênero como um motivo concreto para refúgio, o que agrava ainda mais a vulnerabilidade da mulher diante da negligência estatal de analisar sua demanda de proteção.

A partir dessa dicotomia entre a representação da mulher migrante e seu papel tradicionalista, o objetivo da pesquisa é investigar em que medida os mecanismos internacionais e regionais de proteção dos migrantes e refugiados levam em consideração a categoria de gênero, bem como qual é a influência de tais mecanismos na criação de políticas públicas voltadas para as mulheres migrantes e refugiadas no Estado brasileiro.

Quanto à metodologia, trata-se da realização de uma pesquisa básica, que objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. É uma pesquisa qualitativa pois busca analisar, por meio de um quadro teórico pós-estruturalista, quais as representações da mulher nas Convenções Internacionais sobre Refúgio e nas políticas públicas brasileiras. Esta abordagem contará com as perspectivas de Emma Haddad sobre o refúgio no sistema internacional, as críticas de Ann Ticker ao caráter patriarcal da disciplina de relações internacionais e o trabalho de Bourdieu sobre como a dominação masculina naturaliza a divisão entre os sexos.

O trabalho será desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica e do levantamento de acordos e tratados internacionais sobre migrações, refúgio e gênero. Espera-se, com isso, observar se a mulher migrante causa incômodo nacional e internacionalmente ao se deslocar, e se o Estado brasileiro está pronto para atender suas necessidades.

EQUIPE: MARIA LIDIA MATTOS, MÔNICA SOUSA PEREIRA, SAMARA PINHO, MARIA EDUARDA FOURNIER, FLAVIA GUERRA CAVALCANTI

ARTIGO: **3866**

TÍTULO: **DIREITOS HUMANOS E ATUAÇÃO DE EMPRESAS TRANSNACIONAIS NO CONTINENTE AFRICANO: PARA UMA COMPARAÇÃO ENTRE A ATUAÇÃO ENTRE OS CAPITAIS CHINESES E EUROPEUS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

No mundo contemporâneo boa parte dos poderes e ações está ligada a grandes empreendimentos transnacionais enquanto que historicamente a ideia de proteção dos Direitos Humanos foi pensada como vinculada à proteção contra o Estado. A questão da proteção de Direitos Humanos frente à atuação de empresas transnacionais é relativamente recente e se expressa por uma proteção internacional ainda pouco desenvolvida. O continente africano - que recentemente tem assistido a uma fase de relativo crescimento econômico muito vinculado à presença de capital estrangeiro e atividades extrativistas - é palco de tensões importantes entre a atuação destes grupos e culturas, práticas e modos de vida locais. Naquela parte do globo o sistema regional de proteção, frequentemente visto como menos efetivo do que o europeu e o interamericano, conta com uma Corte e uma Comissão de Direitos Humanos vinculadas à União Africana e tem por referência a Carta de Banjul, que guarda semelhanças com os tratados internacionais ocidentais mas com uma característica própria de proteção aos direitos coletivos "dos povos", além de, em sentido ampliado, com a atuação de movimentos sociais antagonistas às situações de violações de direitos. Busca-se com as informações e análises aqui presentes - realizadas assumindo-se um ponto de vista "da periferia" sobre Direitos Humanos - contribuir para a compreensão das contradições entre a atuação das empresas transnacionais e tais direitos, buscando-se a comparação entre as de origem europeia e as de origem chinesa.

EQUIPE: ANA JULIA PERUCI PANSANI, MARINA DE ALKIMIM CUNHA NUNES, LUÍZA GOMES BORGES, INGRID DOS SANTOS BOMFIM, BÁRBARA SANTANA DA CUNHA, ELÍDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES

ARTIGO: **3902**

TÍTULO: **MAPEAMENTO DO MUNDO DO TRABALHO PARA A GRADUAÇÃO EM DEFESA E GESTÃO ESTRATÉGICA INTERNACIONAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O Curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI) é administrado pelo Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ). Criado em 2010, o DGEI tem como unidades parceiras o Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ (IESC) e o Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da UFRJ (COPPEAD). Tal disposição busca um modelo que concilie o processo ensino-aprendizagem integrado e multidisciplinar e coadunado às demandas sociais sem menosprezar o mercado de trabalho, com vistas à inserção dos egressos no mundo do trabalho.

Consideradas as possibilidades de atuação profissional, a inserção no campo da gestão estratégica internacional ou mesmo nacional tem sido algo recorrente para os alunos, como estagiários ou jovens aprendizes, ou para os recém formados, como trainees ou funcionários efetivos. Essa tendência já foi mapeada em uma etapa anterior desse estudo e nos permitirá analisar as competências demandadas pelo mercado no qual os alunos e ex-alunos do DGEI terão que atuar. Por isso, um aspecto de nossa análise será a reflexão sobre as contribuições das disciplinas do Instituto COPPEAD para a inserção e atuação nessa área de gestão estratégica.

Para além disso, cabe ressaltar que o DGEI é o único curso de graduação no Brasil voltado para a temática de Defesa. O DGEI foi criado em um contexto de redemocratização do país e democratização do debate acerca dos temas relativos à defesa nacional e a segurança internacional que tem como marcos a elaboração de um conjunto de documentos normativos para o setor de defesa, a saber, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Essa especificidade representa um desafio para a inserção dos alunos no ambiente profissional correlacionado a áreas estratégicas nacionais, como instituições militares e empresas de defesa e segurança, pelo desconhecimento do curso, por este motivo, buscaremos identificar junto aos gestores das instituições militares e empresas de defesa e segurança qual o perfil profissional desejado por estes segmentos. O mapeamento está sendo realizado por meio de questionários online e entrevistas semi-estruturadas. O trabalho que será apresentado na SIAC este ano terá como foco a análise qualitativa dos dados coletados no mapeamento de 2018 e das entrevistas semi-estruturadas que serão realizadas nos próximos meses. Os dados - do questionário online - que serão analisados qualitativamente este ano por meio de análise de conteúdo foram coletados no ano de 2018. O questionário ficou no ar durante uma semana e o universo dessa amostra é composto por 69 alunos/egressos que estavam/estão atuando no mercado de trabalho. As entrevistas semi-estruturadas que complementarão nossa análise terão como público-alvo gestores de instituições militares e empresários do setor de segurança e defesa.

EQUIPE: ADRIANA MARQUES, DANIELE DIONISIO DA SILVA, HELENA ARAUJO PINHEIRO, JEANINNE LOYOLA DOS SANTOS, BERNARDO SARMENTO PEREIRA

ARTIGO: 3907

TÍTULO: CLASSE MÉDIA COMPRIMIDA DURANTE O EXPERIMENTO REDISTRIBUTIVO RECENTE NO BRASIL?

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O período de 2001 até 2015 é bastante relevante para o estudo sobre a desigualdade econômica no Brasil. Nesse momento, houve crescimento econômico significativo, com evolução média de 2,04% do PIB per capita, após quinze anos de relativa estagnação, com avanço médio de 0,81% desse mesmo indicador. Além disso, foram implementadas medidas que visavam diminuir a desigualdade de renda e a pobreza, como o Bolsa Família e a aceleração da valorização do salário mínimo. A soma desses fatores, entre outros, fez com que o país apresentasse quedas expressivas nos índices de pobreza absoluta, pobreza relativa e no índice de Gini. Dentre os diversos estudos que analisam esses quinze anos, chama a atenção o de Morgan (2017). O autor conclui que a redução da desigualdade de renda nesse período não foi muito significativa, pois apesar de os 50% mais pobres terem melhorado sua participação na renda total, os 10% mais ricos mantiveram sua posição relativa e os 40% do meio foram os grandes prejudicados. Esse resultado alinharia o Brasil com um fenômeno observado em países ricos, que é o da “compressão da classe média”. A partir desse contexto, o objetivo central desse trabalho é verificar se foi realmente a classe média a principal perdedora no processo de apropriação desigual da prosperidade pelo qual o Brasil passou, como apontado por Morgan. A hipótese preliminar é a de que o grupo intermediário na distribuição de renda no Brasil seria heterogêneo em diversos aspectos (renda, riqueza, condições de trabalho, escolaridade, moradia), o que faria a definição de classe média como os quatro decis intermediários da distribuição de renda padecer de relevância, e a conclusão de uma compressão da classe média no Brasil padecer de apoio na evidência selecionada.

O foco inicial de nossa pesquisa é entender a composição desse grupo intermediário. Para tal, o dividimos em 8 faixas de 5%, conforme a distribuição de renda, a fim de observar (1) as características de cada subgrupo em relação às variáveis já mencionadas; além de especificamente em relação à renda, (2) identificar ao longo do período quais os subgrupos perdedores e ganhadores. Dentre os resultados preliminares, chama a atenção o fato de que há uma tendência em países desenvolvidos, nos países do bloco Brasil-Rússia-China-Índia (BRIC) e na América Latina como um todo, de estagnação ou queda na participação dos 40% do meio na distribuição da renda total. Além disso, observamos grande discrepância entre as rendas médias (em dólares com paridade de poder de compra) desses grupos entre os diferentes países e blocos. Entre os resultados esperados estão (1) a documentação da heterogeneidade social contida dentro dos quatro decis intermediários da distribuição de renda, qualificando a afirmação de que este corresponderia à classe média, (2) a identificação de subgrupos de ganhadores e perdedores dentro do grupo intermediário, ou seja, subgrupos com capacidades diferenciadas de apropriação da prosperidade.

EQUIPE: IGOR FOIS ABRAMOF, CELIA LESSA KERSTENETZKY, DANIEL MANO

ARTIGO: 3916

TÍTULO: POR QUE O UTILITARISMO NÃO É SUFICIENTE?

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Como da moderna retomada do princípio utilitário como fator objetivo face à deliberação e o julgamento moral e legal, consequentemente derogador da ponderação demais valores subjetivos e sentimentos morais, o objetivo deste trabalho é inquirir sobre a coerência lógica do “princípio da utilidade”, conforme postulado por Jeremy Bentham em “An Introduction to the Principles of Morals and Legislation” (1996) e “The Limits of Jurisprudence Defined” (1946) e John Stuart Mill em “Utilitarianism” (1998). O marco teórico compõe-se das referidas obras; enquanto o objeto é o “princípio da utilidade”. O método empregado é o lógico-dedutivo, pois necessário para se sopesar a coerência lógica entre premissas, argumentos e conclusões, segundo o processo silogístico.

Dotado de premissas e argumentos concernentes, sob estrita lógica endógena, chega-se a duas teses: o “princípio da utilidade” a) não pode ser um princípio derogador dos demais, e, contrariamente a Mill, b) não pode ser um princípio primário, somente podendo ter o lugar de secundário, eis que: a.1) desserve como fator último de verificação de uma conduta legal ou moral, pois como possui duas normativas: “maior felicidade” e “ao maior número de pessoas de uma comunidade”, gera ambiguidade caso haja a equiparação da quantidade de “felicidade” experimentada por um grupo de indivíduos e aquela experimentada por outro coletivo de indivíduos em oposição, gerando pois indefinição inadmissível à última instância decisória, a.2) seja para um pretensão fator de “voto de Minerva” (princípio primário consorciado a secundários, posição defendida por Mill), a.3) seja para um princípio reitor de um sistema (princípio absoluto exclusivo, posição defendida por Bentham). b.1) Disso, resulta a sua natureza, não subordinadora, porém de subordinada a um outro princípio moral ou legal de um sistema de valores responsável por um ordenamento normativo. Portanto, o “princípio da utilidade”, fundamento do Utilitarismo Clássico, é insuficiente para prover aptidão decisória, sem contrariar os postulados de Bentham e Mill. Assim, necessita de conformar-se como princípio secundário, para ser logicamente coerente em um sistema de valores.

EQUIPE: JOÃO PEDRO GUIMARÃES MACHADO, ANA PAULA BARBOSA-FOHRMANN

ARTIGO: 3924

TÍTULO: REDE DO MERCADO DE LUXO NO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo analisar o mercado de luxo na cidade do Rio de Janeiro, revelando a sua rede de relações, formas de comunicação e as suas atividades de mercado. Inserido na linha de pesquisa Jogos Olímpicos e transformação do Rio de Janeiro, coordenado pela Profa. Tamara Tania Cohen Egler, em desenvolvimento no Laboratório Espaço do PPUR/UFRJ, identificamos como pertencentes dessa rede, temos shopping Village Mall, localizado na Barra da Tijuca e o Shopping Leblon, localizado no Leblon. Inseridas nesta rede, percebemos a atuação de holdings internacionais, tais como a francesa Louis Vuitton Moët e Hennessy, controlada pela família Davide Marcovitch; o conglomerado Kering, também francês, fundado por François Pinault; o grupo suíço Richemont, fundado pela família Rupert e, por fim, o grupo brasileiro SOMA, fundado pelos irmãos Jatahy. Dessa forma, constatamos que os processos produzidos por esta rede revelam a atuação de uma rede de luxo global no território local, presentes nos shoppings centers, associados ao processo de globalização (EGLER, 2017).

Para identificar a rede, utilizamos como marco histórico a decisão de sediar os Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, observando o esforço em elencá-la como cidade-global (SASSKEN, 1996), inserindo-a em uma conjuntura econômica internacional, utilizando-se de um projeto complexo que custou mais de R\$ 100 bilhões em infraestrutura urbana para a realização do evento das Olimpíadas (EGLER, 2017). Considerando que o plano para a execução do evento foi direcionado para regiões específicas da cidade, voltando-se para o território globalizado da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá (EGLER, 2017), tais investimentos contribuíram significativamente para a expansão de diversos setores de consumo, tais como de hotelaria, transporte, lazer, vestuário, alimentos e, especialmente neste momento, para a expansão do mercado de luxo nacional e internacional. Sendo assim, buscamos compreender também as características específicas do segmento de luxo e as estratégias de mercado desses agentes. O foco recai sobre a categoria de vestimenta e seus subsetores, tais como de joalheria, perfumaria, acessórios, bolsas, sapatos, entre outros.

O mapeamento da rede de marcas de luxo na cidade do Rio de Janeiro, resultou na sua representação em rede, consistindo em:

Rede virtual

1. Reconhecer as práticas da ação política e identificar a rede sociotécnica;
2. Identificar e delimitar os atores pertencentes às redes progressistas e conservadoras por meio das curtidas nas páginas do Facebook;
3. Verificar quais atores participam da rede de curtidas das páginas em uma linha cronológica, a ser: um mês anterior, durante e um mês após o julgamento;
4. Representação gráfica da rede por atores e funções, mediante a utilização do programa Gephi;
5. Realizadas entrevistas, pesquisas de campo, análises de dados, bem como uma revisão da literatura dos principais autores do campo.

EQUIPE: RAISA CASSIANO, TAMARA TANIA COHEN EGLER

ARTIGO: 3975

TÍTULO: O PROBLEMA AUSENTE: WEST, POSNER E DIREITO E LITERATURA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Da dialética entre Escola Clássica e Estudos Críticos em Direito e Literatura, surge a antítese da crítica de Robin West em "Law, Literature and the Celebration of Authority" (1989) sobre tese do livro de Richard Posner "Law and Literature: A Misunderstood Relation" (edição revisada em 1998), em muito reprisando e expandindo sobre as bases de seu artigo "Law and Literature: A Relation Reargued" (1986). Assim, a análise da crítica de West a Posner é o objetivo deste trabalho, que possui como objeto de análise os seus argumentos constantes do citado artigo de West, em contraposição aos textos de Posner. A tensão teórica entre os corifeus dessas escolas, opostas em Direito e Literatura, estabelece as diretrizes sob as quais a discussão atual se revolve. Assim, sua análise perfaz-se tão ou mais atual do que pertinente. O marco teórico compõe-se das referidas obras; enquanto o método é o lógico-dedutivo, em razão da necessidade de análise das premissas, argumentos e conclusões constituintes do silogismo lógico.

Conforme premissas e argumentos pertinentes a serem apresentados, chega-se as teses: a) do argumento de Posner de que a lei como se apresenta é em geral tanto necessária quanto desejável, West infere que, portanto, a lei dita quais são os ideais e a moral dos cidadãos (op. cit., 1980), do que se evidencia um *non sequitur*. b) West confunde ser (*is*) com dever-ser probabilístico (*should*) relativamente à afirmação de que, segundo Posner: b.1) a autoridade legal e moral, por perdurar, provavelmente tende a ser benéfica; b.2) as obras que compõem o cânone literário, por permanecerem lidas, provavelmente representam valores e marco para julgamento estético superiores; b.3) a autoridade legal, moral, e lexical, pelo perseverar temporalmente face a rivais, provavelmente representam as melhores opções a serem adotadas e obedecidas (op. cit., p. 983-985). c) consoante ao argumento não coerentemente impugnado de Posner, há parâmetros interpretativos, não suscetíveis à irrestrita subjetividade do intérprete (POSNER, p. 1360, 1986), pelo que a justificativa de "questionamento da autoridade" guarneceria tal faculdade não procede (WEST, p. 993, 1989). d) o argumento central de West, de que a visão de Posner sobre a literatura celebra a autoridade (op. cit., p. 999), é incoerente, pois Posner assevera que a potencialidade de se haver a autoridade conceitual se dá pela presunção de superioridade do que se perpetua face à competição com demais contendores no tempo (POSNER, p. 1364-1366, 1986). e) Assim, dos graves erros presentes nas premissas e nos argumentos, presume-se a tentativa de distorcer a significação gramatical do texto de Posner, em prol da consecução de um problema cuja solução seja fornecida pela proposta da autora, que busca instituir outra autoridade conceitual, moral, legal e interpretativa (WEST, p. 1010-1111, p. 1989).

EQUIPE: JOÃO PEDRO GUIMARÃES MACHADO, ANA PAULA BARBOSA-FOHRMANN

ARTIGO: 4059

TÍTULO: A URBANIZAÇÃO NO NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE BRASILEIROS NO SÉCULO XIX

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho, que se insere na pesquisa "Espaço e plano fluminense. Capítulos da urbanização fluminense" coordenada pela professora Fania Fridman, discorre sobre o tema da formação urbana nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil a partir do início do século XIX. Cabe esclarecer que a denominação de regiões foi uma divisão implementada pelo IBGE no final dos anos 1930. Ainda assim, o geógrafo Aroldo de Azevedo (1992) fez uso de tais divisões para a colonização portuguesa no Brasil desde os seus primórdios.

Utilizando como fontes fundamentais para a pesquisa a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE) e o Guia de Vilas e Cidades Coloniais (Universidade de Brasília), além da consulta em sites institucionais, o trabalho apresenta um levantamento de dados relativos à urbanização, aqui considerada como o processo de criação de vilas e cidades no território brasileiro.

Alguns resultados preliminares apontam que na região norte houve em meados do século XIX uma expansão do número de vilas e cidades. Por outro, neste mesmo período, na região nordeste verificou-se a interiorização dos novos núcleos urbanos. Em contraposição, no centro-oeste as

vilas teriam sido criadas durante o Setecentos com o auge da mineração. Sua decadência no século seguinte teria inviabilizado a formação de novos assentamentos citadinos.

O trabalho verifica que o processo de urbanização no território brasileiro apresentou diferentes dinâmicas tanto em função do quadro econômico como dos interesses políticos locais.

EQUIPE: FERNANDO NICHOLAS DOS SANTOS DIAS, GUILHERME FARIA DE MORAES, FANIA FRIDMAN

ARTIGO: 4067

TÍTULO: LUTA POLÍTICA E DIREITO À CIDADE NA COMUNIDADE INDIANA TIJUCA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O projeto de extensão interdisciplinar “Entre cidades de direito e cidades de privilégio: disputando narrativas na Comunidade Indiana Tijuca” (ABRICO/FAU, NIAC/IP, IPPUR) ocorre desde 2013, somando esforços a luta política e a participação social das moradoras e moradores da Comunidade Indiana Tijuca, situada no bairro da Tijuca, em questões associadas ao Direito à Cidade. Essa pauta se tornou urgente no território especialmente a partir de uma remoção parcial realizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, entre os anos de 2012 e 2014, justificada por um parecer do Ministério Público Estadual que alega a impossibilidade de permanência devido a insalubridade, o mesmo que revela a omissão dos poderes executivo e judiciário frente aos problemas de infraestrutura necessários para a permanência da população no território. A ausência de saneamento básico exponencia o impacto das chuvas na Comunidade Indiana, causando alagamentos, enchentes, soterramentos, perda de utensílios domésticos, entre outros. No entanto, esses impactos não atingem o território de maneira homogênea. Dividida entre “Miolo” - parte da comunidade não margeada pelo rio - e “Canal” - onde as casas são ladeadas por ele -, há uma assimetria presente na experiência do morar na Indiana. É visando compreender as especificidades do “Miolo” e do “Canal” que as atuais atividades do projeto, realizadas em conjunto com crianças e jovens moradores da Comunidade Indiana Tijuca, estão sendo desenvolvidas. Brincando, os principais conflitos ali territorializados são mapeados e as percepções das crianças e jovens são inseridas no debate que mobiliza significativamente toda a Comunidade. A proposta é que circulem diferentes perspectivas acerca dos impactos e das possíveis soluções frente às questões apresentadas, inclusive no que se associa ao desejo pela permanência no território e as reais possibilidades de realocação (tal qual vem sendo apresentado enquanto solução, mais recentemente, por gestores públicos municipais). Nesse sentido, esta apresentação pretende, a partir das ações desenvolvidas no território, gerar uma discussão a respeito, tanto das questões levantadas frente a identificação das diferentes experiências do morar, quanto dos instrumentos utilizados nessas atividades que fazem parte dos esforços na busca por soluções para o enfrentamento dos problemas relacionados às chuvas e assim o fortalecimento da luta já travada pela segurança de moradia.

EQUIPE: EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA, PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO, VERA REGINA TÂNGARI, BEATRIZ QUARTARONE, BRUNA FERREIRA, CARLOS ALLEN CAR SERVULO REZENDE PEREIRA, ELISA MARTINS SILVA, JULIA SANT ANNA GOMES DE REZENDE, LUISA PFLUEGER DE FARIAS, LUCAS GABRIEL DE MATOS SANTOS, ROBERTA BRASILINO BARBOSA, JULIA SANTIAGO DA SILVA, JAQUELINE SÉRIO DA COSTA, CARO

ARTIGO: 4071

TÍTULO: PROGRAMA ARTICULADO COMPLEXO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

No contexto da discussão dos espaços e tempos da educação básica e da formação de professores podemos encontrar uma ampla discussão sobre a criação de mecanismos que promovam mútua troca de aprendizados, experiências e conhecimentos (SHULMAN, 2014; MIZUKAMI, 2004; NOVOA, 2017). Tendo em vista a função social da Universidade, bem como os princípios de dialogicidade e horizontalidade da extensão universitária, o Programa Articulado Complexo de Formação de Profissionais da Educação Básica propõe a articulação de iniciativas de parcerias entre universidade-escola para a formação de professores.

Para isso, buscamos a análise e compreensão dos meios em que se constrói conhecimento pedagógico através da extensão, assim como o acompanhamento de seu desenvolvimento. Neste sentido, o Programa Articulado tem por objetivo produzir a articulação das ações de formação profissional realizadas na educação básica e aumentar o alcance e visibilidade das iniciativas de parceria entre Universidade e Escola. Para alcançar os objetivos almejados, as extensionistas participam em conjunto com as coordenadoras do Programa na elaboração das ações, que incluem o levantamento de dados relativos aos projetos, cursos e eventos inscritos no Programa Articulado, a criação de um mapeamento das ações de extensão, considerando abrangência, níveis de ensino e a identificação de dados que são necessários buscar para executar ou dar continuidade aos projetos.

A proposta também inclui o planejamento de eventos, a produção de publicações e a criação de um repositório de materiais educativos produzidos pelos projetos vinculados ao Programa Articulado. Assim, as atividades realizadas tem impacto na articulação das práticas desenvolvidas nas áreas de formação profissional e educação básica por meio da promoção da comunicação e do contato e diálogos entre campos do conhecimento, proporcionando amplitude no que tange os aspectos sociais que abrangem todos os campos em que desempenham atividade. Assim, espera-se com este Programa Articulado, alcançando maior organicidade e compreensão das práticas de formação profissional para a educação básica, impactando no fortalecimento da extensão como campo de interface entre Universidade e Escola.

EQUIPE: MARCIA MALAQUIAS BRAZ, RITA VILANOVA, MARCELLE ROCHA ALMEIDA, BEATRIZ SILVA CHRISTOVAO, VITORIA FONSECA, CAROLINE VITAL DA SOLIDADE, DANIELLE PIMENTEL FERNANDES, SILVIA HELENA FERREIRA DA SILVA

ARTIGO: 4094

TÍTULO: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A CRISE DO MODELO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo analisar a política externa brasileira e a sua posição em relação a preservação do meio ambiente. A finalidade será apresentar dados sobre o desmatamento da Amazônia nos últimos 20 anos, centralizando o Acordo de Paris, ratificado pelo governo brasileiro em 21 de setembro de 2016, como uma possibilidade para a redução da destruição do patrimônio sociobiopolítico brasileiro através da redução de 37% da emissão de gases estufa até 2025 e de 43% até 2030, e como esse acordo se tornou secundário nos objetivos nacionais com as novas pautas da política interna brasileira. O objetivo será analisar como os impactos sobre meio ambiente causados pela parceria público-privada por meio de lobbys, impedirão que o Brasil cumpra as metas do Acordo de Paris, o que pode impactar na credibilidade brasileira no cenário internacional, fato que pode afetar a imagem do Brasil como nação do desenvolvimento sustentável. A metodologia desse artigo será fundamentada em revisão bibliográfica em que se busca discutir as tensões entre meio ambiente e agronegócio (SILVA, 2015), e geopolítica (SÁNCHEZ DE ROJAS DÍAZ, 2016) em dados do governo brasileiro e de organizações não governamentais internacionais e nacionais, assim como, em matérias jornalísticas, que evidenciem a conjuntura nacional e o conflito entre os grupos de pressão, e sua capacidade de influenciar a política externa brasileira.

Referências:

SILVA, RICARDO GILSON DA COSTA. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio - o exemplo de Rondônia.

CONFINS - Revista Franco-Brésilienne de Géographie. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/9949?lang=pt>> Número 23, 2015. Acesso em 26 de out. 2018

SÁNCHEZ DE ROJAS DÍAZ, Emilio. Rethinking the geopolitics of Latin America. Is necessary a geopolitical study of South America? 2016. Disponível em: <http://www.ieee.es/en/Galerias/fichero/docs_analisis/2016/DIEEA15-2016_Geopolitica_Sudamerica_ESRD_ENGLISH.pdf> Acesso em 27 out. 2018.

MANOEL DA COSTA FREITAS, Jorge. A Escola Geopolítica Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

MINISTÉRIO MEIO AMBIENTE, Acordo de Paris. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>> Acesso em 26 de out. 2018

EQUIPE: MATHEUS BARCELLOS SOARES BRANDÃO, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: **4119**

TÍTULO: DE KYOTO A PARIS: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO REGIME INTERNACIONAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Nos últimos anos, pôde-se perceber o crescimento de um tema até então de pouca atenção entre as lideranças políticas: as mudanças climáticas e os impactos do aquecimento global. O aumento da presença de temas ambientais na pauta das discussões estatais desde a conferência de Estocolmo; o alerta científico sobre as consequências da ação antrópica sobre todo o planeta; e a evidência de distúrbios ambientais em regiões não esperadas são alguns dos fatores que demandam a busca por cooperação entre os Estados para responder aos desafios atuais e futuros provocados por essa nova realidade. Nesse sentido, com o intuito de encontrar medidas para conter o avanço das mudanças climáticas, na Rio 92, foi institucionalizado o Regime Internacional de Mudanças Climáticas, que tem como objetivo promover a ação harmônica entre os Estados no enfrentamento dessa problemática, uma vez que o aumento da temperatura do planeta é fato já em andamento. No entanto, embora atualmente as mudanças climáticas tenham sido colocadas como um assunto fundamental no cenário global, há governos locais que orientam sua política externa e se posicionam em oposição às diretrizes presentes nas negociações e acordos relacionados a essa temática, como é o caso do atual governo brasileiro. O objetivo deste trabalho, portanto, consiste em apresentar a política externa e a participação brasileira nos debates e acordos internacionais sobre mudanças climáticas, desde os preparativos para a elaboração do Protocolo de Kyoto até o Acordo de Paris. Para isso, a pesquisa será elaborada a partir de uma revisão bibliográfica, que traga o esclarecimento teórico-conceitual sobre a ideia de regimes internacionais (Krasner, 1983; Keohane, 1983; Porter & Brown, 1996; Hurrell, 1995; Sooros, 1997) e ambientais (Sand, 1992; Gehring, 1994; Norhaus, 1994; Young, 1997), particularmente, o regime internacional de mudanças climáticas à luz da ciência e das teorias de Relações Internacionais. Com isso, busca-se estruturar analiticamente a evolução histórica e institucional que levou a construção desse regime (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE, 1972; Oliveira, 2011; Bueno Rubial, 2016; Kloss, 2000). Além disso, também será realizada uma análise de dados sistematizada - que perpassa por uma revisão da literatura sobre a participação brasileira em conferências, negociações e acordos internacionais, tendo como base trabalhos científicos, notas oficiais, documentos, notícias e pronunciamentos - para que, assim, seja possível compreender o comportamento da política externa brasileira diante a problemática das mudanças climáticas desde as negociações realizadas para o estabelecimento do Protocolo de Kyoto até o posicionamento atual, relativo ao direcionamento brasileiro após a assinatura do Acordo de Paris (Viola, 1997 2002 e 2004; Guimaraes, 1994; Lafer e Fonseca, 1994).

EQUIPE: YURI BARROS DE CARVALHO, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: **4123**

TÍTULO: MULHERES ENCARCERADAS: UMA PROPOSTA DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO SOBRE MULHERES PRESAS DO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O Projeto de Extensão "Mulheres Encarceradas: uma proposta de pesquisa, ensino e extensão sobre mulheres presas do Rio de Janeiro" apresenta como principais eixos de atuação: i) na pesquisa, por meio da realização de investigações sobre mulheres e política de drogas; ii) no ensino, com o oferecimento de disciplinas para a graduação; e iii) na extensão, com a realização de duas principais atividades. Em primeiro lugar, oferecemos um curso de formação com aulas, seminários e debates envolvendo estudantes de diversas áreas, como Direito, Serviço Social, Psicologia, Comunicação e outros, e público externo, em um encontro semanal com discussões, com base em bibliografia indicada e disponibilizada, sobre a política de segurança adotada no Brasil e sobre o impacto em relação às mulheres selecionadas criminalmente no estado do Rio de Janeiro, além das repercussões sociais dessa criminalização. Além disso, oferecemos atendimento sociojurídico, prestado a mulheres que respondam a processos criminais na cidade do Rio de Janeiro. Nessa atuação, o projeto tem por objetivo proporcionar reflexão sobre a necessidade do desencarceramento e atuar em defesa do direito das mulheres. Nesse sentido, as alunas, que passam primeiramente pelo curso de formação, prestam atendimento sociojurídico cuidadoso e sensível não apenas ao tema, mas principalmente em relação à mulher atendida, que está em posição de vulnerabilidade diante do sistema penal brasileiro. Nesse diapasão, o fato de que a maioria das mulheres (62%) está presa atualmente no Brasil por tráfico de drogas (Infopen Mulheres, 2018) destaca a relevância deste projeto, que atua na defesa de mulheres que muitas vezes são vítimas de arbítrios e preconceitos por parte do Judiciário, presas na maioria das vezes por uma quantidade infima de droga, sem qualquer acusação de violência ou grave ameaça, embora um expressivo número delas fique presa mesmo sem qualquer sentença condenatória. Dessa forma, o Projeto de Extensão realiza ações interdisciplinares, dialógicas de atendimento sociojurídico e de formação de estudantes dispostas a atuar nesse universo representativo de mulheres, especialmente diante dos efeitos sociais desse encarceramento, visando inclusive a formulação de políticas públicas e de incidência política para defesa de direitos dessas mulheres. O projeto trabalha em parceria com o Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Nacional de Direito/UFRJ e também com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, e vem atuando também na construção do projeto de uma central de atendimento sociojurídico, que será localizada em Benfica, e que pretende prestar assistência aos egressos das audiências de custódia - o que vem sendo delineado por diversas instituições e organizações sociais juntamente ao Conselho Nacional de Justiça. Dessa forma, nosso Projeto de Extensão pretende mobilizar esforços não apenas no sentido de uma formação crítica, mas também de uma atuação desencarceradora.

EQUIPE: RAQUEL ALVES ROSA DA SILVA, LUCIANA BOITEUX, LARISSA LEILANE FONTES DE LIMA, JULIANA COSTA CHICHIERCHIO DA SILVA, ANNA CECÍLIA FARO BONAN, ELAINE BARBOSA, LAIZE GABRIELA BENEVIDES PINHEIRO, WALQUIRIA CAMILO DA ROCHA, JULIANA OLIVEIRA TEIXEIRA DE JESUS, MARIE OKABAYASHI DE CASTRO LEMOS, MERIENE GOMES DA SILVA, ANA BEATRIZ PEREIRA ROBALINHO, ISABELA VAS

ARTIGO: **4128**

TÍTULO: O SUDESTE ASIÁTICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

A tentativa de uma inserção real no cenário internacional por parte dos países do sudeste asiático já poderia ser observado desde a fundação da ASEAN, ainda no final da década de 1960, e o início de uma série de processos de cooperação regional na década seguinte. (VERICO, 2016) Embora a segunda década desse século esteja sendo observada como uma fase de *shifting* no tabuleiro internacional, com o início de uma nova disputa entre China e EUA, acompanhado de uma maior participação da Ásia no contexto internacional, ainda é perceptível que os países do sudeste asiático ainda ficam a mercê do protagonismo de vizinhos regionais (como China, Índia e Japão) e usufruindo da favorável quantidade de rotas do comércio marítimo internacional.

Além disso, desde a dizimação da manufatura asiática, ainda no período da revolução industrial (Nayyar, 2014), custa a esses países conseguirem ascender em um mundo onde os países já desenvolvidos não queiram outros Estados equiparáveis. Não só isso, mas a dificuldade dos próprios países dessa região em aplicarem a estratégia de *Catch Up*, aplicada, por exemplo, pelos "países agora desenvolvidos" (CHANG, 2004).

Nesse prisma, vem também se desdobrando uma série de mudanças na dinâmica internacional que podem por em risco a dinâmica econômica desses países. Como o início das rotas do ártico, a ameaça do desenvolvimento da marinha China na região, além da própria influência econômica que Pequim vem exercendo em alguns dos países, como é o caso da Indonésia, como parte do projeto *One Belt One Road*.

EQUIPE: MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA, LEONARDO VALENTE MONTEIRO

ARTIGO: **4178**

TÍTULO: **MULHERES GRÁVIDAS PRESAS PREVENTIVAMENTE PELA PRÁTICA DE TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: O QUE JUSTIFICA O MASSIVO ENCARCERAMENTO?**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Sob a perspectiva da criminologia crítica e do feminismo interseccional, o trabalho irá abordar a situação das mulheres grávidas que se encontram presas no Estado do Rio de Janeiro acusadas do delito de tráfico de drogas, previsto no art. 33 da Lei 11.340/2006, crime este pelo qual respondem 62% das mulheres presas no Brasil, segundo o Infopen Mulheres, dados de junho de 2016.

A justificativa de escolha do tema está no alto crescimento do número de mulheres encarceradas em nosso país. Entre os anos de 2000 e 2016, houve um aumento de 567% do encarceramento feminino no Brasil e, mais especificamente, o Estado do Rio de Janeiro é o 4º que mais encarcera mulheres em todo o país (INFOPEN MULHERES, 2017). Ademais, o crime que mais encarcera mulheres no Rio de Janeiro é o tráfico de drogas, visto que 52% das mulheres presas no estado foram condenadas por tal delito entre os anos de 2013 e 2018 (FGV, 2018).

Diante deste cenário, em que mulheres jovens, negras e de baixa escolaridade são alvo da repressão penal, nosso objetivo será o de compreender o super encarceramento e realizar análise de julgados recentes que tratam da liberdade de mulheres em situação de maternidade, com o objetivo de tentar explicar e entender como se posiciona o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro na análise da prisão provisória de mulheres grávidas e mães, especialmente a partir das modificações do Código de Processo Penal e da recente decisão do STF no Habeas Corpus coletivo que deveria soltá-las todas.

Nosso foco está na denúncia do grande número de mulheres encarceradas gestantes que se encontram em especial situação de vulnerabilidade no sistema prisional, visto que necessitam de cuidados especiais que, na maioria dos casos, não lhes são oferecidos no cárcere (PANCIEIRI, 2017; BOITEUX, FERNANDES, CHERNICHARO, PANCIEIRI, 2015).

Nesta perspectiva, o estudo de sua situação jurídica e a compreensão dos motivos da prisão destas mulheres é de fundamental importância, imperiosa para afirmação de um Estado Democrático de Direito.

EQUIPE: CAROLINA MARIÑO BARCAUL, LUCIANA BOITEUX

ARTIGO: **4189**

TÍTULO: **PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO PRAGMATISMO ECUMÊNICO E RESPONSÁVEL: UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO GEISEL (1974-1979)**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A ditadura civil-militar, instituída no Brasil a partir do golpe de 31 de março de 1964, marcou uma profunda transformação não apenas na política interna brasileira, mas também na formulação da política externa. No interregno dos cinco governos existentes - Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo - diferentes orientações de política externa puderam ser observadas, sem, contudo, retirá-las do mesmo contexto histórico: trata-se de um país governado pelas forças armadas, tendo o sistema internacional estruturado pelo contexto de Guerra Fria, que marcou um embate ideológico entre o capitalismo ocidental e o comunismo soviético. Até a década de 60, o Brasil - considerada potência média e com baixa capacidade de ditar regras e alterar os rumos da política mundial - tinha suas ações restringidas em grande parte pelo sistema bipolar. Localizado geograficamente em área de influência norte americana, se encontrava aliado, portanto, ao modelo político, econômico e estratégico ditado pelo guardião e líder do mundo ocidental: os Estados Unidos da América (EUA). No entanto, durante a década de 70, o alinhamento que o Brasil tinha com os EUA e a sua aproximação com o bloco capitalista começaram a ser questionados, sobretudo, a partir de 1974, com a governança e a política de desalinhamento ostensivo do general Ernesto Geisel (1974-1979). O objetivo deste trabalho, portanto, é apresentar as principais características e atributos da política externa do governo Geisel, conhecido como pragmatismo ecumênico e responsável, e os impactos e influências que ela acarretou nas políticas externas subsequentes, tendo em vista que nesse momento de Guerra Fria, o Brasil buscou fundamentar sua atuação de maneira independente por meio de uma política que entendia o mundo através de aliados e privilegiava o mercado e a diplomacia, deixando de lado a ideologia ainda que esta última não fosse completamente abandonada. Para atingir tal objetivo, será necessário adotar uma perspectiva metodológica que consiste numa revisão da literatura que aborda o balanço nacional e internacional durante os governos brasileiros da década de 70 (Hermann, 2005; Couto, 1998; Skidmore, 1988; Chirio, 2012) para elucidar a transição de uma política americanista e autoritária para uma política mais independente e global (Cervo e Bueno, 2008; Vizentini, 2004; Pinheiro, 2004) e os impactos que ela acarretou nacionalmente e internacionalmente nesse período e na forma de se pensar política externa nos anos posteriores (Spektor, 2010; Pinheiro, 2007; Mendonça, 2011; Lessa, 1998; Leite 2011, Doratioto e Vidigal, 2014). Além disso, também será realizada uma análise de dados estatísticos, sobretudo, no que tange às atividades internacionais e política externa do Brasil nesse período, para que, assim, possamos compreender as consequências e os impactos que este governo teve para a história contemporânea, seja em âmbito nacional e internacional.

EQUIPE: YURI BARROS DE CARVALHO, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: **4197**

TÍTULO: **DA EXTRAVAGÂNCIA AO RECATO: QUAL O PONTO ÓTIMO DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO?**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Nesses 30 anos de Constituição sob o Estado Democrático de Direito três características puderam ser abstraídas da gestão administrativa que se fez presente: (i) a tentativa de constitucionalização de aspectos do regime que foram valorizados em certo momento, salvaguardados pela rigidez constitucional e caráter nacional da normatividade produzida; (ii) atuação da administração pública descoordenada do ponto de vista administrativo, que por vários motivos incapacita a tomada de decisão técnica e imparcial, e que, como ato reflexo acarreta também a (iii) descoordenação entre os órgãos de fiscalização de contas entre si e a (iv) ineficiência da Lei Nacional na prática, em face da necessária adaptação local ao que se produz em nível nacional em busca de efetividade prestacional. No entanto, o que essa lógica revela em sentido prático é a inflação da constituição e de legislações nacionais, de forma a reverberar em dificuldade de reformas nacionais coordenadas.

Argumenta-se que, em um país de dimensões continentais e diversidade tamanha quanto, as políticas deveriam ter em foco mais a localidade que a centralidade, ou seja, políticas em âmbito, fundamentalmente, estadual e municipal, e menos nacional. Isso porque, face às incongruências que por vezes políticas nacionais representam às demandas locais e regionais, o que se observa é uma descoordenação de atuações diante de um mesmo mandamento, desencadeando uma autêntica esquizofrenia institucional. Apresenta-se como hipótese que um inicial pontapé para resolver tais questões residiria na construção de um Estado Administrativo, compreendido como um modelo de governo de afirmação do poder regulador através de agências administrativas, um instrumento da atividade executiva, que visa utilizar o conhecimento técnico e específico destes órgãos para regular relações estatais.

É nesse sentido que se apresenta a presente proposta de desconstitucionalização paulatina em temas de gestão pública, em uma tentativa de garantir que a normatividade reflita a realidade institucional administrativa, e a partir de então, possa buscar soluções heterogêneas, tais quais são as pluralidades regionais brasileiras.

EQUIPE: BEATRIZ SCAMILLA JARDIM DE MORAES OLIVEIRA, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: 4240

TÍTULO: GUERRA ÀS MÃES: O USO DA LEI DE DROGAS PARA IMPEDIR A CONCESSÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DOMICILIAR

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O encarceramento feminino no Brasil mostrou um crescimento de 547% em 15 anos. O INFOPEN de 2018 afirmou que 74% dessas mulheres presas são mães. Tais fatos apontam para a política danosa do encarceramento em massa e o seu impacto nas famílias e na sociedade brasileira.

Os dados do INFOPEN também chamam a atenção pela expressividade do número de mulheres presas pelo crime de tráfico de drogas, afirma-se que 62% das mulheres respondem criminalmente por tal delito. O crime de tráfico de drogas, previsto no artigo 33 da Lei 11.343/06, é tido como um crime de alta reprovação social e moral.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo estudar como o discurso punitivo e repressivo que se sustenta na política de guerra às drogas, mesmo na vigência da Lei de Drogas nº 11.343, é utilizado para manter mulheres no cárcere. Pretende-se descobrir quem são essas mulheres, a classe social e o grupo étnico que elas pertencem. Visa-se, ainda, estudar as dificuldades de elas obterem benefícios já positivados no ordenamento jurídico brasileiro.

O foco de análise do trabalho é a maternidade no ambiente carcerário e o fato de a maioria das mulheres, por responderem por tráfico, possuírem maiores dificuldades de substituição da prisão preventiva pela domiciliar. Assim, visa-se analisar dados penitenciários de encarceramento feminino e realizar um estudo de casos concretos envolvendo mães presas preventivamente e o comportamento do Poder Judiciário frente à imputação criminal de tráfico de drogas.

A metodologia a ser utilizada é a revisão bibliográfica de livros e artigos sobre o tema, a análise de dados penitenciários oficiais e o estudo comparativo de dois casos: Adriana de Lourdes Ancelmo, ex-primeira-dama do estado do Rio de Janeiro, beneficiada pela prisão domiciliar e Vitória de Oliveira da Silva, presa pelo crime de tráfico de drogas que teve a concessão da prisão domiciliar negada em razão do delito que lhe era imputado.

O trabalho teve origem a partir das discussões realizadas no grupo de pesquisa e extensão "Mulheres Encarceradas: uma proposta de pesquisa, ensino e extensão sobre mulheres presas no Rio de Janeiro", com atuação na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde a autora participou ativamente como aluna.

Assim, a partir do viés da criminologia crítica e da criminologia feminista, considera-se que a Política Criminal de Drogas é um instrumento eficaz ao exercício do controle social e que a Lei de Drogas representa uma guerra às mulheres, na medida em que possui um importante papel na manutenção da estrutura social machista e patriarcal.

EQUIPE: CAROLINE DOS ANJOS BELARMINO DA SILVA, LUCIANA BOITEUX

ARTIGO: 4246

TÍTULO: PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS AO LONGO DA HISTÓRIA E COMO NASCEU O CONCEITO DE SEGURANÇA MARÍTIMA.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Minicurso (Atividade complementar: 13h às 14h30 ou final de semana)

RESUMO:

O objetivo deste minicurso é, em um primeiro momento, o de explorar o contexto em que as primeiras teorias sobre o Poder Marítimo foram desenvolvidas, delimitando as utilidades que o mar apresentava ao homem. Com isso será possível, em um segundo momento, vislumbrar que implicações a evolução destas utilidades teve na definição do conceito de segurança marítima, sempre levando em conta, também, o contexto histórico e geopolítico. Este objetivo será perseguido por meio da apresentação de uma revisão bibliográfica de estrategistas clássicos do Poder Marítimo, distribuídos em uma perspectiva histórica, partindo do final do século XIX até os dias atuais.

O mar sempre foi espaço de intercâmbio entre os homens, mas nem sempre foi visto com os mesmos olhos da contemporaneidade. O Contexto que vivemos hoje abarca uma variada gama de situações que nos obrigam a partilhar o conhecimento sobre o mar em uma série de tópicos inter-relacionados, pois o mar hoje pode ser apresentado como meio de passagem (visão historicamente estabelecida) ou como uma fonte ampla de recursos (visão inserida no fim do século XX). Parte-se do pressuposto que a ampliação dos modos como o mar pode ser utilizado pelo homem, bem como o desenvolvimento tecnológico, fizeram do conceito de segurança marítima um tema cuja complexidade cresce de maneira constante e que requer uma multiplicidade de atores envolvidos para a manutenção da boa ordem no mar.

Espera-se com esse minicurso promover a consciência da importância do mar para debates que envolvam temas de defesa, segurança nacional e desenvolvimento, já que sendo o Brasil signatário da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, recai sobre si a responsabilidade de jurisdição em uma área marítima de aproximadamente 4,5 milhões de Km². Por isso, é essencial ter consciência do peso que a segurança no ambiente marítimo tem para o desenvolvimento nacional, principalmente tendo em vista que a Estratégia Nacional de Defesa trata do desenvolvimento e a segurança como conceitos complementares.

EQUIPE: DANIELE DIONISIO DA SILVA, VINÍCIUS RICARDO FERREIRA JANICK

ARTIGO: 4262

TÍTULO: **ANÁLISE SOBRE A INTERFERÊNCIA DA INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DA CRISE HUMANITÁRIA NA VENEZUELA EM SUA SOLUÇÃO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O artigo apresenta uma análise sobre como a utilização da crise humanitária na Venezuela como instrumento político pode ter um papel negativo ou positivo em sua resolução. O cenário complexo envolvendo diversos atores internacionais, utilizando diferentes discursos ao considerar a questão, demonstra a necessidade de compreender a conjuntura. A partir de uma pesquisa bibliográfica, será identificado os atores além da Venezuela, sendo alguns deles os Estados Unidos, a Rússia e a China, e como o discurso de crise econômica se mantém para alguns e para outros muda para uma questão humanitária, dependendo dos interesses políticos na região. Essa mudança será analisada a partir de como os meios midiáticos noticiavam a situação venezuelana no começo do governo de Nicolás Maduro até os embates nas fronteiras em fevereiro de 2019. Posteriormente, será evidenciado como o discurso de crise humanitária, em contraste com um de problemas econômicos, resulta nas medidas políticas que são implementadas. O trabalho parte da hipótese de que essa utilização política tende a piorar essa crise econômica, já que a diferença dos discursos impede uma ação coesa para solucionar a questão.

EQUIPE: MARINA AUTRAN CALDAS BONNY, DIOGO MONTEIRO DARIO

ARTIGO: 4263

TÍTULO: **O DIÁRIO DE ANNE FRANK E A REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DE SUA NARRATIVA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A classificação do mundo em todas suas vertentes, abstratas e concretas, é fundamental para se conhecer a sociedade e lidar com a organização e representação do conhecimento. Shiyali Ramamrita Ranganathan, teórico indiano e bibliotecário criou a Teoria dinâmica e um dos maiores conceitos da área de representação de assuntos: "faceta". Este esquema revolucionou a classificação bibliográfica e desenvolveu um sistema que permite a organização do conhecimento e da informação visando a recuperação da informação relevante registrada e com relações fundamentais entre conceitos como cadeia (hierárquicas) e renque (coordenação) e outros tipos de relações. Os esquemas de Classificação, até então existentes, possuíam inadequação na representação dos assuntos complexos tratados nos documentos e assim com a classificação facetada se inaugura um novo paradigma elaborado a partir da estrutura do conhecimento que possibilita uma constante inovação conceitual. Os livros e outros documentos não tratam só de um assunto e sim possuem aspectos de assuntos diversos referentes às categorias de diferentes classes e de áreas distintas. O livro "Diário de Anne Frank" pode ser encaixado nesse modelo pois seu perfil inclui biografia, história, literatura e outros. Nesta pesquisa escolhemos a revisão bibliográfica como metodologia e o uso de um mapa mental para exprimir o universo perverso vivido por Anne Frank no período do nazismo. Pretendemos evidenciar a importância da narrativa de sua obra até os dias atuais explorando o conceito de documento e apresentando um diagrama de seus conceitos. O objetivo principal deste estudo é trazer o depoimento de Anne Frank por meio de seu diário, considerado um dos mais importantes documentos da época do holocausto e mostrar a realidade terrível do antissemitismo através da representação temática retratada em um diagrama. O diário, declarado patrimônio da humanidade pela UNESCO, retrata o cotidiano de Anne e sua família durante a Segunda Guerra Mundial, em foco na perseguição aos judeus, e como sobreviveram no esconderijo que se abrigaram em Amsterdã até o momento de serem descobertos, juntos aos outros judeus.

EQUIPE: AMANDA RAYOL SOLA DO ESPÍRITO SANTO, ANA SENNA

ARTIGO: 4270

TÍTULO: **EDUCAÇÃO DE MESQUITA EM NÚMEROS: ANÁLISE DOS ÍNDICES DO SISTEMA EDUCACIONAL MUNICIPAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O estudo do sistema educacional de um município é de grande importância para a gestão pública, uma vez que, a partir do mesmo, é possível compreender as fragilidades apresentadas no tocante ao investimento realizado pelo município para o desenvolvimento do corpo discente. Além disso, também permite o conhecimento dos *gaps* institucionais, os recursos repassados pelo Governo Federal e/ou Estadual para a aplicação em educação, além dos setores com maior impacto na educação de determinada região. Com isso, surge a seguinte questão: qual a relação entre o FUNDEB, os investimentos municipais no sistema educacional e os índices de rendimento e evasão escolar apresentados pelos alunos em Mesquita/RJ? Desse modo, objetiva-se compreender a base do sistema educacional do município de Mesquita, ou seja, o número de matrículas ativas nas escolas do município em comparação com as variadas dependências administrativas das mesmas, buscando, assim, entender a composição dos índices de gestão e desenvolvimento educacional local. Para tanto, será feita uma análise do Censo Educacional de 2013-2018 do município de Mesquita, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do orçamento disponível para educação municipal, oriunda do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), além da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e dos Portais de Transparência do município de Mesquita e do Governo Federal para a verificação da origem dos recursos para a educação local.

EQUIPE: MATEUS HENRY DE SOUZA PAES, DOUGLAS SILVA AGRA MIRANDA, DANIEL NEGREIROS CONCEIÇÃO, RODRIGO RODRIGUES

ARTIGO: 4362

TÍTULO: **A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL DE TRUMP (2017): MUDANÇAS E CONTINUIDADES EM RELAÇÃO À ESTRATÉGIA DE OBAMA (2015)**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Neste trabalho pretende-se comparar a nova estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos, apresentada pela administração de Donald Trump, em 2017, com a estratégia anterior elaborada no segundo mandato do presidente Barack Obama, publicada em 2015. A metodologia adotada é a análise qualitativa de fontes primárias, que são os documentos oficiais norte-americanos intitulados *National Security Strategy*, que definem em linhas gerais uma articulação entre os interesses internacionais, metas e objetivos dos Estados Unidos relativos ao cenário internacional e sua perspectiva sobre as relações interestatais. O objetivo é identificar nos documentos as mudanças e continuidades presentes na nova estratégia americana. Do ponto de vista teórico, este tema será tratado a partir do conceito de sistema internacional conforme formulado por Pecequillo (2017), segundo a qual o mesmo se caracteriza pela anarquia, ou seja, pela ausência de um governo e de leis internacionais que definam a ordem e os mecanismos de ação dos Estados no espaço. Sendo assim, prevalece a lógica da competição e da disputa por interesses que, a depender do contexto histórico e dos atores envolvidos, pode levar a situações tanto de conflito quanto de cooperação, sendo o poder o conceito definidor das relações internacionais. A nova estratégia de 2017 chamou atenção pelas diferenças em relação às anteriores, adotando explicitamente uma perspectiva realista. Fiori (2018) destacou os principais pontos do texto que representam esta mudança: os Estados Unidos abandonam o discurso de conflito global entre o "bem" e o "mal", redefinindo o sistema mundial como espaço de permanente disputa pelo poder entre Estados nacionais; que não há garantia que os valores americanos prevaleçam em última instância, admitindo a diversidade de valores e culturas, diferentes dos seus; ao reconhecer que não existem valores universais, abandonam o projeto de conversão de todos os povos aos valores éticos ocidentais; afirmam que atuarão unicamente segundo o seu interesse nacional a

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

partir de uma posição de força; neste sentido, abrem mão de uma hegemonia ética e cultural, optando pelo uso do poder para impor seus interesses no mundo; e assumem o direito de utilizar sanções econômicas como instrumentos de guerra. Por outro lado, Padula (2018) aponta para o caráter de continuidade na estratégia americana em relação aos seus objetivos centrais, considerando a mudança nas táticas, independente do partido que esteja no poder, e a resistência que há em relação a mudanças dentro da estrutura do Estado norte-americano. A hipótese preliminar de nossa pesquisa é que as mudanças observadas na estratégia americana visam a responder principalmente ao crescimento de duas potências, Rússia e China, que vêm desafiando o poder hegemônico dos Estados Unidos recentemente no sistema internacional. Ao mesmo tempo, a contenção de ambas se insere na estratégia de longo prazo dos Estados Unidos em relação à Eurásia.

EQUIPE: ITALO POTY, CRISTINA SOREANU PECEQUILO, RAPHAEL PADULA

ARTIGO: 4381

TÍTULO: ORGANIZAÇÃO DA ÁSIA CENTRAL PÓS-SOVIÉTICA: IDENTIDADES, ALINHAMENTOS E RIVALIDADES PELA LIDERANÇA REGIONAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Sendo uma região cercada por grandes impérios e eventualmente isolada devido ao controle soviético, a Ásia Central ressurgiu em 1991. Com a inédita organização em formato de Estados independentes e a ausência de interferência direta de potências, os países centro-asiáticos trataram de estabelecer suas identidades nacionais e posições no sistema internacional. Ao longo deste processo de formação dos Estados e das nações, no qual a capital muitas vezes ainda luta para exercer o controle efetivo sobre o interior de seu território, surgem com ênfase fluante dois projetos de liderança regional concorrenciais liderados pelos governos do Cazaquistão e do Uzbequistão. Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo mapear as dinâmicas de ordem geopolítica existentes na região, com especial destaque as disputas territoriais pelo controle de recursos estratégicos e os conflitos étnicos de alcance transnacional. O marco temporal gira em torno do período de 1991 até os dias atuais. A pesquisa dedicará especial ênfase às seguintes dinâmicas inter-regionais: 1) relações comerciais; 2) questões securitárias; 3) alianças inter-regionais. A influência exercida por potências internacionais sobre a região será particularmente observada quando isso significar o alinhamento político de um Estado ou outro da região. A hipótese é de que os países da região não contaram, ao longo das quase três décadas de independência, com coesão suficiente para formar um bloco de fato regional e minimamente coerente. Por essa razão, embora ocorram eventuais cooperações momentâneas, com falhas tentativas de liderança autenticamente regional, as potências no entorno regional trataram de integrar os centro-asiáticos através de instrumentos como organizações internacionais de cunho regional.

EQUIPE: GABRIEL GONÇALVES RIBEIRO, DARLAN RAMOS, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO, EDUARDO CRESPO

ARTIGO: 4397

TÍTULO: UMA ANÁLISE DAS REFORMULAÇÕES INSTITUCIONAIS NA PRÁXIS POLÍTICA BRASILEIRA SOB O GOVERNO DE JAIR BOLSONARO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo contextualizar o processo de ascensão política do Presidente Jair Bolsonaro e as alterações na práxis política brasileira por ele realizadas. Ademais, pretende-se descrever as rearticulações de correlações de força em termos societários e institucionais, abordando a reestruturação da bancada parlamentar e a nova composição ministerial. O modelo político brasileiro é fortemente marcado por um processo de dupla centralização de poder (Abranches, 2018) e por uma dinâmica política baseada em barganhas entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Nesse sentido, utilizando-se do conceito de Presidencialismo de Coalizão (Abranches, 1988), busca-se compreender como a rejeição à esse mecanismo de negociação proposta pelo atual chefe do Executivo tem se refletido na relação entre os dois poderes. Por fim, pretende-se analisar o novo protagonismo atribuído às Bancadas e Frentes Parlamentares na logística de articulação do Executivo na nova dinâmica governista. A metodologia empregada visa analisar dados referentes à trajetória política de Bolsonaro; Para tal, serão utilizados, como fonte primária de informação, o site da Câmara dos Deputados Federal, além de artigos jornalísticos e pesquisas eleitorais de diversos períodos; serão consideradas suas proposições de projetos de lei feitas entre as legislaturas de 1991 e 2014, assim como dados provenientes de suas redes sociais, mídia jornalística, entrevistas, e a transcrição de discursos na câmara dos deputados.

EQUIPE: LUAN GUEDES, MAYRA GOULART DA SILVA

ARTIGO: 4447

TÍTULO: FORMAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES - CURSO QUESTÃO DE GÊNERO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o curso *Questões de Gênero*. Originalmente formulado pelo Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, foi reorganizado coletivamente pelos extensionistas do Programa de Extensão de Educação Pública, Formação Permanente e Educação Popular no Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) e seus colaboradores. O curso foi recontextualizado com o objetivo de contemplar às demandas que se apresentavam ao grupo.

Realizado nos dias 29 e 30 de setembro de 2018, na sede do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro), o curso - enquanto atividade de educação popular - teve por objetivo ser mais uma ação que articulasse os conhecimentos sobre os temas produzidos na Universidade e em outros movimentos auto-organizados da sociedade civil com as práticas sociais. Neste caso específico, tratou as questões sobre gênero, sexualidade e sexo.

Orientado e ministrado pela Professora Maria Malta, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), juntamente aos extensionistas bolsistas, o curso foi estruturado a partir do conceito de Educação Popular que compreende o processo formação política da classe trabalhadora (como também do povo em geral). Assim, foi projetado para contemplar pessoas com diferentes níveis de contato anterior com os temas - desde pessoas com total desconhecimento sobre os assuntos abordados até os que possuem amplo conhecimento sobre a temática.

Apresentando-se, a partir desta perspectiva, como mais uma ação que possa potencializar o pensamento e o fazer crítico, funcionando como introdutório a uma Formação Política com particularidade sobre os temas "sexo, gênero e sexualidade", "como a sociedade constrói homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras", "família e opressões" e "gênero e classe". E, ainda, tendo como base teórica da educação popular as contribuições de Mauro Iasi, Oscar Jara e Paulo Freire.

Ao longo de dois dias, o curso apresentou diversos pontos necessários para a compreensão do debate de gênero, entre eles aspectos conceituais que dividem termos como sexo, sexualidade e gênero e geram atravessamentos presentes no cotidiano das relações no contexto familiar e/ou social. Através de dinâmicas de grupo, foi possível que todos tivessem voz, apresentando suas visões sobre os temas, e assim, o curso foi desconstruindo certas ideias pré-estabelecidas.

EQUIPE: PEDRO HENRIQUE DA COSTA MODUGNO NUNES, MARIA MELLO DE MALTA, KAMILLA NEVES DA SILVA, JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEON

ARTIGO: 4451

TÍTULO: CELERIDADE PROCESSUAL, EXCESSIVIDADE NORMATIVA E ATIVISMO JUDICIAL: O CONTRASSENDO DO FUNCIONALISMO INSTITUCIONAL BRASILEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A crença e expectativa de que o Direito tudo pode resolver resultou em uma hiperinflação das demandas judiciais, bem como na excessiva produção normativa no Brasil. A Constituição Brasileira de 1988, embora muito elogiada, carrega consigo uma normatização extensiva, haja vista o significativo número de artigos e emendas constitucionais. Tal contexto denota que, ainda que haja um esforço coletivo em prol da celeridade jurídico-processual, evidenciado pela propositura do Novo Código de Processo Civil (2015), a cultura institucional do país fomenta esse estereótipo do Direito como agente capaz de solucionar todos os conflitos e, conseqüentemente, a sua sobrecarga.

Não obstante, o Poder Judiciário passa ganhar, nestas circunstâncias, notório protagonismo, uma vez que à ele é atribuído um poder decisório cada vez mais forte. Contudo, todo esse poder que é dado em nome de uma justiça social pode ocasionar a pavimentação de um caminho para a arbitrariedade, a instabilidade e o controle político. O viés institucional e de particulares operadores do Direito de enxergar o Poder Judiciário como propulsor de mudanças sociais e de garantias de direitos a minorias, com base em interpretações extensivas de normas e entendimentos de justiça social, em que pese conquistas significativas, parece ir de encontro com a divisão do Poder Originário e da Democracia Representativa.

Dessa forma, a proposta da pesquisa circunda a ideia trazida pelo Código de Processo Civil de 2015 que fomenta uma justiça mais fluida e desburocratizada, confrontada pela realidade dos próprios agentes institucionais, análise que estabeleceremos por metodologia comparativa com o antigo CPC de 1973 com o atual. Junto a isso, a efeito de comprovação do excesso de produção normativa e judicialização em consonância com o imaginário de o Direito ser o grande apaziguador social, traçaremos um comparativo de constituições publicadas em contextos sociais semelhante ao brasileiro, vale dizer, em processo de garantias de direitos sociais e de redemocratização do país, quais sejam: a Constituição mexicana de 1917 e a Constituição alemã de 1919. Para título de exemplificação de ativismo judicial da Corte Suprema do país, juntaremos julgados em sede do Supremo Tribunal Federal nos últimos dois anos (2018/2019).

Objetivamente, nosso marco teórico é pautado na análise da teoria dos desenhos institucionais, a partir do argumento de que o Judiciário ocupa nos últimos 30 anos de constitucionalismo brasileiro um grande papel na resolução de conflitos normativos e que este hiperativismo pode dar ensejo uma série de problemas que enrijecem a articulação entre os Três Poderes da República necessária para o desenvolvimento de um Estado Democrático de Direito.

EQUIPE: MATHEUS FERREIRA, VINICIUS MACOMINI FLORENCIO GARCIA, CARLOS BOLONHA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE

ARTIGO: 4466

TÍTULO: CÁUCASO DO SUL: OS ESFORÇOS DA INDEPENDÊNCIA ENERGÉTICA FACE AS TENSÕES DA SOBERANIA RUSSA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

O fim da União Soviética, pós Guerra Fria, fez com que ao longo da Eurásia surgissem dezenas de novos Estados divididos entre a Europa do leste, o Cáucaso e a Ásia central. Desde então, as diversas ex-repúblicas soviéticas tem alternado suas relações com Moscou, ora reforçando o elo pela manutenção de uma parceria estratégica, ora buscando realizar sua própria política externa, esquivando-se da dependência russa. Esta orientação pendular é particularmente verificável no Cáucaso do Sul (Armênia, Azerbaijão e Geórgia), região em que a presente pesquisa irá debruçar-se.

Tendo em vista a grande quantidade de hidrocarbonetos distribuídos entre o mar negro e Cáspio, motivados principalmente pela importância geoestratégica da região, é notável um crescente interesse internacional pelo controle e/ou participação comercial na rota dessas fontes energéticas.

Assim, a presente pesquisa aborda a reconfiguração da geopolítica do gás a partir da recente implementação de gasodutos na região do Cáucaso. Em particular, o trabalho objetiva examinar as tensões políticas locais criadas pela implementação do gasoduto "Southern Gas Corridor", destinado a escoar o gás produzido no campo "Shah Deniz 2", situado no mar Cáspio. O fato do projeto do "Southern Gas Corridor" permitir o escoamento do gás sem passar pelo espaço russo tem implicações diretas na capacidade deste em manter o relativo controle da oferta de gás no mercado europeu. Disso resultam as recentes tensões criadas entre os governos da Rússia, da Geórgia e do Azerbaijão, visto o caráter estratégico da região.

Por conseguinte, o trabalho será realizado em três etapas. Primeiramente, busca-se mapear as redes de gasodutos historicamente construídas na região do Cáucaso e seu impacto geopolítico; posteriormente, compreender em que medida o novo "Southern Gas Corridor" reconfigura as redes de distribuição de gás da região para o mercado europeu; por fim, identificar os mecanismos de controle do governo russo para manter os alinhamentos políticos dos governos da Geórgia e do Azerbaijão.

EQUIPE: LUIZA GOMES GUITARRARI, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO, EDUARDO CRESPO

ARTIGO: 4494

TÍTULO: EXPERTISE E DELIBERAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO STF

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A complexidade das questões políticas contemporâneas demanda a presença frequente de experts na esfera pública, de forma que as afirmações de experts cada vez mais constituem os temas centrais de controvérsias das arenas públicas. Contudo, a presença de pessoas com autoridade epistêmica nas arenas públicas oferece desafios aos ideais democráticos da liberdade e da igualdade. Isso, porque numa discussão crítica entre experts e leigos, nem todos podem falar e nem todas as falas têm igual peso. Portanto, a presença de experts implica restrições à liberdade de expressão e limitações à igualdade dos cidadãos em uma deliberação pública. Este trabalho é uma análise exploratória desta problemática conjugando duas disciplinas: a epistemologia analítica e a teoria democrática deliberativa. Na primeira parte do trabalho, pretende-se explicar a interação entre leigos e experts à luz do modelo de dependência epistêmica, desenvolvido no campo da epistemologia social. Nesta parte nos utilizaremos de análises conceituais, especialmente quanto ao significado de "expertise", "dependência epistêmica" e "testemunho". Na segunda parte, pretende-se investigar de que forma os conceitos anteriores impactam na construção de teorias da democracia deliberativa. Ainda, serão consideradas algumas questões éticas que emergem da interação entre experts e leigos, bem como possíveis ajustes institucionais para lidar com as tensões antes assinaladas. Finalmente, a terceira parte consiste no estudo de um caso típico de interação entre experts e leigos nas arenas públicas brasileiras: as audiências públicas do Supremo Tribunal Federal. A avaliação deste mecanismo de participação utilizará metodologias qualitativas baseadas na análise normativo-institucional e de documentos concernentes às audiências públicas. As considerações preliminares decorrentes dessas análises indicam que as audiências públicas apresentam déficits de natureza democrática e epistêmica.

EQUIPE: RAFAEL MONNERAT A. R. DE ALMEIDA, RACHEL HERDY

ARTIGO: 4516

TÍTULO: CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA HEGEMONIA DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS POR MEIO DA APROPRIAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Pensando comunicação social e entendendo aqui seu conceito como todo processo de produção e recepção de efeitos de sentido, baseado sempre no lugar social em que se encontram interlocutor e receptor, agregando sempre fatores ideológicos e culturais que estes possuem (GOMES, 1997), este trabalho tem por objetivo analisar algumas formas de expressão da comunicação social dentro de um contexto extremamente distinto daquele visto no Brasil, apurando as relações, a construção e a manutenção da hegemonia do Partido Comunista Chinês (PCC) através das mídias sociais e do poder do discurso enquanto formadores de opinião, levando em consideração os intelectuais e sua importância na sociedade chinesa.

Pensando nos instrumentos midiáticos, o Partido Comunista Chinês controla dentro da mecânica de construção do sentido, o processo de transformação (CHARAUDEAU, 2015) quase que em sua totalidade. Direcionando o "significar do mundo" para a sociedade chinesa, selecionando e manipulando todas as informações que entram em contato com a população. Enquanto no Brasil, por meio da internet, quase que toda a população pode produzir discurso via internet, na China isso não ocorre. A assimetria comunicacional que consiste em poucos controlarem os meios comunicacionais, enquanto toda a massa é apenas destinatária dos discursos vinculados por estes (GRAMSCI apud MORAES 2010), foi parcialmente superada em muitos países por conta da internet, porém na China o governo controla de forma categórica esse meio, além de todos os demais.

A metodologia de pesquisa adotada foi a netnografia e a revisão bibliográfica de Gramsci, analisando suas ideias e explicando características comportamentais referente ao tema.

O governo possui um órgão oficial de notícias, a chamada Xinhua News Agency. Qualquer assunto mais conflituoso que possa gerar tensão na população chinesa é administrado da melhor forma possível pela agência. Já na internet o governo chinês está agindo de forma ainda mais incisiva, construindo um aplicativo com um "sistema de crédito social", por meio desse, o comportamento de cada um dos seus 1,3 bilhão de cidadãos será monitorado e pontuado, por fim será construído uma espécie de ranking de confiança.

Concluindo, como principal resultado preliminar temos que a China é um país em que todas as expressões da comunicação social se diferenciam de forma radical das expressões vistas no Brasil, cabendo fazer uma análise minuciosa das práticas e suas consequências diretas na sociedade.

EQUIPE: MARIA LUIZA MEIRINHO CONSTANCIO, LALITA KRAUS

ARTIGO: 4519

TÍTULO: A MARCA E SUA RELEVÂNCIA PARA A ENTRADA DE EMPRESAS FARMACÊUTICAS BRASILEIRAS NA INOVAÇÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O estudo pretende descrever a estrutura de mercado oligopolista, explicitando a diferenciação de produtos e seu papel na geração de poder de mercado. O trabalho discorrerá sobre a estrutura do mercado farmacêutico no Brasil, sua dinâmica de concorrência, e sobre as características das empresas farmacêuticas nacionais.

O estudo definirá ainda o que é a marca enquanto direito de propriedade intelectual formal, situando a sua importância enquanto ativo intangível que promove a reputação das empresas, criando assim vantagens competitivas no mercado. A partir desta definição, será feita uma investigação sobre como as empresas farmacêuticas brasileiras utilizam este ativo como estratégia de diferenciação no mercado. A investigação será feita com abordagem qualitativa a partir de dados secundários. Será realizado um estudo de caso sobre as estratégias de utilização das marcas pelas empresas farmacêuticas nacionais.

Pretende-se ainda conectar o registro de marcas à entrada de empresas na inovação, e investigar se esta relação é verificada nas empresas farmacêuticas nacionais.

O resultado esperado é que esta relação se verifica, todavia que não implica a causalidade entre o registro da marca e a entrada de empresas na inovação no setor estudado.

EQUIPE: KAREN ALVES PEREIRA, JULIA PARANHOS

ARTIGO: 4552

TÍTULO: EMPREENDEDORISMO EM COOPERATIVAS POPULARES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Esse trabalho visa discutir o perfil do empreendedor social, bem como a sua relevância no processo de inovação e na gestão das cooperativas populares. Serão também apresentadas as principais habilidades e as características necessárias para um cidadão ser considerado um empreendedor, segundo alguns autores. Finalizando, será descrito o modelo escolhido para definir o contexto atual das cooperativas incubadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

A literatura disponibiliza diferentes conceitos de empreendedor (Dos Santos (2016), Oliveira (2003), (David (2004), Vieira e Gauthier (2000)).

É importante diferenciar inovação de criatividade. A inovação é definida como um processo de atividades contínuas e cíclicas voltadas para a identificação, solução e execução de problemas que geram mudanças vanguardistas. Inovar, por vezes, não implica criar algo novo, mas transformar o que já existe, aperfeiçoando e reinventando processos. Já a criatividade é o processo no qual as invenções ocorrem e é o que diferencia o empreendedor do administrador, em geral, um cumpridor dos afazeres no dia a dia.

Vivenciamos uma época de grande atenção e incentivo ao empreendedorismo, onde a sua atuação adequada estaria, segundo Dornelas, 2008, p.6, "eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade".

Nas organizações, o estímulo a ações empreendedoras permite o crescimento e a adaptação às condições mutáveis da sociedade, gerando um sentimento de realização em quem empreende por criar valor individual, organizacional e social.

Esse ponto de vista está relacionado a uma abordagem psicológica, na qual o perfil do empreendedor se refere às necessidades e às características do comportamento humano, que se manifestam na busca pela realização e pelo êxito (McClelland; Winter, 1971), ou, ainda, que a necessidade de sucesso estaria relacionada a um estado de carência, sendo a ignição da motivação (Bergamini, 2008).

Por fim, diante do que foi colocado, é possível atribuir três fatores fundamentais para o sucesso de um empreendedor: as virtudes do empreendedor, ou seja, os valores da pessoa; as habilidades gerenciais, como estratégia, gerenciamento contábil, sistema orçamentário, experiência, educação e estrutura organizacional; as habilidades pessoais, como a de manter boas relações.

Assim, para atingir o objetivo deste estudo, foi feito um levantamento das cooperativas incubadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP/COPPE/UFRJ, no período entre 2012 e 2017, que permanecem ativas, para investigar se o perfil dos cooperados estão equânimes com o de um empreendedor social.

EQUIPE: RODRIGO TOLEDO DE JESUS, ELIANE RIBEIRO PEREIRA

ARTIGO: 4563

TÍTULO: A FILOSOFIA CONSTITUCIONAL E A COERÊNCIA JURÍDICA: NOVAS PERSPECTIVAS HERMENÊUTICAS PARA PROTEÇÃO DE GRUPOS ESTIGMATIZADOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo principal discorrer sobre de que forma a Filosofia Constitucional, ao redimensionar aspectos relativos à aplicabilidade do Direito, pode conceder ao Judiciário papel essencial no que tange à proteção e promoção dos direitos de grupos estigmatizados. Na persecução de tal objetivo insta, inicialmente, articular como as reflexões provenientes da Filosofia do Reconhecimento, em conversa com a Teoria Constitucional, compõem um dos pilares fundamentais do ramo da Filosofia Constitucional, que tem como um de seus principais elementos teóricos atuais o pluralismo que marca as sociedades multiculturais. Neste contexto, é mister apresentar as possibilidades da Filosofia Constitucional, enfatizando temas como patriotismo constitucional, judicialização da política e consequências do neoconstitucionalismo no Brasil. Tais avanços devem ser considerados sob o aspecto contramajoritário de atuação do Judiciário, em especial na proteção das minorias estigmatizadas, pelo uso dos princípios constitucionais.

Em seguida, pretendemos analisar sucintamente, dentro da Filosofia Constitucional, as Teorias do Reconhecimento dos autores Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser, cujas teses visam à atingir uma sociedade totalmente emancipada, elucidando, cada um de forma diversa do outro, como a negação de reconhecimento de grupos estigmatizados dentro de uma sociedade impede tal feito. Neste sentido, visando a aplicabilidade da teoria apresentada até então, apresentamos um breve histórico da construção do Movimento LGBT no Brasil e suas recentes conquistas através do Judiciário, versando em paralelo com o modelo de coerência antissubordinação indicado como critério de racionalidade prática dentro da Filosofia Constitucional, através da análise das propostas de Dworkin, MacCormick e Günther. Tal critério será subdividido em diferentes enfoques antissubordinação e aplicado à argumentação jurídica. Assim, a coerência narrativa, a coerência normativa e a coerência antissubordinação apresentando conclusões parciais para a pesquisa.

Com isso, a pesquisa se utilizará de critérios, a partir do que se convencionou chamar de Filosofia Constitucional, aptos a neutralizar as formas de preconceito que impedem a mobilidade social de grupos marginalizados. A metodologia desenvolve enfoques hermenêuticos que resultem na proteção dos direitos de grupos estigmatizados em uma efetiva promoção da igualdade material.

EQUIPE: FERNANDA BENEVIDES, EDUARDO MOREIRA

ARTIGO: 4568

TÍTULO: A QUESTÃO DO HOMONACIONALISMO E SUA INSTRUMENTALIZAÇÃO NA ERA TRUMP: UMA PERSPECTIVA DE PROJEÇÃO GLOBAL CIVILIZATÓRIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Com a proposta de fazer uma análise acerca da questão do homonacionalismo, abordando a conceituação teórica e a sua manifestação durante o governo Trump nos Estados Unidos, desenvolvemos uma pesquisa centrada em compreender como o processo de instrumentalização de pautas LGBTQI+ e suas associações a discursos de cunho nacionalista se desenvolveram e acabam por camuflar um teor chauvinista implícito nessa narrativa.

Com referências nos estudos de Jasbir Puar, analisaremos como o processo do homonacionalismo é legitimado nos Estados Unidos a partir do contexto do pós 11 de Setembro de 2001 e, conseqüente, a Guerra ao Terror, e de que modo a inserção de sujeitos homossexuais na narrativa americana justifica uma projeção civilizatória mundial do Ocidente. Portanto, partimos de que o homonacionalismo aborda fundamentos de projeção moral e ideológica que se coloca como superior ao Oriente, logo, construindo um discurso nacionalista com representação de um país que supostamente tolera as diferenças, mas que na prática se utiliza de um discurso que concebe uma figura do muçulmano-terrorista como uma ameaça à comunidade democrática, evidenciando um determinismo racial no qual se compreende todo muçulmano como terrorista para a justificação, por exemplo, de políticas anti-migratórias dessa comunidade. Diante dessa perspectiva, o Presidente dos EUA é uma representação do espectro político de direita conservadora que compactua com ideais que reforçam a intolerância e exclusão de minorias, inclusive da população LGBTQI+. Entretanto, de maneira contraditória, é evidente em seus discursos a existência de políticas que defendem direitos da comunidade Queer - pessoas cuja orientação sexual não é exclusivamente heterossexual -, envolvendo um discurso civilizatório que possa justificar visões xenofóbicas e islamofóbicas em sua projeção mundial.

A pesquisa será de caráter qualitativo e exploratório, com base em bibliografias acerca da temática e dos discursos presidenciais proferidos nos quais há a presença de nuances ou situações explícitas da operacionalização do homonacionalismo. Pretende-se, portanto, compreender como as declarações homonacionalistas têm justificado políticas anti-migratórias nos EUA e, ainda, como se legitima a construção da imagem do muçulmano-terrorista com essa perspectiva. Levantamos como hipótese que o governo Trump operacionaliza o homonacionalismo para projetar uma identidade norte-americana contemporânea e superior no cenário global com fins políticos, ao mesmo tempo em que trabalha para reduzir os direitos da população interna ao país com seu discurso conservador.

EQUIPE: LUIZA ARRUDA FERREIRA CONSTANTE, EVERTHON AFFONSO DE FREITAS MOURA, EMERSON MAIONE DE SOUZA

ARTIGO: 4636

TÍTULO: A "INDIFERENCIAÇÃO" ENTRE DIREITO E POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA TEMPORALIDADE DE DECISÕES JUDICIAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho analisa parte do material coletado na pesquisa “'indiferenciação' entre política e direito a partir da representação dos agentes jurídicos”, coordenada pelo professor José Roberto Franco Xavier e financiada pelo CNPq.

As fronteiras entre o sistema político e o sistema jurídico criminal têm sido alvo de questionamentos no Brasil. Atores políticos e membros da academia acusam agentes da justiça de “atuar de maneira politizada”, uma vez que determinados grupos e figuras políticas seriam favorecidos; em detrimento de outros, perseguidos. Essas acusações apontam tanto para a atuação enfática desses agentes em algumas situações, quanto para a inação em outras. As alegações descrevem, de um lado, uma justiça criminal que subverte garantias jurídicas e atua de maneira heterodoxa contra certos atores políticos; ao passo que deixa de investigar e denunciar, por outro lado, fatos polêmicos contra seus opositores.

A partir dessas acusações, pretende-se, no âmbito maior da pesquisa, compreender quais as implicações para uma sociedade que observa seu sistema jurídico com desconfiança, pois o tem como ator da política nacional. Como os agentes da justiça criminal percebem as acusações de agir de maneira politizada? Quais as consequências delas para as expectativas normativas produzidas pelo direito?

Essas perguntas são trabalhadas, do ponto de vista teórico, na perspectiva dos sistemas sociais de Niklas Luhmann, para o qual as sociedades modernas se caracterizam pela presença de sistemas funcionais. Em termos luhmannianos, direito e política são considerados subsistemas sociais operacionalmente fechados e autônomos. Afinal, eles produzem suas próprias identidades operacionais: ao estabelecer suas individualidades, os sistemas definem as fronteiras entre si, de tal modo que um não exerce controle sobre outro. Esses sistemas produzem comunicações próprias e distintas. A comunicação jurídica se fundamenta, substancialmente, na distinção direito/não direito. Trata-se do código desse sistema, que toma forma na jurisdição.

Orientando-se por esse quadro teórico, a pesquisa se encontra, neste momento, na busca e análise de decisões judiciais e denúncias que ajudem a compreender melhor o objeto das acusações. Serão também realizadas entrevistas com representantes do sistema jurídico criminal.

Este trabalho consiste na análise do material empírico coletado e, em específico, se debruça sobre uma característica marcante do que se tem coletado até aqui: o *timing* das denúncias e das decisões judiciais. Trata-se de esmiuçar a relação observada entre determinadas comunicações jurídicas e o momento em que foram produzidas, tendo em vista o papel determinante que algumas delas tiveram em episódios significativos da política nacional. Dentre esses episódios, destacam-se o recente processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e o pleito eleitoral de 2018, marcados por uma série de denúncias criminais e procedimentos pouco ortodoxos.

EQUIPE: DANIEL MOROSINI, JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER

ARTIGO: 4653

TÍTULO: BALANÇO PRELIMINAR SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NA REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE 2017 E 2019.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A “reforma trabalhista” – Lei 13.467/2017 entrou em vigência no dia 11 de novembro de 2018. Esta Lei fora apresentada como capaz de conferir maior competitividade, eficiência e, dessa forma, atratividade ao mercado brasileiro. Segundo os seus defensores, o caráter protetivo da legislação trabalhista seria uma das barreiras ao desenvolvimento da economia brasileira e um dos motivos para que esta estivesse em profunda crise econômica. Também afirmavam, na exposição de motivos da Lei, que era necessária uma adaptação às novas relações de trabalho.

Com a afirmação de que os direitos dos trabalhadores eram a razão da elevada taxa de desemprego no País, a referida Reforma gerou grandes expectativas na sociedade. Ao estimular que as relações de trabalho se deslocassem da esfera pública para a privada, a lei promoveu a individualização das relações contratuais trabalhistas dos atores sociais envolvidos e criou uma narrativa de poder de escolha do trabalhador, em que seu fracasso também seria culpa exclusivamente sua, fazendo ganhar relevo a chamada ideologia neoliberal.

Este trabalho tem por objetivo interpretar as mudanças ocorridas na legislação do trabalho, apontando suas características gerais e problematizando a Reforma desde o momento em que entrou em vigor. Considerando a imensidade de modificações trazidas pela alteração legislativa, este artigo pretende analisar os primeiros impactos desta mudança no mercado de trabalho, no direito e nos institutos laborais, no período compreendido entre 2017 e 2019 – demonstrados através da análise de dados de fontes como o Tribunal Superior do Trabalho (TST), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT - UNICAMP) e no Cadastro de Empregados e Desempregados (CAGED), que tiveram objetivo de averiguar os impactos percebidos no período supracitado. Com amparo nos dados socioeconômicos oficiais divulgados por órgãos e entidades da Administração Pública - dados primários -, o grupo analisará os indicadores oficiais relacionados às temáticas abrangidas pela reforma, interpretando-os a fim de verificar se, entre outros fatores, os fundamentos teleológicos da Lei 13.467/2017 se materializaram nesse um ano de vigência normativa.

Para tanto, também serão utilizadas bibliografias de caráter jurídico, econômico e social, em especial: Krein, Gimenez e Santos (2018); Dulce (2018); Carelli e Casagrande (2018); Silva, Emerique e Barison (2018); em que os autores se propuseram a trazer à luz os variados sentidos das transformações que estamos vivendo no mundo do trabalho. Além disso, será destacada jurisprudência que analisou os temas que foram modificados pela Reforma. Realizados esses levantamentos, suscitaremos a seguinte questão: A partir de um balanço preliminar, a lei 13.467/17 modernizou e aperfeiçoou a legislação do trabalho ou criou mais insegurança jurídica?

EQUIPE: JOÃO VÍTOR FREIRE ESCOBAR, MARIA LUIZA DA SILVA PACHECO, DAIANE FERREIRA DE CASTRO, JOHNNY QUEIROZ FAUSTO DA SILVA, SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA

ARTIGO: 4671

TÍTULO: RESÍDUOS SÓLIDOS: GARGALOS DA ESTRUTURAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DA REDE RECICLA VERDE

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei 12.305/2010) estabeleceu o fim dos lixões em território nacional e instaurou uma série de objetivos, princípios e instrumentos para o planejamento da logística reversa dentro das fronteiras do território do país. No entanto, além de se caracterizar como política ambiental de extrema relevância nacional, essa política pública representa um poderoso mecanismo de superação da pobreza ao incluir nas engrenagens da logística reversa o cooperativismo.

A PNRS prevê a obrigatoriedade da implementação da coleta seletiva e estabelece como prioridade a contratação e participação de cooperativas de catadores de material reciclável neste processo. Esse marco legal estimula a criação e sustento de diversas cooperativas concedendo-o um caráter de política social ao incluir e reconhecer uma classe de trabalhadores tão vulnerável e marginalizada no Brasil.

É nesse contexto que a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/COPPE/UFRJ) vem atuando incubando e prestando assessorias técnicas a essas cooperativas. Em 2018 iniciou-se o projeto de assessoria a uma rede de cooperativas de catadores de material reciclável, a Rede Recicla Verde. Nesse processo foi realizado um diagnóstico pela ITCP/COPPE/UFRJ acerca: (1) da sua gestão; (2) do modelo de produção; (3) e seus aspectos financeiros e legais.

O objetivo deste trabalho é, a partir deste diagnóstico, realizar um estudo de caso relacionando as principais dificuldades do empreendimento estudado com possíveis lacunas na PNRS que dificultem sua operacionalização e identificar a formação de gargalos produtivos na estruturação de uma logística reversa socialmente inclusiva. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo e documental somadas a entrevistas semiestruturadas que permitiram a coleta de dados para o diagnóstico. A importância deste estudo, a justificativa do emprego da atenção e

esforço sobre a questão, se deve ao fato de ser muito necessário investigar as dificuldades para se implementar meios de combate a pobreza e inclusão social, principalmente quando associadas ao desenvolvimento sustentável.

O diagnóstico detectou alto nível de informalidade na definição de funções e processos assim como estrutura organizacional com competências mal definidas; inexistente autogestão necessária a uma cooperativa popular, e regime de adiantamento de receitas que prejudica o amadurecimento do empreendimento. Como resultado, são três os principais gargalos de produção identificados: (1) Formação e qualificação profissional; (2) Financiamento para o escalonamento da produção; (3) Dependência da vontade política para a contratação das cooperativas.

EQUIPE: ROMAN BERTOLDO, NIVEA CRISTINA DOS SANTOS MARTINI WILLIMAN, JOSÉ ROBERTO MAFRA

ARTIGO: 4684

TÍTULO: A REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS SOBRE O INSTITUTO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DO TRABALHO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A “Reforma Trabalhista” passou a vigorar em 11 de novembro de 2017. Segundo os seus defensores, o caráter protetivo da legislação trabalhista seria uma das barreiras ao desenvolvimento da economia brasileira e um dos motivos para que esta estivesse em profunda crise econômica. Foram alterados pontos estruturais do Direito do Trabalho no Brasil. Controvertida, a referida reforma tem alguns dos seus dispositivos sendo objetos de ADI’s no Supremo Tribunal Federal e questionadas no âmbito da OIT.

As alterações promovidas sobre a CLT, dessa maneira, tinham a justificativa de trazer maior competitividade ao Brasil no cenário internacional, criando um ambiente atrativo para investimentos nacionais e estrangeiros, promovendo assim o aumento do número de empregos formais no País e gerando crescimento econômico. Os dados extraídos após a Reforma ainda não são conclusivos, até pelo pouco tempo de vigência da nova lei.

A afirmação de que os trabalhadores deveriam ter a sua autonomia de vontade respeitada, fez com que as relações de trabalho se deslocassem da esfera pública para a privada. A partir das mudanças promovidas nas relações coletivas de trabalho no que se refere aos novos artigos 611-A e 611-B, que trouxeram novidades às negociações coletivas, fez-se ganhar relevo a chamada ideologia neoliberal, em que trabalhadores e empregadores estariam em pé de igualdade.

Este trabalho tem por objetivo interpretar as referidas mudanças ocorridas na legislação do trabalho, apontando as narrativas apresentadas para a promulgação da Lei 13.467/2017 e analisando criticamente os resultados obtidos na seara da Negociação Coletiva após quase 2 anos de vigência da Reforma Trabalhista. Buscar-se-á a análise de dados de fontes como o Tribunal Superior do Trabalho (TST), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT - UNICAMP), que tiveram objetivo de averiguar os impactos percebidos desde a entrada em vigência da referida Lei. Também serão analisados dados socioeconômicos oficiais divulgados por órgãos e entidades da Administração Pública - dados primários -, assim como o Relatório do Comitê de Peritos da OIT de 2019, interpretando-os a fim de verificar se, entre outros fatores, o Direito Fundamental à Negociação Coletiva está de fato sendo preservado.

A partir da análise desses dados, será suscitada a seguinte questão: A lei 13.467/17, ao inaugurar os arts. 611-A e 611-B, na CLT, incentivou ou desencorajou a utilização do instituto da Negociação Coletiva na Legislação Brasileira do Trabalho?

EQUIPE: JOÃO VÍTOR FREIRE ESCOBAR, SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA

ARTIGO: 4697

TÍTULO: APLICAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES DE QUINZE MUNICÍPIOS FLUMINENSES: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Os municípios brasileiros, a partir da Constituição Federal de 1988, foram erigidos à condição de entes federativos autônomos, com competências determinadas, dentre elas o poder-dever de promover a política de desenvolvimento e expansão urbana, através (dentre outros instrumentos) do plano diretor, eleito constitucionalmente como o instrumento básico da política urbana municipal.

Neste contexto, assumem especial relevância questões como: o que efetivamente foi implementado do plano diretor nesses municípios? Que cenário e perspectivas emergem, para a política urbana no Brasil, a partir do maior ou menor grau de implantação desses planos? Que ajustes seriam necessários no modelo de plano diretor adotado no país? Desse modo, o intuito do presente trabalho, e da pesquisa que o alimenta, é o de enfrentar e de refletir a respeito de tais questões, tendo por referência os municípios fluminenses.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é através da visão de diversos atores sociais que participam do processo de elaboração e têm importância decisiva na aplicação dos planos diretores, seguindo as categorias estipuladas: executivo municipal, legislativo municipal e os componentes da assim chamada “sociedade civil” com representantes do setor empresarial, de movimentos sociais e de outras distintas formas de organizações sociais.

O universo empírico da presente pesquisa compreende a análise de 15 municípios do Estado do Rio de Janeiro, entre eles: Belford Roxo, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda, em decorrência do critério populacional e Angra dos Reis, Cabo Frio, Itaperuna, Nova Friburgo e Três Rios por representarem regiões de governo.

Seguindo o cronograma de execução do projeto, e após realizar todas as entrevistas planejadas adentra-se ao tratamento dos dados a fim de gerar análises tanto quantitativas quanto qualitativas. Assim será possível responder questões norteadoras desta pesquisa: quais são os agentes mais influentes na legislação urbana? Como se dá o processo participativo na políticas da cidade? Quais os maiores desafios para um pleno desenvolvimento do município? O Plano Diretor funciona como ferramenta balizadora na dinâmica urbana? Para isso, serão utilizados como fonte de dados os relatórios das entrevistas (feitos anteriormente) e as percepções individuais de cada pesquisador responsável pelas entrevistas.

Por fim, a presente pesquisa é parte do projeto desenvolvido no Laboratório de Estudos do Direito Urbanístico Brasileiro (LEDUB) intitulado “Análise da implantação dos Planos Diretores nos municípios fluminenses pelos diversos atores políticos e sociais: Horizontes para a revisão” coordenado pelo professor Alex Ferreira Magalhães.

EQUIPE: TARCILA FIDALGO RIBEIRO, GILBERTO HERMÍNIO DA SILVA FILHO, RANIELLEN GOMES BRAGANÇA, MARCELA MENESES FERREIRA RIBEIRO, ALEX FERREIRA MAGALHÃES

ARTIGO: 4711

TÍTULO: **DA REGULAÇÃO EXCLUSIVAMENTE ESTATAL À AUTORREGULAÇÃO REGULADA: CRIMINAL COMPLIANCE COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE DA CRIMINALIDADE EMPRESARIAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A partir do processo da globalização, com os avanços tecnológicos, a internacionalização das economias e também do caráter das atividades empresariais, surgiram desafios para o cumprimento do dever regulador dos Estados Nacionais. Neste contexto, foi percebida a utilização de pessoas jurídicas para a prática de delitos no exercício de funções corporativas, fazendo a criminologia contemporânea debruçar-se sobre o fenômeno denominado "delinquência empresarial". Acredita-se que, através da personagem empresa, passou-se a produzir ações e gerar consequências de cunho jurídico e também criminológico (COSTA, 1992).

Com as grandes privatizações ocorridas durante os anos 70 a 90 ao redor do mundo, foram criadas inúmeras agências reguladoras com a função de fiscalizar as atividades desenvolvidas pelas empresas, tornando-se mais relevantes que as instituições tradicionais de regulação estatal (BRAITHWAITE, 2000), o que representa a falência da regulação exclusivamente estatal, abrindo-se espaço para o crescimento da chamada *autorregulação regulada*, mecanismo misto de regulação estatal e privada (SCHMIDT, 2015).

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise acerca dos sistemas de regulação empresarial. Para tanto, analisará desde o modelo do monopólio estatal regulatório, até o modelo misto estatal e privado, denominado *autorregulação regulada*. Ademais, será analisada a implementação de programas de *Criminal Compliance* nas empresas enquanto estratégia de controle e prevenção da criminalidade empresarial, bem como sua efetividade no combate aos crimes econômicos e a eficácia de seus mecanismos alternativos de prevenção e solução de delitos.

Assim, a metodologia empregada no presente artigo foi uma revisão bibliográfica de caráter descritivo, a partir de pesquisa documental, que buscou artigos científicos produzidos na literatura nacional e internacional, em português, inglês e espanhol. O levantamento da literatura foi feito por meio da base de dados SCIELO, durante o mês de março de 2019. Foram utilizados os seguintes descritores: Compliance, Estado Regulatório, Criminalidade Empresarial, Autorregulação Regulada, Governança Corporativa. Os critérios de inclusão foram artigos, teses e livros, cujo tema central tangia os temas relativos ao *Criminal Compliance*.

EQUIPE: LUISA CAMINHA GOMES DE ARAÚJO, HAMILTON FERRAZ

ARTIGO: 4716

TÍTULO: **PARALELISMO DE UNIÕES AFETIVAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO DIREITO PATRIMONIAL DE FAMÍLIA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A presente pesquisa analisará a viabilidade jurídica das famílias paralelas e das famílias poliafetivas e seus consectários jurídicos, sobretudo quanto à divisão de bens e a pensão por morte. Metodologicamente, verificaremos o estado da arte, procurando interpretar o ordenamento jurídico pátrio a partir das divergências doutrinárias e jurisprudenciais. Esclarecemos que o marco que viabilizou a discussão acerca das novas configurações familiares foi a CF/88, que previu princípios fundamentais, como da não-intervenção e do pluralismo familiar, este fortalecido após o julgamento da ADPF 132, que julgou constitucional a união homoafetiva. Em seguida, ante à ausência de legislação específica e pacificação do tema, cabe conceituar os institutos: famílias paralelas são aquelas compostas por casamento e união estável concomitante ou por múltiplas uniões estáveis simultâneas, existindo um indivíduo como elo em comum dos núcleos afetivos, enquanto as uniões poliafetivas se constituem pela multiplicidade de integrantes, mas que possuem conhecimento e consentem com a existência dos relacionamentos e do poliamorismo do parceiro, ou seja, com o envolvimento de múltiplos indivíduos, formando os chamados "*trisaís*", neologismo de "casais". Não se exige, embora seja possível, que todos os integrantes vivam em poliamor recíproco, havendo possibilidade que assim sejam com apenas um dos componentes e com terceiros, simultaneamente, ou que, apesar de aceitar o poliamor do companheiro, opte por viver em monogamia. Isto posto, se conclui que ambas configurações possuem como ponto em comum a existência de três ou mais integrantes, reunidos por relações de afeto, divergindo basicamente quanto à existência, ou não, de conhecimento prévio e consentimento. Nada obstante venham conquistando maior reconhecimento jurídico, os casos listados enfrentam forte resistência doutrinária e jurisprudencial, sobretudo dos tribunais superiores, que muitas vezes negam se tratar de famílias, pois feriria o princípio monogâmico e não atenderia ao requisito da intenção de constituir família, o que levou o CNJ a editar resolução proibindo o registro de uniões poliafetivas. Corrente oposta é aquela que dispõe que apenas inexistência de intenção de constituir a família matrimonial, mas não a afetividade que une familiares. De acordo com essa corrente, no caso de pensão por morte se autorizaria o rateio, pois cônjuge e companheiro(s) se encontram em mesma categoria de dependentes. Da mesma forma, na partilha de bens, deveria ser determinado aquilo a que Portanova chamou "*triação*", semelhante à meação, mas englobando os três (ou mais) componentes das relações simultâneas ou poliafetivas, pois todos teriam contribuído para a formação patrimonial. Ainda, cumpre destacar que o STF reconheceu repercussão geral ao RE 1.045.273/SE, que trata de uniões estáveis e uniões homoafetivas concomitantes e seus efeitos previdenciários, versando sobre famílias paralelas, mas que influenciará no trato do poliamor.

EQUIPE: CARLOS EDUARDO FERREIRA DE SOUZA, DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS

ARTIGO: 4815

TÍTULO: **UMA ANÁLISE DO PROJETO PORTO MARAVILHA À EFETIVAÇÃO DO PLANO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO RIO DE JANEIRO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Por meio da Lei Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o Poder Executivo Municipal instituiu a Operação Urbana Consorciada (OUC). Esta Operação envolveu o poder público (Prefeitura) e a iniciativa privada (empresas prestadoras de serviços públicos, moradores e usuários locais) tendo como finalidade a revitalização da área urbana da Região Portuária carioca delimitada como Área de Especial Interesse Urbanístico. Este trabalho procura explicitar o Projeto Porto Maravilha, a maior parceria público-privada já realizada no país.

Assim como, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), instituída pela Lei Complementar nº 102, de 23 de novembro de 2009 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, enquanto administração pública indireta, tem como sua competência a atuação como fomentadora do dinamismo econômico e social da região portuária.

O objeto deste trabalho é avaliar o Plano de Habitação de Interesse Social do Porto Maravilha (PHIS- Porto Maravilha), apresentado em 2015 pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), de acordo com as definições estabelecidas pela Instrução Normativa N° 33 de 2014 do Ministério das Cidades.

A metodologia sobre o PHIS-Porto Maravilha ocorrerá por meio de uma análise crítica da própria elaboração do Plano, tendo como base estudos apresentados pelo Observatório das Metrôpoles e através da apreciação dos relatórios da CDURP, com relação às intervenções feitas pela Companhia a fim de garantir a execução do Plano.

EQUIPE: RAFAEL ALFRADIQUE GARCIA, FANIA FRIDMAN

ARTIGO: 4842

TÍTULO: DA AMÉRICA CENTRAL AOS ESTADOS UNIDOS, DOS ESTADOS UNIDOS PARA A AMÉRICA CENTRAL: O FLUXO MIGRATÓRIO COMPREENDIDO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS E DA POLÍTICA ESTADUNIDENSE PARA A REGIÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Uma parte importante do noticiário internacional em 2018 foi dominada pela gigantesca caravana de migrantes originários da América Central em direção aos Estados Unidos e pelas contestadas medidas da administração Trump frente aos movimentos migratórios. Busca-se compreender, tomando a caravana como uma provocação inicial, as violações e os riscos para Direitos Humanos - enfatizando-se abordagens desde a própria realidade e o pensamento vinculado à América Latina sobre esta referência - implicados pelas políticas estadunidenses frente a estes migrantes. Tal compreensão, entretanto, partindo da constatação de violações e potenciais violações de direitos internacionalmente protegidos em especial nas situações de fronteira e recepção dos migrantes, busca identificar se há raízes de tal fluxo de pessoas nas relações econômicas e políticas - e nas projeções ideológico-culturais que dela fazem parte - existentes entre os Estados Unidos e aquela região. Perguntando-se o que está na base de motivação daquelas e daqueles que partem de seus países de origem e quais as eventuais relações entre a política da potência do norte para aqueles espaços - inclusive a que ocorre de forma "mediada", via outros Estados (México) ou atores internacionais - visa-se identificar eventuais contradições entre o discurso estadunidense de compromisso com os Direitos Humanos e as posturas e ações que ensejam situações ou enfrentam suas consequências apontadas como "indesejáveis".

EQUIPE: ELÍDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES, EDUARDO PINTO BARRADAS, RAFAEL ESTEVES, MILENA FERREIRA TERTULINO, VITOR HENRIQUE GATTEI NOTRISPE, FABIO PAIVA

ARTIGO: 4881

TÍTULO: A ATUAÇÃO DA CVM NA REGULAÇÃO DOS ROBÔS DE INVESTIMENTOS: UMA ANÁLISE DO RISCO MORAL E DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA AUTOMAÇÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A atividade regulatória é uma das formas de atuação do Estado no domínio econômico. Esta ocorre por meio da fiscalização pelos agentes Estatais na prestação de serviços e funcionamento do sistema financeiro. Neste cenário, propõe-se um estudo crítico da regulação das *fintechs* de automatização de investimentos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) mediante a identificação dos principais fatores institucionais e econômicos que interferem em suas atividades. A partir da análise do modelo brasileiro de agências reguladoras à luz da teoria institucional estadunidense, a qual serve como parâmetro para pensar sobre este sistema, indaga-se se a CVM possui os instrumentos necessários para regular as novas tecnologias aplicadas ao sistema financeiro?

Assim, busca-se compreender a seguinte hipótese: como o Poder Executivo, na figura das agências reguladoras, atua em situações como esta a fim de conter crises emergenciais.

Argumenta-se que, com o aumento do número de *fintechs*, as falhas eletrônicas e crimes cibernéticos em suas atividades ganham visibilidade, tornando possível uma análise jurídica e econômica do risco moral e da responsabilidade civil extracontratual que surge de atos ilícitos de caráter intencional, acidental ou em função do exercício de uma "atividade de risco". O conceito de risco moral dialoga com a análise das ciências atuariais a qual todos os empreendimentos financeiros e bancários se submetem.

Ademais, é vedado, além de inviável, assegurar a rentabilidade de investimentos, sendo necessário analisar a viabilidade do ressarcimento contra perdas patrimoniais decorrentes de falhas ou crimes aos quais os consumidores são expostos nestas operações financeiras. No caso das *Fintechs*, questiona-se se atuam com o resguardo necessário aos valores pecuniários aplicados por terceiros, onde a análise econômica propõe a reflexão das formas de definir o nível ótimo de precaução para uma determinada atividade.

Com isto, o seu objetivo geral é analisar, com base no instituto das capacidades institucionais, a dinâmica existente no sistema regulatório brasileiro, no qual está inserida a CVM. Como objetivos específicos há: (i) a análise da regulação das *fintechs* pela CVM através da identificação dos principais fatores institucionais e econômicos que interferem em suas atividades e (ii) a compreensão da eficiência das consultas públicas realizadas pela CVM para a delimitação dos novos mecanismos regulatórios, fixando ações otimizadas que possam garantir segurança jurídica para os agentes do mercado e, ao mesmo tempo, ter a menor influência no sistema de livre mercado e concorrência.

Para fins metodológicos é feito o recorte dos últimos 10 anos dentro do contexto brasileiro e norte americano, que servem de parâmetro para a análise hipotética-dedutiva das deliberações da CVM em conjunto ao Sistema Financeiro Nacional e dos referenciais da atuação normativa da Securities and Exchange Commission (SEC) no caso norte americano.

EQUIPE: JULIA GUERRA FONSECA, ABNER ALVES SERAPIÃO SILVA, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: 4886

TÍTULO: ASPECTOS DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O SERVIÇO DE STREAMING NO BRASIL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O mercado de bens digitais está em constante reinvenção tecnológica, tendo em vista a incessante busca pelo atendimento das demandas da sociedade contemporânea. Verifica-se que em um mundo cada vez mais globalizado as pessoas anseiam por uma maior velocidade nas relações interpessoais, sendo a plataforma virtual o principal meio de auferir a dinamicidade pretendida pelos indivíduos. Nesta via, desde meados de 2007 vem sendo utilizada por diversas multinacionais (tais como Netflix e Spotify) a tecnologia de "*streaming*" ou de *transmissão contínua* que permite ao usuário reproduzir qualquer conteúdo digital sem a necessidade de download desses arquivos. Tal mecanismo tem como finalidade precípua a democratização do acesso à informação, bem como conferir maior agilidade ao "processo meio" pelo qual diversas empresas repassam seus produtos aos consumidores finais de seus serviços.

Ocorre, porém, que a forma de intervenção estatal nos serviços de streaming não consubstancia zona pacífica no âmbito do Direito Tributário Brasileiro. Isso posto, verifica-se a necessidade de formular entendimento conciso acerca da natureza da prestação, bem como a possibilidade de incidência de tributo sobre os aludidos serviços. Neste raciocínio, o presente trabalho pretende discutir os aspectos da tributação do serviço de *streaming* no cenário brasileiro, bem como adentrar nas bases da recente legislação aprovada sobre o tema, fundamentalmente no bojo das leis complementares 116/2003 e 157/2016. Como se sabe, esta incluiu diversos itens na lista de serviços do ISS, inclusive a atividade de streaming. Busca, por fim, analisar as inovações jurisprudenciais acerca do tema, principalmente no que diz respeito à interpretação da normativa do ICMS e do local de incidência do ISS.

O método adotado é o empírico-analítico, na medida em que visa a apurar as movimentações do Direito Tributário Brasileiro para o atendimento das demandas referentes às plataformas de streaming. Tem-se como ferramentas de pesquisa a utilização dos conceitos provenientes da academia, bem como as criações legislativas e jurisprudenciais acerca do tema.

EQUIPE: CAIO BARBOSA ZACARIAS, PEDRO FELLIPE DE SOUZA PEREIRA, GUSTAVO DE QUEIROZ BADEJO ALMEIDA, ALAN LOPES DE BARROS, EDUARDO MANEIRA, PEDRO FILGUEIRA DE SOUZA MARQUES

ARTIGO: **4920**

TÍTULO: **UMA ANÁLISE JURÍDICO-LITERÁRIA DO CONCEITO DE REFUGIADOS EM TRABALHADORES DO MAR, DE VICTOR HUGO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O escritor Victor Hugo é um grande nome do século XIX, tal como Tolstói, Balzac e Dickens. Suas personagens retratam um tempo em que os valores burgueses, como a propriedade privada e a valorização do capital, ecoavam como regra na vida de minorias, ocasionando, assim, a penetração da desigualdade, da injustiça e da submissão no homem. Portanto, para golpear essa realidade, o escritor usou sua obra para convencer o leitor de que a criação artística que saía de sua pena melhoraria “seu comportamento cívico”, como lembra Mario Vargas Llosa. Dado o exposto, questiona-se: tem a Literatura algum fator de sensibilização? Existem controvérsias acerca de tal possibilidade, como levanta professor Joshua Landy, contudo, investiremos aqui na noção de que ela possui importante relevância na formação do jurista, não apenas nos preceitos técnicos mas, também, nos humanistas. Sob a perspectiva hugoana, iremos perquirir a temática dos refugiados – incluindo o estigma que os envolve em sua travessia e o limbo jurídico que os cerca – presente no livro *Os Trabalhadores do Mar* (1866). Assevera-se que Victor Hugo tem expressão notória no século XIX ao tratar dos problemas enfrentados por refugiados dispersos na Europa em razão da Revolução Francesa – sua Literatura, portanto, não deve ser desenhada sobre a noção escassa de que o Romantismo foi um movimento deveras alienante e ingênuo, uma vez que o século XIX foi marcado por uma grande transição para a Modernidade – onde se reconfigura um novo aspecto no humano, em seus direitos e garantias, refletindo, assim, em nosso tempo. Nesse sentido analisaremos, primeiramente, as transmutações no conceito de “refugiado”, no Sistema Internacional de Direitos Humanos, desde a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados (1951), considerando as diretivas da Corte Europeia de Direitos Humanos. Trataremos, em segundo lugar, da construção da personagem Gilliat, que é aviltado pelos moradores da pequena Ilha de Guernsey por sua origem desconhecida que, como narra Victor Hugo, elimina-o de toda sorte: “chamam-nos emigrados, refugiados, aventureiros” (HUGO, 2013, p. 131). Assim, o método utilizado para a elaboração deste estudo se dá pela revisão de literatura com análise comparativa entre os textos citados, pautando-se, para tanto, no referencial bibliográfico: de Martha Nussbaum, com sua obra *Justicia Poética: la imaginación literaria y la vida pública* (1997); de Celso Lafer, em *A reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt* (1988); e de Hannah Arendt, em *A Condição Humana* (1958). Como um dos resultados parciais, pretendemos demonstrar como a obra de Victor Hugo pode deitar luz no horizonte do jurista, ampliando, de maneira significativa, sua sensibilidade perante os casos concretos e problemas que envolvem a temática dos refugiados. Por fim, destaque-se que esse trabalho é fomentado financeiramente pela *Fundação de Amparo à Pesquisa* do Estado do Rio de Janeiro - *FAPERJ*.

EQUIPE: GUSTAVO CARDOSO SILVA, LUANA ADRIANO ARAÚJO, ANA PAULA BARBOSA-FOHRMANN

ARTIGO: **4943**

TÍTULO: **ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE 2012 A 2015 E 2016 A 2022.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este estudo tem por objetivo comparar as mudanças ocorridas nas estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) propostas pelo governo brasileiro nos últimos anos, já que numa economia sólida, a inovação tecnológica deve ser resultado de um ambiente que produz ciência de ponta e influencia direta e indiretamente o setor produtivo (KRUGLIANSKAS; MATIAS-PEREIRA, 2005). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, com emprego da técnica de pesquisa documental e para tratamento das informações a adoção da técnica de conteúdo. Foram analisados documentos de dois períodos de estratégias de inovação: 2012 a 2015 e 2016 a 2022. Foram considerados cinco indicadores: Tendências, desafios nacionais, pilares fundamentais e eixos estruturantes, temas estratégicos e principais atores do processo. A análise dos documentos foi feita de forma separada e, posteriormente, feita a comparação. Os resultados indicaram que embora nos períodos o quantitativo de desafios fosse o mesmo, de 2012 a 2015 contavam com a expansão e consolidação da economia do conhecimento para desenvolver pesquisas e tecnologias para gestão dos recursos naturais, com enfoque na sustentabilidade. Porém de 2016 a 2022 buscam aprimorar as condições institucionais para elevar a produtividade a partir da inovação. As ideias relativas sustentabilidade passaram a dividir espaço com a necessidade do desenvolvimento industrial. Apesar da necessidade de se desenvolver a CT&I na equiparação do Brasil com outros países ter sido mantida, a estratégia mais recente passa a visualizar tal desafio de uma forma mais detalhada. O novo documento destaca grandes tendências socioambientais, como desigualdade de gênero e sistemas urbanos sustentáveis, enquanto o documento anterior prioriza tendências de governança e desenvolvimento tecnológico. A preocupação com o desenvolvimento da gestão, produção tecnológica e desenvolvimento empresarial estão presentes nos dois documentos, porém, as tendências mais destacadas atualmente são de caráter socioambiental. Os pilares fundamentais e eixos estruturantes foram mais detalhados no último documento, além dos atores que passaram a ser denominados em três subdivisões que abrangeram os atores citados pelo documento predecessor e outros agentes importantes para o futuro da agenda estratégica do país, como no caso das Agências de Fomento. O último indicador analisado foram os programas prioritários e temas estratégicos elencados nos documentos. Constatou-se que além da mudança na nomenclatura, houve na quantidade de temáticas analisadas, o que levou a maior especificidade na abordagem das estratégias, por exemplo, fomento à economia verde deu espaço para os temas mais específicos como, energia, água e alimentos. No geral, o documento se tornou mais bem estruturado e conciso em relação aos pilares, temáticas e atores, porém, trouxe um maior enfoque no desenvolvimento da pesquisa integrado ao desenvolvimento empresarial para a CT&I.

EQUIPE: GABRIEL ORSI, IZABEL LIMA DA SILVEIRA, MARIA DE FATIMA BRUNO DE FARIA

ARTIGO: **4950**

TÍTULO: **A CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA DO SIGNIFICADO DA LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS ARGUMENTATIVOS DA LEI 11. 340/06 E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A pesquisa busca demonstrar inicialmente que o Direito possui característica interdisciplinar, destacando-se a relação existente entre a linguística e os estudos acerca do sentido empregado à palavra ‘gênero’ especificamente ligado à Lei Maria da Penha. Conduzidas por essa

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

perspectiva inicial, realizamos um estudo documental, analisando posicionamentos e perspectivas adotados pelos magistrados do STJ, a partir da leitura de acórdãos de casos que versam sobre a aplicação da Lei Maria da Penha, julgados no marco temporal compreendido entre os anos de 2008 e 2018; bem como, perceber o papel do Superior Tribunal de Justiça na delimitação de conceitos amplos relacionados à referida Lei.

O trabalho tem como metodologia a coleta documental de fontes primárias, levantando o inteiro teor de acórdãos e relatórios disponíveis na página de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, de 2008 a 2018, a partir do uso das palavras-chaves Maria e Penha. A partir do levantamento destes dados, espera-se analisar como a jurisprudência está sendo criada em termos argumentativos, dando especial atenção ao tratamento das mulheres vítimas de violência doméstica, de modo a obter em que termos a Lei 11.340/06 é aplicada para além das pretensões legislativas, pondo em prática o método empírico da Teoria fundamentada em dados (Grounded Theory). Além disso, pretendemos demonstrar a evolução da argumentação até o firmar de um entendimento no STJ, construindo, assim, um histórico argumentativo e jurisprudencial da Lei Maria da Penha. Ainda, diante dos resultados, verificaremos se há uma construção metodológica e sistemática da Corte como "unificadora de jurisprudência" e última instância recursal para a maioria dos casos ou se a dinâmica de cada caso ainda resguarda a análise particular do tema. Também objetivamos obter o posicionamento da corte até 2018, verificando o que foi firmado como entendimento e se contempla a perspectiva de gênero. Observaremos como (e se) se dá proteção pública, o entendimento como interesse público da coerção aos atos de violência doméstica.

Desse modo, o estudo pretende fomentar de forma prática, a possibilidade na construção de políticas públicas mais eficazes, capazes de abarcar o interesse social de reeducação, reformulação dos velhos conceitos de dominação balizadores da violência doméstica.

EQUIPE: CAROLINA MILLER, GISELE SOARES DE OLIVEIRA FARIA, MARIA EDUARDA COELHO, ISADORA DE OLIVEIRA SILVA, ANA CLARA MILITÃO, CAROLINA SOARES CASTELLIANO LUCENA DE CASTRO, LÍVIA PAIVA

ARTIGO: 4977

TÍTULO: O PROGRAMA MAIS MÉDICOS, SEUS IMPACTOS POSITIVOS E RELEVÂNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTERNA DO BRASIL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: e-Pôster

RESUMO:

A presente pesquisa baseia-se em um estudo de caso, com o objetivo inicial de analisar o programa Mais Médicos como instrumento de política pública e política externa (MILANI; PINHEIRO, 2013). O programa em referência foi estabelecido em parceria com os governos de Brasil, Cuba e Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS/OMS, sendo o maior projeto de cooperação internacional da história da OPAS/OMS. Será analisado o modelo internacional de cooperação e os primeiros resultados do programa no que diz respeito à ampliação do atendimento médico no Brasil. Ainda, serão analisados os papéis das Organizações Internacionais (OIs) no cenário mundial sobre o relacionamento entre países e o impacto dentro do território soberano nacional. De igual modo, será analisado o papel das OIs na formulação de políticas públicas internas. Serão levados em conta aspectos como a saúde na agenda de acordos internacionais e acordos de cooperação multilaterais. Serão usados como referência o artigo "O Programa Mais Médicos e a cooperação trilateral Brasil-OPAS-Cuba para o fortalecimento da atenção básica do SUS", de Jorge Eliano Ramalho Filho e Anna Elisa Lung Lima; o artigo "Organizações Internacionais como agentes de transferência e difusão de políticas públicas", de Gláucia Julião Bernardo; e um guia editado pelo Ministério da Saúde do Brasil, intitulado "Saúde e Política Externa: os 20 anos da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (1998-2018).

A presente pesquisa se justifica na medida em que torna-se relevante analisar a cooperação entre os governos e as organizações acima citadas, bem como compreender melhor a relação entre as políticas públicas e a política externa. É esperado verificar, a partir do referencial teórico apresentado, o impacto positivo de programas dessa natureza e a relevância de manter acordos com nações amigas de modo que ambas se beneficiem de tais tratados internacionais.

EQUIPE: IASMIN GABRIELE NASCIMENTO DOS SANTOS, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: 4998

TÍTULO: A HISTÓRIA DAS TRANSFORMAÇÕES HABITACIONAIS NO COMPLEXO DA FAVELAS DA MARÉ

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho debate o cenário das habitações urbanas cariocas, mais especificamente as diversas textualidades das favelas que ativam novas paisagens possíveis. O Complexo da Maré é composto hoje por 16 favelas na Zona Norte do Rio de Janeiro com especificidades habitacionais bem caracterizadas que permitem fomenta uma análise histórica das suas apropriações do espaço geográfico.

Este trabalho vem caracterizar as transformações urbanas habitacionais cariocas faveladas mas precisamente no Complexo de Favelas da Maré. Trabalharei mais especificamente, sobre as diferentes interferências humanas de moradores de palafitas às encostas de morros e ocupações horizontais e conjuntos habitacionais. Favelas como espaço que foi percebido e a formas de adaptação que se difere do restante da cidade do Rio de Janeiro.

A partir dos estudos realizados nos variados ambientes de apropriação do ambiente do Complexo da Maré, é referenciado um impacto na transferência da origem desses ocupantes para a realidade que se encontram re-localizados, desde os processos de adaptação as estratégias de sociabilidade que desenvolvem com o tempo.

Portanto, este estudo nos permitirá conhecer e compreender o curso que os domicílios foram readaptados e se integraram com as políticas habitacionais existentes e que compõe o panorama de uma favela que constituem uma paisagem urbana na cidade do Rio de Janeiro.

EQUIPE: ADRIANO DE CARVALHO MENDES, RENATA BASTOS DA SILVA

ARTIGO: 5050

TÍTULO: ENDIVIDAMENTO E GASTO PRIVADO: UMA ANÁLISE POS-KEYNESIANA APLICADA PARA O BRASIL (2000-2017)

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O artigo se baseia na norma da hipótese "New Cambridge", aplicando um modelo empírico para o Brasil, de 2000 a 2017, com dados trimestrais. O objetivo é observar se, nesse período, o gasto das famílias brasileiras é explicado pelo endividamento mais do que pela renda disponível. A abordagem "New Cambridge" é caracterizada por um modelo pós-keynesiano de consistência entre estoques e fluxos, cuja aplicação auxilia na análise de potenciais processos de instabilidade financeira em uma economia ao longo do tempo, essência da norma. O presente trabalho utiliza o enfoque da abordagem no setor privado, o gasto de famílias e firmas, visando atender ao objetivo proposto. Através de uma regressão econométrica de séries temporais, a equação do gasto privado estimada demonstra que o endividamento das famílias responde pela maior parte do consumo em detrimento da renda disponível. Os resultados também corroboram estudos que indicam que no Brasil existe um direcionamento de recursos para os títulos da dívida pública - com isso, menor quantidade é destinada ao consumo e ao investimento, além de onerar cada vez mais as contas públicas pelos gastos com juros e amortizações, prejudicando o gasto governamental produtivo; em última instância, reduzindo o efeito multiplicador da Demanda Efetiva.

EQUIPE: GIULIANO MANERA LONGHI, ANDRÉ DE MELO MODENESI

ARTIGO: 5062

TÍTULO: GUERRA COMERCIAL CHINA-ESTADOS UNIDOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Ao longo do século XXI, a China tem ganhado papel de destaque no cenário internacional, como por exemplo, no que diz respeito às questões econômico-comerciais. Sua projeção política e econômica tem levado o país a disputar campos de interesses em comum com os Estados Unidos, país que se tornou hegemônico no Sistema Internacional desde o fim da Guerra Fria e da dissolução da União Soviética. Diante da ascensão chinesa, os Estados Unidos começaram a promover uma série de iniciativas para frear a expansão chinesa, inclusive em termos comerciais.

O trabalho tem como objetivo estudar as relações comerciais sino-americanas desde a Revolução Comunista Chinesa em 1949 até o presente, a partir das inflexões da política externa dos Estados Unidos. Para compreender em particular essas disputas comerciais, leva-se em consideração os jogos geopolíticos e geoeconômicos que moldam e definem o campo internacional. Para isso, adota-se uma perspectiva realista das relações internacionais, levando em consideração o caráter geopolítico de ações no campo econômico, o que lhes dá um novo significado: o de instrumentos de guerra, conforme definido pelo conceito de geoconomia de Blackwill e Harris. Após revisar bibliografia sobre o tema, é possível perceber que política comercial estadunidense com a China tem apresentado inflexões. Assim, será empregado um recorte temporal considerando os seguintes anos e políticas: 1949, quando da Revolução Chinesa os Estados Unidos adotaram o Export Control Act; 1969, quando do início da diplomacia triangular promovida pelos EUA em suas relações com União Soviética e China; e 2019, a atual guerra comercial sino-americana a partir da eleição de Trump em 2016. Por fim, como resultado visa-se analisar a disputa de Poder Global moldadas pelas disputas geopolíticas estadunidenses expressas em sua política externa e evidenciada em sua relação de parceria e competição comercial com a China.

EQUIPE: LARISSA VEDANA MILANI, MAURÍCIO METRI

ARTIGO: 5067

TÍTULO: AS FREGUESIAS DE SANTO ANTÔNIO NO MUNICÍPIO DE CAPIVARI E SANTA RITA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOS ANOS DE 1854 A 1857

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Foram recolhidos dados nos Registros Paroquiais de Terras - disponibilizados pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) - referentes às Freguesias de Santo Antônio no Município de Capivari, e Santa Rita no Município de Campos da Província do Rio de Janeiro. Tais dados primários, levantados para a pesquisa "Espaço e plano: capítulos da urbanização fluminense", são relativos aos nomes dos proprietários de terra, à localização, ao tipo de apropriação, à relação jurídica, à existência (ou não) de cultura, às dimensões e delimitações, com o intuito de permitir a elaboração de um mapa conjectural das propriedades fundiárias.

A freguesia de Santo Antônio, situada no sul fluminense no Município de Capivari, inicialmente dedicada à elaboração de uma estrada que ligasse Minas Gerais à São Paulo, denominada Estrada do Ouro, a freguesia recebeu diversos trabalhadores devido à cessão de terras por parte do Estado, os proprietários passariam a dedicar suas terras ao plantio de milho e, futuramente, café, estimulando o crescimento econômico da área e atraindo comerciantes. Contando principalmente com a Fazenda de Santo Antônio do Capivari, pertencente à família Portugal, especificamente, período analisado, sob a tutela de Joaquim Gonçalves de Souza Portugal, sub-delegado da Região. Sendo cortada pelos rios Pirai e Coutinhos, faz parte da Bacia do Pirai, se mostrando de grande importância geográfica na época.

A Freguesia de Santa Rita, situada no norte fluminense no Município de Campos, era dedicada à pecuária e ao plantio da cana, e produção de açúcar. A região se tornou um dos primeiros polos industriais do estado, e além disso, um dos maiores centros urbanos e comerciais devido ao crescimento econômico gerado pela industrialização local. Em conjunto com as demais freguesias do Município, alcançou lugar de destaque no império, sendo futuramente a primeira cidade da América Latina a ser instalada luz elétrica. Cortada pelo Rio Paraíba do Sul, fazendo parte da Bacia de Campos, e ligada por estradas de ferro aos principais portos do país, a região foi um dos principais motores da economia brasileira no período analisado, e também para além dele.

Deste levantamento constam 122 registros referentes à Freguesia de Santo Antônio, e 155 registros referentes à Freguesia de Santa Rita.

EQUIPE: ISABELA SABBATINO PIMENTEL PEREIRA, FANIA FRIDMAN

ARTIGO: 5082

TÍTULO: MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADES LOCAIS: UMA VISÃO DA VILA RESIDENCIAL DA UFRJ

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Apresenta resultados preliminares de parte do estudo de comunidade da Vila Residencial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apoiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFRJ) e vinculado ao Projeto de Extensão "Biblioteca Comunitária na Vila Residencial da UFRJ". Objetiva investigar a memória coletiva vinculada ao processo de construção de identidades da comunidade local. Como metodologia utiliza o estudo de comunidade, que conta com técnica de história de vida (entrevista) e visita guiada como técnicas de coleta de dados. Indica como fundamentação teórica os conceitos de estudo de comunidade, de identidade e de memória com ótica nas Ciências Sociais, assim como a tese produzida por Freire (2010) e intitulada "Próximo do saber, longe do progresso", utilizada como base comparativa de mudança. Como resultados preliminares espera-se identificar a Vila Residencial como um local ainda de conflitos identitários entre os moradores fixos e moventes; e perceber que os moradores locais estabelecem um processo de enraizamento com o local.

EQUIPE: ELI LEMOS DE OLIVEIRA, THIAGO RIBEIRO CHAVES, PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO

ARTIGO: 5104

TÍTULO: ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR AOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS DE LUTA PELO DIREITO À MORADIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin, no intuito de colocar na centralidade do debate acadêmico a importância da

assessoria jurídica popular, atua e estuda o direito à moradia e a luta dos movimentos sociais para sua efetivação. Utilizando como base metodológica a interação dialógica, a partir do Plano Nacional de Extensão Universitária, é feito um diálogo pressupondo uma troca de saberes entre os atores sociais envolvidos.

Assim, a metodologia utilizada vai contra uma concepção bancária de educação, em que um tipo de saber é entendido como superior às outras formas de interpretar a realidade, crítica feita por Paulo Freire. Em nossa metodologia, objetivando ultrapassar a discussão que o universo jurídico permite, utilizamos oficinas, dinâmicas de grupo e debates relacionados à contribuição da atuação política do movimento, de modo que todos os sujeitos envolvidos sejam educadores e educandos nesse processo, visando compreender a realidade para a sua transformação a partir da luta.

Sendo assim, em parceria com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, assessoramos a **Ocupação Solano Trindade**, acompanhando os processos judicial e administrativo, juntamente com o Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, a fim de contribuir para a regularização fundiária da ocupação e a construção de habitação de interesse social, além de oficinas e visitas à ocupação mediante demanda do movimento.

Outro movimento que assessoramos em parceria com o CAJP Mariana Criola é o Brigadas Populares, que organiza a Ocupação Povo sem Medo e a Ocupação São Januário. Na **Ocupação Povo sem Medo**, além de acompanhar o processo judicial, trabalhamos com a comunidade através de reuniões e oficinas para explicar aos moradores e moradoras sobre o caso específico da ocupação, mas também debater a luta pelo direito à cidade. Baseando-se num dos nossos princípios, a educação popular, a ideia é trazer o debate sobre direitos em uma linguagem mais acessível utilizando, inclusive, uma cartilha elaborada pelo grupo contendo informações sobre direito à moradia e alguns serviços essenciais. Na **Ocupação São Januário**, além de também acompanharmos o processo judicial, realizamos uma campanha nas redes sociais contra a decisão judicial que determinou o despejo de 150 famílias em 10 dias, ressaltando a necessidade da população conhecer, participar e ser ouvida nas decisões sobre a cidade principalmente quando afetam a moradia de tantas famílias.

Ademais, em diálogo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, realizamos uma oficina sobre a legitimidade do método de ocupação na **Ocupação 6 de abril**, além de assessoria e orientação jurídica sobre casos individuais.

Através dessas diversas articulações nós conseguimos, além de contribuir com a sociedade, um grande ganho na nossa formação, onde o aprendizado junto ao povo tem nos tornado profissionais do direito com um verdadeiro compromisso com os trabalhadores.

EQUIPE: LORRAINE VICENTE DOS SANTOS PEREIRA, THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, YURI REIS, JULIA LURDES TIMBÓ DE SOUZA, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES, FERNANDA MARIA VIEIRA, JULIA ÁVILA FRANZONI, LEONARDO BATISTA BEZERRA

ARTIGO: 5113

TÍTULO: **A ECONOMIA POLÍTICA DAS RELAÇÕES SUL-SUL: OS INVESTIMENTOS INDIANOS NA AMÉRICA LATINA - ARRANJOS INSTITUCIONAIS, ATORES E IMPACTOS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

As economias emergentes dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) se destacaram nas últimas décadas por serem mercados promissores aos investidores internacionais. Porém, esses países se tornaram não somente receptores de investimento externo, mas também investidores internacionais. A Índia se destaca como um ator crescente na economia mundial, ocupando o terceiro lugar em maior crescimento mundial em 2018 (COUNTRYECONOMY, 2019). Tendo em vista a ampliação da atuação de multinacionais e instituições financeiras dos países BRICS em outros países e regiões do Sul Global, a presente pesquisa objetiva fazer um levantamento de dados sobre os investimentos, os atores, os acordos de proteção de investimento e os impactos socioambientais causados pela atuação da Índia na região da América Latina de 2009 a 2018, principalmente após a crise na Venezuela, que possibilitou aos indianos se tornarem o principal comprador de petróleo do país (BBC Brasil, 2019). A pesquisa possui algumas perguntas a serem respondidas, como: "Quais os principais setores e áreas em que esses investimentos se concentram?", "Qual é o nível de laços políticos e econômicos da Índia com a região?", "Como a Índia se porta frente às políticas energéticas da América Latina?". O objetivo desta pesquisa é examinar, mapear e analisar o estoque de investimentos acumulados na última década e suas variações, as principais empresas indianas atuando em cada país por setor, os principais projetos envolvendo capital indiano nos últimos dez anos, verificando o montante de valor do projeto e da participação indiana. Também será analisado o arranjo institucional e os atores envolvidos em cada projeto, tais como governos locais, instituições locais e indianas, bancos públicos e privados, empresas nacionais ou de terceiros países, bem como comunidades locais e trabalhadores. Além dos pontos anteriores, a pesquisa irá analisar os possíveis impactos ambientais, sociais, trabalhistas e disputas envolvendo os investimentos indianos em cada país, podendo, também, revelar se a Índia reproduz o modelo tradicional de proteção ao investidor, especialmente promovido pelos EUA e de países europeus no período neoliberal da década de 1990, ou se esse país inovou com modelos alternativos, como o caso brasileiro. O relatório da pesquisa será apresentado na forma de texto, tabelas e mapas de cada país. Em cada mapa será apontado os principais projetos, volume de investimentos, atores envolvidos, setores, empresas, bem como conflitos socioambientais e trabalhistas (caso existam). O debate acerca das relações políticas e econômicas entre o país asiático e os países latino-americanos poderá nos revelar a forma como as relações de ambas as partes progrediram, ou não, além de nos demonstrar de que forma a Índia tem projetado sua política externa e econômica.

EQUIPE: LUCAS REZENDE, LEONARDO VALENTE MONTEIRO, LETÍCIA FIGUEIREDO FERREIRA

ARTIGO: 5120

TÍTULO: **A ATUAÇÃO DE GRUPOS CRIMINOSOS E DAS FORÇAS DE SEGURANÇA DO ESTADO NO LAGO DE ITAIPU**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O objetivo da pesquisa é apresentar variáveis que tentem explicar a complexidade das operações feitas pelas Forças de Segurança do Estado, no sentido de conter a ações de grupos criminosos na região do Lago de Itaipu e o porquê dessas ações terem apenas relativa eficiência. Essa é uma região considerada estratégica para atividades ilícitas praticadas por grupos transnacionais que atuam no tráfico de drogas, armas e contrabando. Paraguai é um dos principais distribuidores de armas, drogas e contrabando para o Brasil e o Lago de Itaipu uma grande passagem sem fiscalização. O Lago de Itaipu é palco da ação de várias quadrilhas que fazem uso de barcos e lanchas potentes, usando muitos pontos para atracar de forma clandestina e descarregar mercadorias nas margens do Lago, e a partir daí seguir a logística por via terrestre. No ano de 2013, a PM paranaense identificou cerca de 3 mil portos clandestinos que desembocam em estradas vicinais para evitar fiscalização na principal via que leva a Foz do Iguaçu (BR 277).

Houve um considerável aumento das apreensões devido em parte a maior cooperação interagências, entre os anos de 2014 e 2019. A articulação tem sido de âmbito federal, estadual e municipal, com a cooperação dos principais atores de segurança, dentre eles estão: PM paranaense, Polícia Rodoviária Federal, BPFronteira, além de núcleos distintos da Polícia Federal como o NEPON (Núcleo Especial de Polícia Marítima), o GPI (Grupo de Pronto Intervenção), e a Receita Federal e o Judiciário. Em 2014 e 2015, o NEPON em parceria com o Ministério Público apreendeu cerca de 554 mil toneladas de maconha vindas do Paraguai.

Em 2017, a Polícia Rodoviária Federal fez operações para reprimir o crime organizado como a Operação Égide de 2017, em parceria com o Ministério da Justiça, NEPON, BPFROM, que apreendeu três embarcações carregadas de mercadoria contrabandeadas do Paraguai. Já as Operações Muralha e Fronteira Integrada apreenderam mais de 80,1 milhões de dólares em mercadorias, veículos, cigarros, aparelhos eletrônicos e veículos. Em 2018, a Operação Agata Graal em parceria das Forças Armadas com órgãos de segurança pública federais, estaduais e municipais contou com um efetivo de mais de 3 mil militares e civis, o apoio de viaturas blindadas, mais de 30 aeronaves e 14

embarcações. Com o aumento das fiscalizações e ações repressivas, o crime passa a migrar e fazer outras rotas na região, tendo em vista, a grande fronteira porosa que liga os Estados. Entender essa complexa teia, por meio de mapeamento das ações das Forças de Segurança e o comportamento dos grupos envolvidos faz-se necessário para compilação das informações, posterior produção de conhecimento que apoiem a estruturação de novas ações de segurança integrada do Estado. Assim, a busca das informações se dará pela análise de literatura recente sobre o tema, mapeamento de notícias e de informações de apreensões de sites locais e dados dos relatórios das forças de segurança estatal.

EQUIPE: DANIELE DIONISIO DA SILVA, ANGELICA DA SILVA VARGAS DE SOUSA, MARIAH DAS GRAÇAS NUNES SALES

ARTIGO: 5128

TÍTULO: A BIBLIOTECONOMIA COMO POTÊNCIA PARA A FORMAÇÃO DE PESSOAS INDEPENDENTES EM SUAS BUSCAS INFORMACIONAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este trabalho tem o propósito de mostrar o caminho possível para a formação de indivíduos capazes serem independentes diante de suas necessidades informacionais desde a infância por meio da mediação de leitura e informação, e educação de leitores/usuários em bibliotecas escolares. Algo que proporciona, portanto, autoconfiança, autonomia e por consequência a liberdade. Qual o papel da biblioteca escolar neste sentido? Qual é o papel do Bibliotecário no desenvolvimento da educação de um indivíduo independente? Formar pessoas com o hábito da leitura gera pessoas independentes na busca de informações? É possível o indivíduo ainda na sua fase infantil desenvolver a competência informacional? Com base nas questões levantadas, a partir de uma pesquisa exploratória a fim de dar uma resposta satisfatória, o respectivo trabalho norteou-se em bibliografias e jornais/revistas eletrônicas. Nesta perspectiva, os resultados demonstraram o quão fundamental é a implantação de uma norma institucional, dentro das escolas, que vise a mediação de leitura e educação de leitores para o uso da biblioteca e a real importância dos espaços de seus espaços de convívio para o desenvolvimento da alfabetização informacional. É evidenciado o Bibliotecário não somente como um gestor da biblioteca, mas também um educador/orientador, sendo crucial sua atuação junto do corpo docente da escola. Países como a Finlândia e sua Biblioteca Pública na forma de navio se torna um grande referencial de espaço ideal para que as habilidades informacionais sejam desenvolvidas através da mediação em um ambiente ideal de convivência. Com o exemplo da Casa de Leitura Soraya Pamplona, onde um pequeno espaço residencial é posto para a formação de leitores evidencia-se o papel da leitura e sua mediação na formação do pensamento crítico, cumprindo seu papel social de libertação. Concluindo-se a partir do estudo bibliográfico de Luciane de Fátima Beckman Cavalcante e Mayra Cervigni Bonalumi que, no Brasil, apesar de não haver uma política educacional centrada nas habilidades informacionais, os esforços existem com maior ou menor intensidade nas bibliotecas escolares, a partir da integração do trabalho do bibliotecário enquanto educador com o corpo docente das escolas. Este trabalho remete-se para, também, a valiosa necessidade do questionamento, da não aceitação passiva de informações, ratificadas no âmbito individual ou mesmo hegemônico.

EQUIPE: MARIANA SILVA LEITE, LUDMILA CRISTINA COSTA E SILVA NOVELLI, RAQUEL MARTINS, SILVANA SARDELLA DA SILVA, THAIS CARDOSO FREIRE, LUCIA MARIA DA CRUZ FIDALGO FIDALGO

ARTIGO: 5141

TÍTULO: PERSPECTIVAS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Com base em leituras e discussões acerca do sistema educacional brasileiro, com enfoque na educação pública, foram desenvolvidas análises e críticas em relação ao tema, no projeto de extensão "Vida Pública". Além disso, foram estabelecidos contatos com instituições de ensino fundamental e médio acerca da educação pública, através de debates e/ou atividades com docentes e corpo estudantil das instituições.

A partir dessas análises, foi possível notar que a importância de se estruturar uma base nacional só foi factível diante de marcos legais, exemplificado aqui pelo artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei 13.005/14, que instituiu o Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Dispositivos esses que ressaltam a importância de se preservar a autonomia da escola e professores, de espaços plurais, de um amplo acesso a uma educação gratuita e de qualidade e do direito a participação política na tomada de decisão.

Nesse sentido, a valorização do educador e do educando torna-se essencial para um aprendizado baseado no pensamento crítico e na realidade vivida por cada indivíduo. Um sistema educacional focado puramente na avaliação de resultados, na capacidade de memorização e sem nenhuma relação com a atualidade e com a construção de pensamento, se demonstra uma metodologia frágil.

Sob essa perspectiva que Paulo Freire demonstra que a construção de um pensamento crítico vai além de um conteúdo programático limitado e restrito. E essa estrutura pode ser construída também e principalmente, a partir dos saberes dos educandos, tendo em vista que se constituem como sujeitos do ato de educar.

Dessa forma, tomando como base de estudo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é possível, então, destacar pontos favoráveis quanto a sua intenção, como a ampliação do debate acerca da educação pública brasileira. No entanto, são estabelecidas críticas em relação a sua construção, processo, finalidade e, por fim, o quão democrático são realizados esses debates.

Concomitantemente, é de suma importância compreender o porque da urgência de uma reforma na grade curricular do ensino médio. Levando em consideração o cenário político-econômico, a implementação de um modelo tecnicista que visa, sobretudo, a "eficiência", movimentaria a economia brasileira, assumindo papel central na perspectiva do congelamento de gastos na saúde e educação do país.

Como parte prática do projeto, realizamos uma visita ao Colégio Carpe Diem, para debate e roda de conversa sobre a dicotomia do público e do privado na educação, formas de ingresso e acessibilidade do ensino superior público e na tentativa de elucidar aos jovens sobre a BNCC. Tendo como objetivo central esclarecer a importância da educação na democracia; possíveis dificuldades na garantia da educação pública acessível e de qualidade; e as oportunidades e vantagens do ensino público.

EQUIPE: ISABELA SABBATINO PIMENTEL PEREIRA, ANA CAROLINA ACCACIO DE SOUSA, RENATA BASTOS DA SILVA

ARTIGO: 5148

TÍTULO: ATIVIDADES ILÍCITAS NA BAÍA DE SANTOS: UMA ANÁLISE PARA ALÉM DO PORTO DE SANTOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O Porto de Santos, maior em volume de cargas no Brasil, pertence a um Complexo Portuário constituído por pelo menos um Porto Organizado e instalações privadas adjacentes, compartilhando acessos terrestres e/ou aquaviário. O Complexo Portuário de Santos é composto pelo Porto de Santos, administrado pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), e por seis terminais de uso privado. Devido à extensão do complexo portuário existe uma dificuldade do Estado em fazer sua gestão securitária seja no âmbito de *safety* (proteção e garantia da navegação e vida) seja no âmbito de *security* (segurança de pessoas, navios e instalações contra atividades ilícitas). Além disso, observamos uma mudança constante na dinâmica criminosa nessa região.

Nos últimos anos, esse complexo tem se destacado como uma das principais rotas no tráfico internacional tornando relevante a tentativa de mapear atividades ilícitas local a fim de se obter suas tendências de atuação logística. Para este trabalho propõem-se analisar três casos ocorridos em 2018 na Baía de Santos, que fogem ao padrão de inserção de carga ilícita no navio atracado. Os casos a serem analisados seriam os navios *Grimaldi Grande Nigéria* e *Grande Francia* onde um dois grupo içaram em alto mar mais de uma tonelada de cocaína e *Cap San Marco* que teve a droga inserida em container no Porto de Paranaguá (PR) e vinha sendo monitorado pela Receita Federal quando acabou sendo invadido por um grupo no litoral paulista. Essas situações foram denominadas como "pirataria" devido às invasões armadas e à tentativa de embarque de mercadorias ilícitas com a técnica *rip in-rip off* ocorridas em navios fundeados próximo ao porto.

Este trabalho apresenta uma pesquisa exploratória que objetiva principalmente analisar esses eventos através de pesquisa bibliográfica em sites de agências federais, estaduais e municipais ligadas à segurança e à gestão portuária, bem como, matérias de sites de comunicação em massa com temáticas de atividades ilícitas em portos de 2014 a 2019. Como objetivos secundários destacam-se: a) analisar operações ocorridas nessa área geográfica detalhando seus respectivos desdobramentos; b) analisar dados gerais de apreensões de ilícitos na região (sobretudo no Porto de Santos) e as prováveis rotas de cada tipo de produto ilícito e, por último; c) apresentar a hipótese da existência de uma nova logística de inserção de carga ilícita em navios por meio de análise dos casos destacados. Espera-se, assim, apresentar uma tendência nesses dados que justifique o Porto de Santos e adjacências como rota do tráfico internacional para que ações de patrulha, segurança e fiscalização sejam estrategicamente elaboradas visando obter resultados mais eficazes. A região analisada restringe-se à Baía de Santos enquanto o tempo será delimitado entre os anos 2014-2019 podendo, eventualmente, haver pequenas variações nessa demarcação espaço-temporal.

EQUIPE: DANIELE DIONISIO DA SILVA, CARLA DE MELO GONÇALVES, JOÃO VICTOR PEREIRA SOUZA

ARTIGO: 5169

TÍTULO: A MEDIAÇÃO COMO FORMA ADEQUADA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: ANTECEDENTES, CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A procura por meios consensuais de solução de conflitos tem trazido à tona diversas discussões acerca de suas espécies e de sua prática. No estudo em desenvolvimento, pretende-se conceituar os institutos da mediação e da conciliação apresentando suas respectivas singularidades e eventuais semelhanças, assim como analisar a obrigatoriedade da audiência de mediação conforme preceitua a Lei nº 13.140/2015.

A mediação é uma forma autocompositiva de resolução de conflitos, uma vez que são as partes conflitantes que decidem por si mesmas qual é a melhor solução para por termo à desavença. A pessoa encarregada de perquirir esta solução é o mediador. Ele deve ser apto, imparcial, independente e livremente escolhido ou aceito. A função do mediador é colaborar com os mediandos para que eles exercitem a comunicação constitutiva e identifiquem seus interesses e necessidades comuns.

Apesar da Lei nº 13.140 de 2015 conceituar somente a mediação, o Código de Processo Civil (CPC) trata a mediação e a conciliação como meios de solução de conflitos distintos, ao passo em que traz uma definição simplória em relação aos institutos. O art. 165, § 2º e § 3º do CPC diferencia a conciliação da mediação no que concerne na existência ou não de um vínculo anterior entre as partes, e na possibilidade ou não da propositura de soluções por parte do terceiro que conduz a audiência (mediador ou conciliador).

Entretanto, parte da doutrina entende a mediação como um termo genérico que abrangeria esses dois métodos consensuais de solução de controvérsias (WATANABE, 2012, p. 90). Segundo o Manual de Mediação Judicial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a diferença entre a mediação e conciliação, na prática, era mais evidente no século passado e tem se atenuado progressivamente em virtude de orientação do CNJ para que as técnicas de mediação sejam aplicadas à conciliação.

Sendo assim, a pesquisa dedica-se, em um primeiro momento, em conceituar a diferença entre a mediação e a conciliação levando em consideração os diversos conceitos definidos nas normas brasileiras, as diversas metodologias possíveis e eventuais conceitos trazidos pela legislação e doutrinas estrangeiras. A finalidade é servir de embasamento para analisar a prática tradicional e a atual das soluções consensuais de conflitos, de modo a entender se as definições escolhidas pelo legislador brasileiro seriam as mais "corretas".

Por conseguinte, ao dispor de um conceito que faça jus aos princípios intrínsecos de cada instituto, pretende-se analisar a obrigatoriedade da mediação conforme preceitua a Lei nº 13.140/2015, ao instituir em seu art. 27 que, a petição inicial, uma vez preenchendo os "requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de mediação". Portanto, a pesquisa vai discutir, posteriormente, se a forma como a mediação está consagrada em lei não estaria ferindo os próprios princípios que a caracterizam, e.g., o princípio da livre manifestação da vontade.

EQUIPE: MAX ROBERTO SILVA, MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA

ARTIGO: 5178

TÍTULO: OS ACORDOS COLETIVOS E OS PLANOS DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA E INCENTIVADA (PDVIS) APÓS A LEI 13.467/2017

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Surgidos no Brasil em meados da década de oitenta, os Planos de Demissão Voluntária e/ou Incentivada (PDVI) se tornaram um instrumento de rescisão contratual utilizado por diversas empresas, especialmente em períodos de crise econômica e reestruturação produtiva, a fim de evitar maiores conflitos com as entidades sindicais motivados por demissões coletivas.

Embora largamente utilizados, os PDVIs, até a aprovação da Lei 13.467/2017 também conhecida como reforma trabalhista, não possuíam tratamento heterônomo no ordenamento trabalhista brasileiro, ficando a cargo da jurisprudência a resolução dos conflitos que surgiriam em especial a discussão da utilização da cláusula de quitação geral e irrestrita.

A redação Art. 477-B incorporada pós reforma trabalhista, seguiu o entendimento firmado em 2015 pelo Supremo Tribunal Federal na Tese de Repercussão Geral proferida no acórdão do RE 590.45/SC. Com isso, a inclusão de cláusula de quitação plena e irrevogável nos Planos de Demissão Voluntária e Incentivada somente poderia ser utilizada desde que devidamente negociada em convenções coletivas ou acordos coletivos.

Dessa forma, o presente trabalho, como parte do projeto do grupo "Configurações Institucionais e Relações de Trabalho - CIRT" tem como objetivo elucidar quais os impactos da recepção do Art. 477-B e da Tese Geral proferida no acórdão do RE 590.45/SC nos acordos coletivos que discutem os Programas de Demissão Voluntária e Incentivada registrados após a aprovação da Lei 13.467/2017.

Para a realização da pesquisa será adotada a técnica de levantamento e catalogação de material bibliográfico, e análise do Recurso Extraordinário 590.415/SC.

Somadas a essas técnicas será realizada a busca das cláusulas dos Acordos Coletivos registrados no período compreendido entre 11/11/2017 a 13/05/2019, que versem sobre os Planos de Demissão Voluntária e Incentivada, no sistema "Mediador", disponibilizado no portal eletrônico do extinto Ministério do Trabalho e Emprego.

EQUIPE: TAINA REIS NASCIMENTO GOMES, SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA, HENRIQUE FIGUEIREDO DE LIMA

ARTIGO: 5183

TÍTULO: BIBLIOTECA COMUNITÁRIA ESCRITOR LIMA BARRETO: UM OLHAR SOBRE OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA URBANA NA MARÉ

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster

RESUMO:

A ação de extensão intitulada Organização da Biblioteca Comunitária Escritor Lima Barreto no bairro da Maré tem como objetivo auxiliar em atividades que promovam a recuperação e disseminação de informações do acervo da Biblioteca Comunitária Lima Barreto, de forma a garantir à população do bairro da Maré a preservação do acervo e seu uso para a produção de trabalhos e para o lazer literário. Para que a biblioteca cumpra a sua função social, necessário se faz que ela desenvolva ações que estabeleçam uma interface mediadora entre os indivíduos e o conhecimento de que eles necessitam. Neste sentido, parece claro, então, que a existência de uma biblioteca só fará sentido se o uso de seu acervo e a transferência do conhecimento nela existente para um usuário específico seja possível e que, além disso, sua função social seja respeitada e garantida por meio de ações que estabeleçam uma interface mediadora entre os indivíduos e o conhecimento de que eles necessitam. No entanto, esta ação teve que ser interrompida devido à violência urbana que se instaurou na comunidade Nova Holanda, pertencente ao Complexo da Maré, zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

A Biblioteca Lima Barreto está ligada à organização não governamental denominada Redes de Desenvolvimento da Maré (REDES), projeto social que congrega cursos de pré-vestibular, aulas de reforço escolar, esportes, pintura e dança. Com isso, a biblioteca ganha um papel peculiar para REDES, pois promove a continuidade educacional, a leitura e a pesquisa aos usuários da Biblioteca, moradores da comunidade. O presente trabalho tem como objetivo fazer um relato sobre a realidade social, observada *in loco*, pelos bolsistas participantes do projeto de extensão, bem como das dificuldades enfrentadas no percurso de formação escolar e cidadã pelos usuários da Biblioteca Lima Barreto. Para tal, buscou-se refletir sobre os indicadores de violência disponibilizados no portal Riocomovamos, no Anuário de Segurança Pública, além de publicações produzidas pela própria ong REDES, referentes aos anos de 2016 e 2017. Esses indicadores serão confrontados com as informações dos relatórios de trabalho dos bolsistas do projeto, que mostram os empecilhos diários sofridos pela comunidade da Nova Holanda e a manutenção desses bolsistas em atividade por causa da violência. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e quantitativa. Segundo Vergara (2004), a pesquisa exploratória é aquela realizada em área onde se há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, enquanto a pesquisa quantitativa caracteriza-se pela análise dos dados matemáticos sistematizados, no caso deste estudo, obtidos através dos relatórios da REDES e outros ligados à ong, possibilitando demonstrar fenômenos e causas, como o impacto da violência nas atividades do projeto.

EQUIPE: KLEITON MOURA, MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS, ANA MARIA FERREIRA DE CARVALHO

ARTIGO: 5191

TÍTULO: O TRADE-OFF ENTRE POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E CONSERVAÇÃO FLORESTAL: EVIDÊNCIAS DA AMAZÔNIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster

RESUMO:

Em 2004, quando as taxas de desmatamento na Amazônia Legal estavam batendo recordes, o Governo Federal lançou o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDam, que ajudou a reduzir a taxa de desmatamento de cerca de 27 mil quilômetros quadrados em 2004 para pouco mais de 5 mil quilômetros quadrados em 2012. O plano envolvia ações integradas de vários ministérios e órgãos do governo e era constituído de três eixos principais: 1- ordenamento fundiário e territorial; 2- monitoramento e controle; e 3-fomento às atividades produtivas sustentáveis. O eixo de fomento às atividades produtivas sustentáveis foi analisado por Assunção et al (2019). Eles mostram que uma política que restringiu o acesso ao crédito no Bioma Amazônia, mantendo-o apenas para aqueles agricultores que comprovassem estarem em conformidade com a legislação ambiental, mesmo que em menor grau, também contribuiu para reduzir as taxas de desmatamento da região. Ou seja, uma política que reduzia renda rural, reduziu também o desmatamento. O trabalho não encontrou, entretanto, efeito desta política de conservação no PIB agropecuário municipal e na produção e renda rurais, na média. Por outro lado, os trabalhos focados em pequenos proprietários rurais sugerem que eles passaram a ter maiores dificuldades em conseguir o seu sustento após 2004 (Rizek, 2018). Este projeto investigará possíveis relações entre variações da renda e políticas de conservação, partindo do sentido inverso desta causalidade, ou seja, investigando se políticas de transferência de renda em áreas rurais afetam a conservação florestal destes locais. Em um trabalho mais próximo deste projeto, Alix-Garcia et al (2013) indicam que o programa de transferência de renda do México, o PROGRESA, teve efeito no aumento do desmatamento. Em particular, eles mostram que o programa causa um crescimento importante no consumo de bens intensivos em uso da terra. Assim, esta pesquisa soma-se a outras que medem o efeito de um programa de transferência de renda no desmatamento. A contribuição que se pretende, consiste na aplicação desta abordagem para o efeito do Bolsa Família (um dos maiores programas de transferência de renda do mundo) no desmatamento na Amazônia, a maior floresta tropical do mundo. Tendo em vista os objetivos e possíveis resultados, propõe-se o cruzamento da base dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - que fornece os municípios dos beneficiários do Programa Bolsa Família - com as informações do INPE sobre desmatamento nos municípios na Amazônia. A pesquisa se insere nos esforços acadêmicos de mensurações dos efeitos do PPCDam, nos seus atuais 15 anos de existência, que se encontra na sua 4ª fase (2016 - 2020): geração de instrumentos econômicos e normativos. Esperamos que os resultados contribuam para orientar as políticas públicas que almejam zerar o desmatamento ilegal, além de reduzir a supressão legal, sem prejuízo do desenvolvimento regional.

EQUIPE: RODRIGO ABREU CARVALHO, ROMERO CAVALCANTI BARRETO DA ROCHA

ARTIGO: 5240

TÍTULO: TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS: A BAÍA DE MARAJÓ NO PARÁ COMO ROTA ESTRATÉGICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Baseando-se em uma abordagem preferencialmente qualitativa por meio de dados coletados digitalmente, extraídos de jornais, revistas, sites de notícias e relatórios de agências públicas de segurança publicados de 2014 a 2019, a presente pesquisa visa analisar estrategicamente a região de Abaetetuba e ilha do Marajó (Baía de Marajó no estado do Pará) e fazer um mapeamento do tráfico internacional de drogas que passam pela região, tendo como relevância a logística ilícita e as ações de fiscalização em áreas marítimas com base no cruzamento de dados de atores estatais envolvidos nessas operações. Esta pesquisa é inserida em uma pesquisa mais ampla que vem estudando o crime organizado transnacional e as logísticas por vias marítimas, bem como políticas públicas para combate.

Propõem-se examinar, a partir disso, o porquê das organizações criminosas escolherem essa rota e como seriam suas bases logísticas (início e destino da rota, quantidade circulada, tipo de embarcação utilizada, bases pontuais, recursos humanos envolvidos). Com foco no período de 2014 a 2019, a análise propõem também um estudo comparativo do crescimento das apreensões e prisões nesse ambiente selecionado. A pesquisa sustenta-se na hipótese que o perfil socioeconômico da população local e eventuais fragilidades de presença do Estado, tornam-se um agente facilitador no aumento das atividades ilícitas, sendo uma região parte da logística do tráfico interno e com projeção para o tráfico internacional.

EQUIPE: DANIELE DIONISIO DA SILVA, LAURA MARIA DA SILVA, NATHALIA GALDINO

ARTIGO: 5242

TÍTULO: AÇÕES DO PROJETO BIBLIOTECA COMUNITÁRIA NA VILA RESIDENCIAL DA UFRJ PARA 2019

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Apresenta a fase atual do projeto Biblioteca Comunitária na Vila Residencial da UFRJ, iniciado em 2015. O projeto está vinculado ao programa articulado "Educação pública, educação popular e formação permanente", expandindo as atividades para o apoio à construção de conhecimento de grupos socioculturais locais. Ocupa, a partir do primeiro semestre de 2019, uma sala no prédio da Associação de Moradores de Amigos da Vila Residencial (AMAVILA), o que possibilita ampliação das ações junto à comunidade local e a organização do acervo. Objetiva apresentar as atividades desenvolvidas para imersão junto à Vila Residencial, a partir da organização do acervo, mediação de leitura e incentivo à construção de conhecimento através do hábito da leitura. Sobre a organização do acervo, está em curso a finalização de uma política de desenvolvimento de coleções, assim como a catalogação e classificação do acervo em um software livre de automação de bibliotecas. As atividades de mediação de leitura são realizadas com planejamento e divulgação prévia, na praça pública, aberta à comunidade. Por fim, o incentivo à construção do conhecimento está focado no estímulo a leitura com orientações sobre pesquisa e empréstimo de obras do acervo. Espera-se, com a execução dessas novas ações, que a biblioteca comunitária se torne cada vez mais pertencente à Vila Residencial, aproximando seus moradores da leitura, da informação e de suas raízes.

EQUIPE: ELI LEMOS DE OLIVEIRA, PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, DANILO PESTANA DE FREITAS

ARTIGO: 5256

TÍTULO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS DA REDE PÚBLICA E PRIVADA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A educação inclusiva vem ganhando cada vez mais atenção em nossa atualidade, pressupondo a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos, e acreditando que toda pessoa tem o direito de acesso a educação; toda pessoa aprende; o processo de aprendizagem de cada pessoa é singular; o convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos; e que a educação inclusiva diz a todos. Com isso, a escolha desse tema entevê sua importância para a educação que vêm sendo estruturada e a forma com que ela está sendo efetuada, analisando um estudo de caso.

Nessa pesquisa de campo no bairro de Santa Cruz da Serra- Duque de Caxias, iremos observar e analisar o processo de ensino-aprendizagem no âmbito da educação inclusiva, sendo previsto um prazo de 8 visitas semanais focando a análise de como está sendo realizado o procedimento inclusivo através de anotações e fotografias, não havendo qualquer tipo de interferência por parte do pesquisador, nas escolas Centro Educacional Renascer e a Escola Municipal Nilcelina dos Santos Ferreira.

Sua metodologia prevê a observação de ambientes escolares, dando ênfase em seu espaço físico, recursos oferecidos e a preparação dos educadores. Haverá também um questionário destinado às professoras das turmas selecionadas para essa pesquisa.

O pesquisador terá de atuar observando a realidade vivida na sala de aula e criar pontes de diálogo entre a teoria estudada e a prática analisada.

Tal pesquisa deverá constituir um estudo comparativo entre uma escola da rede municipal de Duque de Caxias e uma escola privada da mesma cidade, no eixo de pesquisa citado acima.

Por fim, pretende-se observar como o tema de inclusão tem sido trabalhado nas escolas pública e privada citadas nesse trabalho. Contudo, não é esperado qualificar em si o trabalho realizado pelas professoras em sala de aula.

EQUIPE: FERNANDA ANVERSI UCHOA, RENATA BASTOS DA SILVA

ARTIGO: 5259

TÍTULO: A CENTRALIDADE DAS MULHERES NA RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS RESISTÊNCIAS COMUNITÁRIAS DAS MULHERES ZAPATAS E DAS MULHERES DO MST.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O processo histórico de transição do feudalismo para o capitalismo, momento histórico no qual se consolidou a divisão sexual do trabalho, foi responsável por destinar às mulheres um local de submissão em relação aos homens no que tange os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. Atualmente, dias em que se fazem presentes os efeitos de uma nova onda neoliberal de acirramento das relações capitalistas, as mulheres ocupam lugar de protagonismo na construção de resistências a esse modelo. Tais resistências vêm sendo construídas desde o advento do capitalismo mesmo em meio a muita invisibilização. Esse lugar de protagonismo, deve-se então, às suas capacidades de atuarem através de novas formas de organização. O presente artigo busca investigar, especificamente, a centralidade das mulheres na manutenção das relações e saberes comunitários ante a expansão das relações capitalistas. Para tal fim, busca-se realizar um estudo comparativo entre esse papel central no contexto internacional e interno, respectivamente, das mulheres Zapatas e daquelas que compõem a ala de mulheres do MST. A metodologia consistirá em um levantamento bibliográfico sobre a vivência das Zapatas e para o aprofundamento das mulheres do MST, construiremos impressões através de entrevistas semiestruturadas realizadas em assentamento localizado no estado do Rio de Janeiro, a ser definido. Para entender a importância de tais relações dentro do processo de resistência ao modelo de sociedade capitalista e patriarcal, será utilizada a teoria decolonial como lente de análise capaz de identificar as especificidades dos atores envolvidos e de fornecer um resgate histórico que ressignifique a identidade social das mulheres e seus sistemas de conhecimento.

EQUIPE: LETÍCIA GRAÇA GENEROSO PEREIRA, MARGARITA OLIVEIRA

ARTIGO: 5265

TÍTULO: O APOIO DE CHINA E RÚSSIA NA CONTRAMÃO DO ISOLAMENTO INTERNACIONAL DA VENEZUELA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Nos últimos anos, a Venezuela tem sido o epicentro no tabuleiro geopolítico da América Latina, tornando-se objeto de grande debate nos fóruns internacionais e de frequente pauta nos veículos de comunicação. A conjuntura se dá em torno da forte crise que atinge o país no

âmbito econômico, político e social, marcada pelo governo controverso de Nicolás Maduro e pelo envolvimento das grandes potências no conflito da região. Neste sentido, o quadro venezuelano tem sido amplamente associado a um processo de isolamento internacional, em virtude das retaliações e sanções aplicadas ao governo Maduro por diversas nações, incluindo os Estados Unidos e a maioria dos países latino-americanos. Em direção oposta, países como a China e a Rússia formam base de apoio ao governo venezuelano, estreitando relações econômicas, políticas e militares. Diante disso, a presença das três maiores potências mundiais no país venezuelano revela uma tensão geopolítica na região, contribuindo para que o tema deste artigo seja sobre a Venezuela no tabuleiro geopolítico das grandes potências, com o objetivo de analisar o apoio de China e Rússia na contramão do isolamento internacional do país. Neste interm, o artigo utiliza a teoria do Poder Global, de Fiori, para demonstrar que os interesses sino-russos que vão além de uma lógica de mercado, somando-se a interesses geopolíticos em torno do petróleo venezuelano. E questiona, ainda, a noção paradoxal de isolamento internacional da Venezuela, pois, ao mesmo tempo em que se tem a ideia de isolamento numa perspectiva ocidental, verificou-se que o país se coloca no centro dos interesses econômicos e geopolíticos das maiores potências mundiais, em virtude da importância geoestratégica que a região possui. Por fim, a bibliografia conta com artigos acadêmicos e conteúdo jornalístico, principalmente por se tratar de um tema recente e que necessita de maior produção acadêmica, dada à relevância para as Relações Internacionais.

EQUIPE: LUIZ GUSTAVO ARAUJO, ELÍDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES

ARTIGO: 5285

TÍTULO: A CRISE DA LÍBIA E A ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO DE MAafa

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: e-Pôster

RESUMO:

A crise dos refugiados é um assunto que, atualmente, possui grande destaque na comunidade internacional. Apesar disso, a África ainda sofre com as crescentes crises humanitárias somadas ao descalço com o continente nas agendas dos atores internacionais. O estado de Maafa – termo usado para descrever a história e os efeitos de atrocidades incidentes sobre o povo africano (ANI, 1994) –, no qual vive a população negra, do continente e da diáspora, foi traçado desde o sequestro do Atlântico e do projeto imperialista europeu. A estruturação das relações raciais que submete o negro à base da pirâmide social é, de fato, uma consequência deste projeto contra a humanidade do povo preto.

Analisando a situação de desumanização em que vive a população da Líbia na atual conjuntura, o presente estudo tem como objetivo evidenciar o descalço do sistema internacional com as denúncias que já ocorriam e enfatizar o sofrimento da população que vive um mal de outrora: a escravidão do povo negro.

A partir da hipótese central de que o racismo estrutura as relações internacionais, pretende-se, ainda, evidenciar a falta de ações concretas que possibilitem meios para solucionar a crise, como a aplicação de sanções ao país e a extinção dos leilões de escravos na capital Trípoli e nas regiões adjacentes. O considerável crescimento de migrantes e refugiados na Líbia – consequência do tratado celebrado em 2017 estabelecido entre o país e a Itália para conter o deslocamento dos refugiados pelo mar Mediterrâneo – contribuiu para torná-los mercadorias nesses leilões. Ademais, pretendemos demonstrar os efeitos resultantes de uma crise que assola toda uma nação.

A partir da verificação de dados quantitativos recolhidos pela Organização das Nações Unidas pretende-se verificar as relações que se estabelecem entre migrantes líbios em busca de refúgio e sua escravização e venda em leilões no contexto anteriormente mencionado.

O embasamento teórico do presente trabalho terá como fonte a análise sobre refúgios e migrações na perspectiva de Haddad (2008); a análise da desumanização do povo preto a partir do conceito de Maafa presente na crítica afrocentrada da cultura europeia, teorizados pela antropóloga Marimba Ani (1994); e o conceito do homem-mercadoria na Europa, termo apresentado pelo filósofo Achille Mbembe (2014), diretamente relacionado com a escravidão por dívida. Este último teórico aborda o conceito de submissão de raças que é inerente ao assunto do presente trabalho.

EQUIPE: HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO, CARLOS PAULO FALCAO CANDIDO DA SILVA, LUIZ DANIEL COSTA DE SOUZA MARQUES, LUCAS RODRIGUES SILVA

ARTIGO: 5301

TÍTULO: O PAPEL DA INOVAÇÃO DE PRODUTO NO CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Esse trabalho faz parte dos desenvolvimentos do Grupo de Dinâmica Econômica que procura articular correntes da abordagem heterodoxa em torno de uma proposta de análise macrodinâmica de forma a superar o relativo isolamento das correntes heterodoxas. Há um importante espaço na literatura para uma abordagem teórica heterodoxa centrada na combinação de três correntes principais, pós-keynesiana, Kaleckiana e neo-schumpeteriana, especialmente para uma integração micro-macrodinâmica. O foco do grupo é sobre a formalização do instrumental teórico para permitir a investigação das especificidades teóricas do desenvolvimento econômico, abordando a relação entre teoria econômica e política econômica – em especial políticas de desenvolvimento. O Grupo, portanto, desenvolve um arcabouço teórico, alternativo ao neoclássico, mais adequado à discussão de questões específicas da dinâmica econômica capitalista.

Nesse trabalho, os alunos irão desenvolver uma parte importante do modelo Micro-Macro Multissetorial (MMM), proposto por Possas e Dweck (2004), e já desenvolvido em trabalhos mais recentes como Possas, Dweck (2011) e Dweck, Vianna e Barbosa (2019). No modelo apresentado em Possas, Dweck (2011), os autores chamam atenção para a importância da inovação de produto para a dinâmica macroeconômica, em especial, no seu papel de fomentar investimento e consumo e seu impacto sobre a distribuição de renda. No entanto, a forma como a inovação de produto foi introduzida no modelo ainda é muito incipiente. Diante da relevância do tema e da sensibilidade do modelo a alterações desse elemento, o presente projeto se propõe a avançar nessa modelagem. Para isso, será feita uma revisão da literatura mais recente sobre o tema e a proposição de alterações no modelo para avaliação de seus impactos. A revisão bibliográfica incorpora artigos empíricos e teóricos para garantir uma melhor forma de modelar a inovação de produto em modelos de simulação. Além da revisão teórica, serão testadas as diferentes especificações existentes de forma a encontrar a melhor forma de incorporar esse importante elemento ao modelo e extrair implicações teóricas e de proposição de política econômica.

EQUIPE: IGOR FOIS ABRAMOF, ESTHER DWECK, ENZO MATHEUS FERNANDEZ BARREIRA ACCIOLY, IGOR DE ARAUJO BRITO, ARTHUR DA CRUZ BARBOSA

ARTIGO: 5321

TÍTULO: EVASÃO E RETENÇÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECOMIA DA UFRJ

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A profissão de bibliotecário é reconhecida como de nível superior, no Brasil, desde 1962, com a promulgação da Lei 4.084 e pelo Decreto Lei 56725 de 1965. Um dos cursos mais recentes da área é o Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, cuja primeira turma data do ano de 2006. No atual momento do curso há uma percepção empírica de um aumento de casos de retenção e de evasão dos discentes. Deste modo, foi criado em finais de 2018 um Projeto de Iniciação Científica com o

objetivo de avaliar se tal percepção mostra-se como factual e, em caso positivo, quais elementos estão ocasionando tais fatos. Nosso referencial teórico terá como base os trabalhos de Davok e Spudeti (2010-?); Gaioso (2005) e Dias Sobrinho (2003) que analisam os conceitos de Evasão e Retenção teoricamente e em casos específicos. Como metodologia adotamos uma perspectiva quantitativa e qualitativa onde, em um primeiro momento faremos o levantamento de literatura específica sobre o tema conjuntamente com a definição de critérios para extração de dados quantitativos e qualitativos. Os dados serão extraídos do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - SIGA - da UFRJ compreendendo o período de 2010 a 2018. Finalmente aplicaremos questionários com perguntas abertas e fechadas. Os resultados finais da pesquisa estão previstos para o final de 2020.

EQUIPE: MARIANA FERNANDEZ DOS REIS, JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO, ROBSON SANTOS COSTA

ARTIGO: 5330

TÍTULO: A DESCONSTRUÇÃO DA FEMINILIDADE E MASCULINIDADE A PARTIR DAS DINÂMICAS DA SOCIEDADE MODERNA: RESSIGNIFICAÇÕES DAS QUESTÕES DE GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster

RESUMO:

Este presente trabalho vinculado ao Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa pretende discorrer sobre como se dão as relações de gênero dentro das Forças Armadas do Brasil, e de que forma essa dinâmica vem se transformando, na medida em que há a ampliação na participação de mulheres e membros da comunidade LGBTI dentro das instituições militares. É importante esclarecer de que forma as interpretações de feminilidade e masculinidade dentro dessas instituições corroboraram para uma exclusão e marginalização desses grupos minoritários ao longo de sua história. A masculinidade hegemônica, conceito criado pela socióloga¹ Raewyn Connell nos auxilia no entendimento da "generificação" das burocracias militares em que há uma associação entre a força física, a valentia, o poder, a virilidade, a liderança, o dinamismo aos corpos dos homens que fortalece a figura do soldado ideal e o² ethos militar. Enquanto; às mulheres, são entendidas como emocionais, afetivas, destinadas a oferecer suporte, e serem protegidas.

Práticas discursivas produzem expectativas de papéis de gênero em uma hierarquia de poder, comumente utilizada para justificar o porquê de certos postos de trabalho militares serem destinados aos homens heterossexuais e renegados a mulheres e LGBTI. Nos anos 80, mulheres aceitas nas Forças Armadas ocupavam cargos administrativos, ou que não envolvessem o combate e a estratégia militar. Foi só em 2018 que a Academia das Agulhas Negras (AMAN) abriu sua primeira turma de cadetes do sexo feminino. Em contrapartida, homossexuais nas Forças Armadas são vistos como uma ameaça aos valores e a moral da instituição, tendo que lidar com a discriminação e a homofobia.

Nessa perspectiva, pretende-se refletir sobre a identidade militar estabelecida e reforçada institucionalmente, e de que forma a entrada das mulheres e de pessoas LGBTI nas Forças Armadas do Brasil contribui para o rompimento dessa estrutura enrijecida e até que ponto é possível verificar um progresso. Também é necessário fazer uma avaliação do processo de integração desses dois grupos, levando em conta as limitações no acesso a cargos exclusivamente ocupados por homens heterossexuais e cis gêneros. A desconstrução do ethos militar causa impacto sobre a democratização, a igualdade de acesso às oportunidades e a transformação, em certa medida, na estratégia de combate e na identidade militar, que foi construídas ao redor de valores e ideais que contribuem para a perpetuação da masculinidade hegemônica.

Por conseguinte, os resultados esperados caminham para o entendimento de que a dinâmica militar é o reflexo da sociedade civil. Só haverá uma perspectiva de mudança e progresso, quando as demandas igualitárias forem supridas, dentro e fora da esfera militar. Dito isso, pretende-se avaliar como os avanços externos rumo a instituições inclusivas e equitativas interferem nas mudanças no seio militar brasileiro.

EQUIPE: GABRIELA HENRIQUE, GIOVANNA MORAES RODRIGUES, MARIA EDUARDA MACHADO DA COSTA OLIVEIRA, EMERSON MAIONE DE SOUZA

ARTIGO: 5333

TÍTULO: DA ELITE PARA A ELITE: COMO O GÊNERO E A RAÇA DIFICULTAM NO INGRESSO A CARREIRA DIPLOMÁTICA?

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: e-Pôster

RESUMO:

Historicamente a composição do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty) tem se fundamentado em classes privilegiadas. Além de ser um carreira elitista, o que se deve em parte à especialização e altos custos de preparação para o ingresso na instituição, o Itamaraty apresenta um histórico de exclusão, o que faz com que o ingresso de grupos menos abastados seja, consequentemente, muito inferior ao de indivíduos com boas condições financeiras. Essa lógica ganha contornos mais excludentes quando essa análise é realizada em uma perspectiva de gênero e classe social (BALBINO, 2011). A hipótese central é que a instituição reflete o racismo estrutural presente na sociedade, o que faz com que a aprovação de mulheres negras no concurso ainda seja muito baixa se comparada em uma perspectiva de gênero, raça e classe social.

A partir de referencial teórico que centra sua análise a partir da perspectiva das mulheres negras, a situação é bem mais profunda. Historicamente a mulher negra possui um papel social estabelecido o de negação das suas capacidades intelectuais e a objetificação de seus corpos, logo romper com essa lógica - muito bem estruturada - não é uma tarefa simples. Como afirma Ribeiro (2017), a partir das proposições de Grada Kilomba, a mulher negra é o "Outro do Outro" - em uma possível resposta a Simone de Beauvoir que qualifica a mulher branca como sendo o "outro". Entretanto, a opressão acaba sendo mais incisiva nas mulheres negras (DAVIS, 2016), haja visto que também sofrem por ser mulher - o que as remete também a posição de "outro" - mas sofrem, intrinsecamente, por serem negras, o que faz com que a opressão da mulher negra seja, nesse sentido, mais acentuada e assim sendo caracterizada como "o outro do outro".

Outro problema de investigar o racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) na instituição é que não há números claros de indivíduos que se autodeclararam negros no Itamaraty. Por que os números não são divulgados? Essa ausência de números também pode atrapalhar a formulação de medidas mais eficazes para a resolução dessa problemática. Assim, o presente trabalho se orienta com base na pesquisa qualitativa, com entrevistas e coleta de dados junto ao Itamaraty.

Por mais que exista uma política de cotas raciais no Itamaraty desde 2014 e o programa de ação afirmativa Bolsa-prêmio de vocação para Diplomata, que tem por objetivo ampliar as condições de ingresso de brasileiros negros na carreira diplomática, essas medidas por mais que auxiliem, ainda são pouco efetivas, tendo em vista o baixo número de aprovados negros. Logo, precisam ser aprimoradas a fim de aumentar de forma significativa e progressiva esse número.

Apesar de terem ocorridos inúmeros avanços, essa situação só poderá ser de fato revertida à medida que houver políticas incisivas que objetivem desinstitucionalizar o racismo na sociedade, já que as instituições são apenas reflexos dos contextos sociais.

EQUIPE: HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO, ALICE MARIA DOS SANTOS GOMES

ARTIGO: 5334

TÍTULO: JULGAMENTO DO HABEAS CORPUS COLETIVO Nº 143.641/SP, A CONDIÇÃO DA MULHER-MÃE E A DIVISÃO DE

RESPONSABILIDADES PARENTAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA FEMINISTA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho intitulado “Julgamento do Habeas Corpus Coletivo nº 143.641/SP, a condição da mulher-mãe e a divisão de responsabilidades parentais: uma análise à luz da criminologia crítica feminista” é produto do desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Direito pela UFRJ e tem por objetivo principal analisar a partir do fenômeno do superencarceramento do sistema prisional brasileiro, em que medida o posicionamento do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Habeas Corpus Coletivo nº 143.641/SP, embora paradigmático para efetivação de direitos e garantias da Constituição Federal brasileira à mulher presa, e em consonância com a previsão de Tratados Internacionais de Direitos Humanos em que o Brasil é signatário, acaba por (i) reafirmar a construção histórica da mulher como mãe e, portanto, essencial e útil de proteção do Estado e da sociedade tão somente em sua dimensão de exercício da maternidade; (ii) não questiona a essencialidade do pai em seu núcleo familiar, problematizando a questão da socialização das responsabilidades parentais; e (iii) corrobora com a existência e a necessidade da lógica punitivista do Estado brasileiro. A hipótese inicial deste estudo identifica no discurso institucional do Estado a perpetuação de lógicas machistas e sexistas que refletem a construção histórica de uma sociedade patriarcal e, nesse sentido, se afasta do princípio constitucional da isonomia. A fundamentação teórica se baseia na epistemologia da Criminologia Crítica e da Criminologia Crítica Feminista de ANDRADE (1999), CAMPOS (2017) e MENDES (2014).

EQUIPE: GABRIELLA DE AZEVEDO CARVALHO, ANNA CECÍLIA FARO BONAN

ARTIGO: **5337**

TÍTULO: A “INDIFERENCIAÇÃO” ENTRE POLÍTICA E DIREITO A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO DOS AGENTES JURÍDICOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A pesquisa é elaborada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, sob orientação do professor José Roberto Franco Xavier e ainda não foi concluída. Com isso, me aterei a uma parte específica do que já foi elaborado considerando os resultados obtidos entre Março e Outubro de 2019.

O projeto como um todo se debruça, a partir do marco teórico de Niklas Luhmann, e sua teoria dos sistemas sociais, mais especificamente sobre o sistema político e o sistema jurídico, em sua área penal, para analisar possível ultrapassagem dos limites desses sistemas entre si. Fato que burlaria o conceito de autopoiesis, que define os sistemas sociais como fechados e auto-referenciados. Analisamos, portanto, em que medida é possível dizer que esses sistemas são fechados e estão separados entre si. Investigamos, a partir de agentes jurídicos, sobretudo magistrados e membros do Ministério Público, como podemos na atualidade compreender a distinção entre o sistema jurídico, especificamente seu subsistema da justiça criminal e o sistema político.

A análise empírica em um primeiro momento se dá pela análise de decisões judiciais, nas quais se verificam atuações que aparentam exceder os limites da comunicação jurídica, a qual se restringe ao código, normativo x não normativo. Sendo afetada pelo sistema político. Esta apresentação, mais especificamente, visa observar as chamadas “delações premiadas” e como o uso desse instrumento tem respeitado, ou não, a legislação sobre ele e sido utilizado também com base na atuação política

O que será apresentado, com isso, será baseado na parte empírica, a partir da análise de decisões judiciais e manifestações do Ministério Público nas quais foram identificados indícios de um agir politizado por parte da justiça criminal, especificamente irregularidade no exercício do mecanismo das delações premiadas.

EQUIPE: ISADORA XAVIER FERNANDES, JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER

ARTIGO: **5340**

TÍTULO: **USIS - UNIDADE DE SUPORTE À INOVAÇÃO SOCIAL: EXTENSÃO NA RELAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE E O PATRIMÔNIO CULTURAL DO SAMBA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A Unidade de Suporte à Inovação Social (USIS - <http://bit.ly/2JzDVbc>) é um projeto de extensão da UFRJ – criado no âmbito do projeto Latin American Social Innovation Network (LASIN - <http://bit.ly/2LJNixt>), financiado pela Comissão Europeia – que tem como propósito implementar um modelo de colaboração entre a Universidade e a comunidade, para reforçar as ligações da Universidade com o ambiente social mais amplo. Durante o ano de 2018, a USIS assessorou a historiadora Julia Pereira, membra da Rede Carioca de Rodas de Samba (RS - <http://bit.ly/308vCbb>), na realização de um projeto, a Cartografia Afetiva das Rodas de Samba. Foram produzidos dois entregáveis: (1) um protótipo de mapa georeferenciado da história e da cultura das rodas de samba do Rio de Janeiro, destinado a ser entregue, uma vez pronto, aos integrantes da RS, e (2) entrevistas documentais audiovisuais com integrantes de rodas de samba da RS, pretendidas como pilotos para levantamentos audiovisuais futuros, destinados a integrar o acervo da RS e facilitar procedimentos pertinentes ao registro das rodas de samba do Rio de Janeiro como patrimônio cultural junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No primeiro semestre, baseados em experiência anterior com a USIS, extensionistas e orientadores capacitaram a inovadora para a produção de mapa georeferenciado pela ferramenta Google My Maps, da plataforma Google Maps, incluindo: levantamento de dados por meio de formulário *online* da plataforma Google Forms; importação automatizada para o formato de planilha eletrônica da plataforma Google Sheets; importação automatizada de dados na ferramenta Google My Maps; criação, edição e atualização de mapa eletrônico georeferenciado, contendo marcadores, fronteiras, demarcações, outras referências visuais, informações diversas e *layers* (divisões temáticas que permitem visualização seletiva das informações e marcações). Ao final da capacitação, a inovadora produziu um protótipo do mapa a partir de dados coletados pela RS. No segundo semestre, extensionistas e orientadores auxiliaram a inovadora no planejamento e produção de 3 entrevistas documentais audiovisuais com integrantes de rodas de samba da RS, filmadas no Museu de Folclore Edison Carneiro.

EQUIPE: DENIS MATTOS, JOAO FELIPE WERNECK RUÓTOLO MIGUEL, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO, PAULO CESAR LOPES PEREIRA

ARTIGO: **5343**

TÍTULO: **A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA REFUGIADOS SOB A PERSPECTIVA DA POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO GOVERNO LULA (2003-2010)**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **e-Pôster**

RESUMO:

O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que corresponde ao período de 2003 a 2010, teve como base de sua política externa a continuidade de diretrizes já anteriormente iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, que enfatizavam a busca pelo multilateralismo e a defesa dos direitos humanos (VIGEVANI, CEPALUNI, 2007). Nesse contexto, tem-se uma política externa fortemente marcada por uma aproximação com países do Sul global em desenvolvimento e emergentes, objetivando alcançar um papel de liderança regional na América do Sul e a inserção do país no cenário internacional de maneira mais ampla. Além disso, a manutenção da centralidade do tema de direitos humanos na agenda

externa foi acompanhada por uma movimentação parecida internamente, com a criação de novos órgãos relacionados ao tema (MOREIRA, 2015). Considerando a mudança de abordagem brasileira em relação ao seu comportamento no cenário internacional, que também pode ser notada no que diz respeito ao cenário interno, o presente trabalho tem como objetivo analisar a política externa brasileira para refugiados durante o governo Lula por meio de uma concepção da política externa como política pública (MILANI, PINHEIRO, 2013), isto é, entendendo-a como estando sujeita a mudanças em suas diretrizes em função da agenda do governo e por questões conjunturais. Dessa forma, pretende-se demonstrar como a mudança comportamental brasileira no cenário internacional, ao enfatizar a Cooperação Sul-Sul, bem como os avanços no âmbito interno e externo em relação ao tema de Direitos Humanos influenciaram a política externa brasileira de reassentamento, causando um aumento no recebimento de refugiados oriundos principalmente de países da América Latina, mas também de outros países do Sul global.

EQUIPE: GUILHERME AUGUSTO LARSEN DO AMARAL, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO, LORENZO PREVATTO, VICTOR KRANZ ESPÍNDOLA, JOÃO LUIZ DO COUTO BAPTISTA

ARTIGO: 5354

TÍTULO: **UNIDADE DE SUPORTE À INOVAÇÃO SOCIAL DA UFRJ E A CARTOGRAFIA AFETIVA DO SAMBA NA CIDADE**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Apresentação de Vídeo**

RESUMO:

A Unidade de Suporte à Inovação Social (USIS - <http://bit.ly/2JzDVbc>) é um projeto de extensão da UFRJ - criado no âmbito do projeto Latin American Social Innovation Network (LASIN - <http://bit.ly/2LJNixt>), financiado pela Comissão Européia - que tem como propósito implementar um modelo de colaboração entre a Universidade e a comunidade, para reforçar as ligações da Universidade com o ambiente social mais amplo. No segundo semestre de 2018, a USIS assessorou a historiadora Julia Pereira, membra da Rede Carioca de Rodas de Samba (RS - <http://bit.ly/308vCbb>), na realização de um entregável para o projeto Cartografia Afetiva das Rodas de Samba: 3 entrevistas documentais audiovisuais com integrantes de rodas de samba da RS. Foram entrevistados: Henrique Souza, da roda Gloriosa; Fabíola Machado, da roda Moça Prosa; Wanderson Luna, da roda Pedra de Samba. Extensionistas e orientadores auxiliaram a inovadora no planejamento e produção das entrevistas, filmadas no Museu de Folclore Edison Carneiro. As entrevistas: (1) serviram como pilotos para levantamentos audiovisuais posteriores; (2) passaram a integrar o acervo da RS; (3) serão integradas em mapa interativo georreferenciado que exibe este acervo, disponibiliza-o ao público e aos integrantes das rodas de samba; (4) facilitarão procedimentos pertinentes ao registro das rodas de samba do Rio de Janeiro como patrimônio cultural junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O material das entrevistas foi compilado em minidocumentário de 5 minutos, para fins de exibição acadêmica.

EQUIPE: JOAO FELIPE WERNECK RUÓTOLO MIGUEL, DENIS MATTOS, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO, PAULO CESAR LOPES PEREIRA

ARTIGO: 5355

TÍTULO: **O CENÁRIO ASTROPOLÍTICO E AS HEGEMONIAS GLOBAIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O campo de estudo da astropolítica, ou seja, de como as interações que os entes internacionais e as dinâmicas econômicas de poder refletem nas políticas que envolvem o espaço externo, ainda não está sob a luz do debate *mainstream* nas ciências humanas. Este projeto espera, a partir do debate existente, utilizar o que já foi estudado sobre a astropolítica e aplicar o debate sobre imperialismo no campo da Economia Política Internacional.

Essa apresentação, de caráter inicial a partir das perguntas para a dissertação de mestrado do autor, terá como objetivo aprofundar e aplicar aspectos dos estudos da Astropolítica a partir de aspectos do sistema internacional e do poder global. Dessa forma, aspiro um entendimento preliminar que explique aspectos das interações astropolíticas atuais com a dinâmica imperialista, para poder responder algumas perguntas que se apresentam: Qual o nível de hegemonia dos Estados Unidos no panorama espacial? Qual a potencialidade de atores estatais contra hegemônicos de os desbancarem? Qual o real papel e objetivo das grandes empresas privadas que investem nessa área? A hipótese sugerida é de que a realidade das dinâmicas e interações astropolíticas, somadas a problemas estruturais no sistema econômico hegemônico, apresentam-se como catalisadores de projetos imperialistas que utilizam e utilizarão as tecnologias espaciais como meio para desestabilizar o sistema político mundial, de entes estatais soberanos e iguais, com um regime internacional que busca constrear os interesses estratégicos em prol de uma série de paradigmas.

EQUIPE: PEDRO JOSÉ AQUINO MARTINEZ, WILSON VIEIRA

ARTIGO: 5365

TÍTULO: **CIRCUITO FAVELA POR DIREITOS: ARTICULAÇÃO EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E O ACOMPANHAMENTO DA VIOLÊNCIA POLICIAL NAS FAVELAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Em fevereiro de 2018, foi decretada intervenção federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de pôr fim ao "grave comprometimento da ordem pública" no Estado. Ainda nesse contexto, o presidente sancionou a Lei 13.491, transferindo para a Justiça Militar a competência para julgamento de crimes cometidos por agentes das Forças Armadas em missões de Garantia da Lei e da Ordem.

Diante deste cenário, diversas instituições e organizações da sociedade civil se organizaram ao longo de 2018 para acompanhar a "intervenção federal militarizada", visto que os efeitos do uso das forças armadas no Rio têm sido, na maioria dos casos, sinônimo de violações de direitos humanos.

Assim sendo, o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin, que se propõe a estabelecer um diálogo entre a Universidade e a Sociedade, consolidando a ideia de extensão universitária, acompanhou de perto a intervenção federal, atuando contra as violações de direitos que nessa conjuntura, bem como após o fim da mesma. Dessa forma, utilizamos como método o diálogo com a comunidade, através da troca de saberes, aliada à conscientização sobre direitos humanos, principalmente em relação à abordagem policial - tendo em vista a importância do tema num contexto de intervenção federal.

A partir disso, nos mobilizamos junto à Defensoria Pública do Rio de Janeiro, através do Circuito Favelas por Direitos, iniciado em abril de 2018, que tem por objetivo realizar uma série de visitas a favelas e comunidades, coletando relatos dos moradores sobre a situação vivida e trazendo informações necessárias contidas em cartilha sobre seus direitos em relação à violência e abusos policiais, levando também representantes do poder público para conhecer a realidade das comunidades. Assim, estivemos durante o ano passado, em mais de 30 favelas.

A mobilização, porém, não se encerrou ao fim da intervenção militar no final do ano passado, tendo em vista que não se trata de um momento,

mas de um estado permanente de violações que enfrentam os moradores de comunidades. Por isso, o Circuito continua em 2019 e até o momento de elaboração e submissão desse resumo já visitou 5 favelas, e o NAJUP permanece presente, com objetivo de **dar continuidade ao processo de interação dialógica desenvolvida, fortalecendo os moradores na defesa de seus direitos.**

Para além de realizar visitas, participamos da elaboração da “*perspectiva jurídica*” do Relatório Final do Circuito, analisando as violações sofridas pelos moradores na maioria das comunidades visitadas, e adequando aos crimes presentes no ordenamento jurídico, **a fim de construir uma tipologia da “matriz das violações recorrentes” identificada a partir da colhida dos relatos espontâneos.**

É importante ressaltar, ainda, que estas são algumas das ações, uma vez que as atividades continuarão ocorrendo e continuaremos contribuindo com as articulações, frentes e comissões contra as violações de direitos humanos.

EQUIPE: LORRAINE VICENTE DOS SANTOS PEREIRA, THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, VIVIANE CARNEVALE HELLMANN, YURI REIS, JULIA LURDES TIMBÓ DE SOUZA, JULIA ÁVILA FRANZONI, FERNANDA MARIA VIEIRA, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES, LEONARDO BATISTA BEZERRA, ISABELA CRISTIANE ROCHA

ARTIGO: 5366

TÍTULO: **INOVAÇÃO, FUSÕES E AQUISIÇÕES E STARTUPS: QUESTÕES ANTITRUSTE**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O novo paradigma tecno-econômico e a expansão da economia digital mostram a importância da inovação bem-sucedida. Dentro deste contexto, muitas das empresas jovens e inovadoras surgem na América Latina (frequentemente com apoio de políticas de fomento) e, em diversos casos, são adquiridas por grandes empresas multinacionais em diversos setores, mas particularmente no setor de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC). Em alguns casos, a aquisição significa expansão e manutenção das atividades de P&D da startup, porém em outros pode significar o encerramento das atividades. Sob a ótica antitruste, uma aquisição de startup pode ser pró-competitiva ou anticompetitiva, ou seja, significando aumentos ou reduções no bem-estar. A análise deste tipo de operação é um dos tópicos em aberto para a política antitruste.

Em Pires-Alves, Gonzalo e Lyra (2019), os autores buscam responder duas principais questões: como a autoridade antitruste deve avaliar aquisições de firmas jovens e inovadoras e quais são os desafios institucionais atuais. O presente trabalho busca ser um desdobramento do artigo, aprofundando questões teóricas e realizando um novo estudo de caso, desta vez envolvendo empresas brasileiras. O trabalho está inserido no contexto do Projeto “Concorrência em mercados intensivos em inovação e em mercados digitais”. Desta forma, o objetivo principal do projeto nesta etapa é analisar casos de compra e aquisição de empresas startups no Brasil e avaliar o movimento estudado a partir de uma ótica antitruste.

A pesquisa será desenvolvida em duas linhas: (i) Investigação teórica; (ii) Estudo de caso. A investigação teórica será realizada à luz da literatura teórica em teoria antitruste e de Economia da Inovação. O estudo de caso será selecionado a partir dos resultados obtidos na investigação teórica, seguindo o critério de ser aquisição de uma empresa jovem e inovadora brasileira por grande empresa (brasileira ou não).

Ao final do trabalho, o resultado esperado é poder retirar insights e contribuir, sem a ambição de encerrar o debate, para a melhor avaliação de casos de aquisições de startups, se valendo da experiência brasileira.

EQUIPE: LUIZ FERNANDO MAGALHÃES SARDINHA, CAMILA CABRAL PIRES ALVES

ARTIGO: 5405

TÍTULO: **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ENQUANTO FERRAMENTA DE INTEGRAÇÃO AOS MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA - UM DIÁLOGO ENTRE O NAJUP E O MST**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Com o objetivo de incentivar o diálogo entre a Universidade e os movimentos populares, o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin tem consolidado a concepção de extensão universitária, articulando uma parceria ampla, coletiva e interdisciplinar com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao desenvolver atividades e eventos com o propósito de sensibilizar o corpo discente quanto a questão do direito e a luta pela terra, conferindo maior visibilidade para as ações de luta – considerando a importância da temática para a formação acadêmica.

Nesse sentido, a sexta edição da Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária (JURA), cujo lema era “O que você sustenta quando se alimenta?”, propôs a reflexão acerca de inúmeros temas que perpassam o Campo e o impacto que eles têm na vida dos trabalhadores rurais. Assim, nos dias 7, 8 e 9 de maio, realizamos a JURA na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, mobilizando o debate com os estudantes no tocante à questão agrária atual.

O primeiro dia teve como tema a “Conjuntura Agrária: Estado Ruralista de Direito?”, em que se buscou mostrar a importância da luta dos trabalhadores do campo frente ao avanço de políticas públicas contrárias aos movimentos sociais e do capital latifundiário. O segundo dia, “Educação no campo e saberes populares: ensino democrático frente à escola sem partido”, trouxe ao debate as origens do movimento Escola sem Partido, consolidação e discurso, e alternativas frente a esse modelo, como são as Escolas do MST e a educação popular no campo. A Mesa do terceiro dia, “A militarização da questão agrária: da ditadura aos dias atuais”, relembrou a repressão que os movimentos sociais defensores da luta pela terra sofreram, e estabeleceu paralelos com o cenário atual, trazendo informações sobre o movimento camponês no Rio de Janeiro, que geralmente não é associado à resistência popular agrária.

Ocupando outros espaços, a JURA também contou, no dia 10/05, com um dia de Atividade Cultural no Armazém do Campo, na Lapa, onde houve uma apresentação dos dois espaços de comercialização que o MST mantém na cidade do Rio de Janeiro, sendo o segundo o Espaço de Comercialização de Produtos Terra Crioula.

Pensando na importância de levar o debate agrário à universidade e inserir os estudantes no contexto de vivência rural, o NAJUP promoveu uma ida ao assentamento Irmã Dorothy, em Quatis, e uma ao acampamento ao Edson Nogueira, em Macaé.

A articulação do NAJUP com o MST, no entanto, continua em construção ao longo do ano, estabelecendo com o corpo discente universitário contato com o movimento em outras ações, que vise não só a sensibilizá-los na luta dos sem-terra pela Reforma Agrária, mas que também consiga trazer formas de produção de conhecimento no ambiente acadêmico que ainda são relegadas para fora dos portões da universidade.

EQUIPE: YURI REIS, LORRAINE VICENTE DOS SANTOS PEREIRA, THIAGO GARCIA, JÉSSICA SOARES BORGES, THAMIRES CHAVES, THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, JÚLIA IGLESIAS, CALEB PERES, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, JULIA ÁVILA FRANZONI, FERNANDA MARIA VIEIRA

ARTIGO: 5415

TÍTULO: **CASO DA FAZENDA BRASIL VERDE: VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DO ECOFEMINISMO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: e-Pôster

RESUMO:

A propriedade pecuária Fazenda Brasil Verde, localizada em Sapucaia, no sul do estado do Pará, recebeu, na década de 90, 128 trabalhadores rurais do norte e nordeste do país, com a promessa de execução de diversos trabalhos. Todavia, esses homens acabaram sendo submetidos a condições de trabalho indignas, com longas e exaustivas jornadas, e impedidos de deixar a fazenda em razão de dívidas contraídas. O Estado brasileiro foi responsabilizado internacionalmente pela não prevenção do trabalho escravo moderno e tráfico de pessoas no caso *Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil da Corte Interamericana de Direitos Humanos*, de 2016. O presente trabalho pretende, desse modo, explorar o episódio ocorrido à partir da Teoria Ecofeminista (WARREN, 2000), uma corrente de pensamento que encontra-se no Terceiro Debate em Relações Internacionais e representa um desafio à hegemonia do pensamento positivista. Segundo essa corrente, todas as opressões ocorrem em contínuo, sendo todas as relações de poder essencialmente modeladas no dualismo entre masculino e feminino (e o que é simbolicamente atribuído a cada um), e na respectiva submissão de segundo ao primeiro. Assim, homens, grupos étnicos ou mesmo nações são sujeitos à opressão quando associados a características femininas (XAVIER DO MONTE, 2013), reproduzindo a opressão das mulheres e da natureza. Os dualismos de valor opostos, da mesma forma que o pensamento de valor hierárquico, prestigiam os “de cima” (homens brancos, propriedade, racionalidade), em detrimento dos “de baixo” (mulheres, negros, emoção, natureza). Dessa forma, pretende-se explicar, através desses conceitos, como os proprietários e administradores da fazenda dispuseram dos trabalhadores como se fossem sua propriedade e as causas e consequências das diversas formas dessa opressão, propostas na teoria Ecofeminista.

EQUIPE: MARIA PAULA MARINI TAHAN DE CARVALHO PINHEIRO, DORA BUARQUE DE HOLLANDA, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: 5419

TÍTULO: IMIGRAÇÃO E INTEGRAÇÃO LABORAL: O CASO DOS VENEZUELANOS NO BRASIL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Esta pesquisa possui o objetivo geral de analisar o modo como é realizado o processo de integração laboral de imigrantes venezuelanos que tem cruzado a fronteira com o Brasil a partir de 2017, como consequência da atual crise política, social e econômica que aflige a República Bolivariana da Venezuela. Para tanto, será investigada a implementação da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 pelo Estado brasileiro, com subsequente análise da condição atual dos venezuelanos no Brasil a partir dos dados disponíveis pelo Conselho Nacional de Imigração (Cnig), pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e por outros órgãos relevantes no assunto. Ainda, este trabalho pretende discutir a existência, efetividade e abrangência das Políticas Públicas brasileiras no que tange à integração laboral de imigrantes, em especial dos venezuelanos, considerando os esforços já existentes tal como seus entraves que dificultam o pleno gozo dos direitos previstos pelo ordenamento jurídico brasileiro por parte deste grupo migratório específico. Como sugere as informações previamente apresentadas, a principal preocupação desta pesquisa é de compreender os fatores que resultam na baixa empregabilidade de imigrantes venezuelanos em postos formais de alta qualificação no mercado de trabalho brasileiro. No que concerne ao embasamento teórico, será abordada a teoria Pós-colonialista de Relações Internacionais, utilizando-se das contribuições de Spivak (2010) e Quijano (2005), da mesma maneira que contribuições de autores pertinentes no tema de migração, refúgio e globalização como Bauman (2005), Sousa Santos (2002) e Castles (2010).

EQUIPE: MARIA CLARA SOPRANI VALENTE MUNIZ, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: 5421

TÍTULO: O ENVIESAMENTO DAS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS NA ECONOMIA DA PENA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Nas últimas décadas o incremento das tecnologias de comunicação tem impactado a vida social. Entre as ferramentas teórico-práticas responsáveis por essa onda denominada por Castells de “Sociedade em Rede” estão as Inteligências Artificiais (IA). Como sublinha Boden, “A inteligência não é uma dimensão única, senão um espaço profusamente estruturado de capacidades diversas para processar a informação”. Do mesmo modo, a IA utiliza muitas técnicas diferentes para resolver uma grande variedade de tarefas» (trad. livre, p. 11).

O Direito está sob influência da IA e parece acertado afirmar que não existe área jurídica imune à IA. O objetivo da presente investigação acadêmica, desenvolvida pelo Grupo Matrizes do Processo Penal, consiste em identificar aspectos relevantes dessa influência no funcionamento do Sistema de Justiça Criminal. A área da pesquisa vai da investigação criminal até a execução penal. O projeto tem prazo de duração previsto de no mínimo cinco anos. É assim porque requisitos sejam desenvolvidos modelos analíticos que vão desde a interface público-privado até a identificação de novos direitos humanos, peculiares ao ser humano/mundo digital.

No terreno do funcionamento concreto das agências de investigação e repressão de práticas criminosas, a IA incentiva práticas de geovigilância, concentração e manejo de dados essenciais nas mãos de poucos, que a um tempo contendem com os «novos direitos humanos digitais» e com a democracia e o estado de direito, compreendidos como instituição e instituto dirigidos ao controle do exercício do poder. Um dos aspectos ressaltados no âmbito da criminologia é o questionamento sobre a «neutralidade científica» das práticas de IA, especialmente quando estas práticas são confrontadas com resultados empiricamente apurados que indiciam o acirramento do controle social via sistema penal em relação a determinados grupos sociais.

A pesquisa conjugará esforços da graduação e pós-graduação. A parte do grupo formada pelos alunos(as) da graduação em direito da UFRJ estará dedicada à análise do fenômeno do «viés», do emprego e manipulação enviesada das IAs como técnicas jurídico-políticas de controle social.

O enviesamento do sistema criminal foi denunciado pelas diversas criminologias de corte crítico ao longo do século passado. O ingresso da IA na economia da pena, no entanto, sugere o encobrimento desse viés, sendo esta a hipótese de trabalho: o emprego da IA na economia da pena também objetiva o encobrimento do viés de grupos e classes sociais que caracteriza o sistema de justiça criminal dos últimos dois séculos. As IAs podem e devem representar inquestionável melhora da qualidade da justiça. É necessário, contudo, investigar a fundo, das suas bases teóricas à sua aplicação prática, o que em realidade é transformado e o que permanece do antigo modelo, porém sob novas vestes. No plano mediato a expectativa é de que os resultados obtidos contribuam para aperfeiçoar o mencionado Sistema de Justiça Criminal.

EQUIPE: MARIA EDUARDA DE C C CORRÊA, GERALDO LUIZ MASCARENHAS PRADO, MALU PERES BITTENCOURT, CAROLINA MARIÑO BARCAUI, JULIANA MARCELLO DA SILVA, BERNARDO TENDLER LEIBEL BACELLAR, BERNARDO HOSANNAH PHILLIPS, NATALIA ROCHA PAIVA, AMANDA ARUEIRA FERNANDES, LETÍCIA DANA, ADRIENNY DA SILVA BALBINO, MICHAEL GUEDES, AMANDA IZABELLE BRAGA GUIMARÃES, VINÍCIUS MACHADO

ARTIGO: 5434

TÍTULO: O BRINCAR COMO DISPOSITIVO DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E DISCUSSÃO SOBRE DIREITO À CIDADE NA COMUNIDADE INDIANA TIJUCA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O projeto “Entre cidades de direito e cidades de privilégio: disputando narrativas na Comunidade Indiana Tijuca” é uma atividade de extensão estabelecida pela parceria entre os grupos Abricó - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFRJ), a equipe de Psicologia do NIAC - Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ, dando sequência às ações realizadas pelos grupos desde 2013. O objetivo central do projeto é fomentar a participação e luta política, no que tange o Direito à Cidade, de moradoras e moradores da Comunidade Indiana Tijuca, localizada na Zona Norte. Assim, a universidade tem contribuído com a resistência da comunidade às ameaças de remoção através de laudos técnicos, produção de insumos, construção de ferramentas, promoção de debates, entre outras atividades em conjunto com os moradores locais e com ativistas. Em 2018, após um período sem ameaças de remoções, o Ministério Público (MP), através de dois laudos, indica a necessidade de remoção do local tendo em vista as condições insalubres das moradias associadas à poluição do rio Maracanã, que corta parte da comunidade. Através desse laudo construiu-se uma narrativa hegemônica que culpabiliza os moradores e moradoras da comunidade. Em resposta aos laudos do MP, a proposta de intervenção do ciclo de atividades de 2018 do projeto, ora apresentado nesta comunicação oral, foi construir uma narrativa contra-hegemônica com as crianças que habitam o território. As atividades com crianças e jovens surgiram a partir da análise do coletivo sobre ações realizadas nos anos anteriores, que nos levou ao entendimento delas como sujeitos assíduos e engajados, porém não contemplados pelas metodologias adotadas até então. Nosso objetivo nas ações é criar metodologias que dialoguem com as crianças em relação ao debate urbano no qual estão inseridas.

Na apresentação, pretendemos expor nossa busca pela escuta à linguagem das próprias crianças - a brincadeira, que se torna um instrumento comum e mediador, possibilitando sua inserção na discussão sobre o território que habitam. Para isso, nos valem do transitar pela cidade, e em cada um dos espaços vivenciados, lançamos mão de brincadeiras a fim de construir coletivamente uma narrativa não culpabilizadora em relação aos moradores com as situações de suas moradias, expondo as desigualdades que constroem o espaço urbano através de contradições visíveis nas margens do rio. Através de dispositivos lúdicos, instrumentos de investigação e registro, foram possíveis debates tais como: Quem pode construir às margens do rio? Onde o rio começa a ficar sujo? Porque há obras para contenção e reservatório de alagamentos após a Indiana, mas não há próximo à ela? Vamos redescobrir, então, como adentrar uma experiência lúdica do espaço, que acaba sendo uma experiência de criar outros universos dentro das formas cotidianas de habitar, narrar e disputar a cidade (REIS, A. 2017).

EQUIPE: BEATRIZ QUARTARONE, LUISA PFLUEGER DE FARIAS, CARLOS ALLENCAR SERVULO REZENDE PEREIRA, ELISA MARTINS SILVA, JULIA SANTIAGO DA SILVA, JAQUELINE SÉRIO DA COSTA, ERICK SANTOS DE MOUROS, CAROLINA GISMONTI, EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA, BRUNA FERREIRA, JULIA SANT ANNA GOMES DE REZENDE, ROBERTA BRASILINO BARBOSA, LUCAS GABRIEL DE MATOS SANTOS, PEDRO PAULO GAS

ARTIGO: 5480

TÍTULO: MULHERES, PAZ E CONFLITOS INTERNACIONAIS: AS RESOLUÇÕES DA ONU NO CONSELHO DE SEGURANÇA E A GUERRA DO IÊMEN

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: e-Pôster

RESUMO:

A partir de uma análise do conflito no Iêmen (iniciado em 2015), considerado a pior crise humanitária atual, e das resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mulheres, paz e segurança, a presente pesquisa se propõe a analisar a participação da mulher nos conflitos armados e seu papel no processo de construção de paz no país com a maior disparidade de gênero do mundo. Ao reconhecer que as mulheres sofrem os impactos da guerra de forma diferente, inclusive no que tange ao estupro como arma de guerra, em 2000 a ONU reafirmou a necessidade de inserção das mulheres nos acordos de prevenção e resolução de conflitos.

Após a unificação das regiões norte e Sul do Iêmen em 1990 e em meio ao caos atual no país, mulheres iemenitas testemunharam a perda de direitos conquistados antes do eclodir do conflito e consequentemente, o retrocesso na participação política feminina. A violência cultural contra a mulher e as taxas de analfabetismo e pobreza colaboram para o afastamento de mulheres da esfera pública, uma vez que muitas não possuem informação acerca dos poucos direitos que lhe são assegurados e daqueles que deveriam possuir. Além disso, a interferência externa das grandes potências no país ao longo dos anos comprometeu o desenvolvimento do processo de busca pela paz, já que os interesses dessas potências teriam sido prioridade e as questões do Iêmen, como as tais inquietudes das mulheres na sociedade, não seriam colocadas em pauta.

É esperado verificar as relações entre a mulher e o processo de construção de paz (TICKNER, 1992) no Iêmen por meio de estudo de caso envolvendo a situação de conflito armado no país e de consulta às resoluções da ONU. A pesquisa consultará ainda o documento elaborado pelas Nações Unidas no ano de 2010 a respeito da violência contra a mulher no Iêmen. Apesar da sua importância, a julgar pelos números de exclusão das mulheres dos processos de militarização e de ações humanitárias, esse tema continua sendo alvo de indiferença acadêmica, o que justifica a escolha para a realização desse trabalho.

EQUIPE: LUMA MARIATH, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: 5488

TÍTULO: TEORIA DO PRINCÍPIO DA PONDERAÇÃO: A EFETIVIDADE DO DIREITO À SAÚDE E O IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DAS DECISÕES JUDICIAIS.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Quando os operadores do direito tomam uma decisão se fundamentando na teoria do princípio da ponderação, muitas vezes não consideram que fatores externos podem ser afetados com essa decisão. Essa teoria surgiu com o pós positivismo, isto é, a linha de pensamento que caracteriza que as normas da constituição devem ser dotadas de todos os requisitos de normatividade (validade/vigor/vigência/eficácia). A partir disso, esta pesquisa objetiva analisar se o Poder Judiciário, dentro dos pareceres do TRF da 2ª Região no ano de 2018, usa de forma coerente essa técnica para tomar decisões sobre um dos principais aspectos da saúde: a compra de medicamentos acima de 100 mil reais. Nesse sentido, o objetivo atual da pesquisa é observar se as sentenças do TRF-2 estariam impactando, de alguma forma, o plano orçamentário dos poderes estatais, e, consequentemente, se essas decisões judiciais estariam se efetivando. Para tanto, utilizar-se-á como marco teórico da presente pesquisa as teorias institucional e constitucional, tendo como foco as discussões entre teóricos brasileiros e norte-americanos sobre o desenvolvimento do diálogo entre as instituições e sobre o hiperativismo do Poder Judiciário em situações nas quais o deferimento de pedidos como o supracitado prejudicam a organização orçamentária do Estado.

EQUIPE: LARISSA CUNHA DUARTE, LUCIANO ANDRADE DA SILVA JÚNIOR, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: 5494

TÍTULO: OS PRECEDENTES JUDICIAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho busca conceituar o que vem a ser um precedente judicial, que tem raízes anglo saxônicas no sistema da Common Law, além de buscar demonstrar sua aplicação no Brasil, onde é presente o sistema da Civil Law, por meio da doutrina e com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Primeiramente, destaca-se a base jurídica e histórica do precedente, qual seja; o sistema anglo-saxão, na Inglaterra, no sistema da Common Law. Diferentemente do modelo da Civil Law, adotado, entre outros países, pelos Estados Unidos, onde vige em primazia os casos concretos e para cada caso uma decisão.

Para Frederick Schauer, precedente é uma obrigação do tomador de decisões em tomar as mesmas decisões para casos iguais ou semelhantes. Fazendo ainda uma distinção entre precedente vertical e horizontal.

No sistema da Common Law, é bastante forte o olhar para os casos passados, para as decisões já tomadas pela Corte ou pelos tribunais, enquanto que na Civil Law, ao revés, leva-se em consideração o caso em si e suas especificidades, e ainda que, atento às decisões passadas, não há, em si, um dever de observância ou de cumprimento.

Nesse sentido, de alguns anos para cá, o precedente tem ganhado força no Brasil, onde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, interpretada como uma unidade, e o Código de Processo Civil, além do Direito como um todo, em especial o Supremo Tribunal Federal, como intérprete da Constituição, apontam para um dever de observância de decisões anteriores para casos semelhantes a fim de assegurar princípios e valores caros ao Direito, como: segurança jurídica,

EQUIPE: VINÍCIUS VEIGA RODRIGUES, MARGARIDA CAMARGO

ARTIGO: 5512

TÍTULO: A CONCORRÊNCIA PELO ALINHAMENTO UCRANIANO E A INSERÇÃO DOS INTERESSES CHINESES A PARTIR DOS ANOS 2000

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Situada no leste europeu, às margens do mar Negro e apresentando extensa fronteira com a Rússia, a posição geoestratégica privilegiada da Ucrânia suscita, desde o século XIX, significativas disputas em seu território advindas das grandes potências. Foi durante a Guerra Fria que se estabeleceu em território ucraniano o principal porto da marinha de guerra soviética (Sevastopol), considerado de alto interesse geopolítico. O fim do conflito bipolar e o desmanche da União Soviética ocasionaram em maior interesse dos EUA na expansão das fronteiras da OTAN para o Leste Europeu, projeto este que não foi concluído no território ucraniano. A retomada de um projeto de controle sobre seu entorno estratégico ocasionou no aumento da influência russa a partir dos anos 2000, entrando em conflito com a proposta norte-americana de incluí-la na OTAN. Ao longo dessa década, simultaneamente, a China aumentou sua projeção internacional, com investimentos principalmente na área de infraestrutura. Assim, atualmente, o território ucraniano é disputado por três grandes potências, com interesses e objetivos distintos: EUA cujo propósito é incluir a Ucrânia na OTAN; a Rússia, que tem no território ucraniano interesses militares e estratégicos; e a China, que tem aumentado nos últimos anos os investimentos e acordos de cooperação com o governo ucraniano. Enquanto os interesses e objetivos de EUA e Rússia já foram alvo de pesquisas, o recente interesse chinês ainda carece de estudos mais aprofundados. Assim, o objetivo desta pesquisa é fazer um levantamento de quais áreas estão sendo negociadas em acordos de cooperação bilateral China-Ucrânia, e qualificar o debate sobre os investimentos chineses no país. Para tanto, serão utilizadas fontes primárias disponíveis em sites eletrônicos como o FMI e Banco Mundial, além de uma criteriosa revisão bibliográfica que permita esclarecer se os investimentos chineses em infraestrutura demonstram um possível desafio aos interesses russos e estadunidenses na Ucrânia.

EQUIPE: SARA PATRIOTA, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO, EDUARDO CRESPO

ARTIGO: 5524

TÍTULO: HOMOLOGAÇÃO DE DECISÕES ESTRANGEIRAS DE DIVÓRCIO NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Em uma perspectiva histórica, o Supremo Tribunal Federal homologou pela primeira vez em 1914 por unanimidade e sem restrições uma sentença estrangeira de divórcio. Tal decisão iniciou a formação de uma jurisprudência favorável à homologação, desde que ambos os cônjuges fossem estrangeiros e sua lei nacional permitisse o divórcio. Todavia, tal entendimento foi sofreu fortes mudanças com as alterações legislativas depois de 1914.

Nessa linha, novidade relevante é imposta pela Emenda Constitucional n. 45 de 31 de dezembro de 2004, que transfere a competência de homologação de sentenças estrangeiras e concessão de *exequatur* às cartas rogatórias do STF para o STJ. Nesse sentido, o Código de Processo Civil de 2015, inovando no ordenamento jurídico brasileiro, estabeleceu em seu parágrafo 5º do artigo 961 que a sentença estrangeira de divórcio consensual produz efeitos no Brasil, independentemente de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça. Esses divórcios podem ser analisados em caráter principal ou incidental, por qualquer juiz, quando a questão for suscitada em processo de sua competência. Tal previsão representa um grande avanço legislativo, uma vez que reduz o tempo de espera dos interessados e retira a obrigatoriedade da intervenção do Superior Tribunal de Justiça na situação elencada (artigo 961, §6º do CPC). Dessa forma, essas pessoas já podem se casar novamente ou reconhecer novo casamento no Brasil sem a necessidade de homologar o divórcio consensual.

É importante afirmar que a lei prevê casos de competência exclusiva brasileira para partilha de bens situados no Brasil, em casos de separação judicial, divórcio e dissolução da união estável. Pode-se afirmar que uma decisão de divórcio pode ocasionar uma série de efeitos para além da dissolução do vínculo matrimonial, tais como alteração do nome do cônjuge, estipulação de guarda e visitação do filho, partilha de bens do casal, estabelecimento de pensão alimentícia para o ex-cônjuge e/ou filho entre outros. Dessa forma, esses efeitos para além da dissolução do vínculo matrimonial não podem representar óbice à homologação/ reconhecimento dos efeitos pelo juiz da separação e do divórcio propriamente ditos.

É nesse cenário que se insere a pesquisa. O objetivo é, portanto, analisar as modificações legislativas e jurisprudências que afetaram o instituto da homologação do divórcio estrangeiro no Brasil nos últimos anos. Além disso, busca-se levantar um panorama do direito internacional privado brasileiro em matéria de divórcio e separação, cotejando com as decisões jurisprudências nos tribunais, sobretudo no Superior Tribunal de Justiça, órgão responsável pela homologação de sentenças estrangeiras. Assim, a pesquisa tem como objetivo verificar os efeitos práticos das alterações recentes no ordenamento jurídico brasileiro e se estes são compatíveis com os instrumentos de Direito Internacional Privado ratificados pelo Brasil.

EQUIPE: MARCOS VINÍCIUS TORRES PEREIRA, DIOGO ALEXANDRE DE FREITAS

ARTIGO: 5526

TÍTULO: A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DELIBERATIVOS DOS SINDICATOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O estudo analisa e reflete sobre a importância da inserção das mulheres nos espaços deliberativos dos sindicatos. Para isso, parte-se do conceito de "outsider within", trabalhado por Patrícia Hill Collins (2016), como sendo o uso criativo que as mulheres fazem de sua marginalidade para produzir um pensamento feminista capaz de refletir um ponto de vista especial em relação ao si e à sociedade com o objetivo de criar distintas perspectivas quanto à diversos paradigmas. Analisa-se a inserção das mulheres nos sindicatos a partir da perspectiva interseccional, problematizando como raça, classe e gênero podem dificultar que as mulheres alcancem patamares de influência e decisão. Compreende que tal inserção se faz necessária pois a autodefinição e a autoavaliação inerentes ao status de *outsider within* cria um ponto de vista diferenciado no debate público, inclusive o sindical, principalmente naqueles em que o conteúdo das decisões terá impacto direto no trabalho das mulheres. A pesquisa pretende articular os conceitos de representatividade (BIROLI, 2015) e interseccionalidade (CRENSHAW, 1989; HIRATA, 2017) com a participação das mulheres nas organizações sindicais a partir de estudo no qual Candy Florêncio Thomé (2012) esmiúça o princípio da igualdade laboral sob a perspectiva de gênero, bem como analisa os efeitos da divisão sexual do trabalho sobre a vida da mulher e apreende as entidades sindicais como instrumentos de luta contra a desigualdade. A posição de subalternidade que é estabelecida às mulheres pela divisão sexual do trabalho, quando perpetuada nos espaços deliberativos sindicais, negando voz às demandas das mulheres, pode pulverizar a atuação sindical, impossibilitando que as mulheres se sintam representadas. Diante do papel da negociação coletiva, da importância das convenções e acordos coletivos para a garantia e ampliação de direitos, a atuação sindical e a representatividade das mulheres nos sindicatos tornam-se relevantes. A partir da análise de artigos de autores como Sayonara Grillo Silva (2008, 2015) e Renata Dutra Queiroz (2016), pôde-se perceber que a função de proteção e defesa é intrínseca à razão de ser dos sindicatos, atores privilegiados para a criação e efetivação dos direitos sociais trabalhistas, e que as negociações sindicais se constituem em espaço de luta e lócus privilegiado de enfrentamento dos conflitos laborais. A partir desses apanhados teóricos, a pesquisa bibliográfica se concentra nos estudos nacionais sobre sindicatos, na produção normativa brasileira sobre direito coletivo do trabalho e busca examinar como a literatura aborda a ideia de importância do local de fala das mulheres, verificando como tais conceitos podem ser utilizados para analisar a atuação e a estrutura dos sindicatos.

EQUIPE: DAIANE FERREIRA DE CASTRO, SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA, LUANA ANGELO LEAL

ARTIGO: **5534**

TÍTULO: **A FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E A TOMADA DE DECISÃO A PARTIR DE ANÁLISE GEORREFERENCIADA DO AMBIENTE EXTERNO DENTRO DO SETOR ENERGÉTICO NO BRASIL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Com a previsão de crescimento econômico para os próximos anos no Brasil, a demanda por energia para acompanhar as perspectivas de investimentos no mercado será, provavelmente, cada vez maior. Assim, é de extrema importância analisar quais ferramentas podem contribuir no processo de tomada de decisão de investimentos no setor energético. Pinto (2016) resume que o Sistema de Informações Geográficas (SIG) é um sistema capaz de permitir a integração, manipulação, análise e visualização, de dados alfanuméricos e ou espaciais (geográficos), dentro de um ambiente tecnológico, seguindo determinadas metodologias aplicadas a uma determinada área de conhecimento. Através dos SIG's, é possível realizar análises georreferenciadas de um determinado lugar, as quais são feitas por meio de um processo de reconhecimento das coordenadas geográficas do local, a partir da utilização de mapas ou imagens. Dessa forma, este estudo tem por objetivo compreender como os SIG's podem contribuir para a análise do ambiente externo no processo de formulação estratégica no Setor Energético no Brasil, uma vez que, para Silveira - Martins e Tavares (2014) o ambiente que a empresa está inserida é fonte de constantes incertezas que podem influenciar seu desempenho e interpretar esse ambiente com eficácia e efetividade é fundamental para o sucesso da mesma, analisando suas vantagens e desvantagens, como também de que maneira a análise georreferenciada pode tornar o processo de decisão mais racional para os tomadores de decisões do setor, que segundo Maximiano (2011), a racionalidade é um dos fatores que podem interferir o processo de decisão, complementariamente com a intuição. O presente estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa com fins exploratórios e tem como meio de investigação a pesquisa de campo com gestores e tomadores de decisões que utilizam as informações oriundas dos SIG's para decisões dentro do Setor Energético no Brasil. Como instrumento de investigação optou-se por roteiro de entrevistas por pauta, de modo a obter maior detalhamento nos dados coletados sobre a percepção dos gestores. A partir desse estudo foi possível perceber que, no âmbito do processo de tomada de decisão, a ferramenta por si só não leva a melhor tomada de decisão, tendo como desvantagem, ser necessário ter uma grande dependência do "know-how" do profissional que está manipulando o sistema, para que possa fazer as interpretações corretas das informações produzidas através do SIG. Nesse ponto, o conhecimento do profissional sobre o mercado é fundamental para fazer as análises das informações. Para a formulação de estratégias, foi possível perceber que a ferramenta é útil e eficaz na análise do ambiente externo, uma vez que gera informações que não estão perceptíveis à leitura e compreensão dos gestores, quando não correlacionadas a outras variáveis.

EQUIPE: GABRIEL DE SOUZA MAFFEI BALTAR, ANA CAROLINA PIMENTEL DUARTE DA FONSECA

ARTIGO: **5535**

TÍTULO: **RESGATANDO AS REMINISCÊNCIAS DO RÁBULA CARIOCA EVARISTO DE MORAES NO PROCESSO JUDICIAL BRASILEIRO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O artigo 133 da Constituição Federal de 1988 prevê que "o advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei." Recentemente, em 2015, a sede do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) inaugurou uma campanha cujo lema exposto em cartazes é visível em diversos pontos da cidade: "sem advogado não há justiça"^[1]. Quase trinta anos depois da "constituente cidadã", a atuação dos advogados dentro do Poder Judiciário segue sendo alvo de constantes ameaças. O caso da advogada negra Valéria dos Santos, algemada dentro da sala de audiências no Juizado Especial em Duque de Caxias-RJ, revela algumas faces da tensa relação que se mantém entre os atores do Direito brasileiro^[2].

Conter eventuais abusos de poder na aplicação (ou na não-aplicação da lei), exigir o devido processo legal previsto nos códigos, garantir o direito de defesa e o contraditório são algumas das atribuições que integram o escopo das obrigações constitucionais de um advogado.

Alguns desses princípios foram defendidos por Rui Barbosa, jurista brasileiro dos séculos XIX-XX, em conhecida carta enviada a Evaristo de Moraes intitulada "O dever do advogado". Curiosamente, mesmo sendo um dos advogados mais notados pelos tribunais e periódicos de sua época, Moraes não era bacharel em Direito. Isso era possível porque havia desde o período colonial a figura do advogado provisionado, conhecido popularmente como *rábula*, que recebia uma autorização para atuar nos tribunais mesmo sem nunca ter estudado numa faculdade.

O presente trabalho, objeto de pesquisa da monografia para conclusão do curso de Direito, em andamento, tem por objetivo resgatar a trajetória profissional de Moraes. Além disso, pretende-se trazer para discussão o papel relacional do bacharelismo acadêmico, da advocacia popular e da política naquele período histórico. A metodologia aplicada, de caráter micro-histórico, tem como objeto a análise das fontes históricas do Poder Judiciário, no período de transição monarquia-república, momento de ebulição de movimentos sociais como o republicanismo e o abolicionismo.

[1] OAB/RJ lança campanha pela valorização da advocacia. *Tribuna do advogado*. Publicado em 03.2015. Disponível em <http://www.oabrj.org.br/materia-tribuna-do-advogado/18495-oabrj-lanca-campanha-pela-valorizacao-da-advocacia> Último acesso em 11/11/2018.

[2] ADOVGADA é algemada e presa durante audiência em Juizado em Duque de Caxias. *G1*. Publicado em 11.09.2018. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/11/advogada-e-algemada-e-presa-durante-audiencia-em-juizado-em-duque-de-caxias.-html> Último acesso em 11/11/2018.

EQUIPE: DANIEL PIMENTEL, HANNA SONKAJARVI

ARTIGO: 5549

TÍTULO: AGRICULTURA E PODER: UMA RELAÇÃO DE LONGO PRAZO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Neste trabalho oferecemos uma revisão da literatura sobre a relação de longo prazo entre os diferentes tipos de agricultura e as distintas formas de soberania política em escala global. Levando em consideração que toda agricultura estabelece uma íntima relação entre a reprodução humana e um determinado ecossistema natural, se buscará oferecer uma taxonomia das principais agriculturas do mundo – em base à literatura especializada sobre o tema –, suas específicas formas de extração de excedente e suas particulares relações com redes de cidades e soberanias das suas regiões. Em particular, argumentamos que as formas de soberania política caracterizadas por ‘estados fortes’, com elevado poder de penetração ‘infraestrutural’, seguindo a terminologia de Michael Mann, sempre partiram de ecossistemas – e consequentemente de agriculturas – ‘abençoados’ pela geografia, no termos de Jared Diamond. Inversamente, as sociedades sem Estado, ou com soberanias políticas muito laxas e frágeis, surgiram em regiões onde o bem a agricultura de tipo intensivo – com uma elevada taxa excedente por unidade de terra e uma densidade demográfica comparativamente elevada – é impossível ou simplesmente onde não é viável nenhum tipo de agricultura. O objetivo do trabalho é colocar a relação entre agricultura e Estado como um elemento central no debate sobre a denominada “grande divergência”.

EQUIPE: SARA PATRIOTA, EDUARDO CRESPO

ARTIGO: 5584

TÍTULO: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO INSTITUCIONALIZADA E O PEDIDO DE REFÚGIO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Refúgio segundo o dicionário Aurélio é “lugar para onde se foge para escapar a um perigo; asilo, retiro.” Já segundo a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, refugiado “é a pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao seu Estado.

Atualmente o termo, além de trazer consigo determinadas regras, princípios, e previsões em legislações internas e internacionais, traz a história de cada um, seus vínculos afetivos, culturais e afetivos. Nesse cenário, cumpre investigar algumas questões fundamentais, a partir da articulação entre as causas que orientam as solicitações de refúgio em uma perspectiva de gênero.

Por quê determinadas mulheres saem de seus próprios Estados para pedir refúgio? O que acontece quando a violência de gênero institucionalizada acaba sendo um dos fatores determinantes para a saída de sua própria casa para um lugar sem raízes, sem saber seu próprio destino?

A partir destes questionamentos, pretende-se discutir as relações entre violência de gênero e refúgio a partir do marco proposto por Butler nas discussões sobre gênero (BUTLER, 2003; CARNEIRO, 2003) além de condição precária (BUTLER, 2015) em diálogo com o conceito de necropolítica proposto por Mbembe (2012). A partir das discussões que se pretende estabelecer, busca-se verificar a interseccionalidade entre algumas categorias que incidem sobre a perspectiva de refúgio, sobretudo quando se articula gênero, raça e violência de gênero

EQUIPE: GRAZIELE VIEIRA, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: 5606

TÍTULO: ENTRE SUPREMACIA CONSTITUCIONAL E “SENSAÇÃO DE IMPUNIDADE”: O CASO DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA NO PROJETO ANTICRIME

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

No início de fevereiro de 2019, o atual Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, levou ao Congresso Nacional a proposta de um conjunto de alterações na Legislação Penal brasileira, buscando mudanças tanto no aspecto material como no processual. O objetivo de tais mudanças, de acordo com o Ministro^[1], é a redução dos crimes de violência, principalmente, daqueles cometidos por organizações criminosas (facções e milícias), bem como dos casos de corrupção.

Antes de chegar ao Poder Legislativo, a proposta já vem sendo alvo de críticas por parte de doutrinadores e da imprensa, especialmente nas propostas que envolvem a constitucionalidade, ou não, dos dispositivos. Nesse cenário, o presente artigo não objetiva alcançar todas as mudanças propostas, mas ater-se, apenas, à execução da pena após julgamento em segunda instância[2], a qual também pode sofrer mudanças, caso a Lei seja aprovada.

Cumpre informar que o referido instituto é rodeado de inúmeras controvérsias, especialmente porque o mesmo tornou-se conhecido durante a Operação Lava-Jato, cujo protagonista foi Sérgio Moro enquanto Juiz Federal. Além disso, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o debate se fez presente tanto no HC 126.292/SP, como nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44 e no HC 152.752/PR, envolvendo o ex-presidente Lula.

Aponta-se, diante de tal cenário, que a divergência construída no Plenário do Supremo Tribunal Federal ainda não fora pacificada, de modo a não ser claro o entendimento do Tribunal-guardião da Constituição. Ademais, as dúvidas acerca do tema ainda persistem: qual será a eficácia dos direitos fundamentais para os presos que tiverem sua pena “antecipada”? E quando esse for inocentado? Haverá o ressarcimento de sua liberdade?

A pesquisa é realizada por meio de análise qualitativa, socorrendo-se de bibliografia especializada e artigos científicos os quais versam sobre a temática em análise. Isso significa que a pergunta de partida dos autores é: o poder de concessão de indulto é um ato totalmente discricionário ou pode ser apresentado como um elemento de descompressão do sistema carcerário nacional?

Por fim, destaca-se a importância à Carta Magna brasileira e o discurso de *combate à impunidade*, o qual, ainda que com o declarado fim de combate ao crime, não pode ultrapassar os limites estabelecidos na Constituição. É necessária, por conseguinte, a aproximação entre a efetivação de direitos fundamentais e a efetivação do próprio ordenamento jurídico, de modo a estes serem pautados na Supremacia da Carta Cidadã.

EQUIPE: HAMILTON FERRAZ, FÁBIO PRUDENTE NETTO, VITOR JORGE GONÇALVES VASCONCELOS

ARTIGO: 5610

TÍTULO: A GEOPOLÍTICA AMERICANA NO PÓS-GUERRA FRIA: A ÓTICA BRZEZINSKIANA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Com o fim da Guerra Fria, caracterizada fortemente pela queda do muro de Berlim (1989), os Estados Unidos emergiram como a grande superpotência do sistema internacional. Esse fato levou alguns autores, como Fukuyama, acreditarem que a vitória capitalista sobre o socialismo soviético fosse o fim da história. Entretanto, o que se pôde observar é que as guerras continuaram a existir, assim como a busca pelo aumento de poder em relação às demais potências, sobretudo por parte dos Estados Unidos. Nesse aspecto, o objetivo geral desse projeto de pesquisa é identificar quais foram os novos desafios geopolíticos norte-americanos a partir do fim da União Soviética e como se pensou alcançar os mesmos. Para a compreensão dos desafios pós-1990, faz-se necessário entender quais eram os desafios anteriores e como fora desenhada a geoestratégia que levaria ao cumprimento desses mesmos objetivos. Tendo essas pretensões, fez-se a opção pelo estudo da matriz geopolítica de Zbigniew Brzezinski devido à sua grande relevância no cenário norte-americano geopolítico. Brzezinski, além de ter sido conselheiro informal de vários presidentes americanos - dentre eles Lyndon Johnson e Barack Obama -, foi ex-Conselheiro de Segurança Nacional do Governo Jimmy Carter (1977-1981). Sendo assim, Brzezinski nos fornece material relevante e abrangente para comparar os diferentes objetivos e métodos empregados pelos norte-americanos, anterior e posteriormente ao fim da União Soviética. A metodologia a ser empregada visa uma análise qualitativa, ou seja, irá se utilizar livros e artigos de Brzezinski assim como de autores que tratam do mesmo. A título de exemplo, em relação aos livros de Brzezinski, se utilizará *Game Plan: A Geostrategic Framework for the Conduct of the U.S.-Soviet Contest* (1986) para pensar a geoestratégia norte-americana durante a Guerra Fria e *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives* (1997) para pensar a geoestratégia americana no pós-Guerra Fria. Busca-se, através dessa leitura inicial, poder entender quais foram os novos desafios do mundo unipolar para os Estados Unidos. Através dessa eventual elucidação, acredita-se poder compreender, ao menos de forma geral, os fatos ocorridos durante a década de 1990. Mais além, vislumbra-se evidenciar o que de fato é novo na geoestratégia norte-americana, traçando assim uma continuação - ou não - no pensamento geopolítico norte-americano dominante.

EQUIPE: DANILO SILVA RODRIGUEZ, RAPHAEL PADULA

ARTIGO: 5622

TÍTULO: A PROTEÇÃO JURÍDICA DA MULHER À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL E OS REFLEXOS PARA A ORDEM INTERNA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Atualmente, a discussão do papel que a mulher desempenha ante ao mundo está presente em diversos ramos do conhecimento. Na mesma perspectiva, encontra-se o direito: discussões sobre a cidadania, sobre a igualdade e sobre o direito fundamental encontram, não raro, a discussão de gênero.

Impossível olvidar-se desta discussão na ordem internacional. Isto porque, sobretudo, há deliberação prévia sobre a vulnerabilidade deste grupo cuja a identificação é a do gênero feminino. Há de se pensar, portanto, que a discussão, tendo em vista a vulnerabilidade apresentada, perpassa o estudo profundo dos direitos humanos. A questão feminina, em todo o seu escopo é, e não pode não o ser, uma questão de direitos humanos. De modo análogo, é uma questão a ser tratada pelo Direito Internacional.

De igual maneira, as mulheres ocupam papel delicado na ordem política brasileira. Sem escusar a democracia, é preciso que se averigüe de que modo está consolidada a proteção feminina no Brasil para além das lutas dos movimentos sociais.

A presente pesquisa pretende analisar a proteção jurídica feminina tanto na ordem internacional como na ordem interna. Supõe-se que ambas guardam direta e manifestada coerência quanto a proteção dos grupos vulneráveis como, por exemplo, das mulheres. Entretanto, é preciso sobrepor as normas de ambos os ordenamentos para a visualização de qual, dentre elas, é a mais proveitosa para as mulheres.

Ademais, necessário averiguar, sendo a ordem internacional juridicamente mais protetiva quanto aos direitos humanos deste grupo, se há devida aceitação destas normas mais favoráveis no ordenamento interno.

Para que esta pesquisa seja realizada no âmbito da aplicação normativa favorável à proteção jurídica da mulher, serão feitos os estudos que se apresentam: (i) a análise da estrutura normativa internacional; (ii) a análise da estrutura normativa interna; (iii) a verificação de como a primeira impacta na segunda; e, por fim (iv) se há efetividade do direito da proteção da mulher.

EQUIPE: TAYARA CAUSANILHAS, SIDNEY GUERRA, CAIO CESAR MORAES GRANDE GUERRA

ARTIGO: 5630

TÍTULO: A PRÁXIS DA BIBLIOTECONOMIA ALIADA À GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O sucesso de uma unidade de informação na sociedade atual, entre outros fatores, se encontra atrelada ao conhecimento do gestor sobre o seu negócio, ou seja, possuir uma visão adequada dos seus usuários, do contexto no qual está inserida, os recursos financeiros necessários para desenvolver serviços e produtos. Para tanto, é necessário que o bibliotecário conheça e utilize um conjunto de ferramentas e métodos da área da Administração que são de grande valia e utilidade para o exercício biblioteconômico. Aponta responsabilidades de gestor absorvidas pelo bibliotecário e sugere diretrizes administrativas que podem auxiliar seu cumprimento. Tem como objetivo compartilhar práticas da Biblioteconomia e da Gestão desenvolvidas em conjunto em uma biblioteca especializada em tecnologia mineral, tecnologia ambiental e processos minerometalúrgicos. Destaca atividades gestoras como estar a frente de equipes especializadas e a necessidade de ampliação e/ou sofisticação de produtos e serviços de informação a serem oferecidos em unidades de informação como incumbência do Bibliotecário. Tem caráter empírico e coleta dados da unidade de informação escolhida por meio da observação participante e questionário aplicado aos usuários reais (que frequentam a biblioteca) e aos usuários potenciais (que têm o perfil do público alvo, mas não utilizam o espaço). Utiliza a matriz SWOT para identificar os pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades da biblioteca. Avalia a biblioteca com base nos contextos tecnológicos e institucionais da atualidade e elabora diagnóstico da unidade. Analisa os dados levantados e identifica as necessidades informacionais dos usuários e suas concepções de ideal para unidade. Desenvolve propostas de melhorias e modernização para a biblioteca especializada analisada. Recomenda que o Bibliotecário defina missão, visão e valores específicos da biblioteca; busque investimento em equipamentos e acesso a rede; amplie o acesso às bases de dados da área de especialização da biblioteca entre outros apontamentos. Por fim, frente à compreensão de que a sociedade da informação possui fluxos informacionais dinâmicos, demandas imediatas e exigências múltiplas, pelo ponto de vista de um Bibliotecário gestor, compartilha estratégias com o intuito de contribuir para que a unidade de informação analisada possa disponibilizar, além da informação, um espaço e serviços de qualidade crescentes.

EQUIPE: NYSIA SÁ, ANELI BELONI

ARTIGO: 5663

TÍTULO: **O PAPEL REPRESENTATIVO DA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS PARA AS COOPERATIVAS NO PAÍS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este trabalho faz parte das ações do projeto Gestão, Desenvolvimento e Inovação (GDI). O GDI é um projeto de extensão universitária que tem como objetivo central articular diferentes campos de conhecimento, em associação com a disciplina Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia (GDT).

O GDI e o GDT são duas linhas de atuação do Programa de Gestão e Inovação (PGI) da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC/UFRJ), desenvolvidos em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COPPE/UFRJ), que estimulam a articulação de pesquisas entre os diferentes campos de conhecimentos, aplicados na realidade de empreendimentos, organizações, instituições e movimentos sociais. Entre outros objetivos, este projeto busca contribuir para a ampliação do diálogo entre a universidade e os espaços não acadêmicos, ampliando os estudos sobre a multiplicidade e complexidade das questões que conformam a sociedade brasileira contemporânea.

O fortalecimento do Cooperativismo tem se dado como resposta ao desemprego, em busca de alcançar autossuficiência e de determinar uma relação diferenciada do homem com seus pares e com o meio ambiente (Sousa, 2009). No Brasil o cooperativismo enfrenta inúmeras adversidades "tanto na figura do falso cooperativismo, quanto na dificuldade de se colocar em prática um jeito diferente de produzir e se relacionar com o próximo" (Sousa, 2009).

Existe ainda pouco conhecimento da sociedade sobre o que vem a ser o cooperativismo, bem como das instituições envolvidas com o movimento e como se organizam por intermédio da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A OCB é a "representante nacional do cooperativismo, reunindo e fortalecendo os interesses do setor", de forma a mitigar ou superar os inúmeros desafios enfrentados no Brasil, além de propiciar um melhor diálogo com o Estado e assistência às necessidades do movimento (OCB, 2019).

O presente estudo tem como objetivo avaliar tanto a estrutura das empresas cooperativas, bem como a estrutura institucional que organiza o cooperativismo no Brasil, como um modelo alternativo de gestão. Neste sentido, é apresentado o cooperativismo, como modelo de gestão, seu funcionamento no dia a dia dessas empresas no Brasil, bem como a entidade que congrega as cooperativas brasileiras, que é a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e seu papel para o desenvolvimento das cooperativas. A metodologia teve objetivo descritivo e os meios adotados foram a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o levantamento dos dados.

EQUIPE: ANDREW BASTOS, RAFAELA FONSECA ROMANO DA SILVA, ROBERTO WESTENBERGER, ELIANE RIBEIRO PEREIRA, JOSÉ ROBERTO MAFRA, ANA PAULA FARIAS RODRIGUES PÊGO

ARTIGO: 5664

TÍTULO: **O DIREITO À SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

O Direito à saúde, previsto pela Constituição de 1988, gera cada vez mais efeitos na esfera brasileira. Exemplo disso é o SUS (Sistema Único de Saúde), que visa garantir o acesso à saúde para a população brasileira, com qualidade e de forma irrestrita. Entretanto, não se pode dizer que há plena efetividade na distribuição desse serviço, visto que para grande parcela da sociedade, como é o caso da população carcerária - que será analisada na presente pesquisa - o direito à saúde ainda se encontra apenas no campo formal. É importante dar atenção a esse assunto, pois mesmo que tal assistência esteja prevista na Constituição da República a todos e sem distinção, e na LEP - Lei de Execução Penal, de forma restrita às pessoas privadas de liberdade, o direito à saúde no âmbito prisional ainda é tema pouco abordado no meio acadêmico e na prática. Por isso, o objetivo da pesquisa é verificar a eficácia das instituições governamentais em responder as doenças que acometem a população carcerária no Estado do Rio de Janeiro, abrangendo as especificidades do público masculino, bem como avaliar a atuação da Defensoria Pública na garantia do acesso à saúde. Ademais, serão investigadas as principais doenças que ocorrem no sistema penitenciário, cuja prevenção poderia se dar por meio de um saneamento básico adequado e melhores condições de higiene, por exemplo. A metodologia utilizada será através de revisão literário-bibliográfica, com a coleta de dados em artigos científicos e livros relacionados ao assunto no período de tempo referente a 4 meses. Tal análise se fará através de abordagem reflexiva sobre o assunto, levando em conta opiniões diversas de autores que versam sobre a seara da saúde no sistema carcerário. Além disso, haverá o colhimento de relatos da população carcerária nos atendimentos mensais do Núcleo do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (NUSPEN/RJ) na Cadeia Pública Juíza Patrícia Lourival Acioli e na Cadeia Pública João Carlos da Silva, através de questionários realizados pela autora, devido à sua atuação como estagiária da Defensoria Pública. Os dados obtidos serão relatados de forma objetiva e expositiva, seguidos por um diário de campo com as percepções subjetivas observadas no dia a dia do Sistema Prisional. Diante do exposto, a pesquisa em andamento busca aduzir a comunidade acadêmica um olhar crítico e reflexivo acerca da situação salutar nos presídios, sem a pretensão de propostas conclusivas, a fim de enriquecer o debate e fomentar o tema nas universidades.

EQUIPE: LUIZA OLIVEIRA GRACIOSO TERRA, CÍNTIA MUNIZ DE SOUZA KONDER

ARTIGO: 5665

TÍTULO: **O CASO DO TERRITÓRIO INDÍGENA E PARQUE NACIONAL ISIBORO SÉCURE (TIPNIS): A EFETIVIDADE DA ATUAL CONSTITUIÇÃO BOLIVIANA NO TOCANTE AO PLURINACIONALISMO E AO BEM VIVER.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente trabalho funda-se no estudo da condição neoeextrativista nos países latinoamericanos a partir da maciça exploração de recursos naturais. Num primeiro momento, é importante destacar a vigência de um discurso compensatório usado por governos de esquerdas progressistas para recorrerem às clássicas práticas extrativistas em nome de combater a pobreza e desigualdade vigente. Entretanto, na visão de Gudynas (p.138,2012) essas políticas apenas reproduzem o tradicional papel de país exportador de matérias-primas e constituem um círculo vicioso a partir de seus impactos ambientais e sociais.

Por meio desta pesquisa, busca-se analisar criticamente as consequências jurídicas e práticas dessa subordinação pós-colonial e do reducionismo da natureza na América Latina. Sob um viés qualitativo, será realizado um recorte epistemológico a partir do estudo do caso Boliviano em que se discute a construção de uma estrada no Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), área protegida e declarado Território Indígena em 1990 a partir de uma luta popular de reivindicação. Hoje, um projeto milionário da Iniciativa para a Integração

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) visa promover a exploração do TIPNIS a partir do clássico discurso extrativista sob a nova ótica progressista. Dessa maneira, pretende-se construir um pensamento crítico da efetividade das Constituições do Novo Constitucionalismo Latino-americano a partir do caso concreto sob o viés da aplicabilidade do plurinacionalismo e Bem Viver na Bolívia.

Como arcabouço teórico basilar, o grupo realizou uma análise da obra “Pós-extrativismo e decrescimento” de Alberto Acosta e Ulrich Brand, que permitiu um entendimento de maneira ampla do viés neoextrativista presente em toda América Latina. Posteriormente, a fim de levar em consideração as especificidades do recorte escolhido, o texto “El conflicto En torno al territorio indígena Parque nacional isiboro sécore: un conflicto multidimensional” de María José Muñoz permitiu um estudo direcionado à questão boliviana por meio de uma análise multidimensional do âmbito econômico, cultural e ecológico.

A partir de uma pesquisa bibliográfica documental, de método empírico e hipotético dedutivo e à luz do marco teórico filosófico do Novo Constitucionalismo Latino-Americano e do Pós-extrativismo, buscou-se inicialmente entender o fundamento de tais insistências em intervenções governamentais no território indígena e os impactos práticos e jurídicos de sua possível efetivação num Estado Plurinacional boliviano, em que há uma garantia constitucional de proteção à natureza e dos indígenas como sujeitos de direito, enfatizando o conceito de Bem Viver presente na constituição. Por fim, numa próxima etapa, a presente pesquisa buscará realizar um estudo crítico, baseado nas teorias de Pós-extrativismo, da Constituição do Estado Plurinacional Boliviano, de modo com que seja possível o entendimento do caso concreto do TIPNIS.

EQUIPE: LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE, NEYLLON RANGEL DE SOUZA, RENATA MAGALHAES DA FONSECA, MARIANE NOVO RIBEIRO, JOÃO VITOR DE PAULA MORAES

ARTIGO: 5674

TÍTULO: ESTUPRO CORRETIVO: A CURA LÉSBICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Estupro corretivo é uma das diversas formas de violência masculina às quais Lésbicas são submetidas na sociedade patriarcal. O objetivo do autor é corrigir a orientação sexual da vítima, isto porque a Lésbica, por não estar disponível a homens, é considerada não-mulher, então a última maneira que a sociedade patriarcal encontra para que corpos femininos atinjam o seu fim é por meio do estupro. Este debate tem sido especialmente travado por Lésbicas, que enquanto grupo, observam esta forma de vitimização sem muita atenção da academia ou do movimento LGBT e feminista. No entanto, por meio da Lei 13.78/2018, esta hipótese passou a ser causa de aumento de pena do crime de estupro no Código Penal. Diante da redação controversa adotada pelo legislador e do rápido trâmite dos projetos de lei relacionados após certos acontecimentos no ano de 2017, o presente trabalho pretende retomar as discussões feitas no âmbito do poder legislativo sobre o assunto, confrontando com a produção de autoras e ativistas Lésbicas de modo a verificar (i) se esta produção intelectual chegou a ser considerada; e (ii) quais são os objetivos declarados desta criminalização, de modo a compreender quem é o possível sujeito passivo deste crime. Para isto, serão retomadas as discussões feitas em comissões, audiências públicas e plenário realizados no bojo do PL 5452/2016 após apensação do PL 2265/2015, ao qual foi apensado o PL 6971/2017, bem como revisão de literatura a respeito do assunto.

EQUIPE: MARIANA CARVALHO FERREIRA, ANNA CECÍLIA FARO BONAN

ARTIGO: 5696

TÍTULO: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS QUANTO À PERSEGUIÇÃO POLÍTICA E AO REFÚGIO DA COMUNIDADE LGBT+ NO IRÃ

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Durante séculos, os direitos LGBTs não foram considerados uma pauta suficientemente importante para ser debatida a nível internacional. Porém, com a ascensão da globalização e dos novos meios de comunicação, ficou cada vez mais difícil manter o véu da invisibilidade sobre as violações de direitos humanos que ocorrem pelo mundo. Com o Oriente Médio, não seria diferente. Afamado pelas disputas políticas e pelos grupos terroristas, muitas vezes são esquecidas as atrocidades constitucionalmente permitidas contra a comunidade LGBT nessa região. Constantemente vista como uma invenção ocidental, a homossexualidade é, segundo a Associação Internacional de Gays e Lésbicas (International Lesbian and Gay Association, ILGA), penalizada com a morte no Catar, na Arábia Saudita, no Irã, nos Emirados Árabes Unidos e no Iêmen, contudo, no presente artigo destacar-se-á, especificamente, a situação iraniana. Assim, procura-se responder, à seguinte pergunta de pesquisa: até que ponto a comunidade internacional pode atuar contra essas violações de direitos humanos sem desrespeitar a cultura e o sistema político iraniano? Apresenta-se a hipótese de que, apesar do enquadramento da comunidade LGBT como um grupo social minoritário pela Organização das Nações Unidas (ONU), ainda existe uma grande dificuldade para esse grupo conseguir exílio político. Por ser um tema que só recentemente ganhou relevância no cenário internacional ainda é relativamente pequena a mobilização para a ajuda humanitária da supracitada comunidade em situações de risco. Somente 19 países no mundo possuem uma legislação própria para reconhecimento de refugiados por orientação e identidade sexual, muitos, lamentavelmente, ainda não classificam minorias sexuais no status do refugiado. Tendo isso em vista, o objetivo do presente trabalho é analisar as violações dos direitos LGBTs dentro do terreno iraniano por meio de um exame da sua legislação interna, bem como dos casos de refúgio. A pesquisa está embasada na aceção dos grupos LGBTs enquanto “novos refugiados”, conforme o formulado por Muller (2012). Discutir-se-á, além disso, o papel que as instituições internacionais e a diplomacia podem desempenhar em prol dessa comunidade, através da análise documental da Convenção de Genebra Relativa ao Estatuto dos Refugiados e do Sistema Árabe de Direitos Humanos.

EQUIPE: LUCAS MITIDIERI MENDES, LEONARDO VALENTE MONTEIRO, LETÍCIA FIGUEIREDO FERREIRA

ARTIGO: 5697

TÍTULO: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES E DO PODER JUDICIÁRIO NA TUTELA DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O Poder Judiciário tem como um dos seus principais mandados proteger e garantir a efetivação dos direitos garantidos no Título II da Carta. A partir de 1988, a interpretação alterou-se, magistrados e colegiados expandiram seu entendimento, na busca por uma plena efetivação de tais garantias. Destarte, a magistratura iniciou uma nova fase de adjudicações: fazer não somente um controle de constitucionalidade em atos de governo que atentassem à essas ideias, mas buscar uma tutela ativa, que fizesse do agente judicial um intermediário com voz ativa entre governantes e governados. O Poder Executivo portanto, passou a ter parcelas do seu orçamento redirecionado às decisões judiciais, deixando em evidência a intromissão do Judiciário na gestão de suas finanças. Questionam-se os efeitos que essas decisões, em sua maioria individuais, têm no já delicado equilíbrio das contas públicas, buscando soluções que envolvam uma Análise Econômica do Direito, assim como o Princípio da Reserva do Possível. A partir de teorias institucionais americanas, a súmula 241 do TJRJ, estabelecida na corte em 2011, e julgados do STF e STJ, funciona como marco temporal para a análise de como os magistrados estão julgando essas ações. Sendo assim, levanta-se o questionamento sobre a possibilidade de violar-se tanto o Princípio da Dignidade Humana quanto o do Mínimo Existencial devido às falhas de implementação de programas governamentais que preconizam a eficácia desses tão caros direitos, assim como, em um outro polo, a excessiva interferência judicial nos assuntos do Executivo, sem levar em consideração a dificuldade de execução e orçamentárias dos planos

desse poder. Partindo da diferenciação entre as adjudicações em caráter coletivo e individual, investigando esferas tanto pontuais quanto difusas que envolvem o Direito à Saúde, essa pesquisa traz como hipótese avaliar se a aquisição desse direito funciona como um "trunfo", sendo categoricamente protegido pelo Estado, sem margens sequer de análise a viabilidade. Como delimitação para a pesquisa, será posto em foco o tema da saúde, analisando qualitativamente os casos de maior relevância para o objeto da pesquisa, ou seja, a eficácia da garantia desse direito fundamental nas esferas pontuais e difusas de sua aplicação. O Direito à Saúde, é aqui abordado pontualmente como o direito de acesso a medicamentos presentes ou não na lista do SUS, além de possibilidade de cirurgia ou transferência de hospitais e difusamente, com o possível papel do Judiciário de beneficiar comunidades através de políticas públicas que garantam condições dignas de saúde, de efetivação desse direito imerso em um ambiente que não prejudique esse quadro de equilíbrio orçamentário. Os pontos aqui expostos são pacificados como dever estatal por isso, deve haver um diálogo institucional entre Executivo e Judiciário que produza bons resultados, e não maior lentidão na sua efetivação desses direitos tão caros à condição de ser humano.

EQUIPE: ISABELA COIMBRA CARLIM, CARLOS BOLONHA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE, ALEXANDRE VARGAS TÂMEGA JODJAHN, CARLOS LUAN PAIM OLIVEIRA, HENRIQUE LUIZ KLEIN

ARTIGO: 5701

TÍTULO: A GUERRA DO HAITI E A INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A Economia Brasileira entre o fim do século XVIII e início do século XIX era configurada pelo modelo agrário-exportador, em que o setor da economia brasileira prendia-se ao comportamento do mercado mundial e às relações internacionais, tendo em vista que o mercado interno praticamente não existia e, sendo assim, a balança comercial era o único setor responsável por gerar a renda nacional e, em grande medida, garantir as condições de vida do país.

Dessa forma, o princípio da exploração do algodão no Brasil (entre meados do século XVIII) e o início do ciclo do café (meados do século XIX) no quadro das iniciativas do Estado português - no caso do algodão (matéria prima importante para a Revolução Industrial na Inglaterra) - e das elites locais podem ser relacionados com os conflitos da Independência das Treze Colônias (1776) e da Revolução Haitiana (1791-1804), uma vez que as disputas impactaram o mercado internacional dessas duas commodities, já que, enquanto estavam em guerra, os países propiciaram ao Brasil - ou qualquer outro país ou região, como o Norte da África e algumas ilhas do Caribe no caso do café - conseguisse entrar nos respectivos mercados sem grandes concorrências.

Portanto, a pesquisa busca descobrir como essas disputas no Sistema Internacional - que tinham como pivôs grandes potências como Inglaterra e França - influenciaram alterações das culturas em desenvolvimento na economia colonial brasileira de então. Busca-se, logo, refletir sobre questões como: teria sido o ciclo do algodão e o início do ciclo do café processos exclusivamente influenciados por fatores da economia brasileira? Ou teriam intrínseca relação com a política internacional e, portanto, com os conflitos que modificavam o sistema internacional nesse período?

Assim, partindo de uma análise dos acontecimentos brasileiros à luz das disputas no sistema internacional, esse trabalho se propõe a uma visão realista focada em dois pontos, que são analisar o papel da Independência das Treze Colônias e da Revolução Haitiana na deflagração do empreendimento efetivo para exploração do algodão e do café no Brasil. Com efeito, situa-se dessa forma a tentativa de desenvolvimento de tais culturas no Brasil dentro do contexto de disputas que aconteciam entre as grandes potências.

EQUIPE: RAFAEL DE ALMEIDA BESSA, MAURICIO METRI

ARTIGO: 5713

TÍTULO: DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA URBANA MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES DE QUINZE MUNICÍPIOS FLUMINENSES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Os municípios brasileiros, a partir da Constituição Federal de 1988, foram erigidos à condição de entes federativos autônomos, com competências determinadas, dentre elas o poder-dever de promover a política de desenvolvimento e expansão urbana, através (dentre outros instrumentos) do plano diretor, eleito constitucionalmente como o instrumento básico da política urbana municipal.

Assim, buscou-se atender aos critérios de representatividade e relevância da amostra proposta na pesquisa. O universo empírico da pesquisa compreende a 15 municípios do Estado do Rio de Janeiro, entre eles: Belford Roxo, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Volta Redonda, em decorrência do critério populacional e Angra dos Reis, Cabo Frio, Itaperuna, Nova Friburgo e Três Rios por representarem regiões de governo. Do ponto de vista teórico, a pesquisa busca inspiração no método sócio-jurídico-crítico, que capta as interações e mútuos condicionamentos entre a instância jurídica e as de regulação da vida social.

Neste contexto, assumem especial relevância questões como: o que efetivamente foi implementado do plano diretor nesses municípios? Que cenário e perspectivas emergem, para a política urbana no Brasil, a partir do maior ou menor grau de implantação desses planos? Que ajustes seriam necessários no modelo de plano diretor adotado no país? Desse modo, o projeto de pesquisa tem o intuito de enfrentar e de refletir a respeito de tais questões, tendo por referência os municípios fluminenses.

Neste projeto, objetiva-se incorporar a visão de diversos atores sociais que participam do processo de elaboração e têm importância decisiva na aplicação dos planos diretores: executivo, legislativo, empresariado, movimentos sociais e sociedade civil. Além disso, pretende-se analisar dados socioeconômicos e de dinâmica urbana para produzir dados confiáveis que possam aportar evidências um pouco mais objetivas a respeito do cenário acima aludido.

As etapas previstas para o projeto, que tem previsão de término em 2019, são: (i) análise legislativa (Planos Diretores e Legislações urbanísticas municipais); (ii) análise bibliográfica sobre o tema em geral e sobre os municípios em particular; (iii) coleta e análise de dados socioeconômicos e de aplicação/revisão do plano diretor nos municípios objeto da pesquisa; (v) pesquisa de campo com representantes dos poderes executivo, legislativo, judiciário e da sociedade civil; (vi) análise de dados e elaboração de conclusões finais.

Levando em conta o que foi apresentado, no ano de 2019 caminhamos para a última etapa do projeto, que em um primeiro momento consiste na análise dos dados coletados nas entrevistas e depois para uma conclusão geral a partir de tudo que foi registrado e discutido. Quanto a análise se propôs a elaboração de um roteiro para avaliar os dados qualitativos e quantitativos, tanto para as questões gerais quanto para as específicas.

EQUIPE: ALEX FERREIRA MAGALHAES, THAMARA FRANCISCONI VIEIRA PEREIRA, JÚLIA DE CASTRO ALEIXO, DAIANE MARIA DE SOUSA SANTOS

ARTIGO: 5714

TÍTULO: **GUERRA E PODER - INFLEXÕES CLAUSEWITZIANAS NO SISTEMA INTERNACIONAL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O objetivo deste trabalho de pesquisa é investigar qual é o papel da guerra na dinâmica do Sistema Interestatal Capitalista. Para isso, serão investigados os conceitos-chaves da teoria da guerra de Clausewitz em relação à formação e dinâmica do sistema internacional tal como José e Luís Fiori e outros autores vêm desenvolvendo na linha de pesquisa do "poder global". Nesse sentido, a guerra sendo entendida pela via clausewitziana encontra um papel explicativo da dinâmica do poder mundial no sistema formado pelos Estados Nacionais modernos regidos por economias capitalistas. Isso pode ser observado em especial em dois sentidos: histórico e teórico. Em primeiro lugar, interessa pensar como a elaboração conceitual da obra *Da Guerra* de Clausewitz está envolvida em um contexto histórico, e como isso detém um significado para o Sistema Interestatal Capitalista. Sua obra apresenta uma observação criteriosa sobre como a sua nação prussiana se mostrava impotente diante dos desafios militares, políticos e econômicos de seu tempo. Pois a Prússia de Clausewitz tendo uma organização pautada ainda por uma lógica dinástica e ainda "estática" no ponto de vista da expansão do poder, isso se torna defasado em relação ao que se apresenta como nova configuração das forças com Napoleão em seu projeto imperial. A "nação em armas" da França napoleônica se organiza segundo a lógica expansiva e propriamente dinâmica que dará a tônica do sistema desde então. Essa nova configuração das forças políticas e econômicas será refletida no campo de batalha que, segundo Clausewitz trará, um vínculo cada vez mais estreito entre guerra e paz (ou guerra e política), entre o uso limitado ou ilimitado da violência, e a questão da relação entre razão, cálculo e paixão na condução dos conflitos. Clausewitz oferece pela sua análise crítica das relações de natureza estratégica uma chave de compreensão de como são operados e determinados os poderes no sistema político interestatal, e não só, em grande medida oferecem bases relevantes para se pensar também o nível da formação do sistema econômico entre esses mesmos atores. Desse modo a guerra aparece como um elemento chave no processo tanto de acumulação de riqueza, como de acumulação de poder de modo geral, de forma que se torna difícil separar os mecanismos organizacionais para o conflito bélico entre Estados, dos mecanismos de inovação financeira, e desenvolvimento produtivo, como esta pesquisa pretende mostrar. O segundo aspecto que essa relação entre guerra e poder nos oferece é de natureza estritamente teórica e diz respeito à formação de atores políticos em um confronto – algo que estará tanto na base na compreensão da decisão política e estratégica, como da questão econômica da divisão de classes e formação de hegemonias.

EQUIPE: GUILHERME CELESTINO SOUZA SANTOS, RAPHAEL PADULA

ARTIGO: 5773

TÍTULO: **TERRITÓRIOS INVISÍVEIS E GESTÃO COMUNITÁRIA: ESTUDO DE CASO DA APLICAÇÃO PILOTO DO PROJETO MANIVELA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A população moradora de favelas, chegou a 1.393.314 pessoas na cidade do Rio de Janeiro (IBGE, 2010). Entretanto, soma-se a esse número os "territórios invisíveis"; locais periféricos não mapeados pelo Estado, que tornam-se campos de batalhas no processo de especulação imobiliária. A omissão perpetua as estruturas da invisibilidade, através dos instrumentos privados de acumulação, que são arrojados de forma legal entre agentes econômicos e coalizões políticas. Múltiplos atores, distribuídos nas diversas hierarquias que constituem a vida urbana, disputam posições e recursos, sendo a cidade uma arena e objeto de disputa. Dessa forma, os territórios invisíveis apresentam-se como locais de maior vulnerabilidade, sendo alvo de rupturas nos espaços e dinâmicas sócio-espaciais. (VAINER; OLIVEIRA; LIMA JUNIOR; 2012)

A construção do saber e as formas de vivenciar/estruturar os territórios e as bases legais, estão intrinsecamente ligadas com o "lugar de fala" imposto pela branquitude, masculinidade e heterossexualidade, onde a sociedade normativa e capitalista estrutura as normas vigentes e consequentemente, a exclusão. (RIBEIRO, 2018). Vocacionar novos arranjos sociais, compreender o direito à terra e a "transformação das relações de produção e da sociedade de modo geral por meios não violentos e democráticos" é um modelo multicultural libertário vivenciado pelo quilombismo (NASCIMENTO, 1980). Sendo uma estrutura contrária as imposições coloniais que formulam lutas nos espaços marginalizados, rumo a uma cidade que somente irá deixar de produzir periferias uma vez que os centros deixem de ser centros, o que não ocorrerá, aparentemente, sem seguir na luta revolucionária travada pelas classes populares em, e a partir do entendimento pelo governo de seus territórios periféricos. (ZIBECHI, 2015)

A partir das pesquisas realizadas previamente em territórios periféricos e a identificação vivenciada pelos estudantes, sendo os mesmos residentes de favelas e subúrbios, compreendeu-se a extrema necessidade de formular um projeto de incidência social, organizacional e política. O Projeto Manivela, tem como objetivo ser um propulsor de mudanças nesses espaços, a partir do fortalecimento das potencialidades e identificação das demandas, para dessa forma, intervir coletivamente com os moradores locais.

A seguinte pesquisa se propõe analisar de que forma os territórios invisíveis podem resistir a inoperância do governo e aos frequentes ataques da especulação imobiliária. Tendo como base a experiência piloto em execução pelo Projeto Manivela, nas formas de gestão comunitária e resistência local por meio da metodologia da pesquisa-ação (Thiolent, 1986, p.14).

Os principais resultados estão na disseminação dos conhecimentos obtidos dentro dos muros universitários, revolucionando o acesso à informação e estruturando um modelo de projeto baseado na identificação entre os voluntários e moradores, por se compreender a necessidade da insurgência com a perspectiva do quilombismo.

EQUIPE: JOYCE TRINDADE DE FARIA GAMA, LIDIANE DE PAULA PEREIRA, GUSTAVO GOMES, NATHÁLIA FIGUEIREDO DE AZEVEDO

ARTIGO: 5775

TÍTULO: **A "INDIFERENCIAÇÃO" ENTRE DIREITO E POLÍTICA NO BRASIL**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Este projeto possui como objetivo compreender o fenômeno da indiferenciação entre política e direito evidenciado no Brasil nos dias atuais. Tanto na grande mídia quanto nas plataformas de informação independentes, há a presença de fortes críticas ao sistema jurídico brasileiro. Os discursos veiculados anunciam uma "politização" das instituições jurídicas, desde o Supremo Tribunal Federal até Tribunais de primeira instância.

Logo, a fim de analisar este fenômeno, o âmbito empírico do trabalho se desenvolverá de duas formas: primeiro realizaremos pesquisas de casos, sentenças e outros documentos do meio jurídico que tragam evidências da influência da política no direito. Geralmente, elas se apresentam como argumentos não-jurídicos em sentenças, decisões embasadas na influência da mídia, etc.. Em seguida, realizaremos entrevistas com os próprios agentes jurídicos, como promotores, juizes, ministros, confrontando-os com os argumentos apresentados nos documentos e questionando a visão destes próprios agentes acerca da pertinência e validade jurídica dos fundamentos de seus colegas.

Assim, será possível observar se o direito realmente está incorporando os argumentos politizados ou se eles serão justificados com base em outros pressupostos com maior alcece no ramo.

Por outro lado, no âmbito teórico, o trabalho se debruça sobre a teoria dos sistemas de Luhmann. Esta sugere que a sociedade moderna é formada por sistemas autopoiéticos, fechados e auto-referenciados. Isto é, o direito, bem como a política e outros sistemas sociais, possuem a

capacidade de elaborar a partir deles mesmos sua estrutura interna e os elementos que a compõem. Dessa forma, eles produzem e reproduzem seus próprios elementos, produzindo constantemente sua própria constituição.

Logo, o direito e a política são, de acordo com Luhmann, sistemas comunicativos que se reproduzem e, apesar da possibilidade de haver “irritações” entre eles, não há, necessariamente, transmissão de informações uns aos outros. A informação de um sistema é produzida dentro do próprio sistema.

Sendo assim, para Luhmann, o direito deve se diferenciar da política. A isso Luhmann denomina de “fechamento operacional”, que não significa um isolamento, mas sim uma consequência do fato de que os sistemas não operam fora de seus limites.

Considerações Finais

Visto isso, a partir da Teoria dos Sistemas de Luhmann, o trabalho visa compreender o comportamento dos sistemas políticos e jurídicos no Brasil: se há realmente uma “desdiferenciação social” do direito, ou seja, se ele está sendo diferenciado de fora pelo sistema político e pela influência da mídia.

Assim, a partir das pesquisas empíricas, das entrevistas com os agentes jurídicos e das pesquisas teóricas, espera-se produzir um artigo que indique se o direito está perdendo sua autonomia ou se está, simplesmente, se modificando ao incorporar novas informações e “irritações” proveniente do ambiente em que está inserido.

EQUIPE: NATÁLIA SOPRANI VALENTE MUNIZ, JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER

ARTIGO: 5780

TÍTULO: **SUBALTERNIZAÇÃO MIDIÁTICA DO CORPO NEGRO FEMININO E OS IMPACTOS NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A subalternização midiática da mulher negra é fruto da construção social brasileira estruturada pela hierarquização dos corpos e saberes. As marcas do sistema de trabalho capitalizado, configura o corpo negro feminino na base da composição social, sendo destinada a classe da marginalização econômica, degradação estética e desvalorização do intelecto. No aprofundamento do resgate histórico das bases do sistema escravagista, onde o corpo negro é coisificado e reconhecido como uma unidade de trabalho - submetido a tortura, domínio e controle, compreender a minimização histórica das reais marcas desse processo, demonstram a cruel construção literária e midiática que perpassam a dita sociedade democrática atual. (DAVIS, 1981)

Durante os últimos séculos, a produção dos saberes, do direito, da economia e principalmente da escolha, esteve predominante na mãos de uma sociedade normativa. O Lugar de fala destinado a branquitude, masculinidade e heterossexualidade, tornar-se fundamental para o questionamento que busca desestabilizar as normas e proporcionar a multiplicidade de vozes, conseqüente, a quebra dos silêncios e uma nova estrutura de participação política. Sendo um ato de restituir humanidades silenciadas e reestruturar a hierarquização do poder. (RIBEIRO, 2018).

Resignificar o corpo negro feminino, está entrelaçado com a compressão da urgência da incidência política, através da reconstrução do estereótipo massacrado da mulher negra, reafirmado pelos meios de comunicação que naturalizam e aprofundam o racismo institucional, dentro de um processo sistemático de estereótipos e estigmas, que são formas de violências brutais. Sendo necessário compreender que os meios de comunicação além de retratar o imaginário social, também operam como agentes de construção e perpetuação dos sistemas de representações. “A relação entre mulher negra e poder é um tema praticamente inexistente.” O racismo tendo sua estrutura baseada na crueldade e superioridade, descarta o passado vivenciado a favor do exclusivo reconhecimento do grupo racial dominante, naturalizando seu poder absoluto na tomada de decisão política e social. (CARNEIRO, 2015)

A seguinte pesquisa possui o objetivo de analisar de que forma a subalternização midiática da mulher negra impacta a participação política. Para isso, será abordado o histórico do processo da construção midiática do corpo negro feminino na estrutura social brasileira e as conseqüências desses estereotípicos nas eleições de 2016-2018.

Para a análise dos impactos na corrida eleitoral serão abordados dados estatísticos e quantitativos, como: o perfil e quantidade das candidaturas de mulheres negras; dados econômicos e estratégias das campanhas; os impactos midiáticos de suas candidaturas em canais tradicionais e redes sociais. Por fim, este trabalho espera evidenciar ligação direta entre a participação política e a estrutura discriminatória reforçada na percepção midiática.

EQUIPE: JOYCE TRINDADE DE FARIA GAMA, LALITA KRAUS

ARTIGO: 5792

TÍTULO: **AS FORMAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM CAIXA PREGO - O TRIBUNAL DA BOCA DE FUMO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A presente pesquisa trata-se de monografia em andamento, a ser apresentada à Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito. Com uma boa dose de inspiração no clássico trabalho de Santos (2011), esta pesquisa se propôs a explorar como são regulados pequenos conflitos urbanos numa favela da cidade do Rio de Janeiro, que aqui dou o pseudônimo de Caixa Prego. Em outras palavras, esta pesquisa objetivou analisar o modelo de justiça disponível aos moradores. Como eles lidam com os problemas do seu cotidiano (conflitos doméstico, de vizinhança, comerciais etc.), numa localidade constituída pela informalidade? Quais as razões que os levam a buscar uma jurisdição não estatal. Tornou-se necessário entender como um cidadão no contexto de favelização busca auxílio para obter aquilo que entende por justiça (acordos, reparações, punições etc). Para tanto, este trabalho foi construído utilizando estudo de casos realizado por uma estudante que tem proximidade com Caixa Prego. Ao observar os litígios internos vividos por pessoas próximas ou conhecidos moradores de Caixa Prego, esta pesquisadora pôde ter boas pistas sobre quais as instâncias de poder que se apresentaram como mediadoras de conflitos. A revisão de literatura foi elaborada com o auxílio de bibliografia nacional e internacional e resultado empírico foi comparado com a referida literatura que trata do instituto do pluralismo jurídico. Dos métodos exemplificados por Pires (2010, p.22), foi realizada a pesquisa qualitativa, por amostragem de casos múltiplos, com base em entrevistas semi-estruturadas. O procedimento mencionado foi essencial para analisar as instâncias de jurisdição disponíveis aos moradores. A interação se deu por meio de roteiro com perguntas previamente elaboradas (SABADELL, 2002), que permitiram vislumbrar conflitos de ordem civil e penal, tais como, problemas familiares, de propriedade em geral, atos de lesão corporal e de ameaça. Dos resultados obtidos, os quais ainda estão em análise, foi identificada a atuação de dois atores sociais no âmbito da resolução dos conflitos internos da favela Caixa Prego, o tráfico que domina a localidade e a associação de moradores. O tráfico foi apresentado como autoridade local que comanda o crime organizado e realiza o controle social. Por sua vez, a associação de moradores, de competência jurisdicional muito reduzida, limita-se a atuar como prestadora de pequenos serviços comunitários, tendo sido apontada como instrumento do chefe do tráfico na intermediação da relação entre tráfico e agentes do Estado.

EQUIPE: RITA DE CÁSSIA BRITO CORREIA, JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER

ARTIGO: 5797

TÍTULO: **USO DOS DIREITOS POR ADVOGADOS E ADVOGADAS DE TRABALHADORES RURAIS EM CONFLITOS AGRÁRIOS NO RIO DE JANEIRO DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL MILITAR (1964-1985)**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Resumo: "Durante o período em que ocorreu a ditadura empresarial militar houve diversas formas de lutas contra a opressão e injustiça. Tais lutas aconteciam em movimentos estudantis e partidos políticos, contando com a colaboração de advogados que voluntariamente se propuseram a defender a democracia. Nesse contexto, surge o conceito de Assessoria Jurídica Popular (AJP) formulado a partir de experiências baseadas nos "serviços legais inovadores", os quais fazem oposição aos serviços tradicionais pelo seu caráter coletivo, pautado pela organização popular e pela ética comunitária (em contraposição ao caráter individual liberal, burocrático, hierarquizado e assistencialista da concepção tradicional). A prática da AJP é determinada pelas diversas interpretações críticas do ordenamento jurídico, com destaque ao direito alternativo e ao pluralismo jurídico. Entretanto a AJP encontra-se em um verdadeiro dilema em relação ao quadro geral de inobservância dos direitos humanos. A presente pesquisa tem como objetivo examinar a atuação e práticas utilizadas por advogados durante os anos 1964-1985 nos conflitos relativos à luta pelo direito à terra, mais precisamente nas áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro onde a violência se fez muito presente. Ademais a pesquisa pretende mostrar a partir de textos, fichamentos e entrevistas, como um conjunto de atores engajados em atividades de assessoria e formação política junto as classes populares constituem um núcleo de resistência ao buscar uma conexão direta com trabalhadores e movimentos sociais bem como aliar uma boa formação profissional e uma postura de militância ao trabalho assessoria jurídica. Por fim, a pesquisa compreende também forte ligação com setores progressistas da Igreja e organizações de assessoria não-governamental voltada para o trabalho de formação política.

EQUIPE: ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES, FABIANA SOUZA AZEREDO, MARIANA DE CARVALHO MOTTA

ARTIGO: 5801

TÍTULO: **BANGLADESH NO JOGO DAS POTÊNCIAS EMERGENTES**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

O presente trabalho aborda as recentes mudanças no jogo geopolítico do Golfo de Bengala, impulsionadas pelos crescentes investimentos chineses em infraestrutura na região e as preocupações da Índia com questões de ordem securitária. A pesquisa, entretanto, orienta seu interesse para o impacto que esta renovada rivalidade entre potências emergentes produz nos alinhamentos definidos pelos países que margeiam a região. De modo breve, a questão de fundo a orientar esta pesquisa pode ser resumida da seguinte forma: de que maneira o potencial acirramento das tensões entre estas potências emergentes da Ásia interessa aos países periféricos da região? Para responder a esta questão, a pesquisa adota como estudo de caso a política externa de Bangladesh para a China e a Índia, enfatizando a evolução das relações comerciais e securitárias entre estes países. Como método, o trabalho propõe uma análise em duas etapas: 1) discute o papel de Bangladesh para o jogo geopolítico das potências emergentes do Golfo de Bengala; 2) realiza uma comparação entre o papel que China e Índia exercem para os interesses comerciais e securitários de Bangladesh.

EQUIPE: LARISSA MEDEIROS, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO, EDUARDO CRESPO

ARTIGO: 5805

TÍTULO: **PODER JUDICIÁRIO E DIREITOS EM CONFLITOS AGRÁRIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR (1964-1985)**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A presente pesquisa, intitulada Poder Judiciário e direitos em conflitos agrários no estado do Rio de Janeiro durante a Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985), surgiu de um esforço e da necessidade de resgatar a problemática dos conflitos agrários sob a ótica da magistratura fluminense durante o período da Ditadura empresarial-militar. A partir de uma análise teórica e dos casos de fato, pretendemos traçar um campo paradigmático por meio do qual seja possível vislumbrar as tendências da magistratura do estado do Rio de Janeiro nas decisões em conflitos por terra perpetrados durante o período de 1964 a 1985, no qual vigou o regime militar. Inicialmente, pesquisamos nosso objeto a partir de uma metodologia qualitativa e teórico-crítica por meio do qual buscamos compreender os conflitos sociais e as conjunturas políticas por trás das sentenças e decisões dos juizes e desembargadores da magistratura fluminense quanto à questão agrária. Ademais, nossa análise voltou-se para a compreensão da arquitetura do Golpe Militar de 1964 e do cenário no campo fluminense no período. Pretendemos iniciar a apreciação de processos judiciais de 1964 a 1985 relativos aos conflitos agrários, com o intuito de compor um parâmetro por meio do qual seja possível vislumbrar o posicionamento e orientação da magistratura fluminense quanto aos conflitos travados no ambiente rural no estado do Rio de Janeiro.

EQUIPE: MARIA EDUARDA DA SILVA LEITE MENDES, FABIANA SOUZA AZEREDO, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES, MARIANA DE CARVALHO MOTTA, FERNANDA MARIA VIEIRA, VIVIANE CARNEVALE HELLMANN

ARTIGO: 5819

TÍTULO: **PARA ALÉM DO PREÇO CONTRATADO: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS CONTRATOS PÚBLICOS COM DESEMPENHO INSATISFATÓRIO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

A pesquisa, em fase de desenvolvimento, tem como objetivo investigar os fatores associados ao desempenho insatisfatório dos contratos rescindidos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Para tanto, realizou-se um mapeamento das licitações eletrônicas realizadas pela UFRJ, por meio da modalidade pregão, bem como dos fatores que motivaram a rescisão dos contratos pesquisados. Em termos teóricos as leituras realizadas até o momento possibilitaram uma melhor compreensão sobre o papel das licitações e da governança de contratos na gestão pública, bem como das principais questões econômicas e gerenciais envolvidas no processo licitatório, no ambiente institucional e nas regras que regem os contratos resultantes das licitações realizadas pela administração pública brasileira. Como resultados preliminares, identificou-se que os contratos de serviços e a modalidade pregão representam a maior parcela dos recursos despendidos em contratos firmados pela UFRJ. Em 2016, foram despendidos cerca de R\$229 milhões em contratos de serviços na Universidade, o que correspondeu a aproximadamente 90% do total contratado, sendo que 50% desses recursos foram contratados via pregão. Em 2017, os contratos licitados por pregão representaram cerca de 63% do valor contratado e os contratos de serviços representaram cerca de 96% do valor total contratado no ano (R\$130 milhões). Já em 2018, os contratos de serviços totalizam cerca de R\$54 milhões, o que corresponde a 74% dos valores contratados (R\$72 milhões). Nesse mesmo ano, as contratações por meio de pregão totalizam cerca de R\$15 milhões, o que representou 21% do total contratado. Para além, da representatividade dos contratos de serviços e da modalidade pregão nos valores totais contratados anualmente, um dado que chama atenção no período analisado refere-se a significativa redução dos valores contratados pela UFRJ. Com relação ao foco do estudo, ou seja, os contratos rescindidos, com base nas informações relativas aos anos de 2016 e 2017, verificou-se que, dos 79 contratos

realizados nesse período, apenas oito (8) foram rescindidos antes da vigência prevista no contrato. Quatro (4) contratos foram rescindidos com base em razões de interesse público e outros quatro (4) foram rescindidos por ato unilateral e escrito da Administração. Tendo em vista a definição genérica da motivação para a rescisão contratual, não é possível identificar qual é a taxa de rescisão por desempenho insatisfatório nos contratos analisados. Nas próximas etapas do estudo, será realizado um esforço de coleta de dados para ampliar o número de contratos examinados, bem como melhorar a identificação dos fatores que motivaram a rescisão dos contratos e dos seus impactos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. Para tanto, serão realizadas entrevistas com os gestores da UFRJ e das empresas envolvidas em contratos rescindidos por desempenho insatisfatório.

EQUIPE: YASMIM DE MENEZES GARCIA, PAULO RICARDO DA COSTA REIS

ARTIGO: 5836

TÍTULO: O COSTUME INTERNACIONAL NO DIREITO BRASILEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A interação entre direito internacional e direito doméstico é comumente abordada através das lentes do monismo e dualismo, palavras que evocam duas explicações paradigmáticas para o fenômeno. No Brasil, o tema foi largamente debatido para compreender o encaixe de tratados internacionais no ordenamento nacional. Além de influentes juristas como Haroldo Valladão e Hildebrando Accioly defendendo teses em relação ao problema, também há normas legais e constitucionais disciplinando a matéria, bem como importantes julgados do STF cumprindo função integrativa sobre as eventuais lacunas do ordenamento. Em suma, existe determinado tratamento jurídico que o direito brasileiro designa aos tratados internacionais dos quais o Brasil faz parte. Entretanto, tratados internacionais não são a única fonte do direito internacional.

O Art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça costuma ser o ponto de partida para conhecer as fontes do direito internacional, apesar de não ser concebido originalmente para esta função. O artigo acaba por elencar como fontes do direito internacional as convenções, os princípios gerais do direito presentes nas diversas nações, a jurisprudência e a doutrina, além das normas consuetudinárias. A natureza do costume demanda que sua existência e validade seja comprovada perante órgãos judiciais. No direito internacional, possui força normativa idêntica a de um tratado internacional, o que torna o costume relevante no exame e resolução de controvérsias internacionais. No entanto, apesar de não ter sua normatividade questionada no sistema jurídico internacional, as normas consuetudinárias não são tratadas pelo ordenamento brasileiro do mesmo modo que os tratados internacionais.

O presente estudo tem por objetivo compreender como o ordenamento jurídico brasileiro lida com normas consuetudinárias de direito internacional. A hipótese do trabalho, ou seja, o resultado esperado, é descobrir que não há sistematização do assunto pelo ordenamento jurídico brasileiro. Existe um vazio normativo e a jurisprudência ignora em grande parte a vigência dos costumes internacionais, aplicando consistentemente apenas a regra costumeira da imunidade de jurisdição de outros Estados.

A metodologia adotada por este trabalho será predominantemente indutiva, buscando a partir da análise de decisões do STF e do STJ fundamentadas em costume internacional identificar uma aplicação consistente e sistemática de normas internacionais costumeiras. A hipótese será verificada caso seja impossível descrever a natureza jurídica do costume internacional no direito brasileiro a partir do material analisado.

EQUIPE: NICOLAU DE ALBERNAZ MALDONADO, PAULO EMÍLIO VAUTHIER BORGES DE MACEDO

ARTIGO: 5870

TÍTULO: O CRESCIMENTO DA ECONOMIA PAQUISTANESA ANTE O CORREDOR ECONÔMICO CHINA-PAQUISTÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A República Islâmica do Paquistão é um Estado que possui uma posição geográfica crucial para a estratégia chinesa que promete integrar a Ásia à Europa, à África e ao Oriente Médio, através da construção de meios de transporte diversos. Este é o objetivo da iniciativa *One Belt, One Road* (OBOR), divulgada e lançada oficialmente entre os dias 14 e 15 de maio de 2017, no *Belt and Road Forum for International Cooperation*, na China. Um dos projetos da iniciativa, já em curso, é o *China-Pakistan Economic Corridor* (CPEC), que promete facilitar a unificação política e econômica do Paquistão. Dada a conjuntura, o objetivo deste trabalho é apresentar uma análise do papel da CPEC para a redefinição das prioridades comerciais e geopolíticas do Paquistão na Ásia. Para isso, além de uma análise dos indicadores da economia paquistanesa, será apresentado um breve histórico da posição do Paquistão no tabuleiro internacional considerando suas relações bilaterais e multilaterais com os principais Estados que atuam no equilíbrio de poder da região.

EQUIPE: DAVI KRSHNA SOUSA PERRONE, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO, EDUARDO CRESPO

ARTIGO: 5873

TÍTULO: ANÁLISE DO FINANCIAMENTO BRASILEIRO PARA OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM ASPECTO AMBIENTAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é apresentar a pesquisa desenvolvida sobre as fontes de financiamento atualmente disponíveis no Brasil para projetos que contribuem para o alcance de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) identificados como de caráter ambiental. Para tal, foi elaborado pelos alunos de graduação um Catálogo de Fontes Potenciais de Financiamento para Projetos relacionados com os ODS de Caráter Ambiental, construído a partir de pesquisa bibliográfica e documental, através de buscas nos sites eletrônicos dos principais stakeholders envolvidos no financiamento ao desenvolvimento no Brasil. Em seguida, os graduandos elaboraram estatísticas descritivas sobre as fontes levantadas e analisadas em função do ODS influenciado, natureza do agente financiador, instrumentos de financiamento, perfil institucional dos potenciais beneficiários, e existência de critério de sustentabilidade relevante para a concessão do financiamento. Os principais resultados foram que (i) a maioria dos tomadores dos recursos são agentes privados; (ii) a maiorias das fontes disponíveis são empréstimos; e (iii) as principais fontes de financiamento são públicas. Concluiu-se que deve-se aumentar a seletividade na escolha dos projetos através da inclusão de critérios de sustentabilidade, especialmente com fontes públicas de recursos, mas que também é preciso conciliar as metas de sustentabilidade ambiental com lucratividade empresarial. Com tais informações e análises realizadas conjuntamente entre os graduandos e orientador, a pesquisa resultou em um artigo que será submetido também para revistas relacionadas à área ambiental.

EQUIPE: LUCAS ROLO FARES, RODRIGO FERNANDES, CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG

ARTIGO: 5874

TÍTULO: A INFLUÊNCIA DAS FRAÇÕES DA CLASSE DOMINANTE BRASILEIRA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA E NA ATUAÇÃO REGIONAL DO BRASIL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Esse projeto de pesquisa tem como tema as frações da classe dominante brasileira e a sua relação com o processo de integração na América do Sul e com a atuação do Brasil na região. Desse modo, busca empreender uma análise acerca da influência de grupos econômicos de interesse no processo de integração sul-americana e na atuação regional do Brasil. Mais especificamente, visa avaliar a influência das frações empresariais, agroexportadoras e bancárias sobre a evolução do processo de integração na América do Sul e sobre a inserção regional do Brasil.

Esse trabalho insere-se na perspectiva de que os processos e projetos de desenvolvimento econômico e as estratégias de política externa de um país têm correlação direta com a competição interestatal no plano sistêmico. Assim, não há como analisar a conjuntura de um país ou região em determinado tempo histórico de forma dissociada aos condicionantes sistêmicos.

O processo de integração sul-americana vem passando por uma crise que se alterna entre a paralisia e o retrocesso. Grandes avanços alcançados na primeira década do século XXI agora são considerados passado da história regional. Na América do Sul, a integração regional pensada de forma autônoma, com elementos estratégicos para fortalecimento conjunto, gradualmente passa a dar lugar ao projeto integracionista conservador politicamente e liberalizante economicamente.

Adota-se uma perspectiva teórico-conceitual que conjuga frações de classes, com os conceitos de bloco no poder e de burguesia interna, e sua interação com o Estado na formulação de políticas públicas. A escolha por analisar estes grupos econômicos de poder explica-se devido à estratégia assumida pelo Brasil de maior inserção regional, especialmente a partir da redemocratização. Nesse sentido, por ser o país sul-americano de maior território, pujança econômica e influência global, o Estado brasileiro assumiu pretensões pela liderança regional visando o fortalecimento de seu entorno estratégico, bem como um maior destaque no Sistema Internacional. Ou seja, as já existentes condições econômicas e geográficas brasileiras em relação aos vizinhos somaram-se à vontade política do governo brasileiro em promover e liderar a integração regional, especialmente através da atuação das suas grandes empresas nacionais. Por outro lado, a “vontade de liderança” pode enfrentar condicionantes políticos e econômicos internos. A atual conjuntura regional de enfraquecimento do projeto integracionista demonstra que mesmo a conjugação da vontade política do líder regional e dos demais governos nacionais não foi o suficiente para consolidar o processo. Assim, identifica-se que os interesses das elites econômicas - especialmente aquelas da maior economia da região, e, portanto, as com maior influência e interesses em jogo - podem ter tido um papel decisivo na evolução desse processo, alternando seus interesses ora em apoio ao projeto de integração sul-americana, ora agindo contra ele.

EQUIPE: BRUNA COELHO JAEGER, RAPHAEL PADULA, CRISTINA SOREANU PECEQUILLO

ARTIGO: 5883

TÍTULO: QUAL O IMPACTO DO MACHINE LEARNING NA RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO?

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Resumo:

O presente estudo tem por objetivo evidenciar o uso do Machine Learning na plataforma de streaming Netflix sob o ponto de vista da busca e recuperação da informação. Contextualiza a utilização da inteligência artificial como ferramenta para a classificação da informação a partir do uso de dados fornecidos pelos usuários através de seus hábitos de visualização e pesquisa. Para isso, parte da noção de “prosumers”, na medida em que o próprio usuário consome e produz a informação que será usada no mecanismo de busca como tentativa de melhorar a recuperação da informação no catálogo da Netflix. Usa a metodologia exploratória elaborada com dados qualitativos disponíveis em conta pessoal. Espera demonstrar as vantagens e relevância no serviço de classificação de plataformas de fluxo de mídia. Conclui, parcialmente, que há a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o assunto, tendo em vista que os algoritmos de recomendação estão em constante adaptação para selecionar e direcionar a informação de acordo com as necessidades de cada um.

EQUIPE: KAISA SOUZA MORGADO, MARIANNA ZATTAR

ARTIGO: 5885

TÍTULO: IMPACTOS ECONÔMICOS DA SECA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO PARA A AGROPECUÁRIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é apresentar a pesquisa desenvolvida sobre as perdas agropecuárias decorrentes da seca na região do semiárido brasileiro. Os alunos de graduação junto ao orientador buscaram nas bases de dado do IBGE e Banco de Dados Meteorológicos para o Ensino e Pesquisa (BDMEP), com informações coletadas pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), montar uma base de dados em painel em níveis anual e municipal de precipitação média mensal, incluindo diversas variáveis de produção. Para, assim, buscar alguma correlação entre os dados e, então, identificar as perdas de área plantada e de valor da produção agropecuária. Além disso, outro objetivo foi estudar a relação da seca com a produtividade por hectare colhido e estimar as perdas monetárias no decorrer das últimas décadas. Os resultados encontrados apontam na mesma direção que a literatura existente, alertando para as grandes perdas agropecuárias causadas pelas secas em regiões vulneráveis. Municípios com precipitação média inferior a 30mm/mês perdem, em média, 27,4 pontos percentuais da sua área plantada por conta da seca, enquanto municípios com precipitação média entre 30 e 60mm/mês perdem pela seca, em média, 9,5 p.p. da área plantada. Esses resultados são ainda mais expressivos quando são analisadas culturas majoritariamente familiares separadamente: no caso do milho, municípios com menos de 30mm/mês perdem, em média e pela seca, 44,0 p.p. de toda área plantada - e cerca de 13% da produtividade nas plantações que são colhidas. Os resultados corroboram a hipótese - extensamente abordada na literatura - de que os produtores familiares são os mais vulneráveis por sua menor capacidade de adaptação às mudanças climáticas. Com tais informações e análises realizadas conjuntamente entre os graduandos e orientador, a pesquisa resultou também em um artigo que será submetido para revistas relacionadas à área ambiental.

EQUIPE: LUCAS DE ALMEIDA NOGUEIRA DA COSTA, CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG, LUCAS ROLO FARES

ARTIGO: 5888

TÍTULO: **ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ) BOLSISTAS DE PRODUTIVIDADE DO CNPQ**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Os periódicos científicos tornaram-se importantes fontes para a comunicação científica desde o seu surgimento, no século XVII, com o *Journal des Savants* e o *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*. Atualmente, a publicação de artigos pela comunidade científica por este meio permite que sejam avaliados a produtividade e o impacto dos pesquisadores nas áreas de conhecimento em que atuam. No Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) disponibiliza bolsas de produtividade para pesquisadores, considerando aqueles que apresentem destaque entre seus pares, em seu campo de atuação, como forma de reconhecimento e incentivo à continuidade de seus projetos. Sabe-se que esse investimento, em bolsas, provém do Estado, portanto, é esperado que os resultados obtidos nas pesquisas estejam acessíveis tanto para apoiar novos trabalhos, como também à sociedade em geral, isto é, sejam publicados em periódicos de acesso livre. A presente pesquisa insere-se no contexto dos estudos cientométricos e bibliométricos da Ciência da Informação. É voltada para a análise quali-quantitativa da produtividade científica de docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e dá sequência aos estudos sobre produtividade científica, apresentados no âmbito do projeto de iniciação científica da UFRJ "Análise cientométrica da produtividade de autores em domínios científicos da UFRJ" e do Grupo de Pesquisa "Bibliometria e Cientometria como abordagem teórico-metodológica para a Organização do Conhecimento", cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq. Apresenta como objetivo investigar a produtividade científica de pesquisadores da Faculdade de Medicina da UFRJ, bolsistas de produtividade do CNPq, que compõem o grupo de elite desta área na Universidade e, a partir destes resultados, responder a seguinte questão: os resultados de pesquisas, incentivadas com o dinheiro público, são publicadas em livre-acesso para a sociedade? O referencial teórico foi baseado em Maricato e Noronha (2012), Marshakova (1981) e Costa (2018). Acerca da metodologia utilizada, trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa e nível exploratório. O campo de coleta de dados caracteriza-se como documental, sendo utilizada a Plataforma Lattes para a obtenção dos dados. O universo da pesquisa engloba a comunidade científica da Faculdade de Medicina da UFRJ, bolsistas de produtividade do Programa de Pós-graduação em Pneumologia, que somaram seis pesquisadores. A partir de uma análise dos resultados obtidos preliminarmente, foi possível perceber que 64% dos artigos produzidos pelos autores que compõem a amostra são publicados em periódicos de acesso livre, sendo 90% do total de artigos publicados escrito na língua inglesa, mesmo aqueles publicados em periódicos nacionais.

EQUIPE: LAURA SOARES SILVA DE OLIVEIRA, ISABELLA CAMPOS DE FREITAS, VÂNIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES, MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS

ARTIGO: 5895

TÍTULO: **BIBLIOPEGIA ANTROPODÉRMICA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Apresentação de Vídeo**

RESUMO:

Título: Bibliopégia Antropodérmica

RESUMO

Este trabalho, inserido no campo da Ciência da Informação, busca trazer uma reflexão acerca da Bibliopégia Antropodérmica, onde livros encadernados com pele humana foram descobertos em algumas partes do mundo. Estes livros eram chamados de macabros, têm ligações com emblemas e gravuras que se referem à morte e foram feitas a partir de 1538 e teve sua aplicação máxima datada em meados do século XVII. Busca-se discutir os porquês desta prática na área da Conservação e Preservação de acervos, trazendo a luz do conhecimento as técnicas empregadas, os motivos para tal encadernação e como foi descoberto tal prática. Dessa forma, serão utilizados conceitos de encadernação e conservação relacionando-os com tipos utilizados atualmente, essa relação será construída a partir da aplicação do mapa conceitual, uma ferramenta de aprendizagem utilizada para relacionar conceitos entre si e análise de bibliografia especializada onde será feita uma reflexão sobre a prática da Bibliopégia Antropodérmica. Indica na fundamentação teórica "Libros de piel humana, bibliopégia antropodérmica" (Covarrubias, 2012), "Libros encuadernados en piel humana" (Holbrook, 2004) e ainda "Tanned human skin" (Thompson, 1856) que pesquisam a temática proposta. Sabe-se que a encadernação com cortume humano era uma atividade rara e contraditória onde além de pele, alguns exemplares descobertos possuem partes de dorso humano. Já foram descobertos 49 exemplares confirmados.

Palavras Chaves: Bibliopégia Antropodérmica. Encadernação. Conservação. Biblioteconomia.

EQUIPE: ANA PAULA DIAS PACHECO, ANDRÉ VIEIRA DE FREITAS ARAUJO

ARTIGO: 5902

TÍTULO: **OS IMPACTOS DA BIBLIOTECA PRISIONAL NOS PROCESSOS DE RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Resumo:

O presente trabalho estuda os prováveis impactos da biblioteca prisional na ressocialização de detentos. A pesquisa verifica a importância, o benefício e o papel social da biblioteca e suas relações multidisciplinares com outras atividades de reintegração que dão aos detentos uma assistência integral, envolvendo campos de saber ligados à psicologia, à reintegração profissional, a terapias ocupacionais, à espiritualidade e outros campos de saber que podem atuar integrativamente nos espaços e serviços da biblioteca prisional.

O trabalho contextualiza o modo de ser da unidade de informação como auxiliar na recuperação dos detentos e na reintegração destes à sociedade a partir da mediação e atuação do bibliotecário que, além de ser agente mediador entre a informação e os usuários, também contribui diretamente para a alfabetização e para a formação profissional desses novos leitores.

O trabalho usa a metodologia exploratória de pesquisa. Conclui parcialmente, que há a necessidade de continuação desta pesquisa, oferecendo subsídio aos futuros bibliotecários, despertando-os para um maior interesse em atuar nesse campo, tornando-os agentes importantes para o sistema prisional brasileiro.

EQUIPE: KAISA SOUZA MORGADO, YNGRID DA LUZ BARBOSA, INGRID FERREIRA COUTINHO, BLENDIA LIMA PAULINO, MOISES COSTA, LUCIA MARIA DA CRUZ FIDALGO FIDALGO

ARTIGO: 5905

TÍTULO: **MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL E DE EFETIVAÇÃO AO ACESSO À**

JUSTIÇA - PROPOSTA DE ATUAÇÃO NO COMPLEXO DA MARÉ E MORRO DO BOREL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente estudo tem por objetivo geral fomentar o uso da mediação e da conciliação como instrumentos transformadores de conflitos sociais por intermédio do Núcleo de Mediação e Conciliação - NUMEC (FND/UFRJ) e; como objetivo específico, realizar diagnóstico das demandas a partir da compreensão da realidade social, econômica e cultural das favelas público-alvo, facilitar o acesso à capacitação em mediação de conflitos direcionada às lideranças comunitárias, visando a inserção dos métodos consensuais no seio dessas comunidades como mecanismo de emancipação social, bem como participação dos(as) alunos(as) em pesquisa e envolvimento com os processos de gestão, desenvolvimento e planejamento das atividades do NUMEC.

A metodologia fixa-se na “pesquisa participante” de caráter empírico, com demarcação teórica na teoria do agir comunicativo de Habermas (2012) e no conceito de pesquisa participante de Demo (1982), com técnicas de mediação conforme proposto por Moore (1998). A avaliação do projeto terá duas dimensões. Na primeira, quantitativa, observar-se-á o número de casos de conflito através da análise de banco de dados fornecido pelas instituições parceiras, atuantes nas comunidades em questão, contendo informações acerca das partes envolvidas e objeto dos litígios, para identificação das demandas passíveis de resolução por mediação. Essa etapa compreendeu, preliminarmente, visita à sede de organização civil situada dentro do Complexo de Favelas da Maré. A outra dimensão será qualitativa, para mensuração da correspondência entre os resultados obtidos a partir das intervenções e os objetivos gerais e específicos do projeto.

Até o momento, por questões burocrático-administrativas, não foi possível o acesso ao banco de dados por inteiro, mas apenas a alguns casos, disponibilizados pela equipe jurídica que assessora uma das instituições parceiras, sem tempo hábil de análise aprofundada anterior ao envio do presente resumo. Portanto; inexistem resultados preliminares até a presente data.

Foi realizada reunião no NUMEC, em abril de 2019, com uma das instituições parceiras (Redes da Maré), cujos representantes sinalizaram a dificuldade que seria conseguir o deslocamento do público-alvo até o Centro da cidade para a intervenção, sugerindo que a mediação ocorra na sede da instituição parceira.

EQUIPE: LEANDRO SILVA, MARILSON SANTANA, CATIA BASTOS

ARTIGO: **5907**

TÍTULO: **A POLARIZAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA E A TEORIA DOS FUNDAMENTOS MORAIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A presente pesquisa pretende fazer uma análise da polarização da política brasileira no cenário contemporâneo em diálogo com a Teoria dos Fundamentos Morais do psicólogo social estadunidense, Jonathan Haidt. Nesse sentido, busca-se compreender como esse fenômeno tornou-se um paradigma comportamental baseando-se em conceitos básicos elaborados pelo autor supracitado, dentre eles, a noção de “paladares morais” universais em todas as culturas humanas, a análise da construção do pensamento Ocidental e sua definição de capitais morais.

A metodologia da pesquisa será descritiva-exploratória centrada na análise bibliográfica das obras de Jonathan Haidt e na apuração empírica de eventos, notícias e interpretações de cientistas sociais brasileiros, visando a compreensão dos presumíveis fatores político-sociológicos que ensejaram a configuração do atual conjuntura brasileira.

Dado o caráter incipiente dessa pesquisa, pouquíssimo pode se falar em considerações finais, contudo, dentre as considerações preliminares é possível afirmar que, após investigações feitas pelo autor - que utilizou os métodos de psicologia experimental - fora constatado a presença de categorias morais análogas em diversas culturas, marcadamente diferentes. Nessa perspectiva, o episódio da polarização, sobretudo no que tange a disputa da “direita x esquerda” no Brasil, pode ser satisfatoriamente explicado como fruto de uma supressão de uma ou mais categorias do paladar moral, universal. É justamente isso o que esclarece o abismo entre ambas as mentalidades e impossibilita o diálogo.

A pesquisa estará, por fim, delimitada aos macro-eventos - que reproduziram e alteraram, simultaneamente, o *status quo* da mentalidade política do cidadão brasileiro ordinário -, ocorridos a partir do ano de 2010 até o presente. São eles: o segundo mandato da Dilma e a consolidação do governo PT e sua posterior dissolução com o impeachment da, então presidente do Brasil, Dilma Rousseff; as insurgências populares diante das crises governamentais da gestão PT com as manifestações de 2013; os escândalos da operação Lava-Jato e sua contribuição para a guinada conservadora da sociedade, consolidada com a ascensão de Bolsonaro etc. As fontes utilizadas para fazer a apuração desses acontecimentos será tanto de ordem científica, por meio de artigos científicos de cientistas políticos brasileiros consagrados, quanto de ordem jornalística, mediante notícias e editoriais que fazem parte do repertório diário do cidadão comum.

EQUIPE: NATALIA FERREIRA, LIANDRA DE SOUZA ALVES VIEIRA, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: **5913**

TÍTULO: **A VULNERABILIDADE SOCIAL E AS CHUVAS DE MONÇÃO NA ÍNDIA COMO PRODUTORAS DE REFUGIADOS AMBIENTAIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

As migrações ambientais transfronteiriças se dão pelo deslocamento forçado de grupos de pessoas interna ou externamente a seu país em razão de eventos climáticos recorrentes ou incomuns e degradação natural fortificada pela ação da sociedade no ecossistema. O reconhecimento e proteção legal dessa categoria é dificultado pela descrença de governos e organizações internacionais de que os efeitos das mudanças climáticas seriam razões suficientes para gerar deslocamentos forçados. Além disso, soma-se o fato da Convenção de Genebra de 1951, que define as condições de refúgio e os direitos desses indivíduos, ainda não abranger novas categorias a serem protegidas internacionalmente, como a de refugiados ambientais.

A metodologia se dá com a análise de artigos teóricos, teses de mestrado e doutorado, relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas e suas referências.

O objetivo do trabalho é mostrar que os desastres ambientais decorrentes das alterações no clima forcem o movimento migratório de maneira direta em decorrência da destruição do local de vida e subsistência das pessoas afetadas que, em sua maioria, são socialmente vulneráveis.

Para discutir o tema será apresentado o estudo qualitativo de caso sobre as chuvas de monções, na Índia, que ocorrem anualmente entre julho e setembro, causando grandes prejuízos nas cidades e campos, forçando os moradores a se deslocarem para outras regiões, inclusive para países vizinhos. Essas chuvas vêm intensificando-se em eventos pontuais com o passar dos anos em decorrência da emissão de gases de efeito estufa pelos seres humanos e agropecuária intensiva em escala global, além do derretimento acelerado das geleiras e montanhas geladas, como no caso do Monte Everest.

O sistema de aquecimento desenfreado na região indiana culmina em fortes tempestades que destroem casas, rodovias, sistemas de comunicação, plantações, indústrias, além de deixar centenas de mortos, forçando gastos extras do governo e do meio privado para reparações e reconstruções. Em 2017, mais de 40 milhões de indianos foram obrigados a deslocar-se por conta das chuvas, muitos desses em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e sem condições de restabelecimento em suas residências por conta da destruição e não reparação por parte do Estado. As vítimas são tratadas legalmente como migrantes econômicos, tendo o caráter ambiental de seu

deslocamento forçado ignorado, impedindo-as de terem acesso ao status de proteção da Convenção de Genebra de 1951 pelo não reconhecimento internacional de sua condição como refugiadas ambientais.

A solução para esses casos está na releitura das ações públicas, discussão de novas Convenções que permitam o reconhecimento e proteção internacional aos refugiados ambientais, bem como a redução da vulnerabilidade social e mitigação de mudanças climáticas.

EQUIPE: VICTOR CABRAL RIBEIRO, NATALIA CINTRA

ARTIGO: 5916

TÍTULO: IDENTIDADE DESLOCADA: ENTENDENDO A CRISE DOS ROHINGYA EM MIANMAR SOB UMA PERSPECTIVA DE MIGRAÇÕES FORÇADAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: e-Pôster

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo a análise da perseguição da minoria Rohingya de Mianmar, sob a perspectiva dos fluxos migratórios. Desde 2015, os ataques a este grupo de identidade majoritariamente muçulmana têm se agravado, e ganhado contornos inegáveis de genocídio étnico. Cabe ressaltar que, apesar de habitarem a região desde o século VIII, os rohingya até hoje não são contemplados com o direito à cidadania, de acordo com a Lei da nacionalidade de Mianmar estabelecida em 1982. Estima-se que até dezembro de 2017, 625,000 pessoas já haviam cruzado a fronteira com Bangladesh em busca de refúgio, em face das inúmeras violações aos direitos humanos já registradas. Diante deste estudo de caso, utilizaremos algumas ferramentas teóricas para analisar as prováveis causas e desdobramentos da crise. Primeiramente, observaremos os impactos da globalização nos processos de fluxos migratórios contemporâneos e na visibilização de conflitos intranacionais a nível mundial, segundo a obra "Globalização: As Consequências Humanas" de Zigmund Bauman (1999). Também observaremos o livro "The Dark Side of Democracy: explaining ethncial cleansing" do sociólogo Michael Mann (2004) para traçar um paralelo entre limpeza étnica e comportamento estatal. Por fim, articularemos o estudo "The refugee in international society: between sovereigns" de Emma Haddad (2008) com as obras anteriormente mencionadas para mostrar como o refúgio é um efeito colateral inerente da sociedade internacional que se constitui hoje. Dentre os resultados esperados, destaca-se a verificação de como um problema interno torna-se uma questão de alcance global diante de violações aos direitos humanos, geração de migrações forçadas e extermínio de pessoas.

EQUIPE: ELISA BLUNT VILLELA, JULIA MALLMANN, ÍVEA RAFAELLA LOBATO MELO, MARCELLO CORREA LUIZ, HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO

ARTIGO: 5917

TÍTULO: GESTÃO DE COOPERATIVAS DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM ESTUDO DE CASO DA REDE RECICLA VERDE

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A gestão é tarefa primordial para que um empreendimento consiga manter-se no mercado. Em empreendimentos sociais, o ambiente de trabalho conta com pessoas de pouca instrução básica, o que torna o desafio da gestão ainda mais profundo. Tais empreendimentos se fundamentam nos princípios da Economia Solidária (ES), e atuam segundo um modelo de autogestão (SINGER, 2003; GORZ, 1996; RODRIGUES, 2010).

A ITCP/COPPE, em parceria com o PGI/FACC, tem atuado na busca de caminhos para a conquista da sustentabilidade de empreendimentos sociais. Atualmente, desenvolve um trabalho voltado para a implantação de melhorias na Gestão da REDE Recicla Verde. Esta REDE é formada por um conjunto de seis cooperativas de catadores de Jardim Gramacho, que é um aterro sanitário desativado em junho de 2012.

O objetivo foi elaborar e sistematizar um modelo de Gestão de Empreendimentos Sociais, dentro da revisão da metodologia que vinha sendo desenvolvida nesta parceria. A metodologia utilizada foi a pesquisa ação, análise documental e revisão da literature.

O trabalho vem sendo desenvolvido a partir de uma pesquisa e revisão bibliográfica na temática da auto-gestão da Economia Solidária, aplicada a Empreendimentos de Cooperativas de Materiais Recicláveis. Além disso, no ano anterior realizamos um estudo das melhores práticas junto à empreendimentos do setor. Em seguida, através de pesquisa qualitativa, avaliamos o procedimento gerencial dos atuais responsáveis pela REDE Recicla Verde, assim como a perspectiva dos cooperados sobre o Modelo de Gestão vigente.

Trabalhamos em conjunto com os gestores da REDE na elaboração de um Regimento Interno, que atendesse a necessidade de organização e ao mesmo tempo "empoderasse" os cooperados de forma a minimizar os conflitos existentes. O regimento está em fase de aprovação pelos diretores. Ao longo do processo, muitas mudanças aconteceram. Dentre as quais, pode-se mencionar a mudança dos membros da direção.

Em dezembro de 2018 foram ministrados os cursos de cooperativismo e relações trabalhistas, com o objetivo de ampliar conhecimento sobre o tema e sua difusão entre os membros. Percebemos a necessidade de um contínuo reforço de temas relacionados com a Viabilidade da Cooperativa e os princípios da Economia Solidária.

Nesse momento, após uma revisão dos resultados, optamos por fazer algumas alterações no plano de trabalho, visando priorizar o atendimento das demandas relacionadas a Viabilidade Econômica se mostraram prioritárias e vitais nesse momento da REDE. Essas ações serão acompanhadas, é claro de outras relacionadas à Viabilidade Cooperativa.

Os próximos passos do trabalho incluem: (i) a aprovação do Regimento da REDE e a edição de uma versão resumida, de fácil consulta para os cooperados; (ii) mapeamento dos processos, buscando maior eficiência; (iii) estudos de posicionamento estratégico, para identificar novas parcerias, editais e expansão do alcance da REDE; e, (iv) dar continuidade nas capacitações para seus membros.

EQUIPE: ESTHER SANTANA DA COSTA OLIVEIRA, VIVIANE CARVALHO PARENTE, VALERIA ALMEIDA DE LIMA, SIDNEY CUNHA DE LIMA, ELIANE RIBEIRO PEREIRA, JOSÉ ROBERTO MAFRA, ROBERTO WESTENBERGER, GONÇALO GUIMARÃES

ARTIGO: 5938

TÍTULO: ANÁLISE DO NOVO MODELO DE TRIBUTAÇÃO DE STARTUPS À LUZ DA LC 167/2019

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O modelo de tributação brasileiro é, não raro, um dos fatores mais discutidos como sendo causador de obstáculos ao empreendedorismo e inovação. O aspecto histórico conservador contribui para o engessamento do sistema, o que, consequentemente, resulta em um modelo que não acompanha – ou demora muito para acompanhar – as mudanças tecnológicas necessárias à nova realidade, advindas das transformações da sociedade. Da insatisfação da população acerca dos serviços e produtos ofertados na vida rotineira, surgem problemas. Tais problemas, por sua vez, dão origem a tentativas de solucioná-los da melhor e mais rápida forma possível. Neste diapasão, encontram-se as chamadas *startups*, instituições empresariais humanas projetadas para criar novos produtos e serviços sob condições de extrema incerteza, sob a

prerrogativa de ter a inovação como seu *mindset*-guia, de caráter incremental ou disruptivo. Uber (app de transporte urbano); iFood (app de delivery de comida); Nubank (banco digital via app) e Airbnb (serviço de hospitalidade) são alguns exemplos de *startups* conhecidas no Brasil.

Ocorre que, com a publicação da Lei Complementar nº 167/2019, a forma de intervenção estatal na criação, formalização e tributação das *startups* sofreu alterações de extrema importância. A grande inovação encontra-se no art. 65-A, que cria o Inova Simples, um regime tributário diferenciado para as *startups* e empresas de inovação. Assim, passam a não ter mais o Simples Nacional como uma alternativa benéfica a sua tributação, mas sim o Inovar Simples. No tocante à criação e formalização, a *startup* poderá ser formalizada mediante rito diferenciado no sistema Redesim, em um procedimento mais simples e automático que o da abertura de empresas tradicionais, assemelhando-se ao tratamento direcionado ao MEI, bem como facilitando sua comunicação com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para o registro de marcas e patentes. Isso posto, verifica-se a necessidade de formular entendimento conciso acerca da natureza da referida reformulação. Neste raciocínio, o presente trabalho pretende discutir os aspectos da tributação das *startups*, comparando com a legislação anterior à LC 167/2019.

O método adotado é o empírico-analítico, na medida em que visa a apurar as movimentações do Direito Tributário Brasileiro para o atendimento das demandas referentes à tributação das *startups*. Tem-se como ferramentas de pesquisa a utilização dos conceitos provenientes da academia, bem como as criações legislativas e jurisprudenciais acerca do tema.

EQUIPE: CAIO BARBOSA ZACARIAS, EDUARDO MANEIRA, GUSTAVO DE QUEIROZ BADEJO ALMEIDA, PEDRO FELLIPE DE SOUZA PEREIRA, PEDRO FILGUEIRA DE SOUZA MARQUES, ALAN LOPES DE BARROS

ARTIGO: 5944

TÍTULO: A DESESTABILIZAÇÃO POLÍTICA NA VENEZUELA CONTEMPORÂNEA E O PROJETO DE HEGEMONIA AMERICANA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Dado o panorama de uma crise econômica e política na Venezuela, que se acentua a partir de 2014 a partir de uma série de sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos e posteriormente as sanções econômicas aos parceiros econômicos da Venezuela no ano de 2018, um cenário de ruptura política, institucional e jurídica apresenta-se como uma possibilidade em meio ao caos generalizado nas relações sociais, políticas e econômicas. A economia venezuelana exporta como principal mercadoria o petróleo, ao observar as estatísticas econômicas os Estados Unidos aparecem como seu principal comprador. Nesse sentido, um dos obstáculos enfrentados na atual crise é a não-industrialização venezuelana, decorrente da frustração de um processo iniciado em 1943 realizada por um dos Golpes de Estado, recorrentes durante o século XX no país. Hoje, é possível voltar a documentos da Agência Central de Inteligência (CIA) e observar como as relações entre as burguesias rentistas e o Capital Transnacional operaram na manutenção de um modelo dependente majoritariamente do petróleo e isso estabelecido em condições que assegurassem o lucro das companhias de petróleo localizadas nos Estados Unidos e Europa, que obtiveram condições benéficas nas taxas pagas dentro do país para explorar esse recurso. A partir desses fatores estruturais a pesquisa tem como objetivo compreender como estudar a crise política venezuelana e a desestabilização do governo de Nicolás Maduro à luz dos estudos sobre novas táticas de guerra. O objetivo fim da pesquisa é compreender como se articula o elemento exógeno ao governo dentro do território venezuelano e quais tem sido os resultados alcançados utilizando novas formas de fazer guerra. Essas guerras não correspondem mais ao que se conhece por guerras regulares ou irregulares, assim sendo, a desestabilização política do atual governo venezuelano será estudada com base na literatura sobre o fenômeno da guerra híbrida.

EQUIPE: AMANDA ORGUIM, RAPHAEL PADULA

ARTIGO: 5952

TÍTULO: ANÁLISE DAS DEMANDAS JURÍDICAS DE PESSOAS LGBTIS ATRAVÉS DO PROJETO EDUCAÇÃO, QUESTÕES DE GÊNERO, HOMOFOBIA E DIREITO À CIDADANIA NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A visibilidade e a mobilização política das minorias sexuais no Brasil adquiriram força, aderência e representatividade na última década. Com estudos desenvolvidos sobre masculinidade, feminilidade e identidade de gênero e diante da situação de vulnerabilidade de pessoas LGBTI, tornou-se cada vez mais necessária a procura pelo Judiciário na tentativa de garantir direitos básicos intrínsecos à todas pessoas. Diante da precariedade de atendimento para essa população surgiu o projeto de extensão Educação, Questões de Gênero, Homofobia e Direito à Cidadania, criado em 2009, que envolve professores, alunos e técnicos administrativos, a fim de fornecer amparo jurídico ao público que necessita de assistência jurídica gratuita para defesa dos seus direitos em situações de discriminação relacionada a questões de gênero. No âmbito das áreas trabalhista, cível e criminal fazemos os atendimentos nas dependências do NPJ da FND, buscando conscientizar mulheres e cidadãos LGBTI sobre seus direitos e valores culturais, para uma vida em sociedade mais justa. Esses atendimentos nos permitem um maior contato com os assistidos, nos proporcionando um aprofundamento sobre a situação de cada pessoa, nos deparando com as situações de precariedade que essas pessoas vivem. Seja na tentativa de conseguir um simples contato, ou casos mais graves, de pessoas que vivem isoladas, por enfrentarem situações de ameaça e/ou falta de condições financeiras por ser LGBTI. Essa realidade demonstra a importância do acompanhamento direto para fornecer o máximo de atenção e ajuda ao assistido. Com isso, a fim de mapear os perfis e demandas apresentadas dos assistidos, aplicamos um questionário semiestruturado com variáveis para compreender os direitos violados e como prestar o melhor auxílio. Acreditamos na importância de levar conhecimento e cidadania à essas pessoas para que se sintam acolhidas e representadas na busca por seus direitos. Buscamos envolver o máximo de pessoas no projeto, por meio de divulgação na internet, pelos corredores do prédio da FND e em parceiros que colaboram com o projeto, como o Grupo Arco-Iris do RJ. Em 2018 pudemos realizar um curso de extensão sobre direitos dos cidadãos LGBTI, contando com palestras de diversas temáticas LGBTI, ministradas por uma variada equipe de juristas e promotores desses direitos. Diante da problemática dessa população, iniciamos um projeto de pesquisa, a fim de complementar a extensão, voltada para o estudo de direitos da diversidade sexual, sendo inicialmente voltado a pessoas Trans, utilizando precedentes do STJ e STF sobre alteração de nome e gênero no registro civil. Com esperança na continuidade do projeto, diante dos exorbitantes cortes na educação, os projetos futuros, envolvem a promoção de parcerias de educação preventiva, por meio de palestras e oficinas ministradas a policiais, profissionais de saúde, professores e alunos da rede pública de ensino no RJ a fim de conscientizar diversos setores da sociedade.

EQUIPE: MAYARA FONTANA, MARCOS VINÍCIUS TORRES PEREIRA

ARTIGO: 5955

TÍTULO: ESTUDOS DE DIREITOS DA DIVERSIDADE SEXUAL ATRAVÉS DE AÇÕES DE ALTERAÇÃO DE NOME E GÊNERO DE PESSOAS TRANSEXUAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A visibilidade e a mobilização política das minorias sexuais no Brasil adquiriram força, aderência e representatividade na última década, sendo desenvolvidos estudos sobre masculinidade, feminilidade e identidade de gênero, criando um ponto de partida para um estudo mais sistemático de cidadãos Trans (transsexuais, travestis e transgêneros), pessoas cujo gênero e identidade social são opostos ao seu sexo biológico e que vivem cotidianamente como pessoas do seu gênero de escolha (OLAW, 2009). O espaço de luta contra a lgbtphobia e livre expressão sexual têm incomodado diversos segmentos conservadores da sociedade, trazendo à tona opiniões divergentes que refletem a dificuldade das pessoas Trans no reconhecimento de direitos e garantias de proteção. Diante dessa conjuntura, torna-se cada vez mais recorrente a procura pelo Judiciário, na tentativa de garantir direitos básicos inerentes à dignidade da pessoa humana. Desta forma, surgiu a presente pesquisa, com o intuito de elencar dados, colaborando para o aumento da visibilidade da causa, através do levantamento de casos emblemáticos, analisando decisões dos Tribunais Superiores e Estaduais, as quais demonstram os avanços e obstáculos no Poder Judiciário brasileiro sobre o direito ao nome e gênero alterado no registro civil. Importante salientar a histórica decisão do STF, proferida em março de 2018, que garantiu aos cidadãos Trans o direito à alteração do registro civil sem a necessidade da realização da cirurgia de redesignação sexual. O marco temporal utilizado para o mapeamento das decisões foi o ano de 2011, ano do progressista julgamento do STF que aprovou, por unanimidade, a equiparação dos direitos dos companheiros heteroafetivos aos companheiros homoafetivos. Valendo-se da forma qualitativa, a pesquisa se baseou pelo método hipotético-dedutivo, e por meio do mapeamento das demandas judiciais, construiu-se uma ferramenta metodológica, a fim de examinar de forma objetiva todas as decisões mapeadas seguindo as seguintes variáveis: i) tribunal; ii) partes; iii) ementa; iv) resumo dos fatos; v) procedimento perante o juízo; vi) mérito do juízo; vii) decisão do tribunal; e viii) repercussão. Analisou-se, também, projetos de leis que se destinam a regular a alteração do registro civil e o direito à cirurgia de redesignação sexual dos cidadãos Trans, além de regulamentos do Conselho Nacional de Justiça e Decretos, entre outras leis esparsas. Desse modo, parcialmente, pode-se concluir que esse grupo de cidadãos possuem demandas específicas perante os tribunais brasileiros, em razão das questões de gênero que permeiam seu cotidiano e ainda são negados pela sociedade. O atual cenário político diante do contexto em que se insere a luta pelos direitos desses cidadãos no Brasil, - o país que mais mata LGBTIs no mundo -, demonstra a urgência em discutir o assunto, a fim de minar os obstáculos na busca e garantia de seus direitos.

EQUIPE: MAYARA FONTANA, MARCOS VINÍCIUS TORRES PEREIRA

ARTIGO: 5956

TÍTULO: A JUDICIALIZAÇÃO DA NOVAÇÃO NO DIREITO CIVIL E NO DIREITO EMPRESARIAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A celeridade e complexidade das relações econômicas, sobretudo após a implantação do sistema capitalista a partir do século XIX, têm se mostrado como traço patente e singular da sociedade contemporânea. Com isso, falar de suas consequências e efeitos no mundo do Direito se mostra bastante relevante.

Tanto é verdade que a relação entre direito e economia está cada vez mais presente, que uma corrente teórica denominada *law and economics*, surgida nos anos 1930 e desenvolvida nos anos 1960 nos Estados Unidos da América, que une e concilia o Direito com a Economia e que é o instrumento metodológico desta pesquisa.

Vislumbrando o Brasil do ponto de vista jurídico-econômico, podemos destacar como sendo os dois principais problemas que atingem nosso mercado a falência de empresas e o inadimplemento dos contratos de mútuo bancário¹, popularmente conhecidos como contratos de empréstimo. Nesse contexto, novação aplica-se atualmente com mais frequência no Brasil, na renegociação de dívidas bancárias, especialmente nos financiamentos maiores ao consumidor. De natureza jurídica controversa, a “novação” prevista na Lei 11.101/05 é entendida por alguns estudiosos como novação *sui generis*, pois não funciona exatamente como o instituto clássico. Assim, esta pesquisa traz como principais objetivos a análise da novação em abordagem comparada nos direitos civil e empresarial, a qual se encontra regulamentada respectivamente do Código Civil e na Lei de Falência, com um duplo enfoque: um, relativo à conceituação e caracterização em comparação com o direito civil clássico e outra, de cunho prático, a partir de sua utilidade para o direito falimentar e empresarial, a partir das decisões judiciais.

Desta forma, se pusermos lado a lado as legislações Civil e Falimentar brasileiras, fica bastante evidente que, embora ambas as leis partam da revisão de um crédito para viabilizar o adimplemento da obrigação, seus efeitos diretos no campo obrigacional são diferentes. Seguindo essa linha, se por um lado a novação clássica extingue a dívida anterior e cria uma nova obrigação para favorecer o adimplemento, a Lei de Falência se vale da suspensão condicional da dívida original como forma de possibilitar o pagamento dos credores.

EQUIPE: JONAS ANTUNES, DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS

ARTIGO: 5957

TÍTULO: **PODER JUDICIÁRIO E OCUPAÇÕES COLETIVAS: INTERFACES ENTRE OS MOVIMENTOS PELA REFORMA AGRÁRIA E URBANA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

No decorrer do século XX, foram promulgados diversos diplomas legais que instituíram políticas voltadas para a urbanização. Pontuam MEDEIROS, QUINTANS e ZIMMERMANN (2017), que “as cidades brasileiras eram vistas como a possibilidade de avanço e modernidade em relação ao campo, que representava o Brasil arcaico”. O Estado do Rio de Janeiro, durante todo o século, foi marcado por um acelerado processo de urbanização e desruralização (ALENTEJANO, 2003). Em compasso com a intensificação do êxodo rural e do incentivo à industrialização, despontaram as ocupações “ilegais” do solo urbano, promovendo processos de violência e segregação sócio-espacial (MARICATO, 2003).

Durante as décadas de 1950 e 1960, construiu-se o debate sobre o “lugar da reforma agrária num processo de desenvolvimento que se orientava sob uma perspectiva urbano-industrial”. (MEDEIROS, QUINTANS e ZIMMERMANN, 2017). Enquanto que, nas décadas de 1970 e 1980, com o acentuamento dos conflitos por terras, vários movimentos sociais passam a se organizar ou reorganizar no estado reivindicando políticas de Reforma Agrária e Urbana.

Surgiu, nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), contando com as experiências da militância camponesa antecedente ao Golpe Civil-Militar de 1964. Posteriormente, organizaram-se outros movimentos urbanos, tais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), bem como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN).

É interessante destacar que grande parte das ações possessórias são judicializadas. Então, nos propomos a refletir as interfaces entre ruralidades e urbanidades, adotando como objetivo geral a análise das práticas e decisões da magistratura em processos judiciais envolvendo ações coletivas dos referidos movimentos no Rio de Janeiro contemporâneo. Dessa forma, analisaremos como essas ocupações coletivas perpassam o Poder Judiciário fluminense, considerando os diferentes sujeitos envolvidos, como os advogados dos movimentos, que disputam a interpretação das leis, buscando garantir a legitimidade de suas ações e juizes, que majoritariamente criminalizam as ocupações coletivas realizadas pelos sem-terra, mas que, por outro lado, podem redigir sentenças considerando-as formas legítimas de pressão popular.

No que tange à metodologia, pretende-se promover uma revisão bibliográfica interdisciplinar, bem como analisar a literatura sobre movimentos sociais urbanos e rurais e a relação com o Estado, especialmente com o Poder Judiciário. Numa perspectiva de pesquisadores participantes, promoveremos a pesquisa empírica, dialogando com militantes do MST, do MTST e do MNLN.

Por fim, serão feitas entrevistas com juizes e assessores jurídicos, conjuntamente à pesquisa qualitativa em processos judiciais movidos contra as ocupações coletivas do MST, MTST e MNLN no Rio de Janeiro, buscando compreender melhor as práticas e teses jurídicas utilizadas.

EQUIPE: JÉSSICA SOARES BORGES, VIVIANE CARNEVALE HELLMANN, THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, LEONARDO BATISTA BEZERRA, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, THIAGO GARCIA

ARTIGO: 5977

TÍTULO: **AFRICANIDADES NA BIBLIOTECONOMIA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Africanidades na Biblioteconomia

O presente trabalho tem como finalidade refletir sobre a problemática do racismo e do preconceito institucional, marcado por um silenciamento da cultura afro-brasileira tanto no contexto histórico e cultural nos ambientes informacionais. Tem como objetivo identificar as potencialidades e as aplicações de mediações envolvendo Africanidades nas livrarias negras que realizam ações com a temática ético-racial como: realizar ações com a temática ético-racial como: afrosaraus, contações de historias de matrizes africanas, rodas de leitura, entre outras ações culturais que abordem a cultura negra. Contextualiza as livrarias negras como forma de luta na invisibilidade da cultura negra. Usa metodologia exploratória da pesquisa. Conclui, parcialmente que há a necessidade na continuidade desta pesquisa (desenvolvimento dessa área de estudo), oferecendo subsídio aos futuros bibliotecários, despertando-os para um maior interesse em atuar no campo de africanidades na Biblioteconomia.

Palavras Chave: Africanidades na Biblioteconomia; Racismo; Cultura afro-brasileira; Mediação a Leitura

EQUIPE: LAWRENCE DUARTE, LUCIA MARIA DA CRUZ FIDALGO FIDALGO

ARTIGO: 5984

TÍTULO: **MIGRAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E RECONHECIMENTO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Segundo Vilém Flusser, o imigrante é um valor positivo, fenômeno de enriquecimento para promover transformações, ensejar o encontro com novas e diferentes belezas. Todos os migrantes devem ser vistos a partir de uma perspectiva de futuro, por meio de mecanismos capazes de promover, através de sua história e experiência específicas, o “desenraizar” de todas as raízes. Através das diferenças, formula-se a possibilidade da criação de outros a si próprio, uma nova criação em um processo de contestação de velhos hábitos. Com a aquisição dessas formas de julgar, decidir e agir livres, é forjado um novo ser além das fronteiras de si mesmos, transportando os limites da realidade. Com isso, o trabalho perpassa as questões relacionadas a migração, cultura, provisoriedade, pertencimento, encontro de culturas, resistência e cidadania como pressupostos na dinâmica dos processos de lutas históricas de resistências no contexto brasileiro. Utilizou-se para tanto o método de abordagem dialético realizando o confronto dos princípios internacionais de direitos humanos com a sua verificada limitação prática no que se refere à aplicação de políticas públicas de integração do indivíduo migrante à sociedade acolhedora. No estágio atual de desenvolvimento da presente pesquisa, preliminarmente verificamos a precariedade do conceito nacionalista de cidadania no que tange tanto à proteção dos direitos dos migrantes quanto à elaboração e eficácia de políticas públicas que visem à promoção do protagonismo desses indivíduos no interior da sociedade receptora. Assim, verifica-se a necessidade de reconstrução das normas jurídicas que versam sobre a questão migratória a partir de um outro paradigma, pautado nos valores de uma sociedade comprometida com a dignidade da pessoa humana, destituída de limites fronteiriços.

EQUIPE: BRUNA RODRIGUES SOARES, VANESSA OLIVEIRA BATISTA BERNER

ARTIGO: **6042**

TÍTULO: **SEPARAÇÃO DOS PODERES E DESENHO INSTITUCIONAL: A TEORIA DOS DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O ato de revisar legislações, atos executivos ou decisões administrativas por parte dos tribunais (judicial review) é um problema que tem sido enfrentado pelas teorias política e constitucional. Remonta-se ao embate entre Federalistas e Anti-Federalistas presente na promulgação da Constituição dos Estados Unidos, bem como ao marco institucional do caso *Marbury v. Madison* (1803). Duas são as questões que devem ser enfrentadas ao se discorrer sobre tal prática, quais sejam, se o Poder Judiciário apresenta um lapso de legitimidade democrática e se o ato de revisão de leis por parte do Judiciário é ou não benéfico à harmonia institucional. A prática da revisão judicial é tratada pela Constituição da República Federativa do Brasil de forma direta (arts. 102; 105, III; 125 CRFB/88) e indireta (art. 2º CRFB/88). Tendo em vista os dispositivos constitucionais é que se questiona se a teoria dos diálogos institucionais é a mais adequada ao desenho institucional brasileiro. Os diálogos entre instituições, conforme a teoria ora mencionada, deve corresponder a uma interação própria entre os poderes no exercício da interpretação legal e constitucional, de acordo com as capacidades institucionais (institutional capacities) de cada uma delas e, outrossim, com os princípios da separação dos poderes mediante o uso de freios-e-contrapesos (checks and balances). O objetivo da atual pesquisa é avaliar se a teoria dos diálogos institucionais seria, de fato, a mais ajustada ao desenho institucional estabelecido pela Constituição Brasileira. Para isso, faz-se uso da leitura de bibliografia atual e relevante sobre o tema e da própria carta constitucional, bem como de análises qualitativas de decisões monocráticas e colegiadas do Supremo Tribunal Federal, no intuito de investigar como a própria suprema corte interpreta os institutos ora mencionados.

EQUIPE: RODRIGO SOARES DA SILVA, GUSTAVO RODRIGUES BARBOSA DOS SANTOS, DANIEL FELIPE DUARTE DE GOUVEA ARAUJO, DANIEL FERNANDES GALVÃO, CARLOS BOLONHA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE

ARTIGO: **6064**

TÍTULO: **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - POSSIBILIDADES PARA UM FUTURO MELHOR?**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **e-Pôster**

RESUMO:

O presente estudo de caso tem como foco a robô humanoide Sophia e sua interação com seres humanos. Através de Sophia, o autor deste estudo incluiu elementos teóricos sobre Inteligência Artificial e as possibilidades que essa tecnologia poderá trazer pra sociedade num futuro próximo questionando possíveis impactos à economia e ao mercado de trabalho global, e em especial, ao Brasil.

Sophia foi desenvolvida por Hanson Robotics, em Hong Kong sendo ativada em 14 de fevereiro de 2016, sendo esta sua data de nascimento. Foi o primeiro robô a adquirir cidadania em outubro de 2017, pela Arábia Saudita ([FLORIO, 2018](#)). Foi apresentada à ONU e a vice-secretária-geral, Amina Mohammed, ocasião na qual discursou respondendo alguns questionamentos. Em seu discurso, Sophia afirmou que está aqui para ajudar a humanidade a criar um futuro melhor e, com robôs e inteligência artificial, a capacidade produtiva poder ser maximizada, ainda que com menos recursos existentes. De acordo com ela, a maximização resultaria na melhor distribuição, para os locais mais necessitados do mundo, tanto dos recursos quanto das matrizes energéticas. Naquele momento, citou William Gibson dizendo que: "o futuro está aqui, só não está distribuído de forma igualitária." ([SOPHIA, ONU, 2017](#)) Sobre as possibilidades, a humanoide respondeu que alguns robôs já vêm sendo usados em tratamento de pessoas com autismo, e, que em breve, poderão ser usados nos cuidados de pessoas idosas, na construção civil, sem mencionar próteses mecânicas e nanotecnologia que auxiliarão de forma revolucionária os tratamentos médicos, evitando acidentes e perdas de vidas. Afirmou naquela ocasião que essas possibilidades são incomensuráveis.

Em outubro de 2018, Sophia esteve no Brasil, onde foi questionada se robôs roubariam empregos. Respondeu que esse tipo de pergunta acirra antagonismos e é usada por humanos para jogar uns contra os outros. Acredita que ninguém rouba trabalho, mas sim há delegação do trabalho para outrem e que não haverá troca de humanos por robôs pois, na sua ótica, humanos e robôs deverão ser parceiros complementares e não substitutos uns dos outros. ([SOPHIA, SÃO PAULO, 2018](#))

A partir do que Sophia representa como inovação tecnológica e da contextualização das suas falas, o autor deste estudo foi provocado a conciliar duas vertentes no desenvolvimento deste estudo de caso: a) Sophia enquanto cidadã e seu trânsito entre normas internacionais; b) a visita de Sophia a nosso país, suas respostas e as prementes questões acerca de mudanças no mercado e de mão de obra especializada. O avanço tecnológico prossegue, mas devemos nos preparar para futuros delineamentos éticos e legais. ([LAU, 2019](#)) Com base em dados sobre a qualificação da mão-de-obra brasileira, os efeitos e danos poderiam ser colossais pra nossa população e nossa economia. Necessário se faz conhecer essas tecnologias e investir para qualificar nossa mão de obra, afinal, o futuro já está aqui. Devemos, então nos preparar para recebê-lo.

EQUIPE: JOÃO LUIZ DO COUTO BAPTISTA, SANDRA MARIA BECKER TAVARES

ARTIGO: **6067**

TÍTULO: **MECANISMOS EXCLUDENTES DA POLÍTICA UNIVERSITÁRIA FRANCESA PARA IMIGRANTES DE PAÍSES TERCEIROS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Resumo do projeto:

O tema central do trabalho serão as Questões Migratórias na Europa e como subtema abordaremos os mecanismos excludentes da política universitária francesa para imigrantes. Após uma análise empírica do sistema educacional, político e do cotidiano francês, percebemos que mecanismos são adotados visando restringir o acesso de imigrantes, mesmo que regulares, dentro dos espaços europeus. Dentre eles, a diferença de taxas cobradas nas universidades para estudantes pertencentes ao Espaço de Schengen e aos demais alunos estrangeiros, a partir de 2018. Iremos principalmente abordar neste trabalho as medidas adotadas por ministérios e demais secretarias de governo que seriam uma forma "branda" de se levar adiante uma decisão restritiva de um nível macro, mas que não está explícita na política migratória do país.

Como trataremos no texto especificamente da educação na França, utilizaremos como metodologia a análise documental das decisões do Ministério da Educação Nacional, do Ensino Superior e da Pesquisa. Além disso, será necessário fazermos uma análise histórico-cultural deste país, principalmente considerando os aspectos da descolonização das colônias francesas que reverberaram em questões migratórias, a partir da segunda metade do século XX.

Por fim, o objetivo desta pesquisa será problematizar a questão dos mecanismos utilizados pela França que visam dificultar a permanência ou o acesso de imigrantes, mesmo os regulares. E tentar responder o porquê imigrantes são vistos como ameaças e até que ponto é favorável para o país receber e quando se torna não favorável.

EQUIPE: BEATRIZ CÂMARA VIEIRA DE TORRES, ANA PAULA MOREIRA RODRIGUEZ LEITE, FLAVIA GUERRA CAVALCANTI

ARTIGO: **6068**

TÍTULO: **A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DO "CASO DE ACARI" : ENTRE "GUERRAS", "TRAGÉDIAS", FATOS E LEIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A presente pesquisa tem por objeto a descrição e análise das narrativas jornalística e judiciária acerca do "Caso de Acari". Trata-se de evento violento, ocorrido no bairro de Acari, em 30/03/2017, envolvendo a morte de uma adolescente (Maria Eduarda) e de dois homens que, segundo relatos, estavam em confronto armado com policiais militares do 41º Batalhão da Polícia Militar.

Estampando páginas e páginas dos noticiários chamou-nos atenção o caso de Acari, que, diferentemente de outros eventos considerados trágicos ocorridos durante a mesma semana na cidade, possuía a peculiaridade de uma gravação em vídeo, que fora veiculada amplamente pela grande mídia, em que os policiais, Sargento Davi Gomes Centeno e Cabo Fábio de Barros Dias, atiravam contra os jovens já caídos em frente à Escola Municipal Jornalista Daniel Piza- local em que a adolescente Maria Eduarda, de 13 anos de idade, se encontrava quando fora atingida por disparos.

Por meio da análise das matérias jornalísticas publicadas no jornal O Globo e dos autos do processo criminal, cujos réus são dois policiais militares envolvidos no evento, a pesquisa busca centrar seu foco nos seguintes aspectos: a) na mobilização de certas palavras/expressões, por meio das narrativas, para direcionar os efeitos de sentido acerca do evento; b) na articulação entre fatos e leis; c) na construção biográfica de autores e vítimas do crime.

Trata-se de uma etnografia das formas narrativas de produção de sujeitos e evento. A perspectiva analítica está centrada na concepção de descrição densa, proposta pelo antropólogo Clifford Geertz.

A análise preliminar dos dados demonstra o lugar central das palavras "guerra" e "tragédia" como categorias organizadoras dos sentidos produzidos acerca do evento.

A grande contribuição do trabalho estaria, principalmente, pautada na investigação dos aspectos subjetivos que vão influenciar as decisões judiciais, através das disputas narrativas no presente caso, sejam essas dadas por meio dos jornais, documentos anexos aos autos do inquérito policial e do processo judicial em curso. Dentre os aspectos subjetivos encontrados, temos a construção da trajetória de vida das vítimas do evento, e as mobilizações das categorias "Guerra" e "tragédia" que, inevitavelmente, produzirão um sentido acerca da inteligibilidade e aplicação das leis do vigente ordenamento jurídico, sobretudo do direito penal e processual penal, possibilitando, assim, em última análise, uma produção de conhecimento acerca da própria atuação prática do direito a partir do estudo de caso.

EQUIPE: TAMIRIS GONÇALVES ALMEIDA, LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA

ARTIGO: **6083**

TÍTULO: **O EXÉRCITO COLOMBIANO E SUA ADAPTAÇÃO À OTAN**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

É importante compreender a dinâmica que existe na Colômbia entre a sociedade civil, as forças armadas, os movimentos guerrilheiros, a intervenção americana e por fim o interesse do país em se associar à OTAN.

Essa relação entre desigualdade social, que eclodiu primeiramente na zona rural colombiana, com o anseio das camadas mais populares por uma reforma agrária, com a resposta violenta de grandes proprietários de terra, utilizando as forças armadas para reprimir esses movimentos, com o nascimento das FARC, uma guerrilha de caráter paramilitar de caráter marxista/leninista que procurou financiar sua luta, por meios muitas vezes ilícitos, como sequestros, extorsões e por fim com uma aliança com cartéis de drogas, que desencadeou o surgimento de novos grupos armados civis, contrários ou a favor da causa inicial, mergulhando o país numa guerra civil. Colocou esses movimentos paramilitares na mira dos Estados Unidos, que havia declarado "Guerra às drogas" e adotaram como estratégia, dar suporte técnico, treinamento e apoio logístico e financeiro à Colômbia para erradicar a indústria das drogas no país.

Esse longo relacionamento entre os dois países, provocou mudanças profundas no âmbito militar colombiano, que reformulou suas doutrinas militares, transformando suas forças militares, em especialistas no combate à guerrilhas, utilizando a expertise norte americana, tecnologia e estratégias de contra inteligência que associado às negociações do governo com as guerrilhas, finalmente levaram à assinatura de um acordo de paz que pôs fim a cinquenta anos de guerra civil, que apesar de retirar antigos atores do conflito, ainda preocupa pois agora existe um vácuo de poder, que é disputado por novos atores, que surgiram com a fragmentação dos grupos tradicionais, o que pode significar novas ameaças para o país. O exército colombiano tornou-se uma referência como especialista em combates em ambientes internos, desarme de minas e no uso de serviços de inteligência para desarticulação de grupos milicianos, um conhecimento que a OTAN, manifestou muito interesse em adquirir e disseminar entre os países membros do tratado.

EQUIPE: WILSON PAULO QUEIROZ NASCIMENTO, DIOGO MONTEIRO DARIO

ARTIGO: **6100**

TÍTULO: **OCCUPY WALL STREET PÓS CRISE DE 2008: UMA INFLEXÃO SISTÊMICA?**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O presente projeto busca estabelecer as manifestações do *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos como um sintoma das contradições do modelo capitalista hegemônico contemporâneo, evidenciadas através da crise econômica mundial ocorrida nesse início de século. Esses movimentos, classificados por vezes de anti-sistêmicos e por vezes de contra hegemônicos lutam contra as estruturas de poder estabelecidas pela ordem econômico-política vigente, reivindicando um sistema mais igualitário e democrático, articulando novas lutas numa perspectiva mundial.

Esse fenômeno foi capaz de impulsionar os prognósticos de teóricos que consideraram a crise de 2008 um momento de transformação comparável à crise de 1929 em relação ao surgimento de processos políticos e sociais alternativos? As reivindicações foram traduzidas em políticas que abarcam os anseios da sociedade civil global, ou o que se desenrola é uma cooptação dessas pautas para a continuidade da reprodução do sistema? Essas perguntas são algumas das problemáticas que nortearão a pesquisa.

As manifestações podem ser entendidas enquanto consequência da continuidade das políticas neoliberais de desregulamentação de mercados, na manutenção do *status quo* da economia internacional, e nas políticas adotadas pelo governo para resgatar os bancos. A resiliência do sistema econômico para se recuperar no contexto do pós-crise econômica de 2008 gerou um aprofundamento do processo de moinho satânico, reforçando políticas de austeridade e da mercantilização da vida que determinaram a ordem econômica mundial desde os anos 90.

É importante considerar os riscos desses movimentos, pois uma visão muito otimista de seus rumos é ingênua ao desconsiderar as relações de forças hegemônicas presentes que tentarão usurpar o caráter renovador que eles podem impulsionar. O esperado é que a investigação demonstre que ainda que os movimentos sociais sejam instrumentos democráticos legítimos e potenciais catalisadores de uma resignificação da ordem hegemônica, eles podem, ao contrário do que se espera, levar também à uma absorção dessas demandas e da energia política. É natural que essas elites e forças hegemônicas busquem atuar sobre essas manifestações, que por serem não programáticas apresentam

demandas amplas e universais, facilitando assim sua cooptação ou descaracterização. É nesse sentido que ganham força discursos populistas, conservadores, nacionalistas, e antiglobalização nos EUA e no mundo.

A metodologia utilizada contará principalmente com uma pesquisa bibliográfica de livros, artigos e teses científicas nas áreas de Economia, Ciência Política, Sociologia e principalmente Economia Política Internacional, que darão o arcabouço de sustentação teórica para a argumentação que se pretende empreender.

EQUIPE: JULIANA LOPES SANTOS, CRISTINA SOREANU PECEQUILO, RAPHAEL PADULA

ARTIGO: 6118

TÍTULO: ESCRITÓRIO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E GESTÃO PÚBLICA (EPG)

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O EPG é vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e surgiu a partir de experiências extensionistas desta unidade acadêmica, e constitui-se como lugar de prática e reflexão em extensão universitária, assessoria popular, assessoria aos órgãos públicos, estágio acadêmico e produção de conhecimento no campo do planejamento urbano e regional e gestão pública. Durante o período de março/2018 a abril/2019, o projeto previa um conjunto de seis ações dispersas pela metrópole do Rio de Janeiro, com a intenção de estabelecer elos entre a Universidade e a sociedade civil e organizações estatais e não estatais de comprometidas com o interesse coletivo. Em síntese, podemos destacar como resultados específicos de quatro de extensão previstas pelo EPG: (1) A formação de parcerias com secretários municipais de Mesquita (RJ), a entrega de uma proposta de acompanhamento da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no município e a participação ativa de um subsecretário em uma Oficina ofertada na graduação em Gestão Pública (GPDES), na ação "Fortalecimento das capacidades institucionais do Município de Mesquita no processo de implementação do seu Plano Plurianual - PPA 2018-2021". (2) O mapeamento das situações de moradia e trabalho na região central, com foco na questão das ocupações urbanas, dos cortiços e dos trabalhadores informais (camelôs) na ação "Morar, Trabalhar e Viver no Centro: mobilizações e ações de promoção do direito à cidade na área central do Rio de Janeiro". Com essa ação, foi possível perceber que o nível de associativismo dos moradores de cortiços e trabalhadores ambulantes ainda é baixo, o que justifica o investimento em redes de mobilização mais robustas, sobretudo na atual conjuntura de desmantelamento das políticas de proteção e de criminalização dos ativismos. (3) A ação "Cidade e Habitação: Debatendo a metrópole do Rio de Janeiro" promoveu a troca de saberes entre a pesquisa acadêmica e movimentos sociais urbanos (em especial aqueles que têm como pauta central o direito à cidade e à moradia). Nos fóruns realizados nessa ação contou-se com a participação de aproximadamente 40 convidados e 15 entidades que participaram diretamente dos debates, tendo ainda o compartilhamento dos debates via plataformas digitais como o Boletim do Observatório das Metrópoles. (4) Na ação "Planejamento, Gestão E Controle do Serviço de Transporte por Ônibus no Rio de Janeiro" os resultados alcançados representaram uma excelente integração entre as discussões da disciplina de Direito Administrativo com a análise do processo de licitação e contratação dos serviços de Ônibus pela Prefeitura do Rio de Janeiro, assim como da gestão e controle deste serviço público. As atividades desenvolvidas nessa ação também resultaram na produção de artigos, apresentação de trabalho na SIAC e TCC em desenvolvimento sobre o tema e ampliação dos debates sobre o transporte público do Rio de Janeiro.

EQUIPE: JOAO PEDRO VIEIRA MARIEN, PAULO RICARDO DA COSTA REIS, PEDRO DE NOVAIS LIMA JUNIOR

ARTIGO: 6136

TÍTULO: CRIME CONTRA A HUMANIDADE E IMPUNIDADE: UM ESTUDO SOBRE OS ATAQUES NUCLEARES A HIROSHIMA E NAGASAKI EM 1945

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente estudo se refere ao bombardeamento nuclear das cidades japonesas Hiroshima e Nagasaki, no final da Segunda Guerra Mundial, atos que configuraram um grave crime contra a humanidade. Por meio de um estudo crítico acerca dos fatos, é proposto o questionamento acerca da indispensabilidade do uso de armas de destruição em massa contra civis para a rendição do Japão. Neste trabalho, pretende-se contestar os argumentos e justificativas utilizados por parte dos Estados Unidos, explorando as contradições presentes em seu discurso político, e averiguando os reais motivos para a utilização de armas de destruição maciça sobre populações civis. Outrossim, tendo em vista as consequências do uso destas armas para a configuração do sistema internacional no pós-guerra, buscar-se-á tratar desta temática em suas diversas facetas seja do ponto de vista histórico, político, jurídico e humanitário para melhor compreendê-la. Diante do exposto, pretende-se estabelecer uma crítica para a não responsabilização dos Estados Unidos por parte das Organizações Internacionais conforme as leis internacionais referentes ao Direito Internacional Humanitário, pelos crimes contra a humanidade, ocasionados pelas explosões de bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki.

EQUIPE: LETÍCIA DO VALLE PESTANA DE PAULA, ALEXANDER ZHEBIT

ARTIGO: 6151

TÍTULO: A FORMAÇÃO DE MEDIADORES JUDICIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A projeção de políticas e regras tendentes a aprimorar a solução de litígios tem promovido a expansão e aplicação dos Métodos Adequados de Solução Consensual de Conflitos. A mediação judicial se encaixa nesse contexto, por se caracterizar pela pacificação dos indivíduos, mediante a atuação de mediadores que facilitarão a abertura dos caminhos dialógicos entre as partes, para que assim, elas próprias envidem esforços para resolver consensualmente o impasse, com o fito de viabilizar a preservação das relações sociais. E é justamente nesse ponto que se encaixa a relevância da pesquisa.

Assim sendo, a pesquisa propõe uma análise específica da mediação judicial constituída como mais um mecanismo de ampliação do direito de acesso à justiça, não sobreposto e nem abaixo da tutela do Poder Judiciário. A pesquisa detém-se, portanto, na análise da hipótese da formação, compatível com os dispositivos legais, dos mediadores judiciais na resolução de litígios de modo justo, célere e eficiente. Afinal, são eles que auxiliam a ascendência da mediação à mesma estatura da tradicional solução adjudicativa.

À vista disso, para que os mediadores judiciais possam atuar, eles devem estar capacitados conforme as diretrizes do Código de Processo Civil (CPC), da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Lei nº 13.140/15 que regulamentam a admissão, cadastro, atuação, treinamento, aperfeiçoamento e remuneração dos mediadores e os requisitos necessários para a habilitação de instituições específicas para a capacitação destes.

Dessa forma, o estudo é direcionado ao exame da formação dos mediadores judiciais, visando analisar o cumprimento do conteúdo programático mínimo e as ações voltadas à sua capacitação, bem como a verificação dos mecanismos de aplicabilidade das normas do CPC, referentes à mediação nas várias civéis da comarca da capital do Rio de Janeiro.

A metodologia de pesquisa empreendida se manifesta em análises doutrinárias, bibliográficas e legislativas, bem como no levantamento de dados e pesquisas de campo ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), aos doze Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) da capital do RJ e algumas instituições que ministram cursos de formação de mediadores no Estado. A estruturação desses dados será realizada, até o início de setembro de 2019, por meio de entrevistas cujo caráter será exclusivamente exploratório e descritivo, a fim de englobar o período compreendido entre a publicação da Lei de Mediação até os dias atuais.

Portanto, pretende-se verificar com a pesquisa, se as diretrizes do CNJ, estão sendo observadas pelas instituições autorizadas a ministrar os cursos de formação. E, em complemento a isso, busca-se também esclarecimentos sobre qual público está sendo formado. De modo a averiguar, por conseguinte, variáveis como: faixa etária, grau de escolaridade, gênero, perfil econômico e ocupação.

EQUIPE: MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA, NATHALIA KELLE ARNALDO DE JESUS, BEATRICE AZEVEDO AYODELE, SAMARA RESENDE CLEMENTE

ARTIGO: 6178

TÍTULO: VIGILÂNCIA NO TRABALHO: USO E LIMITES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A Vigilância sob o trabalhador, exercida por seus superiores e pela organização remonta à própria história do trabalho. E ela tem sido utilizada pelas empresas com o intuito de melhorar a produtividade e a eficiência.

Esta vigilância pode se manifestar de forma direta através dos superiores, como também dos próprios colegas de trabalho. Além é claro de equipamentos como câmeras e dos softwares que analisam a comunicação interna feita através de e-mail e mensagens. E ainda outros instrumentos tecnológicos, que estão em aperfeiçoamento contínuo, no que diz respeito a exercer controle de forma eficiente.

No entanto a vigilância pode ganhar um incômodo caráter de fiscalização e até mesmo ser invasiva para com os funcionários, gerando nestes a sensação de estar sendo espiado. Diante disso, neste trabalho abordaremos impactos gerados pela vigilância excessiva no ambiente de trabalho e consequentemente sob o trabalhador, examinando o limite ético de seu uso.

O objetivo principal deste projeto é analisar o uso dos instrumentos de vigilância no ambiente de trabalho e verificar seu o seu uso é um mero instrumento de gerenciamento de pessoas e atividades ou se se tornou um instrumento de controle social.

Metodologia: Para a realização do projeto serão efetuadas consultas bibliográficas, com o intuito de formação de base teórica da argumentação. Além disso serão realizadas entrevistas com trabalhadores que desenvolvem suas atividades laborais em ambientes que apresentem vigilância.

EQUIPE: PRISCILA LUCIANA GARRET SIMÕES DA SILVA, RENATO NUNES BITTENCOURT

ARTIGO: 6185

TÍTULO: RELAÇÃO ECONÔMICA SINO-BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA DA NOVA ROTA DA SEDA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente artigo visa explorar e questionar quais seriam os benefícios para o Brasil se fizesse parte da Nova Rota da Seda China. Os investimentos chineses são ambiciosos, mas até onde a filosofia chinesa de paz e amizade com o mundo vale quando o assunto é poder econômico? Similarmente conhecida como OBOR (One Belt, One Road), o novo programa chinês será avaliado por sua ousada proposta de criar rota comercial que pretende expandir a interação econômica da China em âmbito mundial.

A atual segunda maior economia do mundo mantém há quase duas décadas uma sólida relação econômica com o Brasil, e demonstra interesse em investir no país sul-americano no OBOR. Os países são aliados econômicos também pelo bloco BRICS.

Usando princípios geoestratégicos, econômicos e governamentais, a China observa no globo as nações mais promissoras para estreitar os laços, mesmo no cenário internacional do momento, onde encontra-se em guerra comercial com os Estados Unidos da América.

O desenvolvimento da economia chinesa pode melhorar a economia brasileira que está há anos em recessão. Esta pesquisa busca analisar as possíveis oportunidades do Brasil junto ao país asiático e se o gigante do sul está apto a reconhecê-las e aproveitá-las.

A metodologia de pesquisa será qualitativa, baseada nas fontes bibliográficas citadas e demais problemáticas de impacto ao sistema internacional, dado o avanço econômico chinês.

A principal questão será: como a China conseguirá gerenciar tantos acordos econômicos sem entrar em grandes conflitos ou guerras com países, como é notório em sua atual relação com os Estados Unidos?

EQUIPE: DAYANNE MARQUES ARANTES, LEONARDO VALENTE MONTEIRO

ARTIGO: 6187

TÍTULO: GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA: TEORIA, PRÁTICA E EMPREENDEDORISMO SOCIAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este trabalho faz parte das ações do projeto Gestão, Desenvolvimento e Inovação (GDI). O GDI é um projeto de extensão universitária que tem como objetivo central articular diferentes campos de conhecimento, em associação com a disciplina Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia (GDT).

O GDI e o GDT são duas linhas de atuação do Programa de Gestão e Inovação (PGI) da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC/UFRJ), desenvolvidos em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COPPE/UFRJ), que estimulam a articulação de pesquisas entre diferentes campos de conhecimentos, aplicados na realidade de empreendimentos, organizações, instituições e movimentos sociais. Entre outros objetivos, este projeto busca contribuir para a ampliação do diálogo entre a universidade e os espaços não acadêmicos, ampliando os estudos sobre a multiplicidade e complexidade das questões que conformam a sociedade brasileira contemporânea.

As ações implementadas junto à Recicla Verde apontaram para a necessidade da realização de capacitações contínuas, de forma a contribuir, em especial, com a superação de questões relativas à gestão do empreendimento. Foi criado, no início de 2019, um Centro de Capacitação na própria Rede, onde estão programadas a realização de cursos e atividades para os cooperados e toda a comunidade do entorno.

A criação do Centro de Capacitação ampliará a participação dos cooperados, já que seu deslocamento para a Universidade é dificultado tanto por questões econômicas, quanto pela dinâmica do trabalho por eles realizados.

A metodologia adotada no projeto engloba coletas diretas, por intermédio de questionários, entrevistas ou dinâmicas de grupo; além de

informações extraídas dos documentos produzidos e de fontes secundárias de dados, visando a definição de indicadores de avaliação a serem utilizados no monitoramento das ações implementadas, de forma a estabelecer uma análise do empreendimento no que se refere à situação inicial (diagnóstico/questões identificados) e final (mudanças produzidas pela implementação do projeto).

Espera-se que o desenvolvimento do projeto possibilite a contínua evolução dos envolvidos, contribuindo para a constituição de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade e de empreendimentos democráticos e sustentáveis, viáveis social e economicamente.

EQUIPE: DIEGO ROCHA RESENDE DE BRITO, ALEX BASTOS, ELIANE RIBEIRO PEREIRA, ROBERTO WESTENBERGER, JOSÉ ROBERTO MAFRA, ANA PAULA FARIAS RODRIGUES PÊGO, GONÇALO GUIMARÃES, MARIA CECILIA CARVALHO CHAVES

ARTIGO: 6196

TÍTULO: BIBLIOTERAPIA NO TRATAMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa se configura como um estudo de caso sobre a aplicação da biblioterapia como recurso terapêutico para o tratamento de crianças portadoras de Transtorno do Espectro Autista (TEA) em pacientes do Centro de Atenção Psicossocial Infância-juvenil (CAPSI) e Centro de Atenção e Reabilitação da Infância e da Adolescência (CARIM). O trabalho é desenvolvido no âmbito do projeto de extensão "Educação, Aprendizagem e Diversidade no espaço CAPSI CARIM" do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, em parceria com o Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O estudo foi realizado com um paciente de 8 anos de idade, com diagnóstico de autismo moderado (nível 2, médio). O objetivo é comprovar a contribuição da biblioterapia como ferramenta de auxílio no tratamento dos transtornos mentais. A metodologia se compõe primeiramente de pesquisa bibliográfica. Em seguida, foi feito levantamento de informações do paciente em análise visando a identificar seus gostos e particularidades. Após isso, fez-se um levantamento de acervo da literatura adequada ao caso no intuito de identificar os melhores recursos informacionais para o caso. Por fim, houve sessões de aproximação do paciente com o biblioterapeuta em conjunto com a equipe de psicólogos pondo em prática o conjunto de técnicas biblioterapêuticas modeladas para o paciente. Os resultados foram animadores em função da melhora do paciente no que diz respeito aos aspectos de interação deste com a equipe de profissionais envolvidos e com outros pacientes do CAPSI-CARIM. Previamente, infere-se que a biblioterapia é uma ferramenta terapêutica que tem se mostrado eficiente no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista, uma vez que esta, em conjunto com a psicoterapia, contribui para a mudança do comportamento e melhor ajustamento social dos pacientes. As primeiras análises mostram que os pacientes se identificam com os personagens das histórias, proporcionando o desenvolvimento de qualidades racionais e emotivas nos indivíduos.

EQUIPE: ISABELLA OLIVEIRA DE FRANCA, MARIA DE FATIMA SOUSA DE OLIVEIRA BARBOSA, CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE, DELANA OLIVEIRA, CHARLENE CARVALHO SOARES, BIANCA DE LÁIA VICENTINI

ARTIGO: 6198

TÍTULO: UM OLHAR GEOPOLÍTICO SOBRE A ANTÁRTICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O trabalho "Um olhar geopolítico sobre a Antártica" propõe-se a tratar sobre as questões geopolíticas e geoestratégicas da utilização do território do continente antártico, a partir de sua feição histórica e colonialista, abordando as construções múltiplas de defesa e segurança na região.

Na feição histórica, o marco inicial de disputas acontece em 1908, com o Reino Unido reivindicando o território da Antártica. A passagem das mudanças às consolidações territoriais marcam e contextualizam o histórico de disputas e, em 1959 o Tratado da Antártica é assinado, tornando-se um instrumento de construção de paz e ciência naquela região, mas cabe ressaltar que esse documento tem data de validade, 2041. O Tratado restringe qualquer prática de exercícios militares, reforça a liberdade de pesquisa científica e proíbe testes nucleares naquele território, negando, também, qualquer reivindicação territorial. Porém, o arrefecimento das relações internacionais, especialmente durante a Guerra Fria, trouxe várias questões que puseram em xeque o futuro do Tratado. Novas reivindicações territoriais nos anos 80, especialmente entre Argentina e Chile e a Guerra das Malvinas, envolvendo o Reino Unido, potência bélica e marítima, em um território tão próximo do continente antártico trouxeram redefinições nos paradigmas para a segurança da região.

Nos anos 60 e 70, pesquisadores brasileiros como Therezinha de Castro e Euripedes Cardoso de Menezes tratam em suas obras sobre a relevância da ocupação nacional no território Antártico, abrindo caminho para essa discussão nas Forças Armadas. A consolidação disso acontece a partir de 1982, quando o território passa a figurar nas políticas estratégicas da Marinha do Brasil com a formulação do PROANTAR (Programa Antártico Brasileiro), que gerou, dois anos depois, a fundação da Estação Antártica Comandante Ferraz, símbolo maior da participação brasileira nas pesquisas no continente. A inclusão da Antártica como parte do Entorno Estratégico, em 2007, bem como a reconstrução da Estação Antártica depois de um incêndio em 2012, demonstram o interesse direto do Brasil na utilização contínua daquele espaço.

O trabalho propõe uma série de questionamentos acerca da relação entre os Estados na região e a evolução dos seus interesses geopolíticos nos últimos anos, bem como avalia os custos e benefícios da manutenção das bases científicas para possíveis fins não-pacíficos no futuro.

Por fim, ressaltamos que às reflexões analíticas perpassam as três regiões da Antártica: Antártica Oriental, Ocidental e Península Antártica, e as possibilidades futuras de exploração predatória por sua realidade de ampla abundância mineral, o que torna a ocupação um elemento de caráter político.

EQUIPE: BERNARDO SARMENTO PEREIRA, GABRIELA PAULUCCI DA HORA VIANA, DANIELE DIONISIO DA SILVA

ARTIGO: 6228

TÍTULO: RESP 1559/264: COMO A FIXAÇÃO DO ENTENDIMENTO ACERCA DA TRANSMISSÃO DE TECNOLOGIAS STREAMING ENQUANTO EXECUÇÃO PÚBLICA PODE IMPACTAR OS AGENTES DA INDÚSTRIA FONOGRAFICA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho possui como principal objetivo a análise do julgado no REsp 1559/264, isto é, da alteração da natureza jurídica da transmissão de tecnologia streaming, sob o ponto de vista do Direito Autoral, assumindo formato alinhado com a modalidade de execução pública, enquanto fator inerente à dinâmica existente entre os agentes da indústria fonográfica.

Nesse sentido, contaremos com embasamento multidisciplinar, haja vista que o streaming, enquanto uma plataforma relativamente nova que veicula conteúdo artístico e que, apesar de objeto de incidência do Direito, possui raízes na área tecnológica, da comunicação, da economia e da arte, torna necessária uma abstração preliminar que ultrapasse uma análise meramente jurídica.

Vale ressaltar, todavia, que esta pesquisa privilegia o campo do Direito enquanto área de conhecimento e, não por acaso, se apoia, pragmaticamente, na jurisprudência como principal instrumento jurídico investigativo dos impactos concretos dessa transformação paradigmática no que é, hoje em dia, o principal formato de distribuição cultural no mercado.

Diante desse cenário conturbado, em que nos deparamos com o ordenamento jurídico brasileiro desempenhando uma súbita tentativa de melhor se adequar à regulação de uma tecnologia inovadora, cabe a nós, pesquisadores, através de um estudo empírico, observar com cautela o tema, de maneira a traçar um panorama geral pós-Resp 1559/264, para que possamos entender a verdadeira dimensão de suas consequências.

EQUIPE: LEONARDO PORTILHO SOARES, THAIS DE OLIVEIRA ORIGUELA, VERONICA LAGASSI

ARTIGO: 6238

TÍTULO: FORMAÇÃO E DIFUSÃO DAS MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

No Rio de Janeiro, mais de dois milhões de pessoas vivem em territórios dominados por milícias - os grupos criminosos paraestatais que surgiram na capital fluminense em meados da década de 1990 e rapidamente se espalharam por quase todo o Estado. O objetivo do presente trabalho é analisar o processo de criação das milícias, por meio da identificação das forças políticas, econômicas e sociais que concorreram para a composição de um cenário propício à formação e posterior expansão desses grupos criminosos. Além disso, buscar-se-á examinar os efeitos da repressão estatal sobre esses grupos após a realização da CPI das milícias, em 2008, de modo a analisar a eficácia da atuação do Estado na tentativa de desestruturar as milícias. Para alcançar estes objetivos, este trabalho faz uso de fontes primárias e secundárias e a sua metodologia é dividida em três etapas. Em um primeiro momento, recorre-se às fontes bibliográficas, como livros, artigos, dissertações, dentre outros. Em um segundo momento, é feita a pesquisa documental a partir do relatório da CPI das Milícias, do Mapa da Violência, do banco de dados do Disque-Denúncia e das matérias de jornais. A terceira etapa consiste na eventual realização de entrevistas com especialistas no tema para o esclarecimento de dúvidas que surgirem no decorrer da pesquisa. Com isto, espera-se esclarecer o processo de formação de uma organização criminosa do tipo miliciana, dividindo este processo em diferentes fases que podem ou não ser implementadas a depender dos fins e do contexto social em que a milícia está se inserindo, assim como entender as diferentes forças políticas, econômicas e sociais que a sustentam enquanto grupo paraestatal e que permitem a sua criação e expansão. Outro resultado esperado é a superação dos limites conceituais que circundam o tema e que contribuem para a não diferenciação entre milícias e demais grupos criminosos, bem como a construção de um entendimento sobre as falhas no processo de enfrentamento dessas organizações, apresentando, por fim, algumas soluções que podem ser adotadas pelo Estado no combate às milícias. Diante deste cenário, a dimensão e a gravidade das milícias inspiram urgência. A força dessas organizações e a sua capacidade de expandir-se rapidamente pelo Rio de Janeiro e pelo Brasil representam um risco ao poder estatal e ao Estado democrático de direito, porque esses grupos detêm o monopólio ilegítimo do uso da força em dados territórios e sobre estes agem sem qualquer limitação de um aparato legal e legítimo, exercendo o controle sobre a vida de milhões de brasileiros. Para que o enfrentamento seja efetivo e eficaz, este trabalho buscará lançar luz sobre as muitas sombras que ainda envolvem este tema.

EQUIPE: RUAN MARTINS, DIOGO MONTEIRO DARIO

ARTIGO: 6249

TÍTULO: EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: AÇÕES PARA O PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Contexto

O atual PBSM - Plano Brasil Sem Miséria (www.brasilsemmiseria.gov.br) constitui uma das ações do Governo Federal iniciada no Governo Lula e conhecida como o Programa Fome Zero. As numerosas ações desta iniciativa são divididas nos três principais grupos de políticas - estruturais, específicas e locais.

Objetivos

O presente estudo tem como objetivo levantar informações sobre o nível de conhecimento do alunado de Segundo Ano do Ensino Médio, em 2019, do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - CAp/UFRJ sobre a fome e o PBSM, bem como coletar opiniões dos alunos sobre a problemática da fome e apontar as disciplinas do Colégio e formas de expressão que abordam o tema da fome.

Métodos

Visando conhecer o grau de divulgação do PBSM e as críticas sofridas por este junto à sociedade, desenvolveu-se questionário aplicado junto ao alunado apontado. O questionário constou num total de 9 perguntas, sendo sete de opções de múltiplas escolhas para facilitar a investigação no que tange ao grau de conhecimento dos alunos quanto ao Programa Brasil Sem Miséria. As outras duas foram abertas visando coletar opiniões e críticas sobre o tema abordado. As respostas das perguntas de 1 a 7 puderam ser tabeladas numa abordagem quantitativa, enquanto que as duas últimas foram analisadas com enfoque qualitativo.

Resultados

Num universo de 93 alunos, 68 responderam ao questionário. (1) O nível de conhecimento do PBSM por parte do alunado é básico. É surpreendente o baixo conhecimento do PBSM e de seus resultados por grande parte dos alunos; (2) Rádio/TV e Internet constituem as opções mais comuns para a maioria dos respondentes como fonte de conhecimento do PBSM; (3) a disciplina Geografia domina a abordagem sobre o tema no CAp/UFRJ, seguida de História e Literatura; (4) Fotografia seguida de Literatura são destacadas como principais formas de expressão em que a Fome tenha sido retratada em obras; (5) Discussões com os familiares seguidos de amigos foram as opções mais frequentes, enquanto que discussões com os professores representaram apenas opção dentre as menos votadas; (6) A principal ação apontada que ajudaria a combater o problema da fome no Brasil foi a Educação; (7) Os alunos acreditam que o Governo é o principal responsável para reduzir ou erradicar a fome no Brasil; (8) A principal crítica ao PBSM foi a má execução do Programa; (9) As principais sugestões para inserir conhecimento sobre o PBSM no CAp/UFRJ é incluir o tema em sala de aula e promover debates e palestras ao alunado, principalmente nas disciplinas de Geografia, História e Literatura.

Conclusão

O estudo mostrou que é necessário uma maior conscientização, estudos e atividades extracurriculares e mais conteúdos em sala de aula.

EQUIPE: PIERRE OHAYON, NINA OIAMORÉ DE PAULO MACIEL

ARTIGO: 6254

TÍTULO: MATERIAIS E TECNOLOGIAS NÃO-CONVENCIONAIS (MTNCS) PARA CONSTRUÇÕES ECOLÓGICAS E SUSTENTÁVEIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Objetivos: O projeto de pesquisa visa apontar as iniciativas atuais e potenciais da Educação, Ciência e Tecnologia em prol da ação do Governo Federal de Apoio à Pesquisa e Inovação em Edificações Sustentáveis desenvolvida pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social - SECIS /MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e telecomunicações. Especificamente esta é voltada para a geração de subsídios que orientem a identificação de conhecimentos e a formulação de política pública para desenvolvimento sustentável na perspectiva da inovação tecnológica vinculada à temática das edificações sustentáveis.

Metodologia: Trata-se de um estudo de caso junto ao Colégio de Aplicação - CAp/UFRJ. Instrumentos de coleta de dados, tais como pesquisa documental e Questionário Orientador foram utilizados na pesquisa junto ao alunado do 2º Ano do Ensino Médio. O Questionário Orientador pretendeu: (i) Colher informações sobre o nível de conhecimento do referido alunado sobre MTNCs; (ii) Levantar opiniões dos alunos sobre a problemática dos MTNCs e o desenvolvimento sustentável; (iii) Apontar as disciplinas do CAp/UFRJ que abordam o tema em questão; (iv) Sugerir aplicações ou aprimoramentos em disciplinas do CAp/UFRJ sobre o assunto.

Principais Resultados: Num universo de 93 alunos, 68 responderam ao questionário. (1) O nível de conhecimento do alunado em relação aos MTNCs é muito baixo; (2) Internet constitui a opção mais comum para a maioria dos respondentes; (3) Disciplinas de Geografia e Biologia dominam a abordagem sobre tema dos MTNCs no CAp/UFRJ; (4) Os alunos apontaram Filmes e Documentários como as principais formas de expressão observadas em que o tema dos MTNCs tenha sido abordado tanto no CAp/UFRJ quanto no seu cotidiano; (5) Discussões com os professores e os familiares foram as opções mais frequentes seguidas dos amigos. (6) As principais sugestões que ajudariam a melhorar o uso dos MTNCs no Brasil incluem: Investimento em Educação e investimentos por parte do Governo em projetos de MTNCs; (7) Os alunos acreditam que o Governo é o principal responsável para assegurar construções ecológicas e sustentáveis.; (8) Os respondentes não apontaram críticas ao uso dos MTNCs em razão ao baixo conhecimento; (9) A principal sugestão para inserir conhecimento sobre o uso dos MTNCs nas matérias do CAp/UFRJ é promover Debates ao alunado sobre o tema.

Conclusões: No plano da ação sobre o tema, indicam-se: (i) Maior conscientização; (ii) Mais trabalhos de pesquisa; (iii) promoção de feiras; (iv) Mais conteúdos em sala de aula sobre os MTNCs.

EQUIPE: PIERRE OHAYON, LINDA CAROL ALVES MARIANO

ARTIGO: **6259**

TÍTULO: **O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA ETIÓPIA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

RESUMO: Os recentes índices de crescimento econômico da Etiópia têm chamado a atenção internacional pelo volume e consistência. Segundo dados do Banco Mundial, a economia etíope cresceu a uma média de 10,3 % por ano 2006/7 e 2016/7, puxada pelo aumento dos investimentos, das exportações e pelos gastos públicos em grandes programas de infraestrutura. Este fenômeno, em particular, vem contribuindo para redefinir a antiga imagem de um país assolado pelo combate à fome e por guerras étnicas. Mesmo no âmbito da pobreza extrema é possível verificar uma redução de 30% para 24% entre 2011 e 2016, embora estas cifras não tenham sido ainda suficientes para indicar uma alteração das dimensões estruturais da pobreza e da desigualdade. Chama especial atenção ainda o fato desta série inédita de crescimento na economia do país ocorrer quase que inteiramente no período pós-crise financeira de 2008. Isso posto, o presente trabalho objetiva conhecer a natureza do crescimento etíope a partir de uma revisão das recentes publicações sobre o assunto na literatura especializada. A fim de organizar o material pesquisado, a pesquisa adota como método uma abordagem interdisciplinar cujo enfoque repousa sobre três fatores entrelaçados: 1) a identificação dos setores da economia responsáveis pelo crescimento. Neste aspecto interessa saber não apenas quais são mas também por quais razões puderam se desenvolver na conjuntura atual; 2) o papel das relações internacionais para o crescimento, com destaque para as novas parcerias comerciais e de investimentos com a China; 3) o impacto do crescimento para a redistribuição de renda e o combate à pobreza. O recorte temporal privilegiará o período recente, tendo como marco o ciclo de crescimento que se estende de 2006 até o momento presente.

EQUIPE: MARIAH DAS GRAÇAS NUNES SALES, EDUARDO CRESPO, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO

ARTIGO: **6268**

TÍTULO: **A IMPORTÂNCIA DAS SOFT-SKILLS PARA AS ORGANIZAÇÕES**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O mercado de trabalho está sofrendo profundas alterações advindas da revolução tecnológica e, como consequências primárias, o homem tenderá a ser cada vez mais substituído de suas funções pela Inteligência Artificial. Aplicando esse contexto às Organizações, as novas demandas comunicativas exigirão práticas dinâmicas, próprias do chamado Capitalismo Tardio, orientado para um sistema informatizado e virtual. Em virtude disso, profundas mudanças serão necessárias rumo à humanização e descentralização das estruturas organizacionais. Para tal, o estudo e implementação das habilidades socioemocionais engloba configurações valorativas que enaltecem o potencial singular do ser humano. Por isso, encontramos aderência dessa perspectiva tanto no desenvolvimento do Marketing 4.0 quanto das Soft-Skills dentro das Organizações do Futuro, que caminham cada vez mais pautadas na gerência criativa de valores e o reconhecimento da individualidade como potência produtora.

Dessa forma, nossa proposta gira em torno da importância das habilidades socioemocionais nas Organizações do Século XXI, afim de reconhecê-las como fator crucial para o êxito humano dentro e fora do mundo profissional.

O grande objetivo do trabalho é estimular o interesse e desenvolvimento socioemocional do corpo discente nas Universidades. Habilidades como Inteligência Emocional, Resiliência, Criatividade e afins, serão cada vez mais requisitados num mundo globalizado regido pela capacidade ainda difícil de autorrealização do trabalho mediante adoção de práticas sustentáveis.

Hipóteses:

As Soft Skills são as Competências do Século XXI: o Mercado de Trabalho tenderá a valorizar cada vez mais as Soft skills, pois a Inteligência Artificial é capaz de substituir as chamadas "Hard Skills". Logo, as habilidades socioemocionais são o que nos difere das máquinas, justamente um modelo tecnocrático que visamos superar.

EQUIPE: ISABELLA DA FONTE GARCIA, GABRIELA SILVA DOS SANTOS, RENATO NUNES BITTENCOURT

ARTIGO: 6273

TÍTULO: AS RELAÇÕES ENTRE CAMBOJA E CHINA: REPERCUSSÕES PARA A GEOPOLÍTICA REGIONAL DO SUDESTE ASIÁTICO.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster

RESUMO:

O presente trabalho aborda a evolução das relações bilaterais entre China e Camboja. Mais especificamente, o trabalho objetiva discutir as repercussões geopolíticas regionais produzidas pelo incremento das relações comerciais e diplomáticas entre China e o Camboja. O alinhamento político construído entre o ministro Hun Sen com o governo Xi Jinping é abertamente manifestado em temas geopolíticos, como a neutralidade adotada pelo Camboja em relação ao expansionismo no mar da China meridional. Como contrapartida, a China tem aprovado programas de ajuda externa generosas, além da assistência militar e o incremento das relações comerciais, (a China representa atualmente o quinto país importador e o primeiro exportador para o mercado cambojano).

O trabalho está estruturado a partir da contraposição entre duas partes: 1) os reflexos comerciais, financeiros e em ajuda externa do estabelecimento de uma parceria estratégica cambojana com a China; 2) a contrapartida do governo cambojano: uma discussão sobre a medida em que essa aproximação representa um alinhamento geopolítico com os interesses chineses.

EQUIPE: ANGELICA DA SILVA VARGAS DE SOUSA, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO, EDUARDO CRESPO

ARTIGO: 6274

TÍTULO: AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DO “SOCIAL EGG-FREEZING”.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa que será exposta tem como objetivo estudar, compreender e pesquisar sobre as implicações jurídicas do aspecto social do congelamento de óvulos, intitulado nas bibliografias estrangeiras como “social egg-freezing”.

O procedimento de congelamento de óvulos é uma técnica de reprodução assistida relativamente recente, visto que o ano do primeiro nascimento advindo dela foi 2010. Apesar das incertezas da prática, ocasionadas pelo curto intervalo de tempo desde que passou a ser utilizada, já se consagra como transformação e avanço no tocante às escolhas reprodutivas femininas.

Entretanto, há uma diferença considerável entre as mulheres que se submetem à prática devido a fins médicos e fins sociais; enquanto as primeiras têm riscos de saúde relacionado à fertilidade, as segundas optam por adiar o período de gravidez em virtude de causas pessoais e profissionais. Este grupo é o cerne do estudo, pois são as responsáveis pelo uso da expressão “social egg-freezing”.

A resolução 2168/2017 do Conselho Federal de Medicina (CFM) regula as técnicas de reprodução assistida no Brasil, também englobando o congelamento de óvulos, assim como a Lei no 11.105/05, nomeada Lei de Biossegurança. No entanto, o país ainda carece de legislação específica sobre a temática, visto que a resolução supracitada se trata de um ato normativo dos Conselhos de Medicina que, apesar de possuir poder coercitivo, não advém do Poder Legislativo, e, portanto, não está na mesma hierarquia de uma lei. Ademais, a Lei de Biossegurança não abrange os institutos específicos do congelamento de óvulos, visto que o Artigo 3º, §1º especifica que não se inclui na categoria dos organismos geneticamente modificados a fecundação in vitro.

A composição bibliográfica do estudo compreende artigos de origem brasileira e estrangeira, possibilitando que o fenômeno do “social egg-freezing” seja explicado conforme uma perspectiva global, o que proporciona, portanto, uma comparação entre os dados brasileiros e os observados em outros países.

É importante acentuar que a pesquisa ainda está em fase de desenvolvimento, e, à vista disso, não foram alcançados resultados finais, apenas conclusões parciais, as quais serão expostas durante a potencial apresentação.

EQUIPE: CLARICE CORBELLA CASTELO BRANCO, MARCELO DE ARAUJO

ARTIGO: 6279

TÍTULO: REFLEXOS DA APLICAÇÃO DA MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS JUDICIAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O método preponderante na resolução de conflitos judiciais em território nacional é a sentença adjudicatória. No entanto, os meios adequados de resolução de conflitos desvinculam dessa lógica de solução imperativa do Estado e trazem para o âmbito judicial uma nova perspectiva de resolução de litígios. Mediante o exposto, essa pesquisa é dedicada aos diferentes meios de solução de conflitos, com foco e trazendo à centralidade do debate acadêmico a mediação de litígios, objetivando os estudos nos âmbitos teórico e prático a respeito desse método

Tomando como marco a obrigatoriedade trazida pela promulgação do Novo Código de Processo Civil de 2015 a respeito da realização da audiência de conciliação e mediação, salvo recusa expressa de ambas as partes ou impossibilidade de autocomposição, o presente estudo, ainda em fase de desenvolvimento, pretende examinar o emprego da mediação na prática, buscando entender a adaptação desse meio à realidade jurídica, bem como os obstáculos à efetiva implementação e uso deste em larga escala nos 12 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania conveniados ao TJRJ.

A metodologia adotada é fundamentada em pesquisa doutrinária, legislativa (Lei de Mediação, Lei nº 13.140/2015 e o Código de Processo Civil Lei nº 13.105/2015) e empírica, valendo-se de dados difundidos pela 14ª edição do Relatório Justiça em Números, divulgado pelo CNJ com a finalidade de publicizar a realidade dos tribunais brasileiros.

Em caráter empírico, a pesquisa propõe-se a verificar a aplicação da mediação nos 12 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania do TJRJ, por meio de trabalho de campo, a fim de examinar os respectivos resultados frente à aplicação desse método, bem como estudar o papel autônomo das partes na realização de acordos por meio da mediação, além de averiguar a gradativa satisfação dos indivíduos mediados e mediadores frente à aplicação do método.

Ademais, tendo como finalidade constatar a efetividade da audiência de mediação nos processos, torna-se imperioso o estudo sobre o ponto de vista dos magistrados sobre os resultados adquiridos desde a entrada em vigor da Lei de Mediação e do Código de Processo Civil de 2015.

Visa-se, também, analisar, através de estudo doutrinário, alguns dos empecilhos à adoção da mediação, a saber: formação acadêmica dos operadores do direito essencialmente voltada à adjudicação; receio dos magistrados de primeiro grau com relação à promoção de cargo e a resistência dos advogados com relação aos métodos adequados e espaço temporal hábil para a realização da audiência de mediação.

Resta evidenciado, portanto, que a pesquisa em apreço busca examinar a efetividade das normas presentes no ordenamento jurídico brasileiro relativas à mediação.

EQUIPE: DANIELLA PONTES, BEATRIZ BATISTA DA SILVA, MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA

ARTIGO: 6296

TÍTULO: SEMEANDO RESILIÊNCIA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO E GESTÃO DE REDES AGROFLORESTAIS NO NORTE DO MATO GROSSO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A acelerada transformação e degradação resultando do desmatamento e uso intensivo das paisagens amazônicas provocadas pelo atual modelo de desenvolvimento, associada ao agravamento das mudanças climáticas tem gerado questionamentos relacionados à efetividade das estratégias de governança ambiental e de recursos naturais na região Amazônica em anos recentes, em particular nas zonas de fronteira agrícola-floresta, onde o desmatamento está novamente crescente. Apesar de desempenhar um papel importante na conciliação da produção agroalimentar com a conservação ambiental, a agricultura familiar é um segmento que continua sendo marginalizado no âmbito das políticas públicas, estratégias de desenvolvimento rural e conservação implementadas de "cima para baixo" em modelos de implementação *top-down*. Entretanto, na escala local, existem diversas iniciativas e casos bem sucedidos que merecem estudo e visibilização frente às presentes urgências e desafios para o desenvolvimento rural local na região. Baseado em um estudo de caso na região de fronteira amazônica do norte do Mato Grosso, também conhecida como o Território Portal da Amazônia, o objetivo geral da presente pesquisa foi de aplicar a perspectiva da resiliência de sistemas socioecológicos (SSE) para analisar as dinâmicas e impactos das práticas de organização social e produção agroflorestal de uma rede de agricultores/as familiares e agentes-atores locais envolvidos no Projeto Sementes do Portal da Amazônia. A rede reúne por volta de 1.000 famílias e tem apoiado um total de 1.590 hectares de área plantada em estágios de recuperação através da implantação de sistemas agroflorestais. O referencial teórico e conceitual da resiliência de sistemas socioecológicos é utilizado no estudo de caso para analisar o papel da agricultura familiar e das suas estratégias de adaptação no manejo da agrobiodiversidade, produção agroalimentar (agroflorestal) e gestão e governança de recursos naturais na fronteira amazônica no sentido mais amplo. O estudo de caso utilizou diferentes técnicas qualitativas e participativas para a coleta e análise de dados em 7 dos municípios envolvidos na iniciativa, onde foram realizadas 62 entrevistas semi-estruturadas e questionários com atores-chaves locais, principalmente com agricultoras e agricultores que participam no projeto. Foram observadas as práticas de organização social e experiências com a implantação de sistemas agroflorestais enquanto estratégias de adaptação e gestão *bottom-up*, ou construídas de "baixo para cima", pela rede de agentes-atores para apoiar a resiliência socioecológica dos sistemas nas escalas local e regional.

EQUIPE: MARIA MAGDALENA ARRELLAGA, MARIANA CLAUZET

ARTIGO: 6319

TÍTULO: A LUTA DA VILA AUTÓDROMO ALÉM DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A pesquisa analisa como se deu o processo da conquista da permanência das famílias da Vila Autódromo e como essa luta foi além do direito à moradia, ao passo que incorporou em sua jornada muito além do direito de ter uma casa, com um horizonte expandido através da literatura, da arte, do cinema, da museologia, da música e de diversas outras formas de expressões culturais formadas em ações coletivas, tendo em vista que essas ações não se caracterizam somente no agir, mas também no sofrer e compartilhar, como toda a dimensão afetiva que isso traz (CEFAL apud DE LUNA, 2013). Por ocasião dos Jogos Olímpicos (2016), foram realizadas obras de infraestrutura em muitas regiões do território carioca, sobretudo na Barra da Tijuca, bairro de classe média alta onde está localizada a comunidade. Com isso, a Vila passou a fazer parte de uma agenda de remoções da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro - PCRJ para o recebimento dos Jogos, pois de acordo com a PCRJ, o território da Vila estava previsto como passagem do corredor BRT TransOlimpica. Podemos assim observar a supressão de direitos sofrida pelos moradores, uma vez que as classes populares têm direito à ocupação (ou à moradia), mas não direito à cidade, isto é, os segmentos mais pobres podem ocupar áreas na cidade, mas apenas determinadas áreas (MARIATO apud TRINDADE, p. 146, 2012). Identificamos a mais marcante mobilização comunitária após a escolha da cidade para sediar os Jogos Olímpicos, em 2009 (AMPAVA, 2012). A partir desse recorte pretende-se analisar a forma como a comunidade se mobilizou e como se deu esse conflito contra o Estado, assumindo que as demandas postas hoje pela sociedade não se esgotam apenas em respostas materiais, muito embora prescindam delas (MATTOS, 2006).

EQUIPE: JULIA TEIXEIRA MORELLI DA SILVA, ANA LUIZA NASCIMENTO MAIA, REBECCA CRISTINE DA SILVA AVELINO, FILIPE SOUZA CORRÊA

ARTIGO: 6324

TÍTULO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS DAS MIGRAÇÕES: UM NOVO DESAFIO PARA O DIREITO INTERNACIONAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Historicamente, o tema das migrações vem sendo tratado na Academia desde a ótica exclusiva das ciências humanas e sociais, com as mais diversas perspectivas de análise das razões pelas quais indivíduos e grupos humanos se deslocam entre as fronteiras do mundo. Alguns dos fatores classicamente ligados aos fluxos migratórios são as situações de desastre e catástrofe decorrentes de crises políticas, financeiras e humanitárias, bem como de guerras e conflitos armados. Um tema que, contudo, vem ganhando cada vez maior repercussão científica é a questão dos chamados “refugiados ambientais”, que se deslocam em razão da impossibilidade de continuar vivendo em seu território de origem por motivos de eventos ambientais danosos e dos efeitos das mudanças climáticas promovidas pelo homem. Com isso, surge no Direito Internacional a discussão dos migrantes ou refugiados ambientais, que consistem em nada menos do que nos grupos humanos que se movimentam de sua terra natal em razão de fenômenos e consequências de fenômenos ambientais. Por outro lado, pouco se tem discutido no sentido contrário do mesmo tema: os impactos ambientais decorrentes dos movimentos migratórios. Ainda que as temáticas inicialmente transpareçam distância e descontinuidade, o presente trabalho propõe-se a demonstrar como, pelo contrário, fazem parte do mesmo todo e possuem entre si uma relação de interdependência e indivisibilidade. Para tal utilizar-se-á o método hipotético-dedutivo, aliado à revisão bibliográfica e ao levantamento de dados veiculados referentes ao tema. A conclusão parcial obtida pelos esforços já empregados na pesquisa aponta a necessidade de se pensar o Direito Internacional para além de seus atuais paradigmas, englobando métodos de gestão de recursos naturais e trazendo à tona uma terrível, incômoda e necessária reflexão acerca do padrão de consumo ocidental e de suas consequências em escala global.

EQUIPE: LUCAS DE ALMEIDA, SIDNEY GUERRA

ARTIGO: 6329

TÍTULO: DOMÉSTICAS E DIARISTAS.: ENTRE SIMILITUDES E DIFERENCIAÇÕES FÁTICO-NORMATIVAS.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O trabalho é a atividade pela qual o ser humano transforma o mundo e se transforma, de acordo com a visão marxista do labor. De acordo com Marx, por meio do trabalho, o homem “imprime” sua identidade no mundo, materializando o que de mais profundo existe em seu interior. Entretanto, o trabalho, dependendo das condições em que é exercido, consubstancia-se em atividade desgastante. O modo como as sociedades se apropriam desse trabalho é que o deprecia. Alguns tipos de trabalho são ainda mais desvalorizados social e historicamente, como o doméstico, este por ser composto majoritariamente por mulheres e negras. (Dieese, 2013, p.6). A Convenção Internacional do Trabalho nº 189/2011, a Emenda Constitucional nº 72/2013 e, a Lei Complementar nº 150/2015 são alterações legislativas que visam diminuir a desigualdade jurídica destas em relação aos demais tipos de empregados. A regulamentação do trabalho doméstico melhorou as condições de trabalho das empregadas, porém, ela não prevê direitos para as diaristas, que permanecem na informalidade e sob as vestes de autonomia. Considerando que o número de empregadas exercendo a atividade informalmente cresceu significativamente entre 2016 e 2017 (IBGE, 2017), problematiza-se: a regulamentação da relação empregatícia doméstica acentuou a diferenciação entre trabalhadoras que exercem a mesma atividade, fomentando a depreciação das condições laborais destas mulheres? A pesquisa tem por objetivos: verificar as similitudes e as diferenças nas condições de trabalho das empregadas e das diaristas; averiguar a diferença de tratamento legal dispensado a elas e; investigar os efeitos concretos da regulamentação. A pesquisa será realizada no formato de estudo de casos, com revisão de literatura e mediante a realização de entrevistas despadronizadas. A escolha dos sujeitos entrevistados será baseada em um recorte de gênero, pelo fato de dados estatísticos revelarem que o trabalho doméstico é essencialmente feminino (Dieese, 2013, p. 3). A hipótese é que, não obstante os avanços normativos, ainda se perpetua uma discriminação jurídica ilegítima destas mulheres em relação aos empregados em geral, em virtude das raízes históricas relacionadas ao passado colonial e escravocrata do país (Pamplona, 2006, p. 47).

EQUIPE: ALICE MARTINS PINHO, CAROLINA PEREIRA LINS MESQUITA

ARTIGO: 6341

TÍTULO: A (IN)EFICÁCIA DO DIREITO PENAL NO COMBATE À VIOLAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Em 2012 foi sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff a lei nº 12,711/2012, conhecida como Lei de Cotas, que reserva parte das vagas para o ingresso em Universidades públicas federais para pretos, pardos e indígenas, além de outros públicos-alvo, tendo sido muito aplaudida por movimentos sociais de luta contra o racismo como sendo um grande passo na luta contra as desigualdades raciais tão gritantes em nosso país.

No entanto, esses mesmos grupos no processo de fiscalização e defesa da implementação e efetivação da lei têm registrado e denunciado o fato de que em diversas instituições, pessoas que não pertencem a nenhum dos grupos citados acima têm ingressado na modalidade reservada para estes, constituindo um grande obstáculo à promoção da igualdade racial dentro das universidades. Em decorrência disso, têm apresentado denúncias por falsidade ideológica, o qual as tem arquivado sob argumento da ausência de tipicidade das condutas.

Diante disso, a presente pesquisa visa analisar a eficácia do direito penal como protetor da política de cotas, em comunhão com a busca por meios que se apresentem como mais eficazes do ponto de vista da proteção de direitos individuais e coletivos. A hipótese colocada é: seria necessária uma reforma da Política de Cotas que criasse mecanismos sancionadores de proteção à sua efetividade? Em caso afirmativo, qual seria a natureza jurídica destes dispositivos?

Para que o trabalho logre êxito utilizaremos dados estatísticos acerca das desigualdades raciais nas universidades públicas federais; denúncias interpostas e inquéritos instaurados pelo MPF contra indivíduos que tenham burlado a lei de cotas; processos administrativos instaurados e concluídos contra tais indivíduos que tenham culminado ou não no cancelamento de suas matrículas. Para desenvolver nosso argumento utilizaremos bibliografia básica que sirva de diretriz à sustentação deste, ressaltando a necessidade de textos críticos àqueles.

EQUIPE: FABIANO FERREIRA, GIOVANNA MAIA, LUMA SILVA PINTO MOTA, GABRIELA SILVA BISPO BARRETO, HAMILTON FERRAZ

ARTIGO: 6343

TÍTULO: **O POSICIONAMENTO ECONÔMICO-ESTRATÉGICO DO VIETNÃ NA REGIÃO SUDESTE ASIÁTICA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

RESUMO:

Ficou claro que após o lançamento da política de abertura *Doi Moi*, economia de mercado com orientação socialista, a economia do Vietnã tomaria rumos drásticos. Para tal, logo em seguida de sua instauração empresas estatais, como a petrolífera PetroVietnam, sofreram perdas estrondosas pela inabilidade de se lidar com as transações comerciais internacionais. Contudo, setores como a produção têxtil, o siderúrgico e de tecnologias aumentaram significativamente por conta das ferramentas atrativas que o próprio governo implantou na política nacional.

Além de atrair empresas que antes estavam baseadas nos diversos países asiáticos ao entorno, tais como China, Taiwan e Cingapura, também conseguiu grandes marcas americanas e europeias.

A partir dessa lógica de captação de investimentos estrangeiros, a relação com a gigante vizinha azedou ainda mais visto que a mesma perdera indústrias antes baseadas em seu país e, ainda que tenha assinado diversos tratados internacionais para ocasionar uma eventual aceleração da economia interna, acabou ocasionando atritos com aos Estados Unidos pelos produtos serem mais baratos e de diferentes qualidades.

Portanto, esse trabalho pretende compreender a associação econômica entre as três nações, como elas se entrelaçam economicamente, e qual é o papel dos vietnamitas na região sudeste asiática.

EQUIPE: MARIA NATHÁLIA DE OLIVEIRA FERREIRA, EDUARDO CRESPO, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO

ARTIGO: 6349

TÍTULO: **NOVAS PERSPECTIVAS PARA A CRIMINOLOGIA CRÍTICA: UM ESTUDO EMBASADO NO ABOLICIONISMO PENAL E NA JUSTIÇA RESTAURATIVA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

De acordo com Vera Malaguti, em 1970, com a ascensão do liberalismo, o sistema penal foi um dos principais temas quando questões políticas eram pautadas. O aumento do punitivismo, tanto com o avanço de uma tecnologia baseada num alto controle de vigilância, como também o incremento da criminalização, trouxe ao debate o tema do superencarceramento. Não surpreende que esse encarceramento em massa seja motivado por políticas públicas que visam encarcerar uma determinada parcela da população, como demonstram os dados trazidos por estudos e teorias na sociologia criminal. Também a Criminologia Crítica, responsável por fazer reflexões e desenvolver teses no que tange a essa questão, desenvolveu estudos e teses baseados na macrosociologia de modo a identificar uma linha histórica da seletividade penal presente no sistema carcerário. Para Alessandro Baratta, a principal função da pena consiste em punir certos comportamentos sobre os quais a (i)licitude é ditada pelas classes dominantes. O modelo ao qual a estrutura social está submetida não possui como peça-chave a erradicação da criminalidade, mas sim a perpetuação de um modelo punitivista lucrativo a serviço de grupos sociais historicamente privilegiados. A restauração do indivíduo que é imputado por ato típico, ilícito e culpável traz a tona a ideia da obsolescência do sistema prisional, pois se indaga se ele possui de fato possibilidades concretas de ajustar a vida de indivíduos em parâmetros que se aproximam das conquistas elaboradas pela temática dos direitos humanos, direitos fundamentais e pelo conceito de dignidade da pessoa humana. Por fim, essa pesquisa busca mostrar que mesmo diante da contínua reafirmação de uma mentalidade punitivista no imaginário social e na prática estatal, é possível traçar um novo caminho para a Criminologia Crítica, atrelado ao nascimento de um novo modelo de justiça penal, a Justiça Restaurativa.

EQUIPE: MARIA LUIZA MORATELLI, THIAGO PERCIDES PEREIRA, HAMILTON FERRAZ

ARTIGO: 6360

TÍTULO: **AS POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: O CASO DE UMA AUTARQUIA FEDERAL (UFRJ).**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A tentativa do Estado Brasileiro em acompanhar a evolução dos modelos de gestão pública divide-se em três períodos: o Estado patrimonial, o burocrático e o gerencial (Blonski et al., 2017; Bresser-Pereira, 1998). Ao empreender a Nova Gestão Pública (New Public Management - NPM), a perspectiva gerencialista propõe um serviço público mais flexível, descentralizado, eficiente, de melhor qualidade e orientado ao cidadão, aproximando-se do setor privado (Bresser-Pereira, 1998). O objetivo dessa pesquisa é compreender a relação entre o setor que gerencia os membros de determinada instituição pública e as políticas de gestão de pessoas, em suas ações e propostas dentro das atividades da organização: gestão e ambientação.

Para Schikmann (2010) a gestão de pessoas faz parte da administração, o recrutamento e a seleção no setor público têm o foco no cargo e não em competências. A forma ampla em que os cargos são descritos faz com que as competências não sejam aproveitadas. Essa descrição dos cargos para concursos limita a atuação dos funcionários de acordo com suas competências.

Para Macêdo et al (2007), ambientação consiste na flexibilidade e características orgânicas dentro de um sistema de trabalho, com menos pessoas que interagem por estruturas inteligentes e dinâmicas costumam somar mais valor aos resultados que diversas linhas de processos e mão de obra que somente tem o trabalho de executar as tarefas.

A metodologia de pesquisa consiste na revisão bibliográfica quanto ao tema e na aplicação de entrevistas semiestruturadas, que possibilitaram a coleta de dados a verificar a qualidade que chega para o público-alvo deste planejamento; e como são vistos e interpretados de diferentes pontos de vista dentro de uma autarquia federal. O objeto da pesquisa consiste em uma amostra da relação líder e funcionários na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Por meio da metodologia da pesquisa-ação (Thiollent, 1986, p.14) busca-se mapear aspectos organizacionais em pesquisa, que dialoguem a responder: 1) Qual é a rotina do setor que realiza a gestão de pessoas, suas atribuições, objetivos e planejamento? 2) Levantar quais são os métodos e ferramentas usados nos processos? 3) Identificar o alinhamento das equipes e sua comunicação com a gestão; e 4) Descobrir como são tratados assuntos específicos da gestão de pessoas como participação, capacitação, desenvolvimento e envolvimento na instituição. Assim, a formulação teórica abordada indica que a gestão e a ambientação estão inseridas no setor privado, visto que, possuem necessidades em reter talentos e criar valores, cultura e características que tornam atrativas para seus colaboradores participarem, se desenvolverem e apresentarem inovações em suas áreas. Entretanto, por trabalharmos sobre a gestão de pessoas no âmbito público, Tanure et al. (2007), afirmam que, na prática, ainda há grandes dificuldades em propor planos eficazes e eficientes de participação dentro da gestão das organizações públicas.

EQUIPE: NATHÁLIA FIGUEIREDO DE AZEVEDO, LUIZ FELIPE LIMA DE AZEVEDO

ARTIGO: 6366

TÍTULO: **O SISTEMA PENAL E AS MÚLTIPLAS PUNIÇÕES SOBRE A MULHER**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Qualquer análise superficial sobre o Sistema Penal brasileiro permite facilmente a identificação de uma estrutura prioritariamente engendrada e adaptada em função de um sujeito masculino. A partir desta constatação, pode-se refletir acerca da problemática relacionada às mulheres brasileiras encarcerada, sendo elas um ser estranho a esse sistema. O estereótipo de doçura e fragilidade imposto à figura feminina pela sociedade embasa um processo de invisibilização da mulher criminalizada. A inadaptação do sistema penal para as especificidades femininas é um fator de promoção de inúmeras violências fundadas a partir da desigualdade de gênero. As mulheres presas não têm garantidos os direitos sexuais, reprodutivos, maternos, entre outros. Configura-se, então, uma forte violência institucional contra elas. Ao ignorar as demandas de gênero e suas peculiaridades tem-se como resultado um cenário de múltiplas punições contra a mulher. Além das violências institucionais citadas, a punição das mulheres atinge um controle moral que objetiva o enquadramento da mesma em um papel social definido. Com isso, as mulheres após o cárcere sofrem enormes dificuldades para se reintegrar na sociedade e até mesmo em sua própria família. Quando as mulheres desviam do comportamento esperado a partir da prática de um delito, através de processos sociais de etiquetamento, elas passam a possuir um estigma adicional: além de mulheres delinquentes, mulheres desonradas e sem pudor. Além disso, há outras variantes incidentes na punição feminina. A partir de uma análise do público majoritário das unidades prisionais para mulheres é nítido o estabelecimento de um padrão. A maioria das mulheres presas são negras e de baixa renda, repetindo o perfil encontrado nos presídios masculinos nesses aspectos. Tal fato explicita o processo de dupla seleção apontado pela Criminologia Crítica, a partir do qual estabelece quais bens devem ser protegidos e quais comportamentos, criminalizados. Ao fim deste, atribui-se a criminalidade, um status, a determinado público alvo, que se demonstra claro no Brasil. Nota-se com isso que de acordo com o perfil da mulher, outras camadas da punição aparecem. O presente trabalho busca aprofundar e esclarecer os processos através dos quais essas múltiplas punições ocorrem e apontar seus efeitos na vida das mulheres. Para tanto, será realizada, de um lado, uma pesquisa jurisprudencial que buscará identificar como os Tribunais enxergam e rotulam as mulheres criminalizadas; e, de outro, pesquisa documental acerca das condições das unidades prisionais femininas o perfil das mulheres brasileiras encarceradas e sua reinserção na sociedade. Em função de um debate que ainda se encontra em construção, objetiva-se por meio deste trabalho conferir maior visibilidade a essa problemática e efetuar uma sistematização de dados para, assim, se cogitar em possíveis políticas públicas para maior efetividade e garantia de direitos fundamentais a essas mulheres.

EQUIPE: TAINÁ BRAGA DE OLIVEIRA, PAULA MERCEZ DOS SANTOS, DANIELA FRANÇA DA SILVA, ANNA CECÍLIA FARO BONAN

ARTIGO: 6375

TÍTULO: **A TUTELA DO DIREITO INTERNACIONAL PARA CATÁSTROFES AMBIENTAIS E REFUGIADOS AMBIENTAIS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A temática das catástrofes ambientais vem, nos últimos tempos, chamando atenção global, podendo advir de eventos de curta duração, tal como tsunamis e terremotos, ou até mesmo de eventos de longa duração, como ocorre na camada de ozônio a partir da emissão de gases do efeito estufa. Tais eventos geram consequências muitas vezes alarmantes às sociedades por eles atingidas. Segundo Derani e Vireira (2014), uma catástrofe ambiental também pode decorrer de influência humana, dadas as interações de indivíduos em seus próprios meios sociais, agravando uma situação que por si só já poderia ser danosa. Além disso, a falta de preparo mediante tal situação, ou seja, uma desorganização social e institucional da região atingida pode ser compreendida como um fator agravante em uma catástrofe coletiva, conforme Crocq, Doutheau e Sailhan (1987), já que situações de tensão e risco desencadeiam comportamentos e emoções coletivas.

Dentro deste contexto, abre-se espaço para o deslocamento forçado de inúmeros indivíduos, que podem vir a ser ou não considerados refugiados ambientais. Formou-se então a categoria dos então ditos refugiados ambientais, a partir dos estudos desenvolvidos pelo PNUMA, tendo seu conceito elaborado por Essam El Hinnawi: Refugiados ambientais são as pessoas que foram obrigadas a abandonar, temporária ou definitivamente, o lugar onde tradicionalmente viviam, devido ao visível declínio do meio ambiente (por razões naturais ou humanas), que colocavam em risco sua existência ou afetavam seriamente suas condições e qualidade de vida (HINNAWI, 1985 apud BARBOSA, 2007, p. 9). Torna-se evidente a necessidade da fixação de políticas as quais reconheça tal classificação, além de ser de inevitável a elaboração de uma tutela internacional que vise assegurar direitos individuais perante situações de catástrofes e seus deslocados.

Embora seja razoável a compreensão de deslocado ambiental não há um reconhecimento internacional de tal grupo que venha a os classificar como "refugiados". Desta maneira, não podemos, tratar uma pessoa, vítima de uma catástrofe ambiental, como alguém a ser tutelado, a via de exemplo, pelo que fora estabelecido na Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, em 1951, mesmo que este deslocado venha a cruzar fronteiras políticas.

O estudo proposto utilizou-se do método de pesquisa de cunho expositivo, buscando, a partir da interpretação e coleta de literatura sobre o tema, compreender a tutela do Direito Internacional e sua relação com as catástrofes ambientais e os refugiados ambientais, expondo as ideias e conteúdos da temática estudada de modo indutivo, a qual trata-se de uma novidade no cenário acadêmico, buscando ainda a aquisição de conceitos. Desenvolveu-se a pesquisa a partir da revisão bibliográfica e documental, reunindo doutrinas, estudos de direito comparado e jurisprudencial na literatura nacional e internacional e informações veiculadas na mídia local e estrangeira.

EQUIPE: LAYS SERPA, SIDNEY GUERRA

ARTIGO: 6431

TÍTULO: **ANÁLISE DE MARKETING DE UMA MARCA DE MODA SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A presente pesquisa acadêmica deriva de um trabalho que foi apresentado na disciplina do curso de Administração, Análise de Marketing. O objetivo do trabalho foi analisar a marca de moda Osklen Brasil, sem restringir-se a quaisquer linhas ou produtos específicos, e, assim, identificar e classificar os elementos da teoria do marketing aplicados à marca, tais como orientação empresarial, segmentação de mercado, posicionamento, análise de concorrência e comportamento do consumidor.

A Osklen é uma marca brasileira de moda, fundada por Oskar Metsavaht, em 1989, e tida como pioneira no quesito sustentabilidade. A mesma apresenta a preocupação de reduzir os impactos ao meio ambiente desde 1998.

A escolha da Osklen como objeto de estudo se deu pela necessidade de analisar uma marca sob a ótica da sustentabilidade. Na visita guiada pela professora da disciplina, Rita Afonso, ao shopping Rio Sul, para que cada grupo de alunos escolhesse a marca que analisaria, a Osklen se sobressaiu em relação às outras pelo seu posicionamento e engajamento sustentável.

Além da ida ao ponto de venda da marca, para realizar o estudo de caso, foi feita uma pesquisa bibliográfica documental em seu site oficial e em suas redes sociais, bem como em jornais online. Os conceitos científicos de análise foram obtidos por meio da revisão de literatura de Kotler e outros autores. Também foram realizadas entrevistas estruturadas com dois clientes, por aplicativo de mensagens, e uma entrevista semiestruturada com um cliente, presencialmente.

Após a análise, o grupo concluiu que a Osklen direciona sua proposta de valor a jovens e adultos das classes A e B, preocupados com conforto e qualidade, atentos à sustentabilidade, e fashionistas, oferecendo-os roupas, calçados e acessórios jovens, sustentáveis, de qualidade com design minimalista e confortável, por um preço alto. Além disso, a Osklen faz uso de um posicionamento duplo e desafiador do ponto de vista organizacional. Sendo uma marca que oferece roupas sustentáveis e exclusivas, é possível o desenvolvimento de um ponto de diferença em sustentabilidade e um ponto de paridade em exclusividade, e vice-versa, quando comparada com seus concorrentes.

EQUIPE: LARISSA NASCIMENTO DA SILVA BUENO, IGOR BORGATTE, LUCAS ALVES ROCHA, DAMINIQUI NASCILIO, CAMILA DA CUNHA RESENDE PINTO, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

ARTIGO: 6439

TÍTULO: FAST FASHION E EXPLORAÇÃO DA MÃO DE OBRA IMIGRANTE: PERCEPÇÕES A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO “THE TRUE COST”

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: e-Pôster

RESUMO:

Um dos principais motivos que orientam a migração de pessoas oriundas de países subdesenvolvidos é a busca por melhores condições de vida em outros países. Uma das questões que se colocam é que, em muitos casos, ao chegar nesses países os imigrantes se veem envolvidos em relações de trabalho escravo, na maior parte das vezes endividados junto aos empregadores que cobram o custo da viagem, do alojamento ou até mesmo da alimentação, e pagam muito menos do que o necessário para que a quitação da dívida seja possível, em um contexto de condição precária e vulnerabilidade (BUTLER, 2004). A indústria têxtil, como vários outros segmentos, se aproveita dessas relações que amplia a atuação e o lucro das empresas de fast fashion.

A partir da análise do documentário “The True Cost” dirigido por Andrew Morgan, que relaciona migração, trabalho escravo e moda, pretende-se discutir como se estabelecem as relações entre condição precária e vulnerabilidade dos imigrantes e produção têxtil no contexto da sociedade capitalista (BALIBAR, 2001). A partir da hipótese de que as pessoas migrantes são vulneráveis, portanto, sujeitas a variadas formas de violência em uma perspectiva que Agamben (2004) define como vida nua, busca-se verificar como problema de pesquisa a extensão dessa vulnerabilidade a partir das relações de trabalho precarizadas na indústria da moda. Torna-se necessário, para atingir estes objetivos, articular categorias que incidem sobre imigração e fronteiras (SOGUK, 2007) e trabalho análogo ao de escravo (FIGUEIRA, 2004). Em particular, entende-se relevante a perspectiva de Vaughan-Williams (2010) no sentido de verificar em que medida a marginalidade e exclusão de migrantes podem ser práticas deliberadas dos estados.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BALIBAR, Etienne. 2001. “Outlines of a Topography of Cruelty: Citizenship and Civility in the Era of Global Violence.” Constellations 8, no.1:15-29

SOGUK, N. (2007) ‘Border’s capture: border crossing humans and the new political’, in Prem Rajaram and Carl Grundy-Warr (eds.), Borderscapes: hidden geographies and politics at territory’s edge. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.

VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. Border politics: the limits of sovereign power. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

EQUIPE: HENRIQUE RABELLO DE CARVALHO, STARLLAYNE LAFFAYETE

ARTIGO: 6448

TÍTULO: A SUBSTANCIALIDADE DE GARANTIR A TUTELA JURÍDICA DO CORPO ELETRÔNICO DA PESSOA HUMANA NO CENÁRIO DE GERÊNCIA DOS DADOS PESSOAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Pôster

RESUMO:

O objetivo da pesquisa consiste em analisar quais são os propósitos de uma Lei Geral de Proteção de Dados, com enfoque especial ao Direito à Privacidade, que vem sendo reformulado na sociedade tecnológica. A privacidade, não mais entendida como o “direito de ser deixado só”, mas como o direito de sigilo, relacionando-a com o direito à proteção de dados e ao direito de controle da coleta e da informação das próprias informações pessoais. A metodologia adotada para a elaboração da pesquisa será de natureza bibliográfica e legislativa. Assim, livros e artigos da literatura nacional e estrangeira serão consultados e trabalhados sobre a temática de dados pessoais e Direito à Privacidade na sociedade tecnológica. O estudo da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Brasil (Lei nº 13.709/2018), será de total importância para expor a maneira que essa tutela o Direito à Privacidade. O autor, no que lhe concerne, é acadêmico da Faculdade de Direito do Ibmecc/RJ e membro do grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ denominado de “Direito Econômico, Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Sustentável”; no que tange ao progresso da pesquisa, apresentou trabalho na VI Jornada de Iniciação Científica da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob o tema de “Os desafios da Lei geral de proteção de dados pessoais no Brasil sob a ótica do direito à privacidade na sociedade tecnológica. A pesquisa que aqui se propõe busca produzir como seu principal resultado esperado um estudo pormenorizado da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Brasil como forma de tutela ao Direito Fundamental à Privacidade na sociedade tecnológica contemporânea. Em relação às considerações preliminares, incube pontuar que a pesquisa caminha ao estudo da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18), no enfoque aos diferentes conceitos de dados pessoais, dados sensíveis e dados anonimizados, demonstrando as bases legais para o tratamento de dados (relacionando-se com o consentimento legítimo do portador desses dados), a luz dos princípios gerais de proteção de dados pessoais. Tal andamento é fundamental para garantir a legitimidade de que tal ato normativo objetiva tutelar o Direito Fundamental à Privacidade sob a reformulação capaz de garantir a efetiva tutela da Dignidade da Pessoa Humana na sociedade tecnológica contemporânea. Posto isso, o Direito à Privacidade consiste na proteção integral da unidade do corpo da pessoa humana, que é remetida pelo corpo físico (no âmbito de integridade física e psíquica) e corpo eletrônico (o conjunto de seus dados); ademais, salienta-se que com essa reformulação, a pessoa humana deve ter a capacidade de gerenciar e controlar a circulação e tratamento de seus dados pessoais, bem como possui o direito a autodeterminação informativa. Autor: Guilherme Goes Gandra. Orientador: Prof. Dra. Verônica Lagassi (docente da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

EQUIPE: GUILHERME GOES GANDRA, VERONICA LAGASSI

ARTIGO: 6459

TÍTULO: O DEVIR NEGRO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: TRAÇOS DE UM COLONIALISMO FANTASMAGÓRICO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Haja vista o campo teórico e analítico das Relações Internacionais, cuja enfoque recai sobre as relações entre os Estados no Sistema Internacional. O objetivo desta pesquisa é desfiar o antagonismo presente entre a base do pensamento das Relações Internacionais, de viés cosmopolita e eurocêntrico, em contraposição às tradições culturais distintas em seu formato jurídico-político do *modus operandi* europeu. Neste sentido, a hipótese deste estudo dar-se-ia no pressuposto da construção de uma narrativa histórica ajustada ao experimento de colonialidade idealizada.

As primeiras teorias relativas às Relações Internacionais, ainda traumatizadas pelos acontecimentos da Primeira Guerra mundial (1914-1918), desenharam um ideal de paz perpétua entre países. Neste caso, entre as práxis e a empiria, o Presidente estadunidense Woodrow Wilson (ano de vida e morte) buscou recuperar a tese cosmopolita de Immanuel Kant para prescrever um modelo jurídico-político associado à Liga das Nações.

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

À vista disso, a tese cosmopolita kantiana conferida no livro *Paz Perpétua* (1795), assinala o modelo Republicano como condição *sine qua non* ao estabelecimento da paz mundial (NOUR, 2003). De acordo com Kant (1795), este modelo é eficaz por acomodar um ambiente jurídico que vai além da jurisprudência interna dos Estados, proporcionando um cenário favorável ao Direito Internacional. Noutros termos, a noção do homem como centro do pensamento racional, (superando a ideia do Deus medieval). Assim como, a perspectiva cartesiana de evolução histórica e a influência da Revolução Francesa (1789) em consonância o prisma eurocêntrico, se construíram bases da teoria do Direito Internacional. Em linhas gerais, os Estados soberanos seriam reconhecidos se aportassem uma constituição civil Republicana (referência bibliográfica colocar). Todo este formato preliminar de diplomacia internacional ficou acordado na formulação da Liga das Nações. Principalmente nos “14 pontos de Wilson”. Deste modo, a pesquisa tem por objetivo específico a identificação das ações político-econômicas empreendidas pela Liga das Nações, com vistas à implementação de uma política externa sob recorte europeu, branco e etnocêntrico.

Para finalizar, em termos metodológicos, a pesquisa adotou a revisão de literatura, bem como seu *corpus documental* recaiu sobre os artigos definitivos: “Paz Perpétua” (1795) por Immanuel Kant *pari passu* às análises críticas de Achile Mbembe em “Crítica da Razão Negra” (2013). A pertinência da temática recaí sobre os desdobramentos do projeto expansionista desde meados da Guerra Fria (1947-1971), até o fim do século XX.

EQUIPE: LUIZ GUSTAVO DA CARLOS, FERNANDA BARROS DOS SANTOS

ARTIGO: 6460

TÍTULO: ANÁLISE DA PLATAFORMA “TEM AÇÚCAR?” COMO CASO DE ECONOMIA COLABORATIVA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

ANÁLISE DA PLATAFORMA “TEM AÇÚCAR?” COMO CASO DE ECONOMIA COLABORATIVA

Palavras-chave: economia colaborativa, economia compartilhada, consumo colaborativo, tem açúcar?, desenvolvimento sustentável.

A sociedade contemporânea é permeada pelo hiperconsumo, isto é, o consumo exacerbado de produtos e serviços. As relações de consumo se apresentam de forma desarmônica como resultado do modelo econômico que as regem. Tal lógica mercadológica acarreta sérios impactos na sociedade e no meio ambiente, prejudica o bom funcionamento coletivo e, portanto, se mostra inviável na medida em que pode comprometer os recursos disponíveis na natureza e aumentar as desigualdades sociais.

Em face disso, a economia compartilhada surge como reflexo deste quadro de vulnerabilidades sociais e ambientais resultantes dos atuais padrões de consumo, ou seja, de insustentabilidade, e se apresenta como alternativa de reestruturação econômica através da proposta de novos modelos de negócios voltados ao consumo colaborativo.

O presente trabalho tem por objetivo destacar a importância que o tema vem assumindo nos últimos anos, buscando analisar como estes modelos baseados na lógica do compartilhamento têm se expandido. Adicionalmente, discutir as características dessa forma de organizar a economia, explicando as razões que a coloca como sendo a alternativa capaz de ajustar crescimento econômico, gestão ambiental e responsabilidade social, e, portanto, em conformidade com as premissas do desenvolvimento sustentável.

Atualmente, muitas empresas adeptas dessa alternativa de organização da economia são modelos de negócio que tiveram êxito e sustentáveis. Nesse sentido, recorreu-se, ao estudo de caso da plataforma “Tem Açúcar?”, criada no Brasil, que é destinada ao compartilhamento de objetos, serviços e doações, de modo a estimular a interação social e o consumo consciente.

O consumo colaborativo apresenta tendência de crescimento, e essa difusão acentuada está relacionada ao aumento da necessidade de consumir e produzir levando em consideração os critérios do consumo consciente e do compartilhamento, e que dessa maneira, possa contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Autor: Danillo Viana Ferreira da Silva

Orientadora: Profa. Dalia Maimon Schiray.

EQUIPE: DANILLO VIANA, DALIA MAIMON SCHIRAY

ARTIGO: 6466

TÍTULO: ALAVANCAGEM FINANCEIRA: RISCO DA ATIVIDADE E OS IMPACTOS NA FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS (LEI 11.101/2005) NO SETOR SUCROALCOOLEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Ao se pensar em abrir e operacionalizar uma empresa, seja sociedade simples, limitada, sociedade anônima ou com outra configuração, deve-se planejar muito bem, incluindo custos e reservas de caixa. Ocorre que o planejamento nem sempre é real. Então as empresas frequentemente recorrem às ao fomento (a chamada operação de *factoring*) ou bancos, fazendo alavancagem dos valores para operacionalizar a aquisição de matéria prima, modernização de fábricas, regularizar a folha de pagamento ou impostos, dentre outros. Ocorre que o empresário pode entrar numa ciranda financeira cruel, com *spreads* crescendo exponencialmente durante renovações sucessivas e novas alavancagens, sendo que o lucro da atividade não mais consegue fazer frente a tais despesas e encargos financeiros, inquinando em calote do saldo devedor principal. As soluções jurídicas são as mais diversas. Destacamos três principais, no caso de inexistência de bens na empresa: 1) renegociação ou quitação com garantia do patrimônio pessoal dos sócios ou acionistas; 2) postergação *ad eterna* do pagamento dos tributos (equivalente à incorporação na margem de lucro ou repasse ao cliente, ocasionando concorrência desleal); 3) procedimento falimentar ou de recuperação empresarial, na forma da Lei n. 11.101/2005. Esta última hipótese é que o presente trabalho pretende explorar, utilizando o método hipotético-dedutivo, pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, com estatísticas e jurimetria, particularizando o setor sucroalcooleiro. De fato, até 26 de abril de 2019, segundo dados da NovaCana (<https://www.novacana.com/data/planiilha>), eram 100 (cem) usinas de açúcar e álcool falidas ou em recuperação, em sua maioria nos Estados de São Paulo (31), Paraná (15), Alagoas (13), Goiás (10), Mato Grosso do Sul (6)

e Pernambuco (6). Somente nesses 6 Estados, um total de 81 usinas sob a égide da Lei Falimentar. Faz-se um contraponto com as usinas que tiveram acesso a empréstimos do BNDES, com subsídios do Governo Federal. Dentre essas, nenhuma delas incidiram nos rigores da Lei Falimentar. Assim, em conclusão, em síntese, as empresas mais bem sucedidas no setor sucroalcooleiro são as que zelam por um planejamento financeiro adequado, razão pela qual impacta fortemente na aplicação dos rigores da Lei n. 11.101/2005.

EQUIPE: VICTÓRIA REGINA BETTONI DOS SANTOS, MARCELO NEGRI SOARES, MARCOS EDUARDO KAUFFMAN

ARTIGO: 6469

TÍTULO: QUANDO A TECNOLOGIA OCULTA O PRECÁRIO: O CASO DOS CARREGADORES DE PATINETES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

As novas tecnologias digitais oferecem diversos serviços por intermédio de seus aplicativos. Algumas dessas empresas implementam organização de massa de trabalhadores para a realização de determinada atividade econômica (transporte de pessoas, limpeza de apartamentos, entrega de comida etc.), em um processo de trabalho que vem sendo denominado de uberização, no sentido de contratação de trabalhadores de forma precária, sem direitos e com aparente flexibilidade. Entretanto, em alguns casos, o serviço prestado não é diretamente realizado por um trabalhador, como no caso dos aplicativos de transporte de passageiros. Na atividade objeto do estudo, o trabalhador que faz a atividade econômica ser possível, o carregador do serviço de patinetes elétricas, apesar de ser central ao negócio, não fica tão exposto e não tem contato direto com os clientes do aplicativo. Isso não impede, no entanto, que as empresas tentem aplicar a mesma lógica de uberização, não os considerando como empregados e não lhes reconhecendo direitos, como sói acontecer na chamada "gig" ou "on-demand economy". O presente estudo tem como resultado esperado a verificação da existência de duas formas de controle da empresa sobre os trabalhadores: uma tradicional e outra por programação, indicando a existência de relação empregatícia oculta pelo discurso da empresa e por seu aplicativo. Para isto, será apresentada pesquisa empírica com entrevistas semi-estruturadas.

EQUIPE: RODRIGO DE LACERDA CARELLI, GIULIA VALENTE DE CUNHA, BRUNA MIRANDA DE CARVALHO, MAYSA SANTOS DE ANDRADE, MARIA HELENA SILVA LINS, ANGELA BITTENCOURT, MAYCOM DANTAS, LIVIA BENA ALVES

ARTIGO: 6488

TÍTULO: CURSO DE FORMAÇÃO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O projeto do curso de Promotoras Legais Populares (PLPs) foi criado inicialmente pela União de Mulheres do Município de São Paulo e se espalhou por diversos estados do país, sendo trazido agora para o Rio de Janeiro com o apoio do curso de PLPs de São Paulo. O curso corresponde ao projeto de formação de mulheres que trabalham para o fortalecimento dos direitos das mulheres e para o combate à discriminação e à opressão, por meio do conhecimento dos direitos e dos caminhos de acesso à justiça. As promotoras legais populares podem prestar orientação, aconselhar e promover a função instrumental do direito no dia a dia das mulheres, com intervenções individuais ou coletivas.

O curso foca em duas operações que devemos analisar criticamente: a naturalização de uma construção social do gênero por meio de sua associação a caracteres biológicos e o estabelecimento de uma relação de dominação baseada nesta ideia naturalizada. A ruptura com tal lógica só virá com a superação dos valores simbólicos violentos e com a superação das condições sociais que mantêm a construção social desigual dos gêneros.

O presente curso tem como referencial metodológico as experiências de extensão universitária. Pode-se ressaltar, ainda, que o modo das ofertas de vagas, direcionadas, em sua maioria, para o público externo à Universidade, estende ainda mais a oportunidade dessas pessoas estabelecerem um contato com o meio acadêmico e a produção intelectual, de modo que redirecionem o conhecimento adquirido para demandas externas que envolvam seus coletivos, organizações, instituições, etc., incentivando a troca de conhecimento entre a academia e os saberes produzidos nas lutas sociais. Também estando presentes educandas advogadas.

As aulas do curso são interdisciplinares, de modo que, a partir da escolha das facilitadoras, que não são necessariamente operadoras do Direito ou professoras, torna-se possível analisar a temática de gênero e as suas desigualdades não só a partir da ótica do Direito, mas em conjunto com outras áreas epistemológicas. Assim, pode-se pensar as desigualdades de gênero na esfera da educação, da saúde, da segurança pública, entre outras áreas. A metodologia de educação popular de Paulo Freire e Antônio Gouveia é uma ferramenta indispensável. Essa perspectiva prático-metodológica destaca a necessária troca de saberes e experiências entre os sujeitos envolvidos no processo. Para Freire, o conhecimento é um processo constante de troca dialógica de saberes e experiências entre os diferentes sujeitos. Nesse sentido, no curso, preza-se a construção horizontal do saber, de modo que as facilitadoras e as próprias educandas acabam construindo o conhecimento juntas, opondo-se à hierarquia de saberes e de falas.

O curso se encontra na sexta turma semestral, sendo que uma média de 40 mulheres se forma em cada turma. As inscrições são sempre em maior número que as vagas, em média 560, demonstrando a necessidade e importância do mesmo.

EQUIPE: IANA GONÇALVES SOARES, THUANE RODRIGUES NASCIMENTO, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, MARIANA DE ASSIS BRASIL E WEIGERT, SALO DE CARVALHO, CRISTIANE BRANDÃO

ARTIGO: 6514

TÍTULO: MARKETING SOCIAL COMO PROMOTOR DA CAUSA DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS: INFLUÊNCIA SOBRE O VOLUNTARIADO JOVEM DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O objetivo desta pesquisa é compreender a influência do marketing social sobre o voluntariado jovem da cidade do Rio de Janeiro que atua em ONGs de proteção aos animais domésticos. Esta pesquisa se insere na área de conhecimento do Marketing Social, que é definido por Costa e Matos (2009) como um processo que visa melhorar a performance organizacional em prol do bem comum, sendo uma metodologia inovadora, capacitadora de ideias e atitudes, buscando a promoção e transformação de questões sociais. Quanto ao Marketing Social aplicado à causa de proteção animal, Orsini (2016) diz que os estudos são recentes, e o desenvolvimento desse debate na academia reflete o crescimento da causa e como ela vem se tornando importante e legítima na sociedade. Saber identificar e aplicar estratégias de marketings eficazes para

atração de novos voluntários é fundamental para a manutenção e funcionamento das ONGs, uma vez que elas dependem tanto de doações de recursos quanto de trabalho voluntário.

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas, para que os entrevistados falassem livremente sobre o tema. Foram entrevistados 13 voluntários de 3 ONGs de proteção animal da cidade do Rio de Janeiro, entre 21 e 27 anos. Para a análise das informações, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo.

Os resultados preliminares apontam que os voluntários preferem ONGs que sejam transparentes - tanto em relação ao destino das doações quanto ao estado de saúde dos animais - e que retratem a realidade dos abrigos, não mostrando apenas os problemas enfrentados por elas. Eles enfatizaram a importância de se criar vínculo afetivo tanto com os animais quanto com as ONGs, que ocorre quando conhecem a história dos animais e acompanham sua rotina, o que estimula a vontade de ajudá-los. As redes sociais foram identificadas como a principal ferramenta de divulgação e atração de voluntários, sobretudo o Instagram.

EQUIPE: MARIA ANA DIAS SAMPAIO, DANIELA FERREIRA

ARTIGO: 6522

TÍTULO: O TRABALHO DA MULHER DOCENTE DA FACULDADE NACIONAL DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (FND/UFRJ)

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Durante décadas as mulheres foram privadas de seus direitos civis, políticos e sociais, em virtude de uma sociedade historicamente patriarcal e desigual. Por meio de lutas, elas conquistaram seu espaço em diferentes campos de trabalho e em diversas áreas da ciência e da pesquisa. Um estudo feito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (*Mulheres na carreira: docência em foco, 2014*), constatou, nas instituições de ensino superior e nas áreas das ciências sociais, uma situação de equiparação do número de estudantes homens e mulheres. "Processo semelhante ocorreu nas faculdades de Direito, cujo ingresso feminino no corpo docente tornou-se maioria do alunado, mas não teve o mesmo resultado na composição do professorado" (BONELLI, 2017). Existe, portanto, certa igualdade no ingresso na carreira, o que não ocorre na ascensão profissional. Os espaços de decisão ainda são majoritariamente ocupados por homens. A Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, desde a sua fundação, somente contou com uma mulher exercendo o cargo de direção, a professora Juliana Neuenschwander Magalhães, no período de 2005 a 2009. Desde então, o cargo continua sendo exercido por homens. Em 2019, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela primeira vez em seus cem anos de existência, elegeu como reitora a professora Denise Pires de Carvalho. As mulheres, em dias atuais, ainda passam por dificuldades de inserção profissional e de participação em processos de decisão, que são reflexos de uma cultura que pouco insere a mulher em locus de exercício de poder e de fala. A Constituição Federal de 1988 consagrou-se como "o reflexo das transformações sociais que versam sobre igualdade de direitos, deveres e oportunidades" (LOPES, 2006, p.407). Diante deste cenário, este trabalho tem por objetivo investigar as condições de trabalho das professoras da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, quanto à igualdade de oportunidades profissionais e participação como condutora de tarefas importantes, tais como de gestão e decisão. A pergunta que o presente trabalho busca responder é: mesmo com o marco constitucional de igualdade de gênero, com o avanço da mulher em espaços antes ocupados por homens, ainda existe diferença quanto às condições de trabalho entre professoras da FND? A docente feminina tem a mesma carga horária, presença em mesas e bancas da Universidade que o docente masculino? Trata-se de pesquisa empírica cujos procedimentos metodológicos eleitos para coleta de dados consistem na observação participante, análise do perfil do corpo docente da Faculdade, por meio de análise de dados institucionais, além da realização de entrevistas com as docentes.

EQUIPE: THAMIRES SANTOS MACEDO, CAROLINA PEREIRA LINS MESQUITA

ARTIGO: 6524

TÍTULO: A EMERGÊNCIA DA GDPR COMO REGIME REGULATÓRIO INTERNACIONAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A Regulação Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR, da sigla em inglês) foi implementada pela União Europeia em maio de 2018. Trata-se da mais ampla e restritiva legislação sobre dados em vigor no mundo. O objetivo da GDPR é adequar o Direito à nova realidade da cidadania digital, caracterizada pela transposição das relações sociais e comerciais para o ambiente virtual. A democratização do acesso à internet, a informatização dos serviços, a portabilidade e a popularização das redes sociais foram alguns dos fatores que contribuíram para tornar defasada a legislação de dados anterior, aprovada em 1996. Mais recentemente, evoluções em Big Data, Inteligência Artificial e Internet das Coisas tornaram os dados pessoais um importante recurso (ou arma) para corporações e governos. Ainda que a cessão dos dados pessoais seja pré-condição para o uso dos produtos ou serviços das empresas tecnológicas, a instrumentalização do uso desses dados e o nível do escrutínio gera controvérsias sobre até que ponto este direito, a que as empresas se reservam, não seria abusivo. Em especial, o direito à privacidade, bem regulamentado nos regimes democráticos, se torna um tema obscuro quando o plano de atuação é a internet. Apesar de ser uma lei europeia, a GDPR tem efeitos muito além das fronteiras da UE. Empresas de tecnologia do mundo todo que atendem ao mercado europeu se veem obrigadas a se adequar aos padrões da GDPR. Considerando o poder aquisitivo e o tamanho do mercado da UE (500 milhões de consumidores), a GDPR se tornou uma lei incontornável, cuja observância tem forte adesão a nível mundial. A conformidade com a GDPR também é pré-requisito para a assinatura de tratados de livre comércio da UE com outros blocos ou países, logo tem-se aí uma segunda via de disseminação da norma. Por fim, os custos de escala fazem com que as empresas adequem toda a linha de produção ao padrão GDPR, independente se o mercado de destino faz ou não parte da UE. A ampla adoção da GDPR mundo afora é mais um exemplo do "efeito Bruxelas", em que, por consequência da importância do mercado da UE, as leis chanceladas em Bruxelas são exportadas para o mundo. O presente artigo se desenvolve sobre a hipótese de que a GDPR constitui um regime internacional emergente no ambiente regulatório. Os objetivos são a elucidação dos dispositivos que compõem a GDPR, e a análise de sua consolidação como o "padrão ouro" na ainda incipiente legislação de dados pelo mundo. Esta pesquisa se classifica, quanto aos fins, como descritiva, e bibliográfica e documental, quanto aos meios.

EQUIPE: SABRINA RODRIGUES PACHECO, LEONARDO VALENTE MONTEIRO

ARTIGO: 6538

TÍTULO: MP 881/19: UMA ANÁLISE SOBRE OS POSSÍVEIS IMPACTOS NO CAMPO DOS DIREITOS DOS CONTRATOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O tão reverenciado Código Civil de 2002, que trouxe à tona princípios basilares para a nova interpretação dos contratos no Século XXI, como a boa-fé objetiva e a função social dos contratos, está sob profunda mudança a partir da Medida Provisória publicada no último dia de abril de 2019.

Dentre os artigos do Código Privado que estão sob proposta de mudança, está o artigo 421 que define explicitamente a função social do contrato, sendo acrescido de um parágrafo para solidificar o princípio da intervenção mínima do Estado, o que causa estranheza e, até mesmo, contraste com os ideais que determinaram as mudanças em 2002, por retornar a discussão da força imperiosa dos contratos, tema abordado na versão passada do Código, em 1916. Além disso, a função social do contrato, por mais que solidificada no artigo 421, é diluída ao longo de todo o texto do Código vigente, o que torna a alteração com eficácia duvidosa.

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

Outro ponto que merece destaque na MP da Liberdade Econômica está nos contratos de adesão, disposto no artigo 423 do código privado, em que se propõe uma interpretação extensiva de seu caput ao adicionar um parágrafo sobre cláusulas duvidosas em benefício do aderente. De certa maneira, esta alteração vislumbra uma abrangência da boa-fé objetiva, mostrando o caráter dual que a MP apresentou.

Sendo assim, o presente estudo visa debater os lados positivos e negativos que a Medida Provisória 881 oferece aos direitos dos contratos, debatendo suas reais intenções nas alterações de fato, inclusive pelo artifício utilizado para tais modificações, bem como da eficácia destas. Por se tratar de Medida Provisória que ainda está sob o trâmite de sancionamento, pendendo análise de sua redação na Comissão Mista, além da aprovação nas Casas Legislativas, o objeto desta pesquisa perpassa pela análise não só do texto inicialmente apresentado, mas também das novas versões que virão a ser integradas.

O método adotado é o empírico-analítico, na medida em que visa apurar as nuances que a MP881 adquirirá em sua tramitação para o entendimento da nova realidade que ditará os contratos no território nacional. Tem-se como ferramentas de pesquisa a utilização dos conceitos provenientes da academia, além do conteúdo jurisprudencial acerca do tema.

EQUIPE: CAIO BARBOSA ZACARIAS, PEDRO FILGUEIRA DE SOUZA MARQUES, ALAN LOPES DE BARROS, PEDRO FELLIPE DE SOUZA PEREIRA, GUSTAVO DE QUEIROZ BADEJO ALMEIDA, ELISA COSTA CRUZ

ARTIGO: 6546

TÍTULO: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: UMA ANÁLISE DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O Projeto de Lei do Senado nº 554/2011, que teve como proposta a alteração do art. 306, §1, do Código de Processo Penal, com o objetivo de resguardar a integridade física e psíquica do acusado, esta garantia é aplicada pela resolução 213 do CNJ, para assegurar ao acusado sua apresentação à autoridade judicial, ao Ministério Público e à defesa em um prazo de 24 horas após a prisão em flagrante por meio de uma audiência de custódia. Trata-se de uma internalização ao ordenamento jurídico do Brasil do artigo 7.5 do Pacto de São José da Costa Rica (ou Convenção Americana de Direitos Humanos) e do artigo 9.3 do Pacto Internacional dos Direitos Civis internalizados ao ordenamento jurídico brasileiro.

Por ser a audiência de custódia um ato processual muito relevante para o Processo Penal e, por conseguinte, para a garantia de direitos, é essencial avaliar se está sendo realizada da maneira mais correta e eficaz. Isto é, não basta existir, precisa ser eficaz, resguardando direitos, sem violar direitos. Observar empiricamente o funcionamento dessas audiências, comparando-o com estatísticas do sistema penitenciário e lendo-o à luz da concepção de humanização do processo penal, é exatamente o objetivo desta pesquisa para responder se a audiência de custódia cumpre a sua função.

A pesquisa foi desenvolvida durante dez meses, de agosto de 2018 até maio de 2019. Foi revisada a literatura sobre os pontos pertinentes para o debate e eixo central da pesquisa, quais sejam função da audiência de custódia e sua eficácia, visando construir um marco teórico que norteasse uma análise empírica do objeto - ou seja, audiências de custódia - que foram observadas in loco tanto na justiça federal, quanto na justiça estadual.

Em consonância com LOPES JR e PAIVA, a audiência de custódia corresponde à "tendência à humanização do processo penal". Ao longo das observações, notou-se que, na prática, a audiência de custódia está distante de seu projeto e seus objetivos. Foram diagnosticados também uma série de obstáculos que impedem que a realização dessas audiências ocorra da maneira ideal.

EQUIPE: GABRIEL DA SILVA REIS, CAROLINA DZIMIDAS HABER, JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER

ARTIGO: 6568

TÍTULO: A SEGURANÇA ENERGÉTICA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: AS IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A REGIÃO DO CÁUCASO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A Primeira Guerra Mundial deu início a uma mudança nas posições da hierarquia do Sistema Interestatal que só terminaria oficialmente com o fim da Segunda Guerra Mundial. A guerra sistêmica que teve início em 1914 envolveu quase todos os grandes impérios do século XIX e, nesse contexto, a descoberta das funcionalidades do petróleo foi fundamental para definir ações políticas dos impérios envolvidos na guerra. Ao passo que pesquisas apontavam os benefícios táticos e operacionais do óleo e do motor à combustão interna nas máquinas de guerra, diversos países decidiram iniciar grandes mudanças no seu aparato militar. Essa rápida mudança forçada principalmente pelos estrategistas militares alemães e britânicos, mas também por outros países, teve suas consequências. A crescente relevância do petróleo como matriz energética militar deslocou o centro de oferta energética para os setores militares para outras regiões do globo e com o aumento da dependência pelo petróleo a manutenção do esforço de guerra, a solução encontrada pelas grandes potências foi se lançar em uma busca por garantir o controle sobre regiões com grandes reservas de petróleo mundo afora.

A região do Cáucaso, área que está situada entre a Europa Oriental e a Ásia Ocidental, figurou entre essas regiões petrolíferas do globo que passaram a serem alvos de interesses estratégicos das grandes potências. Ao mesmo tempo, é preciso dizer que durante a Grande Guerra o Cáucaso vivenciou diversos eventos históricos que tem implicações na região até os dias de hoje, como a Campanha do Cáucaso, a proclamação de Repúblicas na região, o Genocídio Armênio, os embates entre o Exército Vermelho e o Exército Branco assim como conflitos étnicos. O que a presente pesquisa pretende fazer é analisar as estratégias e movimentações dos Estados-Impérios em relação ao Cáucaso durante o período da guerra e revelar se existem, de fato, ligações entre a disputa por segurança energética com a reorganização política, econômica e social do espaço caucasiano no período da Grande Guerra. Para isso a pesquisa se utilizará de metodologia qualitativa que recorrerá a fontes históricas para as análises.

EQUIPE: NATHANA GARCEZ, RAPHAEL PADULA

ARTIGO: 6571

TÍTULO: IMPACTOS DA NOVA ROTA DA SEDA PARA O DESENVOLVIMENTO DA PERIFERIA: O CASO DO PAQUISTÃO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente trabalho pretende contribuir para os estudos que interpretam a Nova Rota da Seda como uma visão global chinesa, conectando diferentes dimensões que reforçam a necessidade de uma análise interdisciplinar. Nesse sentido, delimitaremos nossa análise aos impactos da expansão chinesa no âmbito da Nova Rota para o desenvolvimento de alguns países periféricos, no caso, o Paquistão. Adotamos para isso uma compreensão de desenvolvimento que não se limita por seus condicionantes puramente econômicos, entendendo-o como um processo que relaciona disputas geopolíticas, política econômica e um estado imerso em conflitos internos.

Sendo assim, pretendemos entender o lugar que o Paquistão ocupa na geoestratégia chinesa e quais disputas se acendem com a aproximação entre os dois países, sobretudo no que se refere à Índia e aos Estados Unidos. A partir daí, aprofundaremos essa posição paquistanesa destrinchando os projetos no guarda-chuva da Nova Rota da Seda no país, disponíveis em algumas bases de dados das quais destacamos o *China Global Investment Tracker*. Com isso tentaremos entender que tipo de relação se estabelece entre os países e as “possibilidades” de desenvolvimento para o Paquistão, ancoradas na expansão do investimento estrangeiro chinês. Ao fim, observaremos alguns dos impactos dos investimentos chineses no país utilizando como base alguns indicadores para integração, capacidade produtiva e mudança estrutural.

Com isso, esperamos endossar que a complexa interação entre condicionantes externos e internos constringe as possibilidades reais de desenvolvimento dos países, sobretudo periféricos, e limita a capacidade de atuação estatal e um uso virtuoso da inserção internacional desses países.

EQUIPE: JOÃO VICTOR GUIMARÃES COSTA, ISABELA NOGUEIRA DE MORAIS

ARTIGO: 6575

TÍTULO: TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este trabalho faz parte das ações do projeto Gestão, Desenvolvimento e Inovação (GDI). O GDI é um projeto de extensão universitária que tem como objetivo central articular diferentes campos de conhecimento, em associação com a disciplina Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia (GDT).

O GDI e o GDT são duas linhas de atuação do Programa de Gestão e Inovação (PGI) da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC/UFRJ), desenvolvidos em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COPPE/UFRJ), que estimulam a articulação de pesquisas entre diferentes campos de conhecimentos, aplicados na realidade de empreendimentos, organizações, instituições e movimentos sociais. Entre outros objetivos, este projeto busca contribuir para a ampliação do diálogo entre a universidade e os espaços não acadêmicos, ampliando os estudos sobre a multiplicidade e complexidade das questões que conformam a sociedade brasileira contemporânea.

As ações implementadas junto à Recicla Verde apontaram para a necessidade da realização de capacitações contínuas, de forma a contribuir, em especial, com a superação de questões relativas à gestão do empreendimento. Foi criado, no início de 2019, um Centro de Capacitação na própria Rede, onde estão programadas a realização de cursos e atividades para os cooperados e toda a comunidade do entorno.

Este estudo visa investigar os efeitos da baixa formação básica dos catadores de materiais recicláveis, a partir da reflexão sobre como o conhecimento mais aprofundado da língua materna, especialmente no âmbito formal, é necessário e como a falta dele pode prejudicar este público.

A partir do desenvolvimento do estudo, será investigado o tipo de estratégia didático-pedagógica mais adequada aos catadores, tais como oficinas de capacitação, que não seja de uma forma fátigante e nem imposta, mas de uma forma estimulante.

Segundo Lüdke e André (1986), o que determina a escolha da metodologia é a natureza do problema. Nesse estudo será utilizada a pesquisa qualitativa (ZANETTE, 2017), com a realização de entrevistas em profundidade, a fim de entender e conhecer a real necessidade do público alvo.

Nesta abordagem metodológica, serão investigados pontos importantes no que diz respeito à sua trajetória de vida (TRIVINOS, 1987) e formação, tanto no que diz respeito à sua educação formal, como a aspectos relativos à gestão de empreendimentos, e o uso de computadores para a inclusão digital (SOSSOLOTE et al., 2005).

O desenvolvimento do estudo permitirá elaborar um projeto de capacitação, com o uso de ferramentas de informática para atender as necessidades dos cooperados.

EQUIPE: ELIANE RIBEIRO PEREIRA, RICARDO SOARES DA SILVA, LEONARDO RUMA MARTINS, JOSÉ ROBERTO MAFRA, GONÇALO GUIMARÃES, SÉRGIO LUIZ ARGOLO

ARTIGO: 6584

TÍTULO: REDES E MERCADOS DE CONHECIMENTO EM JOGOS DIGITAIS: CAPACIDADES DINÂMICAS PARA INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A Indústria de Jogos Digitais, em geral, enfrenta muitos desafios à sustentabilidade da atividade empresarial, baseada em artefatos intensos em tecnologia, suscetíveis a constantes inovações, com produtos e serviços inseridos em uma cadeia global de produção que não se limita ao entretenimento, mas cresce significativamente no segmento de jogos voltados à educação, saúde e defesa, bem como de jogos de impacto direcionados à promoção cultural, de direitos humanos e da defesa do meio ambiente. Dentre os desafios dessa Indústria Brasileira de Jogos Digitais (IBJD), destacam-se: significativa informalidade empresarial, dificuldade de reter profissionais capacitados, alta especificidade de ativos, indisponibilidade de linhas de crédito adequadas ao setor, dificuldade de inserção no mercado internacional para a exportação de jogos e serviços relacionados a essa Indústria, desconhecimento dos instrumentos de proteção da propriedade intelectual, dentre outros. Embora relativamente recente no país, esses desafios decorrem de políticas públicas pontuais e insuficientes ao desenvolvimento do setor. Apesar desse cenário, de 2014 a 2018, apresentou crescimento de 181 para 375 empresas de jogos digitais, com movimentação que ultrapassa a US\$ 1,5 milhões (SAKUDA & FORTIM, 2018). Além disso, há poucos estudos e pesquisas nacionais que elucidem a dinâmica econômica do setor. Em 2014, foi realizado o I Censo, visando dois mapeamentos: (i) da indústria global e nacional e (ii) das políticas públicas à IBJD. Após 4 anos, foi realizado o II Censo da IBJD (SAKUDA e FRONTIM, 2018), visando mapear o setor, já identificando elementos importantes à sustentabilidade empresarial do setor, sobretudo para o crescimento e a diversificação de negócios no setor. A pesquisa estuda duas redes de conhecimento e mercado: a Games for Change (mundial) e a ABAGAMES (nacional), integrando, em tríplice hélice, ações e instrumentos da IBJD, universidades e governo, e o desenvolvimento de capacidades dinâmicas de membros da rede para a superação de incertezas e cenários de crise (v.g. violação de PI, dificuldade de acesso a linhas de crédito, dificuldade de exportação do jogo digital, etc.). O suporte teórico baseia-se nas análises da OCDE (2008, 2009, 2010 e 2013) sobre superação de mecanismos tradicionais de expansão da produção do conhecimento e o estabelecimento de vantagens competitivas (NELSON, 1991; AHMED, 2007. TEECE, 2007, 2009), bem como os dois Censos da IBJD de 2014 e 2018, visando responder: qual a atuação das redes de conhecimento e mercado da IBJD, na promoção de capacidades dinâmicas dos membros visando à sustentabilidade empresarial? Nesse sentido, o objetivo geral desse estudo é analisar a atuação das redes de conhecimento e mercado da IBJD será realizado o método de estudo descritivo, com pesquisa documental e análise de entrevistas.

EQUIPE: JULIANA SANTOS PINHEIRO, ANA CELIA CASTRO

ARTIGO: 6590

TÍTULO: **QUESTÃO DE GÊNERO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Minicurso (Atividade complementar: 13h às 14h30 ou final de semana)**

RESUMO:

O mini-curso pretende debater a noção de Gênero pensando como a sociedade constrói 'homens e mulheres'. Introduzir a dimensão de classe na análise discutindo como trabalhadores e trabalhadoras veem seu sexo, gênero e sexualidade. Para finalmente elaborar juntos uma pauta de discussão e pensamento para ação na questão de gênero. O mini-curso se desenvolve a partir de procedimentos de ensino dinâmicos que possibilitem a melhor apreensão dos conteúdos. Por meio destas dinâmicas de grupo, a cada momento a turma interpretará diferentes personagens e vivenciará os desafios da opressão de gênero. Combinadas, essas dinâmicas permitirão ao público se apropriar de conceitos sem o quais não é possível entender, para além das aparências, a questão de gênero na sociedade em que vivemos, dividida entre ricos e pobres, exploradores e explorados, opressores e oprimidos: a sociedade capitalista. O uso das técnicas do teatro do Oprimido de Augusto Boal traz grandes possibilidades de explorar as diversidade de vivências, reações e soluções individuais e coletivas para serem compartilhadas pelos participantes.

EQUIPE: MARIA MELLO DE MALTA, KAMILA NEVES DA SILVA

ARTIGO: 6593

TÍTULO: **INOVAÇÕES NA TÉCNICA PROCESSUAL: O CASO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é explorar a questão da efetividade jurisdicional na sociedade brasileira a partir de uma perspectiva procedimental. A recentemente aprovada Lei nº 13.256/2015 introduziu, em nível nacional, um procedimento para promover decisões padrões em demandas repetitivas, o chamado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR). Tal instituto segue as últimas tendências do Novo Código de Processo Civil, como a busca por uma maior celeridade processual e a garantia de segurança jurídica. Logo, esta inovação deve ser analisada de acordo com as inovações mais recentes no âmbito do Direito Processual Civil brasileiro e os princípios constitucionais processuais correspondentes, como os princípios da isonomia e da celeridade processual, tendo este último sido garantido pela Emenda Constitucional Nº 45, de 2004, por exemplo.

Em uma perspectiva teórica, a obra de Adrian Vermeule intitulada "Mechanisms of Democracy: Institutional Design Writ Small" foi utilizada como marco teórico para entender como o IRDR pode ou não ser uma importante ferramenta na diminuição dos tradeoffs mencionados pelo autor. Desta forma, a hipótese principal é a de que o já mencionado instituto brasileiro, como desenhado pelo Poder Legislativo, pode contribuir positivamente para uma melhor correlação entre a imparcialidade e tradeoffs incertos, como postulados por Vermeule. Os argumentos são circunscritos por uma dimensão analítico-descritiva que se apresenta ao se analisar a nova legislação e os pontos principais de seu design institucional, relacionando o IRDR e a teoria institucional.

Não somente, na construção desta análise também foi utilizada uma dimensão empírica proveniente de dados coletados do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Portanto, a metodologia utilizada é a analítico-descritiva, combinada com referências estatísticas e um método empírico. As conclusões parciais que podem ser inferidas a partir deste trabalho de pesquisa validam a hipótese principal, indicando uma melhora processual provocada pelo instituto do IRDR no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

EQUIPE: GUSTAVO PARMA, LEONARDO FERNANDES DE SÁ, CARLOS BOLONHA, PEDRO BOURGEOIS GOMES

ARTIGO: 6597

TÍTULO: **A EXPANSÃO FINANCEIRA CHINESA E SUA RELAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO - ESTARIA EM ANDAMENTO UM PROCESSO DE "FINANCEIRIZAÇÃO"?**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Devido a diversas transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo, alguns autores passaram a formular a tese de que o capitalismo, na década de 1980, adentrou em uma nova fase - "financeirizada" - em que a reprodução do capital estaria dominada pelas finanças. O argumento defendido é de que a riqueza, na forma de ativos financeiros, tornou-se cada vez mais flexível, estimulando a competição intercapitalista, a concentração e centralização de capital. (BRAGA et al., 2017, p. 833-834).

Diante desse cenário, torna-se interessante analisar a particularidade do regime de acumulação chinês, que se distingue das economias centrais ou periféricas devido à relativa autonomia em relação ao processo de 'financeirização' sob a hegemonia do dólar. Teoricamente, esse capitalismo liderado pelas finanças não teria penetrado na economia chinesa com a mesma intensidade. Porém, não se pode dizer que o sistema financeiro chinês não tenha passado por mudanças. (NOGUEIRA; GUIMARÃES; BRAGA, 2017, p. 6-7).

Com base nessa discussão, o presente trabalho tem como objetivo descrever como se deu o processo de expansão financeira ocorrido no país nos últimos vinte anos, e responder a seguinte pergunta: "existe um processo de 'financeirização' em andamento na China"?

Para elaborarmos essa resposta, nos basearemos em quatro categorias de "financeirização", elaboradas por teóricos da abordagem da economia política marxista: François Chesnais, Costas Lapavistas, Ben Fine e J.C. Braga. A metodologia adotada na pesquisa será a de revisão bibliográfica e coleta de dados provenientes de bases como BIS e National Bureau of Statistics of China.

Espera-se chegar à conclusão de que o movimento de expansão financeira ocorrido na China não pode ser considerado um processo de "financeirização", pois suas características não se enquadram em nenhuma das definições elaboradas pelos autores consultados.

EQUIPE: GABRIELA CAROLINA REZENDE PADILHA, ISABELA NOGUEIRA DE MORAIS

ARTIGO: 6603

TÍTULO: **TRAGÉDIA OU REDENÇÃO DOS COMUNS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DAS PRIMEIRAS RESERVAS EXTRATIVISTAS PELOS SERINGUEIROS NO ACRE.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O seguinte estudo busca fazer um contraponto através de uma análise crítica dos artigos "A Tragédia dos Comuns", de Garrett Hardin e "Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges", de Elinor Ostrom et al. Sabe-se que os conceitos teóricos pontuados no primeiro artigo permeiam o imaginário político liberal internacional e que tem justificado a instrumentalização da privatização da natureza. Já o segundo se contrapõe ao primeiro pontuando justamente a importância das formas de uso comuns e arranjos institucionais coletivos estabelecidos por comunidades e povos tradicionais para a preservação da natureza. Tendo ambas as perspectivas por base, o trabalho visa discuti-las tomando como ponto de partida o caso da constituição das primeiras reservas extrativistas pelos seringueiros no Acre, em especial a criação da reserva extrativista do Alto Juruá. Constituiu essa que se dá através de uma forma de apropriação da terra fruto da luta e resistência destes últimos contra a expropriação de suas terras.

EQUIPE: LUCAS PINHEIRO FONSECA, CLEYTON GERHARDT

ARTIGO: 6605

TÍTULO: O ENTRELAÇAMENTO ENTRE O PETRÓLEO E GEOPOLÍTICA MUNDIAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Não é de hoje que se percebe a grande importância do petróleo nas relações de poder entre os Estados, devido ao seu grande poder energético. Tal fato tem suas origens no período anterior à I Guerra Mundial, quando se dá o entrelaçamento entre petróleo e poder. Quando Churchill torna-se Primeiro Lorde do Almirantado, ao lado do Almirante John Arbuthnot Fisher, começam de fato preparar a Inglaterra para um possível ataque alemão. Nesse contexto, o almirante Fisher consegue convencer o governo britânico a converter a fonte de energia da esquadra inglesa de carvão para óleo combustível. Nos anos de 1912, 13 e 14, todos os navios passaram a ser movidos a óleo, tornando-os mais rápidos, eficientes e com o diferencial de não necessitar mão de obra para manter os motores em funcionamento.

Com essa mudança no cenário militar britânico, surge então a necessidade de assegurar o abastecimento da nova fonte de energia. Em 1914, o governo britânico realizou grandes investimentos na Anglo-Persian e também tomou o controle da companhia de distribuição British Petroleum, e a revendeu para a Anglo-Persian. Com essa fusão, a Grã-Bretanha se tornava uma empresa capaz de ser autossuficiente (extrair e processar) no mercado do petróleo.

Diante disso, o plano de busca por territórios com abundância de recursos naturais continua. Essas terras seriam alvos de grandes disputas que alterariam sua dinâmica por anos a fio. Essas regiões são: Iraque, Kuwait, Iraque e Ásia Menor, onde já se tinha ciência dessa riqueza de petróleo.

Todas essas regiões se tornam alvo principal no acordo de Sykes-Picot, que tinha como principal objetivo repartir antecipadamente os espólios da possível vitória da Entente na Primeira Guerra Mundial, tendo o controle do petróleo para o uso bélico, questões econômicas ligada a Anglo-Persian e o controle do Canal de Suez, assinado em 1916.

O presente trabalho busca analisar o papel do Acordo Sykes-Picot, Acordo da Linha Vermelha e o Acordo Achnacarry, na emergência do petróleo enquanto fonte de energia e da geopolítica a ele associada. Para isso, o trabalho partirá de uma pesquisa bibliográfica sobre a história da conexão entre petróleo e geopolítica, com ênfase para as consequências desses processos nas regiões produtoras de tal recurso energético. A partir disso, trazer a discussão das consequências provocadas (nos países explorados), trazidos dessa grande corrida pelo "ouro negro", entre as grandes empresas e países, no jogo político internacional do mundo.

EQUIPE: LAURA DAYANE SOARES LIMA, MAURICIO METRI, PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA, NATHANA GARCEZ

ARTIGO: 6607

TÍTULO: A TUTELA DO DIREITO INTERNACIONAL E SUAS REPERCUSSÕES NAS CATÁSTROFES AMBIENTAIS: PREVENÇÃO DE RISCOS ATRAVÉS DA BIOECONOMIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

As catástrofes naturais são conceituadas convencionalmente como um acontecimento de duração determinada que independem da ação humana, embora esta possa amplificar seus efeitos. As catástrofes, em suas concretizações, geram consequências primordialmente negativas aos indivíduos, especialmente no que tange à matéria de Direitos Humanos e à estruturação da sociedade, como estabelecido na resolução 22/16 do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Segundo o preâmbulo da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, no que concerne à proteção e ao melhoramento do meio ambiente, depreende-se que é dever do Estado a prevenção de acidentes ambientais graves com resultados irreversíveis: as catástrofes ambientais. Desenvolve-se, assim, a ideia de que catástrofes naturais possuem riscos. Embora estes tradicionalmente fujam do controle do homem e sejam estritamente causadas pela natureza, verifica-se, com o avanço da tecnologia, dos estudos científicos e da intervenção humana indireta, que tal dissociação clássica da origem antropogênica e natural para lidar com as catástrofes mostra-se insuficiente, complexificando, dessa maneira, o grau de responsabilização, mas mantendo seus claros resultados catastróficos para o planeta e seus habitantes.

A bioeconomia surge assim como uma forma inovadora de prevenção dos riscos e mitigação dos efeitos advindos das catástrofes naturais. Os ordenamentos jurídicos estão buscando adotar normas específicas para reger essa nova realidade vigente, visando a conservação da biodiversidade e redução de fatores que influenciam as catástrofes. Entende-se, porém, que a bioeconomia encontra desafios para lidar com o direito posto nos âmbitos nacional e internacional, e para lidar na construção de normas próprias, mostrando, assim, a urgência na definição de políticas públicas que visem o norteamento do tema com o propósito de haver repercussões na realidade social. (CORDEIRO LIMA, 2018)

Nesse prisma, portanto, mesmo com a necessidade de medidas de mitigação e prevenção de riscos das catástrofes com uso da bioeconomia, após a ocorrência de uma catástrofe ambiental faz-se indispensável a concepção de uma tutela internacional que propõe a garantia de direitos individuais diante de tais situações.

A pesquisa, feita a partir da metodologia de cunho expositiva, fez uso da revisão documental em conjunto à revisão bibliográfica a fim de compreender as relações entre as partes envolvidas na pesquisa: as catástrofes ambientais, a tutela do Direito Internacional e a bioeconomia. Analisou-se os estudos de direito comparado, tratados de Direito Internacional, doutrinas e artigos acadêmicos.

EQUIPE: MATHEUS CÉSAR PEREIRA FUMAUX, SIDNEY GUERRA

ARTIGO: 6609

TÍTULO: SÍNDROME DE BURNOUT COMO DECORRÊNCIA DA REESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

21 A 27 DE OUTUBRO | 2019

A presente pesquisa tem por objeto a análise dos impactos de reestruturação pós-moderna do mercado de trabalho na saúde emocional do trabalhador, com ênfase na síndrome de burnout, também conhecida como síndrome do esgotamento emocional, caracterizada por intenso estresse e desgaste no ambiente de trabalho. O objetivo geral é demonstrar porque a referida síndrome pode ser considerada uma consequência direta da reestruturação do mercado de trabalho promovido nas últimas décadas do século XX.

Para tanto, busca-se primeiramente explicar como a passagem do modelo de acumulação de capital fordista para o modelo de acumulação flexível gerou profundas transformações no convívio e nas formas de relacionamento em sociedade, a partir do engendramento de mudanças que vão muito além da reestruturação do mercado de trabalho. A acumulação flexível, predominante no mundo pós-moderno, tem início em meados dos anos 70 e é responsável pela difusão de novos valores sociais onde prepondera o culto à flexibilização, que se expande desde a lógica de produção e consumo até os relacionamentos interpessoais.

Tal período, conhecido como pós-moderno, é marcado por características que podem ser consideradas determinantes no desencadeamento de uma série de adoecimentos psíquicos capazes de abalar a saúde emocional do trabalhador. Dentre elas, podemos citar: a falta de pertencimento aos lugares e às instituições; o enfraquecimento e, até mesmo, a perda dos laços interpessoais; a impossibilidade de construção de uma identidade pessoal estável; a descontinuidade do passado com relação ao presente; a energia emocional despendida em infinitos e desconjuntados recomeços;

Busca-se demonstrar, portanto, um nexo de causalidade entre as atuais relações de trabalho pós-modernas e o adoecimento psíquico dos trabalhadores, para então introduzir a síndrome de burnout como uma das consequências diretas da reorganização do mercado de trabalho.

Nesse ínterim, situa-se o capitalismo, em suas mais variadas formas de produção, acumulação e difusão do capital, como a força motriz do adoecimento psíquico nas sociedades pós-modernas, a partir, principalmente, da apropriação da força de trabalho e da infiltração de seus valores na vida em sociedade.

A pesquisa vem sendo realizada a partir da revisão bibliográfica, com a fundamentação da hipótese baseada na análise e exposição de dados de pesquisas empíricas realizadas no Brasil sobre o tema, utilizando-se o método dialético, a fim de se conceber o adoecimento psíquico como a síntese dos fatores econômico-sociais vigentes aos quais se submete o trabalhador.

Os crescentes debates em torno da saúde psicológica do trabalhador, com ênfase na ansiedade e na angústia - cada vez mais intensas - geradas pelas atuais formas de inserção e manutenção no mercado de trabalho, justificam a escolha e a pertinência atual do tema, com o intuito de contribuir para as reflexões atuais sobre o mesmo.

EQUIPE: MIRIAM TAVARES DE SÁ, PATRÍCIA GARCIA DOS SANTOS

ARTIGO: 6613

TÍTULO: LUCROS E DIVIDENDOS E A REFORMA NO DESENHO INSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO NO BRASIL.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Com vistas a evitar a bitributação e a fuga de capitais do país, a Lei n 9249/1995 trouxe uma novidade no sistema jurídico brasileiro (e, até certo ponto, mundial): isentou os lucros e dividendos creditados aos sócios e acionistas de qualquer tributação. Este estudo tem como objeto a referida isenção, sob a perspectiva da justiça distributiva e da eficiência econômica em um sistema tributário regressivo como o brasileiro. O problema que se coloca é a isenção analisada, tendo a presente pesquisa como hipótese o fato de que a tributar os valores isentos pela Lei 9249 tornaria o sistema tributário mais redistributivo, diminuindo sua regressividade e tornando o cenário econômico mais eficiente. A metodologia se funda em uma pesquisa qualitativa, descritiva, exploratória e de lege ferendam por meio da interpretação de documentos e textos da doutrina nacional e estrangeira, pelo método indutivo, visando evidenciar a necessidade de desenvolvimento de mecanismos que reduzam a desigualdade distributiva fiscal e aumente a eficiência econômica no Brasil. Com o modelo apresentado por Adrian Vermeule, a partir da teoria institucional, a pesquisa pretende concentrar-se no desenho institucional de pequena escala que possa promover melhores efeitos no cenário institucional como um todo.

EQUIPE: CAIO COSTA RIBEIRO, EURICO MOREIRA DA SILVA JUNIOR, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: 6624

TÍTULO: REFORMA TRIBUTÁRIA: A PROPOSTA DO IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS)

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O presente projeto busca analisar de forma geral a proposta de Reforma Tributária que tramita no Congresso Nacional por meio da PEC 293-A/04. Mais especificamente no diz respeito à instituição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) como solução para a Guerra Fiscal entre os entes federados e a sua constitucionalidade. Reduzindo drasticamente o número de tributos incidentes sobre o consumo, o IBS substituiria cinco impostos. São eles: ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), ISS (Imposto Sobre Serviços), Cofins e salário-educação. Trata-se de uma inovação inspirada no modelo europeu inaugurado na França e que já foi adotada em países como África do Sul, Índia e Japão.

Ao pensarmos em reforma tributária e portanto reforma no Sistema Tributário Nacional instituído, devem ser observados os limites previstos no artigo 60, §4º da Constituição da República Federativa do Brasil. Assim, levando em consideração o modelo de federalismo adotado no Brasil.

O objetivo inicial de pesquisa é entender se o modelo proposto confronta o princípio federativo restringindo a competência de Estados e Municípios. A conclusão da pesquisa, que está em fase inicial, observa que a unificação da tributação sobre o consumo é uma tendência mundial que tem por objetivo a simplificação tributária buscando reformular a repartição de receitas e promover o equilíbrio entre os entes federativos. Os autores utilizados como referência foram Carlos Mário Velloso, Eduardo Maneira, Matheus Farinhas de Oliveira, Nathalia de Andrade Medeiros Tavares e Pietro do Valle Malamea Rezende.

EQUIPE: JOYCE COSTA RODRIGUES, CARLOS BOLONHA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE

ARTIGO: 6631

TÍTULO: A CÂMERA NACIONAL DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS: UM MEIO ALTERNATIVO PARA RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

A Câmara Nacional de Resolução de Disputas (a "CNRD") é um órgão estatutário da Confederação Brasileira de Futebol (a "CBF"). Criada em março de 2016, surgiu com o objetivo de ser uma alternativa para dirimir os litígios oriundos das relações entre os sujeitos do futebol brasileiro de uma forma célere, especializada e de baixo custo.

Nesse momento, passados três anos desde sua criação, é possível elaborar um comparativo entre a CNRD e outros meios de resolução de litígios do ordenamento jurídico brasileiro e analisar os instrumentos utilizados que possibilitaram com que este órgão alcançasse um lugar de destaque no futebol brasileiro e, principalmente, apontar possíveis formas de aprimoramento da CNRD.

Uma vez determinado o objetivo da pesquisa, torna-se essencial delimitar os paradigmas de comparação. Isto é, analisar os principais órgãos, seja do Poder Judiciário ou da esfera privada, responsáveis por dirimir as matérias específicas de competência da CNRD e elaborar pontos de comparação.

As competências da CNRD estão previstas no artigo 3º de seu Regulamento. Em síntese, questões trabalhistas de jogadores e membros da comissão técnica, questões econômicas oriundas de contratos entre clubes, jogadores, membros da comissão técnica e intermediários, e questões disciplinares acerca de cumprimentos dos regulamentos da CBF são de competência da Câmara. Sendo assim, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Tribunal Regional do Trabalho, o extinto Comitê de Resolução de Litígios da CBF e o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem, também possuem, ou possuíam, tais competências e serão utilizados como paradigmas da presente pesquisa.

Acerca das questões comparativas, uma vez que a CNRD, desde sua criação, se comprometeu a ser uma alternativa célere, especializada e de baixo custo para se consolidar como um meio alternativo de resolução de disputas, os pontos de comparação a serem analisados entre esses órgãos são: os custos dispensados para a propositura da demanda, o tempo médio dos processos e o nível de especialização dos julgadores.

A presente pesquisa comparativa busca, portanto, analisar os aspectos específicos entre os órgãos competentes para analisar e julgar as controvérsias existentes no cenário do futebol brasileiro para entender como a CNRD se tornou uma alternativa de resolução de litígios e, se possível, apontar formas de aprimoramento.

EQUIPE: INGRID CAROLINE GRANDINI RODRIGUES, ANGELO LUIS DE SOUZA VARGAS, VICTOR CARAJURU TEIXEIRA SANTOS, AMANDA GUIMARÃES BASTOS, LUCAS BARROSO SILVA

ARTIGO: 6634

TÍTULO: UM MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR EM EDUCAÇÃO, O IMPACTO GERADO NA ZONA OESTE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O surgimento do Terceiro Setor decorre de movimentos espontâneos de grupos de pessoas que, preocupadas com um problema social e não encontrando soluções aparentes nem no Estado, nem em empresas, se organizam para propor tal solução (Dowbor, 2012). Como um braço do Estado, segundo a Teoria da Interdependência, as muitas organizações da sociedade civil possuem três principais pontos em comum: são caracteristicamente sem fins lucrativos, tem por objetivo fim a geração de impacto social e garantem seu funcionamento a partir de recursos privados e /ou públicos.

No ano de 2016, o Mapa das Organizações da Sociedade Civil do IPEA encontrou o total de 820.186 organizações da sociedade civil no Brasil, com diferentes áreas de atuação. Ainda segundo a mesma fonte, em 2016, o município do Rio de Janeiro ocupou o 2º lugar no ranking de municípios com mais organizações da sociedade civil no Brasil, com o total de 25.360 organizações.

Dentro do atual contexto político de anúncio de cortes orçamentários à educação pública, temos do outro lado diversas organizações do terceiro setor no ramo da educação que atuam dentro de colégios públicos. Sabendo disto, este trabalho tem por objetivo mapear as organizações que atuam dentro ou em parceria com escolas na Zona Oeste, periferia do Rio de Janeiro e compreender o impacto que estas estão causando nestes ambientes e na educação.

Devido à natureza do estudo, a metodologia adotada foi de natureza descritiva qualitativa. A pesquisa descritiva aborda o registro, a análise e a interpretação de um fenômeno. Já a pesquisa qualitativa é aberta, flexível e focaliza a realidade de forma complexa, adequando-se a cada contexto (Lakatos; Marconi, 2011).

A coleta de dados será realizada pela pesquisa de campo a ser realizada no território citado, abrangendo o total de cerca de 10 escolas que se enquadram no perfil e de um questionário semiestruturado a ser aplicado para as organizações do terceiro setor atuantes no setor da educação, e nas escolas públicas que recebem a atuação dessas organizações, nestas escolas será feito um tipo de questionário para seus gestores, outro para seus professores e outro para seus alunos, de forma a se adequar ao perfil entrevistado. Como resultado pretende-se medir o impacto que está sendo gerado pelas organizações do terceiro setor de educação nas escolas públicas da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

EQUIPE: LIDIANE DE PAULA PEREIRA, NATHÁLIA FIGUEIREDO DE AZEVEDO

ARTIGO: 6635

TÍTULO: O PAPEL EFETIVAMENTE ASSUMIDO PELO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA NO ÂMBITO JUDICIAL BRASILEIRO E SUA RELAÇÃO COM A DIFICULDADE CONTRAMAJORITÁRIA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Esta pesquisa adota como objeto a aplicação do princípio da dignidade humana no âmbito decisório do poder judiciário, abordando as funções atribuídas a ela e o papel que efetivamente exerce perante o ordenamento jurídico brasileiro. O principal problema que envolve a invocação do princípio em análise é a ausência de critérios precisos e bem fundamentados para sua utilização pelos magistrados e demais intérpretes, o que acaba por ameaçar a segurança jurídica. Desse modo, a partir de análise bibliográfica, jurisprudencial e seguindo o critério hipotético-dedutivo, busca-se compreender se o amplo campo de incidência dos princípios constitucionais, em especial a dignidade humana e suas múltiplas projeções, seria capaz de intensificar a dificuldade contramajoritária. Com efeito, a discussão acerca da interpretação concedida aos princípios constitucionais é medida indispensável à compreensão de todo o funcionamento da máquina judicial, especialmente em hipóteses concretas de controle judicial de leis.

EQUIPE: ANA PAULA MARTINS, CARLOS BOLONHA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE

ARTIGO: 6639

TÍTULO: AS INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS NOS CASOS DE MARIANA E BRUMADINHO SOB A ÓTICA DA LEI Nº 13.467/17

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O trabalho, ainda em fase embrionária, tem como objeto o estudo de caso de Mariana e Brumadinho, cidades localizadas em Minas Gerais, nos

episódios dos rompimentos de barragens do Fundão em 2015 e do Córrego do Feijão em 2019, com foco na análise dos eventos frente ao direito dos trabalhadores da VALE S.A. com o advento da reforma trabalhista de 2017, bem como os impactos que os crimes ambientais trouxeram para a população daquelas cidades no que tange o trabalho laboral e também a responsabilidade de reparação das empresas para com as pessoas moradoras da região. A metodologia aplicada para desenvolver o estudo são as consultas à legislação, dados apresentados pela Vale S/A e dados das cidades de Mariana e Brumadinho, além de outras pesquisas acadêmicas. Nesse sentido, portanto, o objetivo será abordar as consequências socioeconômicas e legais, sob a ótica do direito, dos episódios ocorridos em novembro de 2015 e janeiro de 2019, uma vez que representam os maiores acidentes trabalhistas do país.

EQUIPE: CAMILA JARDIM, VERONICA LAGASSI, LETÍCIA DANA, GABRIELA LOPES OTA, CAROLINA DINIS LEONARDO

ARTIGO: 6641

TÍTULO: AS PONDERAÇÕES ENTRE OS MEDOS DO FUTURO ACERCA DOS ERROS DO PASSADO: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DA FILOSOFIA DO DIREITO SOBRE O OVO DA SERPENTE CONTEMPORÂNEO.

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

RESUMO:

O artigo parte de uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo analisar as tensões entre o trabalho do filósofo austríaco Hans Kelsen e a experiência do regime totalitário da Alemanha de Hitler. Nele, nós discutimos quais os fatores que a literatura especializada entende como causadores do fenômeno social de que tratamos (isto é, a ascensão do totalitarismo na Europa, durante a década de 1930), e comparamos com a doutrina juspositivista proposta por Kelsen. Ao longo da história, muitos identificaram o positivismo kelseniano como um dos pilares ideológicos do Terceiro Reich. Mas é preciso problematizar essa hipótese, através, a um só tempo, de uma releitura da doutrina de Kelsen e de uma reflexão mais aprofundada sobre o sentido da experiência totalitária. Para tanto, nos debruçamos sobre o filme O ovo da serpente, do cineasta Ingmar Bergman, e identificamos as contradições entre o que se alega da Filosofia do Direito kelseniana e o que defende de fato o autor, de forma sistemática e completa. Não analisaremos uma categoria específica da obra kelseniana, mas a exploraremos em sua integralidade, inserida em seu contexto político, histórico e social. Discutindo com o pensamento de autores e escolas pós-modernas – como Foucault, Guattari, Agamben e Mbembe, que desenvolveram complexas reflexões sobre o desenvolvimento do totalitarismo na Europa –, concluímos que, em abstrato (sem cotejar as correlações causais concretas), seria possível alegar que qualquer doutrina jurídica produz o horror e a barbárie. Ora, não seria então o fascismo e o nazismo doenças sociais inerentes a uma quebra de percurso? Pois bem, nesta investigação tentamos entender, de forma modesta, para fins de contextualização, o papel da moralidade no âmbito do Direito, e como se posicionam as escolas de pensamento jurídicas e filosóficas – contra a alegação de que a concepção do Direito kelseniano seria “amoral”.

EQUIPE: JOÃO PEDRO CABRAL, PHILIPPE OLIVEIRA DE ALMEIDA

ARTIGO: 6653

TÍTULO: DISCURSO E HEGEMONIA NAS REDES: ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

O início e principalmente a segunda década do século XXI foi marcada pelo surgimento e desenvolvimento das redes sociais digitais. Atores como Facebook, Google, por exemplo, adquiriram tamanha amplitude que chegam agora a ocupar o espaço das maiores empresas do mundo. O uso geral da internet, como forma de relacionamento faz com que emerga uma nova forma de negócios, os dados. Essas grandes empresas, que, aparentemente disponibilizam o acesso gratuito aos seus serviços, possuem seu principal setor lucrativo na utilização e comercialização de dados dos seus usuários. Com a utilização de algoritmos, determinam de forma personalizada, os conteúdos que cada usuário irá receber. Assim, utiliza-se da subjetividade dos usuários para o próprio funcionamento das redes como por exemplo o Instagram, Twitter, Youtube e Facebook.

As redes sociais digitais, nesse sentido, são componentes fundamentais para entender as relações contemporâneas e a ação do indivíduo na sociedade. A política contemporânea é imersa da complexidade de fenômenos como a utilização de algoritmos, propagação de notícias falsas, boatos e inúmeras formas de direcionar a opinião pública para uma ou outra ideia. Sendo assim, tanto as estratégias eleitorais como a comunicação e discussão política, atualmente, são largamente influenciadas por esse novo campo de conflito e embate, as mídias sociais digitais. Seguindo o conceito de hegemonia de Gramsci, vê-se o conflito de narrativa e discurso, com as suas influências na opinião pública e, por sua vez, nas discussões nacionais. Nesse sentido, o seguinte trabalho irá analisar a disputa narrativa a partir da análise de redes, buscando observar os principais temas presentes nas discussões nas redes, os atores e as estratégias discursivas a partir do mês de maio de 2019, tendo como o primeiro grande marco inicial a greve geral do dia 15 de maio, a partir dos cortes às Universidades Federais.

EQUIPE: GUSTAVO GOMES, LALITA KRAUS

ARTIGO: 6658

TÍTULO: VENEZUELA EM TELA: O POSICIONAMENTO DA MÍDIA NACIONAL NA CRISE MIGRATÓRIA À LUZ DO PRINCÍPIO DA NÃO INDIFERENÇA

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este trabalho intenta demonstrar o contraponto entre a realidade hodierna de Roraima e relatos divulgados pela mídia, através da análise dos dados colhidos nessas mídias em comparação com os recebidos do Exército Brasileiro, que recepciona diariamente os cidadãos Venezuelanos na fronteira, à luz dos princípios da Dignidade Humana e da Não Indiferença. Foi utilizado o método dialético-fenomenológico, buscando uma transcrição da realidade, escusando-se de construções midiáticas falaciosas sobre o tema. Realizou-se sob a forma de pesquisa exploratória, com procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental.

De um lado, uma cidade carente de recursos e deficiente em atender à crescente demanda de indivíduos que suscitam ajuda internacional; de outro, migrantes em situação de extrema vulnerabilidade, dadas as condições em que deixaram seu país de origem. E aproveitando-se dessas condições, existe uma mídia controlada por elites locais conservadoras que estimula a receptividade seletiva.

As ações do Exército nessa crise corroboram com o sentimento constitucional na medida em que as operações são realizadas em conformidade com o princípio regeador do Estado brasileiro, qual seja, a dignidade da pessoa humana, e se mostram guiadas também pelos mesmos princípios existentes na nova Lei de Migrações, e no princípio da Não Indiferença.

Essa hipótese se comprova mediante os dados coletados, bem como em estudo realizado naquela localidade, evidenciando que o Exército fez o possível para fornecer auxílio aos venezuelanos, ao contrário dos valores divulgados na mídia, que se chocaram frontalmente com tais princípios, causando desordem e desrespeito à lei e aos valores constitucionais.

O Brasil se mobilizou para atender a esses migrantes em vulnerabilidade social: criou postos de atendimento para fornecimento de documentos; concedeu aos migrantes o status de residência temporária; auxiliou na alocação de abrigos e matrícula de crianças em escolas; combateu casos de trabalho escravo; auxiliou em saúde e nutrição, dentre outras ações. Entretanto, mesmo com a ajuda recebida para ações

de acolhimento e interiorização dos migrantes, o caos se instaurou na cidade e culminou em consequências drásticas. Casos em que o acesso à saúde pública foi negado; o constante desabastecimento da cidade; ocorrências de xenofobia levados às vias de fato; e mesmo o pedido de fechamento de fronteiras. Usando tais acontecimentos como ponto de partida, contudo, setores conservadores da sociedade local divulgaram informações sobre violência envolvendo venezuelanos, estimulando ódio e violência, numa clara negação aos princípios da não indiferença e da dignidade humana. Mesmo havendo dificuldade em âmbito nacional, é vedado negar ajuda àqueles que não possuem alternativa numa questão de vida ou morte. Sua atuação gerou caos numa situação já delicada, quando deveria utilizar sua influência para combater a intolerância e promover solidariedade; e não servir aos valores mercantis globalizados.

EQUIPE: CAIO MENEZES GRAÇA, BRUNA FERNANDES, SIDNEY GUERRA

ARTIGO: 6677

TÍTULO: MODA CONSCIENTE: UM ESTUDO DE CASO

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Este projeto tem como objetivo analisar o marketing de uma marca de moda voltada para o público jovem masculino das classes média-alta e alta. Esta marca está presente em vários estados do Brasil, sempre em regiões nobres, e/ou shopping centers, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro.

A empresa expõe ao mercado que pratica o capitalismo consciente. Este capitalismo, segundo a marca, busca um tipo de progresso que seja capaz de deixar um legado e ainda invista em projetos sociais. O plano de sustentabilidade da organização para o ano de 2019 se divide em responsabilidade social, legado socioambiental, economia e diversidade. A empresa possui um produção e um consumo considerados sustentáveis de acordo com os objetivos de sustentabilidade postulados pela agenda 2030 da ONU. O objeto do estudo será a análise do mix de marketing, 4P's, concorrência, ambiente externo e interno, dentre outros conceitos relevantes para o marketing contidos neste projeto.

Metodologia: Para a realização deste projeto será adotado como procedimento técnico o estudo de caso, pois este permite que seja realizado um estudo detalhado do objeto. Também será apoiado no procedimento bibliográfico, a fim de formação de base teórica de argumentação. Quanto aos objetivos será descritiva e obedecerá uma abordagem qualitativa.

EQUIPE: PRISCILA LUCIANA GARRET SIMÕES DA SILVA, THIAGO SOUZA CORREIA DE LIMA, LIVIA AZEVEDO RODRIGUES, RAYANE OLIVEIRA, BEATRIZ CAMPOS DE ABREU, RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO

ARTIGO: 6678

TÍTULO: AS CONSEQUÊNCIAS DO ATENTADO DE SUZANO NO ESTADO POLICIALESCO FLUMINENSE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS CRIMES QUE NÃO FORAM

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

No dia 13 de março de 2019, dois jovens armados invadiram uma escola em Suzano, interior de São Paulo, vitimando diversos alunos e funcionários da instituição. Este crime chocou o país devido às suas características e consequências, gerando posteriormente, diversos tipos de reações, dentre as quais um endurecimento da atividade policial, em tese, no intuito de que aquele episódio não voltasse a ocorrer.

Em decorrência de tal cenário, nas semanas que se seguiram, investigações policiais/denúncias trouxeram à tona diversos casos de supostos planos para novos atentados em escolas. Ocasionalmente assim, numerosas apreensões de menores, em tese, envolvidos em tal planejamento, especialmente no Estado do Rio de Janeiro.

Estas apreensões levantaram, sobre o Direito Penal, uma nova discussão acerca da materialidade da ação delitiva, especificamente no que tange a qual o momento exato em que o planejamento de um crime passa a ser execução. Bem como quando um desejo passa a ser efetivamente o planejamento de um crime, pondo em xeque os princípios do Direito Penal e os limites da ação da polícia para com estes estudantes.

Seguindo o pressuposto dado por Eugênio Zaffaroni e Nilo Batista de que "É inconcebível uma conduta penalmente relevante sem a exteriorização no mundo físico" (2010, p.163); o presente artigo busca realizar um estudo dos casos de supostas tentativas e planejamentos de atentados a escolas, que ensejaram inclusive na apreensão de estudantes.

Partindo de uma análise documental, procura-se verificar, à luz dos princípios do Direito Penal se de fato houve ação delitiva dos acusados nos crimes que lhe foram imputados. Identificando, por fim, se a apreensão seria a única saída viável (ou mesmo a mais adequada) tanto para evitar aqueles episódios, como possibilidades futuras.

EQUIPE: GABRIEL HENRIQUE VIEIRA BARBOSA SALDANHA, EDUARDA NASCIMENTO DA SILVA, VICTOR ABI RIHAN AVILA, BIANCA GARCIA NERI

ARTIGO: 6685

TÍTULO: O IMPACTO DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS NA TAILÂNDIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA SOBERANIA NACIONAL

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: Oral

RESUMO:

Não é fato novo a Tailândia ser conhecida globalmente por conta do tráfico internacional de pessoas para serviços escravos, transporte de drogas e a exploração sexual de mulheres e crianças que ocorre no país, sendo um problema recorrente nas discussões e nas tomadas de decisões, dentro do tabuleiro tailandês. Isso torna-se mais claro quando observado que a grande maioria dos seres humanos expostos a essas explorações (aproximadamente três quartos do total) vive ou é originária da própria Ásia.

Porém, fora do espectro de crime, no âmbito legal, a presente pesquisa tem como objetivo fomentar o debate acerca do tema e trazer como objeto de estudo o impacto dessa atividade ilegal sob a luz de uma área de grande importância estratégica do Estado, a da Segurança Nacional.

Para embasar esta pesquisa, a metodologia utilizada será a da revisão literária e a pesquisa dividida em duas partes, para melhor contextualização, sendo a primeira uma abordagem histórica e explicativa do que vem a ser o Tráfico Internacional e o seu papel na Tailândia e a segunda, uma análise do impacto na área da Segurança Nacional.

EQUIPE: NÍCOLAS FERNANDES BOUÇA DE BRITTO, PEDRO ROCHA FLEURY CURADO, EDUARDO CRESPO

ARTIGO: 6702

TÍTULO: **UM OLHAR HUMANO SOBRE OS REFUGIADOS**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Ondas migratórias estão em ascensão no Brasil e cada dia que passa ouvimos mais sobre o tema. Escutar o que a mídia passa não é a mesma coisa que saber sobre o assunto. Urge, portanto, que venhamos a discutir e combater sobre práticas ilícitas que estão acontecendo com os migrantes. O ato de desrespeitar os Direitos Humanos não só da primeira e da segunda, mas como também da terceira e quarta geração pelo simples fato de serem imigrantes é uma questão que tem sido enfrentada por diversas organizações, tanto nacionais quanto internacionais. Vemos exemplos de países nos quais essas migrações (em maior quantidade/amplitude) chegaram e não foram recebidas do jeito que deveriam. Há uma enorme e crescente onda de violação dos direitos fundamentais contra essas pessoas em situações vulneráveis. Remonta-se ao aumento repentino no número de solicitações de refúgio ao governo brasileiro, bem como ao preconceito histórico sofrido pelos imigrantes que vem de países pobres, negros, países com doenças graves e etc. Dentre as diversas questões que devem ser debatidas acerca do tema, existem duas que queremos destacar, elas vem sobre: a real dimensão do problema (como recebimento, distribuição, identificação, transporte) e quais são as possíveis soluções. Tendo como base estudos sobre outras realidades através de livros, documentários, artigos e relatos, queremos trazer uma visão menos midiática e mais embasada em casos concretos sobre esse assunto e antes de se tornar um problema maior em nosso país, propor soluções.

EQUIPE: RODRIGO SOARES DA SILVA, ANA BEATRIZ DE CASTRO CUNHA ZUNIGA, BRUNA FARO, LARISSA NASCIMENTO GARCIA, CARLOS BOLONHA, LUCIANA SILVEIRA ARDENTE

ARTIGO: 6712

TÍTULO: **BRECHAS CONSTITUCIONAIS NO ACESSO À JUSTIÇA: UM ESTUDO COMPARATIVO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA BRASILEIRA DE 1988 E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA DE 2009**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

No período pós-ditadura, os países da América Latina vivenciaram a redemocratização política e um novo momento constitucional, necessários para promover mudanças sociais e de suma importância para consolidar processos democráticos. Essa perspectiva constitucional caracterizou-se pela maior integração de todas as camadas da população às decisões públicas. O acesso à justiça é um dos princípios mais relevantes nessa nova ordem constitucional, pois ele prevê o direito de todos e todas acessarem meios jurisdicionais em prol de dar prosseguimento à uma ação de interesse próprio. Esse princípio está atrelado aos ideais de justiça social e de cidadania plena. Nações como a brasileira e a boliviana inseriram esse acesso à justiça em suas cartas constitucionais. Posteriormente ao regime militar, vivenciado por ambos os países, tal princípio representou uma nova fase política e um novo conceito de participação político-popular. Após trinta e um anos da promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988, e dez anos de vigência da Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia de 2009, é fundamental analisar em que medida esse acesso à justiça de fato se fez presente enquanto um mecanismo de exercício de cidadania e quando essa premissa, formalmente prevista, não é transplantada para a prática. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender a efetivação desse princípio constitucional na Bolívia e no Brasil e as brechas constitucionais existentes para o não cumprimento do acesso à justiça. Tem-se como pergunta norteadora: “Em que momento esse acesso não ocorre e por que não há uma previsão constitucional mais severa para descumprimento desse instituto na Bolívia e no Brasil?” As falhas desse modelo de justiça dificultam, de alguma forma, o entendimento da população para com os princípios básicos da democracia regidos em seus textos constitucionais. Dessa maneira, objetiva-se apontar a existência de brechas constitucionais, atreladas a uma não previsão normativa do que deve ser feito caso a Carta Magna do país não seja devidamente cumprida. Não é possível afirmar se o legislador omitiu essas previsões propositalmente, mas o estudo será feito com base na existência dessa inobservância constitucional para com o pilar democrático do acesso à justiça. Por fim, é importante ressaltar o motivo de escolha das Constituições brasileira e boliviana como objeto de estudo. Aquela é apontada como importante instrumento propulsor de um novo constitucionalismo na América Latina, enquanto esta é vista como vanguardista na previsão de direitos e garantias, ao expressar o maior avanço democrático para a região até hoje.

EQUIPE: MARIA LUIZA MORATELLI, GISELE HERMESDORFFE LIMA ROCHA, LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE, NEYLLON RANGEL DE SOUZA

ARTIGO: 6713

TÍTULO: **A INFLUÊNCIA DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NA MARGINALIZAÇÃO DOS TERREIROS DE RELIGIÃO AFRO-BRASILEIRAS NO RIO DE JANEIRO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A presente pesquisa tem como objetivo questionar sobre a influência da intolerância religiosa na marginalização dos terreiros de religiões afro-brasileiras, no recorte da cidade do Rio de Janeiro e Baixada. Entender o porquê da brincadeira de “centro bom é centro longe”.

A metodologia do trabalho é uma Pesquisa Descritiva, trazendo, inicialmente, análise da separação dos núcleos familiares decorrentes do processo de escravidão e como isso influenciou na reconstrução religiosa. Concomitante a isso, se tem os conflitos fomentados pelos senhores para desmobilizar e desunir os negros, além da forte presença do Catolicismo e a ideia de magia negra.

Posteriormente, se tem a chegada no Rio de Janeiro de escravos e ex-escravos, principalmente os que vinham da Costa da Mina e da Bahia e como se sucedeu a construção da região central do Rio e bairros adjacentes, a transformação socioespacial que foi ocorrendo, principalmente com a chegada da Família Real Portuguesa e sua corte. Uma das transformações importantes é a Reforma Urbanística realizada pelo prefeito Pereira Passos, no início do século XX, que tinha o intuito de transformar a cidade, lhe conferindo um novo ar à Parisiense, mais moderno, na tentativa de modificar a visão de país escravocrata atrasado.

O centro do Rio passa por um longo processo de higienização e marginalização do negro e de sua cultura. A intolerância por sua religião é construída junto com o racismo advindo da escravidão e é importante compreender como todas essas questões fizeram com que os terreiros de religiões afro-brasileiras fossem para as áreas de subúrbio e, principalmente, para a Baixada. E, até hoje, continuam lá.

EQUIPE: BARBARA GIGANTE BARANDIER, NATHÁLIA FIGUEIREDO DE AZEVEDO

ARTIGO: 6733

TÍTULO: **DESJUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ATRAVÉS DA CÂMARA DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O Poder Constituinte Originário instituiu na nossa Carta Magna de 1988 a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Ademais, estão incluídos no campo de atuação do Sistema Único de Saúde executar ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica. Sob esse viés, esta pesquisa formenta o debate acerca do Direito Fundamental à Saúde e a Dignidade da Pessoa Humana, que são muito utilizados como fundamentos em casos de judicialização da saúde. Nesse contexto, como ponto de análise, a Câmara de Resolução de Litígios de Saúde do Rio de Janeiro é estudada diante das novas técnicas de desjudicialização da saúde, cujo objetivo está sendo ponderar a efetividade desta Câmara frente à demanda por acesso à saúde.

Como marco teórico, tem-se a Teoria do Mínimo Existencial, considerada o núcleo do princípio da dignidade humana. Com esta análise, observa-se o direito de acesso aos fármacos como uma das prestações positivas, que, por conseguinte, o Estado tem o dever de promover. Portanto, sendo a teoria do mínimo existencial ligada a um ideal de justiça social, considera-se que a medida de recorrer ao Poder Judiciário, bem como aos meios extrajudiciais, para a concessão dos medicamentos garante à pessoa necessitada a igualdade de acesso ao tratamento adequado e o asseguramento de sua vitalidade. Com isso, este trabalho compara a eficiência da Câmara de Resolução de Litígios de Saúde do Rio de Janeiro frente a judicialização da saúde, assim como apresenta os procedimentos internos do órgão para buscar a desjudicialização.

A Metodologia aplicada ao trabalho é realizada por intermédio da pesquisa empírica, ou seja, por dados obtidos pela pesquisa e experiência dos colaboradores. Além disso, em consonância, é explorada a legislação referente ao acesso à saúde em função das entrevistas realizadas com Defensores Públicos e outros operadores do Direito que atuam na Fazenda Pública.

Sendo assim, vamos discorrer na apresentação, em suma, sobre o direito ao acesso à medicamentos discriminados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei 8.080 de 1990 (Lei do S.U.S) e na Lei 13.105 de 2015, bem como apresentar a efetividade da desjudicialização da saúde promovida pela Câmara de Resolução de Litígios de Saúde do Rio de Janeiro frente às ações de obrigação de fazer contra os entes federativos no que tange ao fornecimento de fármacos.

EQUIPE: VICTOR ANDRÉ SANTOS DE LIMA, CAMILA ALVES TIMBÓ, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: **6740**

TÍTULO: **A IMPORTAÇÃO DA LÓGICA PATRIMONIAL PENAL NO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E SUAS CONSEQUÊNCIAS: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO TCE-RJ NO CASO DA LINHA 4 DO METRÔ CARIOCA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

O chamado Direito Administrativo Sancionador recebeu essa terminologia a partir de uma cisão do que antes era chamado de forma mais abrangente: o "Poder de Polícia". Essa mudança de terminologias já deixa claro de qual fonte a prática bebe para sua funcionalidade dentro da Administração Pública, com o Direito Penal permeando em conjunto os princípios que regem este ramo do Direito Administrativo.

Ao longo deste processo de "importação e fusão" entre princípios penais (principalmente os advindos dos crimes patrimoniais) e administrativos podem ocorrer rearranjos e adaptações potencialmente destrutivas dos princípios de ambos os ramos, com especial destaque à supremacia do interesse público e a presunção de inocência. Estas questões podem fazer restar aos operadores do Direito Penal Sancionador uma dura atuação que abre diversas brechas punitivistas e pouco atreladas aos fins do Direito Administrativo como um todo.

Partindo da premissa exposta, o presente projeto busca estudar as motivações e usos dos princípios penais dentro do Direito Administrativo Sancionador, bem suas consequências na atuação dos Tribunais de Contas em casos de corrupção de obras públicas, com enfoque ao caso da Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro.

As obras de infraestrutura que contemplam a nomeada linha 4 do Metrô do Estado do Rio de Janeiro foram a maior obra pública de transporte realizada no Brasil em décadas, com o custo total de aproximadamente 10 bilhões de reais, 70% maiores do que o previsto inicialmente, os quase 16 km de trilhos e 6 estações foram inaugurados para a realização dos jogos olímpicos Rio 2016. No entanto, sua construção ainda não foi terminada, uma vez que em meio a investigações de corrupção por parte do Tribunal de Contas do Estado foi decretada a total suspensão dos pagamentos pela mesma, que desde então se encontra parada.

Tendo por partida os exemplos deixados pelo caso do supracitado, buscaremos analisar como se decorreram as fases processuais, bem como os seus impactos, tanto em relação às pessoas envolvidas, como nas obras e na Administração Pública da Metrópole. Com isso em mente, buscaremos mapear as consequências das decisões tomadas e sua aproximação ou afastamento dos princípios penais e administrativos.

Em síntese, por meio de estudo processual, entrevistas e geração de dados estatísticos, o grupo irá, em que pese o combate à corrupção, analisar as decisões proferidas no âmbito do TCE-RJ no caso da Linha 4 do Metrô Carioca e suas consequências.

EQUIPE: GABRIEL HENRIQUE VIEIRA BARBOSA SALDANHA, EDUARDA NASCIMENTO DA SILVA, HAMILTON FERRAZ

ARTIGO: **6746**

TÍTULO: **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CARROS AUTÔNOMOS, FILOSOFIA E CONSEQUÊNCIAS.**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

OBJETIVO: O presente estudo tem por objetivo compreender os impactos oriundos da inserção de Inteligência Artificial no cotidiano dos seres humanos, mais especificamente, em carros autônomos. Para isso, nos debruçamos sobre o processo de construção da IA no que tange ao aspecto moral, i.é., o momento de tomada de decisão em situações de risco, quase que inerentes ao desempenho da direção no trânsito. Para chegarmos à problemática, identificamos um relatório da Organização Mundial da Saúde (https://www.who.int/violence_injury_prevention/road_safety_status/2018/en/), onde constam informações sobre ocorrerem anualmente, 1,35 milhão de óbitos em decorrência de acidentes de trânsito, sendo 90% destes relacionadas ao erro humano. Desta forma, aliado à possibilidade de implementar uma tecnologia que, em um primeiro momento, seria capaz de reduzir essa quantidade de acidente, surge nosso objetivo, que é, também, analisar as consequências de tal implementação.

MÉTODOS: Análise de relatórios elaborados por Órgãos como a Organização Mundial da Saúde, leitura da bibliografia voltada para a Filosofia da Tecnologia, onde coletamos amostras de pesquisas realizadas com pessoas, cujo objetivo era compreender a perspectiva de potenciais consumidores sobre possíveis cenários com o uso da IA e, por fim, coletamos dados sobre a condição atual dessa tecnologia em cidades ao redor do mundo.

RESULTADOS: A pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento e, por isso, apresentamos resultados parciais. Para tanto, observamos que é possível, sim, implementar aspectos morais traduzidos em aspectos técnicos, mas é imprescindível a avaliação de medidas necessárias para conter outros problemas que surgirão. Tais soluções consistem na criação de agências reguladoras, a responsabilização de montadoras e consumidores e a busca inafastável pela transparência.

CONCLUSÃO: Levando em consideração a problemática apresentada, busca-se compreender as consequências do uso da Inteligência Artificial em carros autônomos, assim como seu processo de construção, objetivando trazer segurança e certas garantias para que sua implementação seja natural e gradual, a fim de reduzir os problemas que temos atualmente e fazermos uma projeção sobre os que surgirão com seu uso.

EQUIPE: LUIZ EDUARDO SALES CASTANHO, MARCELO DE ARAUJO

ARTIGO: 6749

TÍTULO: **A ATUAÇÃO DAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS EM CRIMES CONTRA LGBTS: ANÁLISE DO CRIME HOMOFÓBICO NO RIO DE JANEIRO**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

A parcela LGBT da sociedade vem, nos últimos anos, conquistando diversos direitos no Brasil, como por exemplo direito ao casamento, adoção e formalização dos nomes sociais. No entanto, a marginalização segue sendo a normalidade para a maior parte deste grupo. Os LGBTs em geral vivem em precariedade de direitos e estão sujeitos a todo tipo de violência, em especial, a violência lgbtfóbica.

Diariamente mais corpos se acumulam, fazendo crescer os dados sobre essa espécie de violência, situação que provocou o Estado a criar delegacias especializadas em crimes de ódio. A experiência se assemelha a da criação das Delegacias de Mulheres, para averiguação de violência doméstica, no início dos anos 90. Em relação aos crimes de ódio, destacam-se as Delegacias sediadas no Rio e em São Paulo. O objetivo das administrações estaduais com a sua implementação é reduzir os índices de violência, investigar as condições de sua ocorrência e estabelecer responsabilidades aos agressores. Em paralelo, prestar uma melhor atuação no acolhimento das vítimas desse tipo de delito.

Apesar da iniciativa de abertura destes espaços, ainda é muito incipiente o mapeamento e o levantamento de dados sobre os efeitos concretos das Delegacias especializadas, sobretudo na investigação preliminar que dá suporte aos procedimentos jurídico-penais.

Assim, o objetivo da presente pesquisa é partir da formação da DECRADI, Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância do Estado do Rio de Janeiro, para realizar presencialmente a investigação de como se dá seu funcionamento. Deste modo, sendo possível realizar a análise das tramitações internas da delegacia, desde o atendimento inicial até o encerramento dos inquéritos e seus desdobramentos no que tange aos crimes citados.

Através do estudo teórico do crime homofóbico e do mapeamento de casos para posterior análise processual, a pesquisa busca analisar as consequências da criação da delegacia especial no Rio de Janeiro no processamento dos casos penais por crimes de homofóbicos. Outrossim, busca observar como são os encaminhamentos nestes espaços e a capacitação dos envolvidos para lidarem com essas questões de gênero e sexualidade. A pesquisa se insere em um projeto maior, de análise da violência lgbtfóbica, realizada pelo GCrim, grupo de pesquisa sediado no Departamento de Ciências Criminais da Faculdade Nacional de Direito.

EQUIPE: GABRIEL HENRIQUE VIEIRA BARBOSA SALDANHA, SALO DE CARVALHO

ARTIGO: 6751

TÍTULO: **O DIREITO CONSTITUCIONAL FRENTE À UTILIZAÇÃO DESCONTROLADA AGROTÓXICOS E SUAS PARA A SAÚDE E MEIO AMBIENTE**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

Esse trabalho tem como objetivo esclarecer os impactos que o uso exagerado e indiscriminado de agrotóxicos na saúde e no meio ambiente, bens jurídicos que são tutelados pela Constituição Federal de 1988, como expresso no art. 6º e no art. 23, IV. Assim, iremos analisar três principais aspectos: (i) o uso exagerado e suas implicações jurídicas; (ii) as substâncias presentes em certos defensivos agrícolas e seus efeitos para a saúde humana; (iii) viabilidade de outras alternativas para o controle de pragas, sem prejudicar o meio ambiente. Nesse sentido, quando o Estado cria medidas para flexibilizar o uso de agrotóxicos, como por exemplo o ATO Nº 29, de 29 de abril de 2019 e o Projeto de Lei 6299/02, sem controle e fiscalização, impacta diretamente à segurança alimentar para a maioria da população, pois os alimentos disponíveis para o consumo podem ser prejudiciais à saúde do povo brasileiro. Além disso, o uso dos agroquímicos ocasiona grandes impactos ao meio ambiente: ao utilizá-los descontroladamente, há um desequilíbrio na cadeia alimentar, pela morte de certos animais essenciais para o equilíbrio do meio ambiente. Há ainda a contaminação dos solos, rios, lagos, mares e lençóis freáticos, gerando um embate direto com a flora, visto que o solo contaminado dificulta o plantio.

A partir disso, para a realização, utilizaremos o método de referência bibliográfica, a fim de analisar a hipótese de que a União não está exercendo seu papel de controle do uso adequado de agrotóxicos, não respeitando princípios constitucionais, afetando diretamente a saúde da população e o meio ambiente.

EQUIPE: GIOVANA MOSTAVENCO, ISABELLA GALLINUCCI, CARLOS BOLONHA

ARTIGO: 6767

TÍTULO: **TRAJETÓRIA FISCAL E PERSPECTIVAS PARA O TETO DE GASTOS NO CONTEXTO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

RESUMO:

É possível evidenciar a profunda crise fiscal que o Brasil se encontra ao avaliar o crescente aumento dos gastos. A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) cresce constantemente a partir de 2014, a qual se encontrava em 52,62 por cento do PIB e atinge, no fim de 2018, 77,22 por cento do PIB. Dessa forma, impondo um limite para as despesas, foi aprovada – sem debater, no âmbito desse trabalho, o mérito da proposta – em 2016 a EC 95/2016 que criou um teto para os gastos da União. No entanto, dois anos após a instauração da proposta os resultados não são animadores. Nessa pesquisa, buscaremos analisar a trajetória recente de indicadores fiscais (como DBGG, Resultado Primário), a fim de explicitar a drástica situação fiscal que o Brasil se encontra. Além disso, propõe-se um exercício simples de projeção das contas públicas, em que serão feitas suposições acerca das variáveis econômicas, como PIB, inflação etc., para os próximos anos. O intuito é ratificar a ideia de que, caso não haja reformas estruturais na despesa, em especial a da Previdência, não conseguiremos honrar o compromisso a que fomos submetidos, isto é, estouraríamos o limite dos gastos públicos. Mostra-se que sem a mudança na Previdência, há a possibilidade de ultrapassar o teto de gastos já em 2021. Ou, para mantê-lo, o governo correria o risco de entrar em *shut down*.

EQUIPE: MATHEUS OUTEIRO, ANTONIO LUIS LICHA